

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/03/2020 a 31/03/2020

Indexação: "Coronavírus"

Documento 1/318

3.2020.N	Sessão Outro Evento	03/03/2020-15:08
Publ.: DCN - 3/4/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CONGRESSO NACIONAL BREVES COMUNICAÇÕES		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Críticas ao Presidente Jair Bolsonaro. Baixa qualidade intelectual do Presidente da República. Envolvimento do Mandatário da Nação com milícias. Natureza desastrosa do projeto econômico implantado pelo Governo Federal.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Presidente Bolsonaro é uma pessoa com poucas qualidades intelectuais, e acho que o Brasil sabe bastante disso. Ele também tem um linguajar de miliciano. Enfim, não é pessoa que se apresente com qualidade intelectual suficiente para dirigir o Brasil.

Mas, até por causa disso, ele tem se dedicado a uma certa prática de ilusionismo: mostra uma mão aqui, mas, na verdade, está mexendo com a outra em outro lugar. Isso é a prática que Bolsonaro, infelizmente, tem feito no Brasil, para enganar o povo. Todo dia há um bate-boca, uma baixaria diferente. Assim é Bolsonaro. Alguns acham bonito, e ele desvia o assunto.

Agora ele está desviando o assunto afirmando que o Congresso é o culpado pelos males do Brasil. Ora, o Congresso tem votado o que Bolsonaro quer. O Congresso Nacional infelizmente, Deputado Zeca Dirceu, votou a favor da reforma da Previdência e da reforma tributária e está dizendo que vai votar a favor da reforma administrativa. O Congresso vota na economia tudo o que Bolsonaro quer. Então, é ilusionismo dele dizer agora que a responsabilidade é do Congresso Nacional. Isso é coisa de Bolsonaro, que - eu repito - tem baixa qualidade intelectual.

Então, ele vai arrumando confusão. Ele tem dois problemas, por isso despista para tentar desviar a atenção do povo brasileiro. Um problema do Presidente é sua ligação com as milícias. Como é que ele resolve a ligação com as milícias? Ele coloca o Moro para protegê-lo. O Ministro Moro virou o protetor das milícias. *"Um miliciano não pode ser*

vinculado ao Governo Bolsonaro. Esconda isso, Moro!" E o Moro faz o papel sujo de esconder as milícias de Bolsonaro, como se fosse possível.

Mas, fundamentalmente, há algo agora que o Bolsonaro quer esconder: a economia no Brasil. O Governo Bolsonaro não vai dar errado na economia, não. O Governo Bolsonaro já deu errado na economia, e vou dizer por quê.

Desde janeiro de 2019 a renda média no Brasil não cresce. A renda média é de R\$ 2.300,00. O benefício do INSS está congelado desde 2017. O salário mínimo está congelado desde 2017. Não há renda para consumir, Paulo Guedes. Se não há renda para consumir, o Brasil não vai crescer com essa política econômica equivocada do Governo Bolsonaro, vai piorar. Agora, há o coronavírus. O coronavírus é apenas um efeito de agora, mas vai piorar infelizmente a situação econômica do Brasil e o projeto econômico desastroso de Bolsonaro. Há risco de recessão. O rombo externo, que era de 50 bilhões de dólares em 2019, está se agravando em 2020. Pior ainda: houve uma queda na indústria de 1,1% em 2019, com tendência de piorar.

Os estrangeiros tiraram daqui 44 bilhões de dólares, a pior retirada de recursos estrangeiros em 38 anos, no Brasil.

E o que diz Bolsonaro? *"Eu quero mais sacrifícios do povo. Eu quero que o Congresso Nacional se ajoelhe para mim e aprove mais medidas restritivas de direitos do povo, como a Carteira Verde e Amarela"*. Bolsonaro quer retirar direitos dos trabalhadores, retirar direitos dos servidores públicos, quer liquidar a Constituição no que diz respeito à educação e à saúde, quer piorar o nível de vida do nosso povo. A economia está naufragando, aliás, já naufragou, Paulo Guedes: este ano já não há PIB para crescer.

Enquanto isso, Bolsonaro tenta esconder do povo a miséria que nós estamos sentindo aumentar no Brasil. Há 12 milhões de desempregados. O Brasil vai mal, e Bolsonaro, com sua baixa intelectualidade, acena com uma mão para enganar o povo com a outra mão. Por isso, ele tem que arrumar um bate-boca todo dia, toda hora. Agora o bate-boca é com o Congresso Nacional. Assim é Bolsonaro e, enquanto isso, a economia vai mal, o Governo vai mal.

Portanto, precisamos reagir. No dia 18, o povo tem que ir às ruas gritar: *"Fora, Bolsonaro! Sua política econômica desastrosa nos tem levado à fome. Nós não aguentamos mais. Basta, Bolsonaro!"* Essa é a palavra de ordem do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 2/318

3.2020.N Sessão Outro Evento 03/03/2020-15:44
Publ.: DCN - 3/4/2020 - BOCA ABERTA-PROS -PR
CONGRESSO NACIONAL BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO DISCURSO

Sumário

Descaso do Prefeito Municipal de Londrina com a saúde pública, especialmente quanto ao combate à dengue, no Estado do Paraná.

O SR. BOCA ABERTA (Bloco/PROS - PR. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos e a todas. O Prefeito de Londrina conseguiu bater o recorde. Agora ele levou a nossa cidade a mais de 4.700 casos de dengue confirmados.

Pelo amor de Deus, Prefeito de Londrina!

Como toda desgraça pouca é bobagem, Sr. Presidente, agora o Ministério da Saúde - pasmem os senhores - vai ter que devolver 400 mil litros de inseticida que serviriam para combater a dengue porque eles estão vencidos.

Espere lá! Alto lá! Ministério da Saúde, onde já se viu? Em Londrina, o povo está suplicando e clamando pelo tal do carro do fumacê - aquele que solta aquela fumaça, aquele veneno Baygon, para matar o mosquito. Agora o senhor aí, Secretário de Saúde, está desperdiçando 400 mil litros de veneno? Onde nós vamos parar?

Agora, o Prefeito de Londrina, com aquela maior cara de pau, diz ainda que está preparado para o tal do coronavírus. Lave a sua cara, prefeitinho pé de rato, mequetrefe, asa de barata! O senhor não está preparado e não preparou a cidade para enfrentar a dengue. O senhor é médico. O senhor disse que resolveria o problema da saúde de Londrina, mas a saúde do povo está na lata do lixo. O povo está morrendo na fila do desatendimento na UPA.

Beijo no coração! Fiquem com a paz de Deus.

Documento 3/318

3.2020.N Sessão Outro Evento 03/03/2020-16:28
Publ.: DCN - 3/4/2020 - MARGARIDA SALOMÃO-PT -MG
CONGRESSO NACIONAL BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO DISCURSO

Sumário

Homenagem às pesquisadoras Ester Sabino e Jaqueline Goes de Jesus, responsáveis pelo sequenciamento do coronavírus no País. Críticas ao Ministério da Educação pela alteração dos critérios adotados para a concessão de bolsas de mestrado e doutorado. Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Resultados negativos da política econômica vigente no País.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, no momento em que tanto se deprecia e se desvaloriza o serviço público, ameaçado por uma reforma administrativa que o desmontará, eu quero aqui prestar homenagem a duas servidoras pública: a Profa. Ester Sabino, pesquisadora conhecida da USP, e a pós-doutoranda Jaqueline Goes de Jesus, que em 48 horas conseguiram sequenciar o coronavírus, que, fora do Brasil, vem sendo feito num prazo de 15 dias.

Então, elas demonstraram a competência, a capacidade da academia brasileira e, mais ainda, sob a sua nova representação. Jaqueline Goes de Jesus é uma jovem negra do interior da Bahia. Nós nos orgulhamos de poder fazer aqui esse registro e prestar essa justa homenagem.

Essa mudança que essas duas mulheres representam - que devem ser lembradas em março, mês que celebra a luta das mulheres no mundo inteiro -, enfim, esse extraordinário avanço está sob risco e pode ser posto a perder pelo inqualificável Ministro Weintraub, que, mais uma vez, ataca a CAPES, porque de pós-graduação ele nada entende. Ele agora diz que não devem ser concedidas bolsas a programas de padrão internacional que sejam ministrados nas cidades com mais alto IDH. Ora, em Salvador, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, em Campinas, onde nós temos os programas mais qualificados, evidentemente as cidades também são as de mais alto IDH. Então, nós estamos impedindo que jovens como a Jaqueline, do interior da Bahia, venham a se graduar, a se doutorar e a fazer pesquisa nos grandes centros brasileiros.

O que eu gostaria de ponderar, no entanto, nesta parte final da minha fala, é que a assustadora incompetência do MEC não é um traço isolado, mas definidor do Governo Bolsonaro. O Governo Bolsonaro, além de ser misógino, autoritário, que descumpre e afronta a Constituição brasileira, também é incompetente. É o Governo das filas - das filas do INSS, das filas do Bolsa Família. É o Governo do desatendimento da população brasileira. É um Governo danoso na sua gigantesca incompetência.

Quero dizer que a suposta joia da coroa, a economia, desandou, como

mostram todos os indicadores, tanto o crudelíssimo indicador da fome como o da cotação do dólar, do preço da gasolina, do gás, da carne. Tudo mostra que Paulo Guedes, embora um pouco mais envernizado - nem tão mais que não tenha deixado de afrontar as trabalhadoras domésticas brasileiras -, ou, vamos dizer, um pouco mais escolarizado do que o Weintraub, é, entretanto, igualmente incompetente.

O que o Brasil precisa é de basta. Basta dessa gente! Basta de incompetência! Basta de desrespeito! Basta de prepotência! Fora, Bolsonaro!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 4/318

3.2020.N	Sessão Outro Evento	03/03/2020-17:56
Publ.: DCN - 3/4/2020 -	ALEXANDRE PADILHA-PT -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Atraso do Governo Federal na contratação de novos médicos para atendimento às populações de regiões carentes, não obstante à edição da Medida Provisória nº 890, de 2019, sobre a instituição do Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde - SUS e a criação do serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde. Não realização do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, deixo como lido discurso que gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa e divulgado nos meios de comunicação do Congresso Nacional e no programa *A Voz do Brasil*.

Hoje, completam-se 7 meses desde que o Presidente Bolsonaro editou a medida provisória que cria o programa Médicos pelo Brasil - 7 meses! A medida provisória prometia 18 mil médicos no País, 60% deles para o Norte e o Nordeste.

Mas, Sr. Presidente, já se passaram 7 meses, e nem sequer um médico foi contratado pelo Governo Federal para ir para as áreas onde a população está precisando de médico. E dados publicados nesta semana revelam que aumentou em 12% a mortalidade da população indígena, das crianças de até 1 ano de idade da população indígena no Brasil. O principal motivo para isso foi a saída dos médicos do Mais

Médicos das áreas indígenas.

Bolsonaro é cruel com a população brasileira, porque, passados 7 meses da criação do Médicos pelo Brasil, não levou nenhum médico ainda para essas regiões, não fez edital, não fez contratação. E é cruel também com milhares de brasileiros e brasileiras que se formaram no exterior e que poderiam estar atendendo à nossa população, cuidando da nossa população, mas desde o começo do Governo Bolsonaro até agora não foi feita nenhuma prova do REVALIDA, Sr. Presidente. Passou o ano passado inteiro, e nenhuma prova do REVALIDA foi feita. Já estamos no mês de março, e ainda não há edital de convocação para prova do REVALIDA. Bolsonaro não se preocupa com o povo brasileiro que não tem mais médico nas unidades de saúde.

Sr. Presidente, mais de meio milhão de brasileiros que vivem na cidade de São Paulo perderam os médicos do Mais Médicos e estão sem atendimento médico nas unidades básicas de saúde. No Estado de São Paulo, são quase mil os médicos que se foram, depois da destruição do Mais Médicos, e até agora Bolsonaro não levou nenhum médico para lá, através do Médicos pelo Brasil, para repor essas vagas.

São 7 meses de espera para que um médico chegue. Enquanto isso, o povo brasileiro está sofrendo, a mortalidade infantil está aumentando, as internações de crianças por pneumonia estão aumentando, a mortalidade pela dengue está aumentando no nosso País.

Dos 10 indicadores da área de saúde analisados em 2019, o Governo Bolsonaro melhorou em apenas 2; em 8 a situação piorou. Então, Bolsonaro, na área da saúde, tirou nota 2.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ALEXANDRE PADILHA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 1º de março, completamos 7 meses da publicação da Medida Provisória nº 890, de 2019, que instituiu o Programa Médicos pelo Brasil.

Naquela ocasião, o Presidente Jair Bolsonaro anunciou que seriam criadas 18 mil vagas e que esse programa substituiria o Programa Mais Médicos, que, segundo o Presidente, tinha componente "ideológico" e objetivava à formação de núcleos de guerrilhas no País.

Após 7 meses da publicação da MP 890, que foi convertida em lei com os aprimoramentos deste Congresso Nacional, nenhum médico foi contratado pelo Governo Federal para atender ao povo brasileiro.

O Governo afirmava que o Programa Mais Médicos tinha objetivos escusos e que o novo programa corrigiria esses defeitos. Passados 7 meses, fica evidente que o que incomodava este Governo eram os mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras que foram atendidos e tiveram médicos perto de casa através do acesso aos serviços de atenção básica.

Reportagem da *BBC Brasil*, publicada ontem, dia 2 de março, mostra que, após a saída dos médicos cubanos, o número de crianças indígenas que morreram antes de completar 1 ano de vida aumentou 12%. No lugar de levar mais médicos para quem mais precisa, este Governo tem levado mais mortes e negligência para milhões de brasileiros que tinham tido o seu direito à saúde assegurado antes do desmonte promovido por este Governo.

Aliás, a atitude de diminuir o quantitativo de médicos atuando na Saúde Indígena é o principal objetivo do Presidente no ataque aos povos da floresta, que, da tribuna desta Casa, já afirmou: *"A cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema em seu país"*.

Bolsonaro não respeita o nosso povo. Pior: Bolsonaro atua para deixar nosso povo à margem dos direitos que o Estado brasileiro deve garantir. Com os ataques ao Programa Mais Médicos, só no Estado de São Paulo são 862 médicos a menos. Este Governo retirou o atendimento médico de quase 3 milhões de paulistas.

Na cidade de São Paulo, mais de 120 médicos deixaram de atender pelas vagas federais do Mais Médicos, e Bolsonaro tem deixado quase meio milhão de paulistanos sem atendimento à saúde.

O Ministério da Saúde tem sistematicamente reduzido a quantidade de médicos do programa em todos os cantos desse País. Cidades como São Paulo, Fortaleza, Brasília, Manaus, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Campinas, que são Capitais de Estado ou estão localizadas na Região Metropolitana de uma Capital, possuem mais de 2.200 vagas do programa em aberto. São quase 8 milhões de brasileiros que não possuem mais acesso a atendimento médico de qualidade pela ausência de reposição de médicos pelo Ministério da Saúde.

O Governo tem alegado que essas cidades não possuem dificuldade em atrair médicos, mas na verdade a dificuldade que existe é deste Governo em conhecer a realidade do Brasil, das periferias das grandes

idades, dos rincões do País.

Já se passaram 7 meses da promessa do Governo de colocar 60% das 18 mil vagas do Programa Médicos pelo Brasil nos Estados das Regiões Norte e Nordeste. Contudo, até agora a realidade é que 5,6 milhões de brasileiros deixaram de ser atendidos pelos mais de 1.600 médicos do Programa Mais Médicos que tiveram que deixar as essas regiões e não foram substituídos por este Governo.

O veto do Governo à lei do REVALIDA, exame aplicado para legalizar os diplomas de médicos formados no exterior, será analisado hoje pelo Congresso Nacional. Desde 2017, o Governo Federal não aplica o REVALIDA, colocando em xeque o melhor instrumento para a validação justa do diploma de médico no Brasil. Esse é o fato que motivou o Congresso a torná-lo obrigatório por lei.

O REVALIDA foi criado durante o Governo Dilma, em portaria assinada quando eu era Ministro da Saúde, e o Ministro da Educação era Fernando Haddad. Desde o Golpe de 2016, que interrompeu o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, o exame está suspenso. Milhares de médicos e médicas formados no exterior estão sem exercer a medicina no Brasil, deixando milhões de brasileiros e brasileiras desatendidos.

Sabemos dos riscos do coronavírus, temos visto a preocupação da população em relação a essa epidemia. O Governo Federal disse que faria de tudo para combater o coronavírus, mas é só mais uma promessa pronta a ser descumprida. Afinal, trata-se do mesmo Governo que retira médicos do atendimento à população, que reduz equipes do Saúde da Família, que está extinguindo os Núcleos de Apoio à Saúde da Família e que tem deixado os mais pobres mais vulneráveis a essa e outras epidemias.

Não existe atendimento à saúde resolutivo que não seja integral e universal. E o que percebemos é que o atual Governo faz cortina de fumaça para sua incompetência e incapacidade de ofertar ao nosso povo atendimento de qualidade, contínuo e próximo de sua casa, negando evidências científicas e se apegando a um revanchismo político que tem como objetivo central atacar os direitos da população e deixar aqueles que são vulneráveis ainda mais vulneráveis.

Estudos recentes de pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas mostram que as unidades básicas de saúde - UBS que receberam médicos do Programa Mais Médicos realizaram mais consultas básicas, consultas de urgência, consultas de pré-natal e tiveram aumento no número geral de médicos.

Foram mais consultas e mais profissionais que, somados, se

traduziram em mais saúde para a população. Mas, enquanto as evidências e os dados mostram o sucesso do programa, o Governo aposta no terraplanismo sanitário e impede que o Mais Médicos continue fazendo o que sabe fazer de melhor: salvar e melhorar a vida de brasileiras e brasileiros.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que divulgue meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Documento 5/318

24.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/03/2020-11:44
Publ.: DCD - 3/6/2020	IRACEMA PORTELLA-PP -PI		
-			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Disseminação do coronavírus no contexto mundial.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo em todo o mundo um estado de alerta e preocupação por conta do coronavírus. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), no mundo são 87.137 pessoas afetadas e cerca de 3 mil mortes em 64 países.

O Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças aumentou o nível de risco do coronavírus (COVID-19) no continente de moderado para alto, enquanto a doença se espalha, atingindo novos países, como Portugal, e afetando a economia.

Os Estados Unidos confirmaram na noite de domingo, dia 1º de março, a segunda morte no país causada pelo vírus: um homem de 70 anos de Seattle, no mesmo Estado de Washington em que morreu o primeiro

infectado.

O número de casos suspeitos de infecção pelo novo coronavírus no Brasil subiu, na segunda, 2 de março, para 433, segundo dados do Ministério da Saúde. O Estado com o maior número de casos suspeitos é São Paulo, com 163, seguido por Rio Grande do Sul, com 73, de acordo com informações do Ministério. A lista segue com 42 casos de suspeita no Rio de Janeiro e 48 em Minas Gerais. Além disso, foram descartados 162 casos em todo o País.

Os dois casos da doença confirmados no Brasil são de pacientes de São Paulo que estiveram na Itália, uma das regiões mais atingidas pelo coronavírus.

O vírus que causa a doença ganhou da Organização Mundial da Saúde (OMS) o nome de COVID-19. Na última sexta-feira, o órgão elevou o grau de risco da epidemia do novo coronavírus para muito alto.

A Itália detectou quase 500 novos casos de contágio no domingo, dia 1º de março, um aumento exponencial que eleva o balanço a quase 1.700 no país. Também anunciou mais 5 mortes (34 no total), em três regiões do norte: Lombardia, Emilia-Romagna e Veneto.

A França, um novo eixo de contágio na Europa, contabiliza 130 casos e duas mortes.

Embora a transmissão do novo coronavírus tenha se desacelerado na China, outros países asiáticos registraram um salto no número de diagnósticos de COVID-19. A Tailândia registrou a primeira morte decorrente da doença. Segundo dados mais recentes, o Irã registrou 385 novas infecções pela doença: agora são 978 casos confirmados do novo coronavírus no país. O Kuwait elevou para 46 o número de casos - a maioria é de pacientes que estiveram em território iraniano ou que tiveram contato com pessoas que viajaram para lá. A Coreia do Sul, país com o ritmo mais acelerado de propagação da epidemia, anunciou nesta segunda-feira, 2 de março, quase 500 novos contágios, o que eleva o total a mais de 4 mil. O país também registrou mais 4 mortes (22 no total). É o segundo maior número de infecções depois da China, que já contabilizou cerca de 80 mil casos.

Apesar do temor da população mundial em relação à nova doença, os especialistas dizem que não é necessário entrar em pânico. Os sintomas da COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus) são similares aos da gripe: tosse, coriza, febre. De acordo com a OMS, 80% dos infectados se recuperaram sem necessidade de tratamento especial. A taxa geral de letalidade do vírus fica em torno de 3%, e ele é menos grave que o H1N1, segundo informou o Ministro da Saúde,

Luiz Henrique Mandetta.

Os principais atingidos até agora são pessoas com mais de 60 anos que têm doenças associadas. Segundo estudo do CCDC (Centro Chinês de Controle e Prevenção de Doenças), a taxa de mortalidade entre pessoas acima de 60 anos é de 8,8%.

As principais recomendações para se proteger do novo vírus incluem bons hábitos de higiene, como lavar as mãos com frequência, cobrir a boca e o nariz ao tossir e espirrar, manter distância de, pelo menos, 2 metros de pessoas que estejam tossindo ou espirrando, evitar tocar nos olhos, no nariz e na boca.

A OMS aconselha o uso racional de máscaras descartáveis para evitar desperdício, ou seja, elas devem ser usadas apenas em caso de sintomas respiratórios, suspeita de infecção por coronavírus ou por profissionais de saúde que estejam cuidando de pacientes que possam estar com a doença.

Ainda não foi desenvolvida uma vacina para o coronavírus. Por isso, a forma mais eficaz de se proteger é manter esses cuidados básicos.

Os médicos recomendam agir com cautela e evitar prontos-socorros em casos não urgentes para reduzir riscos de contaminação.

O mais importante, neste momento, é acompanhar as notícias dos órgãos responsáveis pelo controle da doença, confiando nas soluções que já estão sendo dadas pelos especialistas de todo o mundo, mantendo a calma e cultivando bons hábitos de saúde.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Documento 6/318

27.2020	Sessão Não Deliberativa de	05/03/2020-16:32
Publ.: DCD	Debates - CD	
3/6/2020 -	PAES LANDIM-PTB -PI	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR DISCURSO

Sumário

Elogio ao Governo brasileiro, especialmente ao Ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, pelo repatriamento de cidadãos brasileiros residentes na República Popular da China, epicentro do surto do coronavírus. Competência do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Homenagem póstuma ao jornalista Celso Pinto, fundador do jornal Valor Econômico. Artigo Era o mais brilhante de nossos tempos, de autoria do economista Delfin Netto, divulgado pelo periódico. Homenagem póstuma ao advogado José Moacy Leal. Denominação do cartório móvel eleitoral de Cartório José Moacy Leal pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, em homenagem ao causídico.

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB - PI. Com revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizar o Governo da República pela presença e pelo trabalho excelente que vem sendo feito pelo grande Ministro, o nosso ex-colega Luiz Henrique Mandetta, à frente do Ministério da Saúde.

Nessa crise mundial causada pelo coronavírus, o Brasil tem atuado bem. O Governo agiu com prudência ao trazer brasileiros do foco do vírus na China diretamente para a Base Aérea de Anápolis. Quero parabenizar o nosso atual Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, um *gentleman* firme nas suas ações. Ele é um grande militar e providenciou com competência a operação de transporte dos nossos conterrâneos da China para internação na Base Aérea de Anápolis, em Goiás.

Luiz Henrique Mandetta vem surpreendendo o País com o seu desprendimento, com o seu conhecimento e com a sua simplicidade ao discutir os problemas mais complexos ligados ao vírus. Ao mesmo tempo, também de maneira simples, vem ensinando como a população de modo geral deve se comportar diante do vírus, até mostrando o exemplo de como se faz a higienização das mãos. Enfim, ele mostra a sua personalidade, a sua competência e a sua simplicidade. A entrevista dada por ele à *Folha de S.Paulo* na sexta-feira dia 28 de fevereiro foi uma lição de estadista da saúde e uma surpresa agradável para o País. Não foi surpresa para os que na Câmara atuaram com ele na Comissão de Saúde, no mandato passado, quando as suas intervenções eram sempre ricas de ensinamento e provocações oportunas aos Ministros da área que eram submetidos à apreciação daquela Comissão técnica da Câmara dos Deputados.

O próprio Elio Gaspari, que tem sido crítico de atos do Governo Federal, mas com a competência e a seriedade que lhe são peculiares, ressaltou em sua respeitada coluna como vem se havendo Luiz Henrique Mandetta à frente do Ministério da Saúde, destacando também o trabalho excepcional da Ministra de Estado Tereza Cristina,

sobre a qual já me reportei nesta Casa umas duas ou três vezes.

Sr. Presidente, desejo também registrar a morte de Celso Pinto, um conceituado jornalista que conheci e com quem me encontrei duas ou três vezes. Ele me encantou pela sua simplicidade, seu *savoir-faire* e, sobretudo, seu porte de profissional culto e competente, sem nenhuma afetação como jornalista. Foi um grande jornalista econômico, que comandou a criação, o início da atividade do jornal *Valor Econômico*. Naquele momento, fazia, de certa maneira, uma concorrência com a *Gazeta Mercantil*, que veio a desaparecer. Trazia experiência fantástica, porque foi correspondente da *Gazeta* em Londres, trabalhava no mesmo prédio do *Financial Times*, que é um grande jornal. Aliás, a *city* londrina tem essa peculiaridade, tem talvez o jornal e a revista mais importantes de economia do mundo, a revista *The Economist* e o jornal *Financial Times*, bíblias do mundo ocidental em matéria econômica. Ele teve essa experiência lá porque, como correspondente, seu escritório ficava exatamente onde funcionava o *Financial Times*.

Morreu jovem e teve que deixar o jornalismo precocemente, por problemas cardíacos da maior gravidade. Há mais de 10 anos vinha sofrendo de problemas no coração.

Todos os grandes homens públicos deste País na área diplomática, como Rubens Barbosa, ou melhor, em todos os setores - financeiro, bancário, de negócios -, se reportam-se a Celso Pinto com admiração, mercê da inteligência e seriedade das análises econômicas que ele elaborava sobre o País e o mundo. Eu imaginava que ele tivesse um diploma de Economia, e o próprio Delfim Netto, em sintético e belo artigo, trata-o como economista, por isso, lendo ontem o jornal *Valor Econômico*, que registrou sua morte, fiquei surpreendido ao saber que ele era um sociólogo, o que realmente reflete a sua alta acuidade intelectual na dedicação à matéria econômica, setor em que granjeou o respeito e admiração dos agentes econômicos, pessoas do nível de Delfim Netto.

Descobri que ele era sociólogo no belíssimo artigo da sua colega de jornal Vera Brandimarte, que diz, com muita propriedade: "*Fontes consideravam um privilégio tê-lo como interlocutor, pela inteligência, argúcia de seus questionamentos, clareza e honestidade de seus textos*".

Também no *Valor Econômico*, Delfim Netto escreveu que Celso Pinto, como analista econômico, "*era o mais brilhante de nossos tempos*".

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de um jornalista exemplar, simples,



modesto, sem nenhuma pompa, exemplo de jornalismo, exemplo de um jornalista sério, em quem as fontes confiavam, preocupado apenas com o fato, com a economia do País do ponto de vista global, independentemente dos governantes e líderes, repórter exemplar, que serve de lição e de exemplo a todos que queiram se dedicar ao jornalismo, sobretudo na área da análise econômica.

Peço a V.Exa., de antemão, a transcrição nos Anais desta Casa do artigo do grande Delfim Netto, que, por muitos anos, 18 anos, escreveu no *Valor Econômico* uma coluna semanal, a convite exatamente desse jovem repórter que morreu tão cedo, mas que deu muita contribuição ao jornalismo econômico do nosso País, uma lição de vida e de jornalismo aos jovens que se dedicam ao jornalismo de modo geral, mas sobretudo à análise econômica.

Sr. Presidente, desejo ainda prestar a minha homenagem a uma figura humana respeitada do meu Estado, falecido no dia 25 de fevereiro, de infarto, o Dr. José Moacy Leal, um advogado sério, probo e confiável. Ele exerceu vários cargos na administração do meu Estado. Foi Secretário de Administração no Município de Teresina na gestão do Prefeito Freitas Neto.

Na gestão de Freitas Neto como Presidente da TELEPISA, foi advogado da antiga empresa estatal de comunicação do Estado, subsidiária da TELEBRÁS, além de assessor jurídico e de diretor administrativo do Departamento de Estradas de Rodagem do meu Estado. Foi, ainda, assessor jurídico e chefe de gabinete do honrado Governo de Freitas Neto.

Sr. Presidente, Moacy Leal deixou sua marca no Estado, no serviço público e na sua atuação profissional como advogado, dedicado especialmente à área de Direito Eleitoral, em que atuou por 30 anos, após uma rica experiência como juiz do Tribunal Regional Eleitoral do meu Estado, onde se portou com simplicidade, altivez e discrição, mas, sobretudo, com muita dignidade.

Advogado discreto, circunspecto, jamais insinuaria relações de amizade com quem quer que fosse na área jurídica para dissimular prestígio, influências. Ao mesmo tempo, era uma pessoa com quem ninguém tinha coragem de ter conversas que não fossem rigorosamente republicanas em todos os cargos administrativos que exerceu, e também no Tribunal Regional Eleitoral.

Quero por fim, Sr. Presidente, registrar a justa homenagem tributada ao Dr. Moacy Leal pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Fiquei sabendo ontem pelo seu Diretor-Geral, Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho, que o Presidente do TRE do Piauí, o Desembargador Paes Landim Filho, com a aprovação dos seus pares, após o nome de José

Moacy Leal ao cartório móvel eleitoral. Na justificativa do pedido submetido à apreciação daquele tribunal, o Desembargador Paes Landim Filho salientou que *"sua fidalguia e sapiência conquistou a todos - membros, servidores e demais advogados que por aqui militam - durante o período em que atuou como jurista deste tribunal, assim como em todos os demais anos em que nos honrou com sua presença"*.

Eu também queria dizer que ele foi advogado, por muitos anos, do Partido Trabalhista Brasileiro, a convite do seu atual Presidente, o ex-Senador João Vicente Claudino, com quem trabalhou desde o início do século, respeitadíssimo, dado o seu comedimento, a maneira prudencial com que sempre dava as suas opiniões, conselhos e a orientações ao partido e a todos aqueles que o consultavam.

Moacy Leal deixou dois filhos: Marcelo e José Moacy Leal Júnior. Quero a ambos enviar as minhas mais sinceras condolências, extensivas à nobre viúva, D. Maria das Graças Nunes de Sousa Leal, aos demais familiares e aos seus amigos e admiradores. O Piauí perdeu um exemplo de homem público e de profissional da maior dignidade e seriedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM.

Matéria referida:

- "Era o mais brilhante de nossos tempos"

'Era o mais brilhante de nossos tempos'

Conheci e respeitei Celso em toda a minha vida. Pelo seu conhecimento, pela modéstia, por sua paixão para ir "até o fim" no esclarecimento de assuntos complexos, E, acima de tudo, pelas análises sofisticadas de um economista competente, que se protegia na qualidade de jornalista com escrita clara, inteligente, envolvida, de linguagem respeitosa e urbanidade insuperável.

Fui sua fonte e nunca tive razão para arrependimento. Sempre usou as informações de forma construtiva. Sempre se preocupou com a veracidade, qualidade e precisão da notícia que dava a seus leitores. Por isso, tornou-os, durante muito tempo, os mais bem informados do país.

Nos tempos difíceis da economia brasileira, frequentei Londres por necessidade de ofício. Lá tivemos longos e profícuos encontros, nos quais descobri seu seguro conhecimento da melhor teoria econômica, que ele protegia com seu recato e horror ao exibicionismo, diferentemente do que ocorre hoje com nosso jornalismo econômico.

Ao longo dos anos construímos longa e respeitosa amizade que permitiu um convívio agradável, mesmo com as eventuais divergências, quando exercia a sua crítica sempre elegante e pertinente. Ele me honrou com um convite para escrever uma coluna semanal para o Valor, que estava a criar, que atendi por 18 anos.

O Brasil perde, em Celso, um dos seus mais argutos economistas, escondido no, seguramente, mais brilhante jornalista econômico de nossos tempos.

Documento 7/318

27.2020	Sessão Não Deliberativa de	05/03/2020-17:04
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 3/6/2020	RONALDO CARLETTO-PP -BA	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Disseminação mundial do coronavírus. Pedido ao Governo Federal de adoção de políticas emergenciais e de campanhas públicas destinadas à contenção do avanço da Covid-19 no País.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RONALDO CARLETTO.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na iminência de uma epidemia mundial do fatídico coronavírus, ocupamos esta tribuna para solicitar ao Governo políticas de emergência, bem como esclarecimentos à população sobre a doença.

Por enquanto, os casos estão concentrados na China, onde o número de mortes já passa de 900 e o de pessoas infectadas atinge 40 mil. Existem ainda mais de 20 mil casos suspeitos da doença.

A Organização Mundial da Saúde deslocou um time de especialistas àquele país, no dia 9 de fevereiro, para tentar conter a disseminação do vírus. Enquanto isso, a doença continua se espalhando pelo mundo. De acordo com informações do jornal *O Globo*, já foram mais de 320 casos de contaminação em 30 países.

Apesar dos números alarmantes, a OMS ainda não vê risco de pandemia, pois a maioria dos casos ainda está restrita à China. As recomendações à população mundial são no sentido de que todos lavem as mãos com frequência, porque existe a possibilidade de que o vírus continue em uma superfície após um certo tempo e uma pessoa, ao tocá-la, ser contaminada. Além disso, deve-se cozinhar bem a comida e evitar alimentos crus ou mal cozidos. Recomenda-se que qualquer pessoa que tiver febre e dificuldade para respirar procure atendimento médico imediato e compartilhe seu histórico de viagens com o profissional de saúde que atendê-la.

Quanto ao uso de máscaras, sua utilidade é restrita somente para quem está com os sintomas do coronavírus. Dessa forma, pode-se bloquear a transmissão para outras pessoas.

A Organização Pan-Americana da Saúde tem atuado conjuntamente com a OMS, prestando apoio técnico aos países das Américas e mantendo o sistema de saúde dos países-membros em alerta para a detecção e isolamento de pacientes infectados com o coronavírus.

Neste momento, o que se sabe sobre a doença é que ela se originou na cidade de Wuhan, na China, provavelmente em um mercado local. A princípio, os sintomas são comuns, como o de qualquer gripe forte: febre, tosse e dificuldade de respirar. Contudo, a doença pode se agravar e causar pneumonia, síndrome respiratória aguda, insuficiência renal e morte.

O vírus é transmissível de pessoa para pessoa, por meio do contato próximo com pessoa infectada, ou pelo toque em superfície contaminada. A OPAS e a OMS alertam para evitar contato próximo com qualquer pessoa com sintomas semelhantes à gripe ou resfriado.

Até o dia 9 de fevereiro, o Brasil tinha 11 casos suspeitos de

coronavírus, nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Não houve nenhum caso confirmado de coronavírus no Brasil até agora.

A Força Aérea Brasileira resgatou 34 brasileiros que estavam na cidade de Wuhan. Eles devem ficar em quarentena por 18 dias na cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, mas estão todos assintomáticos e bem de saúde.

Em meio ao crescimento da apreensão mundial sobre o risco da disseminação da doença, causa-nos surpresa a falta de comunicação do Governo sobre as políticas adotadas para evitar a entrada do vírus no Brasil. Nosso sistema de saúde já está sobrecarregado e não suportará uma epidemia.

Nenhuma campanha de esclarecimentos à população foi divulgada. No portal do Ministério da Saúde, encontramos informações sobre a capacitação de equipes de saúde para diagnosticar o vírus, mas não há instruções sobre como se resguardar da contaminação. A imunização contra a gripe começará em março deste ano, um mês antes da que ocorreu no ano passado, mas essa decisão já estava tomada antes do aparecimento do coronavírus.

Reitero, portanto, meu questionamento do início do discurso: quais as políticas específicas que o Governo pretende adotar em relação à epidemia de coronavírus? Como a população terá acesso à informação?

Estamos diante de uma grave situação internacional, e o Governo brasileiro precisa apresentar, com urgência, um plano que combata a doença e impeça sua disseminação no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 8/318

004.2.56.N

Sessão Extraordinária - CN 10/03/2020-14:52

Publ.: DCN - 3/12/2020 - SIDNEY LEITE-PSD -AM

CONGRESSO NACIONAL BREVES COMUNICAÇÕES
BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falta de estrutura da rede de saúde pública de Manaus para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Maior atenção dos governantes com as municipalidades da região amazônica diante da proliferação da doença. Clima



de insegurança jurídica gerado pelo Governo Federal na Zona Franca de Manaus, com a alteração da alíquota do IPI incidente sobre o polo de concentrados de refrigerantes. Corroboração do comprometimento do orador com a Zona Franca de Manaus, ao ensejo do transcurso dos 53 anos de sua criação.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, a cada dia, vimos no Brasil crescerem os casos, Deputado Charles, de coronavírus, que têm afetado a economia mundial. E o Brasil tem sentido reflexos, mesmo o Ministro Paulo Guedes tendo dito que o Brasil é uma economia fechada.

Eu quero trazer aqui uma preocupação, que pode, creio eu, se refletir em outros lugares deste País. Na cidade de Manaus, que é a maior cidade da Amazônia, com mais de 2 milhões de habitantes, a sua estrutura de saúde, de atenção básica, só tem 32% do programa de médicos de Saúde da Família em toda a sua capilaridade e tem aí em torno de 20% de forma individualizada, muitas vezes com a presença do médico, ou seja, metade da população da cidade de Manaus não tem um mínimo de atenção básica. As UTIs neonatais na cidade de Manaus estão abarrotadas. Por quê? Porque as mulheres sequer conseguem fazer pré-natal. E como é que nós vamos ficar diante dessa epidemia, quando a rede de saúde pública do Município, que é a porta de entrada do sistema de saúde, sequer está presente em todos os bairros e zonas da cidade de Manaus?

Hoje, eu venho aqui a esta tribuna para chamar a atenção no sentido de uma atenção especial, diferenciada para com a região da Amazônia brasileira, que, como disse aqui o Deputado Hildo, sofre a intensidade das chuvas, e esse é um período muito propício para a propagação de gripes. Essa é uma preocupação que eu externo aqui nesta Casa, no sentido de que nós possamos estar antenados, mas não deslocados da realidade dos Municípios e dos Estados brasileiros, porque, senão, nós não teremos a estrutura necessária, como é o caso da cidade de Manaus, para fazer o devido enfrentamento e receber, quando necessário, os possíveis pacientes que estejam com suspeita do coronavírus.

Outro assunto, Sr. Presidente, é que nós vamos agora comemorar os 53 anos da Zona Franca de Manaus, modelo de desenvolvimento regional que consegue agregar conhecimento, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento econômico e é consolidado como o melhor programa de conservação e manutenção do meio ambiente que nós temos experimentado no nosso País. Infelizmente, a política econômica do atual Governo não compreende, não entende a importância do modelo Zona Franca de Manaus. Senão, vejamos, Sr. Presidente. Agora, o polo de concentrados tem um faturamento de aproximadamente US\$10 bilhões e tem a sua cadeia produtiva enraizada em vários Municípios do interior do Estado, inclusive minha terra, Maués, com o guaraná. Esse polo consegue, com mais de 33 empresas instaladas na Zona Franca, produzir o insumo necessário para inúmeras bebidas em todo o Brasil.

E o Governo gera a insegurança jurídica quando renova uma situação em relação ao IPI, que só dura cinco meses, até novembro, podendo fazê-lo como um todo, gerando instabilidade em outros segmentos do polo industrial da Zona Franca de Manaus...

(Soa a campainha.)

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM) - Isso nos tem gerado preocupação, mas, por outro lado, também reforça o nosso compromisso para com a região de lutar em defesa dos interesses não só do polo industrial da Zona Franca de Manaus, mas dos interesses do Amazonas e da Amazônia, porque a Zona Franca é, acima de tudo isso que eu falei, uma referência em polo de tecnologia, de resultados, de produtividade, de ganhos, de resultados fiscais para o País. Como eu já disse aqui desta tribuna, está entre uma das maiores contribuições das unidades federativas do Brasil. É também esse modelo que consegue conservar a Amazônia.

Por isso, na comemoração de 53 anos da Zona Franca de Manaus, quero aqui reafirmar o nosso compromisso com esse modelo de desenvolvimento regional, de geração de oportunidade, emprego e renda.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 9/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020 -	VANDERLEI MACRIS-PSDB -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Presença no plenário do Vereador João Pita, do Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo. Contribuição do Parlamento para a recuperação econômica do Brasil. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro de articulação política para o enfrentamento de crise decorrente da epidemia mundial do coronavírus e do preço do petróleo.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, nobres Srs. Deputados, gostaria primeiro de

agradecer a presença hoje aqui do Vereador João Pita, da cidade de Guaratinguetá, Vereador e ex-Presidente da Câmara.

Seja muito bem-vindo ao Parlamento brasileiro!

Eu não sou dos mais pessimistas, como o colega que me antecedeu. Eu acredito no Brasil. Creio que o Brasil está começando a se preparar para o futuro, começando a dar sinais não só na economia, mas também na estruturação da sua verdadeira função, que é uma melhoria e, mais do que isso, uma proposta de mudança na questão tributária e também na questão administrativa. O Parlamento brasileiro está pronto para poder dar a sua contribuição, como o fez efetivamente na reforma da previdência, na reforma trabalhista e em tantos outros projetos que o Parlamento brasileiro tem dado como respostas.

Acontece que nós vivemos uma crise, uma crise mundial, e quem acha que o Brasil não será afetado por isso está, na minha opinião, devidamente equivocado. O Brasil será, sim. Isso não é opinião minha; é opinião de todos os setores da sociedade brasileira: da economia, da indústria, de serviços. Enfim, há, não só pelos analistas, a preocupação de que essa situação do coronavírus e também do petróleo vai afetar necessariamente o Brasil. E poderemos ter, se nós não tomarmos o cuidado necessário, uma recessão ainda neste ano de 2020, o que é inadmissível. Nós temos condições de poder caminhar na direção contrária.

O Brasil está num processo de desaceleração, como o mundo inteiro. Nós vemos países parando. A Itália, por exemplo, parou no tempo. Há outros Estados brasileiros já com preocupações, como outros países do mundo que estão no caminho de viabilizar uma situação impossível de ser administrada se nós não tomarmos as nossas precauções. O Brasil será afetado, sim, por esse problema, não tenha dúvida, como disse anteriormente a opinião de todos os setores da sociedade.

Agora, este é o momento de bom senso. Este é o momento em que precisamos parar, todos nós, inclusive na questão partidária, na questão ideológica, todos devemos parar com as questões essas que disse e estabelecer o bom senso. O bom senso é necessário neste momento para que a gente possa buscar alternativas de preparação para essa crise que se avizinha aqui no nosso País. Este é o momento de firmar lideranças. É importante dizer: precisamos firmar lideranças neste momento, momento de crise que o Brasil vive.

Este é o momento - e quero deixar muito claro isto - em que o Presidente da República precisa assumir a sua responsabilidade, legitimado pelo voto para, hoje, administrar a vida do País. Ele, como Presidente da República, Presidente Jair Bolsonaro, tem obrigação hoje de estabelecer o bom senso nas suas ações, chamando para conversar o Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, também com o Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, para trocar ideias e definir de maneira conjunta o que vamos fazer no País para enfrentar

as dificuldades que vamos ter logo mais à frente.

Esta, Sra. Presidente, Srs. Deputados, é a minha opinião: o Presidente Jair Bolsonaro, com a legitimidade do voto que tem, tem a obrigação, tem a responsabilidade e precisa assumir a questão política, a articulação política para nos prepararmos para a crise.

Não é o momento de criar tensões. Não é o momento de criar dificuldades. O momento, agora, é de bom senso. E ao Presidente da República cabe essa tarefa, num regime presidencialista que nós temos.

Não adianta ficar no vai não vem. Há que se tomar decisões de bom senso hoje para preparar o País para as dificuldades que vamos ter. Não há condições hoje de a gente criar e viabilizar conflitos, mas convergências...

(Soa a campainha.)

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB - SP) - Para concluir: convergências que são necessárias num momento como este.

Portanto, cabe ao Presidente da República, que precisa e deve assumir a sua responsabilidade.

Fica aqui a minha opinião, Sra. Presidente, sobre essa crise se avizinha, importante, que precisa ser debelada com antecedência, com a criação de bom senso e com propostas efetivas para superar essas dificuldades.

Muito obrigado.

Documento 10/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Considerações sobre alerta do Ministro da Saúde, Luiz Mandetta, sobre o alto risco de contaminação pelo coronavírus entre os Parlamentares.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o meu pronunciamento se dirige à Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado para reflexão.

Recebo agora, aqui, uma manifestação do Deputado Wladimir Garotinho, no grupo do PSD, reportando-se à fala do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Diz que os políticos estão entre os maiores grupos de risco de contrair o coronavírus. Sugeriu que sejam adotados protocolos rígidos de acesso ao Parlamento brasileiro, evitando aglomerações.

Faço um complemento a esse alerta, citando a advertência de um consultor da Casa - que pediu para que seu nome não seja divulgado -, que diz o seguinte:

A Câmara dos Deputados e o Senado da República, o Congresso, reúnem todas as características para serem os maiores vetores de transmissão do vírus em território nacional, quais sejam: pessoas do mundo inteiro chegando e saindo, pessoas indo e vindo para aeroportos o tempo inteiro. Quase todas as atividades legislativas ocorrem sob forte aglomeração.

Apenas para o senhor ter uma ideia: com quantas pessoas nós tivemos contato ao chegar aqui a Brasília, vindas dos nossos Estados? São 81 Senadores, 513 Deputados Federais. Multiplique esse número pelas pessoas com que nós mantivemos contato. É apenas para a reflexão da Mesa da Câmara e do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 11/318

004.2.56.N

Sessão Extraordinária - CN 10/03/2020-14:52

Publ.: DCN - 3/12/2020 - VITOR HUGO-PSL -GO

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

ORIENTAÇÃO DE BANCADA
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Veto Total nº 55, de 2019, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996 (nº 3.055/1997, na Câmara dos Deputados), acerca da alteração da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para elevação do limite de renda familiar per capita para fins de concessão do benefício de prestação continuada.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de fazer um apelo à Câmara dos Deputados em relação a esse tema.

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO) - Presidente, queria fazer um apelo aqui aos Deputados.

Nós estamos vivendo um momento de crise fiscal, estamos em uma crise internacional econômica, temos incertezas em relação ao coronavírus. O Parlamento foi muito responsável quando nós aprovamos juntos aqui o orçamento impositivo. Mas nós trouxemos para nós também uma responsabilidade grande quando nós aprovamos o orçamento impositivo: qualquer abertura, qualquer gasto a mais, como esse agora, embora muito justo, vai trazer um reflexo econômico muito forte. E é por isso que eu faço o apelo para que a gente mantenha esse veto. É um veto importante, que foi construído dentro do Executivo com muito estudo e com muita parcimônia, para que a gente consiga atravessar essa crise com responsabilidade.

É por isso que o Governo está orientando "sim", pela manutenção do veto.

Documento 12/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020 -	ENIO VERRI-PT -PR	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Incompetência do Governo Jair Bolsonaro. Críticas aos projetos encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional para enfrentamento da crise deflagrada pela epidemia de coronavírus.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente. Quero inicialmente dizer que V. Exa. fica muito bem nessa cadeira.

Colegas Deputados, Deputadas, nós estamos vivendo uma das maiores crises da nossa história. O mundo todo sofre agora com a situação do coronavírus, com a briga da Rússia com a Arábia Saudita sobre o preço do petróleo, e isso, sem dúvida nenhuma, atinge todo mundo. Mas o que nos surpreende nessa grande crise é que o Brasil, que também está inserido nessa crise, sente mais do que os outros.



É importante perceber que a Bolsa de Valores caiu no mundo todo, mas no Brasil caiu mais. É importante perceber que as moedas locais se desvalorizaram em relação ao dólar, mas no Brasil caiu mais. É importante lembrar que o dólar é a moeda mais desvalorizada do mundo nesta crise de apenas poucos dias. Afinal de contas, o que é que faz com que o Brasil sinta tanto essa crise? É óbvio e está nos números, na vida da pessoa e na votação deste veto: a total incompetência do Governo Jair Bolsonaro, em especial a do Ministro Paulo Guedes, de dirigir este País.

No aspecto social, o Governo de Bolsonaro é uma fraude. A sua própria base vota contra o Bolsa Família, vota contra os projetos que ele mesmo manda, como está fazendo agora, provando não só a sua insensibilidade, mas o quanto falta com a verdade quando vai falar para a população.

No aspecto econômico, basta ver o resultado do PIB: 1,1%; basta ver o número de desempregados; basta ver os investimentos. Para que se tenha uma ideia, as nossas reservas cambiais foram jogadas, a duras penas - a duras penas! Em junho do ano passado, 2019, elas estavam em US\$390 bilhões e chegaram, em dezembro, a US\$357 bilhões. Paulo Guedes e Bolsonaro queimaram - queimaram! - US\$33 bilhões. Esse dinheiro não foi para garantir financiamento para micro e pequena empresa, não foi para a infraestrutura: foi para segurar o dólar. Mas cadê? Segurou? Não, não segurou porque é incompetente, porque a prioridade dele é apenas, puramente, os interesses do mercado financeiro.

Portanto, a população vive neste ano o resultado da absoluta incompetência deste Governo. E pior, caros Parlamentares, neste momento de crise Paulo Guedes aproveita-se deste momento para mandar para a Câmara, para o Congresso Nacional uma alternativa. A alternativa que ele apresenta é um rol de projetos que já era dele e que já aumentou a crise. Essas alternativas, se forem aprovadas nesta Casa, vão piorar ainda mais a crise. Se aquilo que Paulo Guedes mandou para o Congresso for aprovado aqui, a fome neste País ficará incontrolável, a miséria neste País ficará incontrolável. Nós não podemos admitir isso.

Por isso, a Minoria, que é composta pelo PT, que é composta pelo PDT, pelo PCdoB, pelo PSB, pelo PSOL e pela Rede, apresenta à sociedade uma proposta concreta de saída imediata da crise. E não é propaganda; é muito simples: não há saída para a crise sem mexer no orçamento. O mundo todo está mexendo no orçamento. Nós temos que acabar com a Emenda Constitucional 95. É ela que vai aprofundar essa crise. Nós temos, urgentemente, que conter as PECs do mal, as PECs que atingem o serviço público e que querem privatizar ainda mais - como estão fazendo ao fatiar, esquartejando - a Petrobras. Precisamos de recursos para o SUS para enfrentar o coronavírus que aí está - e hoje o SUS não tem dinheiro suficiente para isso.

É preciso um projeto de inclusão social, de aumento real do salário mínimo e, principalmente, de compromisso com a soberania nacional. É isso que une esses seis partidos. É isto que nos faz olhar para a frente e com muito mais

responsabilidade do que este Governo que está aí: apresentar um projeto que convida a cada um e cada uma aqui presente a somar-se a nós, a somar-se num projeto que está preocupado com o Brasil, não com uma minoria, não em manter a base social que lhe garanta a reeleição e muito menos ficar de bem com o Trump ou com o mercado financeiro. A nossa preocupação é a população brasileira, é a construção de um país que seja justo, fraterno e, principalmente, igualitário.

Viva o Brasil!

Documento 13/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Críticas ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro diante da crise deflagrada pela epidemia de coronavírus. Defesa de imediata votação das propostas apresentadas pela Oposição para enfrentamento da crise na saúde e para proteção da economia brasileira.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, o Brasil vive hoje, talvez, uma das suas maiores crises nos últimos 20 anos. E o nome dessa crise chama-se Bolsonaro. É o Presidente da República. Não caiu ainda a ficha dele onde ele se meteu. O maior problema que o País vive hoje chama-se Bolsonaro. O Presidente é um desequilibrado, porque o mundo inteiro com problemas nas suas economias, uma pandemia assustando a população mundial e do Brasil, e o que faz o Presidente da República? Vai para o Twitter. Vai governar pelo Twitter, esculhambando a imprensa, esculhambando os jornalistas, botando fogo para o pessoal ir para uma manifestação para elogiá-lo, botando fogo contra o Congresso, contra o Presidente da Câmara. É isso que faz o Presidente.

O que o povo espera numa hora como esta? O povo espera que o Presidente da República chame para si a responsabilidade, aponte rumos, aponte saídas para a crise, diga o que vai fazer. Mas o desequilibrado do Presidente da República assusta mais ainda as pessoas, que vão aos supermercados e encontram lá tudo mais caro: o arroz, a carne e o feijão.

As pessoas vão atrás de saúde e estão assustadas, porque não se tem o *kit* do coronavírus para poder fazer os testes, já que o Governo não encontrou uma

saída ainda para que ele chegasse a todas as cidades brasileiras. As pessoas vão abastecer o carro, ou a sua moto, o combustível está mais caro. Chega a conta da energia, e está mais cara na vida das pessoas.

E o Presidente faz o quê? Vai para o Twitter brigar, esculhambar a imprensa, os Parlamentares. Ele é um desequilibrado, porque ele não se dá conta de qual o tamanho da crise em que, num único dia, a maior empresa brasileira perdeu 91 bilhões, como foi a Petrobras. O Presidente não aponta saída para isso.

E aí o que faz o Guedes, a mando do Bolsonaro ou não? O Guedes faz o quê? Ri da cara do povo brasileiro, porque ele manda esse bocado de projeto para cá, pedindo para o Congresso votar, e nenhum deles traça uma única linha sobre o desenvolvimento do País, sobre os mais pobres, sobre a pandemia do coronavírus.

Aí eu pergunto para os senhores: o que a autonomia do Banco Central tem a ver com a pandemia do coronavírus? Nada. Mas é isso que eles querem que a gente faça aqui. Em que a privatização da Eletrobras tem a ver, vai resolver esta crise do País, ou tem a ver com a pandemia do coronavírus? Nada.

Srs. Presidentes, ainda há mais aqui a história da venda da Casa da Moeda. O Presidente da República e esse Ministro Guedes não tem noção do que está acontecendo com o mundo e com o País. O povo brasileiro, assustado, quer emprego. O povo brasileiro, assustado, quer proteção para a sua saúde, para a sua vida. O povo brasileiro, assustado, quer dinheiro para comprar o café, o almoço, a janta. Mas o Bolsonaro só sabe responder: "Vamos fazer reforma! Vamos fazer reforma!". E vai para o Twitter esculhambar todo mundo.

Já foi feita a reforma da previdência, tirada do couro das costas do povo brasileiro, e o País não cresceu, não se desenvolveu. Já foi feita a reforma trabalhista. Agora eles estão dizendo que vai vir mais uma outra reforma, que é a reforma para mudar a vida dos servidores públicos, daqueles servidores que ainda serão contratados, quando ele diz que não vai haver concurso público. Então, o Presidente diz que não vai mais ter concurso público, mas que ele vai fazer uma reforma administrativa para aqueles que não vão ter concurso público. É maluquice! É desequilíbrio total! É não saber onde é que está pisando! É não conhecer as suas responsabilidades!

Onde é que essas esculhambações que o Bolsonaro faz no Twitter, onde é que esses projetos do Guedes aqui vão resolver o problema do crescimento da economia, das bolsas despencando, do dólar subindo, do desemprego da população brasileira?

O Presidente precisa se dar conta, sentar naquela cadeira pelo menos por um minuto e se tornar um grande homem, comandar o País. Não dá para as pessoas continuarem assustadas...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - Só para concluir, porque eu já vou abrir o painel.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Não dá para a população continuar assustada, com o combustível subindo, com a conta de energia aumentando, com a carne ficando mais cara. E o Presidente da República não encontra uma saída para o desemprego no País, para o desalento das famílias e para o medo do coronavírus. É preciso comandar o País.

Nós da oposição apresentamos hoje uma carta com algumas medidas que precisam ser votadas nesta Casa urgentemente. Nós vamos, sim, botar recursos no Ministério da Saúde para enfrentar o coronavírus e nós temos propostas para ajudar a economia do País. Mas não é diminuindo o tamanho do Estado, não é acabando com os bancos públicos, não é não se preocupando com o emprego no País, não é investindo que a gente vai resolver. Ninguém do setor privado vai botar dinheiro em economia se o Governo não tomar a frente.

O Presidente dos Estados Unidos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - ... já deu uma entrevista ontem apontando saídas para o país diante da crise. Os Presidentes de outros países também. E o Presidente Bolsonaro se cala - se cala! É um desequilibrado, porque não sabe o que que está acontecendo, a gravidade da crise política, econômica e de saúde no País.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 14/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da rejeição de veto presidencial sobre a ampliação do alcance do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Solidariedade à Deputada Joice



Hasselmann em face de ataques proferidos por adversários políticos. Incompetência do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para reversão da crise político-econômica reinante no Brasil. Agradecimento pelo apoio recebido no exercício da Liderança da Minoria. Votos de êxito ao novo Líder da bancada, Deputado José Guimarães.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) - Presidente, colegas Parlamentares, primeiro quero registrar, nesta tarde de hoje, uma importante decisão do Parlamento brasileiro que derruba o veto à ampliação da base de acesso ao benefício de prestação continuada, que fazia com que essa grande massa da população que vive na pobreza - e, muitas vezes, na extrema pobreza - pudesse alçar, principalmente neste momento profundo de crise, de recessão, esse benefício que pode salvar a vida de muitas dessas pessoas, pois lhes permite acesso a alimentação, permite acesso a medicações básicas e permite a possibilidade de sobreviver - não podemos nem dizer que é viver com qualidade de vida. Essa decisão do Parlamento brasileiro reflete um outro momento político, um cenário que vai mudando. E nós precisamos aqui ter reações agudas em defesa do povo brasileiro.

Para dar continuidade a esse tema, eu quero antes prestar minha solidariedade à Deputada Líder do PSL, Joice Hasselmann, e pedir que ela juntamente com outros Líderes políticos reflitam sobre as campanhas de ódio, porque, de fato, a violência, o ódio, o preconceito foram construídos nestes últimos anos para atingir pessoas que divergem das opiniões, e atingem principalmente as mulheres, que são vítimas permanentemente de *fake news*, de agressões, de preconceito. Nós precisamos enfrentar isso. Por isso eu expresso aqui a minha solidariedade à Deputada Joice - como já o fiz em outro momento em que também sofreu violência - como, de resto, prestamos solidariedade, como mulheres e agentes públicas, a todas as mulheres que sofrem violência política de gênero ou simplesmente pelo fato de serem mulheres.

Eu quero aqui entrar no debate dessa crise político-econômica - e pediria ao Presidente da Mesa que estendesse um pouquinho o meu tempo -, porque a situação vivida por nós agrega duas profundas crises. Nós estamos vivendo uma profunda crise política e uma profunda crise econômica caminhando para uma recessão que pode ser absolutamente prolongada. Aqui no Brasil, ela repercute de forma mais grave e aguda: grave no sentido da profundidade; e aguda porque ela atinge, de forma abrupta, muito setores ao mesmo tempo. Mas ela se assenta numa política que cronicamente tem destruído o Estado brasileiro, tem destruído direitos, principalmente depois do golpe que foi dado em Dilma Rousseff. O Governo Temer e agora, muito tenazmente, dura e cruelmente, o Governo Bolsonaro vêm fazendo uma agenda de destruição do Estado brasileiro e de direitos, uma agenda que faz com que o País não tenha condições de responder à crise.

Quando o Ministro Paulo Guedes manda um ofício ao Presidente da Câmara e ao Presidente do Senado com os projetos que elencou, projetos que já estão



tramitando na Casa, ele não entendeu o papel dele, não entendeu o cenário de crise. Não só Bolsonaro não está à altura do cargo que ocupa, porque vem construindo um Estado paralelo de agressão à democracia brasileira, armando a população e se estruturando com base em forças de repressão sobre as quais ele não tem hierarquia, mas ele faz um Estado paralelo e uma força pretoriana clara de atingir a democracia, de boicote às instituições e aos direitos do povo, inclusive de se manifestar. E, ao mesmo tempo, o seu Ministro não sabe responder à crise, porque esta crise merece medidas agudas e emergenciais, de curtíssimo prazo. E não é o mercado que dará solução a isso. Quem dá solução a crises desse tipo é mais Estado, é investimento público, é capitalizar os bancos públicos, capitalizar as estatais que têm condição de multiplicar, rapidamente, obras e projetos de infraestrutura e cadeias de produção, de gerar emprego. Nós precisamos aqui transferir, imediatamente, renda para a população.

Por isso, nós precisamos paralisar a agenda do Governo, paralisar as agendas de privatizações, de destruição de empresas fundamentais, de reformas que tiram direitos, de reformas que tiram direitos trabalhistas, como a Carteira Verde e Amarela, de reforma administrativa que arrebenta com o Estado brasileiro e com a Federação. Nós temos que ampliar a nossa pauta federativa para ajudar os Estados e Municípios. Nós precisamos ampliar os recursos do SUS para enfrentar a pandemia, enfrentar a possível epidemia de coronavírus no Brasil. Essas são ações de curtíssimo prazo. E há muitos projetos aqui para votarmos nessa orientação e com esse objetivo.

Esse Ministro Paulo Guedes não consegue conhecer o Brasil, muito menos uma política econômica que saiba responder à dimensão e à profundidade dessa crise.

Portanto, não consigo ver que este Governo comande nenhum processo de sustentação deste País e das condições de vida do povo brasileiro.

Quero aqui, ao final, Presidente, agradecer profundamente a todos os Líderes que, parceiramente, estiveram comigo nessa gestão de um ano da Liderança da Minoria. Ocupo esta tribuna também para me despedir dessa Liderança neste momento e passar ao combativo e experiente Deputado José Guimarães a Liderança da Minoria, mas quero dizer que foi um ano honroso, um ano em que a parceria valeu muito, um ano em que nós conseguimos constituir muita unidade da oposição nesta Casa. Sofremos muitas derrotas junto com o povo brasileiro, mas tivemos também muitas vitórias, inclusive na redução de danos da reforma da previdência, na derrota de medidas provisórias, na derrubada de vetos e em muitas outras pautas em que nós aqui incidimos e interferimos nesse processo.

Quero agradecer aos Líderes dos partidos que compuseram a Minoria, agradecer aos Líderes do PT, do PSOL, do PDT, do PSB, do PCdoB e da Rede; cumprimentar o Deputado Molon, que compôs junto comigo as duas vozes de oposição nesse tempo do nosso trabalho, de 2019 até o dia de ontem;

desejar muita sorte ao Deputado José Guimarães e ao Deputado André Figueiredo, que assumem, respectivamente, a Minoria e a oposição. E vou continuar trabalhando para a construção da unidade política da oposição, mas também do alargamento desse trabalho, como sempre fizemos com outras legendas da Casa, com as legendas de centro e com todos aqueles democratas e pessoas que pensam este País juntamente conosco.

Quero também agradecer aos Vice-Líderes da Minoria: ao Deputado Freixo, que está aqui na minha frente, que ocupou a Vice-Liderança pelo PSOL; agradecer ao Deputado José Guimarães e ao Deputado Afonso Florence, que foram meus Vice-Líderes pelo PT; agradecer aos Deputados Túlio Gadêlha e Fábio Henrique, que ocuparam a Vice-Liderança pelo PDT; agradecer à Deputada Lídice da Mata e ao Deputado Wilson, que ocuparam pelo PSB; a Deputada Alice Portugal, que ocupou a Vice-Liderança pelo PCdoB; ao meu querido Deputado Bacelar, que ocupou também a nossa Vice-Liderança, sendo do Podemos.

É muito importante que a gente aqui resgate também o trabalho das nossas assessorias. Quero agradecer à equipe da Minoria, que é pequena, mas muito qualificada e muito aguerrida, em nome do Chefe de Gabinete Erick Sousa da Silva e também da Carolina Grassi e da Juana Nunes.

Quero agradecer à equipe do meu gabinete, em nome de Beatriz Figueiredo, e agradecer também à nossa equipe de comunicação, que de tudo fez para dar sentido estratégico a essa comunicação, para dar divulgação às nossas ideias, aos nossos votos, às nossas opiniões e ao nosso trabalho dentro da Casa, em nome de Bruno Trezena, Rafael Holanda e Leandro Silveira.

Quero deixar aqui a certeza de que o nosso trabalho foi absolutamente comprometido com o povo brasileiro.

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Fizemos uma grande articulação com a sociedade civil, que tem hoje na Minoria a referência de um espaço para a organização da luta popular.

E quero, sinceramente, mais uma vez, agradecer o convívio com todos os Líderes da Casa, que, respeitosamente, compreenderam e reconheceram a Liderança, que pela primeira vez teve uma mulher na Liderança da Minoria. E é importante resgatar essa conquista, como a de outras mulheres que ocupam Lideranças neste Parlamento.

No mais, continuarei me comprometendo com a democracia com a liberdade, com os direitos do povo e com um Estado desenvolvido, soberano e plural, que

é o que nós defendemos durante todo esse período.

Obrigada a todos.

José Guimarães agora assume a Minoria. (*Palmas.*)

Documento 15/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apresentação, pela bancada do PSOL, de representação ao Ministério Público Federal contra o Presidente Jair Bolsonaro pelo uso ilegal da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República para a convocação da população, nas redes sociais, para a participação em manifestação a favor do Governo Federal. Agravamento da crise política pelo Chefe do Poder Executivo Federal. Aprofundamento da crise econômica pela política neoliberal adotada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a pandemia de coronavírus. Propostas do PSOL para a retomada do crescimento do País. Anúncio da realização de ato em memória da Vereadora Marielle Franco. Realização de greve nacional em prol da educação e contra o Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente Weverton, que preside os trabalhos na tarde de hoje.

Evidentemente, além da pauta de vetos que a sessão do Congresso tem hoje, nós precisamos debater a profundidade da situação do nosso País, que combina duas crises: uma crise política profunda, potencializada por um Presidente que não só convoca manifestações claramente inconstitucionais e claramente com teor golpista para 15 de março, como usa a Secretaria de Comunicação do Governo e o Twitter oficial da Secom para convocá-la. Isso é extremamente grave.

Nós fizemos uma representação, nossa Bancada do PSOL, assinada por todos os nossos valorosos Parlamentares, ao Ministério Público Federal, mas é preciso fazer a denúncia política de um Presidente que já mostrou que não respeita as liberdades democráticas, que não respeita a liberdade de imprensa, que não respeita a produção de conhecimento, a universidade, a ciência e a

tecnologia, que não respeita o povo brasileiro.

E essa crise política profunda se soma com uma crise econômica que está mostrando, lamentavelmente, os seus resultados de forma mais cruel nas costas do povo. Essa agenda ultraliberal que vem sendo implementada desde 2014, lá com o Joaquim Levy no Governo da Dilma, mas implementada de maneira brutal pelo Governo golpista do Michel Temer, foi, de forma cruel, aprofundada pelo Governo Bolsonaro, sobre o sangue, o suor, a aposentadoria dos trabalhadores, sobre os direitos da CLT, sobre uma PEC dos gastos que inviabiliza os investimentos públicos.

Eles mentiram para o povo brasileiro que haveria crescimento da economia. E o que nós vimos foi que não só não houve crescimento; houve crescimento de 1,1% em todo o ano de 2019 e houve aumento da concentração de riquezas. De 2014 para 2019, os mais ricos incrementaram em 10% as suas riquezas, e os mais pobres perderam 17% das suas riquezas.

Nós temos no Brasil 0,1% da população que controla 48% de toda riqueza nacional. Nós temos no Brasil 5% da população que controlam 95% de toda riqueza nacional, e não é admissível essa receita que tem levado 11 milhões de brasileiros a seguirem sem trabalho, sofrendo com ausência de recursos, essa agenda econômica que produziu 40 milhões de pessoas na informalidade.

São os nossos camelôs nos centros das cidades que são reprimidos pela polícia e não têm direito ao trabalho; são os nossos jovens pedalando em uma bicicleta que não é sua e entregando uma entrega que não é sua para ganhar pela entrega, sem vínculo empregatício, sem direitos trabalhistas, tendo que trabalhar 14, 15 horas por dia para ter um salário decente, como acontece com os aplicativos. Aliás, juntando essas grandes empresas hoje, Uber, iFood, Rappi são as que mais empregam no Brasil, embora não seja reconhecido pelo Direito o vínculo empregatício dos trabalhadores.

Não é possível que a gente veja que essa agenda econômica que gerou quase 3 milhões de pessoas esperando o Bolsa Família... São pessoas que não têm leite para dar aos seus filhos, são mães desesperadas que não tem feijão para alimentar as suas crianças, são 14 milhões de pessoas no Brasil na extrema pobreza. Na extrema pobreza graças ao aprofundamento de uma desigualdade que sempre existiu, porque infelizmente nenhum Governo fez as reformas estruturais, como a auditoria cidadã da dívida, como a taxação das grandes fortunas, como a cobrança e, sim, o enfrentamento ao parasitismo da especulação financeira no nosso País, mas que é absolutamente piorada com uma agenda ultraliberal, que é a agenda do parasita Paulo Guedes, porque o verdadeiro parasita é ele. Parasita, Chicago Boys, menino de recado do sistema financeiro, investigado, como vocês sabem bem, em relação à sua gestão fraudulenta nos fundos de pensão, esse mesmo parasita do sistema financeiro.

Na medida em que a crise econômica no Brasil já está pesada e potencializada pela crise econômica internacional, não se podem ignorar os resultados na



economia da pandemia do coronavírus, que infelizmente está, enfim, contaminando milhares de pessoas pelo mundo - e já há 30 casos confirmados no Brasil. Já foi decretada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde. E isso tem repercussões econômicas, com atividades que param, com voos cancelados, com atividades canceladas para que não haja circulação de pessoas, combinadas com a guerra comercial do petróleo, que fez despencar o preço dos barris e fez com que a Petrobras perdesse ontem R\$90 bilhões. Então, a crise econômica do Brasil é potencializada pela crise econômica do capital internacional. E esses levianos, esses mentirosos, esses demagogos querem dar veneno para um doente, porque quando alguém está doente, a gente dá remédio, e a agenda do Paulo Guedes é veneno.

O ofício que ele mandou para a Câmara dos Deputados, para o Senado e para a Câmara dos Deputados, ontem, é uma vergonha! Primeiro, a forma leviana como Bolsonaro e os seus ministros, inclusive Paulo Guedes, trataram o tema, mas pior ainda é a agenda que ele quer implementar, uma agenda que retira mais direitos com a PEC emergencial, que pode permitir até redução nominal do salário! Que inviabiliza a contratação e concursos públicos, querido Edmilson. Quando a gente está precisando de médicos, enfermeiros para atender no SUS, eles querem congelar, eles querem uma reforma administrativa para massacrar os servidores públicos e aumentar essa violência contra o povo. Nós precisamos de uma agenda urgente antirrecessiva, uma agenda que enfrente a raiz dos problemas, que revogue a PEC do teto dos gastos, que revogue as reformas contra o povo do Governo do Bolsonaro e do Governo Temer, que faça investimentos públicos massivos em obras de infraestrutura que beneficiem o nosso povo, que gere emprego e renda, que taxe os multimilionários, que garanta acabar com o parasitismo do sistema financeiro - e é por isso fundamental a auditoria cidadã da dívida.

São muitas agendas. O PSOL tem propostas para a saída da crise, mas nós sabemos que é necessário lutar pelas nossas propostas.

(Soa a campanha.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Nós sabemos - e conluo nesse um minuto, porque o Presidente já foi muito generoso - que essa agenda só pode ser conquistada se for conquistada nas ruas, na mobilização, na luta do nosso povo.

Dia 14 de março nós temos um ato muito importante, que é o ato em memória e em defesa de justiça para Marielle. Porque disso depende o futuro do Brasil, disso depende se vão ser mais ou menos violentos com os defensores de direitos humanos e se nós vamos ter mais ou menos milicianos no Palácio do Planalto, no Senado da República, essas organizações criminosas envolvidas com a "família" Bolsonaro. E dia 18, uma grande greve nacional da educação, para que a gente possa ocupar as ruas, cantar em alto e bom som

"Fora, Bolsonaro" e apresentar saídas concretas para o nosso povo, que está tão sofrido e que não só merece essas respostas, mas precisa lutar junto conosco para conquistá-las.

Documento 16/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020	LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA-PSL	
-	-SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Irresponsabilidade fiscal e orçamentária da rejeição do veto presidencial à proposta de ampliação do alcance do Benefício de Prestação Continuada - BPC diante de crise mundial decorrente da pandemia de coronavírus.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado pela palavra, Presidente.

Eu gostaria de chamar a atenção de todos os colegas: a situação internacional com o coronavírus e os mercados financeiros é dramática. Hoje de manhã recebo a notícia de que há risco até de grandes bancos internacionais entrarem em falência.

Como se esse novo pano de fundo não fosse dramático o bastante, já tínhamos um pano de fundo de nos comprometer com a austeridade, com a redução do custo do Estado, redução de impostos... E aí fica o grande critério aqui do Congresso no veto do BPC: uma grande demonstração de irresponsabilidade fiscal e orçamentária. Com esses dois panos de fundo de crise, não só a crise nacional, mas a crise internacional que se aponta, estamos tomando aqui uma medida de irresponsabilidade fiscal e orçamentária. Que tipo de sinal...

(Interrupção do som.)
(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PSL - SP) - Estou terminando. Que tipo de sinalização queremos dar à sociedade, que hoje nos monitora? E, sim: há muitos Parlamentaristas, incluso eu, que gostariam de ver o Congresso dar certo. Agora, o Congresso precisa dar o sinal de responsabilidade, de que consegue assumir responsabilidade e liderança nessas

decisões que são decisões difíceis, mas não perdermos esta oportunidade.

E, mais uma vez, Presidente, caros colegas, entendo que a situação internacional e nacional é dramática.

Muito obrigado pelo tempo a todos.

Documento 17/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020 -	IVAN VALENTE-PSOL -SP	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Regozijo com a rejeição de veto presidencial aposto à proposta sobre a ampliação do alcance do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Descaso do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com a população carente do País. Incapacidade do Governo Jair Bolsonaro de enfrentamento da crise econômica.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, eu só queria fazer o registro da vitória expressiva da Câmara dos Deputados derrubando o veto do BPC, que nós fizemos agora há pouco aqui. Simbolicamente, isso tem uma importância fundamental. Nós estamos falando de excluídos. Nós estamos falando de vulneráveis. A política desse Governo é odiar pobre. O Paulo Guedes odeia pobre. É um especulador financeiro de mercado. Ele sabe.

No Bolsa Família, é a mesma coisa: mais de 1,5 milhão de pessoas. São quase 5 milhões de pessoas excluídas. E, em cima disso, para responder à crise, ele está propondo mais ajuste fiscal ainda. Por isso, nós temos que dar outras soluções que passem pelo investimento público, geração de emprego, distribuição de renda. É por aí que o Brasil...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - ... pode crescer, Presidente.

Na verdade, este Governo não tem capacidade para enfrentar o tamanho da crise que nós estamos vivendo e esta crise é brutal porque, na verdade, o pibinho é de 1,1%, eles esperavam 2,5% e, agora, de novo, eles insistem que o

Brasil vai crescer 3%.

Nós estamos com o coronavírus aí na porta - e eles sabem que isso vai ter impacto -, e a crise do petróleo. E mais ainda: o Guedes acha que com reforma administrativa, cortando mais, mais ajuste fiscal, menos recursos circulando, tirando do Bolsa Família, tirando do BPC, do abono salarial, de onde não deve é que vai o Brasil gerar emprego. Mentira! Guedes está mais perdido que cachorro em dia de mudança.

Documento 18/318

004.2.56.N	Sessão Extraordinária - CN	10/03/2020-14:52
Publ.: DCN - 3/12/2020 -	OTONI DE PAULA-PSC -RJ	
CONGRESSO NACIONAL	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre a realização de manifestação em defesa do Brasil no dia 15 de março de 2020.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero me dirigir ao povo brasileiro que vai estar democraticamente nas ruas, nesse dia 15, não para lutar contra o Congresso, contra o STF, mas para discordar de algumas práticas e de alguns que eles consideram estar em um caminho de oposição ao Brasil.

A esquerda agora, através do ex-Senador Lindbergh Farias, resolveu fazer uma convocação para o povo brasileiro ir para as ruas de preto no dia 15. Então, a esquerda também agora fez a sua convocação. O preto acho que não vai dar certo, porque vai estar calor. Podia ser rosa, podia ser vermelho, que é a cor deles, mas eles não querem mais usar agora o vermelho. Então, dia 15... Outra coisa, é boato esse negócio do coronavírus, de que não vai haver por conta do coronavírus.

Vamos para a rua, o Brasil precisa da gente!

Documento 19/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-14:00
Publ.: DCD	-RODRIGO MAIA (PRESIDENTE)-DEM -RJ	

3/12/2020 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS COMISSÃO
GERAL

FALA DO PRESIDENTE OU NO
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Transformação da sessão plenária em Comissão Geral para debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus. Determinação do rito procedimental dos trabalhos. Composição da Mesa Diretora da Comissão Geral. Agradecimento ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pelo comparecimento à sessão plenária. Importância das medidas de prevenção do coronavírus. Adoção de agenda emergencial destinada ao combate à doença.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, neste momento, transformo a sessão plenária em Comissão Geral, com a finalidade de debater as ações preventivas da vigilância sanitária e possíveis consequências para o Brasil quanto ao enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus.

Sobre a mesa encontra-se à disposição das Sras. e Srs. Parlamentares uma folha de inscrição destinada a quem queira fazer uso da palavra. O tempo reservado a cada um dos expositores será limitado a 5 minutos. Em seguida, falarão os Srs. Líderes dos partidos pelo mesmo tempo. Os demais Parlamentares falarão a seguir pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrição.

Convido para compor a Mesa a Deputada Carmen Zanotto, o Ministro Mandetta, a quem agradeço a presença, o Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. e o Deputado Antonio Brito.

Antes de passar a palavra ao Ministro da Saúde, que tem feito um excelente trabalho, não apenas nesse caso específico, mas desde que assumiu o Ministério, a Presidência da Câmara agradece muito a sua presença e reforça que tem as mesmas preocupações de todos com relação a esse assunto. Temos acompanhado e conversado com o Ministro Mandetta sobre os próximos passos e as ações do Governo. Todos nós trabalhamos de forma coordenada. A Câmara dos Deputados vai reunir a sua Mesa Diretora na tarde de hoje para elaborar uma portaria que organizará a circulação e a presença das pessoas dentro do Parlamento a partir da próxima semana.

Acredito que a prevenção é muito importante. Aqui circulam muitas pessoas de todas as regiões. É importante que a Câmara pense em restringir o acesso, reduzir o número de audiências, restringir as presenças nos plenários a poucos assessores e quase que exclusivamente aos Parlamentares. Como sempre, vamos seguir a

orientação do Ministério da Saúde e repassar aos nossos servidores, Parlamentares e sociedade os procedimentos necessários, para que consigamos reduzir o impacto do coronavírus no Brasil. Além disso, tenho conversado com o Ministro Mandetta sobre as ações que o Governo já tomou e que tomará nas próximas semanas.

Com certeza, o Parlamento, por demanda da nossa Frente Parlamentar da Saúde, não apenas está à disposição para discutir leis, se necessário, mas também para encontrar soluções que envolvam o nosso orçamento, já que sabemos que haverá necessidade de utilização de recursos que não estavam previstos no final do ano passado, quando não tínhamos as informações que temos hoje. Tenho conversado com os Líderes e Deputados da área de saúde, para que conjuntamente possamos dar a nossa contribuição no que for necessário, nos custos extraordinários, no orçamento. Os projetos de transferência de recurso de uma rubrica para outra passam necessariamente pelo Parlamento brasileiro, e a nossa intenção é não apenas dar celeridade, mas também ajudar com recursos alocados pelos Parlamentares. Será combinado com o Ministro Mandetta aquilo que será necessário, para que possamos dar sustentação necessária aos Municípios e Estados e ao trabalho do Ministro da Saúde.

É disso que falo, quando digo que temos agendas de curto, médio e longo prazos. Essa é uma agenda emergencial de curto prazo. A mais importante agenda é o impacto do coronavírus na saúde dos brasileiros. Essa deve ser sempre a prioridade de todos nós. E é claro que há um segundo impacto: a situação que o coronavírus gerará na economia brasileira. Essa é uma segunda urgência. Também estamos à disposição do Governo Federal para tomarmos decisões emergentes e urgentes em relação ao impacto na nossa economia. Nós sabemos que infelizmente a nossa economia, que já vinha com um crescimento baixo, certamente terá um impacto maior, e isso também impacta a vida dos brasileiros.

Então, na agenda emergente e urgente, como eu tratei hoje, são estes os dois pontos mais importantes: o primeiro é a colaboração com o Governo para que possamos cuidar da melhor forma possível da população brasileira em relação à saúde de cada um de nós e o segundo são os impactos econômicos, que também precisam ter, por parte do Governo, o comando e a interação com o Parlamento e, claro, depois, a continuação da votação das matérias que vão impactar a nossa economia e a qualidade dos serviços públicos a médio e longo prazos.

Os investimentos em infraestrutura vão impactar as nossas vidas a médio e longo prazos, mas nós temos o problema urgente que já atinge o Brasil e com muito mais força atinge a China e a Itália, e nós

precisamos evitar que o Brasil chegue ao mesmo momento.

Ministro, agradeço a V.Exa. por estar sempre disponível para todos nós. Quero mais uma vez parabenizá-lo. V.Exa. é nosso colega e tem sido orgulho não apenas para o nosso partido, mas para todos nós que convivemos com V.Exa. aqui no Parlamento por tantos anos.

Parabéns! Boa sorte!

Passo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

Documento 20/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-14:08
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Boa tarde a todas as senhoras e aos senhores.

Eu quero especialmente saudar o nosso Presidente Rodrigo Maia, que mostra para nós a importância desta Comissão Geral com a sua presença na tarde de hoje.

Quero saudar o nosso Ministro de Estado da Saúde, Mandetta, e, em seu nome, todos os técnicos do Ministério da Saúde.

Quero saudar o nosso Presidente, assim o chamo, da nossa Comissão de Seguridade Social e Família, Deputado Antonio Brito. Em nome do Deputado Antonio Brito, saúdo todos os colegas membros da Comissão de Seguridade Social e Família.

Quero saudar o nosso Presidente da Comissão Externa, o nobre Deputado Dr. Luizinho, com quem eu tenho o privilégio, junto com a Deputada Soraya, de relatar esta Comissão Externa, que tem atuado fortemente desde o primeiro momento em que foi instalada.

Quero saudar o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, aqui representados, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, porque é nos Estados e nos Municípios que as ações precisam acontecer, e toda a imprensa.

Sr. Presidente Rodrigo Maia, esta Comissão Geral talvez tenha uma diferença das demais Comissões que aconteceram na Casa até hoje em face do momento que nós estamos vivendo, em especial por ter sido declarada, há poucas horas, pela Organização Mundial de Saúde uma situação de pandemia do coronavírus.

Portanto, eu serei muito breve, porque é muito importante que possamos ouvir o Ministro e os nossos convidados especialistas da área.

Gostaria de fazer algumas observações com relação ao papel da nossa Casa nesta situação.

Ainda nos primeiros dias do mês de fevereiro, quero registrar que o nosso Presidente Rodrigo Maia acolheu de imediato as demandas por telefone, antes mesmo de nós termos retornado à Casa, junto com a equipe do Ministério da Saúde.

Nós tínhamos a preocupação, a partir daquela fala do Presidente da República, de que precisávamos de textos legais mais consistentes. Refiro-me ao PL 23, que hoje é a nossa Lei nº 13.979, de 2020, que trata das medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional.

Isso é fundamental, porque deu segurança ao Governo para todas as suas ações e está dando segurança para tudo aquilo que porventura ainda possamos enfrentar. Mas nós precisamos da união de todos, nós precisamos da união da sociedade civil, que precisa compreender é preciso mudarmos alguns hábitos, como ventilar os nossos espaços, cuidar da lavagem das mãos.

Faço essa fala não só como Parlamentar, mas também na condição de enfermeira que sou. Não basta passar as mãos debaixo da torneira aberta e, sim, lavá-las com água e sabão adequadamente, bem como lavar a torneira que manuseamos. É preciso ter o cuidado de colocar água limpa na pia após a nossa lavagem das mãos, secar as mãos com papel, descartá-lo sempre que possível e também fechar a torneira com toalha de papel.

Esses são cuidados básicos que vão nos ajudar, sim, como a utilização do álcool gel, como procurar também andar com o carro ventilado, com as janelas abertas, sempre que possível, dentro dos ônibus coletivos, especialmente também mudar alguns hábitos, e não achar que isso só vai acontecer na casa do vizinho. Em 2009, como secretária-adjunta da saúde do Estado de Santa Catarina, houve uma epidemia, a Influenza A (H1N1). Na época, os três Estados mais afetados foram Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. E, com a participação efetiva da imprensa, da sociedade civil e de todos os órgãos que atuam na área

da saúde, nós conseguimos ultrapassar aquele momento difícil. Eu desejo que também consigamos ultrapassar esse momento difícil.

Mas, repito, esta Casa recebeu o PL 23, na terça-feira, o qual foi votado às 22 horas; na quarta, o Senado Federal fez a sua parte e, na quinta-feira, o Presidente da República o sancionou dando segurança então aos órgãos do Governo para atuar. Pode ser que precisemos de mais ações e o Parlamento exatamente, como o nosso Presidente relatou, o Deputado Rodrigo Maia, não se vai furtar.

Essa é a grande preocupação que eu tenho, porque o orçamento dos Estados já não suporta mais a carga do Sistema Único de Saúde e os orçamentos municipais da mesma forma. Nós temos Municípios brasileiros investindo até 39%. A média dos Estados está em torno de 14% e a média do total dos Municípios está em 24%. Nós precisamos, Presidente, se necessário for, garantir mais recursos para o setor da assistência, para média e alta complexidade, para o aumento da demanda dos internamentos que poderão vir acontecer na nossa rede hospitalar prestadora de serviços do SUS, assim como precisamos da participação efetiva da rede privada, reconhecendo que ela tem o seu papel neste momento e ela precisa dar a sua contrapartida junto com os planos de saúde.

Encerrando, quero dizer que as ações necessárias serão tomadas por esta Casa, tenho certeza, *pari passu*, porque o desenho pode mudar a cada hora e agora é hora de muita responsabilidade, como já vínhamos tendo desde as primeiras informações recebidas por parte do Ministério da Saúde. Aproveito a oportunidade para deixar registrado, em nome da nossa Frente Parlamentar Mista da Saúde, que congrega Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que isso é fruto desse coletivo de homens e mulheres.

Nobre Deputado Hiran Gonçalves, V.Exa. preside a Frente Parlamentar da Medicina e sabe que todos estamos imbuídos do mesmo desejo, da mesma vontade, que acredito ser a vontade da sociedade como um todo: enfrentar esta pandemia com serenidade, mas, acima de tudo, com muita responsabilidade, para reduzir o máximo possível os danos que possamos ter, em especial o risco de perdermos algumas vidas. As vidas das pessoas são importantes. Temos que trabalhar para isso, mantendo toda a responsabilidade que nos cabe como Parlamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sumário

Debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. JHONATAN DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Ministro Mandetta, Deputada Carmen Zanotto, caros colegas Deputados e Deputadas, falo agora como Parlamentar e como médico também.

Com a Organização Mundial da Saúde - OMS declarando essa pandemia, há necessidade de fortalecimento da economia brasileira através de políticas públicas. Nós estamos vivendo um momento em que não sabemos aonde o coronavírus vai chegar nem o período em que esta doença vai se alastrar cada vez mais pelo nosso País.

Quero falar como Líder e fazer um pedido aos nossos colegas. Nós temos um orçamento impositivo. O Ministério da Saúde não estava preparado para uma pandemia nem para esse clima criado pelo coronavírus, que está se espalhando pelo Brasil e pelo mundo. Nós temos agora a emenda de Relator, que pode destinar vários recursos. Eu quero propor aqui, Ministro e Deputada Carmen, uma frente formada por Líderes - espero que a senhora também faça parte dela -, para que possamos usar essas emendas de Relator, 3 bilhões, 4 bilhões, 5 bilhões de reais, conforme a necessidade do Ministério da Saúde, para fazer políticas públicas para diagnóstico, para produção de testes, para comunicação, para prevenção. É preciso levar para a ponta do sistema SUS o atendimento.

Por que isso me preocupa? Eu sou do Estado de Roraima, que hoje tem uma fronteira dupla totalmente aberta, sem um sistema sanitário eficaz. Começou com o sarampo, já entrou a dengue do tipo 3 e várias outras doenças vêm se alastrando. Se o Brasil não se preparar, Roraima pode ser hoje uma grande entrada, como vários outros Estados brasileiros que têm a porta aberta para o mundo.

Então, eu quero fazer essa proposição, Ministro. Quero me colocar à disposição e trabalhar com os Líderes dos partidos de centro, de direita, de esquerda, porque isso deixou de ser uma questão partidária e passou a ser uma questão de saúde pública do nosso País.

Deputado Antonio Brito, quero dizer que estamos à disposição para trabalhar com os Líderes. Com relação a esses 3 bilhões, 4 bilhões de reais, seja qual for a necessidade do Ministro Mandetta, estamos aqui para trabalhar com o Relator, Deputado Domingos Neto, com os partidos e com o Presidente Rodrigo Maia, para que esse recurso

chegue à ponta e V.Exa. possa aplicá-lo e continuar esse trabalho.

Obrigado, Ministro.

Documento 22/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-14:20
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA--- --	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Boa tarde a todos.

Cumprimento o nosso Presidente Rodrigo Maia, companheiro de mandatos, Presidente desta Casa e um amigo que a vida pública me trouxe. Cumprimento também o Deputado Luizinho, que tem experiência como ex-Secretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro; a Deputada Carmen Zanotto, também uma amiga que a vida pública me trouxe nos nossos mandatos, a nossa Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, também com vasta experiência na gestão pública de Santa Catarina; o Deputado Antonio Brito, Presidente da Comissão de Seguridade Social - é o Presidente até a eleição do próximo Presidente. Não sei se ainda é o Presidente formal ou informal. Eu teria que consultar o Regimento Interno -, um grande amigo que a vida pública me trouxe. Cumprimento também os demais Parlamentares desta e de outras legislaturas.

Nós estamos diante de um grupo grande de convidados, muitos com extensa experiência em sistemas públicos. Temos aqui epidemiologistas, virologistas, intensivistas, sanitaristas, representantes da FIOCRUZ, representantes da ANVISA, enfim, há aqui hoje uma representatividade muito horizontal de todos esses profissionais. Há vários Parlamentares presentes que são ex-Secretários de Saúde, muito conhecedores das redes de saúde dos seus respectivos Estados. Temos uma história de construção de um sistema de saúde. Temos ex-Ministros, como o Deputado Alexandre Padilha - o Senador José Serra está no Senado -, teríamos o Ricardo Barros, o Saraiva Felipe, que foi meu companheiro de Parlamento por muito tempo. Enfim, todos são muito conhecedores do histórico de construção desse sistema de saúde.

Em relação às características dessa doença, agora, de uma maneira

até certo ponto tardia, a Organização Mundial da Saúde concorda com a posição brasileira no sentido de que estávamos diante de uma pandemia. Pandemia é uma situação em que um vírus tem alta capacidade de presença em continentes e transmissão sustentada em vários desses continentes. O Brasil já vinha alertando para isso, pela complicação de se fazer nexos causais de estados gripais. Então, pacificada essa questão, o vírus começa a ser mais bem decifrado quanto ao seu comportamento.

Alguns fatos já são de reconhecimento tácito. Nós temos o hemisfério norte como campo de aprendizado - basicamente, o mundo oriental e o mundo ocidental. Inicia-se no Oriente, na China. Quando do início, com um comportamento extremamente diferente de tudo o que se via, os médicos começaram notificando oito óbitos em 8 de dezembro. Se tínhamos oito óbitos em 8 de dezembro, hoje sabendo a letalidade, é porque o vírus já circulava, provavelmente, em outubro ou novembro.

Sabemos hoje que, quando se inicia a circulação do vírus, num certo momento, ele vira sustentável e faz um ângulo, uma subida muito rápida de casos. Essa subida muito rápida de casos aciona, em bloco, os sistemas de saúde, que todos os senhores aqui presentes tão bem conhecem. Todos conhecem a sua característica, os seus pontos fortes e os seus pontos fracos.

Eu vou passar alguns números, algumas impressões, algumas situações e algumas ações que nós tomamos até o presente momento e algumas que deveremos tomar nos próximos dias.

Eu havia dialogado com o Presidente Rodrigo Maia e com o Presidente do Senado sobre a questão orçamentária. Todos sabem que teremos, sim, impacto grande. Temos como característica recursos adicionais que ficaram com o Relator basicamente para custeio. É em cima disso que fiz o apelo aos Líderes - agradeço muito a posição do Líder Jhonatan de Jesus. Tenho certeza de que será assim com os demais Líderes, que tomarão conhecimento dos números que o Presidente Rodrigo Maia passará. Tenho certeza de que, a partir de hoje, nós já contamos com essa parte do orçamento liberada para fazermos os aportes.

Estão aqui o Wilames Freire, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS, e o Jurandi Frutuoso, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS. Nós iremos fazer o repasse proporcional aos números de habitantes e às necessidades.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu pedi para atualizarem as informações o máximo possível, mas esses números mudam muito, tanto os internacionais quanto os nacionais.

Percebam que estamos trabalhando com a letalidade em 3,5. Na China, é 3,9; na Europa, é 3,5; no Oriente Médio, é 3,2. Nas Américas, é muito baixo o número de pacientes. Por isso, a partir do momento em que aumenta o número de casos, essa letalidade em quem já passou por ela é em torno de 3,5, é o que tem dado ali.

Este painel com essas bolinhas mostra os países em que já temos casos confirmados laboratorialmente. O continente africano, talvez por não ter sistemas de saúde com vigilâncias estruturadas, ainda não tem um número extenso de países que tenham notificado casos. Por exemplo, Angola, que tem um trânsito muito intenso não só com o Brasil, mas principalmente com Portugal, não tem nenhum caso. E ali ocorre trânsito intenso de europeus e de cidadãos de países de língua portuguesa.

Há casos em praticamente toda a América do Sul, na América Central, nos Estados Unidos.

É para este gráfico aqui que eu quero chamar a atenção de vocês. No gráfico, vemos que os países vêm com uma curva horizontal quando estão nessa fase de casos confirmados, casos suspeitos. Quando começa a sustentação, o ângulo de inclinação da curva é abrupto. São ângulos de quase 90 graus.

Este gráfico amarelo é o da Itália: ele vem, vem, vem e, num belo dia, faz um ângulo de 90 graus, numa grande ascensão, ou seja, você tem um começo e uma espiral de casos. Essa espiral de casos - dos casos que complicam - leva inúmeras pessoas aos ambientes hospitalares.

O vírus tem baixa letalidade para as pessoas. Vocês viram isso ali no começo. Nessa letalidade 3, não estão computados todos os casos que existiram e que não foram sequer confirmados. A letalidade deve ser metade. Isso nós só saberemos no final, quando fizermos os exames de soro.

Mas o vírus é extremamente duro. Ele derruba o sistema de saúde. Ele não tem uma letalidade individual elevada, mas tem uma letalidade ao sistema de saúde. Quanto mais agudo o ângulo, quanto mais alta essa espiral, mais pessoas, ao mesmo tempo, acionam o sistema de saúde.

O que nós percebemos até agora analisando a situação no mundo



oriental e no mundo ocidental? O Japão tem conseguido fazer uma curva mais lenta, sem um ângulo agudo. A China, nós não podemos considerar muito. Se é verdade que a epidemia lá começou, em novembro, em dezembro, eles não têm o retrato daquela época, porque não havia teste. Eles só começaram a testar em janeiro. Eles só testaram o chamado terço final do surto epidêmico.

Há países em que a população tem um comportamento pessoal, como é o caso do Japão, onde não há casas asilares e quem cuida dos idosos é o filho mais velho. Hoje todos temos um compromisso muito grande. Nós fizemos isto aqui de brincadeira e, várias vezes, nos cumprimentamos com o cotovelo, nos cumprimentamos com a mão. No Japão, eles já se cumprimentavam respeitosamente a distância e, agora, aumentaram a distância. Eles levam as orientações e as recomendações profundamente a sério e fazem da disciplina oriental um mantra.

A China é um país que tem um governo central muito forte, que impôs aquele bloqueio.

Depois, nós temos um comportamento no mundo ocidental, onde nós vemos a Itália com muita dificuldade, com a espiral de casos. É um país com muitos idosos. É a mesma espiral que nós vemos na Suécia, é a mesma espiral que nós vemos na França, é a mesma espiral que nós vemos no Reino Unido.

No caso dos Estados Unidos, como é um continente, eu fiz questão de colocar um continente aqui, porque a situação dos Estados Unidos é muito parecida com a do Brasil. Uma coisa é analisar um país pequenininho, como a Itália ou a Suécia; outra coisa é analisar um continente inteiro, como é o caso do Brasil. Nós teremos assimetrias enormes. Portanto, não vamos poder dizer que o Brasil está assim. Os Estados Unidos mostram Nova York, com uma curva aguda; o Texas, com uma curva aguda; a Califórnia, com uma curva aguda; Washington, com uma curva aguda. Os demais Estados estão vindo ainda naquela fase pré-curvas agudas. Isso pode acontecer em diferentes momentos, em diferentes Unidades da Federação ou de Estados nos Estados Unidos. A mesma coisa pode acontecer aqui. Nós não teremos uma receita de bolo para todo o Brasil. Nós teremos que ir analisando Estado por Estado e, às vezes, regiões de Estado por Estado.

Qual é a representatividade desses números? Só vemos a ponta. Só vemos aqueles que tiveram sintomas, tiveram nexos causais, foram ao sistema, fizeram o teste e tiveram o diagnóstico. Aqueles que não foram, aqueles que não tiveram acesso, aqueles que foram só portadores assintomáticos, aqueles que tiveram sintomas leves passam por esse momento sem entrar nas estatísticas e são a grande

maioria dos casos. Isso implica algumas discussões que são difíceis. E são difíceis para nós também no sistema de saúde.

No Japão, agora, na semana passada, houve a cerimônia da tocha olímpica. Nós estávamos muito atentos. Eles fizeram, e não houve a presença de crianças. Aí nós falamos: "*Puxa, será que eles estão protegendo as crianças?*" Aí discutimos o fechamento de escolas. O que eles perceberam? Quando se fecha a escola, a criança é deixada com quem? Com os avós. Se ficam com os avós, quem queremos proteger? Os mais idosos. Então, fechar escolas vai colocar um dilema. É possível? Talvez seja necessário em algum momento, talvez se imponha? Sim, mas devemos lembrar sempre que os idosos e os doentes crônicos são o objeto principal de proteção nessa crise, em que temos que fazer bom uso do sistema de saúde, bom uso dos *kits* diagnósticos, bom uso dos aparelhos de respiração assistida.

Aqui está a classificação dos casos por Unidades da Federação. Isso aqui também muda muito. Agora já tivemos um caso, que me disseram aqui, na Bahia - está aumentando lá na Bahia -, aquele caso de Feira de Santana. Então, aqui, temos todos os Estados. Depois, há um quadro melhor, porque aqui ficou muito apagado.

Os casos confirmados são: 19 em São Paulo; 8 no Rio de Janeiro; 2 na Bahia; 1 em Minas Gerais; 1 em Alagoas; 1 no Rio Grande do Sul; 1 no Distrito Federal e 1 no Espírito Santo.

A faixa etária, no início, é enganosa, porque lembrem que todos esses pacientes vieram de viagens internacionais. Nós não temos transmissão interna. Quem é que viaja para a Europa? Quem é que vai para esses países? São as pessoas de poder aquisitivo elevado. Por isso o início dos diagnósticos é na rede privada, como nós prevíamos. Segundo, a faixa etária de quem viaja é de pessoas bem mais novas. Então, no Brasil, quer dizer que 41% dos casos estão abaixo de 40 anos? Não, é que esse pessoal é o que viaja. Eles têm mais mobilidade. Então só teremos um caso acima de 69 anos? Não, esses são os que menos viajam.

Quanto ao sexo masculino ou feminino, as mulheres viajaram mais ou tiveram mais contato, eu não sei. Mas há um pouco mais de mulheres. E há cinco hospitalizações: uma no Distrito Federal, uma no Espírito Santo, uma na Bahia, uma no Rio e uma em São Paulo.

O caso do Distrito Federal é emblemático, no sentido de como nós vamos conduzir esse assunto com a sociedade brasileira. A paciente estava acompanhada do seu esposo numa viagem e, na volta, apresentou sintomatologia. Num determinado momento, foi à unidade de saúde, havia nexos causal, estava gripada. Orientou-se o isolamento domiciliar. Fez-se o exame. O marido estava junto o tempo todo e foi



orientado a se manter em isolamento. Confirmou-se o caso da paciente. A paciente, com várias comorbidades, várias doenças associadas, foi para o hospital, e o quadro evoluiu para uma forma grave de pneumonia. E o marido se recusa a permanecer em isolamento, circula dentro do hospital, recusa-se a fazer o exame, ao ponto de ter que se pedir ordem judicial. Se formos para esse quadro, com esse tipo de comportamento, será muito difícil não termos curvas de ângulo muito agudo.

Entendamos que, no momento, nós temos que fazer aquilo que está ao alcance das mãos de cada um dos brasileiros. Lavem as mãos; se estiverem gripados, se estiverem resfriados, não visitem pessoas idosas; não façam movimentos intempestivos em direção a casas asilares. Nós temos muitas delas. No Oriente não há, é hábito da família cuidar dos idosos. Aqui há muitos asilos. Na Itália, os asilos foram os pontos em que mais houve contaminação.

Quanto aos casos, há 34 confirmados, 780 descartados e 890 suspeitos. Estamos fazendo um número expressivo de exames, estamos rodando o número de exames numa velocidade boa.

Aí estão os dados dos casos negativos. E vêm os da Influenza A, Influenza B, rinovírus. Os vírus da Influenza A e Influenza B são os dois vírus mais comuns. No ano passado, foram registradas no SUS em torno de 550 mil internações, por estados gripais.

Quanto à transmissão local, só para conceituarmos, ainda é possível relacionar o doente ao caso confirmado. É como estamos hoje. Ainda é possível saber que Antônio chegou, confirmou, ele teve um contato próximo com Maria, que confirmou. Há o nexos. Eu consigo fazer o caminho do vírus.

Quando passamos para transmissão comunitária, sustentada? A partir da quinta geração de transmissão, ou seja, Antônio passou para Maria, que passou para Joana, que passou para Francisco, que passou para José. Se eu consegui fazer esse caminho para cinco pessoas, eu já falo: isso é uma transmissão sustentada. Ou se dá a partir da identificação de pelo menos um resultado positivo na vigilância sentinela.

O que é vigilância sentinela? Unidades de saúde coletam secreções, o ano inteiro, que é a base das vacinas, para sabermos que vírus está circulando. Se for captada, aleatoriamente, sem nexos nenhum, e for feita uma coleta no posto A, e der positivo para coronavírus, será considerada como transmissão local, porque foi identificado esse vírus.

Transmissão também pode ocorrer com a identificação de casos



internados por síndrome respiratória.

Exames solicitados para influenza. Observem que esse é o nosso histórico, por semana, em relação ao influenza.

No gráfico, o verdinho corresponde a quando começou o coronavírus. Começaram a ser testadas muito mais pessoas para influenza e para coronavírus. Assim, 6,3% dos exames para vírus respiratórios foram para coronavírus, somente nesse pequeno espaço de tempo. E um teste de coronavírus para cada 65 pessoas testadas, no momento de alta vigilância. Isso é importante para calcular o número de teste que teremos e em que momento diremos que não iremos testar todo mundo. Vamos testar por amostragem e fazer o diagnóstico por nexos causal. Não vamos atravessar isso com cada indivíduo, unitariamente, fazendo o teste. Chega uma hora em que isso não tem por que ser feito, não há mais nenhum valor. Guardamos os testes para os pacientes graves, para aqueles 20% das pessoas em que o quadro se complicou. Vai-se fazendo por amostragem para os 80% de doentes que estão circulando.

Nós queremos ampliar de 1.500 para 6.700 postos de saúde no Programa Saúde na Hora. Esse, talvez, seja um dos pontos mais fortes do nosso sistema. Nós temos uma capilaridade. Estamos presentes desde a cidade pequeninha do Brasil até os maiores centros. Se 80% ou mais dos casos evoluírem muito bem, com ou sem remédio, com ou sem médico, a porta de entrada será pela atenção primária. Para que eles confiem que a atenção primária irá recebê-los, queremos aumentar de 1.500 postos, que ficam abertos até 22 horas, para 6.700 postos.

Esse é um dos motivos pelos quais estou pedindo recursos, porque para fazer isso haverá um impacto de quase 1 bilhão de reais. Quarenta milhões de brasileiros estão principalmente nas cidades médias e grandes, onde as espirais podem ser maiores.

Destaco a criação do conselho interministerial para ações dos demais Ministérios. Várias medidas são feitas por outros Ministérios que não o Ministério da Saúde, e discutimos, por exemplo, o sistema prisional. V.Exas. viram na Itália algumas prisões entrando em estado de rebelião, presos subindo no teto. O Irã soltou todos os seus presidiários. Imaginem a situação de nossas prisões, com uma taxa de ocupação de superlotação tão absurda como a do País. Há possibilidade de haver choques.

Há necessidade de haver um plano, de dialogar com o Poder Judiciário, como isso será feito, em relação a prisões em flagrante, como trabalhar essa população tão hiperconcentrada, num local tão

insalubre.

É preciso haver a participação de Ministérios como do Ministério da Defesa, em relação a hospitais de campanha. Às vezes, as pessoas dizem que o Ministério não está se preparando.

Não, nós estamos nos preparando para aquele cenário que estamos vendo no hemisfério norte, ainda sem respostas de como será o comportamento no hemisfério sul. Mas estamos nos preparando para cenários similares àqueles, partindo do princípio que é um vírus e que, no caso de vírus, o mais importante é o seguinte: temos sistemas imunológicos contra ele ou não? Se não temos, vamos torcer pelo comportamento, por tudo. O SUS tem pontos fortes, trabalhos feitos por inúmeras outras gestões.

O Brasil é um dos países que tem o menor índice de tabagistas do mundo, 9%; na China, é altíssimo; na Europa, é altíssimo. O número de pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC, é muito maior do que o nosso.

Colheremos algum benefício dessa política construída ao longo de tantos anos? Somos um país tropical, nossas casas são mais abertas, são mais ventiladas. Colheremos algum benefício por sermos um país tropical, por não termos invernos tão rigorosos? São perguntas das quais ainda não sabemos as respostas, mas não estamos mais simulando o cenário A, B ou C. Estamos trabalhando com o cenário deles, principalmente do mundo ocidental, com esse comportamento mais ibérico que vemos na base comportamental brasileira.

Isolamento domiciliar dos casos suspeitos e confirmados.

Hoje assinei portaria que disciplina o que é isolamento e o que é quarentena. Será publicada hoje à tarde ou amanhã de manhã.

É difícil. Eu lembro, quando fizemos a discussão daquela lei que o Parlamento votou - eu agradei e volto a agradecer a todos pela votação daquela lei, antes da transferência dos brasileiros -, que teve um artigo que causou alguma preocupação com as pessoas que tratava da obrigação de fazer testes e tratamentos.

Esse indivíduo aqui de Brasília, alegando ser advogado, disse que isso não existia. Foi graças a essa votação que houve a previsão legal para que coletássemos o exame dele e assim protegemos os demais. O direito individual dele não pode prevalecer sobre o direito coletivo de toda uma cidade como Brasília.

Então, temos de disciplinar aquilo que a lei mandou que disciplinemos e agora já deixaremos isso claro aos Secretários e aos Governadores,

que serão aqueles que na ponta poderão fazer uso dessas medidas.

Uso de equipamento de proteção individual para contatos e profissionais de saúde. Nós conseguimos adquirir aproximadamente 20 milhões de máscaras cirúrgicas - no mundo não se consegue comprar, porque não existem mais, e os estoques dos hospitais estão ficando vazios -, e esse navio foi o último que conseguiu sair da China com máscaras.

Gastávamos 11 centavos no preço unitário, Deputado Dr. Zacharias, por uma máscara descartável. Compramos por 2 reais a unitária, uma variação de 1.800%. Isso é o que questionamos à Organização Mundial de Saúde. Ela tinha que estar preocupada em como arbitrar estoques. No hemisfério norte, os países ricos compraram os estoques e estocaram. E nós estamos entrando no nosso período de inverno com os estoques baixos. É aquela história: farinha pouca, meu pirão primeiro. E o Brasil está chamando o mundo para prestar atenção em solidariedade e alguém arbitrar. Mas compramos 4 milhões de máscaras N95, que são somente para aqueles que entram em contato direto com os pacientes, como o pessoal que trabalha em CTI, o pessoal que está na linha de frente. Temos de proteger os médicos e os enfermeiros.

Nós percebemos nesses países que esses profissionais da linha de frente são os mais acometidos.

E os políticos estão em posição elevada no *ranking* de profissões com mais contaminação. A cadeia de comando de muitos países foi afetada. Foram afetados Secretários, Ministros, membros do Parlamento. Portanto, eu acho muito correto que V.Exas. disciplinem um pouco mais a presença e a circulação de pessoas aqui dentro e tomem medidas importantes de controle. Acho que cada fileira dessas tem que ter álcool gel. E temos que parar mesmo com esse negócio de abraçar para cumprimentar. Eu tenho dó do pessoal que vai ser candidato a Vereador e Prefeito agora e que está fazendo pré-campanha. Vai ser, até certo ponto, uma pré-campanha bem diferente.

Comunicação e sensibilização da rede de saúde pública e privada para identificação e notificação dos casos.

Aqui eu quero fazer um parêntese. A nossa vigilância em saúde até agora foi a que fez os movimentos mais antecipados. Nós questionamos a Organização Mundial da Saúde antes de a China reconhecer o problema. Nós fizemos todo o protocolo antes. O primeiro paciente dentro do Brasil levou menos de 12 horas entre o início dos sintomas, a busca de uma unidade de saúde, a testagem, a confirmação e o isolamento, assim como foi com os outros, tirando algum ponto fora da curva. Alguns locais precisam ficar mais

anteados, mas a nossa vigilância funcionou muito bem.

Os nossos especialistas foram os primeiros a falar que era uma pandemia. Se se tivesse feito isso antes, nós não precisaríamos ficar colocando os médicos para perguntar: *"Mas em que avião você chegou? Em que voo você estava?"* E vinha gente daqui, vinha gente de lá. Hoje, tecnicamente, o que muda? Para qualquer pessoa de qualquer voo que chegue ao Brasil hoje, tecnicamente, você diz: *"Olha, se tiver febre, tosse ou gripe, procure uma unidade de saúde, porque pode ser coronavírus."* Lógico que os países que estão com a espiral maior vão aumentar ainda mais a preocupação do profissional médico, mas ele não pode mais deixar de pensar nessa possibilidade. Ele passa a esse conceito.

Nós chamamos a atenção 2, 3 semanas atrás para o fato de que queríamos uma modelagem mais simplificada. Dizia a Organização Mundial da Saúde: *"Mas, se nós fizemos isso, significa que não vão tomar medidas de prevenção"*. Ora, aí é que vão tomar medidas maiores de prevenção, creio eu. Mais informação qualificada do que isso eu não consigo ver.

Orientação para automonitoramento das pessoas que tiveram contato próximo com caso confirmado e estão assintomáticos. Isso nós fizemos para todos.

Pacientes com sintomas devem procurar primeiramente os postos de saúde, em vez de ir aos serviços de urgência e emergência ou aos hospitais. Noventa por cento dos casos são leves. Procure a unidade de saúde. Eu pedi os recursos, para, a partir da semana que vem, os postos irem gradativamente ficando abertos, porque assim a população diz: *"Olha, eu tenho este posto aqui, que está aberto das 6 horas da manhã até às 10 horas da noite. Eu estou tranquilo. Posso procurar este posto"*. A grande maioria - 90% - é de casos leves.

Reforço da atenção, com ampliação do Saúde na Hora. Nós vamos chamar 5 mil médicos, que vão para a atenção básica. Acho que isso vai melhorar o atendimento, porque aumenta um pouco a força de trabalho.

Nós já assinamos contrato para mil leitos de CTI, que nós vamos manter como estoque regulador. Nós não vamos mandar isso para o Estado A, B ou C. Nos Estados A, B ou C, nós orientamos todos os Secretários de Saúde: organizem as suas redes hospitalares! O momento é de rever os planos de contingência.

Tem Estado que fez um "ctrl+c, ctrl+v" do que foi feito no H1N1. Olhem, é o momento de discutir qual é a conveniência de cirurgia eletiva. Eu dou sempre o exemplo da cirurgia bariátrica, Senador Confúcio. O



cidadão que vai fazer uma cirurgia bariátrica eletiva agora e vai entrar naquela fase de emagrecimento de 15 quilos, 20 quilos, 30 quilos, em 1 mês, 2 meses, 3 meses, vai passar pelo período de maior catabolismo num momento inoportuno. Então, olhem a conveniência, o risco-benefício. Mulher que quer fazer cirurgia estética, uma plástica, entre fazer agora e fazer daqui a uns meses pode ser que o resultado seja até melhor para ela e para todo o sistema. Então, pensem nisso.

É preciso haver critérios de admissão e permanência em leitos de CTI. Esses leitos são preciosos. Estejam preparados porque, se houver uma espiral de casos, pode ser necessário usá-los. É preciso estar preparado para não sofrer aquele ataque que o sistema italiano sofreu.

Os grandes eventos são de responsabilidade dos Estados.

Criação de comitê de especialistas. Nós criamos um comitê *ad hoc*. Nós juntamos todas as sociedades de medicina interna, de infecção, todos os maiores especialistas brasileiros, um grupo de enfermagem da Associação Brasileira de Enfermagem, especialistas em epidemiologia do Adolfo Lutz, da FIOCRUZ, e todos hoje são membros *ad hoc* do nosso Comitê de Urgências e Emergências. E nós podemos acioná-los a qualquer momento. Há um protocolo de atendimento e de medicação.

Tem muita gente que fala assim: *"Eu ouvi falar que lá na China tiram o soro de um e passam para outro"*. Eu tenho essa notícia. Nós temos especialistas. Mandamos para eles: *"O que vocês acham? Quais são as armas que vocês querem, que vocês validam? Quais vocês querem estudar um pouco mais? Quais serão os núcleos de pesquisa?"* Isso tudo já está organizado e já está funcionando. Já fizemos com os brasileiros. E ontem - acho que a Rô estava junto; daqui não sei mais quem estava, mas a Rô estava - fizemos com toda a América. Trouxemos todas as sociedades da América Latina, dos Estados Unidos, da América Central e fizemos com todos. Nós vamos padronizar a conduta médico-científica nas Américas. E o Brasil está hoje coordenando esse trabalho.

Assim como a FIOCRUZ fez a capacitação de todos os laboratórios fora do Brasil, nós queremos fazer em todos os Estados. Até o dia 18 de março, todas as Unidades da Federação estarão aptas, com equipamentos, com *kits*, prontas para fazer a análise dentro do seu Estado. Não vai mais ser preciso mandar amostra para lá ou para cá. Talvez a primeira e segunda, para fazermos a certificação de qualidade, mas todos terão o mesmo padrão. Para isso, já foram adquiridos os equipamentos e os *kits*.

O contato social, principalmente dos que têm doença crônica. Esse é o grupo que queremos preservar. O maior grupo de risco são os nossos



idosos e os doentes crônicos. Esses são aqueles que eu quero destacar para todos os Parlamentares e para a imprensa como o grupo que queremos superproteger.

Quando os jovens chegam a um determinado ponto em que todos eles já têm imunidade, o vírus não consegue mais pular de pessoa em pessoa, aí cai o número de casos. Quanto menos pessoas com doenças crônicas e idosos forem afetadas, menos utilizaremos os nossos sistemas hospitalares.

Estimular o trabalho em horários alternativos, em escala, e reuniões virtuais. Aliás, quanto às audiências que os Deputados têm solicitado para Prefeitos e Vereadores, que têm que viajar até aqui, eu vou disponibilizar nesta semana o sistema por vídeo, e vocês poderão fazer com eles a distância, lá da Prefeitura. Eu vou conversar com todos eles, com horário marcado, tudo bonitinho, da mesma forma que eu os atendo fisicamente. Eu acho que vai ficar até melhor, porque vai economizar o dinheiro da passagem.

Disciplinar atestados médicos e faltas ao trabalho. Isso é algo que eu tenho pedido à Comissão Externa. Eu acho que talvez vocês tenham que pensar nisso. Se eu mandar uma pessoa que teve gripe voltar ao posto de saúde para pegar um papel e levar a um RH, eu vou mandar mais gente para a unidade de saúde, já sobrecarregada, para entrar numa fila, para pedir ao médico um papel para levar não sei aonde. Como se vai disciplinar isso, já que existem leis que disciplinam a falta ao trabalho? Talvez isso seja algo que vocês precisem ver como fazer, para que nós possamos ter um formato legal e rápido para fazer isso que não implique, obrigatoriamente, a entrega de um papel carimbado com o número do CID.

Nós vamos antecipar a campanha de vacinação contra a gripe. Volto a dizer que o sistema de vacinação contra a gripe do Brasil é um dos maiores do mundo. No ano passado, sem saber de coronavírus, nós do Ministério da Saúde fizemos um contrato, pela primeira vez, com o Butantã - antes era uma encomenda verbal. Nesse contrato, nós colocamos 75 milhões de doses. Foram encomendadas 64 milhões no ano passado - aumentamos em 11 milhões para este ano.

Há alguns anos, o Brasil usava as mesmas cepas, repetidas vezes. Nós encomendamos doses com as cepas atuais, do ano passado. Por isso coletamos mais amostras no ano passado, para atualizar a nossa vacina. Então, essa vacina vem com as cepas mais frequentes que levaram a acometimento de gripes e de internações no nosso País no ano passado. E nós vamos fazer 75 milhões de doses.

Normalmente, começávamos a vacinação por gestantes e crianças, talvez ainda como reflexo do H1N1, que pegava muitas gestantes e

jovens. Iniciaremos agora pelos idosos, por pessoas com mais de 60 anos, por profissionais de saúde, a fim de segurar essa linha de frente, e depois passaremos para outras pessoas: autoridades, forças de segurança, professores, enfim, pessoas de outras áreas.

Nós faremos do *site* do Ministério da Saúde... Eu peço a quem quiser ajudar, e é uma ajuda tranquila... A quantidade de *fake news* é muito grande! Quando abrimos o Google, a página do Ministério da Saúde está sendo a página mais acessada para busca de informações. Lá nós colocamos todas essas tábuas mundiais, números de casos por Unidades da Federação, recomendações, etc. Então, quanto mais nós acessamos a página buscando "coronavírus", mais a página aparece no *trending topics* do Google e mais as pessoas vão achando a fonte correta, porque nós procuramos retratar ali o que é falso, o que é *fake*, o que é verdade, o que não é verdade.

Quanto à gestão, há o nosso Comitê de Emergências. Esta é a imagem do pessoal, quando houve a capacitação internacional, as telereuniões, as videoconferências.

De público, agradeço ao enfermeiro Marcos Quito, do Ministério da Saúde, e à Dra. Ho, que foram até Wuhan buscar o grupo e, ao retornarem, permaneceram isolados por 14 dias.

Muito obrigado, Dra. Ho.

A Dra. Ho é chinesa. Foi uma guerreira para nós. O Brasil lhe agradece. (*Palmas.*)

Esta é a situação atual. Nós estamos na fase de recomendações, muito atentos às questões de flutuação. Podemos passar às determinações e vamos andando de acordo com os acontecimentos que vão se dando aqui.

Mais uma vez, agradeço à Frente Parlamentar da Saúde, à Comissão Externa, que já se reuniu comigo na semana passada por duas ou três vezes e está *pari passu* sempre acompanhando os fatos.

Vou convidar um membro do Legislativo para fazer parte de um comitê para a tomada de decisões. É muito ruim tomar, de maneira autocrática, sozinho, decisões que envolvem gastos inesperados. Portanto, na segunda-feira, eu irei ao TCU pedir ao Ministro José Mucio que indique uma pessoa - haverá uma do Legislativo. Vamos ver se o conseguimos, para a tomada de decisões em que eventualmente tenhamos que passar por licitações. Aliás, o processo de licitação funciona muito bem nos períodos de normalidade, mas, em situações como esta, pode nos sobrecarregar. Nós precisamos tomar algumas

atitudes com muita celeridade.

Eu acho que será muito boa a presença de um Parlamentar e de um grupo externo ao Ministério, para tomarmos as decisões necessárias e preservarmos a integridade não só do dinheiro público, mas também dos técnicos do Ministério da Saúde, que, muitas vezes, têm que assinar sem a devida proteção, porque acaba a epidemia, vem um técnico não sei de onde e diz que a máscara custava 10 centavos e agora a comprou por 2 e voltou a 10. Comprou superfaturado?

Juntos, vamos tomar as decisões na mesa, sob a pressão de mercado que estamos vivendo, em que não podemos deixar de agir, não podemos subagir nem sobreagir. Portanto, conto com esta Casa.

Muito obrigado ao Presidente Rodrigo Maia por ter sensibilizado todos os Líderes a liberar emendas de Relator, que eram de custeio, recursos de incremento de PAB e MAC. Por vias tortas, nós acabamos deixando 5,1 bilhões de reais, que, por lógica, seriam de gastos. Temos um recurso que, parece-me, nós conseguimos atravessar. Se precisarmos de recursos adicionais, voltaremos a dialogar sobre isso.

Muito obrigado a todos os Parlamentares. *(Palmas.)*

Documento 23/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:00
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	ANTONIO BRITO-PSD -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. ANTONIO BRITO (Bloco/PSD - BA) - Gostaria de saudar a nobre Deputada Carmen Emília Bonfá Zanotto, autora deste requerimento; o Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Casa, pela celeridade com que convocou esta Comissão Geral; o Dr. Luizinho, Presidente da Comissão Externa que trata deste assunto tão importante para o País; o Sr. Gabbardo, Secretário Executivo do Ministério da Saúde; e, em especial, o Ministro Luiz Henrique Mandetta.

Em janeiro, quando eu ainda presidia a Comissão de Seguridade Social e Família, a segunda Comissão desta Casa, que trata de um tema tão importante que é a saúde, eu fui instado pela Deputada Carmen Zanotto e pelo Ministro Luiz Henrique Mandetta a tratar

imediatamente, antes mesmo da volta do recesso parlamentar, de ações preventivas no âmbito do Legislativo e do Executivo, em comum acordo com o Ministério da Saúde, ações que preparariam este Parlamento e o Governo para medidas e ações que poderiam ser tomadas.

Ato contínuo, tivemos uma articulação com a Frente Parlamentar da Saúde, autora da iniciativa, junto com a Presidência da Comissão de Seguridade Social e Família e com a Frente da Medicina, a Frente das Santas Casas, entre tantas outras que se articularam. Já tivemos uma audiência pública no dia 5 de fevereiro, portanto, há mais de 1 mês, para tratar deste assunto, deliberando sobre o PL 23 e sobre as ações atinentes à repatriação de brasileiros de Wuhan, além de todos os assuntos de que trata o PL e das ações que o Ministro da Saúde havia determinado.

Eu quero ser breve, Ministro, e parablenizo V.Exa. pela tranquilidade, serenidade e forma firme como tem conduzido não só as ações do Ministério da Saúde, sua Pasta, mas, principalmente, a comunicação com o povo brasileiro. É fundamental que o povo brasileiro receba informações corretas, serenas, e, ao mesmo tempo, eficazes, em vista da seriedade que o tema merece, como tem feito o Ministério da Saúde brasileiro, sem gerar pânico, mas tomando medidas eficazes e rápidas de que precisamos em se tratando deste assunto.

Por isso, como Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, estarei, enquanto estiver nesta função e quando estiver em outras tantas, à sua disposição, Ministro, como um soldado, como todo o Parlamento deve estar, sob a liderança da Deputada Carmen Zanotto, sob sua liderança, para agirmos com rapidez neste Parlamento e darmos o suporte necessário, diante deste que é um tema caro ao nosso País.

Muito obrigado.

Documento 24/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:04
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (Bloco/PP - RJ) - Quero

saudar a Deputada Carmen Zanotto, nossa autora do requerimento e minha Relatora na Comissão Externa. Quero cumprimentar o Presidente da nossa Comissão de Seguridade Social e Família, o Deputado Antonio Brito, bem como o Sr. João Gabbardo, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, e o Ministro Luiz Henrique Mandetta.

Ministro Luiz Mandetta, V.Exa. representa para toda a sociedade brasileira hoje a tranquilidade e a certeza de que temos, na condução das políticas públicas para a Saúde do País, uma pessoa preparada, qualificada, que sabe tomar as medidas necessárias. O senhor tem em sua equipe técnica pessoas brilhantes na condução da equipe técnica do Ministério da Saúde. Quero, portanto, parabenizar a equipe técnica do Ministério da Saúde, que tomou as atitudes adequadas e com antecedência.

Por falar em antecedência, quero dizer que protocolamos a criação da Comissão Externa e gostaria de agradecer ao Presidente Rodrigo Maia a criação, ainda em 11 de fevereiro, desta Comissão. Nós começamos nossos trabalhos em 18 de fevereiro. Começamos por meio de uma visita técnica ao Ministro e ao Secretário João Gabbardo, para tratar das condições e das necessidades. A preocupação do mundo com esta epidemia é muito grande. Na nossa Comissão, atualmente formada por dez Deputados, temos harmonia. Aproveito para convidar os Deputados que quiserem participar da Comissão Externa que o peçam aos seus partidos e façam as indicações.

Ainda na semana passada, foi aprovada, Ministro, a indicação do Deputado Alexandre Padilha para apoiar o Ministério da Saúde, já que hoje a OMS decretou situação de pandemia.

Temos aqui o Deputado Hiran Gonçalves, Presidente da nossa Frente Parlamentar e, independentemente de partido ou de qualquer corrente política, estamos irmanados para apoiar o Ministério da Saúde.

Hoje, Ministro, nossa Comissão aprovou uma indicação ao Governo Federal para proceder ao tabelamento de preços de itens essenciais para o enfrentamento desta epidemia: o tabelamento do preço de álcool em gel e de máscaras cirúrgicas, como V.Exa. relatou aqui hoje, diante do absurdo que estão cometendo. O levantamento foi feito na nossa Comissão pelos Deputados Zacharias Calil e Jorge Solla. Diversos Deputados lembraram esta questão, que vem acometendo as pessoas que procuram diversas frentes, distribuidores, mas estão sendo, digamos, achacadas diante dos valores que estão sendo cobrados.

Há uma preocupação da nossa Comissão ante a proibição, em período temporário, ou seja, durante a epidemia, de itens de produção nacional que possam ser exportados e utilizados no nosso País. Hoje foi



aprovada a indicação de que nossas fábricas produzam itens necessários no futuro para que, durante um período, Dra. Ho, não exportem, já que estamos numa situação desfavorável, concorrendo com a Europa, no momento em que o euro está a 5 reais. Por isso, nossa Comissão Externa fez esta indicação.

Ministro Mandetta, esta Casa tem a função de acompanhar esta situação. Nossa Comissão tem, na sua constituição, membros ligados à saúde para apoiar diretamente o Ministério. Aqui me refiro especialmente ao Secretário Jurandi Frutuoso, que representa o CONASS, na questão dos Estados e dos Municípios.

Muito nos preocupa, Ministro, a situação de quem fará o atendimento na ponta, na assistência pré-hospitalar e hospitalar. Esta é uma preocupação da nossa Comissão. Já realizamos audiências públicas em alguns Estados e continuaremos mobilizando os Secretários Estaduais de Saúde para que tenham planos de contingência efetivos, e não planos do tipo "ctrl+c, ctrl+v", como V.Exa. mencionou.

Temos situações das mais diferentes no País. Há a possibilidade de termos de fazer isolamento domiciliar em cidades como a Capital do nosso Estado, o Rio de Janeiro, onde cerca de 500 mil a 1 milhão de pessoas moram em domicílios que só tem um cômodo. Teremos de enfrentar o desafio do isolamento domiciliar. Como fazer o isolamento domiciliar de pessoas que moram em domicílios de um cômodo com quatro, cinco, seis familiares?

As Secretarias Estaduais e as Secretarias Municipais precisam estar irmanadas e preparadas para acompanhar com medidas efetivas, Ministro. Nós não temos a menor dúvida da condição técnica da sua condução, da condução do Ministério da Saúde, mas se faz necessário que todos os Estados da Federação, que todos os Municípios, até pela configuração do SUS, que é tripartite - está aqui o Presidente do CONASEMS -, estejam irmanados.

Agradeço ao Presidente Rodrigo Maia. Esse é mais um gesto que evidencia a importância deste Parlamento ter autonomia e condições de fazer decisões orçamentárias, de tomar a decisão correta de fazer essa alocação de recursos imediata para o Ministério da Saúde. Quero parabenizar o Presidente Rodrigo Maia, o Deputado Jhonatan de Jesus e o Relator Domingos Neto.

Ministro, sei de sua preocupação. Neste momento de enfrentamento, circulam aqui na Casa projetos, como o do Deputado Pedro Westphalen, para permitem que se faça a permuta de dívidas antigas por leitos hospitalares. A necessidade será iminente. Peço que possamos encaminhar a esta Casa, em regime de urgência, esse projeto de que os Deputados Antonio Brito e Hiran Gonçalves são

coautores, aliás, de que quase toda a bancada da saúde é coautora.

Principalmente, Ministro, temos a certeza absoluta de que estaremos irmanados na tomada dos cuidados necessários. Estamos vendo grandes países do mundo, como a Itália e a Alemanha... Hoje, na Itália, houve mais de 150 mortos. O País precisa estar preparado, mas todos nós temos a nossa responsabilidade. Já apontamos aqui - assim o Presidente Rodrigo Maia pediu que fizéssemos - a necessidade do plano de contingência da Câmara dos Deputados. Vamos evoluir, Ministro, e estudar, até a próxima semana, como faremos rapidamente com a questão dos atestados médicos, para evitarmos a situação de pessoas impactando mais ainda as unidades de saúde.

Quero parabenizar e agradecer à Dra. Ho e a toda a equipe das Forças Armadas, que tiveram o seu desprendimento. Aqui o faço também em nome do Deputado Dr. Zacharias Calil, que é da bancada de Goiás, a toda a população de Anápolis, ao Governador de Goiás Ronaldo Caiado, que teve a firmeza de receber essas pessoas, esses nossos irmãos. Tiveram a firmeza - já pelo histórico do Estado de Goiás muito recriminado na questão do césio-137 - de saber que precisavam prestar um serviço à Nação.

Nós temos no País instituições sólidas de saúde pública de referência mundial. Aqui está a Presidente da FIOCRUZ que tem *expertise* e muito nos auxiliou. Quero aqui deixar agradecimentos à FIOCRUZ pela atuação no enfrentamento do zika vírus e da febre amarela. Graças a Deus, nós temos a FIOCRUZ.

Ministro, o senhor tem o apoio integral desta Casa.

O Ministro Osmar Terra acompanhou a Comissão conosco, todos nossos requerimentos, todas as indicações.

Toda a bancada da saúde, todos os que estão participando deram apoio unânime a todos os requerimentos e ao Ministério da Saúde. Pela saúde pública brasileira, vamos unidos conversando com a população, conversando com cada um de nós formadores de opinião sobre a importância dos gestos.

O senhor, ao estar ontem na Frente Parlamentar pela Medicina e fazendo já gesto, já que o senhor está fazendo o cumprimento com o cotovelo, estimula todos nós a seguir nesse caminho.

Que todos nós Parlamentares, que somos os grandes formadores de opinião do Brasil, possamos seguir nessa caminhada juntos!

Contem com o apoio integral desta Casa.

Obrigado, Ministro.

Documento 25/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:16
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES--- --	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES - Boa tarde a todos. Cumprimentando a Deputada Carmen cumprimento a todos da Mesa, assim como a todos os Deputados presentes e aos ouvintes.

O Conselho Federal de Medicina vem acompanhando o trabalho realizado pelo Dr. Luiz Henrique Mandetta neste momento importante e se solidariza com todos os brasileiros.

Com relação à capilaridade do Conselho Federal de Medicina, e é isso que trazemos aqui, isto é, o contato direto com o médico e a orientação do médico na ponta, nós vamos acompanhar junto com o Ministro tudo que for encaminhado nesta Casa.

Como eu comentava com a Doutora, muito mais do que a profilaxia é a tentativa de evitarmos a transmissão. Temos que pensar no tratamento na ponta, nos hospitais, nas unidades de saúde. Temos que criar, junto com o Deputado Dr. Luizinho, a Comissão que avaliará todas as instituições no quesito tratamento.

O cenário de letalidade é pequeno, e o final da história do vírus, da virulência do vírus, é a ventilação mecânica. Precisamos ficar atentos a isso, mapear todos os serviços de saúde que estão com ventiladores parados, ventiladores mecânicos que necessitam de conserto, pequenos reparos, calibração, para que efetivamente, em qualquer dano que aconteça, consigamos, na ponta, depois, ter esse suporte. Grande parte das mortes que houve no mundo até o momento deveu-se também ao despreparo do suporte. Todo mundo ficou preocupado só com a transmissão, com o encaminhamento da doença, com a viremia da doença, mas o fato é que, depois que o paciente chega ao hospital, como já nos mostraram as estatísticas, o tempo de hospitalização é prolongado, e o paciente precisa de tratamento adequado, com ventilação mecânica prolongada.

Tudo o que foi feito até agora foi muito importante, mas nós temos que dar um passo a mais: discutir onde nós vamos alocar esses pacientes e como eles serão acompanhados pelas equipes médicas. Temos que discutir na Comissão, Deputado Dr. Luizinho, se nós vamos fazer alguma sugestão relativamente ao acompanhamento desses pacientes em UTIs. Nós temos regramentos para UTIs de um médico e equipe de enfermagem para dez leitos. Vamos ter que rever isso. Não sei como vamos discutir isso na Comissão, mas acho que temos já que partir para a terapêutica.

Portanto, as considerações com relação ao Conselho Federal de Medicina são no sentido de ficarmos atentos também à questão do tratamento. A profilaxia é importante, os cuidados para evitar a transmissão são importantes, mas vamos cuidar da questão dos tratamentos também.

O Conselho Federal de Medicina está aberto à discussão desses temas.

Obrigado a todos.

Documento 26/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:20
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA--- --	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Solicitação ao Conselho Federal de Medicina de abertura oportunidade, em locais como enfermarias, de leitos com respiradores para tratamento de infectados pelo coronavírus.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Para não nos perdermos, lembro uma coisa muito importante.

Está havendo uma discussão agora na ANVISA sobre a questão de CTI, relações, distâncias etc. Eu já pedi ao Conselho Federal de Medicina - a ANVISA está ciente disso - que, no momento em que for preciso abrir leitos com respirador em locais como, por exemplo, enfermarias, é preciso que seja rápido o que dá biossegurança. Essa de uma equipe para dez pacientes, numa situação de emergência, precisa ser repensada.

Peço desculpas pela minha pequena ausência, mas peço que essas medidas sejam rápidas. Essa reunião com o Conselho Federal foi há 3 semanas, e nós estamos aguardando.

Documento 27/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:20
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	TAYSE BRANDÃO FIGUEIREDO--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Monitoramento, pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, de voos com suspeita de coronavírus.

A SRA. TAYSE BRANDÃO FIGUEIREDO - Boa tarde a todos.

Em nome da INFRAERO, eu gostaria de dizer que todos os nossos aeroportos seguem o que está preconizado nos boletins e nas notas técnicas. Estamos em constantes reuniões com a SAC - Secretaria de Aviação Civil, e a ANVISA sempre está lá presente conosco. Todos os esclarecimentos estão atualizados e todas as dúvidas foram sanadas. Em tempo real, temos repassado para toda a rede INFRAERO quais são as medidas que devem ser adotadas.

Hoje, a INFRAERO possui um departamento responsável pelo monitoramento, 24 horas por dia, das operações dos aeroportos da rede. Através desse monitoramento, nós somos informados quando existe algum tipo de suspeita num voo que está chegando, e todo protocolo é acionado. A presença dos órgãos que estão instalados nos aeroportos e na comunidade aeroportuária é ativada e, até que seja esclarecido se a suspeita tem fundamento ou não, todo o protocolo fica ativo. A INFRAERO monitora todo esse processo em tempo real.

A INFRAERO continua à disposição para que nós consigamos, como com muita propriedade todos aqui disseram, avançar unidos e superar todos esses obstáculos.

Muito obrigada pelo convite.

Documento 28/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:24
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	ANTONIO BARRA TORRES--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL

Sumário

Ações adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA para prevenção do coronavírus.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES - Deputada Carmen Zanotto, Deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr., Deputado Antonio Brito, Dr. Vanderson, Ministro de Estado da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, gostaria de dizer, de plano, que já acatamos a solicitação feita, hoje pela manhã, lá na agência para que qualquer resolução nossa relativa a essa questão de responsabilidades técnicas em UTI e a configurações de equipes de UTIs seja sobrestada, justamente no sentido de permitir uma maior discussão, uma maior participação, em atendimento ao justo pleito efetuado pela frente parlamentar afeta ao tema.

Eu acredito que seja um momento bastante oportuno para que a ANVISA faça um breve apanhado das ações que desenvolveu para o enfrentamento dessa crise. Inclusive, deixo para decisão da Presidência da Mesa, se for do interesse, algumas considerações que podem ser colocadas no Power Point.

Na verdade, desde o início do ano, virada do ano passado para o início deste ano, estamos acompanhando a evolução do coronavírus. No dia 26 de janeiro, efetuamos a criação do nosso grupo interno de gestão, que se reúne diariamente para tratar tudo aquilo que se dá no escopo da agência na abordagem da crise. No dia 27 de janeiro, efetuamos a nossa primeira coletiva à imprensa, fruto de uma série de demandas que vínhamos recebendo muito focadas em nossa atuação em portos, aeroportos e fronteiras.

É importante ressaltar, Sra. Presidente, que as atualizações constantes das resoluções de diretoria colegiada vêm sendo feitas. Em que pese esses instrumentos serem muitos - desde a época da criação da agência, há 21 anos -, sempre se mantêm atualizados. Passamos, numa sequência imediata, a enfatizar esses protocolos junto às equipes de portos, aeroportos e fronteiras, na medida em que são a linha de frente da vigilância sanitária nacional na abordagem não só dessa desta crise, mas também na de qualquer outra que tenha semelhança com essa que enfrentamos agora.

Tivemos o ingresso, por decreto presidencial, no grupo interministerial com a ANVISA para a abordagem da crise. Grupo esse sob a coordenação do Ministro Mandetta. S.Exa. não é apenas o coordenador, mas também a voz desse grupo, o que não poderia deixar de sê-lo. E tivemos também a participação direta, através agora

do Ministério da Defesa, no grupo de planejamento, tanto da repatriação dos nossos cidadãos que vieram de Wuhan quanto da quarentena.

No dia de hoje, persistem os avisos nos sistemas de fonoclima e de alto-falantes dos nossos aeroportos, em idiomas, a fim de prestar os esclarecimentos iniciais àqueles que fazem uso dessas facilidades.

Iniciamos também, há aproximadamente 1 mês, uma interlocução com todo o setor produtivo nacional de medicamentos e insumos de saúde.

No campo de atuação da agência, numa ação tempestiva e de igual monta por parte do Ministério da Saúde, cabe identificar e buscar manobras para mitigar qualquer eventual desabastecimento, quer seja ameaça de desabastecimento, quer seja abastecimento instalado de insumos e medicamentos.

É importante frisar, conforme já muito bem colocado, que existe a abordagem focal da crise do coronavírus. Obviamente, ao chegarmos a outro nível, o que não desejamos que aconteça, mas parece inexorável, que será o tratamento de pacientes ao nível hospitalar, outros insumos serão necessários, e não somente aqueles focais, diretos da abordagem do coronavírus.

Há que se lembrar que a mesma máscara cirúrgica que se usa na proteção é a mesma que se usa na cirurgia de apendicite, de fratura exposta ou de qualquer outra abordagem médica a um paciente. Portanto, a defesa do estoque disponível desses insumos é essencial para que o sistema não entre em colapso.

Nesse sentido, publicamos o Edital de Chamamento nº 1, o primeiro edital ao setor regulado, cujo prazo de manifestação vai se findar no dia 13, depois de amanhã, quando teremos o foco...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Carmen Zanotto. CIDADANIA - SC) - Por favor, pode concluir, Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES - Nesse primeiro edital de chamamento, teremos o foco em tudo aquilo que se relaciona diretamente com o coronavírus.

Já está previsto e será liberado o Edital de Chamamento nº 2 ao setor regulado, desta feita abordando os demais insumos de saúde que, certamente, terão de estar sob nosso rígido controle para uma eventual



abordagem hospitalar.

Está prevista a realização, no dia 18 de março, na semana que vem, de um *workshop* no Hospital das Forças Armadas a respeito de tudo que se relacionou com a repatriação e a quarentena. Teremos a oportunidade novamente de discutir e apresentar as técnicas que foram empregadas naquela operação que todos os senhores viram. Os próprios quarentenados... Tenho o privilégio de estar ao lado da Dra. Ho, que compareceu de duas formas, como nossa grande orientadora e também como alguém que vivenciou a quarentena.

Logicamente, sem interferir na unicidade da voz do Ministro da Saúde, mas como existe muita particularidade da ação da ANVISA, temos respondido aos questionamentos da imprensa para buscar sanar essas dúvidas e deixar a população esclarecida naquilo que tange à agência.

Já me aproximando da minha conclusão, elaboramos também decisão de diretoria colegiada no sentido de tornarmos neste período, e estritamente neste período, mais céleres as decisões quanto a registros e certificação de boas práticas em tudo aquilo que possa ter atuação na crise do coronavírus.

No mais, há interlocução com as demais agências reguladoras. Agências essas com as quais conversamos em pé de igualdade, ombro a ombro. Conversamos com o FDA, com o EMA, com as agências regulatórias do Japão, da Austrália e da Suíça.

Registro a notícia que recebi há pouco, fruto dessa situação que enfrentamos, de que o próprio FDA, a partir de agora, colocou sobrestadas as inspeções que faz em outros países, inspeções rotineiras e de certificação, pelo menos até abril, em face de tentar minimizar os efeitos de contágio.

Por último, quero concluir com a citação que o Deputado Dr. Luizinho fez a respeito da questão de Anápolis, do receio que a população anapolina apresentava de lá receber os nossos cidadãos brasileiros, da quarentena, do quão foi importante termos uma interlocução muito boa, tanto com o Governo do Estado de Goiás quanto com a Prefeitura da cidade, com a própria sociedade, no sentido de transmitirmos que a situação, é claro, não é simples, mas que o agente público mantém-se fiel à norma, mantém-se atualizado, mantém-se, dentro do possível, tranquilo.

A citação que o Deputado fez do acidente com o Césio-137, como eu já disse, foi muito importante. Eu trabalhei diretamente com aqueles pacientes em 1987. Poder voltar a Goiás e transmitir àquela população que confiasse na equipe que está lidando com essa situação seria de grande valor. E a sociedade anapolina assim o fez, mostrou todo o seu

acolhimento, toda a sua simpatia, e a operação foi coroada de êxito.

Muito obrigado, Sra. Presidente, senhores integrantes da Mesa, Sr. Ministro.

Documento 29/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:32
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	HO YEH LI--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. HO YEH LI - Boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer o convite para estar aqui. Eu queria dizer que, apesar de não ser uma servidora federal, participei dessa Operação Regresso com muita segurança, principalmente sob o comando do Ministério da Saúde e do Ministério da Defesa, que conseguiram fazer todo o processo trazendo bastante segurança, confiança, de uma forma tecnicamente muito bem feita.

Eu acho que ouvindo os repatriados, eles compararam com os outros países, o modelo do Brasil foi o melhor, conseguiu oferecer acolhimento melhor e, além disso, tranquilidade para toda a população. Tudo o que foi feito conseguiu fazer com que as pessoas que retornaram à sociedade não se sentissem uma ameaça à sociedade. Eu acho que isso foi realmente exemplar, tanto que sabemos que estamos servindo, inclusive, de modelo para alguns outros países.

Acho que podemos dizer que o Ministério da Saúde, junto com o Ministério da Defesa, principalmente com a ajuda das Forças Armadas, conseguiu promover todo o processo de forma rápida. E melhor ainda: com o apoio judicial, conseguiu fazer um processo de quarentena de forma bastante segura.

Além disso, eu posso traduzir também o sentimento de todos os repatriados: ninguém ficou revoltado ou chateado pelo fato de termos que exame de triagem. Ao contrário, aqueles exames representaram para todo mundo que estava lá uma garantia de que eles não estavam levando a doença para a sociedade.

Então, eu posso dizer que, como um membro de fora, fui chamada de

última hora para participar disso, fomos exemplares.

Eu queria ter a oportunidade de transferir esta mensagem. Também mantemos contato com as pessoas que estão repatriadas. Está todo mundo bastante seguro em relação a isso.

Permita-me aproveitar a oportunidade para falar exatamente dos passos seguintes, de como estamos vendo o Brasil enfrentar essa pandemia agora.

Eu acho que o Brasil foi exemplar mesmo no sentido de vigilância. Vendo o número de exames realizados e o número de exames positivos, estamos fazendo um ótimo serviço de vigilância. Mas, para nós que estamos na ponta, vem a preocupação. Após a vigilância, o que vamos fazer? A preocupação de quem está na sociedade é: que respaldo nós temos para colocar outras pessoas, não os repatriados, em quarentena? Estamos em um momento ainda de mitigação da doença. Exatamente pela fala do Sr. Ministro, como afastamos uma pessoa que teve o contato? Não temos ainda nenhum respaldo legal para isso, nenhum respaldo do ponto de vista trabalhista.

Hoje, por exemplo, na reunião de especialistas, estavam discutindo sobre um médico que teve contato com um paciente e depois soube que o paciente testou positivo para coronavírus. O que deve fazer esse profissional de saúde já que não temos quarentena para quem não é repatriado? Então, queria aproveitar esta oportunidade de estar aqui com vocês legisladores e pedir que se garanta uma situação legal, o que podemos fazer com isso.

Foi dado o exemplo de situação de isolamento. Recomenda-se isolamento para aqueles que testaram positivo ou que estão na fase de testagem, enquanto aguardam o resultado, mas não temos ainda amparo legal para garantir que a pessoa esteja em casa. Vimos pessoas com máscara andando na rua. Sabemos que são pessoas que estão aguardando o resultado. Ontem mesmo um colega falou-me de um paciente que testou positivo e o encontrou num *shopping*.

São situações que infelizmente... Eu entendo que cada um de nós tem que ter um pouco de responsabilidade social, mas precisamos, de alguma forma, de amparo legal para isso.

Eu vivo na cidade de São Paulo. Eu acho que o Sr. Ministro deve ter mostrado a estimativa da doença na Grande São Paulo. Como garantir que ela não se espalhe mais antes de entrar na fase de mitigação? Nós estamos na fase de contenção. Como evitar que cheguemos à dimensão do que aconteceu em Wuhan? São Paulo tem população maior do que a de Wuhan. Temos que pensar em como fazer isso.

Seguindo para o que o Dr. Alexandre comentou sobre os que estão doentes, ultimamente, acho que todo mundo sabe, por opção, eu só trabalho no serviço público. Sabemos que a idade média dos servidores públicos nos hospitais é acima de 40 anos. Uma boa porcentagem das pessoas está acima de 60 anos. Vamos expor esses profissionais de saúde para atender pessoas com coronavírus? Eu vejo isso também como uma oportunidade de fortalecermos o SUS. Temos que ter alguma forma de renovar os profissionais de saúde que estão no SUS para atender esses pacientes.

Há outra questão com a qual temos muita preocupação. Pelo que o Dr. Alexandre comentou, no SUS parte dos equipamentos estão um pouco defasados e precisam de manutenção. Então, eu acho que é a oportunidade também de as Secretarias Estaduais de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde terem um ponto de referência para recorrer quando precisarem de ajuste no equipamento, de material de proteção individual.

Porque quando começar a aparecer a demanda, haverá um aumento de preço para cada assistência técnica. Esta é outra coisa que nós temos que pensar: o que fazer para evitar que isso venha a acontecer.

Por fim, para reduzir a mortalidade, a letalidade dessa doença, há diversas técnicas avançadas que já são de uso internacional, mas nós aqui no Brasil temos situações de suporte que ainda estão aguardando aprovação da CONITEC. É preciso acelerar algumas coisas hoje para nós podermos oferecer melhor assistência a essa população que venha a adoecer.

Isso é tudo o que tenho a falar.

Muito obrigada.

Documento 30/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:40
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Convite à Sra. Ho Yeh Li para participação em audiência pública destinada ao debate da pandemia do coronavírus.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (Bloco/PP - RJ) - Eu queria,

naturalmente, agradecer à Dra. Ho e já convidá-la para a nossa audiência pública, no dia 18. E peço à senhora que já possa trazer quais são as dificuldades da CONITEC, para que nós possamos fazer esse encaminhamento - o CFM também já está convidado - de forma rápida. Até porque esta Casa vai discutir de que forma, a pedido do Ministro, nós faremos os atestados médicos e o isolamento obrigatório, para que a pessoa que está com recomendação de isolamento domiciliar, se vista em um *shopping*, seja punida de alguma maneira. Isso é um crime como qualquer outro, porque está expondo as pessoas a contaminação.

Documento 31/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:40
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	NÍSIA TRINDADE LIMA--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de medidas preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. NÍSIA TRINDADE LIMA - Muito obrigada.

Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto, que preside esta sessão, o Ministro Mandetta, o Deputado Luizinho, o Deputado Antonio Brito e o Secretário Wanderson, meu colega de trabalho e de atuação.

Como todos sabem, a Fundação Oswaldo Cruz é um instituto de ciência e tecnologia vinculado ao Ministério da Saúde, e eu vou, brevemente, mencionar algumas ações, que são estratégicas, e orientações que eu considero importantes neste momento em que o País e o mundo se voltam para essa agora declarada pandemia.

E eu acho que são fundamentais dois temas-chaves colocados aqui: responsabilidade e solidariedade. Eles são possíveis à medida que nós fortalecermos a transparência nas informações, que tem sido uma característica desse processo no nosso País - e quero reforçar o que já foi dito em relação à atuação do Ministro Mandetta - e também fortalecermos a capacidade científica e o nosso Sistema Único de Saúde nesse momento. E que seja também um momento de encararmos a emergência, mas de analisarmos como a epidemia vai se comportar no Brasil.

Para isso, eu quero mencionar a oportunidade que tive de participar do fórum da Organização Mundial da Saúde para a construção de

agendas de pesquisa. Considero, falando com todos os Parlamentares, que nesse momento é muito importante verificar no Brasil a correlação que se vai poder estabelecer com alguns comportamentos.

Também considero fundamental, e quero reforçar aqui - não vou falar das ações da FIOCRUZ, porque os Parlamentares poderão vê-las neste boletim, *Fiocruz em Pauta*, que todos receberam - o nosso compromisso que se verificou em todo o campo da vigilância, pois acho que é também o momento de aproveitarmos para fortalecer os laboratórios nos Estados. Nós, hoje, estamos com oito laboratórios técnicos, de laboratórios de várias regiões do Brasil, na FIOCRUZ, em treinamento. Essas ações vão continuar de maneira a fortalecer essa importante ação.

Ao mesmo tempo, nossos especialistas vêm trabalhando com o conceito de promoção da saúde respiratória, algo fundamental nesse momento. O trabalho em relação a alguns fatores de risco - destaco aqui o tabagismo, já mencionado na fala do Ministro - é algo essencial, da mesma maneira que políticas públicas voltadas para a saúde da população idosa, como tem se visto pela experiência dessa emergência e de outras viroses respiratórias que fragilizam fundamentalmente essa população.

Nesse momento pensamos que, no enfrentamento dessa emergência, cautela e, ao mesmo tempo, transparência nas informações e fortalecimento do Sistema Único de Saúde, que abriga todas essas dimensões, são fundamentais.

Aprendemos muito também com as emergências de febre amarela e de zika. Nessas experiências, a articulação, tanto da atenção à saúde, que vai ser fundamental nesse momento, quanto das instituições de pesquisa e universidades no componente pesquisa, foi fundamental. Eu gostaria de ressaltar que é uma pauta que também precisa ser lembrada por esta Comissão.

Na FIOCRUZ, estaremos comprometidos com as ações em todos os níveis. Temos um grupo de trabalho inteiramente dedicado a isso e uma coordenação de vigilância voltada para esse trabalho, estabelecida justamente vendo a importância que essas emergências a cada ano nos colocam.

Obrigada.

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. CELINA LEÃO (Bloco/PP - DF) - Sra. Presidente, inicialmente eu gostaria de parabenizar o Deputado Luizinho pela Comissão Externa e de agradecer ao Ministro Mandetta pela presença.

E quero chamá-los aqui para uma reflexão. Nós tivemos uma experiência aqui no Distrito Federal, inclusive o Ministro Mandetta a trouxe, que mostra a diferença cultural que existe para lidar com o coronavírus.

Eu estava ao lado do Governador no dia em que ele tomou a decisão política - que foi uma decisão política difícil de se tomar - de tentar interditar um cidadão que não tinha a compreensão de cidadania, não compreendia que poderia estar infectando várias outras pessoas. E isso são detalhes, porque sabemos até as dificuldades que a equipe de saúde estava tendo dentro da rede pública. E era um advogado que tinha condições de ficar isolado dentro da sua casa.

Mas quando falamos numa escala que pode atingir o restante da população, como faremos o isolamento no caso de pessoas mais simples? Às vezes, uma família vive em um cômodo, em dois cômodos.

Nós sabemos do protocolo criado pelo Ministério, e eu quero parabenizar V.Exa., Ministro, que tem enfrentado essa crise, que é mundial, com muita firmeza e muita lisura. Qual seria o protocolo de atendimento num plano 2, num plano 3? Eu acredito que o Ministério deve ter essa programação, conforme for aumentando. Mas nós temos muita dificuldade ainda no convívio do dia a dia.

E quero fazer uma observação que talvez seja a mais importante da minha fala: no dia em que foi detectado o coronavírus aqui, ele foi detectado pela rede particular, só que a rede particular não quis saber do problema. Imediatamente pegou aquele paciente e falou: "*Nós não temos condição de cuidar*". Isso reforça a importância do Sistema Único de Saúde e da saúde pública no Brasil, porque, na hora do grande enfrentamento, quem cuida disso é o Ministério da Saúde, são as Secretarias de Saúde. São esses que cuidam e lidam com esse tipo de problema, que é grave, e ninguém quer cuidar dele.

A sociedade civil organizada, o empresariado, os hospitais particulares

precisam, sim, dar sua parcela de contribuição.

Eu queria deixar esse registro, porque nós passamos isso aqui no Distrito Federal. Inclusive o Governador pediu por escrito. *"Eu não vou aí tirar o paciente. Coloque num papel que você não tem condição de cuidar desse paciente"*. Eu acho que é isso que qualquer gestor público faria.

Então, eu faço essas reflexões, Ministro, faço esse pedido, deixo o meu apoio e também deixo registrado o que está acontecendo aqui no Distrito Federal.

Muito obrigada, Deputada.

Documento 33/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:48
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Obrigado, Deputada Carmen.

Eu queria saudar toda a Mesa, o Ministro da Saúde, os convidados participantes.

Realmente, a declaração da pandemia só consolida o que já se conhecia sobre a evolução dessa doença.

Ministro, eu queria reforçar os dois requerimentos que nós aprovamos na Comissão hoje, que acho que são importantíssimos. Que o Ministério acate a indicação da Comissão e tome as providências necessárias para a proibição da exportação de EPIs e o tabelamento dos preços. Segundo dados, a caixa de máscara com 50 unidades, que era vendida a 4,70 reais, chegou a ser vendida por 160 reais. É um absurdo isso! O Governo tem que tomar uma decisão forte nessa direção.

Outra medida importante acho que é a compra emergencial de equipamentos: monitores, ventiladores, para novos leitos de UTIs e emergência. Os pacientes críticos têm uma necessidade que o número de leitos existentes provavelmente não dará conta de suprir. Na época do H1N1, o Ministério da Saúde fez uma aquisição que foi muito

importante, até porque é um patrimônio que o sistema de saúde ganha num momento de crise, porque, adquiridos os equipamentos, esses leitos de UTI vão ficar nos hospitais, vão ser utilizados pela rede. Nós temos déficit! Sem o coronavírus nós já temos déficit! Com ele, o déficit vai tender a se ampliar. Por isso, acho que a solução de alugar equipamentos não é a melhor alternativa. A compra emergencial é mais do que justificada. Não há Tribunal de Contas que, numa situação como esta, possa criar empecilho.

Outro aspecto, Ministro, é a habilitação de serviços existentes que ainda não recebem recursos federais. Eu já tive a oportunidade de comentar com o senhor que, na Bahia, nós temos pelo menos cinco hospitais públicos de peso, todos com terapia intensiva, que até hoje não recebem repasses federais.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Desagradável... Se me permitir, todos habilitados em dezembro, 100%. O que estava lá desde sempre, habilitado. Agora, segunda-feira... O que surgiu durante este ano... Normalmente se aguarda. Cem por cento habilitados!

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) - Eu vou conferir com o Secretário Estadual, porque a informação dele é que o Hospital Regional da Chapada não recebe ainda, que o Hospital Regional Costa do Cacaú não recebe ainda...

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Só se eles não tiverem passado nas avaliações. Mas, assim, pronto, apto, 100%.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) - Ótimo. Então, todos os hospitais estão funcionando. É um compromisso que o senhor está assumindo aqui que todos os hospitais públicos estão funcionando e que aqueles filantrópicos também, contratados pelo SUS, que têm serviços que foram ampliados, poderão solicitar...

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Solicitação de habilitação pronta, apta a pagar, 100%.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) - Isso. E os que não solicitaram poderão solicitar, então. Apresentam a documentação e serão habilitados, não é isso?

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Sim. No dia de hoje, 100% do que já havia em dezembro foram habilitados. Foram habilitados em dezembro quase mil, que eram de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, coisa acumulada. Limpou. Em 10 de dezembro, tudo estava pronto. Limpou. De 10 de dezembro até segunda-feira desta semana, o que veio de pedido já pronto para habilitar é do ano de 2020, mesmo decorridos só 3 meses. Normalmente, fazemos isso

programado. Os desse ano que estão prontos, 100% publicados.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Ministro, eu não quero ficar batendo bola assim.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Só a título de informação, é lógico.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Só quero entender a mensagem que eu vou levar para o Secretário Estadual de Saúde da Bahia. Caso algum hospital nosso ainda não esteja habilitado, apresenta pedido de habilitação, e o Ministério se compromete a fazer a habilitação.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Estando tudo certo.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - A situação da contratação emergencial de leitos privados o senhor já colocou na apresentação, e quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Quero reforçar também necessidade de contratação de profissionais para a Vigilância Sanitária. O aeroporto de Salvador, como eu já tive oportunidade de falar com o Presidente da ANVISA, ficou até o dia 1º de março, todo o carnaval, sem plantão nos horários em que chegavam...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Emergência é emergência. Nós ainda precisamos reforçar os plantões da Vigilância Sanitária nos portos e aeroportos.

Quanto ao remanejamento de orçamento, o senhor tenha a certeza de que os Parlamentares estarão todos prontos para fazer com que esses recursos que estão como incremento temporário sejam remanejados. Esse PLN provavelmente vai sair por unanimidade. Pode encaminhar, que, com certeza, ele será muito bem recebido.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Só quero deixar claro que não precisamos de PLN. Está aprovado, eles são de custeio, mas estão a critério do Relator: 5 bilhões e 100 milhões da rubrica custeio, que seriam liberados somente pelo Relator. O que eu estou solicitando é que deixem esse dinheiro para que nós possamos usá-lo, em todo o território nacional, para essa situação do coronavírus, de acordo com a necessidade: um *per capita* para todo mundo se arrumar, e depois analisa-se a situação Estado por Estado, de acordo com o

andamento.

Esse não precisa de PLN, não precisa de nada, já está no nosso orçamento, só que era gasto em função da ótica dos Parlamentares.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Então, no caso é melhor, porque basta a liberação do Relator...

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Basta. Aqui estão os ofícios que eu fiz, tanto para o Relator quanto para os dois Presidentes.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Eu queria também parabenizá-lo pela medida de ampliação do Programa Mais Médicos e saber se já existe previsão para o lançamento do edital, porque estamos com muitas Equipes da Família sem médicos, Ministro. É muito importante que se consiga preencher esses postos o mais rápido possível.

Por fim, nunca é demais lembrar que o congelamento dos recursos da saúde não pode continuar, e não só por causa da crise do coronavírus, não. A estimativa é que 20 bilhões deixaram de ser aportados, e já se provou que essa emenda constitucional mata a capacidade das políticas públicas de prosperar em nosso País. O Brasil, que tem um sistema de saúde tão vigoroso, não pode...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 34/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-15:56
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	DR. ZACHARIAS CALIL-DEM -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO) - Meus cumprimentos, Sr. Presidente, Ministro Mandetta. Parabênzo o nosso Ministro pela condução tão responsável e transparente para a sociedade.

Muita gente nos procura e diz: isso é só uma gripe, não há motivo para



tanto alarde. A cautela parece exagero, mas tudo começou antes de o primeiro homem pisar na lua, lembram-se? Em 1962, depois que a nave desceu de volta à Terra, ficaram 40 dias em quarentena, preocupados com a transmissão de algum germe extraterrestre.

É muito importante, Ministro, que o senhor hoje esteja presente a todos os debates, tranquilizando os Parlamentares. Esse contato próximo é muito importante.

Uma coisa que achei muito interessante nas Comissões de que participo, entre elas a Comissão Externa, é que se uniram todos os partidos, mesmo os de Oposição, a maioria muito consciente. Somos médicos.

Eu e o Ministro Alexandre Padilha, semana retrasada, comentamos o caso de uma pessoa que veio de Portugal e teve contato dentro do avião com duas pessoas suspeitas. Quando ela chegou a Goiás, não quiseram fazer a notificação, porque, como o voo era de Portugal, com escala em Madri, não era compatível com a necessidade de notificação.

Eu gostaria de dizer que a nossa Comissão Externa se antecipou à OMS. O Dr. Alexandre Padilha, já naquele momento, fez a observação de nós tratarmos o caso como uma pandemia. Eu achei isso muito importante. Até comentei com ele ontem, no plenário: "*O senhor se antecipou à Organização Mundial da Saúde*", juntamente com o Ministério da Saúde, que tem que ser parabenizado, ele e toda a equipe.

Estive em Anápolis e realmente fiquei maravilhado com o que vi. Fiquei orgulhoso de ser brasileiro e de ser goiano. Eu sou de Goiás.

Eu gostaria, Dra. Ho, de adiantar que já estou colhendo assinaturas para que a Base Aérea de Anápolis seja homenageada aqui no nosso plenário. Com muita honra, nós iremos recebê-los aqui.

Tenho chamado atenção para outra coisa também. Nós conversamos com o Ministro ontem, e hoje novamente, sobre a situação aqui na Câmara. Nós vivemos num confinamento. Trabalhamos com ar-condicionado, recebemos pessoas do mundo inteiro... Uma pesquisa diz que circula aqui uma média de 22.500 pessoas por dia, dependendo das votações em plenário, nas terças-feiras e quartas-feiras. Nós temos que distribuir álcool em gel à vontade por todos os setores aqui da Câmara.

Conversei com uma prima minha que está na Itália. Ela me disse há pouco que a situação lá está tão grave, que eles não estão tendo nada para comprar no supermercado, nem papel higiênico para levar para

casa. Nós não queremos que o Brasil chegue a isso. As pessoas estão alarmadas, todo mundo andando de máscara, e nós estamos pedindo uma determinada contenção da movimentação aqui na Câmara.

O próprio Ministro falou de contingenciamento, e o nosso Presidente sugeriu que, em vez de uma telemedicina, façamos uma telepolítica, para diminuir o fluxo de pessoas aqui dentro, porque, se uma pessoa que frequentou a Câmara tiver suspeita de contaminação, eu acho que temos que suspenderem determinadas sessões, até que o diagnóstico seja esclarecido.

Outra coisa, Presidente, que chama muito a atenção é o que já foi dito aqui, e que vou repetir. Se nós mantivermos a exportação de equipamentos de proteção individual, seremos atingidos, principalmente nós médicos, nos centros cirúrgicos. As cirurgias eletivas logo, logo vão ser suspensas e nós vamos ter que voltar a usar pano, máscara de pano, gorro de pano, propé de pano. Aonde nós vamos chegar? Não podemos nos retardar.

Eu queria agradecer mais uma vez. A maioria dos congressos médicos, Ministro, no mundo inteiro, estão suspensos, principalmente de ortopedia.

Documento 35/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:04
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	CLARISSA GAROTINHO-PROS -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (Bloco/PROS - RJ) - Sr. Ministro Luiz Henrique Mandetta, Presidente Carmen Zanotto, Sras. e Srs. Parlamentares presentes, primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Ministro Mandetta pela tranquilidade, pela serenidade e, especialmente, pela responsabilidade com que vem tratando este tema no Brasil. Nós ficamos muito tranquilos em saber que um Ministro do Governo, o Ministro da Pasta responsável pela tomada de decisões diante desta crise que o País vem enfrentando. A postura do Ministro tranquiliza todo o povo brasileiro.

Tenho lido muitas notícias a seu respeito e visto muitos elogios a sua conduta. Neste Parlamento, nós só temos que corroborar tudo o que temos lido nos jornais a respeito do Ministro da Saúde, que eu

considero o melhor entre outros do Governo.

Diante destas observações, quero falar sobre a possibilidade de um plano de contingência da Câmara dos Deputados. Isso realmente tem nos preocupado muito. O Ministro Mandetta colocou os políticos como um grupo de risco muito grande no Brasil. Vale lembrar que aqui temos representantes de todos os Estados brasileiros. Portanto, a existência de um caso nesta Casa poderia se disseminar para todo o Brasil. Estamos viajando todas as semanas. Não temos, na Casa, um plano de contingência. Precisamos providenciar isso urgentemente.

Cerca de 20 mil pessoas circulam no Congresso Nacional todos os dias. Ficamos aqui horas, o dia inteiro, às vezes até tarde da noite, circulando em ambientes totalmente fechados, com ar- condicionado central, sem nenhum plano de contingência. Precisamos que seja disponibilizado, imediatamente, álcool gel em todos os lugares. É preciso que se controle a presença no Plenário e nas Comissões e que se limpem as bancadas. Às vezes, falta até sabonete nos banheiros. Portanto, nós precisamos de um plano de emergência nesta Casa.

Vou além: eu acho que precisamos proibir os Parlamentares de viagens internacionais, excetuando-se os casos de extrema necessidade. Os Parlamentares viajam muito: mais da metade dos Parlamentares viajou no ano passado. Só no ano passado, foram visitados 61 países e 106 cidades em missões oficiais.

Nós estamos vivendo um momento de pandemia, e a maioria dos casos são importados. Hoje temos a presença, na Casa, de Parlamentares que acabaram de chegar da Europa. Portanto, é preciso suspender as viagens internacionais dos Parlamentares. Certas viagens são excepcionais. Às vezes, o Presidente da Câmara ou o Presidente de alguma Comissão realmente precisa viajar, o que é extremamente importante, necessário. Fora isso, deveríamos proibir ou suspender todas as viagens internacionais dos Parlamentares.

Eu tenho observado que as companhias aéreas têm pedido aos comissários de bordo que utilizem máscaras. Eles viajam o dia inteiro, recebem pessoas de todos os lugares. Pergunto ao Ministro se S.Exa. acha isso necessário. Pergunto, portanto, se já é o momento de começarmos a usar máscaras, ou seja, se se deve indicar o uso de máscaras no avião. Confesso que, quando eu vim para Brasília, eu trouxe minha máscara. Não vi ninguém usar máscara durante o voo. Assim, acabei não usando. Não sei se já é o momento de começarmos a nos preocupar com isso ou não.

Outra pergunta: já é o momento de sugerir que, no setor público e no setor privado, tenhamos turnos diferenciados de trabalho, para evitar superlotação no metrô, nos ônibus, por exemplo? Acho que isso

ajudaria, diante dos momentos de pico de concentração de pessoas.

Por fim, Sr. Ministro, gostaria de manifestar uma preocupação especial com nosso Estado do Rio de Janeiro, principalmente com a nossa cidade. O Rio de Janeiro é a porta de entrada de turistas do Brasil, é a porta de entrada para pessoas que buscam lazer. Nossa cidade recebe muitos turistas o ano inteiro. Acabamos de sair do carnaval. Portanto, há uma grande preocupação com a nossa cidade por este motivo, além da nossa geografia: nós temos muitas comunidades carentes e grandes conglomerados. Temos, por exemplo, a Rocinha, favela com os maiores índices de tuberculose no Brasil; vielas com casas sem ventilação alguma, casas que nem sequer possuem janela. Há cidades superpopulosas, altamente adensadas, como o Município de São Gonçalo.

Indago, portanto, se isso não representa um risco para a proliferação da doença.

Sobre a nossa preocupação com o Estado do Rio de Janeiro e com a cidade do Rio de Janeiro, gostaria de saber como o Ministério percebe esta realidade.

Muito obrigada.

Documento 36/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:08
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	RIVALDO VENÂNCIO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. RIVALDO VENÂNCIO - Boa tarde, Ministro Luiz Henrique Mandetta, Deputada Carmen Zanotto, Deputado Dr. Luiz Antonio, Secretário de Vigilância Wanderson Oliveira.

Não sei se o Secretário João Gabbardo ainda se encontra presente. Saúdo Nísia Trindade, nossa Presidente da Fundação Oswaldo Cruz; Marco Krieger, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde; colegas da Fundação Oswaldo Cruz; Sras. e Srs. Deputados; profissionais dos meios de comunicação.

Em que pese todo o trabalho, não só competente, mas também transparente, desenvolvido pelo Centro de Operações de Emergência,



coordenado pelo Ministério da Saúde, e, dentro do Ministério, até o momento, nesta fase inicial de contenção, pela Secretaria de Vigilância em Saúde, na pessoa do Dr. Wanderson e do Secretário Executivo Gabbardo, ainda persiste uma enorme insegurança e uma grande desinformação de parte significativa da população.

Por que tanta apreensão e tanta inquietação? Em primeiro lugar, porque nós estamos lidando com um vírus novo, um vírus mutante, que causa uma enfermidade nova. Como sempre acontece, nós sentimos certa insegurança diante das incertezas e das dúvidas que ainda persistem, em que pesem os estudos que estão sendo desenvolvidos numa velocidade gigantesca.

Até o momento, um dos parâmetros do sucesso desta primeira fase, além da transparência e da forma de comunicação, é a gigantesca equipe de técnicos do Ministério da Saúde e de convidados de universidades, de secretarias de saúde e de outras instituições que tem sido convocada quase diariamente a prestar apoio a todas as discussões.

Eu elenquei algumas dúvidas e incertezas que persistem até o momento, que, lamentavelmente, ao que tudo indica, persistirão por algumas semanas. Estas dúvidas e incertezas têm contribuído para o aumento da insegurança e da inquietação tanto de gestores, como de profissionais da saúde e da população de modo geral, porque se trata de conhecimentos básicos relacionados à história natural da doença e a aspectos epidemiológicos do vírus.

Nós não sabemos, como foi dito por vários oradores que me antecederam, qual é a real taxa de letalidade provocada pelo coronavírus. Nós estamos trabalhando basicamente com os dados referentes aos casos confirmados e aos casos de pessoas que estão internadas com gravidade entre moderada e intensa. Certamente, há um contingente muito grande a que não estamos tendo acesso e que diminuiria essa letalidade. O fato de a letalidade ser menor não tira a gravidade da situação porque, como bem disse o Ministro Mandetta, a gama de pessoas infectadas e expostas é muito grande. Este é o problema que nós temos.

Outra incerteza se dá em relação ao período de transmissibilidade do vírus: nós não temos certeza se é no período pré-clínico, antes do surgimento de manifestações clínicas, que a pessoa poderá transmitir o vírus. Não sabemos, também, o período durante o qual a pessoa poderá transmitir o vírus. Isso tem implicações gigantescas nas medidas que estão sendo recomendadas e preconizadas. Neste momento, na hora de tomarmos determinadas precauções e fazermos certas recomendações, calma e serenidade são fundamentais, como já diria nosso querido Paulinho da Viola: *"Faça como o velho marinheiro*

que durante o nevoeiro leva o barco devagar".

Faço esta observação, para lembrar que não bastam a evidência ou a correção de determinada medida, para que os resultados delas decorrentes sejam os esperados. É necessário avaliar cuidadosamente a factibilidade de cada uma das medidas que serão recomendadas neste momento de grandes incertezas que estamos vivendo.

Muito obrigado.

Documento 37/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:12
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	ANA MARIA OLIVEIRA---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. ANA MARIA OLIVEIRA - Sra. Presidente, 60% dos insumos que entram pela Zona Franca de Manaus são de origem estrangeira.

Destes 60%, doutores, aproximadamente 49% vêm do mercado chinês, coreano ou, por último, estadunidense. Até a presente data, nós não temos nenhuma informação de que algum navio chinês tenha sido objeto de transmissão. Como já foi dito, a preocupação reside no Estado Roraima porque vários navios chineses chegam pelo Porto de Lethem, que tem acesso ao Município de Boa Vista.

Portanto, no que diz respeito à Zona Franca de Manaus, nós ainda não temos nenhuma incidência quanto à chegada dos navios. Permanece o estado de tranquilidade em relação aos navios chineses que aportam para o embarque de soja para exportação.

Muito obrigada.

Documento 38/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:16
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	MARCELA RODRIGUES---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Desvalorização do setor de pesquisa científica no Brasil. Combate à pandemia de coronavírus no País.

A SRA. MARCELA RODRIGUES - Boa tarde.

Meu nome é Marcela Rodrigues. Sou mestranda em Ciências Mecânicas, pela Universidade de Brasília, e falo em nome da Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG.

Eu diria que o fomento à pesquisa científica em nosso País é um importante gargalo que se impôs nos últimos momentos. Na primeira década deste século, viemos de uma crescente de investimentos não só em pesquisa, mas também em cursos de pós-graduação e no aumento da rede de ensino superior pública brasileira. Em que pesem todos os avanços, nós começamos 2020 com um déficit de 7.590 bolsas de pós-graduação, em comparação com os números de 2019.

Muita mobilização da sociedade civil e de pós-graduandos fez com que parte dos cortes fosse revertida, mas, ainda assim, 2020 começa com um triste déficit no financiamento da pós-graduação no Brasil. Toda a rede de pesquisas é composta por investimentos em projetos, em recursos humanos, mas esta rede passou a ser desmontada ultimamente.

Entre os dados que trago para nosso debate, 90% da ciência no Brasil são feitos por estudantes de pós-graduação nas universidades brasileiras. Dos mais ou menos 300 mil estudantes de pós-graduação no Brasil, menos de 50% têm bolsa que financie sua presença na universidade.

O ano de 2020 se inicia com uma marca dramática. Nós vamos completar 7 anos sem nenhum reajuste nas bolsas de pós-graduação no Brasil. Hoje um mestrando recebe 1.500 reais como bolsa de financiamento e um doutorando, 2.200 reais como bolsa de financiamento para pesquisa. No entanto, a maioria desses estudantes é obrigada a se dedicar exclusivamente aos projetos para receber a bolsa.

Existe ainda outra frente de desmonte: o orçamento dos órgãos que financiam pesquisas no nosso País. Só para termos ideia do que isso representa, o orçamento para investimento em ciência e tecnologia, presente na LOA de 2020, para o CNPq, tem a previsão de 16 milhões de reais, sendo que o Governo anunciou, há 5 dias, um aporte de 10 milhões de reais em investimentos emergenciais para a pesquisa do coronavírus no Brasil.

Então, como um aporte emergencial para uma linha de pesquisa

especificamente representa a ordem de 10 milhões de reais, e o orçamento anual do órgão que financia a pesquisa no Brasil é de 16 milhões? Digo isso para termos um pouco de noção e de clareza do que representa esse déficit no financiamento da pesquisa no Brasil.

Cito essas duas questões para entendermos que, nesses momentos de emergência de saúde pública, a pesquisa comprovadamente se faz muito necessária perante à sociedade. Estudantes de mestrado e doutorado de uma universidade pública no Brasil, a partir das suas pesquisas, fizeram o sequenciamento do coronavírus. Isso vai ser absolutamente imprescindível para qualquer tipo de plano de contenção dessa pandemia que nós estamos discutindo aqui agora.

Gostaria inclusive citar os nomes de algumas dessas pesquisadoras: Ingra Morales, estudante de doutorado, e Profa. Ester Sabino, que era para estar aqui falando no meu lugar, em nome da ANPG. Elas foram taxativas ao dizerem que só conseguiram fazer o que fizeram devido à existência de uma segurança no investimento realizado lá atrás para o sequenciamento de doenças como a zika, o HIV e outros sequenciamentos virais e biológicos no nosso País. Imaginem, então, se elas precisassem fazer isso de forma tão rápida e rigorosa, com um investimento absolutamente inseguro, não só para o financiamento das pesquisadoras, como também para a pesquisa como um todo.

Eu queria fazer um apelo. Em momentos de crise como esse que nós estamos vivendo, é necessário ter unidade de ação. E hoje o Governo brasileiro trata a pós-graduação e as universidades públicas no Brasil como inimigos. Nós não somos inimigos. Nós não merecemos ser tratados como inimigos pelo Governo brasileiro. Nós merecemos consideração, investimento, priorização e respeito do Governo brasileiro, porque, dentro dessa guerra ideológica que está posta, o estudante de pós-graduação, no Brasil virou um grande inimigo do Estado, e nós provamos nessas horas que isso é exatamente o contrário. O pesquisador brasileiro é, acima de tudo, um forte, parafraseando Euclides da Cunha.

Portanto, eu queria trazer para o debate a necessidade de valorizarmos a pesquisa no Brasil e o controle dessa pandemia chamada coronavírus.

Documento 39/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:24
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	SALEH HAMDEH--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO



Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. SALEH HAMDEH - Boa tarde a todas e a todos.

Quero saudar a Mesa, em nome da Presidente Deputada Carmen Zanotto, e parabenizar o Parlamento, o Ministério e todos os órgãos envolvidos pela rápida resposta que têm dado a essa pandemia.

Eu vou ser obrigado a sair um pouco do contexto que está sendo tratado até agora, que é o da área de saúde, para falar um pouco da questão de ordem econômica e social, que realmente nos preocupa lá no Estado do Amazonas. Logicamente, na iniciativa privada, é difícil avaliar o impacto que poderemos ter na nossa economia, nos nossos negócios e nos nossos planejamentos de todas as indústrias.

Nós temos duas preocupações básicas. E não quero prejudicar o debate, porque percebo que ele está indo mais na direção das questões de saúde. A primeira delas é esse desabastecimento de insumos da China. Temos uma paralisação das fábricas e o agravamento na China. Vários fornecedores nossos foram paralisados. E isso poderá causar um impacto também de desabastecimento das linhas de produção. A segunda delas é também de ordem econômica. Trata-se da questão do agravamento das empresas com essa paralisação. Temos lá um polo altamente concentrado, onde as fábricas trabalham dentro de um modelo das fábricas da China, que também estão paralisadas. São modelos de fabricação em série, de mão de obra altamente intensiva. Um agravamento poderá também levar à paralisação das empresas, à paralisação das linhas de produção.

Gostaria também de levantar a questão de ordem social. Hoje, 80% da arrecadação do Estado do Amazonas depende basicamente da atividade industrial, direta e indiretamente. A paralisação dessas linhas de produção poderá causar enorme impacto na arrecadação do Estado, o que pode prejudicar a capacidade dele também atuar no combate à pandemia.

Então, basicamente, eram essas as preocupações.

Temos, logicamente, algumas ações que já estamos trabalhando, a exemplo da zona primária, onde temos uma agilidade no desembaraço das mercadorias para minimizar todo esse tipo de impacto. Enfim, não vou me alongar porque, de fato, a discussão de saúde hoje é mais importante e mais emergencial. E, no momento oportuno, vamos continuar realmente trazendo essas preocupações do ponto de vista da

ordem econômica e social.

Muito obrigado.

Documento 40/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:24
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	CHICO D'ANGELO-PDT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ) - Quero cumprimentar a Deputada Carmen Zanotto, o nosso colega Luizinho e o Ministro Mandetta.

Felizmente, à frente do Ministério da Saúde nós temos uma figura de competência, de boa condução e de correção. Temos, junto com o Ministro, o SUS, FIOCRUZ e técnicos muito qualificados. Então, eu queria parabenizar o Ministro pela sua condução neste momento frente à grave crise sanitária do mundo, já que hoje foi decretada a pandemia, e dizer que a eficácia do sistema de saúde, principalmente na atenção primária, terá papel muito relevante na condução desse processo.

Em razão disso, peguei aqui dois dados que mostram a importância da rede básica bem conduzida. A Alemanha, com 1.457 casos confirmados, apresentou duas mortes, e os Estados Unidos, com 959 casos confirmados, já apresentaram 28 mortes. Isso mostra que, quando se tem uma rede de saúde qualificada, como nós temos do SUS, a resposta é muito melhor. Diante disso, eu faço duas perguntas ao Ministro. Primeira pergunta: já que há cidades com coberturas básicas distintas, não seria o caso de adiar a discussão da política de financiamento da atenção básica, já que neste ano teremos a imprevisibilidade de um cenário bastante complexo na saúde pública?

Segunda pergunta: segundo informações aqui, como vários já colocaram, a epidemia está vindo com muita força para o Brasil. Nós teremos uma rede hospitalar para atender a população? Digo isso porque hoje temos problemas com equipamentos. E vi que a Inglaterra já está pensando e trabalhando, eu li um artigo, com tendas para que possa, em caso de não ter cobertura de leitos hospitalares, ter uma resposta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ) - Ou contêiner ou tendas.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Na epidemia de dengue, o carro-forte é a hidratação. Aí, a tenda vai. Nessa, o problema é o gás. Para montar o gás, tem que partir para contêiner.

O SR. CHICO D'ANGELO (PDT - RJ) - Então, acho que temos de ter medidas desse tipo para termos respostas.

Concluo elogiando o Ministro. Quero dizer que precisamos de figuras públicas de expressão que deem exemplo. Agora, no dia 10, o Deputado espanhol Javier Ortega, Deputado da ultradireita, convocou um ato com 19 mil pessoas. Ele testou positivo para o coronavírus e cumprimentou centenas de pessoas na Espanha.

Eu estou dizendo isso porque o Presidente da República convocou a população de todo o Brasil para uma manifestação no próximo domingo. Num momento grave como este, acho essa atitude inoportuna. Os Chefes de Estado da Alemanha, daqui e dali estão tendo gestos opostos a esses. O nosso Ministro está conduzindo muito bem o enfrentamento dessa pandemia. Agora, acho que o Presidente da República Bolsonaro não deveria ter feito essa convocação para domingo neste momento grave de saúde pública que estamos vivendo.

Muito obrigado.

Documento 41/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:32
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	ALEXANDRE PADILHA-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Muito obrigado, Presidenta Carmen. Meus cumprimentos ao Ministro Mandetta.

Quero saudar minha querida amiga Ho Yeh Li. Ela foi minha colega de residência médica - viu, Zacharias? -, da faculdade de medicina da

USP. E ainda mais: 15 anos depois, eu tive que tirar uma segunda via do meu diploma de infectologista, na época ela já era coordenadora da residência médica, e foi ela quem assinou meu diploma. Minha colega de faculdade e, 15 anos depois, assina meu diploma de segunda via.

Quero parabenizar a todos pela atuação.

Ministro, acho que o nosso grande desafio é tentar estar um passo à frente. E o Congresso está aqui naquilo que for necessário para dar um passo à frente. A minha preocupação é que daqui a 11 dias começa o outono e em cerca de 90 dias começa o inverno. Independentemente do coronavírus, nós temos tudo para ter um inverno muito complexo para a nossa rede pública e particular de saúde, porque aumentou o número da população vulnerável. Na minha cidade de São Paulo, por exemplo, dobrou a população em situação de rua, e eu vi os dados de Belo Horizonte, onde triplicou a população de rua.

Segundo dados de 2019 do próprio Ministério da Saúde, aumentou a internação de crianças até 5 anos de idade por pneumonia, o que é um indicador extremamente sensível sobre a perda da resolutividade da atenção primária em saúde, como estava dizendo aqui o Deputado Chico d'Angelo; aumentou a população exclusiva do SUS, porque reduziu o número de usuários de planos de saúde, sobretudo por diminuição da população com emprego contratado e com carteira assinada; houve um fechamento importante dos equipamentos da assistência social, que são equipamentos decisivos, como, por exemplo, os leitos de longa permanência para os idosos e casas de acolhimento para os idosos.

Como já foi em 2019, ano em que aumentou a mortalidade de dengue e aumentou a internação por pneumonia de criança de até 5 anos de idade, acho que há o risco de termos um inverno extremamente rigoroso. Esse tema do coronavírus pode ser não decisivo, como estão todos falando, não porque a letalidade é baixa, mas, sim, devido a exercer uma pressão maior sobre esse serviço. Pessoas que normalmente ficariam em casa devido a um resfriado vão procurar o pronto-socorro, a UPA. O nosso grande esforço aqui é como faremos para estar à frente, acho que não temos que titubear.

O Presidente da ANVISA nos disse, na Comissão de coronavírus, que teve dificuldade de manter todas as equipes de vigilância nos portos e aeroportos, em janeiro e fevereiro. Essa situação não pode acontecer. Portanto, precisamos nos antecipar para que não exista essa redução de equipes e as dificuldades de plantão, seja por meio da mobilização de funcionários de outras áreas, da convocação de aposentados, o que seja, para que haja a presença completa das equipes de vistoria nos portos e aeroportos.



Sobre a vacinação, eu defendo - sei que os especialistas já estão defendendo, espero que o Ministério concorde com isto e concretize - a redução da faixa etária para 55 anos. Nós precisamos aproveitar essa oportunidade da vacinação contra Influenza para essa questão.

Já foi falado aqui sobre a necessidade - o Congresso vai apoiar o Ministério e o Governo nesse sentido - de recurso para ampliarmos leitos de UTI. Se a previsão de 5% é crítica e 10% dos casos precisam de internação, nós temos como calcular a necessidade de leito de UTI. Se não fizermos isso agora, em 90 dias, esses leitos não vão estar prontos, não vão estar instalados, não vão estar funcionando.

O Ministério havia cancelado editais do Mais Médico para as capitais e para as regiões metropolitanas e soltou um novo edital. Nós precisamos garantir, onde houver equipe de saúde da família sem médico, nas capitais das regiões metropolitanas, nas comunidades como a Rocinha, como disse aqui a Deputada Clarissa Garotinho, em todas as áreas vulneráveis, reposição imediata. Se não houver atenção primária forte, vai ser impossível controlar a sobrecarga nos hospitais. Nós precisamos garantir todas as equipes de consultórios na rua, que estejam sem médico, através dos editais do Mais Médicos, sobretudo nas capitais, nas regiões metropolitanas.

Sobre o acompanhamento econômico e a regulação econômica dos itens, como a Comissão já discutiu, o aumento do preço das máscaras, do álcool gel, do conjunto dos produtos, precisa ser fortemente enfrentado.

Não sei o que a ANVISA está pensando, mas eu queria fazer uma sugestão. A ANVISA, que coordena o nosso sistema de vigilância, as vigilâncias estaduais e municipais, é lógico que isso cabe a elas, tem autoridade e autonomia para fazer as determinações sanitárias de bloqueio de eventos e de atividades. Minha sugestão é que a ANVISA reúna essas vigilâncias estaduais e municipais, o CONASS e o CONASEMS, sob a coordenação do Ministério, para estabelecer o mínimo de critérios sobre isso, porque, senão, quando chegar o inverno, época em que aumentam os casos de Influenza, doenças respiratórias e coronavírus, vai haver várias medidas de contenção de eventos, de atividades, seja o que for, descoordenadas. Eu acho que isso pode aumentar a preocupação e até ocasionar uma descoordenação das ações.

São essas as sugestões.

Quero dizer que estamos aqui para apoiar qualquer medida para ajudar a saúde da população brasileira.

32.2020 Sessão Comissão Geral 11/03/2020-16:36
Publ.: DCD - 3/12/2020 - JONAS LOTUFO BRANT DE CARVALHO--- ---
CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO GERAL COMISSÃO GERAL
DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. JONAS LOTUFO BRANT DE CARVALHO - Muito obrigado.

Eu queria agradecer o convite e, desde já, parabenizar a liderança que o Ministério da Saúde vem tendo no enfrentamento do coronavírus, o que é fundamental para que possamos organizar o processo de respostas. No entanto, queria apontar algumas coisas que acredito serem importantes para que possamos fortalecer essa capacidade de resposta.

O Ministério tem um plano de contingência que disciplina algumas fases, e acredito que há uma necessidade importante de aclarar a população sobre as questões dessas fases de resposta à epidemia.

Vemos, pelas diferentes falas, inclusive, no próprio Congresso, que as pessoas não têm clareza de que algumas medidas são necessárias, mas em determinados momentos. Nós agora estamos na fase de alerta e preparação, iniciando a fase de contenção em alguns lugares do País. Cada região vai responder de maneira diferente ao momento que estiver enfrentando. Essas fases precisam estar claras para que todos entendam que as medidas devem ser realizadas no momento adequado. Um exemplo simples é o uso de máscara que atualmente vemos nas ruas. Nós estamos gastando as máscaras que vamos precisar daqui a 2 meses, 3 meses, por pânico. Precisamos aclarar as pessoas no sentido de que vão precisar delas, sim, mas num determinado momento. Com a liderança que vem tendo o Ministério, ele tem condição de garantir essa orientação à população, para que ela entenda essas diferentes fases da pandemia. Acho que ainda falta um esforço na comunicação relativa a esse item.

Acredito que este é o momento, e o Ministério teve uma postura muito proativa em termos do plano de contingência, mas precisamos estimular a estruturação de planos de contingência locais. Nós não temos a cultura do plano de contingência. Respondemos com o coração e sacrificamos nossa força de trabalho, que trabalha mais do que deveria, para tentar responder a um momento de emergência. Precisamos criar a cultura do plano de contingência. Hoje os Estados fizeram os seus planos, estão publicando. Como propriamente

comentado, muitos são planos "ctrl+c" e "ctrl+v". Precisamos chegar ao plano de contingência no nível local, lá no Município, nas instituições.

Quero comentar o exemplo da Universidade de Brasília, onde sou professor. Desde o final de janeiro, já está constituída uma comissão para desenhar o plano de contingência da instituição. E me surpreende o fato de que o Congresso ainda não tenha o seu plano de contingência e não esteja trabalhando neste cenário. Então, é muito grave a situação do ponto de vista institucional no Brasil.

Nós precisamos que as instituições comecem a fazer seus planos de contingência. Cada instituição tem que ter o seu plano, porque, dentro de cada instituição, o lugar onde se põe o álcool muda; a definição de quem vai ou não viajar muda; a definição de como é organizado o processo de trabalho muda. Precisamos de linha de comando para garantir unidade de comando, para que não tenhamos pessoas falando coisa que não devia. Precisamos alinhar o fortalecimento do papel do Ministério neste momento. Acho que esse papel é fundamental, e a UnB já tem desempenhado isso de maneira bastante proativa.

Um ponto importante é o monitoramento de contatos. Eu quero chegar ao ponto da vigilância epidemiológica, muito pouco falada até o momento. Acho que a questão assistencial é um ponto-chave, mas a vigilância epidemiológica é uma área-chave para que possamos ter capacidade de resposta. Essa área é liderada muito bem pelo Anderson. Temos muito orgulho de ter trabalhado junto com ele. Precisamos fortalecer o monitoramento de contatos. O exemplo do que ocorreu aqui em Brasília nesta semana mostra a fragilidade da nossa rede de vigilância em saúde para garantir monitoramento de contatos. Não temos um ferramental apropriado para isso hoje, seguimos usando o Excel. Temos o desafio de nos apropriarmos de ferramentas e métodos para garantir uma unidade de metodologia, em termos de monitoramento de contatos, no País como um todo.

Temos um papel importante nesse apoio às secretarias estaduais e municipais. O Ministro Mandetta tem o Anderson, mas não sei se todos os secretários municipais do Brasil têm um profissional que consegue dormir tão pouco e produzir tanto quanto o Anderson. Já tive a oportunidade de trabalhar com ele e sei da sua capacidade. Sei que muitos secretários não dispõem dessa inteligência.

Não basta ter médicos nesse cenário. Precisamos de inteligência epidemiológica, porque, se eu gastar meus cartuchos de maneira errada, eu não consigo... Eu preciso da inteligência para a tomada de decisão. Então, precisamos fortalecer as equipes de vigilância epidemiológica, estruturar as salas de comando nos diferentes níveis, municipal e estadual. Precisamos de salas que deem esse apoio de inteligência ao gestor, para que ele tome a decisão adequada ao

acionar cada fase do plano, já que as ações de cada um dos atores vão mudar naquele Município, naquele Estado. Não dá para o Ministério definir o que vai acontecer em São Paulo ou em qualquer Estado do Brasil. Cada autoridade sanitária daquele nível vai poder ativar as diferentes fases do plano.

Temos o desafio do fortalecimento dessa força de trabalho em epidemiologia de campo. Hoje temos no Brasil o EpiSUS, que é um treinamento de epidemiologia de campo, respeitado no mundo inteiro, mas ainda temos uma centena de profissionais formados. Neste momento, eles não estão distribuídos de maneira estratégica. A maioria está concentrada no Ministério e o resto está disperso. Muitos Estados, muitos Municípios e capitais não dispõem desse profissional avançado. Então, precisamos alocar esses profissionais e induzir a alocação de profissionais de epidemiologia avançada em pontos estratégicos do sistema.

De maneira geral, esta é a mensagem-chave: conseguirmos inteligência para o processo. Não vai adiantar só ampliar o número de UTIs ou ampliar o número de leitos, porque, sem a inteligência, não temos direcionamento para essa capacidade de resposta.

Muito obrigado.

Documento 43/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:44
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	WILAMES FREIRE BEZERRA---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. WILAMES FREIRE BEZERRA - Boa tarde a todos.

Primeiro, eu queria agradecer a oportunidade e parabenizar a Deputada Carmen Zanotto, na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados.

Cumprimento o Ministro Henrique Mandetta e saúdo todos os que integram o Ministério da Saúde. Cumprimento o meu amigo Wanderson, grande e competente Secretário, que tem feito um grande trabalho. Nós temos conversado bastante sobre o papel de cada ente federado.



Quero dizer que nós estamos trabalhando em conjunto. Há 30 dias, nós tivemos uma reunião aqui em Brasília e trouxemos 24 secretários de capitais e de muitos Municípios de regiões metropolitanas, inclusive do Município de Guarulhos, em São Paulo, cujo aeroporto tem 30 mil funcionários. Há um bairro lá em Guarulhos que é habitado por esses profissionais.

Hoje tivemos uma reunião intensa e longa no Ministério da Saúde, com o Ministro e sua equipe, em que definimos algumas ações estratégicas em conjunto. Participaram da reunião o CONASS, o CONASEMS e o Ministério da Saúde.

Juntamente com o CONASS, estamos revisitando os nossos planos estaduais de contingência, fazendo com que esses planos sejam conjuntamente construídos pelo Estado, pelas Capitais e pelos Municípios, principalmente nos Municípios de médio e grande porte. Cada um organiza suas redes de atendimento, para que possamos estar com essas redes organizadas e com as equipes preparadas e capacitadas.

Os Municípios estão trabalhando muito fortemente na reorganização da atenção primária em saúde. É fundamental, nesse processo todo, que tenhamos as nossas Unidades Básicas de Saúde preparadas. Agora, com o processo de ampliação da carga horária, que pleiteamos no Ministério - graças ao empenho do Ministro, nós vamos viabilizar os recursos financeiros para isso acontecer -, daremos uma melhor porta de entrada à nossa população.

Estamos dialogando para definir - nós vamos trabalhar muito isso - o papel, nessa rede toda, dos 3.500 hospitais de pequeno porte que temos no Brasil. Vamos identificar o perfil local, o perfil regional, a quantidade de leitos que temos. Vamos prepará-los para uma eventual assistência que pode ser necessária, para a utilização desses hospitais, desses leitos, que estão abandonados há muito tempo pela política nacional, que criou os HPPs e os deixou de lado. Nos Municípios, neste momento, nós temos que utilizar esses leitos. Já conversamos com o Ministro, que está estudando uma forma de trabalharmos em conjunto, visando a utilização desses leitos.

Neste momento, o nosso objetivo no CONASEMS é disseminar informações aos Municípios. O nosso *site* é um dos mais visitados hoje em âmbito nacional. Em média, são 150 mil visualizações por mês. Há dias em que chegamos a ter 18 mil visualizações das informações que publicamos. Nós estamos tendo um cuidado todo especial com essas informações. Estamos discutindo sobre as nossas publicações tanto com o CONASS quanto com o Ministério da Saúde, para que saia uma publicação que efetivamente oriente bem quem está lá na ponta. Com

isso, evitamos o pânico.

Tivemos hoje um diálogo muito forte com o Ministro também no sentido de realizarmos campanhas publicitárias. É importante que seja "startada" uma campanha de rádio e televisão, em que o próprio Governo, o próprio Ministério, junto conosco, oriente a população em geral, oriente aquelas pessoas que não têm o privilégio de ter informação como nós temos como profissionais de saúde.

Agradeço a oportunidade, Deputada Carmen Zanotto, e parabênizo o Congresso pela bela iniciativa.

É fundamental, neste momento, juntar forças para, em conjunto, prepararmos bem o nosso povo. Assim que ocorrer a intensificação dos casos, como mostram bem esses estudos, precisamos estar preparados para enfrentá-los e dar a resposta que a sociedade precisa.

Agradeço aos pesquisadores, que são de extrema importância neste momento. Parabênizo principalmente a FIOCRUZ pelo trabalho que tem desempenhado ao longo desse tempo, orientando Municípios e seus trabalhadores com relação a essa doença, que, sem dúvida, veio traumatizar ainda mais a nossa população.

Documento 44/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:48
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	PEDRO WESTPHALEN-PP -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS) - Obrigado, Deputada Carmen Zanotto.

Quero cumprimentá-la pela condução dos trabalhos na nossa Comissão Geral. Cumprimento o Deputado Luizinho pelo trabalho muito bom que está fazendo na Comissão Externa em relação ao coronavírus. Cumprimento também o Ministro Mandetta, que parece ser um homem que prevê as coisas. Eu lembro que, no começo do mandato, V.Exa. esteve na nossa Comissão e nos pediu que fizéssemos uma frente sobre imunização. Nós fizemos essa frente, fizemos um grupo de trabalho, que nos levou a logo implementar essa frente de imunização com a presença de todos os agentes nacionais. Acho que vamos contribuir muito para esse processo com esse início

de trabalho. Parece que V.Exa. fez uma premonição a respeito disso.

V.Exa. veio várias vezes a este Congresso, valorizando esta Casa. Por isso, neste momento, eu fico muito feliz de ver a unanimidade nas colocações a seu respeito, a respeito da sua atuação e, fundamentalmente, a respeito da sua equipe.

Cumprimento a Mesa e o nosso Presidente Rodrigo Maia por trazer aqui pessoas conhecidas. Fiz questão de ficar aqui todo esse tempo para escutar sobre o coronavírus, até porque particularmente tenho um problema pessoal. A minha filha mora na Itália, no Vêneto, com os meus dois netos. Ela é dentista. Está há 30 dias em casa, não está trabalhando. Tenho filho também em Portugal. A escola do filho dele hoje foi evacuada, porque uma criança está com coronavírus.

Nós vamos passar por isso aqui. Vamos ter que passar por todas essas instâncias.

Todas as falas aqui foram convergentes em relação à necessidade de tomarmos providências, o que V.Exa. fez sem alarde, respeitando este Parlamento, usando este Parlamento, que vai ajudá-lo, sim, neste momento. Temos muito a fazer e estamos fazendo. O fato de ficar aqui a tarde inteira, dedicando o seu tempo para escutar, para falar, para informar à imprensa e a todos nós é de fundamental importância. Todos somos formadores de opinião e todos vamos aos Estados.

O Deputado Luizinho está fazendo um trabalho extraordinário à frente da Comissão, em sintonia com o Ministério. É o que nós estamos fazendo também, Deputada Carmen Zanotto. V.Exa. é incansável nessa luta em defesa do financiamento da saúde, para termos verbas extras.

Ministro, lembro que temos aquele projeto que iniciamos no ano passado, oriundo de várias mãos: Deputado Brito, Deputado Perondi, Deputado Ruy Carneiro, Deputado Hiran. O Deputado Luizinho é o Relator do projeto, que contou com a aprovação do Ministério. O parecer do Tribunal de Contas da União está o.k. O projeto está aí para ser utilizado. A rede instalada de hospitais está pronta para fazer parte desse processo, no momento em que a interação for necessária.

O projeto está aí. É dinheiro extra, fora do teto, para o pagamento de dívidas. Não é um projeto que inventamos. Nós o copiamos de um projeto que foi feito nesta Casa para que universidades públicas e privadas tivessem os seus pagamentos de débito feitos em serviço, em 90%. É o mesmo projeto. Já passou nas Comissões

Então, esta Casa - o Deputado Luizinho já fez isto de maneira muito pertinente - tem que aproveitar este momento para utilizar esse

instrumento, que está à disposição.

Ministro Mandetta, com certeza, isso é fruto da confiança na sua atuação como Parlamentar e como Ministro, respeitando esta Casa, vindo até aqui pedir ajuda. Agora o senhor vai ter essa ajuda. Portanto, estamos à sua disposição.

Lá na Itália, onde minha filha mora - ela é dentista e está há 30 dias em casa com os dois filhos -, a situação é de extremo contingenciamento mesmo. Eles não podem sair de casa. Ela deixou de trabalhar. Ontem à noite, houve uma reunião de empresários e decidiram que vão fechar Treviso por 15 dias. Ela mora na região de Treviso, a 40 quilômetros de Veneza. Com duas crianças em casa, ela está completamente parada.

Acho que isso mostra que pode haver uma parada violenta, e a Itália não se preparou para isso. A situação está realmente muito preocupante. Estou muito preocupado, mas estou muito confiante, até pelas informações que tive hoje aqui. Até por essa questão pessoal, fiz questão de escutar todos os convidados, para transmitir a eles a tranquilidade que precisam ter neste momento.

Obrigado.

Documento 45/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:52
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	MARIANA CARVALHO-PSDB -RO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. MARIANA CARVALHO (PSDB - RO) - Obrigada, Deputada Carmen Zanotto.

Cumprimento o nosso Ministro Mandetta, o Deputado Luizinho, todos os Deputados, o Dr. Lincoln.

Quero falar da alegria de poder ver a Câmara dos Deputados mobilizada em torno de um assunto tão importante, enquanto, muitas vezes, fora daqui, estão levando isso de uma forma não séria, como piada.

Deputado Pedro Westphalen, eu escutei a sua fala relacionada à sua filha. Há pouco, eu li uma postagem de uma atriz e modelo que mora

na Itália, em que ela justificava o motivo de estar de máscara nas fotos. Infelizmente, ela estava sendo tratada como uma forma de piada nas redes sociais. As pessoas não estavam entendendo a situação. Ela disse: "*Setenta por cento das pessoas que me seguem nas redes sociais não moram na Itália e não têm noção da gravidade do que está acontecendo no mundo*". Isso é preocupante. Muitas vezes, aqui no Brasil, até mesmo nesta Casa, nós presenciamos cenas como essa, com pessoas tratando um assunto de tanta seriedade como brincadeira, levando para fora do País a impressão de que o Brasil não leva isso a sério. Para mim, é gratificante ter um Ministro que leva isso a sério, de forma respeitosa.

Ministro, quero dizer da minha admiração pelo cuidado que o senhor está tendo com os brasileiros à frente do Ministério. Eu ressalto esse cuidado e essa atenção porque sou médica e moro num Estado que faz fronteira. Eu me preocupo com isso, principalmente quando dizem que esse problema está muito distante. Não está distante! Da mesma forma, era distante para a China, era distante para a Itália, e esses países foram pegos de surpresa.

Precisamos discutir cada vez mais esse assunto, para nos prepararmos. Fico feliz por ter esse apoio do Ministério e da Câmara dos Deputados, com o Deputado Luizinho à frente da Comissão Externa, pois precisamos nos preparar para lidar com tudo isso.

Quero deixar um recado para todos aqueles que nos acompanham: tomem cuidado com as *fake news*!

Acompanhem, acessem o aplicativo Coronavírus - SUS, que é um aplicativo que diz a verdade sobre isso.

Ontem, tivemos o lançamento da Frente Parlamentar da Imunização, da qual o senhor está à frente, Deputado Pedro Westphalen. Este é um assunto sobre o qual temos que falar. Será que o mundo agora vai propagar tantas *fake news* relacionadas às vacinas? Se tivéssemos agora uma vacina para combater esse vírus no mundo, não estaríamos passando por isso. Infelizmente, esse é um tema que precisamos debater.

Tive a oportunidade de ser Relatora da Cobertura Universal da Saúde, na União Interparlamentar e, quando apresentamos a cobertura universal de vacinação, muitas pessoas riam, diziam que estávamos fora da realidade do mundo, que a vacina era algo que não tinha significado para estarmos lutando e que o Brasil estava muito atrasado, quando defendia a vacinação. Neste momento, percebemos como estamos avançados e estamos corretos, porque o mundo hoje está procurando uma vacina que possa combater esse coronavírus.

Então, acredito que estamos no caminho certo e precisamos ter preocupações como a da Deputada Clarissa Garotinho, que está num Estado onde há muita aglomeração, também nos lembrando dos estádios de futebol, onde numa partida concentram-se 70 mil pessoas. Não estão levando a situação tão a sério. Precisamos ter essas precauções como tivemos hoje nas nossas discussões e assinamos todos os documentos para tratar sobre as questões de máscaras. Há os que estão pensando na economia hoje, em mandar essas máscaras para fora para poder ganhar dinheiro. Daqui a pouco, não teremos máscaras aqui no Brasil para atender os brasileiros. Isso é algo que precisamos levar a sério, além das questões acerca do álcool gel que precisamos também tratar de forma muito séria, rápida. Eu vejo que a Câmara está tomando a frente junto com o Ministério.

Então, quero parabenizar todos. Contem com esses Deputados, com esta Casa e com todos os convidados que fizeram parte deste tema tão importante. Espero que ele seja levado cada vez mais a sério, e não como piada, como muitas vezes está sendo feito nas redes sociais e em vários canais de comunicação.

Muito obrigada.

Documento 46/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-16:56
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	JURANDI FRUTUOSO SILVA---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Eu queria saudar o Ministro Mandetta, o Ministro Padilha, o Ministro Ricardo Barros, o Presidente da Comissão Externa, o Deputado Dr. Luizinho, a Deputada Carmen Zanotto, o Secretário Wanderson, o Rivaldo, a nossa Nísia, enfim, todos os Deputados aqui da Casa e dizer que o que eu destaco nessa epidemia, para não ser repetitivo, é o compromisso de cada um dos envolvidos com a sua solução.

Os diálogos, os contatos e as discussões dos processos de enfrentamento dessa epidemia são feitos num grau de maturidade que o País precisa respeitar e está respeitando. O Ministério da Saúde conduz com muita tranquilidade uma situação que é grave. Essa tranquilidade, colocada pelo Ministro Mandetta -, e o Deputado Antonio Brito também está aqui presente - transfere-se para o grupo de

gestores estaduais e municipais, porque confiam que as decisões tomadas são, sem nenhuma dúvida, até aqui, acertadas por todos. Portanto, imagina-se que é a decisão correta.

Nós sabemos que na primeira fase, que aconteceu até aqui, a SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde, com muito brilhantismo, liderou o grupo. Agora ela muda de patamar, e entramos na fase da assistência.

Esse comunicado feito, agora à tarde, aqui nesta Casa, pelo Deputado Rodrigo Maia, do uso das emendas de Relator para liberar recursos para o enfrentamento do problema, com certa margem de segurança, nesse primeiro momento, vai ao encontro da necessidade que os secretários municipais e estaduais, por intermédio do nosso Presidente Beltrame, Secretário de Saúde do Pará e Presidente do CONASS, haviam manifestado para o Ministro na tarde de ontem.

Agora é termos calma, tranquilidade, sabermos dimensionar o tamanho do problema e pedirmos às pessoas compreensão. Não vai ser fácil. Não está sendo fácil em nenhum dos lugares. Mas pelo menos a população pode ter a certeza de contar com o compromisso dos gestores e dos trabalhadores deste País no enfrentamento dessa questão, na redução dos danos e na tentativa de evitar mortes.

E para terminar, nós precisamos, sem nenhuma dúvida, do compromisso da população brasileira. Ela está sendo convocada a fazer também a sua parte.

Decidimos hoje que, no dia 25, à tarde, lá no CONASS, os secretários municipais da sua representação pelo CONASEMS, com o Presidente Wilames, e os secretários estaduais farão uma assembleia conjunta para discutir e amarrar algumas pontas que estejam soltas e, então, estabelecer os compromissos para frente que sejam produtos da compreensão e do comprometimento de todos.

Muito obrigado, Deputada Carmen, pela oportunidade. A senhora soube muito bem o que foi isso quando tratou, como Secretária de Estado, as crises das enchentes em Santa Catarina. É preciso ter de todos a solidariedade e a compreensão de que não é fácil, mas que é possível sim esse enfrentamento, quando todos estão irmanados na mesma causa. É isso que vi aqui, hoje à tarde.

Documento 47/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-17:00
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	LINCOLN LOPES FERREIRA---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. LINCOLN LOPES FERREIRA - Boa tarde a todos.

Minha cara Deputada Carmen Zanotto, autora do requerimento, parabéns!

Deputado Antonio Brito, que preside esta Comissão, Deputado Dr. Luizinho, que preside a Comissão Externa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, quero dizer que o momento é, evidentemente, impactante, mas, ao mesmo tempo, como tudo na vida, há alguns pontos positivos. Ver essa plêiade de especialistas aqui presentes, a quantidade de pessoas capacitadas que estão à disposição, a quantidade de ideias, as colocações aqui feitas, isso é algo que nos enche de orgulho, porque podemos saber o País que temos e as pessoas com as quais podemos contar.

As próprias reflexões colocadas pelo Wilames em relação às cidades de pequeno e médio porte, à questão dos hospitais são reflexões importantíssimas, e que mudariam a concepção e a assistência médica neste País.

Dito isso, cabe-me cumprimentar o meu caríssimo Ministro Mandetta, que tem tido um cuidado excepcional na condução do Ministério. Esse cuidado se revela na instituição do Programa Médicos pelo Brasil, revelou-se na operação que culminou na repatriação daqueles brasileiros, uma operação sem nenhum tipo de jaça, com toda a segurança, e também nas medidas tomadas neste momento.

Cumpre-me lembrar que nos encontramos no período de latência pós-carnaval. Eu tentei levantar o número de estrangeiros que chegaram ao Brasil. Eu consegui o número aproximado apenas da cidade do Rio de Janeiro, onde 750 mil estrangeiros passaram o carnaval. Só na minha cidade natal, Belo Horizonte, cerca de 5 milhões de pessoas frequentam o carnaval.

Esse é o desafio que o Ministro Mandetta está enfrentado com toda seriedade, com toda segurança, sem alarde, sem alarmismo, ao mesmo tempo, com profundo respeito. Vou fazer minhas as suas palavras: o coronavírus ataca o sistema de saúde.

Ministro, pela mudança no calendário de vacinação - para que se inicie a vacinação - contra o influenza, receba os parabéns, em nome da Associação Médica Brasileira e enquanto cidadão, pela segurança da população.

As medidas adotadas até agora, os planos de contingência efetuados, recebem todo nosso apoio. A Associação Médica Brasileira, as suas 55 sociedades especializadas, as federadas, estão todas à disposição.

Termino a minha fala, ratificando um compromisso que firmei ontem com o Ministro Mandetta. A Associação Médica Brasileira se coloca, absolutamente, à disposição, no que tange à convocação de colegas em todos os âmbitos, em todas as Unidades da Federação.

Ministro, V.Exa. pode contar conosco, juntamente com o Conselho Federal de Medicina. Marcharemos firmes, *pari passu*, sob a orientação dos especialistas, com o Ministério e com esta Casa.

Muito obrigado pela oportunidade.

Documento 48/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-17:04
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA--- --	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Eu vou procurar responder às principais observações. Todos são sabedores da gravidade do que ocorreu no hemisfério norte e do que está ocorrendo na maioria dos países. Acho que todos, com uma clareza muito grande, sabem que o vírus, individualmente, tem baixo poder de nos afetar, mas coletivamente ataca o sistema de saúde.

O pânico, a má informação, a sensação de perigo iminente, a utilização errada das máscaras, a não observação de medidas básicas leva milhares de pessoas para o hospital, para o sistema de saúde. Pergunto a todos que estão na sala e até para quem eventualmente estiver ouvindo esta reunião: quantas vezes você lavou as mãos com água e sabão, hoje? Se não lavar mais do que seis a oito vezes e fizer trajetórias, durante o dia, você não está fazendo a sua parte.

Os equipamentos de proteção são para aqueles que vão enfrentar o *front* da doença. Por mais que falemos, ainda vemos pessoas fazendo mau uso desses equipamentos, acarretando dificuldades e fazendo parte da doença provocada pelo vírus, que é o ataque

sistemático ao sistema de saúde.

Nós vamos despender todos os nossos esforços. O nosso sistema de saúde tem sido, nos últimos 30 anos, construído da maneira o mais equilibrada possível. Temos pontos fortes e fragilidades. Observei preocupações sobre determinadas cidades, sobre situações diárias de exclusão social, em que vamos pagar um preço, não de hoje, mas de anos, até de séculos, de locais onde não há condições ideais de habitação, onde não entra uma ambulância, onde, às vezes, não passa uma maca nas pequenas vielas dos becos e das ruas, onde há tuberculose de maneira endêmica. É óbvio que esses pacientes nos causam muita preocupação. Nós vamos procurar atender todos e não deixar ninguém para trás, mas sabemos das nossas dificuldades.

Amanhã, eu irei ao Rio de Janeiro; no sábado, irei a São Paulo. Procurarei estar presente em todos os Estados para discutir com os Secretários.

Eu repito: o SUS é um sistema no qual o atendimento, a operação está na ponta. Se os primeiros casos nos Estados não foram conduzidos de forma ideal, a operação precisa ser repassada, recheçada, porque vai haver o segundo, o quinto, o décimo caso. Errar uma vez, errar duas no início faz parte, porque é uma situação nova, mas aproveitem esses erros para se reposicionar.

Agora, indo especificamente ao ponto, acho que a Rô está coberta de razão. Nós precisamos dar mais clareza à questão do isolamento.

Quanto à faixa etária, nós temos pensado no seguinte: vamos colocar os mais jovens onde pudermos. Lembro que, na infecção viral, a curva de aprendizado de atendimento é muito rápida, e os mais idosos, aqueles médicos e enfermeiros, quando no contato, são aqueles que podem ter complicação, e podemos perdê-los. Mas 100% da força de trabalho da saúde tem que estar pronta, porque podemos precisar dela, seja recém-formada, seja experiente. A Itália hoje está usando bombeiros, policiais e fazendo telemedicina para colocar alguém na ponta para dar atendimento, porque os recursos se esgotaram completamente em alguns lugares. Por exemplo, se o intensivista que está acompanhando os pacientes diariamente adoce, quem vai acompanhar a evolução clínica? Agora é a hora para que os diretores clínicos dos hospitais façam os planos intra-hospitalares. Os postos de saúde têm que ter fluxo de atendimento. E lembro que as orientações técnicas para tudo isso já foram remetidas aos Conselhos e aos Secretários Estaduais e Municipais de Saúde.

A Deputada Celina faz a seguinte pergunta: *"Como isolar quando só há um só cômodo na casa?"*

Pelos números que me deram com relação ao Rio de Janeiro, há mais de 4 milhões de pessoas em favelas ou comunidades. Eu não sei se isso é fato ou não. Agora, não existe condição de se criar uma cidade paralela para se fazer o isolamento. Então, nós vamos ter que atravessar essa situação com as armas que tivermos. As pessoas ali compensam essa situação com uma solidariedade muito grande, com uma rede de prestação de apoio muito forte dentro das comunidades. Mas, se tivermos uma espiral de casos, será mais uma razão para todo mundo estar extremamente atento a essa situação.

A Senadora Ana Maria falou da Zona Franca de Manaus e de Roraima. Escutei aqui várias vezes falaram sobre Roraima. É muito clara a situação da fronteira. A situação que mais nos preocupa é, sim, a fronteira com a Venezuela, porque já há uma saída diária daquele país acima de mil pessoas, indo para Roraima, que tem um sistema de saúde extremamente frágil, talvez um dos mais frágeis entre as Unidades da Federação.

E dali eles vão imediatamente para Manaus, que já é uma metrópole com mais de 2 milhões de habitantes. Ano passado, nós tivemos epidemia de sarampo lá. Nós sabemos a gravidade dessa situação. Talvez ali esteja a fronteira terrestre de proximidade seca que mais nos preocupa.

Nós temos 17 mil quilômetros de fronteiras em Estados como Rondônia, Acre, Mato Grosso do Sul - nesse último é entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. A maioria dos comércios na Ponte da Amizade tem a presença de chineses. E não pode haver xenofobia. Nós precisamos entender que o mundo é assim, que essa dinâmica existe, que as pessoas vão e vêm.

Agora, existem, sim, alguns locais que nos preocupam mais que outros, como no caso dessa fronteira específica lá de cima, em Roraima. Hoje, eu me reuni com o Governador, que externava essa preocupação.

Uma convidada aqui, cujo nome acho que é Marcela, falou sobre pós-graduação. Pareceu-me uma fala muito genérica. Então, quero dizer que a maior expansão de pós-graduação da história do SUS foi feita no último ano. Nós lançamos um programa de bolsas de pós-graduação. Nós fizemos a expansão das bolsas de pesquisa no âmbito do SUS. Nenhuma das nossas linhas de pesquisa sofreu alteração. Nós triplicamos os recursos para pesquisas sobre doenças tropicais. Provavelmente ela seja da engenharia. Pode ser que ela tenha falado de uma maneira geral. Mas, de qualquer maneira, eu tinha anotado aqui só para... Quando ela saiu, ela deu um abraço... Fez tudo o que nós estamos pedindo para não se fazer: abraços efusivos, beijos, essas coisas. Por favor, sejamos bem econômicos nisso. Eu tinha

colocado aqui isso exatamente para dar um toque para que ela não cometesse esse erro. Agora, é aquela coisa. Como é a saudação farroupilha lá do Rio Grande? *(Pausa.)*

Isso aí.

Concordo com a fala do Ricardo. Eu acho que está mais do que na hora de fazermos uma campanha de comunicação. Fizemos a do Ministério e está sendo feita agora uma do Governo.

Sobre critérios de letalidade e critérios de transmissão, temas levantados pelo Rivaldo, é verdade que nós ainda não temos posição sobre isso. Na Itália, por exemplo, há até critérios de sepultamento. A Itália proibiu velório. Em caso de óbito, faz-se diretamente o sepultamento. Aí eu perguntei: *"Mas é por conta da possibilidade de transmissão?"* E uma pessoa falou: *"Não, é pela aglutinação de pessoas com longa permanência em ambientes de velório"*.

Então, são coisas que nós olhamos e falamos assim: *"Poxa!"* Aí há gente que fala assim: *"Por que não se faz isso a partir de hoje?"* Porque nós não temos transmissão sustentada. Mas vamos ter que deixar em algum local escrito que num determinado momento teremos que fazer isso. Essa discussão ocorre hoje dentro do nosso Ministério, mas algumas decisões são tomadas como nos degraus de uma escada. Nós só as tomaremos quando houver necessidade de subir mais um degrau.

Estou vendo aqui o *(ininteligível)* da FIOCRUZ. Parabéns pela produção dos *kits*! A participante a que me referi há pouco falou aqui que não há pesquisa. Foram produzidos 30 mil *kits* para teste do coronavírus pela FIOCRUZ em tempo recorde. Parabéns à Fiocruz e à produção! E agora eu já encomendei para ele - vamos ver se vai dar certo, não é? - que nós tenhamos no mesmo *kit* teste para corona e Influenza. Só quero testar os dois durante esse período, para não ter que rodar um painel inteiro, já que a maioria é Influenza. Então, se eu tiver um *kit* para corona e Influenza - se der certo -, nós vamos entrar com esse *kit* para fazer o resto.

Não vamos fazer exames laboratoriais a partir do momento em que identificarmos que temos circulação sustentada. Se tivermos essa situação, as pessoas vão dizer que querem fazer o teste, mas isso estressa, ataca o sistema. A partir desse ponto, o teste será por amostragem.

Temos hoje *kits* suficientes para fazermos testes em todos os nossos Estados e em todos os pacientes que eventualmente precisarem. Estamos usando como parâmetro, inclusive, dados de outros países. A Coreia do Sul chegou agora perto de 100 mil *kits* utilizados e está com



mais ou menos 8 mil casos confirmados. Tudo isso para nós é importante, pois vamos vendo qual é a nossa necessidade.

Nós fizemos 30 mil *kits* de início. Se precisarmos, faremos mais 30 mil, depois mais 30 mil, e assim por diante. Temos condições de ter os *kits* de que eventualmente precisarmos.

Sobre leitos de CTI e equipamentos, cada Estado deve ver qual é a sua capacidade instalada e, principalmente, qual é o uso que está dando hoje para esses leitos. Os leitos mais preciosos no momento estão nas mãos dos gestores, estão nas mãos dos donos dos hospitais.

Aqui a Deputada Celina falou sobre um hospital privado do DF. É uma vergonha um hospital privado dizer que não tem condição de tratar uma pneumonia. Não merecia nem ter a placa de hospital, porque pneumonia é algo que deveria ser de tratamento universal, porque é uma patologia universal, e os cuidados estão muito bem determinados. Mas, como estava iniciando, e a paciente saiu de lá com eles afirmando que não sabiam tratar uma pneumonia, ela foi para um hospital público. Eu imediatamente entrei em contato com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, e a Agência baixou uma resolução pela qual todos os planos de saúde irão fazer a cobertura dos casos com necessidade de exame e necessidade de internação. Todos os hospitais privados, de toda a rede privada, devem neste momento avaliar o seu cenário e se preparar, porque isso é assim.

Há quase 50 milhões de pessoas com planos de saúde neste País. Se a rede continuar dizendo que está ali só para fazer cirurgia estética, ou que só faz isso ou aquilo, essa atitude vai jogar 50 milhões de pessoas para dentro de um sistema que vem trabalhando no seu limite. Agora é hora de todos trabalharem.

O Deputado Solla falou sobre a questão de se proibir a exportação e fazer tabelamento de preços. Temos que ter muito cuidado com essa ideia de proibições. Se nós conseguimos, por exemplo, o *kit* da FIOCRUZ... Vamos supor que consigamos fazer os *kits*, que tenhamos as nossas necessidades e que, na América do Sul, Paraguai, Argentina ou Chile, os países aqui ao lado, necessitem disso também, nós vamos proibir a exportação?

Essa questão de proibições depende de muita coisa, e as situações devem ser examinadas caso a caso. Eu não posso fazer uma lista do que pode e do que não pode. Algumas coisas eu até entendo que se quisesse proibir, como seria o caso se tivéssemos, por exemplo, produção de máscaras. Mas não temos. Eu estou conversando com a embaixada da China e com a do Japão para ver se a matéria-prima

vem para cá, porque aquilo é Teflon com microfilamento.

Deputado Zacharias, eu me formei... Você mais do que eu, embora você seja meu calouro, não é? Eu sou calouro do Caiado. *(Risos.)*

Nós nos formamos com gorro de pano, com propé de pano e com máscara de pano. E sempre trabalhamos com as microbiologias mais agressivas. Eu não penso num cenário desses, mas também não tenho nenhum problema se eu chegar a um hospital para operar, ainda hoje, e me derem a uma máscara de pano. Eu sei colocá-la, sei usá-la e sei fazer a cirurgia com ela, e a taxa de infecção nos meus pacientes nunca foi maior ou menor do que era quando era de papel!

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO) - Só que agora nós vamos ter que pedir para fabricarem essas máscaras. *(Risos.)*

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Vamos acionar as costureiras.

O ruim da máscara de pano, neste momento, é exatamente ter que lavar, ter que manipular material biológico, porque acaba envolvendo outras pessoas. A máscara descartável, para nós, seria muito melhor, em termos de controle.

O que eu quero dizer é que nós temos que ter o nosso plano B, e esse plano B tem que estar pronto.

A Deputada Mariana Carvalho falou sobre a questão da produção. Um debate que nós vamos ter que fazer - e no ano passado, em Genebra, eu já aponte para isso - é sobre o fato de que a saúde está muito concentrada. Nós estamos produzindo matéria-prima apenas na Índia e na China. Parecia que alguma coisa me dizia que, se esses dois países parassem por algum motivo, iriam parar humanidade.

Então, a humanidade, após essa epidemia, vai ter que discutir uma redistribuição de linhas de produção. O nosso País vai ter que entender que, por exemplo, o complexo industrial para a produção de vacinas imunobiológicas em Santa Cruz, uma planta da FIOCRUZ, tem que seguir em frente.

Eu estou me preparando, estou conversando, e nós vamos dar esse passo à frente. Nós temos que ter o nosso laboratório NB-4, de biossegurança, dentro do Brasil. Não dá para nós não podermos manipular essas cepas extremamente virulentas que vêm por aí, numa situação dessas. Isso é questão de soberania e é questão de independência tecnológica. Nós vamos ter que fazer isso. Eu estou me preparando para, com os recursos que eu tenho, vir a esta Casa e dizer: "*Só falta mais tanto*", para nós podermos fazer isso juntos,



porque nós vamos ter que fazer.

Temos que discutir até mesmo a questão da quarentena. Nós agradecemos muito à Base de Anápolis, à Força Aérea, à Defesa, a todo mundo que estava envolvido, mas aquele não é o local ideal para se fazer uma quarentena. Aquela é a nossa Base Aérea principal. Imaginem se tivéssemos tido realmente um problema de contaminação. Então, onde se fizer o NB-4, já se tem que pensar em espaços adaptados para eventuais situações de quarentena. Nós precisamos ter isso.

Nunca se pensou, na humanidade, que nós íamos voltar a usar isso. Sabem quando foi que se usou quarentena no Brasil pela última vez? Foi na epidemia de gripe espanhola, em 1917. Então, vamos ter que repensar muitas coisas.

Eu fiquei de mandar o texto completo da lei, mas eu li e falei: "*Olha, discutir isso numa situação de epidemia, de estresse, não é o mais adequado*".

Eu peço até desculpas aos Parlamentares, mas o texto está pronto e eu poderia enviá-lo. Apenas queremos evitar uma discussão de cenários que não são os do momento. Quando passar tudo isso, discutiremos esse e outros projetos que eventualmente tenhamos que ter, senão será uma grande confusão.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO) - V.Exa. me permite uma interrupção, Ministro?

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Claro.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO) - Nós acabamos de receber a notícia de que o Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, divulgou nesta quarta-feira, dia 11, um ato estabelecendo uma séria de medidas de combate ao coronavírus no Congresso Nacional. Entre as determinações, está a suspensão da visitação pública, das sessões solenes e das audiências públicas realizadas nos plenários da Câmara e do Senado. As votações em plenário estão mantidas por enquanto. Foram suspensas as viagens em missões oficiais e os servidores que tiverem viajado para fora do Brasil nos últimos dias terão de cumprir quarentena de 14 dias.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Eu acho que temos que discutir. Peço que leiam as nossas sugestões. O Wanderson teve o cuidado de colocar até como e com quais produtos se deve limpar o ar condicionado, para as pessoas que trabalham em sistemas

fechados. Está tudo escrito. A orientação técnica está completa. Vocês podem adaptá-la tranquilamente.

Quanto à pergunta do Deputado Chico d'Angelo sobre a rede SUS, digo que ela está qualificada sim, mas é muito assimétrica. Se compararmos Niterói com São Gonçalo, vemos que já descai. Se compararmos Niterói com a cidade do Rio, veremos que também descai muito. A rede é muito assimétrica. Todos terão que participar do esforço de equalização.

A SRA. PRESIDENTE (Carmen Zanotto. CIDADANIA - SC) - Permita-me interrompê-lo, Ministro.

Vejo a movimentação da imprensa. Peço que fiquem tranquilos. Tão logo encerrarmos esta Comissão Geral, o Ministro vai atender à imprensa. Nós vamos posicionar o microfone de modo que ele possa ficar bem acomodado, respeitando as boas práticas para ele e para vocês. Peço que não fiquem aglomerados, pelo bem das imagens e pelos cuidados que devemos ter entre nós.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - No quesito do financiamento da atenção básica, o único indicador que nós estamos pedindo este ano é a cobertura da Estratégia Saúde da Família. Ela era muito baixa, de 80 milhões. Eu vou mandar fazer a parcial agora, mas eu quero acreditar que devemos chegar a 110 milhões. Quanto mais gente estiver na Estratégia Saúde da Família, melhor. Queremos chegar a 140 milhões, 150 milhões, pelo número de equipes. Mas nada muda: só estou trabalhando com um indicador, o resto é universal.

Sobre a questão de hospital, é aquilo que eu disse a V.Exa.: em tendas não há como colocar os gases. É complicado.

Quanto aos eventos públicos, vejam que os movimentos sociais estão fazendo suas atuações. O metrô está aberto, os jogos de futebol estão abertos, os teatros, os cinemas tudo está funcionando. Estamos tentando ser técnicos ao falar para a população tomar cuidados, seguir as medidas de higiene recomendadas. Sobretudo quem estiver gripado deve evitar sair, não visitar idosos. Mas nós não estamos fazendo restrição coletiva. Seria uma irresponsabilidade da minha parte fazer uma restrição coletiva. Mas ela pode vir a ser necessária.

Hoje, por exemplo, algumas instituições de futebol me questionaram sobre a conveniência ou não de jogar as partidas com portão fechado.

Isso pode vir a ser conveniente. No momento, eu não tenho por que mandar fechar os portões, mas pode chegar a hora em que isso seja necessário. Está previsto do São João de Caruaru mais à frente, em Campina Grande. O que vai acontecer até lá? Poderemos estar em um

cenário "A" ou "B"? Poderemos. Hoje eu não tenho por que dizer que não façam o São João. O mesmo com relação ao Lollapalooza e a Festa de Barretos. São todos eventos grandes. Eu acho que esse tipo de decisão deve ser tomada por cada Estado. Cada Estado tem que organizar o seu calendário de eventos, decidir quais acham que devem fazer.

Colegas meus da ortopedia me ligaram para saber sobre o congresso. Eu disse: "*Vocês estão zelando muito pela elite intelectual do País*", não é, Zacharias; não é, Frederico? Agora os ortopedistas estão dando o troco. *(Risos.)*

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO) - Ministro, V.Exa., como ortopedista, tem surpreendido a medicina. *(Risos.)*

O SR. DR. FREDERICO (Bloco/PATRIOTA - MG) - Ministro, ao seu lado está outro ortopedista. Dois ortopedistas juntos é uma coisa espetacular. *(Risos.)*

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Não falem assim, porque todos vocês podem ter uma ciática a qualquer momento. *(Risos.)*

A Deputada Clarissa veio me falar sobre pessoas na Internet dando receita de xarope para melhorar a imunidade. Quem quer ter boa imunidade deve caminhar de manhã, nadar, fazer hidroginástica, melhorar a capacidade pulmonar e deve alimentar-se bem, comer verduras. Tomar vitamina C, suco de limão, receita da vovó, tudo bem. Agora, acreditar em quem anuncia remédio para aumentar a imunidade... Infelizmente, nestes tempos de informática, muita gente que faz isso para promover algo que se utiliza mais do pânico e da sensação de insegurança das pessoas. Não existe nenhum medicamento cuja bula diga que melhora a imunidade.

Outro dia, na Internet, um que se dizia médico estava oferecendo *shot* de vitamina D. Eu não sabia nem o que era o *shot*, quanto mais de vitamina D. Achava que eram só o xote e baião. O cidadão dizia: "*Organize a sua empresa. Eu cobro por pessoa. Vou lá e aplico. Vitamina D é ótima*". Ele está sendo devidamente processado por falta ética grave. Nós estamos trabalhando com seriedade. Nós vamos responder ao problema com ciência.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Ministro, nós estivemos com V.Exa., quando nosso colega, na Comissão que era referência. V.Exa. não é Ministro por acaso, mas porque tem competência. A Deputada Carmen Zanotto é de Santa Catarina, eu sou do Rio Grande do Sul. Nossa preocupação é com que, no Hemisfério Sul, daqui a 2

meses começa o inverno, pelo menos começa a esfriar.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Vamos lutar.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Nessa época a questão das doenças respiratórias transcende. Estamos preocupados com os equipamentos do nosso Hospital de Clínicas, onde foi feita uma reforma ampla...

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - A Reitora do Hospital de Clínicas esteve aqui, convidando-nos para a inauguração. Eu disse a ela: *"Preparem tudo, porque podem precisar; preparem o atendimento respiratório, porque vocês têm um inverno forte pela frente. Tratem isso da maneira correta. Vocês têm um bem precioso na mão, que pode ser um grande diferencial"*. Agora, não adianta dizer: *"Eu preciso de 3 mil pessoas para pôr isso para funcionar"*. Vamos lutar.

O GHC - Grupo Hospitalar Conceição está com o melhor plano de gestão intra-hospitalar para o enfrentamento hospitalar do coronavírus no Brasil. O plano do GHC que me apresentaram está um primor: tem fase 1, fase 2, fase 3, fase 4. Se tal pessoa sair, entra fulano, entra beltrano. Sabem tudo, estão com o seu planejamento na ponta da linha. Talvez, o HC - Hospital de Clínicas possa pedir ao GHC ajuda na organização.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Bem, Ministro, deixo esse apelo. Eu sei que V.Exa. está preocupado. Sabemos que, se chegar o inverno e nós não tivermos avançado, vamos pagar um preço bem caro, sobretudo o Rio Grande do Sul, como ocorreu com o H1N1 - V.Exa. se lembra disso?

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Não tenha dúvida de que está todo mundo atento.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Ótimo.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - V.Exa. pode ajudar muito. Antes de V.Exa. chegar, foi comentado aqui que, na votação do Orçamento no ano passado, não se sabia de coronavírus. Mas foi criada uma despesa de 5 bilhões e 100 milhões de reais para custeio de média e alta complexidades e de PAB. Só que há o poder discricionário do Relator. Eu já pedi ao Presidente Rodrigo Maia, ao Presidente Davi Alcolumbre e ao Relator que, por favor, liberem logo esses recursos, para que os possamos disponibilizar para as pessoas.

Não se abre um hospital como se faz a luz no Gênesis: *"Faça-se a luz!"*, e a luz foi feita. Está na hora de termos agilidade. Vamos liberar

hoje esses recursos para que amanhã já estejam disponíveis.

Muitos aqui - a Carmen, com certeza - têm família na Itália. A minha família toda é da Itália. O meu sobrenome é Mandetta por parte de pai, de avô, de bisavô, que vieram do Sul da Itália. A família de minha mãe é Solari e veio do Norte da Itália.

Força Itália! Nós estamos solidários. Tudo o que o Brasil puder fazer como forma de solidariedade vai fazer. Nossas orações e nossa solidariedade a todo o povo italiano. Em nome de toda a colônia italiana brasileira, desejo à Itália força para que supere esse e os próximos desafios que virão. *(Palmas.)*

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO) - Ministro, há pessoas nos assistindo pela *TV Câmara*, e um grupo de médicos pergunta se V.Exa. poderia tranquilizá-los, dar alguma orientação sobre a realização de congressos médicos no Brasil.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Cada um deve fazer a sua análise, ainda mais médicos, que têm facilidade de ler boletins epidemiológicos e tomar decisões. Eles têm que analisar o cenário. Se me perguntarem "*Devo ou não viajar?*", respondo: "*Se você não tem necessidade de viajar, não viaje*". Os médicos devem analisar a situação e fazer sua própria avaliação. Não cabe ao Ministério dizer faça ou não faça.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/DEM - GO) - Sobre o edital do Mais Médicos, há previsão de lançamento?

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - Amanhã de manhã. Foi assinado hoje.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS) - Nós tínhamos uma reunião de 200 líderes do setor de saúde em Gramado programada para quinta e sexta-feira. Ela foi suspensa. Acho que nós devemos dar o exemplo.

O SR. MINISTRO LUIZ HENRIQUE MANDETTA - O próprio Festival de Inverno de Gramado, que acontece em julho, vai depender de decisão do Estado: terão que discutir se vão fazer ou se não vão fazer.

Documento 49/318

32.2020	Sessão Comissão Geral	11/03/2020-17:36
Publ.: DCD - 3/12/2020 -	HIRAN GONÇALVES-PP -RR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de ações preventivas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Não me inscrevi, porque havia aqui várias pessoas que conhecem bem a matéria. Achei mais ilustrativo que elas falassem. Mas quero reforçar nosso compromisso com o Ministro Mandetta, que tem feito um excelente trabalho.

Já havíamos conversado ontem e hoje pela manhã. Vamos tentar garantir os recursos necessários para que S.Exa. consiga ajudar a atenção primária de todo o País e não se esqueça de dar uma atenção especial às fronteiras tão vulneráveis de Pacaraima e de Bonfim, do meu Estado.

Documento 50/318

34.2020	Sessão Não Deliberativa de	12/03/2020-14:00
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 3/13/2020	EMANUEL PINHEIRO NETO-PTB -MT	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade de adoção, pelo Governo do Estado de Mato Grosso, de medidas preventivas contra o coronavírus. Sugestão ao Congresso Nacional de liberação de recursos orçamentários para combate à doença.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/PTB - MT. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Venho hoje a esta tribuna para responder a inúmeras manifestações que tenho recebido de cidadãos mato-grossenses, via WhatsApp, via Instagram, via Facebook, via mídias de comunicação. Os cidadãos têm manifestado suas preocupações com o coronavírus. Foram confirmados cerca de 60 casos no Brasil.

Em Mato Grosso, ainda não foi confirmado nenhum caso. O Tribunal de Justiça de Mato Grosso já anunciou que inúmeros de seus servidores estão em quarentena. Até agora o Governo do Estado, numa atitude quiçá procrastinadora e letárgica, através da sua Secretaria de Saúde, não tomou nenhuma atitude de prevenção.



Depois que a situação piorar, que o caos tomar conta, que a preocupação generalizada tomar conta, as coisas podem ficar mais difíceis.

Aqui no Distrito Federal, o Governador Ibaneis Rocha baixou decreto para suspender temporariamente as aulas. Os sintomas do coronavírus aparecem após período determinado, entre 10 e 14 dias, segundo especialistas. Durante esse tempo de suspensão das aulas se podem evitar a transmissão e o contágio e, dessa forma, identificar as pessoas que estão contaminadas.

Então, Sr. Presidente, eu venho aqui cobrar publicamente, atendendo aos anseios da população mato-grossense, que me tem cobrado isto, atitudes, orientações, soluções e propostas de prevenção do coronavírus por parte do Governo do Estado de Mato Grosso, antes que se reconheça o primeiro caso. O Governador, como líder político do Estado, naturalmente, tomando tais atitudes, servirá de referência para as cidades-polo que atendem a maioria da demanda da saúde, como Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres, Rondonópolis e Sinop.

Venho aqui também, em sintonia com as palavras proferidas ontem, aqui na Câmara dos Deputados, pelo Exmo. Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que referendo, sugerir ao Congresso Nacional a liberação de 5 bilhões de reais do Orçamento para o ataque, o combate ao coronavírus, para garantir o atendimento à saúde da população. Gerou-se um debate sobre se seria necessário revogar ou não a emenda constitucional sobre o teto de gastos públicos. A recomendação que eu venho fazer aqui é a de que se evite esse problema fiscal e se ataque de frente esse problema, essa pandemia, conforme já declarado pela Organização Mundial da Saúde, para proteger a população brasileira, a população mato-grossense. Os recursos disponibilizados por meio do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, ao qual manifestei a minha contrariedade, devido à divisão dos recursos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, aprovado com meu voto contrário, poderiam ser utilizados pelo Ministério da Saúde para investimento na prevenção do coronavírus neste momento.

Neste momento a sociedade brasileira se preocupa porque nas farmácias já faltam medicamentos, máscaras.

A população está buscando fazer estoques. Esses recursos que hoje temos buscado utilizar em atividades parlamentares podemos destinar, com espírito público e republicano, olhando para o Brasil como um todo, olhando para o Estado brasileiro como Nação, nós como representantes desta Nação, se aprovados, ao combate ao coronavírus.

É isso o que venho manifestar hoje, Sr. Presidente. É essa a minha preocupação. Venho também cobrar, publicamente, o Governo do Estado de Mato Grosso, que tem sido, no meu entendimento, letárgico e procrastinador. A partir das suas atitudes, em parceria com o Governo Federal, ele pode orientar toda a rede de atendimento sobre as medidas de prevenção, pode orientar todos os secretários municipais, toda a rede de saúde municipal. Cuiabá, Várzea Grande, Sinop, Cáceres, Rondonópolis, Primavera do Leste, Confresa, por exemplo, são cidades que oferecem atendimento a um grande número de pessoas, por causa da grande demanda reprimida do interior, e precisam de orientação antes que ocorra o primeiro caso.

Deixo aqui como sugestão de avaliação o decreto do Governador Ibaneis e a destinação dos valores constantes do PLN 4, de 15 bilhões, se aprovados por esta Casa, sob a administração do Ministério da Saúde, sob a administração do Governo Federal, para o ataque ao coronavírus.

Era isso o que tinha a dizer hoje, Sr. Presidente, a quem agradeço o tempo concedido e solicito que autorize a divulgação deste meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 51/318

34.2020	Sessão Não Deliberativa de	12/03/2020-14:04
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 3/13/2020	DR. LUIZ OVANDO-PSL -MS	
-		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

Sumário

Necessidade da adoção de medidas preventivas contra o coronavírus no País.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, Deputado Hildo Rocha, eu quero, nesta oportunidade, saudar a todos os Deputados e Senadores desta Casa, o Congresso Nacional.

Gostaria de fazer uma pequena reflexão, principalmente sobre o que vivemos agora, essa epidemia, a qual, conforme a Organização Mundial da Saúde, já está na condição de pandemia. Estamos sofrendo com uma epidemia, do ponto de vista viral, biológico realmente, mas também do ponto de vista de informações. Infelizmente, há muitos questionamentos no que diz respeito às

medidas que nós temos que tomar e às situações que vamos enfrentar em relação ao coronavírus.

É importante destacar que o coronavírus é uma questão basicamente científica, é ciência. Temos ouvido muitos Deputados cobrarem posições e soluções até certo ponto fantasiosas. Chegam a solicitar a liberação de uma quantidade gigantesca de dinheiro, em apelo ideológico. Ciência é a busca da verdade, e nós temos que buscar a verdade no que diz respeito ao aspecto biológico do vírus, à sua transmissibilidade, aos sintomas dos pacientes e à disponibilidade de recursos terapêuticos para bem resolver o problema.

A ideologia não prima pela verdade. A ideologia é um conjunto de ações por meio das quais se busca basicamente o poder.

Nós temos de separar as duas coisas. Temos ouvido Parlamentares de esquerda solicitarem de maneira bastante contundente soluções econômicas. Precisamos deixar muito claro que o dinheiro não vai aparecer em árvores.

É preciso deixar claro também que o problema que a saúde enfrenta hoje não vai ser agravado pelo coronavírus, problema que naturalmente ocorrerá aqui. O coronavírus é uma virose que compromete as vias respiratórias, que altera e compromete a mais importante função vital do pulmão, que é a função alveolar. Isso ocorre porque essa virose leva ao inchaço, ao edema do alvéolo, o que dificulta a respiração. O paciente tem que ser colocado num respirador.

No Brasil, por causa das epidemias que já sofremos, que são basicamente aquelas causadas pela violência e pelas doenças degenerativas, dentre elas as cardiovasculares, como a hipertensão, a obesidade e o diabetes, está dificultado significativamente o atendimento a esses pacientes. Imaginem V.Exas. como ficará a situação com o coronavírus. Não temos leitos suficientes em CTI - Centro de Terapia Intensiva ou UTI - Unidade de Terapia Intensiva para todos aqueles que necessitarão de cuidados para serem mantidos vivos durante a fase do inchaço pulmonar e das consequentes complicações respiratórias, bacterianas, frequentes nesses casos.

O que nós precisamos fazer? Difundir para a população as medidas que já estão claramente estabelecidas: não apertar as mãos, lavar as mãos, não dar beijinhos, evitar lugares aglomerados, evitar lugares onde já se sabe que há pessoas enfermas. Naqueles lugares onde temos que fazer a barreira, como os aeroportos, deve haver verdadeiramente vigilância sanitária, para evitar que pessoas contaminadas ponham em risco determinados grupos populacionais cuja resistência física é naturalmente reduzida.

É importante que atentemos para isso, Deputado. Caso não adotemos essas medidas, caso não façamos o dever de casa, enfrentaremos sérios problemas, com ceifa ou com mortes precoces na nossa sociedade.

Muito obrigado.

Documento 52/318

34.2020	Sessão Não Deliberativa de Debates - 12/03/2020- CD	14:16
Publ.: DCD - 3/13/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a pandemia de coronavírus. Repúdio à proposta governamental de reforma administrativa. Importância de rejeição do Veto Total nº 55, de 2019, aposto ao Projeto de Lei nº 55, de 1996, do Senado Federal, (nº 3.055,1997, na Câmara dos Deputados), sobre alteração da Lei nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), com vista à elevação do limite de renda familiar per capita para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Caro Presidente, colegas Parlamentares, ontem ouvi do Ministro Mandetta o seguinte: "*O coronavírus está na nossa antessala, e a situação é muito grave*". Quem disse isso foi o Ministro da Saúde do Governo Bolsonaro, o médico Dr. Mandetta.

O que disse o Presidente da República, Jair Bolsonaro? Ele afirmou o seguinte: "*Nós temos momentos de crise. É muito mais fantasia. Não é isso tudo que a grande mídia propaga*". Por que eu estou dizendo isso? Porque o mundo inteiro está tomando providências acerca da pandemia do coronavírus - o mundo inteiro! Trump, por exemplo, já suspendeu a chegada de aviões oriundos da Europa e de outras regiões, já tomou medidas com relação à economia. A Europa inteira está tomando medidas sobre a economia.

E a ficha do Presidente Bolsonaro não caiu. Parece que ele não se deu conta de que está governando o Brasil e que precisa tomar uma decisão para acalmar os brasileiros. Estão todos assustados! Alguns Estados, como o Distrito Federal, estão suspendendo as aulas, com medo do avanço da pandemia. É preciso dar uma resposta à população.

Primeiro, como Líder do PCdoB, eu sou a favor de que o Congresso se reúna e sejam garantidos os recursos necessários para que o Ministro da Saúde enfrente a pandemia e proteja a população brasileira. Isso nós temos de fazer, e vamos fazê-lo.

Agora, não me venha o Ministro Guedes com o nível de irresponsabilidade como o de ontem, quando encaminhou para esta Casa ofício, em que pede pressa para a votação das reformas. Chega dessa cantilena! É sempre reforma! A reforma da Previdência resolveu o quê? Eles diziam que rapidinho resolveria, que as bolsas melhorariam e o dólar baixaria, mas nada disso aconteceu. A reforma trabalhista só criou problema para os trabalhadores.

Agora eles falam de uma tal reforma administrativa. Precisamos de soluções para agora. O Governo diz que a reforma administrativa que ele vai mandar para cá será para os próximos trabalhadores do serviço público, mas o Governo também diz que estão suspensos os concursos públicos no País. Então, como essa tal reforma administrativa vai resolver o problema da crise?

O Governo reclama que o Congresso Nacional tomou a decisão de aumentar o número de cidadãos alcançados pelo Benefício de Prestação Continuada. E, olhem, a decisão que o Congresso tomou aqui atinge apenas as famílias que ganham até meio salário mínimo. O que fizemos aqui foi proteger os mais pobres. Com a crise econômica e o problema do coronavírus, o feijão, o açúcar, o arroz, o óleo, a carne, tudo fica mais caro.

Então, devemos proteger os mais pobres contra a recessão causada, inclusive, pelo Governo de Guedes e de Bolsonaro.

É preciso tranquilizar a população e dizer o que será feito. Até agora o Presidente Bolsonaro não veio a público tranquilizar o povo e dizer que medidas vai tomar. Chega de falar em reforma. Ninguém aguenta mais!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 53/318

34.2020	Sessão Não Deliberativa	de	12/03/2020-14:48
Publ.: DCD - 3/13/2020	Debates - CD		
-	PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE		GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO



Sumário

Importância da adoção de medidas preventivas contra o coronavírus no País. Fracasso da política econômica do Governo Jair Bolsonaro. Propostas do PT para a retomada do crescimento socioeconômico brasileiro.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Hildo Rocha, a quem cumprimento, assim como a Deputada Erika Kokay, que também estava inscrita e me cedeu o seu tempo, como amiga, companheira de partido, uma guerreira, não só defendendo o Distrito Federal, mas o Brasil.

Sr. Presidente, a exemplo do orador que me antecedeu, é necessário que analisemos, com muita serenidade e profundidade, a situação que estamos atravessando, não só no Brasil, como em âmbito mundial. Percebemos uma crise na economia: derretimento nas bolsas de valores, as consequências que tem no Brasil e o reflexo negativo. Isso atinge, sem dúvida nenhuma, vendas, postos de trabalho - os mais prejudicados são os trabalhadores, são os mais pobres. Fecha-se comércio, não se tem uma economia dinâmica no processo.

Estamos atravessando um momento muito grave do capitalismo, que é essa crise internacional. Aliado a isso, temos o coronavírus, que se apresentou na China, até agora sem uma vacinação correta, preventiva, e espalhou-se com grande rapidez. Esse vírus foi para a Europa, os Estados Unidos e começa a chegar na América do Sul. Inclusive, o porta-voz do Presidente Bolsonaro, como já confirmado, contraiu a doença. Em Brasília, temos dois ou três casos. O Governador determinou o fechamento das escolas. O Congresso Nacional, principalmente a Câmara dos Deputados, que não tem tanta relação popular, como deveria ter a Casa do Povo, com uma burocracia enorme para que o pacato cidadão aqui ingresse, ontem, por meio de portaria do Presidente Rodrigo Maia, determinou que só terão acesso à Casa os funcionários de carreira, os terceirizados, os comissionados, que já representam um movimento, de forma cotidiana, em torno de 5 mil pessoas.

Claro que, do ponto de vista da saúde, é um ambiente confinado, com climatização através de ar-condicionado, o que ajuda a propagar a doença, como há também locais que hoje podem ser considerados zona de risco, a exemplo de estádios, além de grandes *shows*, concentração de pessoas, inclusive os *shoppings*, que também têm sistema fechado de ventilação.

É necessária uma ação direta do Governo. Quem teve essa visão proativa, assim que surgiu o coronavírus na China, foi a bancada da Oposição, destacando a bancada do PT e um Parlamentar que foi ex-Ministro da Saúde, pelo PT de São Paulo, Alexandre Padilha, que, ao



dialogar com a Oposição, conseguiu dar celeridade para que a matéria fosse aprovada. Houve sensibilidade dos pares, independentemente da polarização, Oposição e Situação.

Agora compete principalmente ao Poder Executivo plantar ações imediatas, até porque o tratamento do coronavírus é através do sistema de UTIs, se houver qualquer processo aqui em que ele possa se alastrar, virar uma pandemia, como já está ocorrendo inclusive na Itália fortemente, com consequências não só para a saúde, mas também para a economia italiana, atingindo a Espanha e o próprio Estados Unidos. O agravante da Itália e dos Estados Unidos é que esses países não dispõem de um sistema único de saúde, como nós temos. Mas o modelo de tratamento é o processo de isolamento em UTIs.

E a perspectiva de médicos que têm relação não só no Brasil, mas também reconhecimento internacional - inclusive há um áudio de médicos de hospitais, como o Albert Einstein, o Sírio Libanês e outros, hospitais de renome não só nacional, com internacional -, é que são necessários 11 mil leitos. Então, o Governo, o seu Ministro da Saúde deve apresentar, de forma imediata, qual é o plano de ação para quando o coronavírus aqui chegar. Ele está chegando aos poucos e tem um processo de repercussão de forma exponencial. É verdade que a característica do vírus é de clima frio, que é o modelo da China e dos países europeus. Ninguém sabe como será a propagação no Brasil, num clima tropical, mas preocupa muito, e preocupa no sentido de não criar um processo em que a sociedade entre em pânico. Este é o grande problema: o pânico do processo.

Então, nós cobramos nesta Casa, na tribuna da Câmara Federal, que o Ministro da Saúde apresente com rapidez qual o plano de trabalho, as articulações que ele tem que fazer com os Secretários Estaduais de Saúde e os Secretários Municipais de Saúde. Na minha concepção, deveria haver uma reunião extraordinária, convocada pelo Ministro, com toda essa rede de Secretários Estaduais e Municipais, universidades com seus hospitais universitários, e ser apresentado o resultado para a sociedade.

Mais importante do que o plano, é garantir no orçamento recursos para o combate ao coronavírus, porque esta Casa também está paralisada devido à peça orçamentária e aos PLNs. O Presidente fica tentando tirar o corpo fora, quando foi ele que teve a iniciativa de apresentar o Orçamento, que é a peça inicial do Poder Executivo, acordada pelos Poderes. Depois, houve uma mudança, e ele não conseguiu dar a resposta. Cada Deputado que colocou a sua digital para aprovar a reforma da Previdência recebeu 40 milhões de reais de emendas. Esse processo não foi para todos. Inicialmente, só os grandes caciques foram atendidos. E o baixo clero ficou sem receber. Por isso, foi

alocado para o Relator ficar com essa visão discricionária de repassar o que faltava, penalizando o povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu quero discutir também a questão da economia, porque se percebe que o Presidente Bolsonaro é um desastre, ele, sua equipe, Paulo Guedes. A economia está se derretendo! Há mais uma crise nas bolsas de valores no plano internacional, e aqui há uma fuga de capitais acima de 40 bilhões. Vejam, este segmento, o sistema financeiro, que tem poder econômico, apoiou de maneira forte o Presidente Bolsonaro, e hoje verifica que ele não dá resposta, nem o Sr. Paulo Guedes, o "Posto Ipiranga", que disse que a solução era fazer reforma administrativa, penalizando os trabalhadores, e fez, e prejudicou os trabalhadores.

Ele disse que a solução era a reforma da Previdência, mas privilegiou os ricos em detrimento da classe trabalhadora, dos mais pobres. Não deu solução. Apresenta um plano de trabalho para privatizar todas as estatais, que têm papel estratégico no que diz respeito à soberania nacional. Houve tudo isso, e as questões não foram resolvidas.

A sorte deste Governo é que o Presidente Lula teve capacidade, com a Presidente Dilma, e deixou uma reserva acima de 340 bilhões de reais. É esse dinheiro que está sendo usado agora para combater a especulação do dólar.

Ele dizia que o mal do Brasil, em tudo, era o Partido dos Trabalhadores, Deputada Erika.

Estamos atravessando um período de falta de investimento num programa fundamental para a classe trabalhadora e para as pessoas mais simples, o Projeto Minha Casa, Minha Vida, praticamente desativado.

Foi desativado o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, que tem um papel hídrico estratégico. Obras estão paralisadas hoje por falta de pagamento de energia.

No caso específico do meu Estado, Alagoas, o Canal do Sertão, que é outra obra estratégica do ponto de vista hídrico, está sendo feito de forma lenta.

Outra obra estratégica para o Nordeste do Brasil, a relativa à BR-101, está paralisada também.

Há desmonte na área da agricultura familiar, desmonte que atinge o PRONAF - o financiamento do PRONAF foi fundamental para a agricultura familiar. Há desativação do Programa de Cisternas, relativo

ao Primeira Água e ao Segunda Água.

Há falta de investimento na educação. Bolsonaro e sua equipe, especialmente o Ministro da Educação, têm como inimigos as universidades federais. Ele está usando garrote, está tirando recursos da área, está quebrando a pesquisa, que tem papel estratégico no mundo, está retirando as bolsas do CNPq e da CAPES. O Brasil está sendo desmontado. Cotidianamente, há um verdadeiro desmonte.

O resultado disso é a economia parada. Os pequenos e os médios empresários, principalmente no setor de vendas, pequenas mercearias, estão fechadas porque não há consumidores. Essa é a realidade no Nordeste, mas não é diferente nas outras regiões.

Mas não podemos ficar somente no diagnóstico do processo. O Partido dos Trabalhadores, com muita capacidade, lançou uma cartilha. Na capa se lê o seguinte: *"É hora da sua vida melhorar: propostas concretas para o país sair da crise de verdade"*.

Na página anterior à da apresentação, há uma foto muito simbólica. Nela aparece o rosto do ex-Presidente Lula e o de uma anciã do Nordeste. Essa senhora, que tem rugas no rosto, vê a importância que teve a maior liderança que até agora governou o Brasil: Luiz Inácio Lula da Silva. O Nordeste, o Norte, os mais pobres e a classe trabalhadora reconhecem a importância dessa liderança.

O primeiro ponto: estabelecer um plano emergencial de emprego e renda, até porque gás, gasolina, carne, tudo está mais caro. Nessa linha, nós temos que tirar o poder do Seu Paulo Guedes, do rentismo. Ele quer somente, fazendo essas reformas e apresentando propostas nocivas, pagar a dívida externa, atender a banca, o sistema financeiro. Vários economistas, inclusive alguns que têm visão liberal e apoiaram Bolsonaro, enxergam que, neste momento, é preciso investimento, e investimento passa pelo papel do Estado. É um equívoco vender as estatais. As estatais têm protagonismo quanto a se alavancar a economia. Então, tem que haver um programa de emprego já! E isso é possível, com metas diretas.

O segundo ponto: retomar obras paradas. Há 7.400 obras paralisadas. Quando essas obras são retomadas, dinamiza-se a capilaridade que tem a engenharia. Ela alcança desde as pessoas mais simples, sem formação, como um servente de pedreiro, até o engenheiro sênior. Sabemos da capilaridade de uma obra como essa em cada Município, do menor ao maior.

O terceiro ponto: reativar o Programa Minha Casa, Minha Vida. Ter o ser humano a sua casa é algo que está relacionado à sua dignidade. Esse sonho vinha sendo realizado em cada Município, em cada região,

em cada Estado, com o acesso a casas de alvenaria, casas de qualidade, com dois, três ou quatro quartos.

Também é importante o quarto ponto: promover aumento real do salário mínimo. Paulo Guedes quer modificá-lo através de PEC. O salário mínimo alavanca a economia. Quando há aumento real, o primeiro ato é de consumo referente à alimentação, e o segundo, ao vestuário. Mexe-se na economia local, no Município em que se mora. Esse ponto, portanto, é fundamental.

O quinto item: expandir o Bolsa Família. Não se deve ter medo. Este Presidente criminoso chamado Bolsonaro e sua equipe cortam o bolsa-família e fazem um represamento. O acesso ao Bolsa Família foi dificultado. Cria-se todo um processo burocrático para se atingir um dos maiores programas, que tem uma capilaridade fundamental, só fica abaixo das aposentadorias. O Estado de Alagoas é o segundo menor da Federação - nós só ganhamos de Sergipe. Tem 102 Municípios. Em mais de 70% dos Municípios, o que o aposentado recebe é maior que o Fundo de Participação dos Municípios, e o segundo é o Bolsa Família. Quando o bolsa-família é cortado, quando há dificuldade de acesso ao Bolsa Família, aquela família, que continua morando no Município, vai atrás de quem? Do Vereador, do Prefeito, do comerciante. E, quando não se tem renda, não se movimenta a economia.

Então, o Presidente tem não só que manter, tem que aumentar esse programa fundamental, porque este Brasil tem uma dívida social. E quem passa fome tem pressa. É necessário que o Governo seja esse vetor.

Sexto ponto: renegociar as dívidas, principalmente com os bancos públicos - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB e outros. O endividamento da classe trabalhadora e da classe média está altíssimo, até porque essas dívidas foram feitas por meio de contratos em que foram estabelecidos juros num patamar maior do que o de hoje. É necessário que os bancos públicos sejam protagonistas na renegociação dessas dívidas, repactuem a taxa de juros, que agora está menor. Com isso, é oferecida uma saída, e, quando se dá um fôlego para a pessoa quanto a sua dívida, há novo investimento, e a economia é estimulada.

O sétimo ponto se refere à PETROBRAS. Na década de 40, houve uma mobilização nacional contra as Sete Irmãs do Petróleo, que até então dominavam o Brasil. Isso galvanizou os brasileiros, na campanha O Petróleo é Nosso, e foi também um dos motivos da queda de Getúlio Vargas. Quando ele criou a PETROBRAS, a ELETROBRAS, a siderúrgica em Volta Redonda, quando ele estruturou os bancos públicos, o capital internacional não perdoou. Esse foi, inclusive, um dos motivos do seu suicídio. Pagou com a vida para manter os direitos

da classe trabalhadora. A nossa PETROBRAS, portanto, é uma empresa estratégica.

Quando Lula era Presidente da República, essa empresa já estava entre as maiores do mundo. Com a descoberta do pré-sal, ela teve um *plus* fundamental. Se o lucro do pré-sal fosse investido na educação, na saúde, na ciência e tecnologia, sem dúvida nenhuma teríamos uma economia totalmente estabilizada, com qualidade, ela não se basearia em *commodities*, e haveria melhora da capacidade. A PETROBRAS é estratégica.

O "Posto Ipiranga" não é PETROBRAS. É um vassalo do capital internacional esse Paulo Guedes, um lambe-botas do capital internacional. Ele quer privatizar a PETROBRAS. Já anunciou um plano com o Presidente Castello Branco, que deve ser neto ou bisneto do marechal. Hoje a PETROBRAS tem cerca de 90 mil trabalhadores, e ele quer fazer um plano de demissão de forma imediata, colocando para fora 30 mil trabalhadores. Esse é o desmonte de uma empresa estratégica.

Infelizmente, quem está ao redor dele, que são generais, almirantes, brigadeiros, deveria ter visão estratégica quanto à defesa da soberania nacional. No Alto Comando das Forças Armadas não há um general que defenda o Brasil. Eles batem continência para a bandeira dos Estados Unidos e são favoráveis à venda de todas as estatais: Correios, SERPRO, DATAPREV, ELETROBRAS, PETROBRAS.

É lamentável a postura desses generais que estão no entorno de Bolsonaro. Diga-se de passagem que há mais generais agora do que no período da ditadura militar, generais de pijama, que deveriam estar realizando outra atividade, que não seja a de defesa do Brasil.

Não podemos deixar que a nossa PETROBRAS seja privatizada.

Oitavo ponto: destravar o BNDES. O BNDES é um superbanco. Se houve erros, ele tem, é lógico, que fazer a correção, mas priorizando principalmente a economia nacional, a indústria nacional, que está sendo desmontada. Tem que verificar quais são os setores estratégicos para o Brasil, ter uma linha de financiamento, aproveitando que a taxa de juros no mundo está baixa, financiar esses empresários que ainda acreditam no Brasil e não os empresários da linha dura, que apoiaram Bolsonaro, a exemplo do "veio da Havan". São todos contumazes sonegadores de impostos. Ele, inclusive, está pagando um preço alto, pela identificação dele com Bolsonaro. A informação que eu tenho é de que ninguém está comprando na Havan, não só pela postura equivocada dele mas também pelos produtos, porque a maioria desses produtos é chinesa e parte da população está com medo, por causa do vírus. Isso, é claro, tem a ver com pânico. Mas esse cidadão

é um contumaz trapaceiro em relação a dinheiro público.

O BNDES tem que ser um banco voltado para a economia e não de uma forma ideológica. O Sr. Bolsonaro disse que queria fazer uma auditoria na instituição. Colocou uma pessoa no cargo de Presidente no BNDES. Não deu certo. Demitiu-o e colocou no cargo outra pessoa. Até hoje, porém, auditoria nenhuma comprovou mau uso dos recursos, até porque os investimentos nacionais e internacionais foram pagos aos bancos, e os que não foram estão sendo atualizados.

Nono ponto: corrigir a tabela do Imposto de Renda. Uma parcela da classe média dizia que era o PT que a travava. Bolsonaro paralisou a classe média. Esta Casa, se quiser priorizar a economia, tem que fazer a reforma tributária, porque a reforma tributária tem como fato gerador o consumo. Quem paga mais imposto no Brasil, primeiro, é o pobre; segundo, a classe trabalhadora; terceiro, a classe média. A elite, os poderosos não pagam impostos, porque a base é a do consumo. Na hora em que se compra um copo com água, por exemplo, aquele que menos ganha paga mais do que paga um segmento da classe média ou da elite.

Queremos que haja melhoria, recursos e não reforma trabalhista para atingir a classe trabalhadora e prejudicá-la. É preciso se atingir quem sonega. Verificamos que, até no mundo capitalista, figuras como o megabilionário Bill Gates defende que tem de ser melhorada a tributação nos Estados Unidos. Só não quer Trump, que é outro sonegador.

Hoje, no caso de produtos de luxo como iates, grandes aviões particulares, não há tributação nenhuma na hora da compra. No caso de aplicação na Bolsa de Valores, não há. É fundamental a correção da tabela do Imposto de Renda, porque, se há mais recursos, há mais consumo.

Décimo ponto: estimular a agricultura familiar é propiciar alimentação saudável. A China importa praticamente tudo o que produzimos. Sua população é de mais de 1 bilhão e 200 milhões de habitantes. A agricultura familiar é o lastro, porque 80% da comida do nosso prato vem da agricultura familiar.

Sra. Presidente, já falei da reforma tributária. É fundamental levar adiante um projeto, e infelizmente, até hoje, não conseguimos, nem no Governo do PT - fazemos essa autocrítica. Trata-se de tributar as grandes fortunas no Brasil. Os ricos no Brasil não pagam impostos. Um Paulo Lemann, dono da AMBEV, um suíço que mora em Genebra, dono de todas essas marcas, que controla 63% das cervejas do mundo, ganha 500 mil reais por minuto, e não paga imposto.

Para não ficar só na crítica, o PT apresenta essas propostas. Espero que esta Casa saia de uma agenda reativa e vá para uma agenda propositiva. É necessário fazer a crítica sim, que é o papel da Oposição, e vamos continuar fazendo.

Agora, o Presidente Bolsonaro tem que parar de fazer factoides, colocar palhaço para desviar a atenção, colocar Ministra para fazer jogo de efeito. Tem que Governar o Brasil.

Governe, Presidente Bolsonaro. Nosso candidato, o Haddad, perdeu. O senhor foi eleito pela maioria da população. Governe. Faça o seu papel. Deixe de mediocridade! Tenha coragem de fazer a defesa do Brasil. Não fique bajulando o Presidente dos Estados Unidos! O senhor foi eleito para governar o Brasil. E o Brasil quer desenvolvimento. O Brasil quer geração de empregos. O Brasil quer qualidade de vida.

Muito obrigado, Presidenta Erika.

Agradeço também ao Deputado Hildo, que, ao presidir esta sessão, teve paciência e me cedeu tempo.

Documento 54/318

34.2020	Sessão Não Deliberativa de Debates - 12/03/2020- CD	15:12
Publ.: DCD - 3/13/2020 - HILDO ROCHA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Participação da Profa. Rita de La Feria, da Universidade de Leeds, Reino Unido, em reunião da Comissão Especial da Reforma Tributária. Incoerência de sugestões do Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, para enfrentamento da crise econômica e da pandemia de coronavírus. Realização de baixos investimentos públicos pelo Governo Flávio Dino. Esclarecimento de episódio ocorrido entre o orador e o Senador Weverton Rocha durante reunião da bancada federal maranhense.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Erika Kokay, uma das melhores Deputadas desta Câmara. Não à toa foi a única Deputada Federal reeleita no Distrito Federal. A população do Distrito Federal reconheceu o seu trabalho. É bom falar neste momento, quando V.Exa. preside esta sessão.

Ontem houve reunião da Comissão Especial da Reforma Tributária,



Sra. Presidente, onde esteve presente conosco a Profa. Rita de La Feria, uma professora de curso de mestrado na Universidade de Leeds, no Reino Unido. É professora de Direito Tributário, especializada em imposto sobre valor agregado. Ela fez um relato sobre a implantação desse imposto em vários países do mundo. Queremos implantá-lo aqui no Brasil. Nossa intenção é transformar o ICMS, ISS, IPI, PIS, COFINS em um só tributo, o IVA, conforme o modelo do IVA europeu. Na Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, de autoria do Deputado Baleia Rossi, é chamado de Imposto sobre Bens e Serviços, cuja sigla é IBS.

Ela analisou a PEC 45, fez um estudo e afirmou que é uma proposta de primeira qualidade, idêntica ao que é executado para se buscar, através de cobrança de impostos, dinheiro da população para manter os serviços públicos. Ela aprovou a PEC 45, assim como a PEC 110, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado. Ambas tratam da criação do IVA nacional.

Sra. Presidente, eu quero falar também a respeito de algo que o Governador do Maranhão, Flávio Dino, escreveu no Twitter. O jornalista Gilberto Léda, em seu *blog*, muito acessado no Maranhão, disse: "*Com o Maranhão na rabeira, Dino dá aula de economia a Bolsonaro no Twitter*". Flávio Dino sugere ao Presidente Jair Bolsonaro o seguinte: "*Para enfrentar a crise econômica e o coronavírus, sugiro: 1) suspensão do teto de gastos para saúde e investimentos em obras públicas. (...)*"

O Governador Flávio Dino, porém, não faz o que ele mesmo orienta. Eu vou provar isso, Sra. Presidente e todos os que me acompanham neste momento. Ele está sugerindo fazer investimento público, mas vamos ver o que diz o relatório de execução orçamentária do último bimestre de 2019. Quanto Flávio Dino investiu em obras públicas no Maranhão no ano passado, em 2019? O Governo Flávio Dino investiu - quem quiser pode acessar estes dados - 1 bilhão, 305 milhões e 703 mil reais em 2019. Repito: ele investiu, em 2019, 1 bilhão, 305 milhões e 703 mil reais. Isso foi o que o Flávio Dino investiu em 2019. É muito pouco em relação a um orçamento de quase 20 bilhões de reais. Digo isso para fazer uma comparação. É bom usarmos números, Sra. Presidente, para fazer comparações.

Roseana Sarney governou o Maranhão até o ano de 2014. Em 2014, Roseana investiu em obras públicas 1 milhão, 573 e 140 reais. Fez isso naquela época, 5 anos atrás, mesmo dispondo de um orçamento menor, de 13 bilhões. Hoje, o orçamento é de quase 20 bilhões, quase 100% a mais, porque o Estado tem arrecadado muitos impostos, é verdade. Aumentou a carga tributária do Maranhão, e ele investe cerca de 200 mil a menos do que Roseana investiu em 2014. Ele faz isso 5

anos depois.

Portanto, ele ensina a Jair Bolsonaro algo que ele não faz. Ele não faz investimentos. Isso é muito pouco para a realidade do Maranhão. Eu vejo que o Governador Flávio Dino gosta de dar aula, mas parece que ele mesmo não segue as aulas que dá.

Parece que são duas pessoas.

Sra. Presidente, eu queria ainda falar a respeito de um fato lamentável que aconteceu ontem em recinto da Câmara Federal.

Todos nós membros da bancada de representantes do Maranhão na Câmara e no Senado - 18 Deputados Federais e três Senadores - fomos convidados para participar de uma reunião, que aconteceu na 4ª Secretaria da Câmara. Estes eram os temas da reunião: alocação das emendas impositivas de bancada e eleição do novo coordenador da bancada. Ao chegar lá, deparei com o Senador Weverton Rocha sentado, de forma indevida, na cadeira em que deveria estar sentado o 4º Secretário, na sala do 4º Secretário. Achei aquilo estranho, uma intimidade grande. Já estavam fazendo a reunião naquela sala, e um Senador da República estava sentado na cadeira em que devia estar sentado o 4º Secretário. Achei aquilo estranho.

Muito bem, conversamos a respeito de partidos políticos no Maranhão, e o Senador me disse, brincando, que eu deveria ir para o PDT em 2022. E eu lhe disse: *"Senador, estou vendo que o seu partido está perdendo Deputados lá no Maranhão, Deputados Estaduais"* - acho que a partir daí ele começou a ficar zangado comigo, porque eu disse a verdade a ele -, *"quem está crescendo muito é o PRB, o PRB está filiando cinco Deputados Estaduais, inclusive do PDT"*. Então eu disse, brincando: *"Acho que eu vou é para o PRB em 2022, para ser candidato"*. Acho que ele não gostou.

Falamos sobre a eleição do coordenador, que ele queria que acontecesse depois que os novos membros da Comissão Mista de Orçamento, Deputados e Senadores, fossem escolhidos. Só que o regimento da nossa bancada diz que a referida eleição ocorre na primeira quinzena de março. O próprio coordenador da bancada, o Deputado Juscelino Filho, que é Presidente do Conselho de Ética da Câmara, disse que concordava - ele é o coordenador da bancada.

Em seguida, eu disse que a parte que cabia a mim indicar para o Maranhão quanto ao orçamento do Fundo Nacional de Saúde eu destinaria apenas aos Municípios e não ao Estado, e disse por que não faria destinação ao Estado. Na eleição de 2018, na minha reeleição, no caso, eu não tive apoio do Governador Flávio Dino, muito pelo contrário, o que ele fez foi me prejudicar, foi trabalhar para que não me

reelegesse. Os Prefeitos que me apoiaram merecem ser ajudados até porque também estão precisando de dinheiro, e temos que investir mais na atenção básica nos Municípios. O Estado do Maranhão não faz atenção básica ou, quando faz, faz muito pouco. E o Senador insistiu em que direcionássemos esse recurso para o Estado. Eu discordei e disse que não iria aceitar. Começamos a falar mais alto, tanto eu quanto ele. De repente, ele se levantou, querendo me agredir - lógico, ele é mais forte do que eu, é mais novo do que eu. Eu estava com um copo na mão. Para evitar que ele me desse um murro, joguei o copo no pé dele. Nem acertou o pé dele, acertou a parede.

E ele ficou lá. Depois ficou me chamando para a briga: *"Venha, venha, que eu quero quebrar esses seus óculos na sua cara, vagabundo, moleque, safado!"* Essas expressões foram ditas por um Senador da República. Essa é a verdade. Essa é a realidade. Por quê? Porque eu não comungo do seu pensamento a respeito de o Governo do Estado fazer uso desse recurso.

Naquela ocasião, mostrei a ele que o Governador Flávio Dino ajuizou uma ação contra mim no Supremo Tribunal Federal, alegando que eu o caluniei, porque dei uma entrevista na *Rádio Mirante*, no Maranhão, no programa de Roberto Fernandes, e disse que não mandaria dinheiro para a saúde do Estado porque viraria éter. Disse e repito: vira éter. Em função disso, Flávio Dino me processou por calúnia e difamação. Essa é a primeira vez que um Governador do Estado do Maranhão processa um Deputado Federal no exercício do mandato. Nunca houve isso.

Isso se apresenta como uma grande perseguição do Governador e de seu afilhado político, Weverton Rocha, contra o Deputado Hildo Rocha. Tenta impedir o livre exercício do meu mandato. O próprio Weverton defendia antigamente o direito da Minoria. Ora, se hoje eles são Maioria, eu sou Minoria, assim como outros dez Parlamentares da bancada do Maranhão. Nós temos o direito de dizer onde vamos alocar nossos recursos. Somos eleitos para isso. Não é o Senador, com base em sua vontade, no seu bem-querer, que vai determinar onde o Deputado Hildo Rocha alocará o recurso. Mas o nosso recurso é voltado para a saúde.

Eu vejo que o Governador, mais uma vez, fala besteira no Twitter. Ele diz: *"Minha solidariedade ao Senador Weverton Rocha, absurdamente agredido hoje ao defender recursos públicos para a saúde do Maranhão. Meus agradecimentos aos parlamentares que têm defendido essa importante causa em favor da população"*.

Aqui não se está tirando dinheiro da saúde, muito pelo contrário, está se colocando. Eu fui Relator Setorial do orçamento da saúde do Brasil neste ano, na Comissão de Orçamento. Eu coloquei 5 bilhões a mais



do que foi encaminhado pela Presidência da República, pelo Ministro Guedes. Coloquei 5 bilhões a mais porque algumas das minhas ações fizeram com que se diminuísse um pouco o gasto com atividade-meio do Ministério da Saúde e essa quantia fosse mais para a atividade-fim. Além disso, eu destinei mais recursos, 40 milhões de reais. Eu fiz um direcionamento para o Governo do Estado colocar em funcionamento mais dois hemocentros. Não há quem aloque mais recurso para a saúde, no caso do Governo do Maranhão, que o Deputado Hildo Rocha.

Agora, entre os Prefeitos que me apoiaram e o Governador, é claro que vou, quando eu tiver oportunidade de destinar recurso, preferir os Prefeitos que me apoiaram. Se tenho oportunidade de destinar recurso para o Governo do Estado, vou destinar também. Tenho a opção de fazer a destinação para os Prefeitos, mas não deixo de destinar recursos para o Governo do Estado, mesmo que Flávio Dino me persiga, e me maltrate, e me critique, e faça injustiça contra mim. Mesmo assim, eu destino recursos para o Maranhão.

Hoje, vários hospitais no Maranhão, como é o caso dos hospitais regionais, funcionam graças ao meu trabalho ainda no Governo de Dilma, porque aumentei o teto financeiro através de emenda de Plenário que construímos aqui no Orçamento de 2016.

Foi este Deputado Hildo Rocha que fez isso, com que aumentassem 80 milhões de reais, naquela época, que possibilitaram funcionar, inclusive, o hospital de Caxias. Ele foi eleito Deputado Federal, por Caxias, e nunca fez nada por Caxias, no que diz respeito a aumento de teto e fazer funcionar o hospital regional. E este Deputado Hildo Rocha fez isso, mesmo sem ser Deputado representante da cidade de Caxias - mas eu possibilito isso. E o próprio Vice-Governador Brandão e o Ministro da época, Marcelo Castro, que hoje é Senador e Presidente da Comissão Mista de Orçamento, são testemunhas disso.

Portanto, Sra. Presidente, agradeço a V.Exa. por ter disponibilizado esse tempo para mim. Peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Estou esclarecendo aqui à Câmara Federal, ao Congresso Nacional, ao povo brasileiro, principalmente ao povo do Maranhão, o que aconteceu no dia de ontem, esse episódio, que lamento muito ter acontecido. Mas eu o fiz para defender a minha vida, porque o Senador Weverton Rocha queria, na verdade, acredito, até me matar, pela forma como ele partiu para cima de mim, com toda a violência. Ele, que é maior do que eu, mais forte do que eu, bem mais novo do que eu, partiu para cima de mim - eu olhei os olhos dele - com olhos de ódio, com olhos de assassino!

Portanto, eu quero deixar aqui registrado nos Anais desta Câmara Federal esse evento lamentável que aconteceu ontem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 55/318

34.2020	Sessão Não Deliberativa de Debates - 12/03/2020- CD	15:28
Publ.: DCD - 3/13/2020 - DR. LUIZ OVANDO-PSL -MS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Desafio imposto à saúde pública brasileira diante da pandemia de coronavírus.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PSL - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, nobre Presidente, Deputada Erika Kokay.

Na condição que nós estamos vivendo hoje, numa expectativa muito grande em relação ao coronavírus - está todo mundo assustado -, eu não posso deixar aqui de alertar para o fato de que a nossa já combatida saúde brasileira terá uma grande prova de resistência com o aumento dos surtos que estão acontecendo no Brasil.

Aqui eu quero apenas lançar um desafio, porque nós, de maneira geral, seguimos protocolos, seguimos diretrizes, rotinas, principalmente quando falamos de Unidade de Terapia Intensiva, onde é preciso haver médico para o número certo de pacientes, em torno de dez, e corpo de enfermagem capacitado, habilitado. Mas nós vamos ter que quebrar essa rotina, porque não temos hoje, diante da situação que a saúde brasileira enfrenta, condição de prover respiradores a todos aqueles que se encontram, ou vão se encontrar, em necessidade por ocasião do comprometimento dessa virose que se alastra pelo País.

Aqui eu faço um desafio: nós vamos chegar aqui à época do passado, e é importante que, mesmo voltando ao passado, nós possamos priorizar a vida; que nós não tenhamos prurido nem preciosismo de querer evitar que pacientes sejam entubados nas enfermarias e que sejam instalados nessas mesmas enfermarias aparelhos respiradores que possam manter o indivíduo. E se não houver respirador, que esses pacientes sejam entubados onde quer que eles estejam e que os familiares, à semelhança do tratamento da época em que nós fazíamos isso sem respirador em casos de tétano, os familiares sejam convocados, por meio do Ambu, que é um equipamento com que manualmente se pode manter a ventilação mecânica, com

concentração aumentada de oxigênio.

Então esse é o meu alerta, esse é o meu desafio. Nós não podemos nos enganar. A saúde brasileira tem enfrentado o problema, e ele se agravará, infelizmente. Aqui não é alarde, aqui não é terrorismo, mas é importante que estejamos muito atentos a essa situação, para que enfrentemos com galhardia e eficiência esse problema que nós vamos enfrentar dentro em breve, que são pacientes com insuficiência respiratória.

Sr. Presidente Hildo Rocha, muito obrigado.

Documento 56/318

33.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/03/2020-09:00
Publ.: 3/13/2020 -	DCD	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Deputado Alexandre Padilha pela participação em transmissão ao vivo nas redes sociais da oradora para esclarecimento à população sobre as medidas de prevenção e tratamento da Covid-19. Críticas ao incentivo, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da participação popular em ato público contra o Congresso Nacional. Natureza fascista dos discursos do Presidente da República.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu peço que meu pronunciamento desta manhã seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Primeiro, quero manifestar meu agradecimento ao ex-Ministro da Saúde Alexandre Padilha, que ontem participou comigo de transmissão ao vivo, falando a respeito do coronavírus, que já fez vítimas e para o qual ainda não temos uma resposta. Contudo, já estamos tomando as precauções necessárias. Foi muito importante ouvir de S.Exa. que as pessoas precisam se cuidar sim, mas não devem entrar em pânico. Na verdade, muitas pessoas estão entrando em pânico, mas não há necessidade disso, na medida em que nós já estamos tomando as providências necessárias para fazer esse acompanhamento, seja nas repartições públicas, que já estão diminuindo o número de pessoas, o movimento, o aglomerado, seja nos cuidados de higiene, importantes

para a prevenção.

Sr. Presidente, volto agora à preocupação de todos os brasileiros e brasileiras, a preocupação com a democracia. Nós estamos num país democrático, num país em que as forças vivas da esquerda, da direita e do centro ainda se manifestam. Nós temos ainda o nosso Congresso. Ainda que haja divergências de ideias, é uma instituição que faz parte da democracia e da soberania brasileira. Nós temos um Supremo funcionando. Nós temos independência entre os Poderes. Não é bom que um Presidente da República estimule, incentive as pessoas a irem às ruas para fechar o Congresso brasileiro, para fechar as instituições democráticas que nós temos neste País.

Isso é muito perigoso!

Sr. Presidente, nós estamos vivendo hoje um momento de muito risco. Há muito ódio, muita raiva, muita ira. E o que nós estamos vendo? Na verdade, uma iniciativa que nos assusta. Existem histórias tremendas sobre o fascismo. Os judeus que o digam! Hitler, Mussolini, Pinochet, Franco defendiam a moral, a família, os bons costumes, e o argumento deles era acabar com a corrupção, acabar com baderna. Era isso que eles diziam. E os seus Governos foram os mais perversos, os mais corruptos, os mais criminosos.

Portanto, nós temos que abrir o olho para esse discurso moralista, que se coloca como fascismo. Nós estamos querendo que o Brasil seja independente e democrático.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Márcio Marinho. REPUBLICANOS - BA) - Obrigada, Deputada Benedita da Silva.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na tarde de ontem, realizei uma transmissão ao vivo nas redes sociais com o médico, Deputado Federal e ex-Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, sobre como prevenir ou se tratar da pandemia do coronavírus, que assola o Brasil e o mundo.

Foi muito bom ouvir um profissional da área da saúde e saber o que é

real, o que é exagero e o que é mentira.

O que cabe a população nesse momento é se prevenir, lavando as mãos com frequência, cobrir a boca e o nariz ao tossir ou espirrar, manter distância de pelo menos 2 metros de pessoas que estejam tossindo ou espirrando e evitar tocar nos olhos, no nariz e na boca.

Como sabemos, o vírus é transmitido pelo ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas, como gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, contato pessoal próximo, contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos. Ou seja, para evitar o pânico em todo o País é necessária a responsabilidade de todos e todas neste momento.

Era o que eu tinha a dizer.

Documento 57/318

33.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/03/2020-09:28
Publ.: DCD 3/13/2020 -	ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Relevância do Programa Mais Médicos e do Sistema Único de Saúde - SUS para combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Quero tratar aqui, mais uma vez, de algo que já causa preocupação em todos: o coronavírus.

Eu gostaria de parabenizar a atitude da Presidenta Dilma e do Congresso Nacional, quando foi aprovado o Programa Mais Médicos. O Governo anuncia agora a contratação de 5 mil médicos, através do Programa Mais Médicos, para tentar amenizar os problemas que o Brasil já enfrenta em relação ao coronavírus.

A primeira questão que eu trago é: o que seria do povo brasileiro e do nosso País se o Programa Mais Médicos não existisse? O que ocorreria se o Governo Federal não tivesse esse mecanismo para

lançar um edital e fazer contratações rápidas de milhares de médicos?

Fico aqui imaginando como está a consciência de Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que, lá atrás, à época da aprovação do Programa Mais Médicos, se posicionaram contra o programa, seguindo orientações de algumas entidades, de algumas representações de corporações médicas do nosso País.

O Brasil, neste momento, vai ter a oportunidade de provar como o SUS é essencial e necessário. O SUS não pode mais continuar sendo vítima do teto de gastos públicos, que tirou do País, que tirou da saúde, que tirou da população 19 bilhões de reais só nos últimos anos. É o SUS que vai salvar a vida dos brasileiros e das brasileiras. É o SUS que vai colocar o Brasil numa posição de referência positiva muito melhor do que a posição de um conjunto de países muito mais ricos do que o Brasil. Talvez a melhor comparação seja com o sistema norte-americano. A nação mais rica do mundo não tem conseguido dar suporte à população no combate ao coronavírus como faz o Brasil. Eu vi imagens de Washington. Na Capital norte-americana, idosos estão morrendo, idosos estão sendo atendidos dentro de contêineres, dentro de motéis alugados, sem nenhum tipo de respaldo do ponto de vista do papel que tem que ter qualquer nação em relação à saúde do seu povo, da sua gente.

Então, fica registrado aqui o nosso compromisso de colaborar, de contribuir e de aprovar, aqui no Congresso, o que for necessário para combater o coronavírus, mas vale a lembrança e, mais uma vez, o destaque da importância do Programa Mais Médicos, o qual nós teríamos que ter coragem agora de ampliar, de melhorar e de flexibilizar para que a população brasileira tivesse, de fato, em cada uma das cidades - o que hoje não acontece em 700 Municípios -, ao menos um médico morando e vivendo nas comunidades para atender o povo que mais precisa.

Fica registrado aqui este desabafo, esta lembrança dos acertos que tivemos no passado e o grande desafio e a grande responsabilidade que temos neste momento de tanto impacto do coronavírus.

Documento 58/318

33.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/03/2020-09:32
Publ.: 3/13/2020 -	DCD	EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Apreensão do orador ante a disseminação do novo coronavírus no Brasil. Elogio ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pelas ações anunciadas de enfrentamento da doença. Disponibilização de recursos de emendas orçamentárias do orador ao Ministério da Saúde para a aquisição de máquinas e equipamentos necessários à prevenção e tratamento da Covid-19.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso esta tribuna para tratar do tema em discussão em todo o planeta: o coronavírus.

Eu tenho uma experiência profissional na área de fitossanidade animal e vegetal, cuja pedagogia educa, disciplina e nos mostra que o melhor caminho é a prevenção.

O coronavírus se alastra por todo o planeta, inclusive aqui no Brasil. Quero registrar a ousadia, a atitude e a liderança do nosso Ministro da Saúde, Mandetta, sempre um Parlamentar desta Casa, pelas atitudes corajosas que estão sendo tomadas.

Naturalmente, eu quero fazer um apelo aos Parlamentares, porque, neste momento, nós temos um problema nacional, que pode fazer o Brasil parar. Precisamos suspender todas as nossas vaidades, as discussões políticas e ideológicas, porque estamos enfrentando uma situação de calamidade pública, que pode se alastrar por todo o território. Nós ainda não temos um estudo técnico sobre a velocidade de transmissão desse vírus num país tropical, como é o Brasil. A palavra é "prevenção".

No Brasil, os primeiros contágios foram por contato com pessoas que vieram infectadas de outros países. Mas, desde ontem, já começam a ser registrados casos da chamada transmissão comunitária, a transmissão interna entre pessoas do mesmo território. E há um agravante técnico, porque o vírus tem se manifestado e se mostrado presente em crianças e adultos, mas, nas crianças brasileiras, o vírus não tem apresentado os danos imediatos à saúde, como nos adultos. Portanto, isso aumenta a proliferação, aumenta a velocidade de contágio.

Os números indicam que uma pessoa infectada tem a probabilidade de infectar mais cinco pessoas, no mínimo. Isso pode nos levar a uma progressão geométrica de contágio a partir de qualquer momento. Portanto, existe uma grande preocupação.

Como eu disse ontem, quero reiterar que trabalhei fortemente na época dos casos de febre amarela. Os Parlamentares devem se lembrar disso. Algumas vezes, fui até motivo de chacota em todo o território

nacional, quando isso se alastrou por Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Nós dissemos, ainda em novembro, que tínhamos que vacinar todos os brasileiros. Infelizmente, na época, o Estado demorou a agir, a União demorou a agir. Mas depois reconheceram a situação.

Quero comunicar que já estou oferecendo ao Ministério a disponibilidade de 100% das minhas emendas parlamentares, tanto as impositivas de minha autoria quanto as de bancada, para que, se necessário for, possamos adquirir máquinas e equipamentos para atender os brasileiros.

Como o Ministro Mandetta disse, nós precisamos de uma campanha para liberar UTIs nos nossos hospitais privados, públicos e filantrópicos, para atender a população. O número de contágio pode ter um crescimento realmente monstruoso. Precisamos estar preparados com EPIs, com equipamentos, com UTIs, com respiradores nos nossos hospitais. Precisamos fazer uma grande mobilização. Inclusive, alguns hospitais do Brasil já começam a preparar os centros cirúrgicos. As UTIs já estão sendo disponibilizadas, todos já estão de plantão, mas os centros cirúrgicos também têm respiradores. É preciso fazer uma revisão do cronograma de cirurgias em todo o País, para que possamos nos dedicar aos casos emergenciais. Precisamos de máquinas, de equipamentos, enfim, precisamos de uma mobilização para atender a população deste País.

Portanto, quero registrar novamente que - fiz assim no caso da febre amarela, ainda em novembro, quando o Estado levou 120 dias para reagir e centenas de brasileiros morreram - vou disponibilizar 100% das minhas emendas, dentro dos procedimentos legais, para o atendimento da população e a prevenção deste mal que pode assolar o nosso País.

Muito obrigado.

Documento 59/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD	10:00
Publ.: DCD - 3/13/2020 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.156-A, de 2018, sobre a aprovação do texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 23 de junho de 2010. Importância da adoção, pelo Governo Federal, de

medidas para a garantia do funcionamento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Necessidade de adoção, pelo Ministério da Saúde, de ações de combate ao coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria lembrar que este projeto de decreto legislativo de cooperação do Brasil com Angola, apesar de ser de 2018, aprova o texto do acordo de cooperação que foi firmado em 23 de junho de 2010. Portanto, ele é da época ainda do Presidente Lula.

É bom lembrar que este acordo de cooperação foi firmado na época em que o Brasil tinha diplomacia, na época em que o Brasil tinha política internacional e tinha política de cooperação especialmente com os países africanos. Este decreto é desse período. Não é de agora em que há uma pessoa completamente desqualificada ocupando a cadeira de Ministro de Relações Exteriores, de um time da "família", do time dos malucos de que o Presidente da República está cercado e de que faz parte efetivamente.

Queria lembrar também que, na cooperação com Angola, foi criada pelo Presidente Lula e a Presidenta Dilma ampliou a Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira, em que metade das vagas são para alunos oriundos de Angola, Moçambique e outros países de língua portuguesa na África. Apesar de a sede ser em Redenção, no Maranhão, temos em São Francisco do Conde, na nossa Bahia, uma unidade da UNILAB.

Quero aproveitar para cobrar do Governo Federal que dê atenção à UNILAB. Sr. Presidente, 80% das obras estão paradas. Em 80% dos *campi* construídos, as obras estão paradas.

Então o Ministério da Educação precisa dar a devida atenção à UNILAB. Metade dos alunos é de fora do Brasil. Um grande trabalho está sendo feito lá por uma excelente equipe, coordenada pela Profa. Mirian. Eles estão pedindo socorro. Inclusive, na primeira oportunidade, vou levar o pedido à nossa bancada da Bahia para reforçar a todos os Parlamentares a importância de viabilizar a garantia do funcionamento da UNILAB.

Aproveitando que estamos falando em cooperação internacional, em tempos de coronavírus, ontem estivemos com o Ministro. Eu quero cobrar aqui publicamente medidas importantes que ainda não foram tomadas: a proibição da exportação de equipamentos de proteção individual enquanto durar a epidemia - está faltando máscara no mercado -; o tabelamento desses produtos. Uma caixa de máscaras

que custava 4,70 reais em Salvador foi vendida, na semana passada, a 160 reais. Foram aprovados na Comissão, encaminhamos ao Ministro, o tabelamento e o impedimento de exportação desses produtos.

Da mesma forma, o Ministério da Saúde tem que fazer uma compra emergencial de equipamentos para abrir novos leitos de terapia intensiva. Na Itália agora está sendo evidenciado isso: 5% de pacientes críticos precisam de ventilação, precisam de monitoramento.

Portanto, o Ministério da Saúde não pode esperar que a epidemia amplie os casos, porque as nossas unidades de terapia intensiva, que já vivem superlotadas com a epidemia da violência, com a epidemia dos acidentes de trânsito, com as complicações das doenças crônicas, não vão suportar a demanda que, com certeza, será oriunda dessa ocorrência.

Então, o Ministério da Saúde precisa fazer alguma coisa.

É imperativo que o Governo de Bolsonaro, que ontem chegou a dizer que estão exagerando ao falar da epidemia, deixe de fazer suas palhaçadas para desviar a atenção pública e tome as devidas providências.

Com certeza, o Tribunal de Contas vai concordar com o fato de que, em uma situação emergencial como esta, não se pode esperar por um processo de longo prazo. É necessário comprar equipamentos para dotar pelo menos mais mil novos leitos de terapia intensiva na rede SUS em todo o País. Foi isso que foi feito na época do H1N1 pelo Governo e pelo Ministério da Saúde.

Obrigado.

Documento 60/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD 10:20	
Publ.: DCD - 3/13/2020 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão da Presidência de cancelamento de sessão solene em face da epidemia do coronavírus. Agradecimento pelo convite recebido para participação no seminário Bibliotecas: Inspiração, Conexão e Engajamento, iniciativa de extrema importância para a consolidação das atividades culturais da Câmara dos Deputados.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós tínhamos uma sessão solene de homenagem para hoje, mas não foi possível realizá-la. Nós pedimos desculpa, mas, em virtude de questões relacionadas ao coronavírus, o Presidente da Casa tomou uma decisão sábia. Por isso, não pudemos realizar a sessão solene.

Hoje a Biblioteca da Câmara dos Deputados realizaria um seminário no qual receberia representantes de outros países. Portanto, neste momento, registro a manifestação que eu faria no seminário, em nome do Partido dos Trabalhadores.

Em primeiro lugar, agradeço o convite para participar do seminário *Bibliotecas: Inspiração, Conexão e Engajamento*, iniciativa de extrema importância para a consolidação das atividades culturais nesta Casa. Vivemos um mundo em rápida transformação, com uma nova dinâmica, o que torna urgentes iniciativas quanto ao futuro que esperamos.

A construção de uma agenda positiva, conforme proposto em 2010 pelas Nações Unidas para a Agenda 2030, apela para o envolvimento e para a cooperação de todos os cidadãos do mundo pela concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável centrados nas pessoas, na prosperidade, na paz, nas parcerias e no planeta.

Questão transversal destes objetivos é o acesso à informação para a implementação de qualquer um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apontando as bibliotecas como fortes parceiras no apoio a todas as áreas do desenvolvimento sustentável.

Assim, proponho uma reflexão: o que a literatura e os livros têm a ver com esta necessidade urgente para a compreensão do mundo? Para entendermos esta questão, precisamos compreender o papel não apenas da arte, mas também do conhecimento e dos livros como agentes transformadores, o que possibilita a quebra dos muros da intolerância e da desigualdade, para alcançarmos um novo mundo. Ao despertar as emoções, passamos a compreender que as angústias, as alegrias, as realizações e os medos são fruto de um mundo repleto de possibilidades e que os livros possuem papel fundamental na evolução do que somos e para onde vamos.

Estas pontes são construídas por iniciativas, além das ações governamentais, seja por agentes da leitura, por bibliotecas livres e independentes, seja por aqueles que acreditam que é por meio do conhecimento que são abertas as portas e atravessadas as pontes. Passamos a perceber que, através dos livros, construímos sonhos

reais em espaços até então hostis e ampliamos as conexões e as possibilidades para um futuro melhor.

Necessitamos urgentemente de transformações. E é da máxima importância demonstrar e dar visibilidade aos contributos das bibliotecas, dos bibliotecários, dos literatos e da quebra destes muros que impossibilitam o acesso à leitura.

Na última década, foram implementadas ações que ilustram este cenário, mediante iniciativas que compartilho com os senhores. No Rio de Janeiro, temos Raíssa Luara de Oliveira, conhecida como Lua, quem tem 12 anos. Ela comanda uma biblioteca na Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana. O projeto, batizado de Mundo da Lua, existe desde outubro do ano passado e hoje estima ter mais de 10 mil livros, em compartilhamento com as demais comunidades do Rio de Janeiro, contribuindo para a rotina da comunidade e daqueles que não possuem fontes de acesso ou recursos.

"Quero distribuir educação e cultura. Meu sonho é ver a porta da senzala aberta", diz Raíssa Lua.

Outra iniciativa que amplia o acesso à literatura afro-brasileira e feminista é a Livraria Africanidades, com o incrível trabalho da bibliotecária e empreendedora Ketty Valêncio, que foca suas atividades com pioneirismo em uma literatura essencialmente feminina e afro-brasileira, lançando um clube de assinantes, tendo como primeira curadora a escritora Jarid Arraes. O tema do *kit* é a resistência negra.

Outro tema fundamental são as bibliotecas livres e independentes, que possuem como objetivo ampliar as iniciativas de bibliotecas comunitárias, livres, e repensar com o público o papel das bibliotecas públicas, além de divulgar centenas de iniciativas maravilhosas de incentivo à leitura pelo Brasil e pelo mundo, para que estes espaços estejam abertos e disponíveis de forma gratuita para quem precisa utilizá-los.

Esta transformação deve vir por nossas atitudes.

Por esta razão, devemos ampliar, defender e garantir o acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas no nosso País.

Saúdo a Biblioteca da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 61/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD 10:44
Publ.: DCD - 3/13/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	GLAUBER BRAGA-PSOL -RJ DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Disposição da bancada do PSOL para votação de proposições destinadas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, com vista ao atendimento da população brasileira frente à pandemia do coronavírus. Despreparo do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ontem, ocorreu uma reunião do Plenário nº 1, da Câmara dos Deputados, em que o Ministro da Saúde demonstrou a gravidade relacionada ao reconhecimento de pandemia do coronavírus e os efeitos disso no Brasil e a necessidade inclusive de uma preparação pela gravidade dos acontecimentos.

Nós, da bancada do PSOL, e eu estou aqui do lado da nossa Líder Fernanda, eu não tenho dúvida disso, estamos dispostos a votar qualquer tipo de medida de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, para que possamos ter o atendimento devido em relação a uma questão de tamanha gravidade.

Agora chamaram a atenção também na reunião duas coisas: em primeiro lugar, o despreparo do Ministro da Economia, quando confrontado sobre quais eram as medidas de curto prazo estavam sendo adotadas para diminuir os efeitos sociais desta crise, que não respondeu; e, em segundo lugar, a tentativa de fazer chantagem para a aplicação da agenda ultraliberal, utilizando-se de uma crise tão grave. Isso nós não vamos aceitar.

Documento 62/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD 10:52
Publ.: DCD - 3/13/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	JORGE SOLLÁ-PT -BA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Rejeição do Veto Total nº 55, de 2019, aposto ao Projeto de Lei nº 55, de 1996,



do Senado Federal, (nº 3.055, 1997, na Câmara dos Deputados), sobre alteração da Lei nº 8.742, de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), com vista à elevação do limite de renda familiar per capita para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Expectativa de revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos governamentais na área social. Recusa, pela equipe econômica governamental, de tabelamento de produtos essenciais para combate ao coronavírus. Desestruturação do patrimônio público pelo Governo Federal.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Primeiro, eu quero mais uma vez parabenizar todos os Parlamentares. Ontem tivemos aqui a possibilidade, com o voto da maioria do Senado e da Câmara, de derrubar o veto criminoso do Presidente Bolsonaro a uma política tão importante, que precisa ser expandida, como é o BPC.

No raciocínio do Governo Bolsonaro e sua equipe econômica - na verdade, equipe econômica dos banqueiros -, destinar mais dinheiro para a população pobre é ganância. Era o que eles diziam dos Governos do PT, quando ampliamos enormemente a capacidade de os impostos arrecadados voltarem para a maioria da população brasileira. E, desde que tiraram a Presidenta Dilma com golpe de Estado, todas as políticas, no Governo Temer e agora com o Bozo e sua quadrilha, são para tirar dinheiro que ia para a população através de políticas públicas, de saúde, educação moradia, e carrear para a elite econômica deste País. Tudo é nessa direção, destruindo direitos trabalhistas, destruindo direitos previdenciários, congelando por 20 anos os recursos das políticas públicas - e é bom lembrar que congelar os recursos da saúde mata, mata. Nós vamos enfrentar agora a epidemia e, se não forem liberados recursos para a rede se preparar, nós não teremos condição de fazer o devido enfrentamento. Espero que tenham o bom senso de derrubar o congelamento da saúde quando estivermos em uma situação de enfrentamento dessa epidemia.

Nós conseguimos que aquela população que ganha entre um quarto de salário mínimo e meio salário mínimo *per capita* - passem vocês, um quarto de salário mínimo e meio salário, quem ganha menos de meio salário mínimo *per capita* - possa ter direito ao BPC. Mas a ação criminosa de Bolsonaro, Paulo Guedes e companhia é na direção contrária. Tentaram acabar com essa medida, e nós conseguimos derrubar. Então, quero parabenizar todos os Parlamentares.

E mais uma vez essa equipe econômica já foi para a mídia hoje dizer que não vão aceitar fazer tabelamento dos produtos mais essenciais no combate à epidemia do coronavírus. Já deram declaração, Deputada Benedita da Silva, de que o Governo e a sua equipe econômica não

vão aceitar tabelar o preço desses produtos, como álcool gel, máscara, luva.

Mas é claro. Essa é a natureza deles. Para esses liberais ao extremo, é o deus do mercado, para eles é a oportunidade de os amigos deles ganharem mais dinheiro. Estão pouco se lixando para a maioria da população. Infelizmente, esse Governo e essa equipe econômica não vieram para atender aos interesses da maioria da população. Muito pelo contrário, é a rapinagem comendo solta, para destruir o patrimônio o mais rápido possível; o dólar já passou de 5 reais; e os comparsas multinacionais estão adorando, Deputada Erika, porque vão comprar as refinarias custando menos 25% do que valeriam se tivessem sido vendidas no passado. É a rapinagem, a bandidagem destruindo o patrimônio, é chicote no lombo do trabalhador; destruição de direitos, destruição do patrimônio, entrega às multinacionais do patrimônio conquistado a duras penas. E agora estão torrando as reservas internacionais do Brasil. Nos Governos do PT, nós fizemos uma reserva gigantesca de dólares. E o Governo Bolsonaro, em 15 dias, já torrou mais de 42 bilhões. Não pode dar 20 bilhões a mais para o BPC, mas 200 bilhões viraram pó nesses últimos 15 dias.

Documento 63/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD	11:00
Publ.: DCD - 3/13/2020 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação ao pronunciamento de Deputado a respeito do PT. Suspensão de encontro internacional do Conselho Mundial pela Tolerância e Paz, e do 25º Encontro Estadual do Conselho de Mandato, em face da epidemia de coronavírus.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro eu gostaria de pedir ao nobre Deputado que acabou de falar que respeite este Parlamento. Não houve uma votação do PT, mas da maioria desta Casa. Respeite o Parlamento, por favor! (*Palmas.*)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu recebi neste momento uma carta do Conselho Mundial pela Tolerância e Paz - inclusive faço parte desse Parlamento internacional -, assinada pelo Sr. Ahmed bin Mohammed Al-Jarwan, que diz respeito a um encontro internacional programado para ser realizado na Colômbia, no final de março. Esse

encontro foi suspenso diante da crise internacional da saúde provocada pelo coronavírus, que é de tamanha gravidade.

Sr. Presidente, no próximo dia 14 de março está programado o 25º Encontro Estadual do Conselho de Mandato. Este Conselho é formado por cerca de 500 pessoas. Já estou informando aos conselheiros e às conselheiras do Estado de São Paulo que estamos também suspendendo este evento, diante da gravidade do coronavírus.

O Ministério da Saúde, às 11h, divulgará quantos casos suspeitos há em São Paulo, onde até ontem havia 903 casos suspeitos; no Brasil, 71 já confirmados e no Estado de São Paulo, 46 pessoas confirmadas. Isso é muito grave. Por essa razão, estamos suspendendo a assembleia do nosso 25º Encontro Estadual do Conselho do Mandato.

Seguindo as preocupações do Ministério da Saúde e de todos os profissionais de medicina, eu gostaria de ressaltar aqui três recomendações: lavar as mãos com frequência, com água e sabão ou então higienizá-las com álcool gel 70%; ao tossir ou espirrar cubra o nariz e a boca com lenço ou com o braço, mas não com as mãos; evitar tocar olhos, nariz, boca com as mãos não lavadas. Ao tocar, lave sempre as mãos, como já indicado.

Este caso é seriíssimo, Sr. Presidente, tanto é que Organização Mundial de Saúde já determinou como uma pandemia. Qual é a nossa maior preocupação? É com o povo mais pobre, que não tem os mesmos níveis de informação, as mesmas condições de se proteger.

Isto é grave e devemos, portanto, respeitar todas as orientações. Reafirmo aos meus companheiros e companheiras, aos conselheiros do mandato que estão suspensas as nossas atividades no próximo sábado.

Obrigado.

Documento 64/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-12/03/2020-
	CD	11:08
Publ.: DCD - 3/13/2020 -	GASTÃO VIEIRA-PROS -MA	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura do Ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião de cúpula do Governo Federal e do Poder Legislativo para debate de medidas de

combate à pandemia do coronavírus.

O SR. GASTÃO VIEIRA (Bloco/PROS - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem nós tivemos a oportunidade de participar de uma reunião com o Presidente do Senado, com o Presidente da Câmara, com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, com o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com o Ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, enfim, com toda a cúpula do Governo e do Legislativo.

Alguns se espantaram e eu fiquei impactado com a maneira como o Ministro Mandetta colocou claramente a gravidade da crise de saúde que nos atinge. Ela nos atinge, digo até assim, mas ela é muito mais cruel com os idosos. É em cima dos idosos que se dá a maior mortalidade. Ele acrescentou um dado que deixa todos nós preocupados. O protocolo requer que a intubação do paciente seja a maneira mais rápida e mais eficaz de evitar o óbito desse paciente.

E aí, Sr. Presidente, em seguida, vem o Ministro Paulo Guedes. Primeiro, ele começa a dar uma aula de que o mundo está assim (*faz movimento ascendente com a mão*), o Brasil está assim (*faz movimento descendente com a mão*), e, com essa crise toda, o mundo está assim (*faz movimento descendente com a mão*), e o Brasil começa a ficar assim (*faz movimento ascendente com a mão*).

Por coincidência, naquele mesmo momento, o Presidente Trump, que comanda uma das economias mais fortes do mundo, vai à televisão e toma medidas econômicas pontuais, aumentando, ampliando o crédito, dando uma espécie de bolsa para aqueles que vão ficar em quarentena, diminuindo os impostos das empresas e dilatando o prazo de pagamento dessas empresas, então tomando um conjunto de medidas que a Itália está tomando e outros países também.

Vou concluir, Sr. Presidente. A economia do Brasil está travando. Se a economia travar, a arrecadação vai cair. Se a arrecadação cair, o Governo vai ter de encontrar formas alternativas para ampliar o crédito, para aumentar o Fundo de Garantia e liberar por 3 anos antecipadamente, para isso servir de garantia às pessoas que precisam de dinheiro. Nós precisamos pôr dinheiro na mão da população. Isso é rápido. Isso é urgente.

O Ministro Paulo Guedes não sei em que mundo vive. Ele é tão otimista que, provavelmente, os dólares que tem não está jogando na Bolsa e está vendendo rapidamente.

Portanto, fiquei muito chateado de ver o Ministro nos tratar como seus alunos ou como crianças. Essa gripe é grave, é gravíssima. Eu fui

Ministro do Turismo. O setor aéreo vai demitir em massa. E o Governo não diz o que vai fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela benevolência de V.Exa.

Documento 65/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD	11:24
Publ.: DCD - 3/13/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	GUIGA PEIXOTO-PSL -SP DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pelas ações adotadas de combate à pandemia do coronavírus. Apoio ao Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. GUIGA PEIXOTO (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Márcio Marinho e nobres pares, eu quero dizer algo para todos os senhores, principalmente para o pessoal que tem viés da Esquerda e tem a visão de que o Governo Bolsonaro vai mal.

Desde ontem, quando a OMS decretou pandemia para o novo coronavírus, os mercados mundiais desabaram, e de uma forma muito grave. Aqui no Brasil não poderia deixar de acontecer também. Houve, nesta semana, por três vezes, o *circuit breaker*, que suspende as operações do mercado financeiro por alguns minutos até que os ânimos se acalmem, a fim de evitar o efeito manada.

Porém, eu venho aqui ressaltar, sem dúvida alguma, o belíssimo trabalho do Ministro Mandetta, juntamente com o nosso competente Capitão Jair Messias Bolsonaro, no combate ao coronavírus.

Parabéns, Ministro Mandetta! Para mim, a cada dia sobe mais o seu conceito!

Agora, dizerem nesta Casa que é só o Brasil que sofre, que é só o Governo Bolsonaro que está errado é mentira. A crise é mundial - é mundial! Parem de fazer discursos pífios, frouxos, fracos! Nós temos, sim, que apoiar o nosso Ministro, o nosso Presidente, pois com certeza em breve haverá uma vacina para sanar essa epidemia. Não é possível vocês condenarem uma pessoa que nada tem a ver com isso!

Jair Bolsonaro, estamos juntos sempre por um Brasil sério, um Brasil justo, um Brasil de recompensas com compromisso com a saúde

pública!

É isso que eu vejo, Presidente. Não é possível nós pensarmos num Brasil cuja Esquerda só vem aqui para retalhar e esquece os últimos 12 anos, 16 anos de Governo do PT, um Governo fraco e fajuto.

Eu queria ressaltar ainda o belíssimo discurso que o nosso Presidente fez nos Estados Unidos. Os americanos, que estavam acostumados a ouvir discursos de Dilma Rousseff e discursos de Lula, agora ouviram um discurso humilde, porém verdadeiro, o que mostra que o Brasil está, sem dúvida alguma, no caminho certo.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 66/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD	11:52
Publ.: DCD - 3/13/2020 -	CÉLIO MOURA-PT -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Natureza irresponsável da convocação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de manifestação popular em face da ocorrência de pandemia de coronavírus. Solidariedade aos países atingidos pela doença. Falta de estrutura da área de saúde do Estado do Tocantins para enfrentamento do coronavírus. Importância de fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos preocupados com a pandemia que assola o mundo e que começa a chegar ao Brasil, inclusive aqui no Distrito Federal.

Nós sabemos que o Presidente da República está convocando o Brasil inteiro para um ato no dia 15. Isso é uma irresponsabilidade! Se essa pandemia assolar o Brasil, a responsabilidade será do Presidente da República. Enquanto vários países estão fechando as suas fronteiras, o Presidente da República, num gesto que não é normal, convoca a população para uma manifestação, com o objetivo de fechar o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

E aqui eu gostaria de me solidarizar com todos os países do mundo que sofrem com o coronavírus, em especial com a Itália, país que está sofrendo muito atualmente. O momento é de responsabilidade e de grandeza, Sr. Presidente, por parte dos agentes públicos diante deste

problema que está afetando a vida de todos os brasileiros. O pânico e o terror não são os melhores remédios para um momento como este, e os agentes públicos têm que trabalhar com mais responsabilidade.

Sr. Presidente, no Estado do Tocantins, os nossos 18 hospitais regionais sofrem com a falta de equipamentos, de médicos e de remédios, e nós sabemos que, quando essa pandemia chegar ao Tocantins, muitas dificuldades vão acontecer.

Queremos também dizer que a tendência é a de que esta pandemia atinja todo o território nacional, principalmente a população mais pobre. A maioria dos casos até agora é de pessoas de classe média alta que foram para a Europa, mas, quando chegar aos pobres, às prisões deste País, nós teremos uma calamidade. Isso é o que se espera. E todos temos essa preocupação.

Eu acredito que Deus vai ser o nosso socorro. E, se isso acontecer no Tocantins, vai ser uma calamidade. Lá em Araguaína, Sr. Presidente, nós temos uma UPA - Unidade de Pronto Atendimento, instalada há 10 anos pelo Presidente Lula, e o Prefeito da cidade, irresponsavelmente, não a coloca para funcionar. Se o coronavírus chegar a Araguaína, nós não teremos hospitais suficientes para garantir o tratamento.

E, por último, Sr. Presidente, eu quero dizer que chegou o momento de demonstrar a necessidade de este País reverenciar o SUS. Sem o SUS, nós estaríamos numa situação de calamidade total. A sorte do Brasil é que nós ainda temos o SUS, do qual este Governo tenta tirar a força.

Portanto, eu concludo dizendo a todo o povo brasileiro que nós Deputados Federais temos que pedir aos agentes públicos que tenham consciência da sua responsabilidade neste momento. Nós já superamos várias epidemias neste País e, dessa vez, iremos superar o coronavírus.

Sr. Presidente, eu gostaria que esta minha fala fosse divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 67/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD	11:56
Publ.: DCD - 3/13/2020 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apreensão ante a disseminação mundial do coronavírus. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante da gravidade da doença. Desqualificação do Presidente da República. Repúdio ao discurso do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a favor das reformas e das privatizações.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero reforçar o que o Deputado Célio Moura colocou e dizer que a preocupação com o alastramento do coronavírus é muito grande não apenas no Brasil, mas também no mundo, já que o resultado tem sido extremamente negativo do ponto de vista da saúde pública e, é claro, da economia.

Mas é preciso reagir, ter um plano para que isso não vire algo fora do controle. A primeira coisa é fazer com que o Presidente Bolsonaro feche a boca, porque ele foi o primeiro a dizer que isso era uma "fantasia", "um exagero da imprensa". Se o Presidente, como comandante do País, diante de algo tão sério, desfaz de um processo tão grave, é porque nós estamos sem comandante ou estamos com o comandante guiando o navio para o lado errado. Aliás, como disse o Deputado Célio Moura, ele foca tão errado no processo de andamento do combate ao coronavírus que agora quer fazer, no dia 15, o "ditadura vírus". Ele chama o seu povo para ir às ruas falar contra o Congresso e o Supremo. Ou seja, o País se acabando, desmanchando, a economia...

Presidente, eu não sei se V.Exa. soube, mas, por duas vezes, a Bolsa hoje parou e o dólar passou dos 5 reais. E o Presidente da República, em vez de ver seriedade nisso, quer por fogo no Brasil. Ele pega a gasolina que está lá jogada e risca um fósforo para ver se pega bastante fogo, achando que assim vai resolver o problema do Brasil. Nunca vi um Presidente tão desqualificado como este Bolsonaro. Ele surpreendeu para baixo, embora já soubéssemos que ele seria ruim.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: o dólar chegou a 5 reais. Diz Paulo Guedes que ele chegaria a 5 reais se fosse feita muita besteira. Estas foram as palavras do Sr. Paulo Guedes: "*Se fizerem muita besteira, ele chega a 5 reais*". Ele já chegou a 5 reais. Isso significa que besteiras estão sendo feitas. E o principal fazedor de besteira é exatamente Paulo Guedes e seu Governo. Com a Bolsa fechada, vamos ter recessão. E qual é o remédio que Paulo Guedes receita para o Brasil? Mais reformas! Ontem ele veio aqui e disse: "*Agora é desvincular o dinheiro da saúde e da educação*", ou seja, tudo dele é reforma e privatização. É o mesmo discurso para tentar impor ao povo brasileiro o remédio que está matando o paciente, e ele aumenta a dose.

Sr. Presidente, nós precisamos mudar o rumo disso. O Congresso tem

essa responsabilidade. Mas, para que tenha essa responsabilidade, temos que dar um basta em Bolsonaro. O Bolsonaro vai testando. Agora, ele quer fazer o "ditadura vírus", chamando os seus radicais para combater o Congresso em vez de pacificar a democracia no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 68/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD 12:08	
Publ.: DCD - 3/13/2020 -	ALINE SLEUTJES-PSL -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Equívoco de pronunciamentos de Deputados a respeito da realização de manifestações públicas no dia 15 de março de 2020. Apelo a líderes ativistas e ao povo brasileiro de reexame da promoção de movimentos populares em face da epidemia de coronavírus.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, gostaria de dizer que a fala equivocada de alguns Deputados sobre as convocações de manifestações para o dia 15 em todo o Brasil não é um apelo nem uma determinação nem um convite do nosso Presidente Bolsonaro. Trata-se de um apelo da população brasileira, que quer mostrar nas ruas, nas praças, nos lugares onde pretendem se reunir, o apoio à governabilidade do nosso Presidente Bolsonaro, às metas dos trabalhos e dos programas que estão sendo realizados.

Em relação ao coronavírus, ontem tivemos uma reunião bem intensa. Dela participaram o Ministro Luiz Henrique Mandetta, o Ministro Paulo Guedes, o Ministro Luiz Eduardo Ramos, o Ministro Jorge Oliveira, o Presidente desta Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado, o Presidente do Banco Central. Na ocasião, falou-se sobre diagnósticos, perspectivas e problemas enfrentados no mundo em relação ao coronavírus. Falamos especialmente do Brasil.

Realmente a população brasileira precisa repensar. É um momento em que precisamos inclusive falar com os nossos líderes, os ativistas, para que repensem as mobilizações do dia 15, pensando mais hoje no efeito da questão da saúde pública. Digo isso porque, se realmente essa epidemia acontecer no Brasil com a mesma força que aconteceu na China, no Japão, na Itália e em tantos países, pois hoje o vírus está

mundialmente alastrado, teremos grandes problemas.

O Ministro Mandetta requereu ontem 5 bilhões para que, numa eventual situação de risco, no caso de o número de pessoas infectadas pelo coronavírus espalhar-se neste País, tenhamos recursos suficientes para dar ênfase à qualidade do atendimento do Sistema Único de Saúde.

Então, faço aqui um apelo para que repensemos essas mobilizações. Reforço que não foi um convite nem uma determinação do Presidente Bolsonaro para que a população fosse às ruas. Mas, enquanto Deputada da base e Vice-Líder do Governo, registro a minha preocupação com o fato de estarmos nesses manifestos, no final de semana, nessa aglomeração, colocando em risco a saúde de mais pessoas.

Sabemos que já há mais de 60 casos confirmados no Brasil. Isso pode mudar dia a dia, triplicar, quadruplicar, virar centenas e milhares de brasileiros contaminados.

Fica o meu apelo aos líderes ativistas no sentido de que repensem as manifestações do dia 15.

Documento 69/318

33.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/03/2020- CD 12:16
Publ.: DCD - 3/13/2020 - PATRICIA FERRAZ-PODE -AP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Adoção, pelo Parlamento brasileiro, de plano de ação destinado ao fortalecimento da rede pública de saúde no Estado do Amapá e no Brasil, para enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. PATRICIA FERRAZ (PODE - AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sra. Presidente.

Nós estamos passando por uma crise no nosso País, chamada "coronavírus". As Bolsas despencaram, o dólar disparou.

Ontem tivemos uma reunião com o Ministro Paulo Guedes, da Economia, e com o Ministro Luiz Henrique Mandetta, da Saúde, aqui na Câmara dos Deputados. Eles nos passaram uma situação alarmante. A OMS - Organização Mundial da Saúde já declarou

pandemia mundial. O Presidente Donald Trump já fechou o espaço aéreo americano para voos provenientes de países da Europa. Como nós vamos receber esse coronavírus?

No Amapá ainda não há nenhum caso confirmado, graças a Deus, mas já há casos na Guiana, que faz fronteira com o nosso Estado. Já foi solicitada a ajuda da Força Nacional de Segurança Pública. Precisamos fechar a fronteira entre o Amapá e a Guiana. Nós não temos estrutura, Sra. Presidente, para enfrentar uma calamidade como essa.

Temos que transferir os recursos dos PLN, os recursos das emendas impositivas para a saúde, precisamos reestruturar e fortalecer o nosso sistema básico de saúde, para atender o cidadão. As pessoas já estão com medo. Já não há mais máscaras e álcool em gel nas farmácias. Nós precisamos orientar as pessoas sobre como se comportarem. O Ministro disse que não é viável suspender as aulas e deixar as crianças em casa neste momento, que é melhor mantermos uma rotina normal, mas, quando chegamos hoje a esta Casa, percebemos que já foi editado um decreto sobre a restrição da entrada de pessoas. Tudo já está sendo restrito. O que vamos fazer? Eu sugiro a instalação de um comitê de crise, para estabelecer ações rápidas.

Convoco a bancada do Estado do Amapá para nos unirmos. Este não é o momento de defender cor partidária, esta não é a hora de discussões políticas, esta é a hora de nos unirmos pelo povo do Amapá, pelo povo do Brasil. Solicito à nossa bancada que se una para construir um plano de ação, porque sabemos da estrutura da nossa rede pública de saúde, do Amapá e do Brasil. Sabemos o que temos e o que não temos. Então, esta é a hora da união, porque um vírus pode matar milhares de brasileiros. Nós temos que agir como Parlamentares, como cidadãos, como pessoas de bem.

Era esse o meu registro.

Obrigada.

Documento 70/318

33.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	12/03/2020-12:20
Publ.: 3/13/2020 -	DCD	PATRICIA FERRAZ-PODE -AP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Apreensão da oradora ante a disseminação do coronavírus no Brasil. Importância de divulgação de informações sobre as medidas de prevenção da Covid-19.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA PATRICIA FERRAZ.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, novecentos e trinta (930) é o número de casos suspeitos do novo coronavírus no Brasil. Destes, 30 foram confirmados. Os dados são do Ministério da Saúde e foram divulgados na segunda-feira. São mais de 114 mil pessoas afetadas em 115 países no mundo. São mais de 4 mil mortes, e os números não param! Precisamos estar cada vez mais atentos, pois a infecção pode ser semelhante a uma gripe comum ou apresentar-se como doença mais grave, como a pneumonia.

O Ministério da Saúde está trabalhando para reforçar sua capacidade de atendimento nas unidades de saúde da família e também providenciando a ampliação de leitos de UTI. É importantíssimo que façamos uma corrente para divulgar as informações corretas sobre sintomas, prevenção e cuidados que a população deve ter, até para evitar que as pessoas procurem os hospitais que possuam uma grande circulação do coronavírus.

A orientação é que apenas pessoas com febre persistente e com desconforto respiratório que abranja coriza, tosse ou falta de ar, e que tenham mantido contato nos últimos 14 dias com pessoas que estiveram em países onde houve casos de transmissão da doença procurem as unidades de saúde.

No dia a dia é importante que mantenhamos medidas básicas de higiene, como lavar as mãos com água e sabão, utilizar lenço descartável para higiene nasal, cobrir o nariz e a boca com um lenço de papel quando espirrar ou tossir e jogá-lo no lixo, evitar tocar olhos, nariz e boca sem que as mãos estejam limpas. São orientações básicas, mas que ajudam a evitar uma série de doenças.

Muito obrigada.

35.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020-
CD 18:32
Publ.: DCD - 3/18/2020 - ISNALDO BULHÕES JR.-MDB -AL
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PARECER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Resolução nº 11, de 2020, sobre a instituição, no âmbito da Câmara dos Deputados, do Sistema de Deliberação Remota, medida excepcional destinada à viabilização do funcionamento do Plenário durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se de projeto de resolução que institui votação remota e tem, sem dúvida, apelo social e acima de tudo preza pela segurança da saúde, num momento de crise que vive todo o mundo, em função do coronavírus.

Designado para falar pela Comissão de Constituição e Justiça, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de resolução.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação.

Documento 72/318

35.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020-
CD 18:36
Publ.: DCD - 3/18/2020 - JORGE SOLLÁ-PT -BA
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Resolução nº 11, de 2020, sobre a instituição, no âmbito da Câmara dos Deputados, do Sistema de Deliberação Remota, medida excepcional destinada à viabilização do funcionamento do Plenário durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19). Insuficiência dos recursos destinados à área da saúde para enfrentamento da epidemia de coronavírus no Brasil. Compromisso de atuação parlamentar em prol da ampliação da capacidade de financiamento do Sistema Único de Saúde - SUS. Homenagem aos trabalhadores do setor.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o PT vota "sim", mas queremos deixar claro que a previsão estabelecida neste momento de disponibilidade de recursos não será suficiente para dar conta do imenso desafio que será para o Sistema Único de Saúde. Mais do que nunca, a população brasileira está reconhecendo o patrimônio que é o Sistema Único de Saúde, a importância de termos um sistema de saúde universal escrito na Constituição como direito de toda a população brasileira. A situação que nós estamos vivendo neste momento é completamente diferente de países como os Estados Unidos, que não dispõem dessa prerrogativa constitucional. Esse patrimônio precisa ser zelado, e não podemos permitir que os recursos para a saúde continuem congelados. Iremos não só aprovar esse projeto, votando "sim" pela liberação desses recursos, como estaremos lutando para ampliar a capacidade de financiamento do Sistema Único de Saúde e continuar na luta para desbloquear, descongelar os recursos do Sistema Único de Saúde, porque não financiar a saúde mata. E defender a saúde pública é a defesa da vida, a defesa da população brasileira.

Eu quero parabenizar todos os partidos, a V.Exa., Presidente, pela aprovação deste projeto. Mas, insisto, vamos precisar fazer mais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Concordo.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - E tenho certeza de que contaremos com o apoio de V.Exa. nas próximas semanas para ampliar o financiamento do Sistema Único de Saúde.

E quero parabenizar todos os colegas profissionais de saúde que estão na trincheira em defesa da saúde, em defesa da vida, e estão com certeza exercendo no dia a dia de forma responsável, solidária, a participação em cada serviço, em cada unidade de saúde, buscando dar o melhor na assistência à saúde da nossa população.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 73/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD 18:40	
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Sugestão à Presidência de adiamento da votação do Projeto de Resolução nº

11, de 2020, sobre a instituição, no âmbito da Câmara dos Deputados, do Sistema de Deliberação Remota, medida excepcional destinada à viabilização do funcionamento do Plenário durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria propor que esse projeto ficasse para amanhã. Temos ressalvas. Não discordamos da necessidade da discussão sobre isso. Porém, o projeto deixa solta a exportação sem a garantia da compra pelo Governo, localmente, ou, tampouco, que isso seja de acordo com a necessidade ou a definição do Governo. Eu acho que precisaríamos amarrar mais alguns pontos no projeto. Do jeito que ele está hoje...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Nós estamos em construção da nossa votação remota. Eu não sei se amanhã nós vamos ter o mesmo quórum que nós temos no dia de hoje, Deputado.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Mas eu acho que, se votarmos o projeto como ele está hoje, vamos proibir exportação de produtos que nem sabemos se vamos necessitar deles realmente ou se eles serão comprados pelo Governo ou pela iniciativa privada. Como está escrito o projeto agora, estamos proibindo sem garantia disso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Esses produtos foram encomendados exatamente para o enfrentamento da crise em outros países.

Documento 74/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:40
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados de aprovação do Projeto de Lei nº 668, de 2020, sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Exatamente, Presidente.

Inclusive, eu queria deixar claro que esse projeto surgiu na Comissão

Externa de acompanhamento do coronavírus a partir de um estudo que nós fizemos, que mostrou que, por exemplo, máscaras cirúrgicas eram vendidas em novembro a R\$4,70 numa caixa com 50 unidades.

Hoje, em Salvador, o Deputado que está aqui ao lado pode comprovar, está a 160 reais, e para quem encontra.

Nós fizemos o levantamento com as distribuidoras, fizemos o levantamento com o setor produtivo e chegamos à conclusão de que o problema é que a exportação foi feita. A produção nacional existe, tem capacidade de atender a nossa necessidade, mas, de forma irresponsável, exportaram, desabasteceram o mercado nacional e estão se aproveitando disso com o sobrepreço.

Então, nós precisamos votar. Houve acordo. Peço a compreensão de todos os Líderes - houve acordo. É fundamental para a proteção, para a prevenção e para a assistência que tenhamos luva, avental, máscara descartável, álcool gel. Não podemos permitir...

Nós assumimos o compromisso de revogar essa medida a qualquer momento, quando não houver mais a necessidade. É uma medida temporária. Aqueles que defendem o mercado liberal não estão sendo comprometidos, porque é uma medida temporária, para enfrentarmos a epidemia e garantirmos prevenção e assistência necessária a nossa população.

Muito obrigado.

Documento 75/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:44
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 668, de 2020, sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a União Europeia acaba de adotar essa mesma medida. Portanto, não se trata de uma invenção da roda pelos brasileiros, o que, ainda assim, poderia ser muito bom. Mas, nesse caso, nós temos um exemplo que acaba de ser divulgado pela União

Europeia, que proibiu a exportação de todo material necessário para atender aos europeus no enfrentamento dessa crise. Portanto, é uma medida de bom senso. Aqui nós estamos cuidando da saúde e da vida dos brasileiros. Vamos deixar as nossas diferenças para depois da superação dessa crise.

Vamos votar o projeto, Presidente.

Documento 76/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD 18:44
Publ.: DCD - 3/18/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Conveniência de aperfeiçoamento do texto do Projeto de Lei nº 668, de 2020, sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, deixo claro o nosso posicionamento, que não tem nada a ver com o que os Deputados que me precederam falaram. Nós não estamos contra a medida, só estamos questionando o texto. Não é o mérito, não é a discussão, é apenas o texto como está.

Não vamos obstruir. Colocamos aqui claramente que gostaríamos de aprimorar o texto para garantir que não vamos deixar de exportar aquilo de que não necessitamos. Se deixarmos de exportar, poderemos até criar uma crise econômica maior para esse setor, porque a empresa não vai poder mais produzir e vai deixar de haver emprego, por algo que não vamos comprar aqui internamente.

Estamos num momento de discussão também de medidas econômicas. Isso traz impacto também para a economia, caso o produto não seja comprado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deputado Paulo, eu vou resolver o seu problema.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Então, é só a questão do texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Pode deixar.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Não é questão de mérito. Não

tem nada de liberalismo - nada disso. Nós estamos tentando aqui chegar a um acordo. Não vamos obstruir, mas eu acho que...

Documento 77/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:44
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	PEDRO WESTPHALEN-PP -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Linhas do parecer oferecido pelo orador ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. Elogio ao Presidente Rodrigo Maia e ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pelas ações adotadas para enfrentamento da doença.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sem problema, com toda a celeridade de que o momento precisa, e as evidências todas são no sentido de aprovação dessa medida extrema, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Gente, vamos abrir espaço no meio do plenário. A assessoria não pode ficar no meio do plenário, isso está proibido, é só Deputado. É um metro de distância entre cada um. Já começou a desorganizar de novo. Só fica no meio quem é Deputado. Existem as pontas ali para a assessoria se posicionar neste momento.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS) - Presidente, a nossa conduta de relatar foi simplesmente referendar o que foi definido na Comissão. Tudo que vier a ajudar e não complicar, neste momento, é de fundamental importância acatar, até porque nós vamos ter que extremar as ações de prevenção contra essa patologia.

Quero cumprimentar V.Exa. pela maneira como está conduzindo esse processo.

O Ministro Mandetta também, de maneira muito clara, está transformando em ações todas as informações que possui e tem uma interlocução com este Parlamento muito grande. Tudo o que for feito para simplificar nossas ações aqui e permitir que aproveamos essas medidas será acatado, sem dúvida nenhuma, até porque houve consenso neste sentido. Nosso relatório tem três, quatro linhas, e não há nenhum problema. Portanto, acata-se, sim, toda medida que for

agregar. A finalidade desse projeto é fazer com que nossa produção, além de ser estimulada, atenda às necessidades do nosso cidadão, pois o mundo inteiro está fazendo isso.

A Itália hoje não tem equipamentos. A União Europeia parou de exportar. A China resolveu suas questões porque fez investimento em massa na prevenção e no confinamento. Tenho um filho que mora na Itália, um filho que mora em Portugal, e estão todos confinados, há 2 meses. Há relatos de médicos que estão escolhendo as pessoas que vão morrer ou não. Nós temos uma produção interna que ainda não supre nossas necessidades. Nossa rede instalada de hospitais precisa e vai ser usada pelo Ministério.

Eu acho que essas medidas são importantes, tanto isso ocorre que tenho um projeto e não faço questão que ele seja aprovado agora porque atrapalharia em vez de ajudar. O momento é de seguir as ações que o Ministro Mandetta está pedindo que sejam adotadas. É questão de responsabilidade nossa. O que puder ser feito de maneira objetiva para ajudar o Governo, que está trabalhando de maneira adequada, através do Ministério, vamos acatar, sem dúvida nenhuma.

O meu relatório tem seis linhas.

Documento 78/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:48
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de concessão de prazo ao Plenário para aperfeiçoamento do texto do Projeto de Lei nº 668, de 2020, sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só pedir que houvesse um tempo mínimo de 2, 4, 5 minutos para corrigir o texto, porque há imprecisões. Quando se fala de proteção individual, fala-se de cama hospitalar, que não é proteção individual. O texto do Deputado Dr. Luiz Antonio e da Deputada Carmen Zanotto tem um aspecto bem específico de proteção ao profissional de saúde. Quem o redigiu, colocou outra coisa, um ctrl+z e um ctrl+v. Acredito que realmente no parágrafo único tem que

haver uma correção no texto.

Documento 79/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:48
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre a possibilidade de inclusão de dispositivos no Projeto de Lei nº 668, de 2020, relativo à proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pode ser incluído um § 2º ou art. 3º ou art. 2º ou art. 3º que preveja que o Ministério de Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deputado Jorge Solla, por favor, distância de 1 metro. O Relator tem que ouvir os outros Parlamentares.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O Ministério da Saúde pode excluir qualquer produto dessa lista, se ficar demonstrada a desnecessidade da proibição da exportação.

Documento 80/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:48
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	ENRICO MISASI-PV -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agilidade na definição da competência para a inclusão/exclusão, no texto do Projeto de Lei nº 668, de 2020, de produtos essenciais para o combate à epidemia de coronavírus.

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - E precisa de uma previsão, Deputado Alessandro Molon, de

inclusão. Há a previsão de inclusão de novos medicamentos, mas não conferimos essa competência a nenhum órgão. Talvez seja interessante que essa competência seja do Ministério da Saúde ou do Ministério da Economia, com o aval da Saúde, para que haja agilidade na inclusão e exclusão dos produtos.

Documento 81/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:48
Publ.: DCD - 3/18/2020 - EFRAIM FILHO-DEM -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Sugestão de substituição do termo proibir pela expressão fica autorizado a suspender no texto do Projeto de Lei nº 668, de 2020, relativo à proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria chamar a atenção do Relator em relação à proposta de redação, Deputado Hildo Rocha, seguindo a ideia do Presidente Rodrigo Maia, com a participação do Líder Paulo, do NOVO, de mudarmos a expressão "proibir" para "fica autorizado a suspender".

É uma delegação ao poder público - havendo a necessidade, como todos nós entendemos que há -, que fica autorizado a suspender essa exportação.

E até do ponto de vista de narrativa e de imagem do Brasil lá fora, nós não estamos proibindo a exportação, estamos autorizando a ser suspensa caso o interesse nacional fale mais alto.

Documento 82/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:52
Publ.: DCD - 3/18/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à alteração do texto do Projeto de Lei nº 668, de 2020, relativo à

proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Acho que a sugestão do Deputado Felipe é muito boa. A mensagem muda a forma como fica.

E também, Deputado Efraim, junto com a sugestão do Deputado Enrico, a lista definida, porque, senão, pode haver o risco de o indivíduo da aduana, do porto, de qualquer lugar se sentir autorizado a definir que nenhum equipamento mais pode ser exportado, porque ali não está restrito àqueles que estão na lista.

Então, acho que, com essas sugestões, o texto fica muito mais adequado e garante que a preocupação que eu tinha não seja colocada no texto.

Documento 83/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:52
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Conveniência de utilização de portaria do Ministério da Saúde para a exclusão/inclusão, no Projeto de Lei nº 668, de 2020, de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para facilitar a inclusão ou exclusão de qualquer item, pode-se remeter à portaria do Ministério da Saúde, que exclui ou inclui qualquer item a qualquer tempo.

Acho que isso facilita e resolve o problema.

Documento 84/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:52
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Necessidade de clareza na definição dos produtos de combate ao coronavírus proibidos de exportação pelo Projeto de Lei nº 668, de 2020.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, para tentar contribuir, eu acho que há itens que vão exigir obviamente maior precisão na regulamentação. Então, eles têm que ficar genéricos, porque a crise vai evoluir e obviamente há coisas que vão poder ser incluídas ou excluídas na medida da necessidade.

No entanto, o projeto não pode ser uma indicação. Ele tem que determinar coisas, até porque não é o poder público apenas que exporta. As empresas exportam diretamente também. Então, ou nós determinamos ou não determinamos. Não dá para fazer uma indicação.

Nesse momento o que se está determinando é que não se exporte, para que se garanta o atendimento ao povo brasileiro dos equipamentos necessários. Nós podemos não determinar todos os equipamentos, todos os medicamentos, tudo.

Então, eu acho que é necessário precisar algumas coisas como, por exemplo, respiradores. Isso é importante que esteja determinado, porque é uma exigência no tratamento intensivo, e o que mata é a falta de assistência respiratória. Outras coisas nós podemos permitir que a regulamentação determine pela autoridade sanitária brasileira, mas tem que determinar, porque deixar uma indicação... Nós não vamos fazer uma lei aqui para indicar. Temos que determinar que não se exporte nesse momento. Acho que isso está claro no texto do Deputado Luizinho e da Deputada Carmen Zanotto.

Documento 85/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD 18:52	
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	PEDRO WESTPHALEN-PP -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, relativo à proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais no combate à epidemia de coronavírus.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu acho que posso ler o substitutivo, que contempla já várias das manifestações e sugestões feitas aqui.

Art 1º Fica proibida a exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia do Coronavírus no Brasil, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de importância nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).

Parágrafo Primeiro. Sem prejuízo da inclusão de outros produtos por ato do Poder Executivo, são proibidas as exportações, nos termos do caput deste artigo, dos seguintes produtos:

I - equipamentos de proteção individual de uso na área de saúde, tais como luva látex, luva nitrílica, avental impermeável, óculos de proteção, gorro, máscaras cirúrgicas e protetor facial;

II - ventilador pulmonar mecânico e circuitos;

III - camas hospitalares;

IV - monitores multiparâmetro.

Parágrafo Segundo. Ato do Poder Executivo poderá excluir a proibição de exportação de produtos, desde que por razão fundamentada, e sem prejuízo do atendimento à população brasileira.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da publicação.

Aí contempla todo mundo.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA) - Agora ficou bom.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Eu acho que faltou indicar quem tem autoridade para definir os itens que não estão na lista.

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - É o Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Está encerrada a discussão.

Orientação de bancada.

Todos votam "sim"? (Pausa.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Só uma pergunta. Está especificada a questão...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - V.Exa. deu o parecer por todas as Comissões quanto ao substitutivo? *(Pausa.)*

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Está especificado o ventilador mecânico aí?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - O substitutivo é pela segunda Comissão, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e pela constitucionalidade?

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS) - O parecer é na forma do substitutivo da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços?

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - E pela constitucionalidade e boa técnica legislativa?

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS) - Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, manifesto parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Por favor, mantenham distância uns dos outros! O pessoal gosta de ficar aí, e vai juntando todo o mundo no meio.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS) - É com substitutivo. O.k.?

Documento 86/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:56
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Declaração de voto favorável ao substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, relativo à proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais no combate à epidemia de

coronavírus.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Eu queria registrar o voto "sim" a este projeto e ressaltar a importância dele.

Eu queria lembrar inclusive que, em relação a alguns equipamentos listados, a produção nacional representa uma ínfima parte da necessidade. Ainda dependemos da importação de equipamentos para a área hospitalar. Nós vamos precisar expandir serviços nas próximas semanas e não podemos prescindir especialmente dos EPIs, como máscaras, luvas e gorros, que são fundamentais. Mesmo com a utilização deles, o risco de contaminação ainda existe; quanto mais sem eles!

Eu quero lembrar inclusive o prejuízo que nós já estamos tendo, Sr. Presidente. Hoje, serviços de saúde já suspenderam o atendimento não a pacientes de coronavírus, mas a pacientes de outras patologias, além de cirurgias, pela ausência de suprimento de EPIs, que são utilizados em todos os serviços de saúde. Odontólogos, cirurgiões e profissionais das mais diversas especialidades precisam deles.

Eu quero parabenizar o autor desta iniciativa. É muito importante esta medida. Isso vai ser fundamental.

Documento 87/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:56
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Desobediência pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Antônio Barra Torres, a recomendações de segurança sanitária contra o coronavírus. Defesa de demissão do comandante da ANVISA.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço atenção ao pronunciamento que faço sobre a participação do Diretor-Presidente da ANVISA em manifestação contra o Congresso Nacional.

Dou como lido este discurso e peço a atenção dos Srs. Parlamentares

ao comportamento absurdo da maior autoridade sanitária brasileira, pondo em risco a vida dos brasileiros e fazendo um antiexemplo neste momento de pandemia.

Muito obrigada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último domingo, o Brasil presenciou um ato criminoso praticado pelo Presidente da República, que deliberadamente pôs em risco a saúde de centenas de seus seguidores que realizavam ato contra o Congresso Nacional e o STF.

Submetido a uma quarentena em razão da suspeita de contaminação pelo coronavírus, o Presidente da República foi irresponsável e, sem ao menos se proteger com a utilização de máscara e luvas, cumprimentou seus seguidores, tirou fotos, foi abraçados por alguns e ainda desdenhou dos riscos a que submeteu essas pessoas.

Parece até uma ação deliberada de um lunático que quer espalhar o vírus que já matou milhares de pessoas pelo mundo, mas tem sido tratado de forma irresponsável pelo Governo aqui no Brasil.

Quanto mais pessoas forem contaminadas, maior será o caos. Parece ser este o ambiente que Bolsonaro quer construir para justificar a adoção de medidas de força, antidemocráticas, como pediram os seus seguidores no domingo.

Os atos criminosos cometidos por Bolsonaro no domingo último tiveram a participação de um dirigente público cuja função principal é exatamente zelar pelo controle sanitário no País. Em atitude absurda e indefensável, o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Sr. Antônio Barra Torres, permaneceu o tempo todo ao lado de Bolsonaro, aplaudindo e fotografando o chefe, que, naquele momento, adotava comportamento contrário a todas as regras e orientações da ANVISA.

Ressalte-se que as autoridades sanitárias de um país são tomadas como exemplo pela população e, dessa forma, devem manter uma conduta irrepreensível em um momento de maior gravidade, como este que vivemos, com o mundo enfrentando uma pandemia.

A não obediência de recomendações de segurança sanitária por parte do Diretor-Presidente da ANVISA constitui crime e precisa de punição exemplar, principalmente se levarmos em conta que o Sr. Antônio Barra Torres, além de

Presidente da ANVISA, é médico e militar.

No domingo, na companhia de Antônio Barra Torres, Bolsonaro se aproximou dos manifestantes, fez *selfies* com o rosto colado ao de populares e tocou nas mãos das pessoas.

A presença do Diretor da ANVISA na manifestação causou perplexidade até aos técnicos da área de saúde do Governo, para os quais a ida de Bolsonaro ao ato acompanhado de Barra tira crédito da campanha de prevenção que vinha sendo feita e confunde a população.

Fontes médicas e do Governo informaram que a recomendação para Bolsonaro, que testou negativo para coronavírus, era permanecer em isolamento até a próxima quarta-feira, quando se completa o prazo de 7 dias desde o seu último contato com o Secretário de Comunicação, Fabio Wajngarten, infectado com o coronavírus. Além dele, outras dez pessoas que estiveram com Bolsonaro nos Estados Unidos também testaram positivo para o covid-19.

Sob todos os aspectos, o Sr. Antônio Barra Torres mostrou ao Brasil que não tem a mínima condição de dirigir a principal agência de controle sanitário de nosso País. Sua demissão se faz urgente e necessária para que os brasileiros possam ter um mínimo de confiança na ANVISA neste momento de maior gravidade, quando enfrentamos uma pandemia que ceifa vidas aos milhares.

Documento 88/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	18:56
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Pedido ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, ao Governador do Estado do Maranhão e Prefeitos Municipais de prioridade na proteção de famílias desalojadas contra a gripe H1N1e o coronavírus.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria reforçar o que disse o Deputado Eduardo Braide.

No Maranhão, chove muito. Está chovendo bastante, acima da média estadual. Todos os principais rios da bacia do Maranhão estão cheios. Em função da cheia dos rios e das chuvas que se abatem sobre o

Maranhão, várias famílias ficaram desabrigadas. Essas famílias estão sendo alojadas em escolas, estão sendo alojadas em ginásios esportivos.

No entanto, é recomendável que não exista aglomeração de pessoas.

Portanto, eu queria que V.Exa. pedisse ao Ministro Mandetta que cuidasse dessas pessoas. Eu queria que o Estado do Maranhão, por meio do Governador e dos seus Prefeitos, visse como prioridade, além dos idosos, também essas pessoas que estão vivendo em regime comunitário, porque essas pessoas são possíveis alvos não apenas do H1N1, mas também do coronavírus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 89/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD 19:00
Publ.: DCD - 3/18/2020 - MARCELO RAMOS-PL -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de fechamento da região da tríplice fronteira do País para combate ao coronavírus.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só fazer um apelo.

Há um debate bastante consolidado no País por parte de quem reivindica o fechamento da fronteira brasileira com a Venezuela, algo importante para a proteção dos Estados de Roraima e do meu Estado do Amazonas.

No entanto, Sr. Presidente, nós também temos a área da tríplice fronteira, da fronteira do Brasil com a Colômbia e com o Peru, uma área que tem muitas populações vulneráveis, a exemplo das populações indígenas com baixa imunidade. Não há nenhuma UTI naquela região! Se nós tivermos uma porta de entrada pela região da tríplice fronteira, vamos ter um caos absoluto no interior do Estado do Amazonas.

Eu quero agregar ao apelo de fechamento da fronteira com a Venezuela o fechamento também da fronteira com a Colômbia e com o Peru, na região da tríplice fronteira, no Estado do Amazonas, em

proteção às comunidades do Alto Solimões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 90/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:00
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	TIAGO DIMAS-SOLIDARIEDADE -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Pedido ao Ministério da Saúde para distribuição de kits de teste do coronavírus às municipalidades interioranas.

O SR. TIAGO DIMAS (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo em nome dos Municípios do interior que são cidades-polos de saúde.

O Município onde moro, Araguaína, no Estado do Tocantins, tem 200 mil habitantes, mas exerce influência em aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, num raio de 250 quilômetros. O Município recebeu apenas - pasmem! - cinco *kits* para realização do teste, do exame. Isso é um absurdo!

Esses casos têm que ser identificados. Essas cidades têm que ser tratadas com o devido respeito.

Eu já fui ao Ministério, mas infelizmente não consegui uma resposta. Fiz um apelo à Comissão para que haja o enfrentamento desse problema e seja possível a identificação dos casos. Os resultados dos únicos dois exames feitos, na semana passada ainda, não foram informados até hoje, depois de 5 dias. Portanto, os números estão defasados em relação aos casos e aos novos diagnósticos.

Quero aproveitar este espaço para pedir que adotemos medidas que punam as pessoas que agem de má-fé na disseminação do vírus.

Documento 91/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:04
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM

Sumário

Protesto contra a não concessão da palavra aos Líderes partidários para debate de ações de combate ao coronavírus. Apelo ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, de promoção de campanhas de esclarecimento à sociedade brasileira a respeito da doença,

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu lamento que os Líderes não possam se expressar no dia de hoje. Poderia ser até com o plenário vazio. Acho importante que nos manifestemos, pois está ocorrendo uma pandemia e necessitamos expressar as nossas preocupações, não só como Líder, mas como médica também. Acho que, na ausência de comando do País neste momento, o Parlamento tem muito a dizer. É exceção o Ministro da Saúde, que merece todo o nosso apoio. Nós precisamos tratar não apenas de medidas sanitárias e econômicas.

Faço um apelo ao Ministério da Saúde para que faça campanhas que falem para a população, para o povo brasileiro. Ainda estamos falando para a classe média alta do País, mas precisamos falar para o povão, que não tem possibilidade hoje de ter quartos e banheiros separados. Nós precisamos ter medidas de transferência de renda efetivas, e não as políticas econômicas deste Governo.

Documento 92/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:04
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Omissão do Presidente Jair Bolsonaro na adoção de medidas de enfrentamento da pandemia de coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero falar muito rapidamente.

É evidente que projetos importantes foram aprovados pelo Plenário, mas também quero registrar a preocupação do PSOL diante da gravidade da situação do País. Infelizmente, temos um Presidente que decidiu ser líder da extrema-direita, e não líder do Brasil para enfrentar

uma pandemia que tem feito vítimas no mundo inteiro. Estamos extremamente preocupados com o tempo que nós temos para conter essa pandemia e estruturar, da melhor maneira possível, o nosso Sistema Único de Saúde.

Não temos dúvida, ao ver os gráficos e ouvir os infectologistas, de que a progressão no Brasil já está geométrica, infelizmente. Seria o momento de suspender as atividades, garantindo salário para as populações informais, garantindo mecanismos de transferência de renda, garantindo direitos à classe artística, que teve os espetáculos cancelados, diante da necessidade de se evitarem aglomerações.

É evidente que precisamos de mais recursos para o Sistema Único de Saúde. Ao mesmo tempo, é preciso colocar no posto de mando a ciência, os infectologistas. Infelizmente, o Bolsonaro e sua trupe desrespeitam a ciência e fazem uma política obscurantista.

Nós precisamos atuar nesse sentido no Brasil, com o sentido de urgência e de proteção ao nosso povo.

Documento 93/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:04
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Reajuste abusivo nos preços de máscaras cirúrgicas no Estado de Santa Catarina.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra enquanto está ocorrendo a votação.

O Vice-Presidente da Federação de Prefeitos de Santa Catarina fez uma denúncia: a máscara, que custava 1 real e 50 centavos, está custando 12 reais no nosso Estado. Mesmo assim, não a encontramos.

Isso é um absurdo! Empresas e pessoas estão se aproveitando da situação difícil por que passa a população.

Documento 94/318

35.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020-
CD 19:04
Publ.: DCD - 3/18/2020 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão de não fechamento do Congresso Nacional durante a pandemia de coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero elogiar a posição desta Casa e do Colégio de Líderes, que, mesmo sob a pandemia, não fecham o Congresso. O Congresso só foi fechado em épocas de ditadura.

É importante que nós, que votamos a legislação para ajudar o Ministério da Saúde a enfrentar a pandemia, levando saúde à população, estejamos atentos e estejamos aqui.

Então, quero elogiar a decisão de buscar todas as alternativas necessárias para os Deputados ficarem atentos e votarem, mesmo que seja remotamente.

Quero dizer, Presidente, que, do jeito que o Presidente Bolsonaro se comporta, a situação no Brasil pode vir a ser pior do que em qualquer outro país. Temos um Presidente que não cumpre as regras nem do seu Ministro da Saúde, que se envolve com a população e que está o tempo inteiro dizendo que isso é só um medo que estão botando na cabeça do povo.

Que bom que o Congresso está aqui ajudando a tomar decisão!

Muito obrigada.

Documento 95/318

35.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020-
CD 19:08
Publ.: DCD - 3/18/2020 - AFONSO HAMM-PP -RS
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Importância das ações de combate ao coronavírus, adotadas pelo Congresso Nacional e pelo Governo Federal, especialmente por parte do Ministro da

Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria ressaltar a importância das providências tomadas, primeiro por parte do Governo, sob a liderança do Ministro Mandetta, de quem ouvimos há pouco, pela *Globo News* e outros meios, uma entrevista efetivamente informativa.

Da mesma forma, eu queria ressaltar a seriedade - não cabe outra atitude - e a forma bem clara desta Casa, a Câmara dos Deputados, e do próprio Senado, no sentido de esclarecer que, neste momento, é importante o combate a essa pandemia, que está aterrorizando as pessoas. Nós estamos tomando as providências adequadas aqui no Brasil, inclusive com a atitude de criar legislações, como, por exemplo, esse projeto do Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. e os de outros Deputados, que proíbem a exportação de insumos essenciais para salvar vidas aqui no Brasil. Essa é a prioridade.

Eu queria ressaltar a atitude do nosso Congresso e da Presidência da Câmara, em nome de todos os Parlamentares.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 96/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:08
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão da Presidência de manutenção do funcionamento da Câmara dos Deputados durante a pandemia de coronavírus. Congratulações à Casa e à Deputada Soraya Santos pelas medidas adotadas para enfrentamento da doença. Pedido aos Parlamentares de aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2020, sobre a sustação dos efeitos do art. 2º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar V.Exa. pela manutenção do funcionamento da nossa Casa. Para nós, é um orgulho ter V.Exa. conduzindo estes trabalhos.

Também quero parabenizar a Deputada Soraya Santos e a direção da Casa pelas medidas tomadas e pelo trabalho realizado nos últimos dias.

Como Coordenador da Comissão Externa, quero agradecer a participação de muitos Deputados que estiveram lá com sugestões, as quais vamos trazer a este plenário nos próximos dias. Agradeço a aprovação deste projeto, que vai garantir que a nossa população possa ser atendida na ponta.

Além disso, peço apoio a este decreto legislativo, para que possamos voltar a produzir o álcool a 70% e acabar com essa crise artificial do álcool em gel. A produção de álcool a 70% vai nos ajudar a baratear o preço deste produto e a conter a ansiedade da população. Peço apoio a este projeto de decreto legislativo, para derrubarmos essa norma da ANVISA, a fim de que tenhamos álcool à disposição da nossa população.

Sr. Presidente, no decorrer da semana, nós vamos trazer outros projetos, porque diversos Deputados estiveram conosco - o Deputado Jorge Solla, a Deputada Perpétua, a Deputada Jandira, o Deputado Hugo Leal - com proposições para apresentarmos neste plenário.

Muito obrigado.

Documento 97/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:12
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	EFRAIM FILHO-DEM -PB	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apresentação, pelo Democratas, de propostas de proteção ao emprego do trabalhador brasileiro. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 661, de 2020, sobre medidas de proteção ao emprego e ao empregado durante período de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo Democratas, quero chamar a atenção do Plenário para o fato de que outros temas virão. Uma preocupação nossa é a questão da proteção ao emprego.

Além da saúde de cada brasileiro, a saúde financeira das nossas

empresas, principalmente das micro e pequenas, também sofrerá com as restrições econômicas que estão aí. Como autor, o Democratas apresentou a possibilidade de regras momentâneas poderem flexibilizar a concessão de férias aos empregados, para que eles não sejam demitidos, para que os empregadores tenham outra opção neste momento. Também sugerimos flexibilizar a regra do seguro-desemprego, para que as famílias não fiquem desalentadas no momento de fazer a travessia desta crise. Ainda apresentamos a possibilidade de desoneração dos encargos sociais da folha de pagamento a fim de que o empreendedor que desejar não arque com tributos e mantenha o cidadão empregado, sustentando a sua família.

Depois dessas medidas sanitárias em favor da saúde, acho que temos que proteger o trabalhador e as famílias. Existe um projeto, o 661, de 2020, que foi recém-protocolado na Câmara. Eu espero que, nas próximas pautas, ele esteja na avaliação das Lideranças, para que também tomemos essa atitude.

Documento 98/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:12
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	EDUARDO BISMARCK-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo ao Poder Executivo de liberação de verbas destinadas ao custeio dos Municípios brasileiros. Congratulações à Presidência e ao Congresso Nacional pelas ações de enfrentamento ao coronavírus.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Uma pauta municipalista muito importante neste momento seria fazer um apelo ao Executivo para que liberasse as verbas de custeio aos Municípios indicados nas nossas emendas ou outras que já tivessem portaria. Desse modo, os Municípios poderiam bancar a saúde municipal. Afinal, eles não sabem o que está por vir.

Quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e dizer que este Congresso não se furtou, diante da crise, de trabalhar e de dar as providências necessárias, as providências de que o Brasil precisa para a crise econômica e para a pandemia mundial na saúde.

Obrigado.

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:16
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	LÉO MORAES-PODE -RO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ajuizamento, pelo Podemos, de mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal para fechamento, no prazo de 30 dias, das fronteiras brasileiras com vista ao combate ao coronavírus.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria registrar que, na sexta-feira passada, o **Podemos ingressou com um mandado de segurança no STF para solicitar, no prazo de 30 dias, o fechamento das nossas fronteiras, para evitar a proliferação do coronavírus, evitar que tenhamos o pico da doença num momento tão rápido de contágio**, enquanto o nosso sistema de saúde não tem condições de suportar. Assim, poderemos fazer o achatamento desse pico e, quem sabe, demorar tempo suficiente para nos prepararmos e evitarmos mortes, não pela letalidade da doença, mas sim pela letalidade do sistema de saúde. Nós ainda não tivemos resposta. Hoje, apresentamos um aditamento ao mandado de segurança. Estamos confiantes de que teremos essa resposta do STF.

Fica aqui o questionamento ao Chefe do Poder Executivo, ao Poder Executivo: até quando irão esperar, aguardar? Ou até quantos? Quantas pessoas precisarão morrer para que fechem as fronteiras, coisa que outros países, seja de direita, seja de esquerda, independentemente de viés político, conteúdo programático ou ideologia, já estão fazendo? Fechem as fronteiras em 30 dias para evitar essa proliferação maciça no tempo de agora!

É essa a nossa solicitação, Sr. Presidente.

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:16
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2020, sobre a sustação dos efeitos do art. 2º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46, de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente, é um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos de parte da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 46 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e permite uma comercialização muito melhor do álcool gel 70%.

O projeto está amparado regimentalmente. Pela nossa Comissão de Constituição e Justiça, ele está dentro de uma técnica legislativa correta, é juridicamente perfeito e constitucional.

No mérito, nós aprovamos o presente projeto de decreto legislativo.

Documento 101/318

35.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/03/2020- CD	19:24
Publ.: DCD - 3/18/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Não encaminhamento à Casa, pelo Poder Executivo, de projetos destinados ao enfrentamento do coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, só uma pergunta. É claro que se o Governo já tivesse encaminhado para a Casa seus projetos de enfrentamento do coronavírus, nós ficaríamos aqui até a hora que fosse necessária. Então, entendendo que não chegou nada à Casa, amanhã não se vota nada do Governo porque o Governo também não encaminhou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - A Medida Provisória nº 899 tem uma previsão de arrecadação de 6 bilhões de reais. Neste momento de crise, ela tem um teor muito importante, que é possivelmente garantir receitas para que o Governo possa enfrentar a crise. Então, é uma matéria que já vinha editada de antes, mas ela tem um caráter de fato urgente neste momento.

Documento 102/318

36.2020 Sessão Deliberativa 18/03/2020-09:04
Extraordinária - CD

Publ.: DCD FÁBIO RAMALHO-MDB -MG
3/19/2020 -

CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância da união entre os Poderes da República e a população brasileira para enfrentamento do coronavírus. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, de conclusão das obras de hospitais no País, para atendimento aos contaminados pelo vírus.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Estamos hoje vivendo um momento de crise no País, a crise do coronavírus. Temos que estar presentes na prevenção, atendendo às autoridades sanitárias brasileiras, aos epidemiologistas, enfim, estando atentos. E também há uma grande crise financeira no nosso País.

Esperamos poder sair desse coronavírus maiores do que entramos. Esperamos, sobretudo, que o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e os brasileiros todos se unam neste momento em solidariedade, em projetos e em prevenção para que o Brasil possa vencer essa grande crise provocada pelo coronavírus, meu caro Deputado Claudio Cajado.

Afirmo e reafirmo: o coronavírus não é maior do que nós, mas temos que ter muita precaução e ser preventivos. Essa é uma crise cujo tamanho real não sabemos. Temos que cuidar dos nossos velhos e das pessoas mais vulneráveis.

Neste momento, eu pediria ao Ministro da Saúde e ao Presidente Jair Bolsonaro que olhassem para uma questão séria que há no País. Há vários hospitais no País quase finalizados - em Minas Gerais, eu sei que há de sete a oito hospitais. Serão mais de 2 mil leitos. Tenho certeza de que na Bahia, no Paraná, em todos os Estados brasileiros, Ministro Mandetta, há hospitais na parte de finalização e há outros hospitais que estão desativados. Então, cabe a nós procurarmos os Governadores dos Estados para ver quais os hospitais que estão prontos para serem finalizados - há hospitais que estão 90% finalizados -, finalizar esses hospitais e colocá-los única e exclusivamente para atender à crise do coronavírus.

Peço ao Ministro Mandetta e ao Presidente Jair Bolsonaro, que têm

sensibilidade, que vejam essa questão seriíssima. Vamos terminar e reativar todos os hospitais que há no Brasil. Façam uma análise disso e coloquem esses hospitais à disposição no combate ao coronavírus.

Muito obrigado.

Documento 103/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/03/2020-09:08
Publ.: 3/19/2020 -	DCD	- CLAUDIO CAJADO-PP -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Alerta às populações do Estado da Bahia e do País sobre a importância de cumprimento das medidas preventivas do coronavírus.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas me dirigir à população do meu Estado da Bahia e à população brasileira como um todo para demonstrar a gravidade dessa pandemia do coronavírus. Só há uma forma de contê-la: evitar que as pessoas se contagiem. Portanto, o isolamento, o cuidado com não aglomerações é fundamental.

A doença é grave para pessoas idosas, para pessoas com problemas de diabetes, imunidade baixa e câncer, por exemplo. O contágio com ela vai atingir o aparelho respiratório, e o paciente só será curado, quando o for, em unidade de terapia intensiva, de que a maioria dos Estados e Municípios não dispõem. Portanto, vamos levar a sério essa questão do coronavírus, vamos evitar as aglomerações.

Eu, por exemplo, Presidente, a partir deste fim de semana, estou cancelando toda a minha agenda política em que haja aglomeração, e peço que os Vereadores e os Prefeitos façam o mesmo. Vamos fazer o controle através do não contágio.

Documento 104/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/03/2020-16:36
Publ.: 3/19/2020 -	DCD	- HILDO ROCHA-MDB -MA	

Sumário

Congratulações à Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Soraya Santos, pelas medidas de proteção dos Parlamentares e dos servidores da Casa contra o coronavírus. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2020, sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente da sessão e Secretária da Mesa, Deputada Soraya Santos, grande representante do povo carioca aqui na Câmara Federal e muito competente, neste cargo V.Exa. tem mostrado, cada vez mais, seu cuidado com os servidores desta Casa, com os Parlamentares e com as pessoas que nos visitam ao tomar decisões acertadas e tomar medidas para evitar que se transmita, por meio desta Casa, esse vírus que vem atormentando a população brasileira.

Sra. Presidente, eu queria aproveitar esta oportunidade, porque nós vamos votar hoje, se alcançarmos o quórum. Acredito até que o tenhamos alcançado. Pela manhã eu vi muitos colegas Deputados e Deputadas e não entendo como o quórum não foi atingido até este horário. Então, eu acho que algum problema de ordem técnica deva ter acontecido, porque pela manhã havia uma grande quantidade de Parlamentares aqui.

Sei que vamos alcançar o quórum para que possamos autorizar o Presidente Jair Bolsonaro a decretar estado de calamidade. Para que isso ocorra, para que seja estabelecido estado de calamidade, é necessário que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal votem a matéria. É isso que diz a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101.

Isso traz várias consequências, algumas boas e outras muito duvidosas. Mas era necessário que o Presidente da República tomasse essa atitude, porque, agora, o Governo fica liberado da meta fiscal, fica liberado da obrigatoriedade de contingenciamento, principalmente na área da saúde, mas também em outras áreas em que, porventura, haja necessidade. É isso que nós estamos aqui autorizando, até o dia 31 de dezembro - está correta esta data; algumas pessoas estavam desconfiadas.

Sra. Presidente, nós estamos falando em vírus. É esse o motivo de a Câmara dos Deputados estar em plantão permanente, não apenas os aqui presentes como também os muitos Parlamentares que estão em

seus gabinetes.

Nós estamos preocupados com a situação do Maranhão. Em função de fortes chuvas que se abatem sobre o Estado, há dificuldade em relação às pessoas que moram próximas de rios, como o Rio Tocantins, o Rio Itapecuru, o Rio Mearim e o Rio Parnaíba, nossos principais rios, que encheram e desabrigaram várias famílias. Essas famílias estão sendo colocadas em abrigos provisórios, geralmente escolas ou ginásios esportivos. Isso faz com que elas acabem se aglomerando, correndo sérios riscos por conta dessa situação em que se encontram. Neste ano, no Maranhão, já morreram 26 pessoas por causa do H1N1.

Em função disso, eu gostaria que o Ministro da Saúde - eu já até mandei uma mensagem para ele, assim como outros Deputados e Senadores do Maranhão - encaminhasse urgentemente ao Estado doses extras de vacina e também antecipasse a vacinação deste ano, para que o Maranhão, inclusive, priorize essas pessoas que precisam urgentemente ser vacinadas, a fim de evitarmos um mal maior.

Sra. Presidente, eu queria inicialmente fazer essas colocações e também parabenizar V.Exa. pelas atitudes tomadas.

Documento 105/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/03/2020-16:40
Publ.: DCD 3/19/2020 -	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Esclarecimento sobre o decreto presidencial a respeito do reconhecimento de estado de calamidade pública no País, editado com base no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Expectativa de aprovação pela Casa de projeto de decreto legislativo a respeito do tema.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro, venho à tribuna desta Casa porque é grande o número de ligações que têm chegado ao meu gabinete pedindo explicações sobre o decreto de calamidade, que foi feito com base no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

A Lei Complementar nº 101, de 2000, trata da gestão fiscal,

orçamentária e financeira do setor público brasileiro e é popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Lá nessa Lei de Responsabilidade Fiscal, há um artigo que ficou muito famoso agora, porque o decreto de calamidade tem que ser feito baseado nele, o art. 65 da LRF, que é, repito, a Lei Complementar nº 101.

O que diz o art. 65, para que a população possa se apropriar desses conceitos? Ele diz o seguinte: "*Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios...*" Portanto, não existe calamidade pública decretada exclusivamente pelo Poder Executivo.

O Congresso tem que concordar que esta, na realidade, é a situação, e é isso exatamente o que esta Casa vai votar daqui a pouco.

Prossegue o art. 65. O inciso I diz o seguinte:

Art. 65.....

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70" - da LRF.

O que é isso? A LRF, no seu art. 23, diz que, se porventura o gasto de pessoal ultrapassar, inclusive, limite prudencial, o Governo terá dois quadrimestres para tentar enquadrá-lo. Com a calamidade pública, esse prazo deixa de existir.

Segundo, o inciso fala também do art. 31, que se refere àqueles limites de endividamento de Estados e Municípios. Isso também é colocado à parte.

Lembro que o Senado Federal nunca teve coragem para aprovar um limite de endividamento para o Governo Federal. Esse limite é solto. O Governo pode fazer crescer sua dívida no tamanho que quiser - como não existe limite, ele não é afetado pelo inciso II.

Pelo art. 70, os outros Poderes envolvidos teriam prazos também para se ajustarem. Sendo a calamidade aprovada pelo Congresso Nacional, esses prazos seriam, portanto, postergados. Obviamente, isso seria avaliado bimestralmente e enviado para esta Casa.

Para terminar, Sra. Presidente, hoje, o que esta Casa vai fazer? O Presidente Bolsonaro já enviou a mensagem para esta Casa. Aí caberá ao Congresso Nacional aprovar o que chamamos de decreto legislativo, que vai prover algumas regras que o Governo Federal terá que seguir para ter suas amarras flexibilizadas, inclusive no que diz o

inciso II:

Art.65.....

II - Serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.

Então, na calamidade, nem o resultado primário nem a limitação de empenho precisam ser realizados, porque estão dispensados pela decretação da calamidade pública.

Portanto, esta Casa vai aprovar, creio eu, um decreto legislativo que abrirá essa possibilidade de o Governo Federal procurar resolver esse problema tão grave, que é a questão do coronavírus.

Sra. Presidente, peço que meu discurso seja divulgado nas mídias...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 106/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/03/2020-16:44
Publ.: DCD 3/19/2020 -	OSMAR TERRA-MDB -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ineficácia da suspensão de aulas em estabelecimentos escolares, do fechamento de shoppings e de outros ambientes públicos, da proibição do transporte coletivo de passageiros e do isolamento social como medidas impeditivas da evolução da epidemia de coronavírus no Brasil. Importância da edição do decreto presidencial sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País em decorrência da doença.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, eu quero fazer uma manifestação sobre um assunto que realmente está preocupando o Brasil e me preocupa, em particular, pela minha atuação na área da saúde, que é o coronavírus. Quero manifestar minha preocupação com o pânico que está se tentando disseminar na população em relação a

essa epidemia.

Eu fui gestor público, fui o primeiro gestor que enfrentou o H1N1 no Brasil, quando ele entrou pelo Rio Grande do Sul, e tive uma experiência que me ensinou muito em relação a pandemias e epidemias. Os vírus obedecem a um padrão de contágio semelhante. Uns contagiam um pouco mais rápido, outros contagiam um pouco menos, têm ações diferentes como vírus, mas eles têm um padrão que nos permite prever como vai acontecer uma epidemia.

Dia e noite, através de meios de comunicação, está se transmitindo para a população que um quadro gravíssimo vai acontecer aqui. Provavelmente, ele não vai acontecer, mas está se assustando muito a população. Com isso, está havendo um impacto grande na economia. As pessoas estão com medo de sair na rua, as pessoas estão com medo de comprar, as pessoas estão sendo aconselhadas a ficar em casa. Já há uma campanha na Internet: "*Fique em casa. Não saia de casa*". Eu quero dizer que isso não vai interferir na evolução da epidemia. Suspender aula não muda a evolução da epidemia.

Eu tenho trabalhos publicados, cinco, se eu não me engano, que avaliam, em todas as pandemias que ocorreram, principalmente nas últimas, o resultado da suspensão de aula na evolução da pandemia. Não adianta nada! A medida é muito mais para o gestor dizer que está fazendo alguma coisa do que para ajudar a população.

Eu acho que tem que haver equilíbrio. É preciso parar de botar medo na população. Tem que se dizer que essa é uma epidemia viral que segue um padrão que outras seguiram.

O coronavírus vai matar menos pessoas do que o H1N1 matou. O H1N1, só no ano passado, matou 750 pessoas aqui no Brasil, duas por dia, e ninguém falou nada, não saiu uma notícia no jornal, não se fez transmissão 24 horas para assustar a população. Essa epidemia está grassando com mais intensidade nos países frios. Tudo indica que, nos países quentes, ela vai ser mais branda.

Quando se fala da epidemia na Itália, parece que a Itália toda está dominada pela epidemia, o que não é verdade. O risco está concentrado em uma região da Itália, que é a Lombardia, onde se somou uma epidemia de H1N1 com a epidemia do coronavírus e onde existe uma população idosa enorme, maior que a do Japão, proporcionalmente. Então, essas são coisas muito específicas.

Há governantes querendo parar tudo, botar todo mundo de quarentena em casa, até para resolver problema político deles e para mostrar que estão fazendo alguma coisa, inclusive em período eleitoral. Tem que haver comitê científico, tem que haver infectologistas e

epidemiologistas orientando os Prefeitos, os Governadores!

É um absurdo fechar *shopping*! É um absurdo proibir transporte coletivo! A economia vai quebrar! A recessão vai ser muito pior, vai causar muito mais dano para a população que essa epidemia. Ela vai terminar logo, em 12 ou 13 semanas, mas a recessão vai durar 5 ou 6 anos ainda, e muita gente vai empobrecer, vai ficar na miséria por causa do alarde, do pânico que se está instalando na população, usado para justificar tudo.

Esse decreto de calamidade do Presidente é importante porque trata não da epidemia em si. Ele cita a questão da epidemia, mas trata da questão econômica.

Nós não temos que nos preocupar com a epidemia terminar logo, ela tem um ciclo. A epidemia termina quando uma boa parte da população está infectada e não tem sintoma nenhum. É assim que terminar a epidemia.

Nós precisamos entender esta evolução, nós temos rede. O Ministro Mandetta está agindo com toda a correção, tem toda a cobertura para atender às necessidades. O Ministro está cuidando desta questão. Esta epidemia não pode destruir a economia do Brasil. Eu lembro novamente quando tivemos a H1N1, e nós mantivemos todas as atividades econômicas do País. Aquela epidemia não alterou em nada o nosso País.

Muito obrigado.

Documento 107/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/03/2020-16:52
Publ.: DCD 3/19/2020 -	JOICE HASSELMANN-PSL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Caráter irresponsável da atitude do Presidente Jair Bolsonaro de contato direto com manifestantes, em face da epidemia de coronavírus. Importância das medidas anunciadas, no âmbito governamental, para combate à doença e seus efeitos sobre a economia brasileira. Defesa de fechamento das fronteiras do País e do isolamento social, como medidas de combate ao coronavírus. Realização de manifestações e painéis contra e a favor do Governo Jair Bolsonaro. Defesa de votação e aprovação pela Casa do Projeto de Decreto

Legislativo nº 88, de 2020, sobre o reconhecimento, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que estão neste plenário até por restrição da Casa, por cuidado com nossos Parlamentares e com o povo brasileiro.

Sra. Presidente, estou tendo uma dificuldade. Peço à senhora que reponha meu tempo. Eu estou usando uma cadeira de rodas - andei fazendo umas estripulias.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Santos. Bloco/PL - RJ) - V.Exa. pode retirar o microfone? Se puder, fica melhor.

Está restituído o tempo de V.Exa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Muito obrigada.

Na semana passada, eu fiz uma estripulia e paguei por isso - levei uns puxões de orelha do médico. Eu não posso me levantar e falar da tribuna. Eu só posso ficar em pé por 20 minutos, por dia. Vamos obedecer à autoridade médica, em todos os sentidos.

Sra. Presidente, vou tentar, nestes 3 minutos, falar de alguns assuntos muito importantes. O primeiro diz respeito à coletiva que o Presidente da República deu há pouco, ao lado dos seus principais Ministros. Depois de um ato de irresponsabilidade - sim, foi irresponsabilidade do Presidente da República, eu não tenho papas na língua, nem vou dizer meias verdades, porque uma meia verdade é uma mentira inteira -, o Presidente foi irresponsável por ter saído do Palácio do Planalto e entrado em contato direto com parte da população que estava numa manifestação no domingo. O Presidente poderia não só ter sido contaminado, mas também ter contaminado outras pessoas. Ponto!

Depois deste ato de irresponsabilidade do Presidente, parece que houve um pouco de bom senso, quando o Presidente ouviu os Ministros, que estão preocupados. Especialmente o Ministro Mandetta está preocupado com esta situação, o Ministro Moro está preocupado com as fronteiras e o Ministro Paulo Guedes, também, porque, afinal de contas, é preciso dinheiro para conter esta pandemia.

Algumas medidas importantes foram anunciadas, para que tenhamos não só o combate efetivo da doença, mas também cuidado com a economia, uma ajuda social para aqueles que não têm trabalho formal, para aqueles que vivem da informalidade, para aqueles que trabalham

como autônomos.

Repito, o fechamento das fronteiras é importantíssimo, sim, neste momento!

Com todo o respeito que eu tenho pelo Ministro Osmar Terra, eu já disse ontem, olhando nos olhos dele durante a reunião de Líderes, mas eu acho também uma grande irresponsabilidade vir a este microfone dizer que está tudo bem, que não deve haver esse alarde todo, que o mundo todo está errado e que nós estamos certos. Com todo o respeito ao Ministro pelos cinco trabalhos que publicou, mas eu tenho visto as autoridades do mundo inteiro dizer que não devemos nos reunir em grandes grupos, não devemos nos reunir em grupos de mais de 10 pessoas. O Presidente Donald Trump, que tem um bem-querer enorme por este Governo, que também tem um bem-querer pelo Presidente americano, disse: *"Não fiquem em aglomerações. Ajudem-nos a vencer este vírus, este inimigo, que é um inimigo invisível"*.

Se não obedecermos às autoridades sanitárias, aos médicos, ao Ministro da Saúde, nós vamos estar maus lençóis. Eu não quero ver ninguém chorar a morte de crianças e de idosos neste País diante da irresponsabilidade de alguns ao dizerem: *"Não vamos fechar isso, não vamos fechar aquilo, está tudo muito bem, obrigado"*. Não está tudo bem, obrigado! Já houve mortes neste País, e eu não quero ver gente virar índice, virar número. Não quero ver mais óbitos no nosso País por causa de irresponsabilidades.

Portanto, Sra. Presidente, mais uma vez, reitero que não se trata de uma gripezinha. Não se trata apenas disso. Ouçam as autoridades mundiais, ouçam as pessoas que trabalham com este tipo de vírus! Ouçam as pessoas que estão no dia a dia com os doentes. Não vamos brincar com a população brasileira!

Eu não quero ver meus filhos, não quero ver minha mãe e meu pai, que têm mais de 60 anos, contaminados por irresponsabilidade das pessoas e muito menos por demagogia ou irresponsabilidade de qualquer um que faz ou fez parte deste Governo!

Finalizando, Sra. Presidente, hoje eu vi dois chamamentos à população. Um deles foi para um painel contra o Governo. Em seguida, o Presidente da República fez um chamamento para um painel a favor do Governo.

Da minha parte, faço um chamamento às pessoas para orem por este País. Chega de brincadeiras! Precisamos de seriedade. Eu peço a todos aqueles que creem em Deus que orem pelo nosso Governo.

Nós Parlamentares vamos fazer nosso dever de casa. Nós vamos, sim,

votar e aprovar hoje o decreto de calamidade enviado pelo Presidente, matéria que precisa da nossa autorização, da autorização de nós Deputados, para passar a valer.

É esta Casa, com seus Líderes, que está ajudando a resolver este problema no País. Somos nós aqui: eu, que estou numa cadeira de rodas, também num grupo de risco, mas estou me cuidando usando minha máscara, e todos os que estão aqui trabalhando e seguindo a orientação de não ficar muito perto um do outro, sempre com as mãos higienizadas. Não estamos nos tocando nem sequer nos cumprimentando, porque nós temos responsabilidade.

Eu não posso admitir, Sra. Presidente, que venham à tribuna pregar irresponsabilidade num momento como este!

Trabalhemos e oremos pelo Brasil!

Que todos - Congresso, Governo e população - façamos a nossa parte!

Muito obrigada.

Documento 108/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	16:56
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	OSMAR TERRA-MDB -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Ineficácia da suspensão de aulas em estabelecimentos escolares, do fechamento de shoppings e da proibição do transporte coletivo urbano, como medidas de combate à evolução da epidemia de coronavírus no País. Acerto das medidas de prevenção da doença anunciadas pelo Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero somente dizer o seguinte: eu sou médico, fui gestor da Saúde por 8 anos no Estado do Rio Grande do Sul, enfrentei várias epidemias, inclusive a pandemia do H1N1, que, em letalidade, é muito mais grave que o coronavírus.

Quero dizer que não há nenhuma irresponsabilidade no que eu estou dizendo. Este é um problema sério e, portanto, tem que ser tratado. No entanto, a questão tem que ser tratada por meio da higiene das mãos,

recolhendo-se ao isolamento quem está com febre, recolhendo-se à quarentena quando aparece alguém com febre. Estas são as medidas básicas que precisam ser feitas. Interromper as aulas não muda nada. Não existe nenhum trabalho, nada, nenhuma pesquisa que mostre que isso faz alguma diferença. Fechar *shopping*, proibir o transporte urbano vai quebrar a economia do País e causar danos graves.

Nós temos que preservar a saúde da população e garantir-lhe saúde. Disso eu entendo, e muito bem, trabalhei muito por isso.

Quero dizer que as orientações do Ministro Mandetta estão corretas. Ele está tomando todas as providências necessárias. Em nenhum momento, o Ministro mandou interromper as aulas; em nenhum momento, mandou fechar os *shoppings*; em nenhum momento, mandou suspender o transporte coletivo. Isso é um absurdo! Isso vai quebrar a economia do País! Esta cadeia começa nas lojas dos *shoppings*, que vão parar de vender, as indústrias vão parar de produzir, e o desemprego vai ocorrer em massa. Esta será a maior recessão da história recente, devido ao alarmismo, à falta de cuidado no trato desta questão, que é delicada.

Nós temos que ter equilíbrio e dizer para a população que não é o momento para pânico e que a população precisa de cuidados baseados em dados da ciência, e não na vontade dos governantes.

Documento 109/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	17:00
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	OTONI DE PAULA-PSC -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Tentativa de setores da imprensa e do PT de ridicularização do Presidente da República perante a opinião pública pelo contato direto com manifestantes, tendo em vista a epidemia de coronavírus. Preocupação do Presidente da República com a saúde dos brasileiros.

O SR. OTONI DE PAULA (PSC - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só há uma preocupação maior que a imprensa tem do que noticiar e, muitas vezes, provocar histeria na população brasileira sobre o coronavírus: tentar desacreditar ou ridicularizar o Presidente da República perante a opinião pública. Acusa o Presidente Bolsonaro de não ter controlado os atos do dia 15 em apoio ao Governo, negando-se a admitir que o

Presidente tenha usado a cadeia de rádio e de televisão para desestimular as manifestações. Depois, acusa o Presidente de irresponsabilidade por ter cumprimentado o povo que se aglomerou na frente do Palácio do Planalto em apoio ao Governo.

É lógico que o Presidente Bolsonaro tem consciência de que foi traído pelo seu impulso, sim! Mas como julgar o ser humano Bolsonaro, cujo maior prazer é estar no meio do povo, que estava ali por ele e pelo Brasil? Sim, a aparente irresponsabilidade de Bolsonaro é justificável - e a imprensa sabe disso - por um movimento involuntário do seu coração, que arde pelo povo brasileiro. Bolsonaro não é um robô, capaz de calcular todos os passos ou de se programar para a realidade que se apresenta cada vez mais cristalina diante de nós. Pergunto qual de nós não estendeu a mão a um companheiro e disse: *"Eu não podia fazer isso!"* Qual de nós não deu um abraço por impulso e percebeu que não deveria tê-lo feito? Bolsonaro não foi às manifestações. Quem diz o contrário está mentindo. Bolsonaro, por impulso, cumprimentou aquelas pessoas que estavam na frente do Palácio do Planalto para apoiá-lo.

Ontem o Ministro Mandetta lembrou os cuidados necessários aos idosos. Ele disse algo interessante: *"Não levem os netinhos para verem seus avós agora, pois será impossível para uma avó ver o neto e não beijá-lo ou não querer colocá-lo no colo"*. Este é um ato instintivo. Assim foi o ato do Presidente Bolsonaro.

A imprensa acusa o Presidente de irresponsabilidade por tentar acalmar a população brasileira para evitar uma histeria coletiva. Sim, quando o Presidente Bolsonaro fala para a população ficar calma, como disse o ex-Ministro Osmar Terra, ele fala revestido da postura de estadista, de alguém que tem responsabilidade com a saúde pública. Mas é preciso olhar o amanhã, pois uma histeria pode levar a economia brasileira e, por que não dizer, a economia mundial à bancarrota.

Bolsonaro está, sim, preocupado com a saúde pública, mas também está preocupado com a vida do trabalhador e, insistentemente, tenta acalmar a população, como faz um pai com o filho. Isso mostra que, por mais grave que pareça, a letalidade deste vírus, quando se trata de pessoas saudáveis, é extremamente baixa. Bolsonaro está preocupado com o coronavírus e está consciente da realidade, mas também está preocupado com o desemprego que pode atingir o trabalhador e com a quebra geral no comércio, que já se iniciou.

Mas não adianta! Para a extrema imprensa, o irresponsável é Bolsonaro.

Agora, prestem atenção: no dia 9 de março, em um ambiente fechado,

com cerca de 1.300 convidados, autoridades como o Governador do Rio, Wilson Witzel, o Governador Doria, o Presidente desta Casa, Rodrigo Maia, e o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, participaram da inauguração da CNN Brasil. Foram 1.300 pessoas reunidas num ambiente fechado, agora, no dia 9 de março, mas em momento nenhum a imprensa disse que esses homens importantes da República foram irresponsáveis.

Querem mais outro dado? No dia 8 de março, portanto, na semana passada, João Doria realizou em São Paulo a Corrida da Mulher, com mais de 15 mil mulheres inscritas. O evento, realizado no Parque Ibirapuera, teve *shows* com artistas famosos e contou com a participação de mais de 100 mil pessoas andando por ali. Talvez essa seja a principal razão de São Paulo liderar o ranking dos contaminados pelo coronavírus no Brasil. Mas o irresponsável é só Bolsonaro.

Há cerca de 20 dias, quando a epidemia do coronavírus já era uma realidade, a Prefeitura e o Governo do Estado do Rio não tomaram a decisão que, àquela altura, já era vista com bons olhos pelos especialistas em epidemia: cancelar o Carnaval. Por que não cancelaram? Por interesses inclusive de transmissão televisiva. Sabem quantos mil turistas o Rio de Janeiro recebeu já com a realidade do coronavírus no mundo inteiro? Mais de 2 milhões de turistas, sendo que 23% deles vindos do estrangeiro. Mas o irresponsável é só Bolsonaro.

Mais de 2 milhões de pessoas usam trens e metrô diariamente no Rio de Janeiro. Mais de 7 milhões em São Paulo. Dá para calcular quantos mil passageiros andam em ônibus lotados no Brasil? Mas, se houver uma explosão da pandemia, a culpa é de Bolsonaro e de seus apoiadores.

O que a imprensa estaria dizendo neste momento, se fosse Bolsonaro o presidente do Japão e desse a declaração que não irá suspender as Olimpíadas, que começam daqui a 60 dias, aproximadamente?

Soube que a Deputada Estadual Janaina Paschoal propôs que Toffoli, Alcolumbre e Maia convidassem o Presidente Bolsonaro a deixar Mourão ficar no seu lugar. O Deputado Alexandre Frota vai protocolar um pedido de *impeachment* contra o Presidente da República por atentando à saúde pública. O PT fez um pedido à Justiça Federal para que o Presidente seja proibido de comemorar seu aniversário, porque haverá dez, vinte familiares cantando parabéns para ele, o que contrariaria a lei que definiu as regras de isolamento e quarentena!

Vejam a que ponto o PT chegou! O *Intercept*, site esquerdista, publicou esta semana o seguinte em sua página: *Pouco caso de Bolsonaro*

pode contaminar mais de 478 mil pessoas no Brasil.

Tudo isso, senhoras e senhores, vai mostrando ao povo brasileiro que toda essa turma, a extrema imprensa, a Esquerda, a nova Esquerda, o centrão, os isentões, se uniu contra Bolsonaro por uma única razão: dizer que o Presidente Bolsonaro está atrapalhando a governabilidade e que, enquanto não voltar a governabilidade, o País terá um Presidente horrível, e a imprensa e boa parte deste Congresso querem a governabilidade. Ocorre que o Presidente da República percebeu isso e afirmou que vai cumprir sua promessa de campanha.

Alguém é contra fazermos hoje, às 21 horas, um "panelaço"? Povo brasileiro, se nós deixarmos eles se aproveitarem deste momento para fazer o "panelaço" deles, saibam que a extrema mídia irá dizer que o povo brasileiro não está ao lado do Governo Bolsonaro. É por isso que, embora não seja o melhor momento para esse tipo de manifestação, temos que nos posicionar, para calarmos a boca daqueles que querem o caos instalado para verem o fracasso do Governo Bolsonaro.

Já falam, Ministro Osmar Terra, em *impeachment* claramente. Já não escondem mais, as conversas já não estão mais nos corredores desta Casa, as conversas sobre *impeachment* já estão na imprensa. É muita calhordice, é muita canalhice! Ainda bem que o povo brasileiro não é mais massa de manobra, e tanto que não é que, quando o Presidente Bolsonaro disse que não fosse às ruas, o povo respondeu: "*Desculpemos, Jair, mas nós vamos.*" Nem o Presidente da República é capaz de controlar a ansiedade do povo brasileiro de se libertar desse covil de corruptos e de ladrões que só querem o mal desta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 110/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/03/2020-17:08
Publ.: 3/19/2020 -	DCD	SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2020, sobre o reconhecimento, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus. Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de busca de entendimentos junto ao Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, com vista à

revogação do veto aposto pelo gestor estadual à proposta de reajuste salarial das forças de segurança pública.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos nesta sessão com a responsabilidade do mandato para contribuir com as decisões de Estado, entendendo ser, de fato, importante e necessária a aprovação do decreto de calamidade pública e fundamental a participação efetiva do Estado,

seja nas ações de enfrentamento dessa pandemia, seja na atuação, em toda a cadeia produtiva, no sentido de preservar empregos, preservar renda, preservar a economia brasileira. É fundamental que o Estado brasileiro, neste momento, tenha a coragem de tomar decisões que viabilizem a sustentabilidade da economia enquanto combatemos essa pandemia.

No entanto, eu não posso me furtar a já fazer deste plenário um apelo ao Presidente Bolsonaro. O fato é que, mesmo diante de todas as críticas e de todas as avaliações, Minas Gerais passou por um processo de negociação com as forças de segurança do Estado, isto é, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Corpo de Bombeiros, agentes prisionais, no sentido de negociar, junto ao Governo, a recomposição da remuneração desses profissionais, defasada por causa da inflação havida desde 2015.

O Governo, com sua autonomia, fez a negociação, que está registrada em ata. A negociação foi pública e levou 6 meses de reuniões formais. Agora em março, o Governador deveria encaminhar o projeto, e a Assembleia, aprová-lo, também aprovando os projetos de reajuste do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Assembleia Legislativa, da Defensoria Pública. Enfim, tratava-se de um pacote. Ocorre que ele vetou o reajuste relativo à segurança pública de 2021 e 2022, com alegação e coação formal do Governo Federal, que, através da Advocacia-Geral, provocou o STF por meio do Ministro Luiz Fux para derrubar as liminares que garantiam ao Estado de Minas Gerais o não pagamento da sua dívida, sob a ameaça de não permitir a recuperação fiscal de Minas Gerais.

Nós queremos fazer aqui um apelo ao Presidente Bolsonaro, porque, neste enfrentamento da pandemia de coronavírus, algumas categorias jamais serão dispensadas. A primeira delas, por óbvio, são os profissionais de saúde, a quem rendemos as nossas homenagens. Os profissionais de saúde não serão em hipótese alguma dispensados. Outra categoria que não será dispensada é a da segurança pública. Nenhum policial militar será dispensado. Pelo contrário, terão as férias cassadas, e só se respeitarão as dispensas médicas. Todos os

profissionais da segurança pública serão chamados ao enfrentamento, não importando o tamanho do risco que vão correr.

Portanto, faço um apelo ao Presidente Bolsonaro, para que aja em favor da segurança pública de Minas Gerais, não contra ela. Se há a necessidade de o Estado brasileiro intervir na economia para enfrentar a pandemia, que ele respeite a necessidade e a autonomia do Estado de Minas Gerais para fazer essa concessão.

Documento 111/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/03/2020-17:16
Publ.: DCD 3/19/2020 -	- JOÃO MARCELO SOUZA-MDB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos da Casa. Defesa de cumprimento das medidas de prevenção do coronavírus anunciadas pelo Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e por infectologistas. Liberação de recursos de emendas orçamentárias destinadas à saúde municipal, diante da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2020, sobre o reconhecimento, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus. Urgente necessidade de fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de vacina contra a gripe H1N1 ao Estado do Maranhão.

O SR. JOÃO MARCELO SOUZA (Bloco/MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, quero antes de mais nada cumprimentar V.Exa. pela admirável coordenação da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados eu conversava com nosso grande amigo o Deputado Osmar Terra, hoje Ministro, sobre a problemática do coronavírus e sobre o que tem acontecido, nos últimos tempos, no mundo: primeiro na China, depois na Europa e, agora, nos Estados Unidos e na América do Sul. O Deputado Osmar contestava o alarmismo que está acontecendo.

Realmente chegamos ao ponto de não sabemos quais serão os efeitos do coronavírus no Brasil. O alarmismo chegou aqui, e nós estamos em um momento em que temos que seguir o que o Ministério da Saúde e os especialistas têm a nos dizer. Ou seja, chegaram a reclusão, a não

ida aos *shoppings*, o fechamento das escolas, dos bares e restaurantes. A população se fecha para se proteger, e de fato temos que proteger nossos idosos e os grupos de risco. Essa tem sido a forma que a população do mundo tem encontrado de combater essa grande pandemia, o que, eu, com 46 anos de idade, nunca tinha visto acontecer. Espero realmente que o Deputado Osmar tenha razão e que a pandemia não chegue no Brasil tão alarmante como está chegando na Itália e em outros lugares do mundo.

Lembro que, com a aprovação do decreto de situação de calamidade pública, nossas emendas à saúde, meus caros amigos, não estão mais contingenciadas. Nós podemos liberar nossas emendas para a saúde nos Municípios. Eu clamo ao Executivo que possamos liberar essas emendas diretamente para os Municípios, que é neles que mora a população.

Por fim, senhoras e senhores, há no Maranhão um surto de H1N1. Não podemos nos concentrar só no coronavírus. Estamos com o déficit de 1 milhão de vacinas no Estado. Parece que o Ministro Mandetta já determinou a distribuição dessas vacinas até o fim do mês de março. Isso é urgente, porque pode ser que a H1N1 mate mais do que o coronavírus, e nós não estejamos vendo isso.

Presidente, peço o registro deste pronunciamento nos veículos de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 112/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/03/2020-17:20
Publ.: DCD 3/19/2020 -	EDUARDO BISMARCK-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade de atendimento à pauta municipalista, nos termos preconizados na carta da Confederação Nacional dos Municípios - CNM, medida necessária para combate à evolução do coronavírus. Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 733, de 2020, proibitivo da interrupção no abastecimento de energia elétrica de consumo residencial em situação de emergência sanitária. Apresentação de conjunto de projetos de lei em benefício dos microempreendedores individuais.



O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, ontem, falei desta tribuna sobre a importância de observarmos a pauta municipalista neste momento de combate ao coronavírus. É muito importante que observemos pequenas ações que podem ser tomadas, porque, afinal de contas, o primeiro local a que as pessoas que estão contaminadas eventualmente se destinam é o ambulatório, o posto de saúde, a UPA, o hospital municipal.

Hoje, por coincidência, recebi uma carta da CNM - Confederação Nacional de Municípios, que V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, também recebeu, assim como o Presidente Jair Bolsonaro, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, o Ministro da Saúde, Mandetta, que lista 17 pontos da pauta municipalista.

O 11º ponto dessa carta fala justamente do que eu falei ontem desta tribuna, a antecipação do pagamento das emendas de custeio, PAB e MAC, para Municípios e Estados. É muito importante a sensibilidade do Governo Federal no sentido de destinar essas emendas o mais rápido possível.

Há também o 12º ponto dessa carta da CNM, muito importante, que é a suspensão temporária, por 120 dias, da negativação de Municípios e de consórcios no cálculo que permitiria a transferência de recursos mais rapidamente, para que se superem pequenos pontos burocráticos.

Sr. Presidente, caminhando para o encerramento desta fala, lembro dois pontos. Primeiro, gostaria de registrar que protocolei projeto de lei, para o qual pedi urgência na votação, que trata da proibição, em emergências sanitárias, do corte do fornecimento de energia por um período de até 6 meses, porque vemos que muitos trabalhadores informais que estão perdendo renda neste momento de crise não poderão pagar sua conta de energia e serão obrigados a ficar dentro de casa.

Também apresentei, na semana passada, um conjunto de projetos para microempreendedores individuais que caem muito bem neste momento de crise. O plano anunciado pela equipe econômica e pelos Presidentes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil contempla bancos, pequenas e médias empresas, créditos agrícolas, mas não contempla, de forma alguma, microempreendedores individuais. Isso não é só para ajudá-los, mas também para incentivá-los. Espero que, neste momento de crise, tomem providências no sentido de continuar investindo, empreendendo, para que esses trabalhadores tenham uma segunda renda ou ainda uma renda

principal.

Esse é o meu pleito de sensibilidade ao nosso Executivo Federal, para que votemos a pauta municipalista e seja antecipado o pagamento das emendas, assim como o Projeto de Lei nº 733 e os voltados para as microempresas individuais.

Agradeço a todos os nobres colegas Deputados.

Documento 113/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/03/2020-17:24
Publ.: DCD 3/19/2020 -	EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Competência e profissionalismo da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, demonstrados no atendimento a demandas do setor produtivo rural. Importância do cumprimento de normas sanitárias determinadas pelo Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero deixar registrado aqui o profissionalismo e a competência da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Nós iniciamos ontem, junto com o Ministério, a construção de uma inteligência para que o Brasil não fique desabastecido, principalmente de hortifrutigranjeiros e proteína animal, como carne, ovos e leite.

É possível parar, com danos, uma indústria de calçados, de automóveis, da linha branca, mas não se consegue fechar um curral, de onde se tira leite. Não é possível parar o crescimento do frango, e não se tem como pedir aos porcos para pararem de crescer. Naturalmente, há um período certo para o abate, e nas câmaras frias dos nossos frigoríficos e nas nossas plantas industriais existe um limite.

Portanto, a Ministra Cristina já desencadeou essa construção.

Nós estamos também muito preocupados com as nossas Centrais de Abastecimento, as CEASAS. Quem conhece a CEAGESP, a CEASA do Espírito Santo e a CEASA de Minas Gerais sabe que ali há um

formigueiro humano, gente do País todo, gente do mundo todo. Isso realmente pode ser motivo de preocupação.

Estão fazendo esforço para repensar toda a logística de distribuição, para que possamos manter o processo produtivo em segurança, como eu disse, naturalmente o processamento do leite, o processamento das nossas carnes. Assim, também é preciso pensar num plano de distribuição, para que o Brasil possa ter tranquilidade.

Não vai faltar alimento. Nós estamos com uma boa safra. O setor produtivo está muito bem organizado. Estamos criando um mecanismo para realmente estruturar o setor e oferecer segurança.

Levamos à Ministra essa nossa preocupação, para que possa fazer um apelo aos Governadores, porque a revisão do plano de logística e distribuição pode aumentar os custos dos produtores. É preciso pensar, por exemplo, numa desoneração do óleo *diesel* para o transporte de carga viva, para o transporte desses alimentos quando se sai da rota original. Por exemplo, em vez de entregar na CEASA do Espírito Santo, que se possa entregar em Cachoeiro de Itapemirim, em São Mateus; em vez de entregar na CEASA de Belo Horizonte, que se possa entregar numa região mais perto. Tudo isso gera um custo, um ônus para os produtores, para os atacadistas e para os distribuidores.

A Ministra já se posicionou sobre isso. Está trabalhando nessa direção. Já fizemos contato com Secretários de todos os Estados. Eu tenho certeza de que o setor produtivo está organizado e tem no Ministério a liderança da Ministra, com um diálogo muito próximo com o setor produtivo, com a nossa CNA, com as nossas federações.

O Ministro Mandetta, brilhante, corajoso, ousado e propositivo, realmente nos coloca uma regra objetiva e clara, para que as famílias possam cumprir as normas sanitárias determinadas por ele e ter a tranquilidade de que nas suas cidades não vai faltar alimento.

Portanto, há essa política de abastecimento, com essa disciplina, com essa organização e com o apoio também aos produtores rurais.

Muito obrigado.

Documento 114/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/03/2020-17:24
Publ.: DCD 3/19/2020 -	- RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES

Sumário

Incompetência do Presidente Jair Bolsonaro, demonstrada no pronunciamento à Nação a respeito da pandemia de coronavírus. Falta de condições cognitivas de Jair Bolsonaro para exercício do cargo de Presidente da República. Apelo aos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal por promoção de ações contra o coronavírus e pela governança do País.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu estive hoje na reunião do Colégio de Líderes e, em seguida, fui até o meu gabinete assistir ao pronunciamento que o Presidente da República faria à Nação.

O Presidente teve hoje a oportunidade de pedir desculpas ao País por ter negligenciado o combate ao coronavírus quando já estavam aí todas as notícias do que ocorria na China, do que começava a ocorrer na Ásia e do que aos poucos ia chegando à Europa, aos Estados Unidos e ao Brasil.

O Presidente não o fez, e toda a expectativa gerou uma grande frustração.

Há um ditado popular que diz que a montanha pariu um rato. Há, Sr. Presidente, algum problema cognitivo, ele não tem noção do que é ser Presidente da República, não tem noção do que é ser Chefe de Estado! Em vez de liderar o País, liderar os Governadores, liderar os Prefeitos de toda parte, mobilizar todos os entes públicos, mobilizar a iniciativa privada para, com eficiência e rapidez, enfrentarmos o problema do coronavírus, o Presidente prefere negar a tudo!

Hoje, o que fez o Presidente? Ele não se coloca como Chefe da Nação, ele se coloca como líder de uma corrente, como líder de uma facção, como cabo eleitoral de uma turma! Em vez de falar à Nação levando tranquilidade e mostrando que o Governo vai agir com todas as medidas necessárias, ele prefere usar boa parte do tempo para atacar a imprensa, atacar a mídia e fazer um chamado para um ato não sei a que horas da noite de hoje - mais preocupado com a movimentação da sua corrente do que com aquilo que, de fato, preocupa e assusta o Brasil inteiro!

Aqui não faltou alerta! Aqui não faltou chamar a atenção do Governo! Eu gostaria de fazer um apelo a alguns Parlamentares que usaram esta tribuna: vamos ter menos certeza, vamos agir com mais cautela e com mais segurança, como o mundo inteiro, embora atrasado, está

procurando fazer.

A economia pode enfrentar percalços, até porque ela já estava muito ruim, o Brasil já vinha numa crise muito grave! Para a economia, há conserto ao longo do tempo, mas as vidas perdidas, não há como recuperá-las. Nós precisamos levar tranquilidade ao País, salvar a vida das pessoas!

Faço aqui, Sr. Presidente, um apelo para que o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e o do Supremo Tribunal Federal e todas as pessoas que têm responsabilidade pública fiquemos por perto, porque o Brasil parece uma nau desgovernada, porque a cadeira de Presidente está vazia. A cadeira de Presidente está vazia! A faixa presidencial está no peito de uma figura que não sabe o que é chefiar a Nação, embora tenha sido eleito para isso; está no peito de uma figura que não sabe o que é ser Presidente da República, embora tenha sido eleito para isso!

O povo brasileiro, a Nação brasileira, aos poucos, vai tomando consciência. As ruas já começam a mostrar isso. Daqui a pouco, as pesquisas também mostrarão que o Brasil não tem um governo à altura das necessidades e para este momento de crise e de dificuldade que vivemos.

Aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, vamos deixar a luta política de lado, vamos deixar a luta eleitoral de lado e vamos oferecer ao Governo todos os instrumentos que ele precisar para combatermos esta pandemia, em prol do povo brasileiro.

Documento 115/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	17:32
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	PAULO TEIXEIRA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contribuição do Presidente Jair Bolsonaro para disseminação do coronavírus no País. Importância da instituição de políticas públicas necessárias para superação dos efeitos da crise gerada pelo coronavírus. Realização no País de manifestações e panelaços contra o Presidente da República.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas,

inicialmente quero agradecer ao meu Líder, Deputado Enio Verri, por me ceder o tempo dele para eu falar desta tribuna.

Estamos vivendo tempos dramáticos no Brasil, que requerem liderança política. Tempos dramáticos que requerem estatura para conduzir o País para a superação deste momento. Tempos dramáticos em que estamos vivendo uma pandemia, que já chegou ao Brasil, e que requer atenção de alto nível e o sacrifício das pessoas, que devem se recolher a suas casas. Muitas delas estão perdendo a renda de sua sobrevivência para conseguir vencer essa pandemia.

O primeiro equívoco veio do Presidente da República, que, de um lado, negou a pandemia e a minimizou. Ele viajou para o exterior e hoje são 14 os infectados da sua comitiva.

Por outro lado, ele contrariou uma orientação do seu Ministro da Saúde ao participar de uma concentração, no último domingo, o que ajudou a proliferar essa epidemia no Brasil.

Um haitiano conseguiu concentrar e sintetizar o pensamento nacional. Ele disse ao Presidente: *"O senhor não governa mais. O senhor está ajudando a disseminar o vírus"*. E foi isso que aconteceu.

Sras. e Srs. Deputados, é fundamental, neste momento, que o País, apesar de estar acéfalo, possa conduzir as políticas públicas para a superação dessa pandemia.

Eu organizo as políticas públicas em quatro pontos.

O primeiro, uma forte atenção ao Sistema Único de Saúde, aos profissionais abnegados e dedicados que poderão ajudar a garantir a sobrevivência de muitos que se infectam.

Por essa razão, defendemos que se destinem 21 bilhões para que o SUS contrate as equipes de Saúde na Família, fortaleça o Mais Médicos, amplie a testagem da população, organize leitos de UTI e compre máscaras, gel e álcool. Enfim, para que se garanta que o Sistema Único de Saúde, que é público, um privilégio neste País, dê conta dessa pandemia.

Em segundo lugar, achamos fundamental proteger o emprego e as famílias mais pobres. Proteger o emprego por meio de uma política para as empresas e para os empregados, que terão de se recolher a suas casas. Muitas empresas não poderão funcionar nesse período.

É fundamental proteger os empregos e, por outro lado, proteger a população que vive na informalidade, que vive do comércio ambulante, que vive de serviços e que não tem carteira registrada. Para ela, é

fundamental que se tenha uma renda básica de cidadania, um salário mínimo, como foi proposto pela Oposição e pelo nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, para fazer frente a esses gastos, e, ao mesmo tempo, evitar que o gás, que a luz e que a água sejam cortados.

Por isso, é preciso de uma medida forte, como está acontecendo na França, na Itália e em outros países para fazer frente a isso.

Em terceiro lugar, é fundamental que nós consigamos que os bancos públicos, a Caixa e o Banco do Brasil, possam oferecer crédito, possam renegociar as dívidas, possam salvar as empresas, para que haja dinheiro na economia para fazer face à paralisia, que é anterior a essa pandemia.

Nós entendemos que a economia, neste momento, precisa de um cuidado, e não são as políticas, entre aspas, de austeridade de Paulo Guedes que vão dar conta do funcionamento da economia, mas são políticas anticíclicas, políticas de incentivo e de estímulo para que a economia brasileira possa funcionar neste momento.

E termino dizendo que o povo brasileiro já está no limite com este Presidente. Ontem, em várias capitais, aconteceram protestos, pанаeços, que se repetirão nesta noite, contra o Presidente.

Ele, hoje, usou aquele momento nobre para falar com a população para convocar, e convocou, na minha opinião, um protesto contra si próprio, que vai acontecer nesta noite.

Bolsonaro não tem condições de governar o Brasil.

Documento 116/318

36.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/03/2020-17:36
Publ.: 3/19/2020 -	DCD	EDUARDO COSTA-PTB -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à manifestação do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em prol da proteção dos idosos contra o coronavírus. Apreensão ante a inexistência no País de leitos suficientes em UTIs para atendimento aos contaminados pelo vírus. Maior atenção governamental para com os trabalhadores desempregados e na informalidade, e com as populações situadas na linha da pobreza, diante

da pandemia do coronavírus.

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero também colocar aqui a minha opinião e a opinião do meu partido, o PTB, sobre a atual situação.

Não podemos minimizar esta situação, não podemos ser irresponsáveis em minimizar esta situação. Temos que aprender com os países que já passaram pelo seu momento de pico, como a China, como a Itália, que está passando agora. Não podemos minimizar mais de 9 mil mortos, não podemos minimizar toda uma recessão que não é do nosso País, é global.

Temos que preservar, como bem disse aqui o Ministro Luiz Henrique Mandetta, os nossos idosos, os nossos velhinhos, são eles que nós temos que preservar.

A nossa preocupação, hoje, no Brasil, é que nós não temos leitos disponíveis de UTI.

No nosso País, se houver um surto de muitos casos que necessitem de tratamento de respiração assistida, o sistema vai entrar em colapso, porque não existe disponibilidade de leitos. Nós, no Brasil, estamos apenas no início do problema. A nossa curva é ascendente, e essa preocupação nós precisamos ter.

Temos que parabenizar também a pessoa do Ministro Luiz Henrique Mandetta, porque S.Exa. está sabendo conduzir todo esse processo. Graças a Deus, S.Exa. está à frente desse Ministério!

Nós nos preocupamos, como foi dito há pouco pelo Deputado Paulo Teixeira, com os desempregados, com os informais, com os mais de 52 milhões de brasileiros que estão na linha da pobreza ou abaixo dela. Estes não têm condições de ficar em quarentena, sem comida, sem assistência. Temos que garantir a eles os serviços essenciais, como luz, água e telefone. Esses serviços essenciais têm que ser garantidos para essa fração da nossa sociedade. Existem quase 56 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único do Ministério da Cidadania. Essas pessoas têm que ser assistidas. Tem que haver renda, tem que haver distribuição de renda, para que essas pessoas possam passar por este momento mais difícil. Essas pessoas não têm poupança, não têm aplicação, não têm emprego que lhes garanta um salário no fim do mês, e é com elas que temos de nos preocupar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Devolvo-lhe a palavra.

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	17:40
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	ORLANDO SILVA-PCDOB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País, em decorrência da pandemia de coronavírus.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trata-se de projeto de decreto legislativo correspondente à Mensagem enviada pelo Presidente da República, no dia de hoje, a Mensagem nº 93.

Saliento, Sr. Presidente, que a base da mensagem é o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, comumente chamada por todos de Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa mensagem chegou no dia de hoje, e eu chamo a atenção da importância de a Câmara dos Deputados estar em plantão, para votar a mensagem no dia de hoje, revelando total compromisso do Parlamento brasileiro em criar as condições necessárias para o País enfrentar as consequências da expansão do coronavírus, da pandemia do coronavírus.

A mensagem deixa claro que o objetivo é permitir que o Governo tenha alternativas às metas fiscais. O Decreto Legislativo, ao reconhecer o estado de calamidade pública no Brasil, permite o descumprimento das metas fiscais previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. O Governo passará a ter condições orçamentárias e financeiras para fortalecer o Sistema Único de Saúde - SUS, que é o principal instrumento para combater a expansão da epidemia, e adotar medidas no campo econômico que vai garantir uma renda mínima universal para a população brasileira de modo a permitir o confinamento e as outras medidas orientadas pelo Ministério da Saúde, que vão impedir a propagação sem controle desse vírus. Portanto, Sr. Presidente, eu considero que é muito importante que o Parlamento brasileiro tome essa decisão.

Quanto às dúvidas de alguns colegas sobre a repercussão que poderia ter esse decreto, eu saliento que o decreto trata especificamente da Lei de Responsabilidade Fiscal, reconhecendo calamidade pública nos

termos fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

E, ao mesmo tempo, o decreto propõe a criação de uma comissão mista do Congresso Nacional, composta por seis Deputados e seis Senadores, e seus respectivos suplentes, comissão que vai acompanhar permanentemente a evolução da execução orçamentária e financeira por parte do Governo. O decreto prevê que, mensalmente, haverá um encontro com técnicos do Ministério da Economia, e, a cada 2 meses, o próprio Ministro, após publicar o relatório circunstanciado dessa execução orçamentária, terá oportunidade de encontrar-se com a comissão, em audiência pública.

Nós pretendemos, portanto, que haja a máxima transparência.

Interessa-nos que a sociedade brasileira, que a população brasileira possa acompanhar com a máxima transparência cada centavo que vai ser disponibilizado para o investimento em medidas de combate ao coronavírus.

Fazendo uma alegoria, mais cedo registrei que não se trata de um cheque em branco, mas de um crédito sem limites que o Governo terá para adotar todas as medidas necessárias para nós vencermos a guerra contra o coronavírus, sejam medidas no campo da saúde, sejam medidas no campo do emprego, de modo que o País possa sair mais forte do combate que realiza nesse sentido.

É importante dizer que houve um entendimento, no que diz respeito ao texto, com o Senado Federal. Construimos o texto em diálogo com o Senador Antonio Anastasia, Relator designado pelo Senador Davi Alcolumbre. Desse modo, nós poderemos dar celeridade à tramitação nas duas Casas e oferecer a resposta no tempo certo.

Por isso, Presidente, acredito que o reconhecimento da situação de calamidade pública, com as repercussões que terá sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, vai oferecer ao Governo todos os instrumentos para combater essa pandemia, sobretudo, eu diria, fortalecer o Sistema Único de Saúde e permitir que o Governo coopere com Estados e Municípios para que Estados e Municípios e o poder central, juntos, possam enfrentar os riscos oferecidos por esta pandemia,

Pela Comissão de Finanças e Tributação, Presidente, nós manifestamos o parecer pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto.

No mérito, somos pela aprovação da Mensagem nº 93, de 18 de março

de 2020, na forma do projeto de decreto legislativo que ora apresento. Procedo à leitura do texto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica reconhecida, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Art. 2º. Fica constituída a Comissão Mista, no âmbito do Congresso Nacional, composta por seis Deputados e seis Senadores, com igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus, COVID-19.

§1º - Os trabalhos poderão ser desenvolvidos por meio virtual, nos termos definidos pela Presidência da Comissão.

§2º - A Comissão realizará, mensalmente, reunião com o Ministério da Economia para avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus, COVID-19.

§3º - Bimestralmente, a Comissão realizará audiência pública com a presença do Ministro da Economia para apresentação e avaliação de relatório circunstanciado da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional, relacionada ao coronavírus, COVID-19, que deverá ser divulgado pelo Poder Executivo antes da referida audiência.

Art. 3º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de março de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Passa-se à discussão.

Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho. *(Pausa.)*

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, permita-me.

O parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifesta parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

Documento 118/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	17:48
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Discussão da Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País, em decorrência da pandemia de coronavírus. Declaração de voto favorável à aprovação da mensagem presidencial.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, Parlamentares aqui presentes, o art. 65 é muito claro quando afasta aquelas exigências no que diz respeito às regras de gasto com pessoal, de endividamento no setor público e, sobretudo no seu inciso II, quando fala do afastamento do cumprimento das regras e resultados primários estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, é importante que esta Casa neste momento esteja ao lado do povo brasileiro, ao lado obviamente dessa proposta de calamidade que o Presidente Bolsonaro propõe neste instante.

Esta Casa, Sr. Presidente, sob sua liderança, dá uma demonstração inequívoca da preocupação do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados, em contribuir de maneira célere. Essa mensagem chegou hoje à Câmara dos Deputados, e o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, já está votando a matéria da maneira mais rápida possível para poder dar tranquilidade ao Ministério da Economia, ao Poder Executivo, ao Ministério da Saúde e aos demais Ministérios vinculados a esta Casa para que possamos, portanto, permitir que o Governo brasileiro, primeiro, possa expandir gastos primários - 3,1 bilhões a mais para poder incorporar 1,4 milhões de pessoas que estão fora do Bolsa Família; para que possa expandir inicialmente o gasto com saúde em 4,5 bilhões de reais e outras despesas, que, com certeza, no decorrer do processo, vão ser acopladas a essa obtenção do resultado,

e o Brasil vai medir isso periodicamente.

A minha ponderação, Sr. Presidente, e já conversei com o Deputado Orlando, é a de que no nosso decreto legislativo, a única obrigatoriedade é que, bimestralmente, nós vamos avaliar aqui na Câmara, com a vinda do Ministro, o que ele fez, quais são as ações que foram tomadas e assim por diante.

O PDT interpreta que é importante dizer algo assim: o Poder Executivo publicará mensalmente relatório circunstanciado com os custos de cada medida adotada para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Então, *"tomei a medida A, tantos bilhões, impacto no resultado primário dessa maneira"*. É um relatório simples, porque há a obrigatoriedade pela LRF de o Governo Federal publicar bimestralmente os seus impactos de despesa primária e de receita do RREO, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Eu acho que a população brasileira tem que tomar conhecimento. Não somente a Câmara dos Deputados, mas também as universidades querem analisar esses impactos, os Institutos de Pesquisa, o próprio IPEA quer ter acesso a essas informações.

A minha ponderação é essa. E já externo aqui o voto favorável do meu partido, por delegação do nobre Líder Wolney Queiroz. Aliás, há vários Deputados do PDT aqui presentes. Estou vendo o Deputado Eduardo, o Deputado André também estava aqui e vários outros que, com certeza, estarão junto conosco nessa empreitada.

A minha ponderação, Sr. Presidente, é a de que possamos ter uma regra conforme já estabelecido na LRF, de publicação mensal ou bimestral, dependendo da disponibilidade do Governo, dispendo a ação tomada, o valor e a sua ação correspondente nas metas de resultado primário. É uma coisa simples, e o Governo Federal já faz isso. Aliás, o setor público brasileiro já faz isso bimensalmente.

Seria só um mero ajuste lá no último artigo que o Deputado Orlando empreendeu neste exato momento, a quem eu peço, portanto, que ele possa analisar assim, com a percuciência que lhe é peculiar essa nova redação que incorpore essa preocupação, não minha, do Deputado Mauro Benevides Filho, mas de toda a população brasileira de pesquisadores que querem ter acesso a esses relatórios.

E, com certeza, o Governo, a partir dessa aprovação, terá todos os mecanismos. Aí, não terá mais desculpas para estabelecer o nível de gasto corrente, na área da saúde ou em investimento. Com essas medidas de médio prazo, ele poderá, portanto, dar tranquilidade não somente àqueles que analisam as contas do Governo Federal, mas

também a uma grande maioria da população brasileira que está preocupada, inclusive com o seguinte: o Brasil tem 36 milhões de pessoas no Bolsa Família, mas há 71 milhões de pessoas no CadÚnico, ali na pobreza. Então, 71 milhões menos 36 milhões, haverá aproximadamente 40 milhões de brasileiros e brasileiras que precisam ser lembrados pelo Ministério da Economia, pois estão hoje desprotegidos desse guarda-chuva do Governo Federal. Sugerimos ao Ministério da Economia que se preocupe profundamente com essas pessoas

Portanto, somos favoráveis, Sr. Presidente, ao decreto legislativo.

Documento 119/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	17:56
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de medidas efetivas em prol das empresas e da preservação de empregos. Importância de aprovação da Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País, em decorrência da pandemia de coronavírus. Urgente realização da reforma tributária.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, a crise é gravíssima, nós estamos assistindo, observando a cidade, recebendo várias mensagens de empresários, principalmente do setor de serviços. O problema dessa crise é que ela não veio aos poucos, ela simplesmente foi de um dia para outro, despencando, pedidos sendo cancelados.

Eu acho que nós, como representantes do povo, temos que ter muita sensibilidade com o que está acontecendo de imediato. As medidas que o Governo está tomando são importantes, mas são muito paliativas. Eu entendo que é o plano A do Governo, mas o Governo tem que ter o plano B, C, D.

As empresas precisam, de fato, é de liquidez. Elas precisam ter recurso, elas precisam ter capital de giro, porque elas não vão conseguir pagar os seus tributos. Nós precisamos aqui inclusive aprovar algumas leis urgentes para poder flexibilizar as relações trabalhistas, para poder fazer com as empresas deem licença sem demitir, porque demitir no Brasil custa caro. No Brasil, para você



demitir, há multa de fundo de garantia, férias, décimo terceiro, e as empresas nem vão ter esse dinheiro para poder fazer isso. Os recursos vão cair, a arrecadação do Governo vai cair. Então, de forma planejada, devemos começar a fazer o diferimento dos tributos, dar bastante tempo para as empresas poderem manter, girar, continuar girando, serem criativas e, nós, o Parlamento, temos que estar com essa sensibilidade o tempo todo, percebendo o que está acontecendo e ter responsabilidade para com a população.

O Deputado Mauro Benevides estava explicando sobre BPC, sobre Bolsa Família, sobre Cadastro Único, mas nós temos que lembrar daqueles que empregam, dos empreendedores, porque são eles que vão quebrar agora imediatamente, gerando desemprego. Haverá mais gente nessa fila, mais gente vai estar desamparada. E gente desempregada vai precisar do Estado. Ninguém vive de fotossíntese.

Portanto, temos que ter muita responsabilidade para poder dar condições às empresas pararem em pé e manter esses empregos. A Esquerda que sempre muito defende - *"não demita ninguém, vamos manter um emprego"* - vai ter que entender que é melhor uma licença com salário reduzido do que o desemprego.

Por isso, nós temos que flexibilizar essas relações de trabalho, manter esses empregos e a liquidez das empresas. Elas não vão conseguir pagar o tributo do mês que vem - não é nem o tributo daqui a 2, 3 meses, é do mês que vem. E empresa responsável protege seu caixa, inclusive para poder pagar salários e fornecedores.

Então, o que nós estamos aprovando hoje é importantíssimo. O Governo vai ter que flexibilizar seu orçamento para poder tirar menos recursos da sociedade, deixar o dinheiro para quem emprega, para as empresas, para que elas consigam ficar vivas, em pé, e não demitir. Este é o nosso foco: impedir que as empresas quebrem. Algumas vão ter muita dificuldade, principalmente as de serviços.

Quando nós falamos em serviços, Presidente, nós estamos falando de Municípios, onde moram os cidadãos, porque eles não vão pagar ISS, e é justamente o ISS o tributo dos serviços.

Sobre a reforma tributária, Sr. Presidente, já ficou tarde, mas vamos ter que fazer, não podemos deixar para trás. O sistema tributário que nós temos hoje penaliza ainda mais a empresa. Boa parte do nosso sistema tributário é baseada em tributação sobre o faturamento, não é sobre o valor agregado. As empresas cujo faturamento está caindo agora, na Europa e nos Estados Unidos, não vão pagar nada de imposto ou vão até ter crédito se venderem a menor. Por quê? Porque elas têm o sistema do IVA.

Agora, lucro presumido, regime do SIMPLES, substituição tributária é a presunção de um lucro em cima de uma emissão de nota fiscal. As empresas que vão emitir nota fiscal só para gerar, para vender almoço e comprar jantar, vão continuar pagando tributo no Brasil, mostrando que o sistema tributário brasileiro penaliza as empresas brasileiras em época de crise e penaliza ainda mais a retomada da economia.

Então vamos fazer a reforma tributária urgentemente!

Muito obrigado.

Documento 120/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	18:00
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia de coronavírus. Urgente necessidade da adoção de medidas de proteção dos trabalhadores brasileiros em face da evolução da doença no País. Defesa da criação de comitê nacional para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Repúdio à atuação do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos vivendo um dos momentos mais graves da história do Brasil, se não o mais grave.

O Presidente Bolsonaro escolheu liderar os fanáticos da extrema-direita, e não liderar o Brasil numa luta nacional que precisa ser feita contra o coronavírus.

Houve, nas últimas 24 horas, 475 mortos na Itália, em 1 dia, Presidente, e o crescimento geométrico no Brasil é parecido com o crescimento geométrico na Itália no início da crise, quando eles também não decretaram a suspensão das atividades.

O Governo não está preocupado com a saúde das pessoas. O Governo está preocupado com a saúde dos mercados.

Nós precisamos urgentemente garantir direitos para suspender o trabalho hoje, para que o povo não morra amanhã. Nós precisamos urgentemente garantir uma bolsa/renda mensal básica para os camelôs, para os trabalhadores de aplicativos, para os quase 40

milhões de brasileiras, que são a maioria dos informais, e brasileiros que estão na informalidade. Nós precisamos parar a atividade do Brasil.

Já foram três mortes; já foram mais de 9 mil casos suspeitos de infecção pelo coronavírus.

O que nós precisamos fazer é um comitê nacional para enfrentar a crise, liderado pela ciência, com o peso do Parlamento e de outras instituições, mas, infelizmente, não podemos contar com um Governo ou com um Presidente lunático. Só que a insanidade do Presidente e o lunatismo do Presidente não dizem respeito só ao seu entorno de aliados da extrema-direita - aliás, vários da comitiva presidencial já estão infectados -, mas dizem respeito à vida dos brasileiros e das brasileiras.

Nós precisamos urgentemente fazer esse debate no Parlamento. Infelizmente, não virá pela mão do Presidente Bolsonaro. O Bolsonaro é fator de aumento da crise da saúde neste momento, com a sua irresponsabilidade enorme na coletiva de hoje.

Foi um ato autoritário o pedido do AI-5 e do fechamento do Congresso e do Supremo! Ele, suspeito de estar infectado com coronavírus, apertou a mão das pessoas. Além disso, usou as suas redes sociais para convocar aglomerações públicas sem nenhuma lógica ou senso de responsabilidade, cometendo crime contra a Constituição Federal. E o mais grave, desautoriza cientistas e o Ministro da Saúde, que sabe e tem falado da gravidade do problema. E mais grave que isso, na coletiva hoje ele deixou claro que o Brasil não para porque a economia não pode parar.

É preciso parar hoje para não morrer amanhã! É preciso incentivar os trabalhadores. É preciso que haja políticas para as pequenas e médias empresas. É preciso que haja investimento público. O Estado tem que entrar para salvar a vida dos brasileiros, porque o sistema e o lucro não podem estar acima da vida. E, para esse insano, além do obscurantismo das *fake news*, infelizmente o mercado está acima da vida.

E eu concordo, Presidente: só a ditadura fechou esta Casa, não fechará mais. Mas também é muito importante que o povo não possa se mobilizar nas ruas, porque nós precisamos evitar aglomerações; usar álcool em gel - e tabelá-lo, aliás, porque está muito caro. Nós podemos ir para as janelas, nós podemos ir para as sacadas, nós podemos fazer panelaço e dizer que basta de Bolsonaro; "*fora, criminoso!*". A postura dele é uma irresponsabilidade, um crime contra o Brasil.

Documento 121/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	18:04
Publ.: DCD - 3/19/2020 - EDUARDO CURY-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Elevado número de pessoas com menos de 60 anos contaminadas pelo coronavírus na França.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um comunicado. A França acabou de anunciar que metade das pessoas entubadas tem menos de 60 anos. O quadro da França é diferente do quadro da Itália.

Documento 122/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	18:04
Publ.: DCD - 3/19/2020 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Discussão da Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País, em decorrência da pandemia de coronavírus. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença. Apresentação ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, pelo PSB, de conjunto de medidas emergenciais para combate aos efeitos da crise gerada pela pandemia de coronavírus.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu falo aqui pela bancada do PSB, o meu partido.

Nós, do PSB, vamos votar a favor do projeto de decreto legislativo que decreta estado de calamidade. É importante - e por isso fiz emenda nesse sentido - que fique explícito que esse estado de calamidade refere-se exclusivamente aos fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que sob hipótese alguma alguém tente associar essa calamidade à calamidade natural, prevista nos arts. 136 e 137 da Constituição Federal, que, ao falar de



calamidade, falam de estado de defesa e de estado de sítio. O que o Congresso vai fazer hoje aqui é reconhecer a calamidade pública para fins exclusivamente orçamentários. Isso em nada se aproxima de calamidade natural, prevista nos arts. 136 e 137 da Constituição Federal.

Em tempos normais, seria desnecessário falar isso, mas lamentavelmente o comportamento do Presidente da República continua nos inspirando todas as preocupações.

Vejamos aqui a coletiva que acaba de dar. Mais uma vez, insistiu na mentira de que tinha divulgado um vídeo de 2015 para convocar as manifestações deste ano. Mais uma vez, atacou a jornalista, como se ela estivesse inventando algo, e não divulgando o que ele fez. Mais uma vez, voltou a falar dessa pandemia, que matou milhares de pessoas no mundo todo, associando ao risco de histeria. Chegou ao ponto de dizer que não é o caso de comoção. Como não é o caso de comoção, se o próprio Governo pede que seja reconhecida calamidade pública para fins orçamentários? É de enorme tamanho a irresponsabilidade do Presidente, que continua não estando à altura dos brasileiros.

Infelizmente, mais uma vez, nesta crise, o Presidente da República mostrou que não está à altura do cargo, que não tem o mínimo de equilíbrio, de responsabilidade, de grandeza para liderar o País neste momento, que é o mais grave da sua história recente. O Presidente da República não é um fator de tranquilidade para o País, porque esse é o papel de um grande líder: transmitir segurança, tranquilidade, paz para as pessoas. Ele é um fator de instabilidade, de preocupação, de desequilíbrio para o País, ao ponto de, no domingo, ter ido abraçar pessoas na frente do Palácio, inspirando um comportamento que todos devemos evitar. Péssimo exemplo o dele! Péssimo o exemplo do Presidente da República! Deveria se envergonhar disso. Mas hoje insistiu em defender esse comportamento, então é profundamente lamentável.

Mas nós, do PSB, não vamos misturar. A profunda crítica e decepção que nós temos com o comportamento dele, e o despreço - aliás, eu nem posso dizer decepção, porque, infelizmente não esperava muito, embora seja pior do que eu imaginava... Mas nós não vamos misturar isso com o apoio às medidas todas que sejam necessárias para garantir recursos ao Governo para proteger a saúde, os empregos e a vida dos brasileiros.

Por essa razão, ontem, nós, do PSB, fomos conversar com o Ministro da Economia. Tivemos uma reunião de mais de 2 horas com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, e levamos 25 propostas de medidas emergenciais para que o Ministro da Economia tome, para que o

Governo tome para proteger a saúde, a assistência social, os empregos e as empresas brasileiras que geram esses empregos.

São 25 medidas emergenciais. A conversa com o Ministro foi extremamente respeitosa, amistosa, o Ministro reconheceu a propriedade de quase todas as nossas sugestões. Naturalmente que nós temos divergências.

Por exemplo, nós do PSB defendemos a suspensão do teto de gastos por 2 anos. Ele discorda dessa medida. Mas, salvo essa proposta e mais uma, todas as outras foram reconhecidas pelo Ministro Paulo Guedes como muito importantes.

Cito quatro exemplos. Primeiro, aumento do valor do benefício do Bolsa Família, pelo menos temporariamente, por 3 ou 4 meses, para que as famílias consigam fazer frente às suas necessidades. Segundo, apoio aos trabalhadores informais e aos trabalhadores intermitentes, que serão os principais prejudicados numa crise como essa. Terceiro, a extensão do seguro-desemprego aos trabalhadores de empresas afetadas pela crise, como, por exemplo, garçons e cozinheiros de restaurantes que terão que interromper os seus trabalhos ou trabalhadores do setor cultural, um dos mais afetados por essa crise. Estende-se o seguro-desemprego desde que as empresas não demitam essas pessoas. Isso reduz o custo da empresa para que ela não quebre. Quarto, abertura de uma linha de crédito no BNDES para garantir liquidez a médias, pequenas e microempresas, especialmente, as mais afetadas pela crise.

Citei quatro das 25 medidas que nós apresentamos, para mostrar que nós queremos, sim, denunciar aquilo de que discordamos do Governo Federal, do Ministério da Economia, mas nós queremos também propor saídas alternativas. Nós temos propostas e as levamos ao Governo. Vários jornais divulgaram isso. Esse é o papel da Oposição, que não aposta no "quanto pior, melhor", mas, sim, no que é melhor para o Brasil, independentemente de fazermos uma oposição dura ao Governo Federal e ao Presidente Bolsonaro.

Eu peço mais 1 minuto, Sr. Presidente, para concluir.

O PSB está aqui - e tenho certeza de que os outros partidos de oposição também se irmanam nessa visão - para aprovar todas as medidas que forem necessárias para ajudar o País a sair dessa situação extremamente difícil que vai enfrentar, todas as medidas orçamentárias e outras também, como projetos de lei e medidas provisórias que sejam necessários para fazer o País atravessar esse momento que será extremamente difícil para o Brasil.

O povo brasileiro pode contar com o Parlamento. O povo brasileiro



pode contar conosco. Nós estaremos aqui para garantir essas medidas, independentemente do péssimo comportamento do Presidente da República. Apesar dele, o nosso compromisso com o Brasil é o mesmo, porque nós colocamos acima das nossas divergências e da nossa contrariedade com o Presidente da República a saúde, os empregos e a vida dos brasileiros. Esse é o bem maior que nós devemos proteger. E o PSB estará aqui - e falo como Líder da bancada - para garantir que nós façamos a nossa parte nessa direção.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 123/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	18:12
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	SÓSTENES CAVALCANTE-DEM -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da união entre os Parlamentares e o povo brasileiro para enfrentamento da pandemia de coronavírus e seus efeitos sobre a economia nacional. Elogio ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, ao Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, e ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, diante dos esforços envidados para combate à doença.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/DEM - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ilustre colega de partido Deputado Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, venho à tribuna para, neste momento de reflexão, conclamar todos os colegas e o povo brasileiro a nos unirmos.

Acho que as disputas político-partidárias devem ficar em segundo plano, para outro momento, porque a crise é séria, é uma pandemia mundial.

Aqui quero, de verdade, usar o nosso mandato e a nossa voz para ecoar a voz daqueles que mais precisam nesta hora, de pais que, muitas vezes, a única alimentação que têm para dar aos filhos está na escola, e agora eles não podem mais ir à escola. Precisamos olhar por aqueles que vão perder o emprego, pelas empresas que perderão os negócios. Cada um de nós, na nossa pequenez, deve se solidarizar com os outros.

Eu tenho visto pessoas, no Estado do Rio de Janeiro, procurando os



vizinhos mais idosos e se oferecendo para fazer compras para eles, a fim de evitar que tenham de ir aos supermercados. É de gestos como esse que nós vamos precisar daqui para frente. Vamos precisar de gestos que possam nos unir neste momento para superarmos a crise.

Quero aqui ser a voz dos colegas de partido para enaltecer e agradecer o trabalho a duas figuras simbólicas neste momento da história, ambos meus colegas de partido: o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, que recebeu agora a notícia do resultado positivo no teste para o coronavírus. Esses homens, junto com muitos outros, a exemplo do Ministro Mandetta, não têm medido esforços no enfrentamento da crise e não têm passado o recibo, como dizemos na política, por provocações e insinuações. Eles têm tido atitudes de grandeza. É esse tipo de personalidade pública que cada um de nós Deputados tem que multiplicar neste momento. Temos que nos inspirar na grandeza desses homens públicos. Não é hora de disputas políticas, não é hora de partidariações. Lamento por aqueles que queiram fazer isso, mas os respeito. A democracia respeita todos. Mas este é um momento de solidariedade. Este é um momento de sermos, sim, um só Brasil verde e amarelo. Depois podemos até discutir as nossas diferenças ideológicas e partidárias.

Por isso, Presidente Rodrigo Maia, quero enaltecer, sim, o trabalho de V.Exa., que não tem medido esforços para enfrentar a crise e que, na última semana, viu inclusive especulações sobre sua saúde. A prova viva da grandeza a que referi deu o Presidente Davi Alcolumbre, que não se furtou de suas responsabilidades e não se furtará, em nenhum momento. Com o resultado positivo para o coronavírus, ele afirmou que vai cumprir os protocolos médicos, vai cumprir a quarentena, para depois voltar a presidir o Senado e prestar os seus serviços à Nação. Esse é o papel de um homem público.

Por tudo isso, nós do Democratas, Deputado Rodrigo Maia, temos muito orgulho, sim, da sua presidência, da sua condução da Casa, da sua retidão e do seu equilíbrio, que não é de agora. Muitos duvidavam até do seu equilíbrio político, na época do Presidente Temer, quando duas acusações contra ele vieram a este Plenário, e V.Exa. se manteve na sua retidão, com a integridade de homem público que sempre foi, e não se mexeu nem sequer um centímetro para a derrubada do ex-Presidente Temer. Esse é o Deputado Rodrigo Maia que nós conhecemos. Esse é o Deputado Rodrigo Maia que continua sendo o Presidente desta Casa. Por isso, quero aqui registrar os parabéns a V.Exa.

Sei que neste momento de crise, Presidente, V.Exa. continuará, permitindo Deus, com muita saúde. O Presidente do Senado voltará a ter saúde em breve para continuar comandando aquela Casa. E às

autoridades dos demais Poderes desejo muita saúde e energia, para juntos olharmos as necessidades do Brasil como um todo, respeitando todos.

Não é hora para politizarmos nada. É hora de solidariedade, de união. Quem tem fé, que se dedique à sua fé. E vamos atentar sempre para as recomendações médicas. É o que nós precisamos fazer.

Mas, como membro do Democratas, não poderia deixar de registrar que, apesar de todos os ataques, o Presidente Rodrigo Maia e o Presidente Davi Alcolumbre, bem como Ministros de Pastas do atual Governo que pertencem ao nosso partido, têm cumprido impecavelmente os seus mandatos e as suas funções públicas.

Nós do Democratas e todos os colegas dos demais partidos vamos continuar sendo responsáveis com nossas ações, para superarmos esta crise. Com certeza, ela vai passar, mas com a ajuda e a colaboração de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 124/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	18:20
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	ALUISIO MENDES-PSC -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Empenho do Presidente Rodrigo Maia e dos Líderes partidários na deliberação de matérias destinadas ao enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus no País. Discussão da Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País, em decorrência da pandemia de coronavírus

O SR. ALUISIO MENDES (PSC - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, subo a esta tribuna hoje, primeiro, para parabenizar o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, e todos os Líderes, que têm, desde ontem, de maneira muito responsável, deliberado sobre matérias importantes para instrumentalizar o País, a fim de fazer frente a essa pandemia que está assolando o mundo e que agora chegou ao Brasil, uma pandemia nunca vista antes no último século e que tem assolado milhares de vidas e comprometido também a economia de muitos países, como

fará com a do Brasil.

A responsabilidade que esta Casa tem demonstrado, comandada pelo Presidente Rodrigo Maia e todos os Líderes partidários, é um exemplo para este País. Nós estamos deixando de lado questões partidárias e ideológicas, que continuam presentes só nos discursos. Nas ações, nós vemos unidade e uniformidade de pensamento.

Sinto-me muito orgulhoso de fazer parte do Colégio de Líderes e desta Casa, num momento de tanta gravidade, e de ver a responsabilidade de todos aqui no intuito de aprovar e propor medidas que possam preparar este País para fazer frente a essa pandemia que agora chega ao Brasil, mas que ainda não atingiu a gravidade de outros países. Nós temos que estar preparados para o pior e temos que trabalhar diuturnamente para fazer frente a essa grave crise de saúde pública que atingiu países como Itália, França, Inglaterra e Alemanha, países de Primeiro Mundo, e que tem causado devastação de vidas e no sistema de saúde desses países.

Por isso, Presidente, o PSC, aqui representado por mim, vota favoravelmente a esta mensagem que decreta estado de calamidade pública em nosso País. Com isso, estamos dotando o Governo Federal de instrumentos para que possa fazer frente a essa pandemia que está chegando a este País com uma virulência nunca vista nos últimos 100 anos, e assim possamos minimizar o efeito dela na saúde da nossa população e na nossa economia.

E tenho certeza de que, nesta Casa, os Líderes e todos os Deputados e Deputadas continuarão ombreados, independentemente do viés ideológico e da coloração político-partidária, no intuito de fazer o Brasil forte para fazer frente a essa grave ameaça que chegou ao nosso País.

Presidente, conte com o PSC, como sempre pôde contar.

Quero agradecer a todos os colegas, Líderes e Deputados, que estão presentes, hoje, nesta Casa, colocando em risco, inclusive, a sua saúde pessoal. Estamos vendo vários colegas serem acometidos por essa doença, mas estamos aqui, na defesa do nosso País e na defesa das medidas que vão preparar o País para fazer frente a isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 125/318

36.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020-
CD 18:24

Publ.: DCD - 3/19/2020 - MARCELO RAMOS-PL -AM

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER



Sumário

Crise gerada no País pela pandemia de coronavírus. Falta de liderança e de reconhecimento da gravidade da doença pelo Presidente Jair Bolsonaro. Empenho da Câmara dos Deputados na busca de soluções criativas para reversão dos efeitos da crise do coronavírus. Sacrifícios impostos ao povo brasileiro, diante das medidas de contenção do alastramento do vírus no País. Renovação do apelo ao Presidente da República de observância das determinações exigidas para o exercício do cargo.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós estamos efetivamente vivendo uma crise sem precedentes na história do País, porque combina uma série de fatores, um gravíssimo problema de saúde pública para a vida, em especial a das pessoas mais idosas, e um profundo agravamento da situação econômica do País, que parecia começar a dar alguns sinais de avanço.

Nesses momentos de crise, os líderes se constroem, consolidam-se ou se mostram aquém do papel de liderança que deles se espera. Nos momentos de crise, os líderes agem para unir o País e para apontar rumos para a superação ou ao menos para a mitigação dos danos decorrentes de uma crise que é inevitável. Não há o que fazer para que nada aconteça, mas há muito a fazer para que os danos sejam mitigados, para que a população, ainda que tenha de sofrer, sofra um pouco menos do que sofreria, se nós errássemos no caminho apontado para o País.

Em momentos de crise, não se divide o País. Em momentos de crise, o líder não fala só para os seus liderados. Em momentos de crise, o líder não fala para aqueles que são alinhados politicamente com ele. Em momentos de crise, o líder se engrandece, afasta divergências, procura construir convergências e dirige o País com todos.

O líder não escolhe entre quem bate panela a favor e quem bate panela contra. O líder governa para quem bate panela a favor e também governa para quem bate panela contra. O líder lidera até os seus opositores, num momento de crise tão profunda como a que nós estamos vivendo. Mas é preciso ter grandeza para isso. É preciso falar para todos. É preciso pedir a confiança de todos. E é preciso ter gestos que inspirem confiança em todos.

Portanto, a minha fala aqui, mais do que uma crítica, é um apelo ao Presidente da República para que ele tenha noção da grandeza do desafio que o povo brasileiro, sem querer, porque não poderia prever essa crise tão profunda, colocou nas mãos dele. O Brasil precisa mais



do que nunca dele, como precisa mais do que nunca do Presidente Rodrigo Maia, do Presidente Davi Alcolumbre, do Presidente Dias Toffoli e de cada um de nós.

Eu quero fazer um apelo Presidente para que ele governe para todos, fale para todos, reconheça o direito legítimo tanto dos que o aplaudem como dos que o criticam. Nós precisamos disso, Deputado Hildo Rocha. Nós precisamos da liderança do Presidente da República. Mas, infelizmente, um comportamento errático, que minimiza a gravidade da crise, que afronta as orientações da voz mais lúcida do Governo no trato do coronavírus, que é a do Ministro da Saúde, gera desconfiança e insegurança no povo brasileiro.

A insegurança hoje, Deputado Lippi, não é só dos opositores do Presidente. Muitos que votaram no Presidente estão inseguros com o comando dele, como timoneiro, para superar essa tempestade. Há uma frase que reputam a Confúcio que diz que os grandes navegadores devem a sua reputação às chuvas e trovoadas. Ninguém se consolida como grande navegador só navegando em mares tranquilos. São as tempestades e as trovoadas que testam o timoneiro, que testam o comandante. Nós mais do que nunca precisamos que o Presidente da República esteja do tamanho da grandeza da instituição Presidência da República, que pertence a ele momentaneamente pela vontade legítima do povo brasileiro.

O desafio é de saúde pública, e nós precisamos dar a nossa colaboração. O desafio é econômico, e nós estamos coletivamente buscando fazer um esforço. A Câmara está aqui, reunida, buscando soluções criativas. Ela aprovou três medidas importantes ontem, aprovará duas medidas importantes hoje e certamente aprovará outras medidas importantes, por via remota, a partir da semana que vem, demonstrando o compromisso e a grandeza desses homens e mulheres de responder ao povo brasileiro. O Brasil precisa de nós. O povo brasileiro precisa de nós.

O povo brasileiro precisa também, Deputada Jandira, de gestos que podem não ter efetividade fiscal ou econômica, mas são simbólicos. Nós precisamos dizer ao povo brasileiro qual economia nós vamos fazer. Essa crise não pode bater só lá fora. Ela tem que bater aqui dentro. O povo brasileiro vai apertar suas contas, vai atrasar a luz, vai tirar o filho da escola, vai fazer um sacrifício, vai deixar de almoçar fora.

Nós vamos seguir, do ponto de vista orçamentário do Poder Legislativo, agindo como se esta crise não batesse às nossas portas? Não! Nós precisamos desses gestos que podem parecer ter pouca efetividade, mas que serão muito simbólicos para a demonstração de que nós estamos de mãos dadas com o povo brasileiro e comprometidos, do ponto de vista estrutural, com a votação das

matérias, e do ponto de vista simbólico. Nós vamos nos sacrificar juntos e vamos seguir trabalhando para unir o Brasil no desafio de superar esta crise.

A grandeza desta Casa tem sido demonstrada. As divergências partidárias estão ruindo por conta do propósito de ajudar o País a viver novos tempos.

Quero renovar, por fim, o meu apelo para que o Presidente da República seja o grande timoneiro deste navio no momento de tempestade.

Obrigado.

Documento 126/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	18:32
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Empenho do Congresso Nacional na aprovação de matérias emergenciais destinadas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus, notadamente do decreto presidencial sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País em decorrência da doença. Críticas à postura do Presidente Jair Bolsonaro diante do avanço da Covid-19 no País. Importância do apoio da Casa ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta,

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Líderes, colegas Deputados, eu falo ainda no exercício da Liderança da Minoria. E falo pela Liderança da Minoria - até peço que corrijam o tempo - porque o Deputado José Guimarães, em meio a essa pandemia, ficou em Fortaleza, no Ceará, para cuidar de sua mãe de 95 anos.

Neste momento, Sr. Presidente, a primeira afirmação que nós precisamos fazer é a afirmação deste Parlamento. Este Parlamento, presidido por V.Exa., Deputado Rodrigo Maia, tão atacado na última semana, no último domingo - V.Exa., inclusive, foi alvo dessas manifestações, juntamente com o Supremo Tribunal Federal -, afirma a sua importância, a importância da democracia, a sua importância em responder emergencialmente e responsabilmente à sociedade brasileira, mantendo-se aberto, mantendo-se de pé e mantendo-se responsivo às demandas e às necessidades do povo brasileiro. É



importante dizer isso para que as pessoas imaginem o que seria passar por este momento da sociedade brasileira com este Parlamento fechado. Aqui nós estamos para votar as medidas emergenciais, para votar as medidas sanitárias, para votar as medidas econômicas, para votar o decreto de calamidade pública, que não veio como dádiva.

Este decreto veio por pressão deste Parlamento, por pressão da sociedade brasileira, por pressão do setor produtivo, por pressão dos trabalhadores. Os trabalhadores não podem se submeter, como nós já defendemos há muito, às metas fiscais e a uma lei de responsabilidade fiscal que não corresponde à necessidade de investimento público neste momento, um momento de recessão, que será prolongada.

É necessário proteger os empregos, é necessário proteger os trabalhadores informais, é necessário proteger aqueles vulneráveis que precisam de transferência de renda, é necessário defender aquele sistema que nós defendemos há 30 anos, que se chama Sistema Único de Saúde. É necessário, Deputado Paulo Teixeira, defender a ciência e a inovação, defender institutos como a FIOCRUZ, como os laboratórios do Evandro Chagas, como tantos laboratórios públicos que, neste momento, respondem de forma absolutamente competente à sociedade brasileira.

É do SUS que o Ministro da Saúde fala todos os dias. Que bom que temos um SUS!

Este SUS falta a muitos países da Europa, falta a vários países que não estão tendo como responder à crise de uma pandemia que acomete milhares de pessoas.

Neste momento, precisamos realçar que este Parlamento responde a uma ausência de comando do Governo. O Ministro da Saúde se diferencia, e nós precisamos apoiá-lo. Mas, lamentavelmente, por todo esse tempo, não tivemos comando, tivemos, na verdade, um desprezo pela gravidade da situação.

O Sr. Presidente da República ainda hoje, na coletiva, continua afirmando que agiu corretamente ao ir para o meio do povo. Povo não, porque nem havia tanta gente, mas ele foi para o meio das pessoas que se aglomeravam no Palácio do Planalto. Ele disse que isso foi certo e ainda disse: *"Não se surpreendam se eu for para dentro de um metrô cheio, de um ônibus cheio ou de uma barcaça cheia"*. Ele acha que está certo em autorizar uma atitude de aglomeração e estar dentro dela, continua mentindo sobre o vídeo que fez, em que estimulava a manifestação contra o Congresso e contra o Supremo, e continua dizendo que "histeria" foi a palavra certa. Na verdade, ele ainda não compreendeu a situação que vive o Brasil. Ele continua tendo uma

atitude criminosa diante da situação por que o País passa.

Nós aqui precisamos tomar iniciativas. Não podemos apenas aguardar.

Esse decreto de calamidade - eu parablenizo o Deputado Orlando Silva, Relator - agrega uma iniciativa importante, combinada com o Deputado Rodrigo Maia e com o Senado Federal, de criar uma comissão de vigilância e acompanhamento, exigindo prestação de contas pública em relação ao que vai se fazer dos recursos liberados a partir do decreto, o que está completamente vinculado à questão orçamentária.

Afirmamos aqui que não há risco à democracia. De fato, esse decreto não tem nenhuma relação com o risco democrático. É isso que nós queremos neste momento.

Afirmamos aqui as nossas iniciativas: medidas sanitárias e econômicas de proteção do povo; de proteção dos MEIs; de proteção dos benefícios sociais do Cadastro Único; de proteção de todos, inclusive os da área da cultura, que pedem a nossa ajuda e o nosso socorro, porque tiveram suas ações abruptamente interrompidas; de proteção do setor produtivo, de todo o setor que gera emprego, particularmente do micro, do pequeno e do médio empreendedor. Precisamos capitalizar os bancos públicos, as empresas estatais, que desenvolvem este País. Precisamos garantir que a atividade produtiva tenha reforço, investimento público, ou seja, garantir mais Estado e não menos Estado. É isso que este decreto nos permitirá fazer neste momento.

Estaremos aqui a postos para garantir que o País tenha respostas a partir das iniciativas do Parlamento brasileiro, para além das do Governo, que serão controladas por nós.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 127/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	18:40
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Crise instalada no País em decorrência da pandemia de coronavírus. Apoio do MDB ao decreto presidencial sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País diante da doença. Aprovação pela Casa da proposta de comercialização de álcool a 70% em farmácias. Sugestões do MDB sobre liberação de recursos federais para a construção de moradias e sobre o

fornecimento de merenda escolar aos alunos carentes, em suas residências, durante a suspensão das aulas em face da pandemia de coronavírus.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Rodrigo Maia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, aqui eu represento o MDB, partido do Movimento Democrático Brasileiro, que está a postos para trabalhar no sentido de dar condições ao Executivo Federal de dar respostas à crise com que nós estamos convivendo. Essa crise veio de fora para dentro, é uma crise mundial, fomentada por um vírus que, de repente, no final do ano, surge e acomete pessoas no mundo inteiro, paralisando indústrias, paralisando empresas e atacando, logicamente, alguns setores da economia mundial. No Brasil, nós já estamos sentindo também os efeitos danosos dessa crise que veio de fora para dentro.

Logicamente a nossa economia se recupera de crises. Nós tivemos recessões. Tínhamos tudo para melhorar, já caminhávamos para isso. No ano passado, tivemos uma diminuição do déficit fiscal, o que foi um bom sinal, com o Governo controlando bem as contas. Tudo estava indicando que neste ano nós iríamos crescer, ter um PIB bem melhor, por volta de 2% a 2,5%. Mas, sem dúvida nenhuma, com tudo o que está acontecendo, haverá um retrocesso na economia. Temos que estar preparados para isso.

O MDB sempre esteve do lado da população, ao lado do povo brasileiro, em todos os momentos. O partido é o responsável maior pela Constituição que nós temos hoje, por várias leis que temos no nosso País e por alguns programas sociais que ainda estão aí graças ao MDB.

Logicamente, nós temos que ter a visão econômica, a visão sanitária e a visão social do que está acontecendo e do que devemos fazer para ajudar o Governo Federal. O grande timoneiro é o Presidente Jair Bolsonaro, que é o responsável por conduzir o Brasil neste momento de dificuldade.

Falo em nome do MDB que nós aqui no Parlamento estamos à disposição para ajudar naquilo que for possível, como é o caso aqui deste projeto de decreto legislativo, que autoriza o Executivo a agir conforme esta condição de calamidade pública em que o Brasil está.

O MDB aqui na Câmara apoia o decreto porque sabe que esta condição de calamidade pública permite ao Governo Federal deixar de obedecer alguns pontos que estão na Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre as medidas, o Governo pode mudar a meta fiscal, fica liberado de ter que obedecer a meta fiscal, e o Presidente não pode condenado

por atos de improbidade ou mesmo ser impichado.

Então, o MDB está, Sr. Presidente, favorável à proposta do Governo Federal e também está favorável ao que ele propõe para a economia, que é disponibilizar 15 bilhões de reais para entregar nas mãos daqueles que precisam, conforme o que aqui falaram o Deputado Mauro Benevides Filho e o Deputado Orlando Silva, a quem quero cumprimentar e parabenizar pelo decreto legislativo.

Então, os trabalhadores informais que estão no Cadastro Único vão passar a receber o valor que lá está estipulado, 200 reais, para poder ter a tranquilidade de ajudar no sustento da sua família. Logicamente que isso, por si só, não vai resolver o problema da nossa economia.

Os recursos de que o Governo precisa para a saúde também estão liberados. Nós, inclusive eu, que fui o Relator Setorial do orçamento da saúde, já tínhamos colocado 5 bilhões de reais a mais para a área

e o Governo vai usar 5 bilhões de reais para ajudar os Estados e os Municípios a fazerem o trabalho necessário de contenção, de proteção do cidadão brasileiro.

Muitas empresas estão perdendo valor na bolsa, no IBOVESPA, mas algumas estão ganhando. Eu não sei se faz sentido o que algumas pessoas dizem, mas estão ganhando muito dinheiro, ou valendo mais na bolsa, as empresas de higiene pessoal. As ações da Procter and Gamble subiram no mundo inteiro, assim como as da Unilever e das empresas nacionais que trabalham com produtos de higiene pessoal.

Nós tomamos uma medida acertada, Sr. Presidente, que foi liberar a comercialização de álcool em quantidade comerciável, o que estava proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a ANVISA.

Essa decisão, que partiu desta Casa e que eu tenho certeza que o Senado Federal vai também aprovar, permite que o álcool a 70% seja comercializado nas farmácias. Eu estive ainda agora em uma farmácia e não há álcool em gel. Sumiu, e estão vendendo no câmbio negro. Então, essa é uma medida que vem socorrer a população.

Sr. Presidente, também o MDB quer fazer uma sugestão para a economia. Vamos construir pelo menos 1 milhão de casas. Se o Governo disponibilizar 20 ou 40 bilhões de reais, isso vai gerar empregos; pelo menos 3 milhões empregos serão criados nos próximos 6 meses, assim que liberar os recursos para a construção de habitação popular, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas que precisam. Nós temos ainda quase 8 milhões de famílias precisando de habitação no País. Então, vamos aproveitar essa crise. Nós estamos liberando o Governo para gastar, gastar certo, gastar

correto, para que faça a economia circular.

Também pensando no social, Sr. Presidente, eu acho que seria prudente, já que as aulas estão suspensas nas escolas, nós permitirmos o uso da merenda escolar nas residências onde estão as crianças mais carentes.

Essas são as sugestões do MDB.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 128/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD 18:44
Publ.: DCD - 3/19/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	CARLOS SAMPAIO-PSDB -SP DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Votação, pelo Congresso Nacional, de matérias destinadas ao enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus e dos seus efeitos sobre a economia nacional. Importância de aprovação do decreto presidencial sobre o reconhecimento de estado de calamidade no País em decorrência da doença.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vivemos sem dúvida momentos difíceis, com o surgimento de uma doença altamente transmissível que tem trazido consequências absolutamente nefastas para a economia do País.

Diante do caos econômico gerado por essa pandemia, que, como diz o nome, atingiu o mundo todo, este Parlamento não se curvou. Ao contrário, aqui está, de pé, votando medidas importantes para o País.

Ontem, aprovamos medidas fundamentais. Nos próximos dias, vamos aprovar créditos extraordinários da ordem de 5 bilhões para o Ministério da Saúde. Hoje, Sr. Presidente, estamos a aprovar uma solicitação da Presidência da República para que esta Casa reconheça o estado de calamidade pública.

É uma medida grave, é uma medida excepcional? Sim, não se compara a um estado de emergência, decretado quando existe um risco iminente no País. Estamos falando de estado de calamidade, quando o risco é real. Ele já existe e já atinge a saúde pública, já atinge

a economia e já atinge os menos favorecidos.

Sr. Presidente, o que representa o estado de calamidade pública reconhecido por este Parlamento? O Governo tem um teto de gastos e não pode ultrapassá-lo. O que nós estamos fazendo é abrindo uma brecha nesse teto, estamos abrindo um espaço fiscal para que o Governo possa fazer os investimentos necessários em favor do trinômio fundamental nos dias de hoje: saúde pública, proteção social e salvaguarda da economia.

O Parlamento, Sr. Presidente, sempre correspondeu às expectativas do País e novamente o está fazendo. Estamos aprovando o estado de calamidade? Sim. Estamos reconhecendo a importância de declarar estado de calamidade hoje no País? Sim. Mas estamos aprovando também, junto com esta medida, uma comissão específica deste Parlamento que não só vai acompanhar o que vai ser feito pelo Governo Federal, mas também terá a obrigação, Deputado Lippi, de sugerir medidas fundamentais que atingem os mais variados setores do País. Fui procurado hoje pelos vários setores: setor calçadista, setores informais, setores das empresas e da indústria como um todo. Todos estão preocupados, todos estão buscando uma decisão, e, em momento algum, os Líderes partidários deixaram de corresponder às expectativas e ao clamor da Nação. Nós daremos uma resposta, mais uma vez, ao Governo Federal, atendendo aos anseios da população brasileira.

Não é hora de fazermos conchavos e nem discussões políticas, não é hora de agirmos com irresponsabilidade. Não podemos dar as cotas ao País, e este Parlamento está de parabéns, porque, todas as vezes em que foi instado pela Nação, em que foi instado pelo Governo Federal, colocou os interesses do País acima da discussão política.

É isso o que o Brasil espera de nós, que nós tenhamos sensatez, equilíbrio e que, como líderes, nós saibamos de fato não só liderar os nossos partidos, mas que saibamos todos juntos liderar esta Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 129/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD 18:48
Publ.: DCD - 3/19/2020 - ENRICO MISASI-PV -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio do PV ao decreto presidencial sobre o reconhecimento do estado de calamidade no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Importância da união de esforços em torno do combate à doença.

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu teria pouco a acrescentar em toda a análise que foi feita pelos colegas que me precederam acerca da gravidade da situação, acerca das medidas que vamos tomar hoje e do que se vislumbra em termos de iniciativas, tanto do Governo quanto deste Parlamento.

Acho importante nós deixarmos muito claros os efeitos jurídicos do que estamos aprovando hoje, porque o nome pode nos dar a impressão de algo mais grave do ponto de vista constitucional. O estado de calamidade pública que daqui a pouco iremos votar se refere, como disse há pouco o Deputado Alessandro Molon, ao âmbito fiscal e administrativo do Estado brasileiro.

Ele não diz respeito às matérias do art. 136 da Constituição Federal, que tratam de estado de sítio e estado de defesa e que implicam suspensão ou diminuição dos direitos, liberdades e garantias individuais. Não se trata disso. É importante que todos os Deputados e a população principalmente saibam que o estado de calamidade pública acionado com fundamento no art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal tem esse único e exclusivo objetivo de permitir que o Estado brasileiro, o Executivo principalmente, tenham maior liberdade, maior discricionariedade nos gastos públicos para enfrentar a situação de calamidade pública com os instrumentos adequados. Não se pode dar ao Executivo em tempos diferentes, em tempos anormais, os mesmos instrumentos que se dão em períodos de normalidade. Evidentemente, esse é um caso de calamidade pública que ninguém discute e precisa ser acionado o art. 65 da LRF.

Essa é a posição do Partido Verde, que conclama todos os Parlamentares a seguir e aceitar essa mensagem enviada pelo Executivo.

Eu ouvi mais cedo o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, dizer que esse é o principal desafio que os Estados Unidos da América vão enfrentar desde a Segunda Guerra Mundial. Ele comparou o combate ao coronavírus a um combate bélico com um inimigo invisível. E me veio à lembrança uma história. O Deputado Marcelo Freixo, que é professor de História, pode me corrigir, se eu estiver errado. Lembrei-me da história do Carlos Martel e do reino dos francos, cujo território, nos séculos VII e VIII, tinha sido quase completamente tomado pela invasão muçulmana. Ano após ano, os muçulmanos iam, aos poucos, tomando o território e, cada vez mais, os francos iam subindo para o

norte da Europa. Carlos Martel se deu conta do seguinte: os francos eram um povo de agricultores que estavam muito mais preocupados com seus campos, com suas casas e suas vidas comuns do que com o combate do inimigo comum que invadia seu território. O grande artifício retórico que Carlos Martel usou para convencer os francos foi justamente fazê-los perceber que, se eles não parassem com suas atividades e se unissem naquele momento para combater o inimigo comum, eles perderiam suas casas e seus campos.

Essa é a situação que temos hoje. Nós precisamos nos unir e envidar todos os esforços possíveis para combater o inimigo comum. Não adianta acharmos que, se não fizermos isso, vamos voltar para casa e encontrar tudo normal porque não vamos. Nós estamos de fato numa situação de guerra contra o inimigo invisível, o que demanda todos os esforços e a união de todos, para que possamos ultrapassar este período complicado da nossa história e retomar nossas vidas comuns.

O Deputado Marcelo Ramos citou Confúcio: o mar revoltado revela os bons timoneiros. Eu venho um pouco mais perto de nós e cito Fernando Pessoa, mais precisamente os últimos dois versos do poema *Mar Português*, talvez os mais bonitos da literatura portuguesa: "*Deus ao mar o perigo e o abismo deu, / mas nele é que espelhou o céu*".

Quando, apesar do medo, enfrentamos o perigo com coragem e união, saímos melhores do que entramos, e assim poderá ser com nosso País.

Obrigado.

Documento 130/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	18:56
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	JOÃO ROMA-REPUBLICANOS -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos da Casa diante da crise gerada pela pandemia de coronavírus. Apoio do Republicanos à Mensagem Presidencial nº 93, de 2020, sobre o reconhecimento do estado de calamidade pública no País em decorrência da doença. Elogio ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, pelas medidas adotadas para combate ao coronavírus. Acerto da decisão do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, de incriminação de empresário pela disseminação da doença. Ações do Prefeito Municipal de

Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto, contra a Covid-19. Elogio ao Deputado Vinícius Poit, Relator da Comissão Especial destinada ao exame do Projeto de Lei Complementar nº 146, de 2019, sobre as startups, pela realização de audiência pública do órgão.

O SR. JOÃO ROMA (REPUBLICANOS - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, parabéns pela condução dos trabalhos. V.Exa. está dando um exemplo, mostrando que este Parlamento não pode se esquivar de suas atribuições na condução da Nação. Somos a caixa de ressonância do povo brasileiro, mas também somos protagonistas na busca de solução para um desafio tão árduo quanto esse de enfrentar um inimigo invisível.

Eu gostaria de manifestar a posição do Republicanos. Nosso Presidente Marcos Pereira, junto com nosso Líder na Câmara Jonathan e nosso Líder no Senado, Messias, publicaram já hoje cedo nota em que o Republicanos manifesta integral apoio à Mensagem nº 93. Neste momento, o povo brasileiro exige união por parte dos poderes constituídos, união por parte de seus líderes políticos. Assim, aqui estamos nós nos dando as mãos para, com todos os brasileiros, superarmos da melhor forma possível esse difícil momento que nós estamos vivendo. É um momento de desespero para muitas famílias, especialmente as mais carentes, as famílias do que não têm emprego formal, dos que não têm um salário no final do mês. É pensando exatamente em proteger essas pessoas que o Republicanos se manifesta de forma muito objetiva e assertiva em apoio à Mensagem nº 93, que dá ao Governo as condições para superar essa crise.

Registro também nosso reconhecimento a importantes personagens do Governo Federal que estão agindo neste momento de crise, em especial, o Ministro Mandetta, que tem se revelado uma pessoa ponderada, que tem sabido liderar o processo, que vem atuando para tranquilizar os brasileiros, informando de forma serena as atitudes que precisamos tomar para superar as dificuldades.

Junto com o Ministro Mandetta, o Ministro Moro tomou medidas severas em relação às pessoas que estão desobedecendo as orientações, pessoas que não têm humanidade no coração, visto que, mesmo cientes de que estão contaminadas com coronavírus, saem por aí disseminando a doença, numa atitude que realmente merece nosso repúdio.

Por isso, concordo até com a decisão tomada hoje pelo Governador da Bahia. Nós somos opositores no plano político, mas reconheço que ele acertadamente pediu à Procuradoria do Estado da Bahia que acionasse o empresário que, ciente de que estava contaminado com coronavírus, viajou para Porto Seguro e, com essa atitude

irresponsável, contaminou outras pessoas e segue disseminando o coronavírus na Bahia.

Sr. Presidente, nós precisamos também elogiar homens públicos que estão revelando realmente o espírito público devido e esperado pela nossa Nação. Neste momento, temos que esperar de um líder o exemplo, não o populismo, não a demagogia, mas as atitudes assertivas. É neste momento que a nossa Pátria precisa, sim, de homens e mulheres com espírito público elevado, de pessoas que sabem renunciar, de pessoas que sabem tomar atitudes difíceis, mas que servem para preservar vidas, a exemplo do que fez o Prefeito de Salvador, o ACM Neto, que, de forma antecipada, tomou atitudes devidas. Já na segunda-feira, ele decretou uma série de ações restringindo as aglomerações em Salvador e, hoje à tarde, tomou novas atitudes, impedindo o funcionamento de *shopping centers* a partir de sábado e fechando os parques municipais, tratando inclusive de medidas para minimizar a frequência dos nossos idosos nos órgãos públicos, estendendo prazos de receitas médicas.

Ele está melhorando essa logística pensando naqueles brasileiros que se veem hoje desesperados, sem saber como vão sustentar as famílias durante esses dias, que serão difíceis. Por isso, também recebe o nosso aplauso a medida de entregar cestas básicas a todas as crianças da rede municipal de ensino, que ficarão sem aula durante esse período, para que não só possam prover sua alimentação, mas também possam ser um bastião, um suporte para suas famílias.

São atitudes assim que os brasileiros esperam. E é dessa categoria de líder político como tem se revelado o Prefeito de Salvador, ACM Neto, que os brasileiros precisam, não de pessoas populistas, não de pessoas irresponsáveis, que não estão cientes da gravidade da situação. Precisamos de todos unidos, o Governo Federal, o Congresso Nacional, o Judiciário. Enfim, todos os órgãos da República precisam estar unidos e irmanados para enfrentar esse desafio que é premente e afeta todos os brasileiros.

É dessa forma, Presidente, que o Republicanos estará aqui, ao seu lado, para enfrentar essa crise, para tomar as atitudes devidas.

Na Presidência da Comissão das *Startups*, também houve uma medida muito importante, que contou com o seu apoio. Aqui eu faço um elogio ao nosso Relator, o Deputado Vinicius Poit, que conseguiu, de maneira muito positiva, os instrumentos necessários para que, ontem, nós realizássemos uma audiência pública agregando pessoas em torno de uma discussão necessária.

Nós temos também que dar o exemplo, cabe a nós Líderes este exemplo: o Parlamento não pode parar. Aqui estão discussões

importantes, aqui está o destino de muitos brasileiros. E nós não iremos nos furtar especialmente àqueles brasileiros que mais precisam, àquelas pessoas que têm que ser olhadas pelos seus Líderes, os quais estão aqui tomando providências adequadas para que possamos superar essa crise social, de saúde pública, econômica, uma crise que vai abalar, sim, a realidade da vida de muitos brasileiros.

Portanto, estaremos aqui de pé, até o último instante, dentro das nossas limitações físicas, para que possamos apoiar os nossos brasileiros e também dar o devido reconhecimento ao Congresso Nacional e ao papel de todos nós, que, devidamente legitimados pelas urnas, estamos aqui como porta-vozes do povo brasileiro. Vamos seguir adiante!

Registro aqui os meus cumprimentos e os parabéns ao Prefeito ACM Neto, que tem se destacado neste momento de dificuldade. E, como ele muito bem disse, se, ao final desse processo, uma vida humana foi preservada, tudo já valeu a pena.

Então, é dessa forma que eu peço o empenho de todos os líderes políticos deste Brasil, de cada brasileiro e brasileira, para que tenham ciência, porque a coragem, neste momento, vai se revelar não com destemor, não com brincadeiras, mas sabendo que o assunto é sério e transmite temor a todos. E a coragem é a capacidade humana para superar esse medo. Nós temos que ser responsáveis e mostrar que o nosso amor pelo próximo é maior e vai unir todos nós.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Documento 131/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:04
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância de obediência às medidas de prevenção do coronavírus. Apoio à aprovação do decreto presidencial sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País, em decorrência da doença. Descumprimento pelo Presidente Jair Bolsonaro de recomendações contra a disseminação do vírus no País. Incentivo do Presidente da República às manifestações contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Repúdio à postura adotada por Jair Bolsonaro diante da pandemia de coronavírus. Artigo Blefe, na melhor hipótese, de Rosângela Bittar, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Colegas Parlamentares, eu inclusive não vou tirar a minha máscara, porque muita gente falou neste microfone hoje.

Penso que todos nós temos que nos cuidar o máximo que pudermos, com todas as regras que estão sendo ditas, porque este Parlamento não pode parar, não pode fechar. A população vai precisar cada vez mais de nós.

É simbólico hoje para nós termos uma das medidas mais importantes para o Governo e para a população aqui ser comandada, articulada e relatada por um dos Líderes da Oposição, o Deputado Orlando Silva, que fez isso muito bem, articulando com todas as Lideranças, inclusive das duas Casas.

Em momentos como este, é disso que precisamos, porque é o mínimo que a população espera de nós. Que todos nós tenhamos sensibilidade de olhar para a população, porque é a parte mais frágil desse processo.

Portanto, nós da Oposição vamos fazer aqui o que for necessário para que o dinheiro chegue e ajude a nossa população a ter saúde. Por meio desse decreto de calamidade pública que votamos hoje, nós estamos, de fato, autorizando o Governo Federal a receber um cheque especial ilimitado para gastar. É claro que o Deputado Orlando Silva teve a preocupação, com a contribuição dos Líderes, de definir comissões de acompanhamento. Isso é natural, é o mínimo que o Parlamento pode fazer. Agora, nós daqui exigiremos do Governo Federal que o dinheiro chegue à população, chegue àqueles mais frágeis.

Nós temos uma demanda hoje de 3 milhões e meio de famílias precisando entrar no Bolsa Família. Essas pessoas precisam ser beneficiadas neste momento difícil, mas nós temos que ir além do Bolsa Família. Nós temos milhões de pessoas nas ruas, que vivem da economia informal, que vão ter que parar de transitar, que vão ter que parar de sair às ruas, que precisam da cobertura do Estado brasileiro. Para isso, nós estamos liberando dinheiro aqui para o Governo gastar, mas também para proteger empregos. Quem está trabalhando não pode ficar o tempo inteiro com medo de ser demitido. É preciso que o Governo, imediatamente, entre numa articulação com as empresas, assegure o emprego dos trabalhadores, inclusive com férias coletivas e com trabalho em casa.

Eu quero dizer uma coisa. Aqui está todo mundo se esforçando para fazer o melhor, mas o Presidente da República precisa parar de continuar dizendo que há histeria sobre o coronavírus ou que não é

tudo isso o que a imprensa está dizendo, porque não combina ele fazer esse discurso e mandar para esta Casa um pedido de decreto de calamidade pública.

Nós temos responsabilidade com a população, que precisa de toda atenção agora. Olhem o que está acontecendo no dito Primeiro Mundo, nos países ricos, e imaginem o que acontecerá neste País com as dificuldades que temos.

Precisamos estar juntos agora para ajudar o povo.

Muito obrigada.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos e amigas que assistem a esta sessão pela *TV Câmara*, desde que Bolsonaro chegou ao Governo, o último domingo, 15 de março, foi o dia de maior insulto à nossa Constituição e aos pilares da democracia. Não foram atos em defesa do Governo. Os atos foram pelo fechamento do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e pela intervenção militar.

É muito grave a atitude do Presidente, ao sair de um isolamento, descumprindo todas as regras da OMS e do próprio Ministério da Saúde do Brasil, em momento tão grave como esse, de pandemia do Coronavírus, para se mostrar à manifestantes, quando quatorze pessoas, da sua comitiva em viagem ao EUA, estão com coronavírus, o que indica que ele também tem todas as chances de estar infectado.

Para piorar, passou o tempo todo no Twitter divulgando os atos nos Estados, numa clara atitude de apoio e incentivo às manifestações contra os Poderes da República.

Precisamos que os democratas deste País olhem com responsabilidade para o que está ocorrendo, sob pena de ninguém mais conseguir segurar o "monstro da lagoa".

A população está assustada!

E não é sem motivos. O dito Primeiro Mundo, Europa, China, Estados Unidos e outras nações vivem situação dramática: fronteiras fechadas, confinamento geral, a economia à beira do abismo e uma grande incerteza mundial. A pandemia do novo coronavírus, que já deixou

mais de 7.000 mortos no planeta, continua avançando de modo inexorável e paralisando a vida de milhões de pessoas.

A vida parece ter sido suspensa. Não há barulho, as ruas estão quase desertas, exceto pelas filas de supermercados, farmácias e padarias. A desconfiança e medo tomam conta. Para a OMS, que pediu aos países que não poupem os testes de triagem porque ninguém pode combater um incêndio com os olhos vendados, esta é a crise mundial de saúde que definirá nossa era, relata a imprensa internacional.

O que faz o Presidente do Brasil, diante de situação tão dramática?

O Presidente Bolsonaro desdenha da situação e faz pouco caso das urgências que precisam ser enfrentadas. Num dia Bolsonaro diz que o "*coronavírus não é isso tudo que dizem*". Noutro dia declara: "*Estão superdimensionando a crise e causando histeria*".

Hoje o Congresso recebe mensagem vinda do Palácio do Planalto pedindo que se reconheça Decreto de calamidade pública no Brasil.

O que houve? Caiu a ficha do Presidente do Brasil? Ou foi pressionado por sua equipe que enxerga o desespero da população?

Nesse sentido, transcrevo aqui para os senhores e senhoras, artigo opinião da jornalista Rosângela Bittar, com o título *Blefe, na melhor hipótese*.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA.

Matéria referida:

- Blefe, na melhor hipótese

Blefe, na melhor hipótese

MARCH 18, 2020

Nunca foi tão fácil saber quem tem razão. Os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, na liderança de suas



instituições, transmitem mais conforto e segurança à maioria da população que o presidente da República. Sem os meios, que estão serenamente bem tocados pelo Ministério da Saúde, os chefes dos poderes Legislativo e Judiciário dão sinais de equilíbrio, enquanto o presidente Jair Bolsonaro cria uma rota preocupante de insanidade suicida. Entra nela quem quer, mas caberia ao presidente dar o bom exemplo. Está nele o que acusa nos outros: só pensa na disputa do poder que, hoje, envolve o risco de morte.

Neste momento de incerteza da própria sobrevivência coletiva, quando deveria estar preocupado com a salvação pública, é incrível que o presidente protagonize não ações que gerem confiança, transparência e prudência, mas surtos incontroláveis do seu temperamento persecutório e provocativo.

Um Poder Executivo esconder suas próprias manobras chantagistas alegando ser vítima de chantagem, é blefe.

Jair Bolsonaro dizer que está apanhando há 15 meses e agora vai revidar, é também blefe. Desde que assumiu está batendo, provocando as demais instituições, jogando uns contra outros, transferindo a terceiros seus fracassos reais e imaginários. Sim, a cobrança é leve porque não houve tempo sequer para sofrer perdas significativas. Sente-se, pela desproporção dos atos, como se o próprio Bolsonaro estivesse preparando justificativas para uma ação excepcional.

Foram Bolsonaro, filhos e amigos que transformaram a Presidência em rinha.

Não é bom para a democracia que o Poder Legislativo fique omissos e engula atos de provocações a seco. Nem é razoável, também, que parta para retaliação ao Executivo, punindo toda a sociedade, como faz o presidente da República. O Legislativo está agindo de acordo com suas atribuições. E basta que mantenha a calma, bom senso, cuidados sanitários, definindo sua agenda conforme a possibilidade do momento.

O Ministro da Economia, tal como o presidente, perdeu a hora para as reformas primordiais, a Tributária e a Administrativa. Depois das eleições municipais podem sair do arquivo, quem sabe. Agora a pauta está dominada pelas medidas de guerra e sobrevivência.

Quem brinca com a vida dando saltos mortais em momento inoportuno pode se arrebentar.

Paulo Guedes foi ao Parlamento e ficou divagando sobre o crescimento da Ásia. Os parlamentares perderam a paciência e a cerimônia, mais de

dez saíram da sala. Uma reunião sem as grosserias de outros tempos, mas sem resultados.

No Congresso dissemina-se a certeza de que Bolsonaro nunca quis de fato as reformas e acredita não precisar delas para que a economia cresça 3%. Agora, com a pandemia, o futuro das reformas ficou ainda mais incerto.

À margem destas constatações, o governo tem exemplos internos de compostura no exercício do poder, mas não os cultiva. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, faz um trabalho de coordenação dos projetos de interesse do BC, a serem apreciados no Congresso, desde o primeiro dia no cargo. Reúne-se e dialoga com parlamentares, tudo na mais estridente discrição. Não será surpresa se conseguir aprovar a autonomia do Banco Central em meio às medidas emergenciais de combate ao vírus letal. Um nicho de temperança, enquanto a ambiguidade, a provocação, o escracho vão reduzindo a ação parlamentar do governo ao padrão de vereador do Rio.

O Ministro Guedes, destilando desprezo pelo Congresso, arrisca transformar-se, precocemente, em um Guido Mantega. Cobrado, Guido reclamava do Congresso, a quem transferia a culpa, e ficava tudo por isso mesmo. Até que, em determinado momento, algo aconteceu: o *impeachment*.

Documento 132/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD 19:08
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apoio do Solidariedade ao decreto presidencial sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos da Casa diante da crise gerada pela doença. Preocupação com os impactos da crise na cafeicultura brasileira. Solicitação aos Ministérios da Economia, da Saúde e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de encaminhamento à Casa de orientações sobre o funcionamento do agronegócio durante a epidemia. Protesto contra o ajuizamento pelo Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, de ação junto ao Supremo Tribunal Federal para revogação de liminar concedida em processo de suspensão do pagamento de dívidas do

Estado de Minas Gerais perante a União.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este é um momento muito crítico e, ao mesmo tempo, o momento de fomentar a cultura da solidariedade no País. Se as frases de efeito não conseguiram nos unir, é a crise da pandemia que vai unir a todos nós em defesa do povo brasileiro. Em nome da nossa bancada do Solidariedade, quero expressar que buscamos a solidariedade por meio da política. Eu quero manifestar o apoio integral e incondicional da nossa bancada ao Poder Executivo e aos Poderes da República em vista de todas as medidas adotadas para garantir a integridade do povo brasileiro.

Neste momento, diante da dor e da crise em que nos encontramos, nosso Parlamento mostra maturidade. Quero cumprimentar o Presidente Rodrigo Maia, que nos momentos mais tensos mostrou humildade e uniu a todos nós na defesa de medidas concretas e pragmáticas para garantir que a crise não venha a afetar ainda mais nosso País. Destaco a perspectiva concreta de votarmos remotamente, o que permitirá a cada Parlamentar, de onde estiver, atuar e cumprir seu papel perante o povo brasileiro.

Apoiamos a aprovação do decreto de calamidade pública e todas as outras medidas necessárias para enfrentarmos esta situação, com união e solidariedade. Vamos aprovar todas as medidas do Governo Federal necessárias para combater a pandemia do coronavírus.

Sr. Presidente, falo em meu nome e no nome das lideranças rurais de Minas Gerais e de todo o País, quando digo que estou preocupado com a situação dos nossos trabalhadores dentro das porteiras. Minas Gerais produz metade do café brasileiro e, daqui a 30 dias, começa a colheita do café, quando 8 milhões de trabalhadores migrarão do Nordeste brasileiro, do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha para colher o café. As lideranças e os técnicos da cafeicultura já estão tomando as medidas cabíveis, mas é preciso que o Governo Federal, por meio do Ministério da Economia, do Ministério da Agricultura e do Ministério da Saúde, dê as orientações necessárias para que esses trabalhadores tenham a saúde garantida.

Hoje a Ministra Tereza Cristina falou com todos nós que atuamos no agronegócio, tanto o familiar como o de *commodities* para exportação, buscando criar um mecanismo de interação conosco. O Ministério da Agricultura está adotando medidas importantes para garantir a sanidade dos nossos produtos agrícolas, por meio da fiscalização na exportação e na importação de produtos do agro.

Quanto mais crítica a crise se tornar, mais precisaremos de alimentos seguros para toda a nossa população e para a exportação. O Brasil tem uma enorme responsabilidade quanto à segurança alimentar, não só do povo brasileiro, mas também de grande parte dos outros países, já que somos um grande exportador de produtos alimentícios para o mundo inteiro.

Sr. Presidente, quero reforçar a proposta a que chegamos no Colégio de Líderes para que o Ministério da Economia, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde enviem para esta Casa as medidas a serem adotadas. A partir daí, nós trabalharemos as proposições no sentido de apoiá-las, contribuindo para reduzir os impactos desta crise.

Falo com o espírito de todos os mineiros e mineiras. Venho protestar contra uma medida do Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Mansueto, que propõe a queda de liminar que beneficia o Estado de Minas Gerais, que tem uma dívida, irresponsável, de quase 100 bilhões de reais. Se, infelizmente, esta medida judicial cair, Minas Gerais terá que desembolsar imediatamente 17 bilhões de reais, embora nós saibamos que hoje o Estado não tem nenhuma condição de arcar com as consequências. Portanto, em nosso nome, em nome do nosso mandato e em nome da bancada de Minas Gerais, faço meu protesto contra esta medida encaminhada pelo Secretário do Tesouro Nacional ao Supremo Tribunal Federal.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, lembrando que este Parlamento, sob a liderança de V.Exa., nunca vai faltar ao nosso Brasil.

Muito obrigado.

Documento 133/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:12
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	LÉO MORAES-PODE -RO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Crise instalada no País em decorrência da pandemia de coronavírus. Importância da união de esforços para enfrentamento da doença. Pedido à Ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, de deliberação de mandado de segurança impetrado pelo Podemos, para fechamento das fronteiras brasileiras como medida de controle da propagação da Covid-19. Sugestão de medidas para redução dos impactos econômicos decorrentes da epidemia. Apoio ao decreto presidencial sobre o reconhecimento de estado de

calamidade pública no Brasil.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, cumprimento V.Exa., os demais Parlamentares e nossos colegas que, mesmo diante do enfrentamento das adversidades, estão aqui de pé, a despeito de todas as tormentas, diante de todos os desafios que os brasileiros iremos enfrentar, muitos, aliás, com muito mais dificuldades que todos nós.

Gostaria de pedir muita coragem e, sem sombra de dúvida, muita cautela à população para que não entre em pânico, fique em casa, se resguarde, cumpra a quarentena, permaneça com seus familiares ou, se precisar, que a pessoa fique sozinha, pois o momento exige tranquilidade para buscarmos o melhor para o nosso País.

Os especialistas na área têm dado várias explicações para o que estamos vivendo. Dizem eles que precisamos frear o pico dos casos do coronavírus. A missão de todos os Parlamentares, agentes políticos investidos pelo voto, do Presidente da República e de toda a sua equipe é que nos comportemos como estadistas, como líderes. Para isso, devemos nos aglutinar, nos reunir, nos agrupar, e não nos segregar. Não é hora para revanchismo, ódio, dissabor e desavença. Que nossos olhos brilhem em busca da coletividade! É preciso baixar as armas e colocar de lado as armas empunhadas e estender as mãos àqueles que precisam.

Nós estamos vivendo um momento de caos. Nós vimos modelos que não deram certo em outros países. Portanto, podemos tirar como exemplo países, como dizem, de primeiro mundo. Basta termos todos os cuidados necessários.

Nós estamos diante de um problema grave. Alguns Estados ainda não computaram vítimas do coronavírus. Os kits nem sequer chegaram a alguns lugares e, em outros, foram desviados. Nós sabemos que muitos casos não são computados ou são computados como um problema que não guarda relação com o coronavírus.

Nós pedimos, quanto possível, equilíbrio e temperança. É assim que o Ministro Mandetta tem agido. Eu não o conheço, mas sei da sua responsabilidade. Nós temos que ter cuidado, sim! E vejam que quem está falando é a mesma pessoa que pediu o fechamento das nossas fronteiras. O mandado de segurança está no STF, com a Ministra Cármen Lúcia, a quem solicitamos que o observe com muito cuidado e muito carinho, e nos dê uma resposta rapidamente. Nós precisamos disso para evitar a proliferação imediata do vírus.

Precisamos, igualmente, dar uma resposta quanto à economia. Por que

não falarmos a respeito, por exemplo, de antecipação do pagamento de férias? Por que não falarmos da desoneração de todos os impostos, partindo do Governo Federal, para as empresas e para os comerciantes, aliviando, assim, o peso para os funcionários? É isso que tem ocorrido em outros lugares do mundo. Senão, a população é que vai padecer, perecer ou até morrer mais do que propriamente pelo coronavírus.

Esta é a hora de somarmos esforços. Nós somos favoráveis ao decreto de calamidade pública, que acaba de chegar, mas não podemos confundi-lo com outros remédios jurídicos. Neste momento, pedimos muita responsabilidade ao Chefe do Executivo, muita responsabilidade da nossa parte, para que possamos sair maiores desta crise e a população confie nas autoridades. Afinal, onde há disciplina, os casos de coronavírus diminuíram.

Muito obrigado.

Documento 134/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:16
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Crise instalada no País em decorrência da pandemia de coronavírus. Importância da união de esforços para o enfrentamento da doença. Compromisso do Cidadania de aprovação de medidas para mitigação dos efeitos da epidemia sobre o povo brasileiro. Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos da Casa diante da crise gerada pela doença.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, amigos Parlamentares. Boa noite, Sr. Presidente.

Neste momento, inicio minhas palavras pedindo a Deus que nos abençoe e nos ilumine, porque estamos vivendo um momento sério não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. O fato é que este vírus está deixando todo o mundo em pânico, o que nos leva a refletir na ideia de união. Esta situação deve nos levar a pensar, creio, em como nós, seres humanos, somos frágeis. Eu peço a Deus que nos mantenha firmes no compromisso em benefício da população.

Eu nunca imaginei que, neste plenário, ouviríamos a Oposição e o

Governo falar sobre união, votando juntos em prol da população. Este é um grande exemplo de maturidade e de responsabilidade. É um grande exemplo de pessoas que realmente pensam no Estado.

O Cidadania, partido que represento - hoje, infelizmente, o Deputado Arnaldo Jardim, Líder do nosso partido, não pôde estar presente aqui -, tem o compromisso de fazer com que nossa sociedade sinta menos os reflexos desta crise. O fato é que a população já está sofrendo os impactos do coronavírus há algum tempo.

Este País, que já teve 14 milhões de pessoas desempregadas, hoje tem 13 milhões. O coronavírus não vai apenas matar pessoas - vai fazer surgir mais desempregados, infelizmente! Isso vai produzir mortes, depressão, anemia e desnutrição. O coronavírus não vai atingir apenas as pessoas menos favorecidas, vai chegar também às classes média e alta.

É por isso que este Parlamento tem a responsabilidade de dar ao povo brasileiro a assistência necessária e o compromisso de dar-lhe dignidade. A dignidade só é possível com o trabalho. O Estado não tem dinheiro. Quem tem dinheiro é quem contribuiu com o pagamento de tributos.

É com esta responsabilidade que o Cidadania se coloca à disposição da sociedade para que, diante de um fato tão triste, despertem no coração de cada brasileiro a solidariedade e a responsabilidade com o desenvolvimento deste País abençoado.

Quero, Sr. Presidente, agradecer a V.Exa. a conduta, que não é motivo apenas para elogio, mas também a conduta de vários Parlamentares que aqui estão se sacrificando para darmos dignidade ao povo brasileiro.

Como Parlamentar, cidadã e representante do Cidadania, coloco-me neste momento à disposição da sociedade e deste Parlamento, para que possamos passar por esta crise com união, com responsabilidade pelo desenvolvimento do nosso País e com justiça para todos.

Peço a todos os Parlamentares, Deputada Fernanda e Deputado Major Olímpio, que estejamos verdadeiramente unidos, para darmos assistência a quem precisa e nos comprometermos a dar uma oportunidade ao Brasil.

É preciso que o Governo, o Executivo como um todo, esteja presente, propondo as reformas necessárias. Nós estamos nos colocando à disposição para trabalhar, mas precisamos realmente estar com as mãos unidas, para que o Brasil saia desta situação em que nos

encontramos.

Que Deus abençoe a cada um de V.Exas.!

Que Deus abençoe a nós todos!

Muito grata.

Documento 135/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD 19:20
Publ.: DCD - 3/19/2020 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura do Presidente da República diante da pandemia de coronavírus. Apreensão do orador ante as consequências da doença sobre a saúde pública e a economia nacionais. Empenho do Congresso Nacional na mitigação dos efeitos da crise do coronavírus. Apresentação pelo orador de projeto de lei sobre a criação de renda mínima para os trabalhadores na informalidade. Confiança na aprovação pela Casa de proposições destinadas à redução dos impactos socioeconômicos da pandemia de coronavírus.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a atitude do Presidente da República diante da pandemia que chega a este País me lembra o Barão de Itararé, segundo o qual de onde menos se espera é que nada vem.

Na verdade, Deputado Paulo Teixeira, o que vamos enfrentar é algo muito grave. Na Itália, nas últimas 24 horas, 475 pessoas morreram. Esta informação nos chega agora.

Nós sabemos que, quando este vírus chegar, por exemplo, às favelas do Rio de Janeiro, com a péssima ventilação e as condições de moradia daquela população, isso provavelmente vai se transformar numa grande tragédia.

Hoje, o Rio de Janeiro não tem nenhum leito disponível - hoje, antes do coronavírus. O número de suspeitos de infecção quadruplicou no dia de hoje. Então, os sinais são os de uma tragédia. Não sabemos o que realmente vai acontecer em termos de saúde pública, nem na economia. Mas nós podemos ter, Deputado Orlando Silva - e que bom que V.Exa. assumiu a relatoria deste projeto da decretação de

calamidade -, um número muito grande de pessoas morrendo de fome, número maior até do que o número de pessoas morrendo diretamente pelo coronavírus. É possível que exista desabastecimento. É possível que exista uma situação muito grave.

Em razão disso, o Congresso age de forma muito correta e dá exemplo, o que é uma prova cabal de que não há nenhum cabimento que autoritários fora do seu tempo defendam o fechamento do Congresso. O Congresso, com todas as suas limitações, vem para cá, faz um debate sincero, aprofundado, reúne propostas e as apresenta. As divergências dos campos de pensamento aqui dentro são úteis neste momento para que diferentes propostas possam ser apresentadas, buscando solução para esse caso, numa postura completamente diferente da postura do Executivo.

Nesse sentido, Deputados, apresentamos um projeto de renda mínima, o que é fundamental, porque existe um número muito grande de pessoas que ficarão em situação precária. Mais de 30 milhões de pessoas não têm carteira assinada e não estarão, portanto, guardadas por nenhum direito. Elas precisam receber pelo menos um salário mínimo. E, mais do que isso: precisamos fazer, Deputado Rodrigo Maia, com que as pessoas que recebem até dois salários mínimos e não podem pagar, durante esse tempo, pelo fornecimento de gás, água e luz não tenham a suspensão desses serviços. Que isso seja cobrado depois.

Essas são medidas necessárias para que essas pessoas possam ficar em casa. Ficar em casa não pode ser um dever. Ficar em casa tem que ser um direito do trabalhador. O Estado tem que dar condições para que as pessoas fiquem em casa. Isso é decisivo. Isso não é um dever. Isso não acontece por força da polícia, com ameaça de prisão. É preciso oferecer condições dignas para a classe trabalhadora. Temos 12 milhões de desempregados. Não é uma força policial que vai fazer com que as pessoas fiquem em casa com o filho passando fome, perdendo emprego, sem condições de colocar nada dentro de casa, Deputados e Deputadas.

É preciso todo o esforço no momento de exceção, para garantir que as pessoas tenham dignidade para ficar em casa. Temos que evitar as rebeliões no sistema prisional, temos que evitar as rebeliões e os conflitos nas grandes cidades. E isso é feito com medidas corajosas, que este Congresso está apontando a possibilidade de ter, e não negando uma endemia, não negando uma doença, não negando a proliferação do vírus. É irresponsável a posição do Presidente da República, por isso as manifestações crescentes de revolta contra a Presidência.

Este Congresso está de parabéns. Vamos aprovar, com certeza

absoluta, medidas que vão minorar, que vão aliviar um pouco o sofrimento do povo brasileiro.

Documento 136/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:24
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	FELÍCIO LATERÇA-PSL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Existência de consenso para aprovação da Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo, sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País, em decorrência da pandemia de coronavírus. Caos da saúde pública no País. Saudações aos servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Importância do isolamento social como medida de prevenção do coronavírus. Criação pela Casa de Comissões para tratativa de assuntos relacionados à crise gerada pelo coronavírus no tocante às áreas de saúde e economia. Repatriamento de cidadãos brasileiros no exterior. Gravidade da pandemia de coronavírus.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu achei que não ia viver o momento que estou vivendo hoje na Câmara dos Deputados. Tinha que vir uma calamidade pública para termos Maioria e Minoria, Situação e Oposição, todos com o mesmo propósito.

Na verdade, nós estamos no mesmo barco.

A mensagem do Sr. Presidente da República Jair Bolsonaro que solicita o reconhecimento do estado de calamidade pública veio para unir nesta Casa sentimentos nobres que deveríamos ter naturalmente. E, felizmente, já houve consenso para aprovação desta matéria na Casa. V.Exa. está de parabéns pela liderança desse processo, Presidente.

Vou lembrar algumas coisas que disse ontem e também hoje, por ocasião da reunião do Colégio de Líderes. O momento que estamos vivendo é gravíssimo, mas muitos ainda não acreditam - muitos ainda não acreditam!

O colega do Rio que me antecedeu falou sobre as comunidades do Rio de Janeiro, as nossas conhecidas favelas. Infelizmente, a saúde pública no Brasil é um caos. Não temos de fato leitos disponíveis, não temos profissionais de saúde em número suficiente e tampouco temos

profissionais de segurança pública o bastante, o que provavelmente vai fazer falta. Hoje ainda fiz um pronunciamento de agradecimento aos profissionais de saúde e aos profissionais de segurança pública, porque esses têm um dever muito maior do que o dos demais.

Aproveito para saudar, Presidente, os profissionais da Câmara dos Deputados e também do Senado Federal pelo compromisso de manter as Casas funcionando e pelas medidas que estão sendo adotadas para que possamos aprovar as matérias que precisam de fato ser aprovadas, como esta mensagem sobre o estado de calamidade pública e a medida provisória que vamos votar hoje. Mas lembro o que ainda está por vir.

Eu disse hoje, na reunião que tivemos, que espero que tenhamos serenidade para ver óbitos acontecerem bem perto de nós. O pânico está tomando conta da população, mas há alguns que ainda estão fazendo piada. Pelas redes sociais, são feitas piadinhas o tempo todo com algo tão grave, com algo tão sério como essa doença que ainda não tem cura nem prevenção. Fazem piada de tudo quanto é forma, e sabemos que alguém próximo de nós virá a óbito - é questão de tempo.

Esse pedido para as pessoas permanecerem em casa é mais do que uma necessidade, é uma questão de sobrevivência. Então, ficar em casa hoje, como já foi dito aqui, é um dever e um direito ao mesmo tempo. Precisamos atentar para isso.

Recebi inúmeros apelos da população - acredito que a maioria dos Parlamentares também recebeu -, em razão do problema que os empresários, os pequenos investidores, aqueles que têm seu pequeno comércio estão passando. A conta de luz, a conta de água, o aluguel, o boleto para pagamento do empréstimo estão chegando.

Vi notícia anunciada pela FEBRABAN que na verdade não ajudará ninguém. É só postergação de pagamento, sem retirar os juros, sem fazer absolutamente nada.

De que adianta postergar pagamentos por 30, 60 ou 90 dias, se eu não consigo fazer caixa? Aonde eu vou chegar?

Então, como eu disse hoje, esta Casa já constituiu uma Comissão para tratar da questão da saúde, e também tivemos a promessa de se fazer uma para tratar da questão econômica. Eu ainda sugeri, Presidente, que, em razão dos danos sociais, nós tivéssemos um gabinete de crise dentro da própria Câmara dos Deputados. Precisamos tratar disso com a maior seriedade possível, porque, independentemente do caos que vai se instalar, e já está se instalando, na saúde pública, nós o teremos também na economia. Algo muito grave ainda está por vir, porque provavelmente as pessoas não terão salários para saldar suas dívidas,



para pagar suas contas.

Falamos também das pessoas que precisam ser repatriadas. Ontem, recebi apelo de atletas brasileiros que ficaram na Capital do Peru, em Lima, e que não puderam voltar para suas casas. O evento foi cancelado, e aquele país mandou fechar as fronteiras. Além disso, a aviação comercial também está sofrendo muito com esse gravíssimo problema. Hoje recebi o apelo de mais um grupo de aproximadamente 300 turistas brasileiros que estão em Cusco. Solicitei a V.Exa., Presidente, que fizesse intervenção nesse assunto. Hoje oficiei ao Ministro das Relações Exteriores e peço que V.Exa. corrobore o meu ofício.

Há algumas semanas, fizemos o resgate de pessoas na China com aviões brasileiros. Sabemos que o problema não está só no país vizinho, o Peru, está em todo o mundo. Então, teremos que ter seriedade na avaliação dos casos e, dentro do possível, envidar esforços para resgatar os nossos compatriotas que estão lá fora e querem retornar aos seus lares para enfrentar junto com os seus o que precisa ser enfrentado. Lembro que eles estão lá fora, na verdade, passando por dificuldades. Foram para uma temporada, que já acabou, já ultrapassou o tempo planejado, e estão com dificuldades para alimentação, hospedagem, locomoção, em síntese, com problemas de toda ordem. Cabe ao Governo brasileiro e a esta Casa adotarem providências quanto a isso.

Mais uma vez, quero frisar a dificuldade econômica que se vai abater sobre o País e com ela os danos sociais que serão causados. Acho que ninguém hoje se arrisca a mensurar essa conta. Milhares de mortos no mundo inteiro, crise econômica no mundo inteiro, e nós estamos aqui fazendo a nossa parte, é verdade. Mas temos que conscientizar a população de que todo esforço é pouco.

Vários Parlamentares já estão acometidos por essa doença. Tivemos notícia hoje de que o Presidente do Senado também teve diagnóstico positivo. Talvez aqui entre nós alguém já seja portador desse vírus de forma assintomática. Por isso, preciso lembrar mais uma vez a importância do uso da máscara - eu retirei a minha agora para falar. Eu tenho visto pessoas dizendo que não há problema, mas elas não sabem se estão doentes. Conversam de perto e, quando expelam saliva, acabam contaminando outras pessoas.

Então, nós precisamos ter esse cuidado, precisamos fazer com que as pessoas entendam a gravidade da situação. Precisamos que os meios de comunicação falem sobre isso o dia inteiro, repetidas vezes. E que as mídias sociais sirvam para informar, mas informar de maneira coerente, de maneira correta, e não para ficar passando mensagens

que na verdade só prejudicam a saúde do brasileiro.

Nós estamos aqui para apoiar, no que for necessário, as medidas que o Governo brasileiro precisa tomar. Essa decretação de estado de calamidade pública vai trazer, acredito, o que é necessário para que haja recursos para serem investidos. É preciso investir com seriedade. E lembro que o Parlamento vai instituir uma Comissão Mista para acompanhar as despesas que serão feitas e onde serão aplicados os recursos. Lembro também que a responsabilidade é de todos os governantes, tanto do Governo Federal como dos Governos Estaduais e Municipais.

Parabenizo todos os que estão envolvidos nessa grande causa. E que Deus tenha misericórdia do nosso povo.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que divulgue o meu pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 137/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:36
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	VITOR HUGO-PSL -GO	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Reconhecimento do respeito do Presidente da República para com as duas Casas do Congresso Nacional. Confiança na superação da crise gerada pela pandemia do coronavírus. Criação, pelo Governo Federal, de gabinete interministerial de combate à Covid-19. Ações adotadas pelo Governo Jair Bolsonaro para reversão dos efeitos da crise do coronavírus. Congratulações ao Deputado Orlando Silva, Relator da Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo, sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Líderes, queria inicialmente reforçar aqui neste plenário o profundo respeito que o Governo Federal, que o Presidente da República, que foi Deputado aqui por 28 anos, tem pelas duas Casas do Congresso Nacional. O entendimento do Governo é o de que a ação coordenada, a ação conjunta de todos os Poderes certamente, com união, compromisso e solidariedade, vai fazer com que nós consigamos atravessar os mares



revoltos dessa crise, que é mundial.

Os reflexos econômicos dessa crise e a própria crise de saúde, essa crise sanitária, não se iniciaram no nosso País, mas certamente já estão chegando aqui com algum impulso. Mas, com a nossa ação, com a ação de todos os Poderes, nós vamos conseguir ultrapassar este momento difícil.

Quero falar da total consciência que o Governo tem da seriedade deste momento, tanto que instituiu um gabinete de crise interministerial. Foi levantado em algum momento na reunião de Líderes que colocar o Ministro Braga Netto, da Casa Civil, à frente desse gabinete seria um desprestígio ao Ministro Mandetta, que está fazendo um excepcional trabalho. Certamente isso não é verdade. Como esse problema vai ter solução em diversas vertentes de atuação do Estado, a Casa Civil, que já tem a missão de coordenar os demais Ministérios, assume o protagonismo. Mas lógico que a saúde tem total preponderância nas medidas, sabendo-se que ela vai estar certamente o tempo inteiro coordenada com o Ministério da Economia, em virtude dos reflexos da crise na economia do nosso País.

Quero dizer também que a entrevista coletiva do Presidente e do gabinete de crise interministerial foi excepcional. Nela foram abordadas as medidas que estão sendo executadas pelo Governo Federal na área da saúde, na área econômica, na área da segurança pública, na área da infraestrutura e também no aspecto social.

É muito importante ressaltar aqui alguns aspectos que foram tratados nessa coletiva e que também já foram anunciados em diversas entrevistas e em diversas manifestações do Governo, como, por exemplo, a injeção de mais de 147 bilhões de reais na economia através de diversas medidas, como o corte do IPI de equipamentos de saúde ligados à prevenção e ao combate ao COVID-19, medida alinhada com o que nós votamos aqui nesta Casa ontem.

O Ministério da Economia já está dificultando a expedição de licenças para exportação de equipamentos de saúde, assim como determinando a diminuição de juros de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS; fixando alíquota zero para impostos de importação de produtos de uso médico-hospitalar, além de várias outras medidas que também foram anunciadas e reforçadas hoje pelo próprio Presidente da República, tais como: o reforço no Programa Bolsa Família; o atraso no recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do SIMPLES Nacional por 3 meses; a desoneração de produtos médicos; a oferta de 24 bilhões de reais para linhas de crédito pessoal, para ajudar trabalhadores autônomos; a oferta de 48 bilhões de reais para empresas; o socorro à aviação civil e o fechamento de fronteiras, que começou na fronteira do Brasil com a

Venezuela, e já há estudos avançados na Casa Civil, em coordenação com outros Ministérios, para expandir o fechamento para fronteiras do Brasil com outros países.

Conforme dito por mim na reunião da Líderes, coloco-me à disposição para receber sugestões de todos os Deputados de Estados que guardem fronteira com outros países, para que avancemos também nessa pauta. E a Liderança do Governo na Câmara dos Deputados está à disposição para receber outras sugestões de ações executivas que não dependam exclusivamente do Parlamento, pois o Governo Federal tem total disposição de, ouvindo os Parlamentares, adotá-las.

Quero parabenizar, também, o Deputado Orlando Silva pelo trabalho excepcional e muito rápido que fez. O Presidente da República enviou mensagem hoje pedindo a decretação do estado de calamidade pública, e o Deputado Orlando Silva, de maneira muito exitosa, conseguiu construir um texto que atende às necessidades do Executivo em relação àquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal nos impõe, o que vai possibilitar ao Governo Federal gastar mais para socorrer os nossos brasileiros, tanto no aspecto da saúde quanto no aspecto econômico, e, ao mesmo tempo, possibilitar que o Parlamento participe, junto com o Executivo, da fiscalização dessas ações. Isso, para nós, é excepcional. O Governo tem todo o interesse de fazer essas ações com transparência, com coordenação e de maneira integrada com o Parlamento.

Dessa forma, parabenizando o Deputado Orlando Silva e agradecendo a todos os Líderes e demais Deputados pela futura - se Deus quiser! - aprovação desse decreto de calamidade pública, eu me despeço.

Muito obrigado.

Documento 138/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:40
Publ.: DCD - 3/19/2020 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Deputado Orlando Silva pela agilidade na apresentação de parecer à Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo, sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus. Avaliação das medidas governamentais de combate à Covid-19. Defesa da concessão de 1(um) salário mínimo às famílias pobres para enfrentamento da crise instalada no Brasil. Incapacidade do Presidente Jair

Bolsonaro para comando do País. Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela serenidade na condução do processo de combate à Covid-19. Solidariedade às famílias brasileiras diante da crise gerada pela pandemia de coronavírus.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, inicialmente quero parabenizar o Deputado Orlando Silva por oferecer um relatório rápido, pronto e preciso para o enfrentamento econômico dessa crise. E quero dizer que esse enfrentamento econômico, na minha opinião, deve ter estes três focos: combate ao coronavírus, proteção social e melhoria da economia.

Nesse sentido, Presidente, eu quero falar sobre dois aspectos: o das medidas e o aspecto político.

Em relação às medidas, é importante fortalecer o SUS. E é muito importante que tenhamos leitos de UTI, que tenhamos capacidade de testagem e equipes de saúde da família para ir às casas. Ao mesmo tempo, Presidente, é importante dinheiro na FIOCRUZ para o desenvolvimento de uma vacina.

Em relação às medidas de proteção social, parece-me que os 200 reais que o Governo está oferecendo às famílias não são suficientes. Imaginem as famílias mais pobres do Brasil, que precisam se alimentar, que precisam de medicamentos, que precisam vencer o cotidiano, já que não poderão mais trabalhar no mercado informal. Pensem nas favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas palafitas de Belém, nas periferias deste País. É por isso que precisamos ter 1 salário mínimo para as famílias mais pobres, para que, com esse salário mínimo, elas possam honrar suas despesas cotidianas, para enfrentar a situação. Elas terão que ficar nos seus lares. Para isso, elas precisam de condições materiais.

É por isso que nós, da Oposição, do Partido dos Trabalhadores, estamos defendemos 1 salário mínimo, durante esta crise, para que elas possam arcar com essas despesas. Vejam: se fosse uma crise bancária, o Governo liberaria bilhões para socorrer os bancos, Deputado Renildo Calheiros. Mas, como se trata de uma crise com seres humanos, não é isso que acontece. Precisamos ter bilhões de reais para fazer face a essa crise.

Por último, quero falar sobre a questão política. O Presidente da República mostrou incapacidade de comando, incapacidade de dirigir o País, incapacidade de enfrentar o vírus ao seu redor. Já são 15 as pessoas que contraíram o vírus porque ele subestimou a crise.

Por isso, Presidente Rodrigo Maia, quero parabenizá-lo pela serenidade com que está combatendo essa crise e coordenando esse processo. Esse processo requer capacidade política e de liderança, que não está instalada no Palácio do Planalto. O Presidente Bolsonaro, no último final de semana, perdeu todas as condições políticas, tendo em vista que ele foi participar de uma manifestação que era indevida, porque não devia haver concentrações naquele final de semana e porque era contra o Congresso Nacional, que é parte da solução dessa crise. Por isso, Deputado Rodrigo Maia, quero parabenizá-lo pela serenidade da condução.

E acho importante, Deputado Rodrigo Maia, que essas sessões com os Deputados a essa distância possam acontecer, além da votação remota que foi estabelecida.

É por isso que eu quero aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, prestar minha solidariedade às famílias brasileiras, que sofrerão neste momento, que voltarão para o isolamento social. Que elas possam ter todo o nosso apoio, que não fiquem sem um apoio material, sem um apoio à saúde, sem um apoio psicológico, sem solidariedade, para que nós possamos vencer rapidamente essa crise e o Brasil possa retornar à sua vida, que precisa ser retomada, com emprego, com renda, com oportunidades, com serviços públicos.

É por isso que nós temos que afastar essa ideia de que não há Estado. Neste momento, o Estado é muito importante, como sempre foi, no desenvolvimento da sociedade, e nós precisamos retomar. A face mais clara do Estado brasileiro se chama Sistema Único de Saúde - SUS e sistema de proteção social.

Muito obrigado.

Documento 139/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:48
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	SORAYA SANTOS-PL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela declaração contrária ao fechamento do Congresso Nacional. Importância da votação, pelo Parlamento brasileiro, de proposições destinadas ao combate à crise gerada pela pandemia do coronavírus.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, subo à tribuna, primeiro, para cumprimentar V.Exa., autoridade máxima desta Casa, pelo tom de serenidade, pela frase dita em uma entrevista: *"Este Parlamento não fechará"*.

Essa frase, tão impactante, eu não poderia deixar de repetir aqui. Muitas vezes eu escuto as pessoas falarem *"o Governo, o Governo"*. Quem é o Governo? O Governo é composto de três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um com sua competência.

Muitas vezes, Deputado Mauro, as pessoas perguntam: *"O Congresso está funcionando, com todos os cuidados?"* Ele não poderia fechar, porque o Governo não pode nesta hora faltar à sociedade brasileira.

É o Executivo, Presidente, obviamente, que vai dar as determinações, pelo seu próprio papel de definir as políticas públicas adotadas no País. Daí a importância de este Parlamento estar aqui hoje votando, liberando todas as questões orçamentárias, para que possa dar suporte às ações do Executivo.

A frase de V.Exa., a presença harmônica, a demonstração de que está colocada de lado qualquer divergência ideológica, a harmonia e a responsabilidade que esta Casa está demonstrando à sociedade são uma manifestação, acima de tudo, Presidente, de responsabilidade e cumprimento do dever. Nós fazemos parte do tripé do Governo.

Fiz questão de vir aqui para registrar essa frase de V.Exa. Confesso que foi a frase que mais reverberou em todos os grupos dos quais eu faço parte nas redes sociais, com a segurança e a altivez de dizer que este Parlamento não fechará e não se furtará ao trabalho. Como diz o nosso Hino Nacional, não fugiremos à nossa luta e à nossa responsabilidade.

Aqui fica, portanto, o nosso agradecimento ao Líder maior, na figura de V.Exa.

Toda a Casa, nos seus bastidores, por meio dos seus funcionários, está fazendo a sua parte, buscando minimizar a entrada das pessoas que aqui circulam. Muitas vezes, as pessoas não percebem essa dimensão, mas a Câmara dos Deputados chega a ter pico de circulação de quase 30 mil pessoas, número maior do que o da população de muitos Municípios. Aqui nós tivemos a coragem de minimizar esses impactos, de colocar os funcionários em casa, as pessoas que correm mais risco, de fazer rotatividade.

Todas as medidas foram tomadas, Presidente, sob a sua direção. Digo, com muita responsabilidade, que este Parlamento está aberto, sim, para cumprir seu papel como um dos que compõem a figura do

Governo.

Estamos aqui de prontidão para aguardar as decisões do Executivo, que tem na figura do Presidente o seu responsável máximo. E ele vai dizer o que espera que seja resolvido, como Presidente eleito, num momento de pandemia jamais visto no País.

E esta Casa, como bem disse V.Exa., estará aberta, cumprindo seu papel - de forma remota ou presencial, mas cumprindo seu papel -, para que possamos minimizar os impactos na sociedade e atravessar esse desafio de um País que tem dimensões continentais.

Muitas vezes eu olho para o lado, Presidente, e fico imaginando que isso está acontecendo na Itália, depois na Espanha. Ora, o tamanho de cada um desses países é o tamanho de um Estado brasileiro. Então nós teremos efeitos e evoluções diferentes. E esta Casa estará aqui, pronta para amparar a população brasileira, como sua legítima representante, e para minimizar os impactos de toda essa crise.

Agradeço a palavra, Presidente. Eu não poderia, como Parlamentar, deixar de registrar o meu orgulho de ter V.Exa., com tamanha responsabilidade, guiando este Parlamento para que ele cumpra o seu papel.

Muito obrigada.

Documento 140/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:52
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	ORLANDO SILVA-PCDOB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Reformulação do parecer oferecido à Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo, sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero fazer uma retificação de voto, levando em conta o diálogo realizado com vários Parlamentares.

No art. 1º, o texto passa a ser: "*Fica reconhecida, exclusivamente - é o acréscimo, na retificação desse voto -, para os fins do art. 65 da Lei Complementar...*". E segue o texto nos termos apresentados

originalmente.

A segunda retificação, Presidente, é no § 3º do art. 2º. O texto começa dizendo: "*Bimestralmente, a Comissão realizará audiência pública com a presença do Ministro da Economia (...)*". No final, a versão anterior dizia: "*(...) que deverá ser divulgada pelo Poder Executivo (...)*". Atendendo à reflexão feita por alguns colegas, o texto passará a ser: "*(...) que deverá ser publicado pelo Poder Executivo antes da referida audiência*".

Fizemos essas duas retificações, Presidente, também levando em conta o que ouvimos de vários colegas, para tentar produzir a melhor redação, com nitidez, com clareza, para que a sociedade brasileira perceba o compromisso do Parlamento de criar condições para que o Brasil combata o coronavírus.

Eu quero concluir, Presidente, agradecendo as referências de vários colegas e dizendo que estou muito feliz de perceber que o Parlamento brasileiro se uniu em torno de um grande desafio que o País tem, que é enfrentar e combater o coronavírus, com medidas que não apenas levam em conta o viés da saúde, que são fundamentais.

Haverá recurso disponível para todas as iniciativas de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, do sistema de assistência social. São medidas que, seguramente, vão permitir proteger também vários setores que poderiam ser penalizados, como, por exemplo, os produtores culturais, que estão muito preocupados com o encerramento de atividades do teatro, do cinema, ou seja, atividades de entretenimento. Tudo isso está inviabilizando a manutenção de atividades culturais, além de um conjunto de atividades econômicas que vai limitar a produção dos trabalhadores do Brasil. E o Governo tem condições de adotar medidas que permitam mitigar os danos para as famílias e para o povo em geral.

Nesses termos, Presidente, apresento o relatório.

Agradeço a confiança de V.Exa. ao oferecer essa missão para este simples Deputado.

Documento 141/318

36.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020-
CD 19:52

Publ.: DCD - 3/19/2020 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Retirada de requerimentos de destaques pelo orador, tendo em vista o acolhimento da Emenda nº 3 pelo Relator da Mensagem nº 93, de 2020, do Poder Executivo sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País, em decorrência da pandemia de coronavírus.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu peço a palavra para retirar os destaques que fiz das minhas emendas, porque o Relator acolheu, na prática, o texto da minha Emenda nº 3, que acrescentava a palavra "exclusivamente", para deixar claro que esta calamidade não é a calamidade prevista nos arts. 136 e 137 da Constituição Federal.

Agradeço ao Relator e o cumprimento pelo parecer, assim como V.Exa. também, Presidente.

Obrigado.

Documento 142/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD 19:56	
Publ.: DCD - 3/19/2020 - FÁBIO RAMALHO-MDB -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Proposta ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, de conclusão das obras de hospitais no Estado de Minas Gerais e no Brasil para atendimento a pacientes com coronavírus. Contrariedade à queima de reservas de dólares pelo Governo brasileiro. Protesto contra as taxas de juros incidentes em operações de empréstimos concedidos a aposentados com proventos de até 1 (um) salário mínimo. Confiança na reversão da crise do coronavírus.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento V.Exa. e também o Relator. E quero pedir a V.Exa. que leve ao Ministro Mandetta algo que vejo que pode ajudar no combate ao coronavírus.

Temos vários hospitais em Minas Gerais e no Brasil que estão quase prontos - em Minas Gerais, eu sei de sete hospitais que estão 90% concluídos. Então, que se liberem recursos para terminar esses hospitais, a fim de que possam atender os pacientes com coronavírus.

Sobre essa questão da economia, Presidente, estou vendo que estamos queimando os nossos dólares à toa.

Quem compra dólar, Paulo Guedes, é gente rica. É milionário que compra dólar. Não queime as nossas reservas injetando dólar no mercado. Dólar é coisa de rico. Vamos, sim, pegar o dólar e cuidar da saúde do nosso povo, pois é disso que precisamos.

Outra coisa errada que eu vi é essa questão de liberar mais recursos para quem é aposentado. Uma pessoa que ganha um salário mínimo não precisa de mais dinheiro emprestado; e dinheiro a 1,8%, quando a taxa de juros está a 4%. Estão emprestando para quem ganha um salário a mais de 25% ao ano. Isso é um absurdo e uma falta de respeito com os nossos velhinhos que só ganham um salário. Hoje eles vão viver como?

Então, Presidente, vamos estar juntos, sim. Parabenizo V.Exa. e todo o Parlamento, que hoje é um Parlamento só. Temos que estar unidos, e tenho certeza de que essa crise do coronavírus vai tornar o Brasil melhor.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. FÁBIO RAMALHO (Bloco/MDB - MG) - Concluindo, quando terminar essa crise do coronavírus, e vamos vencê-la, teremos um Brasil melhor, um Brasil mais unido, um Brasil com o Executivo e o Presidente Bolsonaro mais unido, um Parlamento e o povo brasileiro unido. Um povo que, sobretudo, sabe vencer as crises. E temos que ter determinação e coragem para vencer isso.

Que Deus ajude o povo brasileiro!

Documento 143/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	19:56
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	ROMAN-PSD -PR	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2020, sobre o

reconhecimento, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

O SR. ROMAN (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de poder falar. Eu só gostaria de chamar a atenção para a responsabilidade de todos nós. Muitos aqui já falaram, mas, a respeito dessa responsabilidade, quem no Parlamento está focado na solução dos problemas e quem está focado no problema? Eu digo que estou focado na solução. Nós temos que buscar apoiar inclusive a ação que nos foi encaminhada para declarar calamidade pública no Brasil.

Parafraseando, quando chegou a Portugal a declaração de calamidade pública em 1755, naquele grande terremoto que matou mais de 50 mil portugueses, o Rei de Portugal D. José I perguntou ao Marquês de Pombal o que fazer num momento tão drástico como aquele. E, dentro da sua simplicidade, ele disse: "*Primeiramente, fechar os portos, enterrar os mortos e cuidar dos vivos*".

Então, simplesmente, nós temos que fazer isso, fazer o que precisa ser feito. Nós temos que não ficar apontando os problemas. Quando se fala em enterrar os mortos, fala-se em não ficar preso ao passado. O Presidente Bolsonaro errou? Errou. Não há dúvida disso. Mas quantos não cometemos erros aqui dentro, em votações e em ações. Nós temos que agora centrar, sim, o nosso foco em solucionar os problemas.

Avante, Brasil! Vamos fazer com que cada vez mais possamos ter esta visão: fechar os portos, enterrar os mortos e cuidar dos vivos.

Muito obrigado.

Documento 144/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	20:00
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2020, sobre o reconhecimento, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, de estado de calamidade pública no País em

decorrência da pandemia de coronavírus, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabeno V.Exa. pela coordenação dos trabalhos. V.Exa. foi fundamental para que nós aprovássemos em tempo célere este projeto de decreto legislativo que vai ajudar a salvar o Brasil.

Com esse projeto de decreto legislativo é importante V.Exa. estar envolvido, porque V.Exa. ajuda a construir um Brasil melhor. Parabéns!

Documento 145/318

36.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/03/2020- CD	20:12
Publ.: DCD - 3/19/2020 -	ARTHUR LIRA-PP -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da união entre os Líderes partidários e os Parlamentares para a aprovação da Medida Provisória nº 899, de 2019, sobre o estabelecimento de requisitos e condições para a realização entre a União, os devedores ou as partes adversas de transação, nas modalidades especificadas, mediante concessões mútuas, que importe em determinação de litígio e consequente extinção de crédito tributário, nos termos do art. 171 da Lei nº 5.172, de 1966 - Código Tributário Nacional, e do decreto presidencial sobre o reconhecimento de estado de calamidade pública no País em decorrência da pandemia de coronavírus.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade, quero somente registrar a união das Lideranças dos partidos, dos Deputados e das Deputadas, em construir consenso para a votação desta medida provisória, que será muito importante na vida das empresas e dos contribuintes. Estabelece nova modalidade de parcelamento de débitos, ainda mais com algumas emendas aglutinativas - e quero deixar bem claro isto, Sr. Presidente -, que foram construídas em total acordo. Na sequência, o Líder do Governo vai poder afirmar isso. O acordo envolveu tanto a regulamentação do bônus sem incidir sobre as multas, como a questão das matérias relativas às multas do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e do seu voto de qualidade. Além disso, emenda aglutinativa do PSB possibilitou a

extensão do prazo, de 120 para 145 meses.

Quero parabenizar todos que estão trabalhando num clima adverso como o de hoje. Este Congresso, de pé, como disse brilhantemente a Deputada Soraya Santos, cumpre sua obrigação com a Nação, votando o Decreto de Estado de Calamidade Pública e medida provisória importante como esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 146/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	19:56
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	HIRAN GONÇALVES-PP -RR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre a possibilidade de apresentação, pelo Plenário, de substitutivo ao Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em relação ao item 2 da pauta, o projeto da telemedicina, o Conselho Federal de Medicina sugeriu à Deputada Adriana Ventura que inseríssemos dois artigos. A Liderança já encaminhou para a Secretaria-Geral a sugestão da introdução de dois artigos, os arts. 4º e 5º, que não alteram o texto. Todo mundo está de acordo. Nós conversamos com a autora do projeto e já discutimos hoje. Indagamos a V.Exa. se seria possível...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Senhores, é preciso desligar o sistema aqui. Quem está aqui dentro tem que falar ao microfone.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - É possível, Sr. Presidente, fazermos o substitutivo de plenário? Não altera o texto, e já conversamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Não, não. É possível fazer no plenário, mas é preciso construir um acordo. Eu achei que não havia problema neste projeto, pelo menos não havia para

quem eu perguntei.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - A sugestão é no sentido de colocar no art. 4º que o médico deverá informar ao paciente todas as limitações inerentes ao uso da telemedicina, tendo em vista a impossibilidade de realização do exame físico durante a consulta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Mas é preciso trabalhar.

Vamos manter distância de um Deputado para o outro, por favor. V.Exas. estão conversando muito perto um do outro.

Deputado Hiran, eu vou votar outro projeto, porque para este não há acordo ainda. O PSOL está contra. V.Exa. prepara aqui e tenta ajustar.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) - Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 147/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD	20:12
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Repúdio do PSB ao pronunciamento do Presidente da República pelo isolamento vertical durante a pandemia do coronavírus. Ações da Casa para enfrentamento da doença. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Cumprimento V.Exa., Presidente, e os demais colegas.

Esta é a primeira sessão da Câmara após o pronunciamento na noite de ontem do Presidente da República. E não é possível não mencionar o desastroso comunicado que ele fez. É de uma gravidade sem tamanho que o Presidente tenha estimulado que as pessoas voltassem à rua. Isso é muito grave, Presidente Rodrigo, porque nós estamos fazendo um esforço, o País inteiro, para evitar a disseminação dessa

pandemia e a fala do principal líder do Poder Executivo vai em sentido contrário.

Então, isso é extremamente preocupante.

Eu quero deixar registrada aqui a posição do PSB de absoluta contrariedade a essa fala, a essa manifestação, que vai contra o Brasil e a vida dos brasileiros. Ao contrário desse projeto do Deputado Hildo Rocha e o da Deputada Professora Dorinha, que procuram resolver um problema concreto, que existe, de acesso à merenda, mas através de uma solução inteligente, não fazendo as crianças e as famílias se aglomerarem nas escolas, porque isso favoreceria a contaminação. Ao contrário, garantindo às crianças acesso à alimentação, sem que estejam nas escolas se submetendo a enorme risco, e também aos seus familiares, especialmente os idosos e os demais do grupo de risco.

Portanto, é muito salutar que o Parlamento esteja reunido nesta noite, de forma bastante reduzida, mostrando o nosso esforço e a nossa contribuição, para evitar que a pandemia se espalhe, e também aprovando soluções que podem garantir direitos dos brasileiros, como nós vamos fazer, ao longo desta noite, sem submetê-los a qualquer tipo de risco.

Eu registro a minha tristeza e a minha profunda indignação que senti na noite de ontem, em nome de todo o meu partido e dos meus colegas que estão acompanhando a sessão e não podem estar fisicamente presentes aqui, pela correta recomendação de V.Exa., e, ao mesmo tempo, a minha felicidade de aprovarmos propostas como esta do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Professora Dorinha e outras que votaremos esta noite.

O voto do PSB é "sim", Presidente.

Documento 148/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	20:16
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência pela condução dos trabalhos de enfrentamento da pandemia de coronavírus. Elogio a servidores da Casa pela criação de plataforma digital destinada à realização de sessões remotas. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei

nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Pela ordem. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Sras. e Srs. Parlamentares, boa noite a todos.

Primeiro, eu quero saudar V.Exa., Presidente, pelo esforço que tem feito. A Casa tem se reunido, remotamente, com os Líderes e partidos, durante o dia, com muita dedicação e seriedade.

Então, neste momento grave por que o planeta passa, especialmente nós do Parlamento brasileiro estamos aqui fazendo o nosso papel: votando e nos debruçando sobre as matérias. Isso é extremamente importante, principalmente porque é um momento em que tentativas pouco democráticas estão acompanhando todo esse processo. Então, é importante que a democracia se fortaleça e se apresente neste momento.

Presidente, V.Exa. está de parabéns por conduzir a todos nós, assim como os trabalhos desta Casa.

Antes de declarar o voto do PDT, eu quero fazer um reconhecimento aos funcionários desta Casa, que se superaram para formar esta plataforma que hoje estamos inaugurando, para que todos nós, nos nossos Estados, possamos votar e interagir. Isso tudo está sendo feito de maneira muito rápida. Então, todos nós estamos de parabéns.

Quanto ao Projeto de Lei nº 786, de 2020, do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Professora Dorinha, o PDT encaminha favoravelmente. Reconhecemos o mérito do projeto e a inteligência dos colegas. Portanto, só poderia apoiá-lo. Lembramos que esses projetos foram construídos a partir de uma pauta com V.Exa. e com os Líderes, desde semana passada. São projetos que fazem parte de um consenso entre V.Exa. e todos nós.

Muito obrigado. Boa noite a todos.

Documento 149/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	20:20
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica. Congratulações aos Líderes partidários pela votação de propostas destinadas ao enfrentamento da pandemia de coronavírus.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Esta é a nossa primeira sessão virtual, então, para mim é um prazer ver a tecnologia nos trazer a oportunidade de não parar o Parlamento e dar seguimento a votações tão importantes neste momento em que a sociedade clama por ajuda.

O projeto do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Professora Dorinha traz para uma ajuda a essas crianças que, devido ao coronavírus, infelizmente não estão podendo frequentar a escola. Muitas delas inclusive frequentam a escola com o objetivo de se alimentar, e os alimentos que estão se perdendo nas escolas poderão ser entregues a essas crianças e familiares que contavam com essa ajuda. Então, fico muito feliz em saber que os Parlamentares estão trabalhando. Não estamos parados. O Democratas é a favor, somos favoráveis ao projeto.

Mais do que isso, Presidente, nós só temos a agradecer a todos os Líderes, principalmente a V.Exa., por estar trazendo essas matérias tão importantes e tão relevantes para a nossa sociedade. O Democratas mais uma vez agradece.

Parabéns ao Líder Efraim, que me confiou o trabalho, e à Deputada Professora Dorinha, do nosso partido!

Obrigado, Presidente.

Documento 150/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	20:20
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário



Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a saúde da população brasileira diante da pandemia de coronavírus. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós queremos votar favoravelmente ao projeto do Deputado Hildo e da Deputada Dorinha sobre a possibilidade de as crianças seguirem recebendo alimentação, a merenda escolar, a partir do fechamento necessário das escolas. Obviamente, é uma medida meritória e tem o nosso apoio.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de registrar a nossa indignação quando o Brasil passa por uma das piores crises da história do País, com uma pandemia mundial, e temos um Presidente que já não é mais um Presidente, é um criminoso, é um lunático que diminui - e ao mesmo tempo faz apologia ao obscurantismo - ao tratar de uma doença grave como se fosse uma gripezinha.

Infelizmente, o Brasil já perdeu 47 pessoas para o coronavírus e a cada dia que esse lunático segue no poder, obviamente, as medidas necessárias para conter a pandemia do coronavírus, como uma renda básica suficiente para os trabalhadores terem a suspensão das atividades como direito e o investimento no Sistema Único de Saúde, ficam mais longe. Ao contrário, o sinal que o Presidente dá é um sinal de normalidade, dizendo às pessoas que, na prática, podem seguir com as suas atividades normais, quando sabemos que é fundamental ter medidas preventivas de isolamento social, ter garantias de direitos para que os trabalhadores não tenham que escolher entre morrer de fome ou contrair o coronavírus.

E é importante ter política para as crianças que dependem da alimentação escolar, como é este relevante projeto que nós vamos votar na noite de hoje. O Parlamento vai votar essa importante pauta, mas sem dúvida a agenda que o Brasil precisa é muito grande e enquanto esse criminoso seguir na Presidência, infelizmente, ela não será implementada. Do contrário, será desmerecido o esforço da Organização Mundial da Saúde e serão desmerecidos os esforços e os alertas dos infectologistas, dos virologistas, dos especialistas que estão nos dizendo as medidas necessárias para enfrentar o coronavírus.

Então, nós encaminhamos favoravelmente ao projeto, mas também seguimos encaminhando Fora, Bolsonaro!

Documento 151/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD 20:24
Publ.: DCD - 3/26/2020 - LÉO MORAES-PODE -RO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Dificuldades do Deputado José Medeiros para registro de presença. Elogio aos Deputados Hildo Rocha e Professora Dorinha Seabra Rezende pelo empenho no fornecimento de merenda escolar ao alunato durante a pandemia de coronavírus. Empenho da Casa na realização de nova plataforma de votação, para atendimento às necessidades emergenciais da sociedade brasileira.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de, primeiramente, anunciar que o Deputado José Medeiros, do Podemos do Mato Grosso, está com dificuldade de realizar o registro.

E quero parabenizar o Deputado Hildo Rocha, pela sua sensibilidade e sua preocupação em relação às nossas crianças, assim como a Deputada Professora Dorinha.

Também quero registrar o esforço de todos nós para realizarmos esta votação remota e atendermos ao anseio da população como parte dessa solução.

Quero pedir, por gentileza, que nosso Deputado Eduardo Braide, do Maranhão, faça a orientação desse voto, Sr. Presidente.

Documento 152/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD 20:24
Publ.: DCD - 3/26/2020 - EDUARDO BRAIDE-PODE -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Acerto da decisão do Presidente Rodrigo Maia de realização de sessões remotas diante da pandemia do coronavírus. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação

Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica. Solicitação ao Ministério da Saúde de restabelecimento do estoque de vacina contra o vírus H1N1 no Estado do Maranhão.

O SR. EDUARDO BRAIDE (PODE - MA. Pela ordem. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar V.Exa. pela decisão acertada que tomou, de propiciar estas sessões remotas, virtuais, do Congresso. O Congresso não pode parar e fechar num momento tão importante como este, que é o de manter o equilíbrio entre os Poderes do nosso País. Portanto, quero cumprimentar V.Exa. por isso e por toda a construção dessa pauta de consenso.

Tratando diretamente do projeto de lei de autoria do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Professora, eu quero parabenizar os dois. Nós sabemos que a alimentação escolar, em grande parte do nosso País, é a principal alimentação das nossas crianças. Suspender essa alimentação de uma hora para outra, por conta dessa situação da pandemia de coronavírus, iria fragilizar inclusive a imunidade das nossas crianças.

Então, este projeto, além de ter um lado social, tem um lado também que termina deixando os gestores, tanto municipais quanto estaduais, calçados, para que possam tomar essa medida sem nenhum tipo de prejuízo de ordem legal.

Portanto, o Podemos orienta o voto "sim" à aprovação deste projeto.

Finalizando, Sr. Presidente, como já disse pessoalmente a V.Exa., eu gostaria de reiterar que o nosso Estado, o Maranhão, e a nossa cidade de São Luís passam por um surto de H1N1. Os nossos leitos de hospitais, as nossas UTIs estão cheias não de pacientes com coronavírus, graças a Deus, mas porque há um surto de H1N1 aqui. E acabou o lote da vacina contra a H1N1 já no primeiro dia.

Faço aqui o apelo e o reforço ao Ministério da Saúde, contando com ajuda de V.Exa., para que possa ser restabelecida, o mais rápido possível, essa vacinação, porque já houve mais de 10 mortes confirmadas aqui em nosso Estado por conta do H1N1. Veja a situação que o Maranhão enfrenta: a pandemia do coronavírus e, ao mesmo tempo, o surto do H1N1.

Reiterando, o Podemos orienta o voto "sim", Sr. Presidente, parabenizando o Deputado Hildo Rocha e a Deputada Professora Dorinha.

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD 20:28
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	ANDRÉ FERREIRA-PSC -PE
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários pela realização de sessões remotas e pela construção de pauta consensual. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PSC - PE. Pela ordem. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, quero fazer o importante registro, parabenizando V.Exa., do seu total empenho para que esta sessão esteja se realizando hoje. V.Exa., juntamente com nossos Líderes, trabalhou muito para que chegássemos a esta pauta de consenso.

Quanto a este projeto, quero parabenizar o Deputado Hildo Rocha e a Deputada Dorinha, já que a matéria vai garantir a merenda escolar para as crianças mais carentes.

Então, com tudo isso que estamos vivendo no País, o PSC também vota "sim" a esse projeto.

Parabéns a V.Exa.

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD 20:28
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Satisfação do orador com o funcionamento e atuação do Congresso Nacional pela redução dos efeitos da crise gerada pela pandemia de coronavírus. Congratulação ao Presidente Rodrigo Maia pela construção de pauta consensual. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de

2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento de muito desafio que vive a humanidade, no mundo e no nosso País, é com muita satisfação que vejo um Poder funcionando e funcionando como todos deveriam funcionar num momento de crise, focando sua atenção, buscando convergência, estabelecendo ligações com a sociedade que permitam transmitir ao País segurança e tranquilidade para enfrentar esta situação.

Parabéns, Presidente Rodrigo Maia! Em nome do Cidadania, nós nos somamos a V.Exa. nos esforços que tem feito para que possamos enfrentar este momento. Nós acabamos construindo uma pauta de consenso, em meio a tantos partidos, a tantas considerações ideológicas.

Primeiro, na economia, há certeza de que nós precisamos priorizar o atendimento aos desprovidos, aos mais vulneráveis. Os projetos que votamos hoje e os próximos que votaremos terão esse mérito.

Do ponto de vista da saúde - e estamos muito felizes com a condução da Deputada Carmen Zanotto, que participa da Comissão -, em cada um dos desafios, é preciso priorizar a visão técnica dos infectologistas, da ciência, fortalecendo a ciência, para que não sejam os impulsos individuais que determinem políticas públicas, que devem ser fundamentadas e bem constituídas.

Finalmente, Sr. Presidente, do ponto de vista de como os Poderes devem agir, eles devem agir em harmonia, buscando convergência. V.Exa., reiteradas vezes, tem dado demonstração de que assim faz, e faz em nome de todos nós. O País precisa olhar adiante e ter segurança para enfrentar este momento.

O projeto do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Dorinha vai no sentido positivo de disponibilizar aqueles alimentos adquiridos para a merenda para os estudantes e suas famílias em casa. É uma boa medida adequar o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar e a destinação desses alimentos.

Para concluir, Sr. Presidente, destaco que isso também garante toda a cadeia produtiva, a fim de que o pequeno agricultor continue a ter

mercado para ofertar o seu produto.

Vamos adiante.

Documento 155/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD 20:32	
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Dificuldades de Parlamentares para registro de presença. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica. Perplexidade ante o pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro favorável ao isolamento vertical, em desconformidade com as recomendações da Organização Mundial de Saúde preventivas da disseminação da Covid-19. Empenho da Casa na aprovação de proposições destinadas à proteção do povo brasileiro durante a pandemia de coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de registrar que os Deputados Daniel Almeida, Professora Marcivania, Orlando Silva e Márcio Jerry não conseguiram registrar presença e, conseqüentemente, não estão conseguindo se inscrever também.

Nós estamos votando aqui um projeto de grande importância. Por que nós estamos discutindo destinar a alimentação escolar, a merenda escolar para atender as residências das pessoas? Exatamente porque o mundo, e o Brasil faz parte dele, está vivendo um momento incomum de muita dor e de drama por conta do que a Organização Mundial de Saúde decretou, que é a pandemia do coronavírus.

Então, este Plenário faz agora um esforço para ter aqui um grupo pequeno de Líderes. Ao mesmo tempo, em cada Estado do Brasil, vários Deputados estão atentos, procurando contribuir com este momento por que passa o País. O esforço que tem sido feito precisa ser louvado por todos nós.

Nós somos a favor deste projeto pela simbologia que é levar comida para quem está em casa, para que não saia de casa, atendendo à

orientação da Organização Mundial de Saúde e do Ministro da Saúde do Brasil.

Dito isso, Sr. Presidente, afirmo que para nós é estarrecedor assistirmos aos líderes do mundo inteiro fazerem um esforço concentrado para assegurar que suas populações fiquem em casa, porque, num momento como este, proteger-se e ficar em casa é um direito do cidadão, e aqui assistimos ao Presidente da República levar a população brasileira ao suicídio ao convidá-la a sair de casa e voltar à sua normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Gente, um instante. Quem quiser ficar aqui vai ter que desligar o celular, porque aí embaixo está havendo muita microfonia. Outra opção é sair de perto dos microfones ou anular o som do celular, deixando-o mudo, o que pode ser feito pelo aplicativo.

Desculpe-me, Deputada.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Concluindo, Sr. Presidente, é estarrecedor para nós assistir ao Presidente da República descumprir a orientação do seu próprio Ministro da Saúde, descumprir a orientação da Organização Mundial da Saúde e fazer diferente do que todos os líderes mundiais estão fazendo.

O que nós queremos aqui neste momento é votar projetos que protejam minimamente a população brasileira, que tem o direito de ficar em casa. Nós, num esforço concentrado, estamos articulando, negociando projetos para garantir renda básica mínima para esse período de pandemia, assegurar os empregos e dar apoio aos Governadores do Brasil, que, num ato de unidade, estão se juntando para dar força um ao outro, porque eles não estão sentindo essa força vir do Presidente Bolsonaro.

Ontem, quando a população se dirigiu à televisão para assistir ao Presidente, ela buscava uma frase de apoio, de força para este momento difícil, buscava ouvir uma palavra de esperança, buscava ouvir uma palavra de solidariedade pelas vidas que já perdemos, porque vidas importam! Mesmo a vida daqueles mais idosos importa para nós. Mas, infelizmente, essa frase, essa palavra de esperança para a população não veio do Presidente.

A Câmara reúne-se aqui, num esforço, em apoio aos Governadores do Brasil e à população, que está assustada. Nós votamos projetos para ajudar a nossa população.

Muito obrigada.

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	20:36
Publ.: DCD - 3/26/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à realização de sessões virtuais pela Câmara dos Deputados diante da epidemia de coronavírus. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, acho que este é um momento de união de todos os partidos, que concordaram com essa forma nova de trabalho aqui na Câmara, que eu acho que é muito positiva. Assim se dá à população o exemplo de que é preciso continuar trabalhando. Nós, como líderes deste País, precisamos continuar trabalhando de forma responsável, de forma séria e de forma unida, mas, ao mesmo tempo, respeitando todas as precauções que precisamos ter para evitar o contágio pelo coronavírus e que o levemos para os nossos Estados. Então, pela primeira vez, temos uma sessão praticamente virtual. Mas é claro que alguns, principalmente os Líderes, estão aqui presentes para garantir a votação.

Sobre a matéria em questão, acho que o autor do projeto foi muito feliz em propô-lo, visto que ele não tem nenhum impacto fiscal e garante, principalmente para aquelas famílias mais pobres, a continuidade de um serviço de manutenção da alimentação das crianças ao longo desse período de crise.

Inclusive, um dos autores do projeto está aqui na minha frente, o Deputado Hildo Rocha. Às vezes nós até discutimos, mas hoje eu o parabeno pela iniciativa, assim como parabeno os partidos de maneira geral, que estão apoiando esse projeto.

Obrigado, Presidente.

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de consenso com relação às medidas de combate ao coronavírus.

O SR. LUIS TIBÉ (Bloco/AVANTE - MG. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Como V.Exa. está, meu amigo? Está melhor?

O SR. LUIS TIBÉ (Bloco/AVANTE - MG. *Participação por videoconferência*.) - Estou melhorando, recuperando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Que bom!

O SR. LUIS TIBÉ (Bloco/AVANTE - MG. *Participação por videoconferência*.) - Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V.Exa. e cumprimentar a assessoria desta Casa por terem, tão rapidamente, conseguido construir este aplicativo, que está funcionando tão bem.

Quero dizer que a bancada do Avante indica o "sim" para esse projeto do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Professora Dorinha, que é um projeto extremamente importante.

Há um relato que eu acho que tenho propriedade para fazer, contrariando a fala de ontem do Presidente: considerando o que eu estou enfrentando no combate a esse vírus, ele é tudo menos uma gripezinha. Num momento em que nós precisamos ter extrema responsabilidade, em que o País precisa estar unido, nós não vemos unidade nem no Governo. Isso é extremamente preocupante.

Vamos combater esse vírus, essa doença e salvar a vida do maior número de pessoas possível, para que possamos, depois, nos preocupar mais com a economia.

Portanto, o Avante vota "sim".

Documento 158/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	20:40
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	FRED COSTA-PATRIOTA -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Presidente Rodrigo Maia pela realização de sessões da Casa de forma remota. Elogio aos Deputados Hildo Rocha e Professora Dorinha Seabra Rezende, pela iniciativa de apresentação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica. Solicitação ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, de fornecimento de vacina contra a gripe a Municípios do Estado de Minas Gerais. Conclamação à população brasileira para não abandono de animais domésticos durante a epidemia de coronavírus.

O SR. FRED COSTA (Bloco/PATRIOTA - MG. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos.

Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. pela liderança incontestada do Parlamento nacional, possibilitando esta primeira reunião remota da Câmara dos Deputados.

A minha participação não poderia ser de outra forma, senão acompanhado da minha Vivi. Já que não posso levá-la ao Plenário da Câmara dos Deputados, esta reunião me permite estar perto daqueles a quem procuro dar voz no dia a dia. Refiro-me aos animais.

Quero parabenizar também os Deputados Hildo Rocha e Professora Dorinha pela iniciativa do projeto de lei. A merenda, que é a principal refeição para muitas crianças e jovens, tem que continuar a ser fornecida, e a garantia da chegada dela às casas obviamente conta com apoio irrestrito e incondicional vindo de nós do Patriota.

Também queria dizer neste momento que tenho recebido chamadas de vários Prefeitos do Estado de Minas Gerais requerendo o recebimento de maior número de vacinas contra a gripe. Muito embora o Ministro da Saúde esteja se esforçando, esteja se esmerando, as vacinas não

estão chegando em número suficiente aos Municípios.

Por último, quero informar que a Organização Mundial de Saúde já afirmou que o coronavírus não atinge os animais. Logo, aproveito esta oportunidade para clamar à população que não abandone os seus animais. Pelo contrário, façam como eu: aproveitem muito, neste momento, a presença, a companhia deles.

Parabéns a V.Exa., Sr. Presidente, por manter acesa a chama da esperança em todos nós brasileiros, que estamos muito preocupados, por meio da sua liderança no Parlamento e do nosso trabalho conjunto, com uma pauta de fundamental importância não só para a garantia da saúde, da vida, mas também para que a nossa economia possa ser resgatada.

Muito obrigado.

Documento 159/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	20:40
Publ.: DCD - 3/26/2020 - ENRICO MISASI-PV -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Presidente Rodrigo Maia pela construção de pauta consensual e pela realização da primeira sessão remota da Câmara dos Deputados. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizar V.Exa., em primeiro lugar, pela construção dessa pauta e por possibilitar a realização desta primeira sessão remota da Câmara dos Deputados.

Quero parabenizar também toda a equipe técnica da Câmara e a SGM, que trabalharam muito duro - nós acompanhamos isso - para possibilitar esta sessão.

Quero parabenizar também a Deputada Professora Dorinha e o Deputado Hildo Rocha, autores do projeto que garante a merenda para

as crianças. Eu acho esta é a concretização muito clara de um princípio que deve nortear a todos neste momento grave da nossa história: o princípio de que ninguém vai ser deixado para trás. Principalmente aqueles mais vulneráveis precisam ter essa consciência, e o Governo precisa deixar isso claro. Nós não vamos deixar os brasileiros para trás, principalmente os mais vulneráveis!

Portanto, o PV encaminha o voto "sim" a esta matéria, Presidente.

Documento 160/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	20:44
Publ.: DCD - 3/26/2020 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica. Repúdio ao pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário às recomendações da área da saúde preventivas do coronavírus. Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela postura adotada diante da crise decorrente da Covid-19. Excelência da atuação de profissionais da saúde no combate à doença. Adoção de medidas específicas de proteção das populações indígenas contra a doença.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. *Participação por videoconferência.* Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, demais Parlamentares.

A Rede Sustentabilidade vem, primeiro, parabenizar o Deputado Hildo Rocha e a Deputada Professora Dorinha.

Neste momento que o País atravessa, a nossa prioridade é a vida, Sr. Presidente. A nossa prioridade deve ser a realização de ações de solidariedade, a tomada de decisões que realmente contribuam, nessa crise que o País está atravessando, para cuidar dos mais vulneráveis, contribuam para esse pensamento de mais coletividade e mais solidariedade. A união é essencial para que atravessemos essa fase por que o mundo todo passa.

Concordamos com esse projeto, porque entendemos que a merenda escolar é uma forma de garantir a segurança alimentar em diversas



partes do País, principalmente para a população rural, que tem dificuldade, ainda mais agora, com o isolamento social, que vai passar por uma fase difícil.

Tenho acompanhado as discussões sobre as medidas que foram tomadas pelo Governo, e me entristece bastante ouvir palavras tão fortes como a que ouvimos ontem, quando foi dito que o vírus é uma gripezinha. Ele não é uma gripezinha, porque pessoas estão morrendo, famílias estão em momento de tristeza. Chamá-lo de gripezinha é desconsiderar toda essa tristeza por que o País passa. Além disso, prever que as pessoas retornem aos seus trabalhos e às escolas é colocar a vida em risco. Então, eu faço esse alerta.

Agradeço sua posição, as manifestações que V.Exa. tem feito frente à imprensa. Considero também os profissionais de saúde, que têm doado seu tempo, sua vida, seus esforços profissionais para ajudar toda a população brasileira. Quero registrar esse posicionamento de apoio a ações positivas, a ações que colaboram com a superação dessa crise que o País atravessa.

Sr. Presidente, quero também registrar uma preocupação relacionada aos povos indígenas, que precisam de ações específicas e diferenciadas. A Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI tem feito seus esforços, mas precisamos registrar que, por conta de a população indígena sempre estar em momento de organização coletiva, é preciso tomar medidas específicas. Então, temos que pensar também em proteções sociais que possam ser incluídas nessas medidas.

Obrigada aos Parlamentares que têm tido iniciativas em torno das medidas dos povos indígenas.

Em Roraima, as fronteiras foram fechadas. Nós temos tido poucas informações de casos do coronavírus em comunidades indígenas, mas é preciso reforçar a fiscalização para que as invasões não ocorram, para que projetos e programas que o Governo estava querendo incentivar, como a entrada de missionários em terras de populações isoladas, não sejam concretizados. Nós precisamos, sim, evitar esse tipo de situação relacionada aos povos que estão mais vulneráveis ainda.

Eu gostaria de registrar isso e gostaria também de registrar esse posicionamento do Governo Bolsonaro, ressaltando que é um posicionamento irresponsável, inoportuno e, principalmente, que não colabora em nada com o que temos discutido nesta Casa.

37.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020-
CD 20:48
Publ.: DCD - 3/26/2020 - VITOR HUGO-PSL -GO
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários pela realização da primeira sessão remota da Câmara dos Deputados. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar todos os Líderes e também V.Exa. pela realização desta primeira sessão remota da história da Câmara dos Deputados.

Parabenizo o Deputado Hildo Rocha e a Deputada Professora Dorinha por este projeto essencial, que vai garantir que as nossas crianças tenham acesso à alimentação a partir da merenda escolar. Este é um projeto sobre o qual o Governo vem conversando com a Deputada Dorinha e com o Deputado Hildo há algum tempo, e houve toda a abertura para que o Governo contribuísse com a matéria e juntos hoje pudéssemos aprová-la.

Queria também parabenizar o Deputado Zé Silva, o Relator, com quem conversamos agora. Tenho certeza de que vamos conseguir aprovar juntos esta medida, que vai ajudar nossas crianças na ponta da linha.

O Governo orienta "sim".

Documento 162/318

37.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020-
CD 20:48
Publ.: DCD - 3/26/2020 - AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários pela votação de pauta destinada ao enfrentamento da pandemia de coronavírus no País. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020,

sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria saudar todos os Parlamentares neste momento histórico e parabenizar V.Exa. pela responsabilidade, serenidade, tranquilidade para conduzir esta Casa num momento tão difícil para o nosso País, respeitando as recomendações de quem entende, a Organização Mundial de Saúde e a área sanitária, inclusive, do próprio Ministério da Saúde.

Eu queria, neste instante, exaltar todos os Líderes, que, reunidos sob o comando de V.Exa., trazem uma pauta num momento tão importante, num momento em que uma das certezas do País é a incerteza. Faz-se necessário que, mais uma vez, o Parlamento brasileiro seja a instituição que traz estabilidade ao nosso País. Por isso, quero me congratular com todos os senhores.

Nós, de fato, estamos preocupados em salvar vidas. Cada brasileiro é importante para todos nós. Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui cumprindo as recomendações para enfrentar um vírus que gera uma pandemia no mundo todo, e aqui no Brasil isso não é diferente.

Fico feliz por o Parlamento, num instante como este, estar unido. Deveria ser este o desígnio do País como um todo, de todas as instituições: a união, e não a divisão e a pregação de ódio. Este é um momento de unidade. É isso que V.Exa. traz com a sua serenidade e é isso que eu vi na disposição de todos os Líderes para construir esta pauta que nós estamos votando remotamente, num momento histórico, como disse, na noite de hoje.

Nós encaminhamos o voto "sim", Sr. Presidente, felicitando o Deputado Hildo Rocha e a Deputada Professora Dorinha. Esse é um projeto de interesse do País. Vamos votar e trazer resultado, porque é disso que o País precisa.

Documento 163/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	20:52
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Congratulações à Câmara dos Deputados pela realização de votações remotas. Importância da votação de projetos de lei destinados ao enfrentamento do coronavírus. Repúdio à postura adotada pelo Presidente da República com relação à Covid-19. Apresentação, pelas Lideranças da Oposição e da Minoria, do projeto de renda cidadã destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu até tentei ir hoje para Brasília, mas não foi possível, em função do cancelamento dos voos e ante a gravidade da presença do coronavírus no meu Estado, mesmo com todas as medidas preventivas e duras que o nosso Governador vem tomando para evitar a proliferação do coronavírus aqui no nosso Estado.

Eu queria cumprimentar o Sr. Presidente e as Sras. e os Srs. Líderes e, diretamente de Fortaleza, parabenizar a Câmara dos Deputados pelo fato de estar trabalhando hoje com esse sistema de votação remota para votar projetos importantes como este do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Professora Dorinha, que se refere à merenda escolar, um direito universal que fortalece a segurança alimentar das crianças brasileiras, além do outro projeto que deveremos discutir ainda hoje e votar de hoje para amanhã sobre a renda e o seguro emergencial ante o agravamento da crise que o Brasil vive. Parabenizo a Câmara porque age de modo contrário ao do Governo Federal.

De ontem para hoje, Presidente, nós assistimos a um espetáculo de irresponsabilidade e de falta de compromisso com as mais mezinhas regras, vindo de um gestor que comanda um país das dimensões do Brasil. O que a Câmara está fazendo, sob o comando de V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, ajustando projetos, construindo consensos, mesmo com todas as divergências, coloca a Câmara dos Deputados num patamar superior, muito superior ao da instituição Presidência da República, em função do que está fazendo com o nosso País.

Este projeto é importante. Por isso o voto da Minoria é favorável. Mas aproveito, Presidente, para destacar que hoje as Lideranças da Oposição e da Minoria apresentaram ao Parlamento brasileiro e ao País um projeto importante que já está sendo discutido. Parte dele está contido no outro projeto que vai ser discutido daqui a pouco, o projeto da renda cidadã para as famílias que estão em situação de

vulnerabilidade social no Brasil e que podem ter acesso maior à contaminação. Nós apresentamos esse projeto.

Quero falar do esforço que estão fazendo as Lideranças da Oposição e da Minoria, que congregam partidos como o PT, o PCdoB, o PSB, o PDT, o PSOL e a REDE, partidos que efetivamente têm compromisso com o País. Se apostássemos na máxima do "quanto pior, melhor", nós não estaríamos contribuindo para que a Câmara dos Deputados exercesse o seu protagonismo para, acima de tudo, defender a vida e defender aqueles que mais precisam de ações que podem evitar uma tragédia social maior no nosso País.

Portanto, Presidente, daqui de Fortaleza, registro os meus cumprimentos a todos. Vou fazer um esforço para que, na próxima semana, eu possa estar aí.

Quero dizer que devemos agir deste jeito, respeitando a pluralidade do Parlamento brasileiro, buscando sempre construir propostas que tenham como centro a defesa da vida e a defesa do povo brasileiro. Gastar, neste momento, para atender às necessidades da população brasileira é um compromisso de todos nós. Portanto, nós queremos encaminhar o voto favorável da Minoria.

Há um projeto nosso tramitando, há um projeto do Deputado Eduardo Barbosa, que vai ser discutido também ainda hoje. Quero registrar, Presidente, o nosso compromisso com o Brasil e, sobretudo, o nosso compromisso de encarar como prioridade absoluta, neste momento, a defesa da vida, a defesa daqueles que mais precisam das nossas ações e das propostas que eventualmente aprovarmos neste sistema de votação remota.

Portanto, o voto da Minoria é "sim" ao projeto da Deputada Professora Dorinha e do Deputado Hildo Rocha.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 164/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	20:56
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Habilidade do Presidente Rodrigo Maia na condução dos trabalhos de combate aos efeitos da pandemia de coronavírus no País. Construção de pauta

consensual pelos Líderes opositoristas. Defesa de celeridade do rito de tramitação de medidas provisórias nas duas Casas do Congresso Nacional. Recuo do Governo Federal quanto ao art 18 da Medida Provisória nº 927, de 2020. Apresentação de projeto de decreto legislativo para sustação dos efeitos da Portaria nº 34, de 2020, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País - DPB da CAPES. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pela ordem. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas Líderes, nós evidentemente, antes de mais nada, temos que parabenizar a agilidade e a habilidade com que V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, tem conduzido este processo num momento tão difícil para o Brasil.

Pode-se dizer que a população brasileira, em grande parte, ficou atônita com o pronunciamento do Sr. Presidente da República ontem. E nós temos absoluta convicção...(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Congelou a imagem.(Pausa.)

Foi a Internet dele, não é? Eu estou vendo normalmente o Deputado Pedro Lucas Fernandes, o Deputado Aguinaldo Ribeiro e o Deputado José Guimarães.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. *Participação por videoconferência.*) - Voltou, Presidente? Acho tinha caído a conexão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Voltou, Deputado André.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. *Participação por videoconferência.*) - Então, dando um pouco mais de agilidade à minha fala, quero dizer, mais uma vez, enquanto Líder da Oposição, que, desde sexta-feira, eu, o Deputado José Guimarães e todos os Líderes dos partidos que compõem a Oposição estamos nos reunindo para construir essa pauta de consenso. Hoje tive diálogo também com Líderes de partidos do Centro.

A nossa vontade, enquanto Legislativo - e temos convicção disso -, é a de que o Brasil saia mais forte desta crise, a partir de atitudes adultas,

maduras, de todos os que foram eleitos para representar a população brasileira. Independentemente do componente ideológico, que hoje tem que ser deixado de lado, nós temos que pensar em projetos que efetivamente minimizem toda a dificuldade por que o Brasil hoje passa.

Então, nós queremos evidentemente avançar na pauta. E a este projeto do Deputado Hildo Rocha e da Deputada Professora Dorinha nós somos completamente favoráveis, porque a merenda escolar não pode, de forma alguma, faltar na residência de cada uma das crianças que não podem ir à escola neste momento. E nós sabemos que os gestores tanto estaduais quanto municipais precisam ter tranquilidade jurídica para fazer isso.

Também queremos, evidentemente, já comungando com os encaminhamentos de V.Exa., Presidente, acelerar o rito de tramitação das medidas provisórias, para que não tenhamos que nos deparar com algumas medidas completamente descabidas. Felizmente, a pressão popular fez o Governo Federal recuar quanto ao art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 2020. Mas sabemos que outras medidas como essa e aquela que restringe a Lei de Acesso à Informação podem vir a ser pautadas. Por isso, precisamos estar prontos para acelerar a votação na Câmara e no Senado e acelerar, inclusive, o tempo para a sanção presidencial. Sabemos que para isso precisaremos de uma emenda constitucional.

Para concluir, apresento um posicionamento muito claro em relação à comunidade da ciência e tecnologia, que teve uma grande surpresa negativa na semana passada, com a portaria da CAPES que restringe o acesso dos pesquisadores a bolsas, justamente no momento em que há uma grande crise sanitária e de saúde, quando a ciência precisa prevalecer. Nós apresentamos um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos da Portaria nº 34 da CAPES. Espero que venhamos a discutir isso, afinal, no ano passado, graças a uma ação do Presidente Rodrigo Maia, com todos os Líderes e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, inclusive, nós conseguimos recompor os valores das bolsas da CAPES. Esperamos fazer o mesmo para 2020.

A Oposição encaminha o voto "sim" e parabeniza, mais uma vez, todo o Congresso Nacional por esta atitude madura de trabalhar e dar a sua contribuição para o Brasil sair desta crise o mais rápido possível.

Documento 165/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	21:00
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	CAPITÃO WAGNER-PROS -CE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações à Câmara dos Deputados pela realização de sessão remota, diante da pandemia de coronavírus no País. Congratulações ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e aos demais servidores envolvidos nas ações de combate à Covid-19. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, parabeno a Câmara dos Deputados por esta sessão histórica. A Casa está demonstrando grande preocupação com o País, em virtude da crise do coronavírus. Parabeno também a equipe técnica que se mobilizou para garantir que esta sessão acontecesse.

Parabeno, ainda, o Ministério da Saúde - o Ministro e todos os servidores envolvidos no combate ao coronavírus - pelo esforço feito. E parabeno o Ministro pelo debate técnico e pela maneira respeitosa como está tratando a questão.

Quero dizer, assim como meus antecessores, que o caminho para sair desta crise é a união. Qualquer outra fórmula não tem como viabilizar solução para este problema, que é grave e urgente.

Com relação ao projeto, eu queria me posicionar, como Vice-Líder do PROS, de forma positiva, parabenizando a Deputada Professora Dorinha e o Deputado Hildo Rocha pelo projeto que garante segurança alimentar para as nossas crianças.

Documento 166/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD	21:00
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apresentação de parecer ao Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da

distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, eu quero agradecer a V.Exa. a confiança a mim conferida para relatar um projeto tão importante, um projeto histórico. Foi feita uma negociação muito grande para garantir a continuidade da compra de produtos da agricultura familiar, conforme lei de 2009, que foi uma conquista histórica.

Quero cumprimentar o Deputado Hildo Rocha e a Deputada Professora Dorinha, autores do projeto que nós estamos votando, o Projeto de Lei nº 786, de 2020, e do projeto apensado.

O PL 786 propõe alteração do art. 3º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. O projeto busca atender situações emergenciais e suprir necessidades de estudantes que se encontram afetados em razão da situação de calamidade pública. Os Estados e Municípios deverão garantir a manutenção de alimentos de forma a assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável, mesmo fora do ambiente escolar.

Encontra-se apensado o Projeto de Lei nº 824, de 2020, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Esse projeto caminha na mesma direção, porém de maneira mais ampla. Ele possibilita que os gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam distribuídos diretamente aos pais ou responsáveis dos estudantes em caráter excepcional, enquanto perdurar o forçado recesso escolar, ou admite a transferência direta de recursos financeiros do PNAE aos pais ou responsáveis dos alunos por meio de cartão magnético bancário, inclusive agregando as transferências a eles já realizadas por programas de assistência social, como o Programa Bolsa Família e programas similares mantidos por entes federados, segundo respectivas normas.

Os projetos foram distribuídos às Comissões de Educação; de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Pela Comissão de Educação, quanto ao mérito, manifesto parecer pela aprovação do projeto.

Pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e

da Amazônia, quanto ao mérito, manifesto parecer pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo ora apresentado.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, manifesto parecer pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto e, no mérito, pela aprovação.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, manifesto parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Esse é o relatório.

Ao passar para o voto, quero destacar que hoje houve manifestação da CONTAG, da CNA, da Organização das Cooperativas do Brasil e também da própria Ministra da Agricultura com o objetivo de garantir que este projeto, que é uma conquista histórica, não venha a romper o elo de ligação da agricultura familiar com os alunos. O momento mais sagrado da agricultura é quando o produtor leva o seu produto à cidade e integra o campo com a cidade.

O substitutivo também tem sugestões, já que não houve emendas. Das sugestões do Deputado Domingos Neto foram acatados dois itens: a distribuição imediata, que ele com muita clareza propõe; e o pedido de acompanhamento pelo Conselho de Alimentação Escolar.

Então, passo a ler o substitutivo.

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 5º. Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal, observadas as disposições desta Lei, ressalvado o disposto no art. 21-A.

.....

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios, ressalvado o disposto no art. 21-A.

Art. 21-A Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica, em razão de situações de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis de alunos nelas matriculados, com acompanhamento pelo Conselho de Alimentação Escolar.

Art. 2º. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação."

Presidente, esse é o nosso voto.

Mais uma vez, cumprimento o Deputado Hildo Rocha, a Deputada Professora Dorinha e todos os Líderes aqui presentes.

Quero ressaltar, mais uma vez, neste momento em que o primeiro projeto é votado por meio do nosso sistema de deliberação remota, que houve preocupação com a agricultura familiar e com as organizações. Eu quero destacar que este projeto não altera a obrigatoriedade de se adquirir no mínimo 30% dos alimentos da agricultura familiar. Destaco a preocupação da Ministra Tereza e o fato de que 5 milhões e 100 mil agricultores familiares no Brasil têm a declaração de aptidão e, entre esses, aproximadamente 3 milhões e 400 mil estão aptos a vender para a merenda escolar.

Presidente, mais uma vez, agradeço a V.Exa. e agradeço a cada um dos Deputados que estão nos acompanhando, destacando aqui, mais uma vez, os Deputados Hildo Rocha e Professora Dorinha pelos projetos e também todos os Líderes. Estamos juntos fazendo este momento histórico do Parlamento brasileiro.

Muito obrigado.

Documento 167/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	21:12
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	CELSO SABINO-PSDB -PA	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Presidente Rodrigo Maia pela postura adotada no tocante ao combate da pandemia de coronavírus. Solidariedade aos profissionais da saúde e aos familiares das vítimas do Covid-19. Oportunidade de votação da chamada PEC dos Penduricalhos. Importância da tributação de grandes

fortunas, de lucros e dividendos. Defesa de debate da destinação dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do orçamento da Justiça Eleitoral. Discussão do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa noite. Cumprimento todos os colegas Deputados que me ouvem de todos os rincões do Brasil nesta sessão histórica da Câmara dos Deputados. Boa noite a todos.

Inicialmente, Presidente, quero parabenizá-lo pela sua postura fiel ao cargo que ocupa e pela responsabilidade que lhe é costumeira.

Nobres Deputados e Deputadas, nós estamos hoje vivendo à beira de uma crise global, de uma recessão que vai tomar conta de todo o mundo em que vivemos. Mas, em primeiro lugar, nós devemos pensar nas vidas de brasileiros que precisam ser salvas. Eu tenho certeza de que, num futuro próximo, dentro em breve, muitos que foram salvos irão se queixar da recessão que vamos estar vivendo. Mas, primeiro, temos que salvar as vidas.

Presidente, eu quero aqui prestar a minha solidariedade e as minhas condolências às dezenas de vítimas que este coronavírus já fez no Brasil. Também quero prestar a minha solidariedade àqueles que estão enfermos, aos cidadãos brasileiros que se encontram hoje nos hospitais com crise respiratória, com crise renal, com diversas crises de saúde em virtude do coronavírus. Eu quero me solidarizar com todos os profissionais da saúde que estão abdicando da sua própria saúde e da saúde da sua família, correndo riscos, e estão no *front* de batalha para enfrentar esse coronavírus.

Enquanto Parlamento e enquanto Parlamentares, sob a Presidência de V.Exa., Deputado Rodrigo Maia, precisamos encontrar alternativas agora, não só para proteger as vidas, mas também para proteger a economia. Precisamos encontrar uma origem de recursos e também ajudar o Governo a destinar esses recursos que nós vamos ajudar a encontrar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora é o momento mais oportuno para votarmos, por exemplo, a PEC dos penduricalhos, para acabarmos com os supersalários na administração pública. Este é o momento mais apropriado para discutirmos a implantação imediata de um tributo sobre as grandes fortunas. Os auditores da Receita Federal

precisam começar a tributar as grandes fortunas do Brasil imediatamente. Da mesma forma, temos que discutir a situação dos lucros e dividendos, as eleições deste ano, a destinação do Fundo Eleitoral e o orçamento da Justiça Eleitoral, que por ano chega a 8 bilhões de reais - 8 bilhões de reais! -, havendo eleições ou não.

Estes são superorçamentos, considerando-se a estrutura administrativa do nosso País.

Este é o momento apropriado para discutirmos, como fonte de origem, recursos que sejam destinados a quem mais vais sofrer: os pequenos e os microempresários, por meio da concessão de créditos mais vantajosos, bem como os microempreendedores individuais, que precisam receber um seguro durante este período, com a vedação de cortes do Bolsa Família e de outros benefícios sociais, a fim de que se distribua a renda e se proíba o corte de energia elétrica e de água durante o período de calamidade pública, entre outras ações.

Eu tenho certeza de que, com a responsabilidade que os Líderes vêm demonstrando neste momento, sob a presidência de V.Exa., Sr. Presidente, este Parlamento vai encontrar os mecanismos necessários para abastecer o Governo de recursos, correspondendo à opinião do povo brasileiro representado nesta Casa quanto à destinação destes recursos.

Encerro aqui minha participação, parabenizando o Deputado Hildo Rocha e a Deputada Professora Dorinha pelo projeto, manifestando meu voto favorável à destinação desta merenda escolar, que está estocada, a crianças que, muitas vezes, fazem apenas esta refeição durante o dia.

Parabéns aos Deputados pelo projeto, entre outros que estão na pauta de hoje! Parabéns a todos os servidores da Câmara dos Deputados que se desdobraram, especialmente a equipe técnica, para que pudéssemos fazer hoje esta que é um sessão histórica, que Parlamentares dos mais distantes rincões do Brasil estão acompanhando! Parabéns a todos pelo trabalho! Sem dúvida nenhuma, é muito mais pesado realizar uma sessão como esta, com 513 Deputados, do que organizar uma reunião para 7, 11 ou 20 pessoas.

Parabéns a V.Exa., Presidente Rodrigo Maia!

Parabéns a toda a equipe técnica da Câmara dos Deputados!

Muito obrigado.

37.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020-
CD 21:20

Publ.: DCD - 3/26/2020 - EDUARDO BOLSONARO-PSL -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia, aos Líderes partidários e à equipe técnica da Casa pela realização de sessão pelo modo remoto. Discussão do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica. Esclarecimento sobre o pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro a favor do isolamento vertical. Perseguição praticada pela imprensa contra o Presidente da República. Necessidade de divulgação, pelas autoridades competentes, de informações sobre a vinculação de óbitos provocados pelo coronavírus com doenças preexistentes, para norteammento das políticas de saúde nas esferas federal, estadual e municipal.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar V.Exa., os Líderes e toda a equipe técnica da Câmara dos Deputados pela realização desta sessão e dizer que vamos votar favoravelmente a este projeto. Da mesma forma, parabenizo o Deputado Hugo Rocha e a Deputada Professora Dorinha.

Aproveito o momento para falar sobre o alerta que o Presidente da República quis fazer no seu pronunciamento de ontem. O alerta foi exatamente sobre alimentação. Se ficarmos todos confinados por um tempo indeterminado, qual será o caminhoneiro que vai levar comida às escolas e às cidades? Este é o temor maior. Não precisamos ser superdotados para prever um futuro catastrófico.

Nós estamos certos de que é impossível ficarmos confinados por um longo período. Isso vai de encontro ao que os líderes mundiais estão dizendo. A Organização Mundial da Saúde disse, no dia 16 de março, que o ideal é fazer o diagnóstico e que os casos suspeitos fiquem isolados da sociedade. A OMS não disse que a sociedade inteira deveria ficar isolada dentro de casa ou apartamento.

Ontem, o Presidente Donald Trump, na mesma linha, disse: "*Se perdermos 1% do PIB, já será algo incrivelmente negativo! Imaginem se perdermos 20% ou 25% do PIB! Isso será uma catástrofe em escala mundial*". É exatamente isso que o Presidente Jair Bolsonaro está tentando evitar. Para tanto, devemos caminhar no sentido de não

permitir uma recessão. Não se trata de separar a vida da economia: no fim das contas, vida e economia são coisas que convergem. Se não olharmos para a economia, a saúde realmente vai descambar para algo muito pior.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que não farei considerações sobre a China, como forma de união e foco no que é necessário neste momento, o combate ao coronavírus, porque sei que estou prestes a ser citado no Conselho de Ética. Se isso acontecer, será o momento oportuno para eu falar sobre esta questão.

O Presidente Bolsonaro continua fazendo sua parte. No entanto, a imprensa, incrivelmente, sempre que ocorre algo positivo, diz que o responsável é o Ministro Guedes, o Ministro Mandetta ou o Ministro Sergio Moro. Porém, quando ocorre algo negativo, a imprensa tenta colocá-lo na conta do Presidente Jair Bolsonaro. Mesmo nestes tempos de crise, a imprensa não consegue separar a pandemia da questão política. Isso é lamentável! O Governo já destinou mais de 600 bilhões de reais, num esforço incrível, nunca visto, para o combate ao coronavírus.

A última consideração que eu faço, Sr. Presidente, é que tenhamos nos prontuários, diante dos casos, infelizmente, em que ocorrerem mortes, informações claras, para sabermos se o óbito se deu exclusivamente em razão do coronavírus ou se houve, como agravante, alguma doença preexistente, para que, assim, possamos nortear as políticas de saúde, não só no âmbito federal, mas também nos âmbitos estadual e municipal.

Muito obrigado.

Documento 169/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	21:24
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	SORAYA SANTOS-PL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia realização de sessão histórica da Câmara dos Deputados. Saudações a servidores da Casa. Discussão do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação

básica.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. *Participação por videoconferência*. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, queria começar cumprimentando V.Exa., que, ao realizar esta sessão histórica, dá uma demonstração que corrobora sua fala de que este Parlamento não fechará, em hipótese alguma, e estará sempre aberto para votar todas as matérias importantes e, assim, cumprir o papel que lhe cabe.

Sr. Presidente, num segundo momento, gostaria de cumprimentar todo o corpo de funcionários desta Casa, na figura do nosso Diretor Sérgio Sampaio, do Leonardo da SGM, do Sebastião da DITEC, bem como todos os assessores de todos os partidos. Mando meu abraço especial aos nossos assessores do PL, que, aliás, foi o primeiro partido a registrar presença no plenário na data de hoje.

Estamos diante de matéria muito importante. Quero falar da forma como ela foi construída, pela iniciativa não só do Deputado Hildo Rocha, mas também da Deputada Professora Dorinha, que promove uma ampliação. Esta ampliação se dá na medida em que nós não estamos tutelando a forma como cada ente vai lidar com esta verba do PNAE: ele pode dar o alimento em forma de cartão, em forma do Bolsa Família. Principalmente o alimento estocado, em relação ao qual havia uma cláusula restritiva, agora poderá ser entregue às famílias. Quando falamos de educação, estamos falando também de alimentação.

O Relator Zé Silva está de parabéns por acolher estas emendas, porque podemos garantir não apenas a cadeia produtiva, mas também os 30% da agricultura familiar, o que é de fundamental importância.

Eu sou uma pessoa que acredita que a educação é o ponto de transformação do País. Sem alimentação, nada disso é possível. Portanto, cumprimento todos os Parlamentares e todas as Parlamentares por tratarem, no primeiro item desta sessão, de um tema relacionado à alimentação e à educação.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Mais uma vez, cumprimento V.Exa. por dirigir esta sessão histórica e cumprir sua palavra de que este Parlamento jamais se fechará.

Sumário

Caráter histórico da realização da primeira sessão remota da Câmara dos Deputados. Cumprimento pelo Parlamento brasileiro do seu papel perante a sociedade brasileira, demonstrado nos trabalhos de combate ao coronavírus, Discussão do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica. Crise reinante no País em decorrência da pandemia de coronavírus.

O SR. GUSTINHO RIBEIRO (Bloco/SOLIDARIEDADE - SE. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputadas, primeiro, quero registrar este momento histórico, com esta primeira sessão remota, conduzida com muita competência por V.Exa., o que mostra que, neste momento em que o País está numa verdadeira guerra contra o coronavírus, um inimigo invisível, a COVID-19, o Parlamento brasileiro cumpre com o papel perante a sociedade deste País e mostra que está funcionando, ao discutir matérias em prol do combate a uma das maiores crises da nossa história.

Quero parabenizar o Deputado Hildo Rocha e a Deputada Professora Dorinha, autores do projeto, e o Relator Zé Silva. Este projeto é extremamente importante e oportuno neste momento. Eu tenho acompanhado de perto as dificuldades em que se encontram algumas prefeituras e Estados na distribuição da merenda que está estocada nas escolas. Este projeto, portanto, garante a segurança jurídica necessária para que os gestores consigam amenizar o sofrimento da população.

O País vive, como vemos, uma crise sem precedentes. V.Exa., Sr. Presidente, e o Parlamento brasileiro estão tentando garantir e manter o equilíbrio necessário para dela sairmos da melhor maneira possível. Nós temos um grande dilema: ou salvar as vidas ou salvar a nossa economia. Agora nos são exigidos capacidade de liderança e equilíbrio para tentarmos salvar vidas e, igualmente, a nossa economia.

Já dizia o Primeiro-Ministro inglês Winston Churchill: "*Ninguém tem dor de estômago por engolir palavras cruéis que deixou de dizer*". Que essas palavras fiquem para reflexão, para que os líderes do País tenham cautela neste momento, para que tomem muito cuidado com o que dizem, a fim de que não aprofundemos ainda mais a crise.

Finalizo, Presidente, parabenizando mais uma vez o Parlamento brasileiro e parabenizando V.Exa. por estar conduzindo a Câmara dos Deputados de maneira exemplar em momento tão difícil para o País e toda a população brasileira.

Deixo um abraço a todos os colegas que estão até este momento acompanhando os trabalhos da Câmara dos Deputados.

Documento 171/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	21:28
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	PAULO PIMENTA-PT -RS	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia e à equipe técnica da Casa pela realização de sessão remota. Discussão do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica. Perplexidade ante a manifestação do Presidente da República a respeito da pandemia de coronavírus.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V.Exa. e a equipe técnica da Secretaria-Geral da Casa.

Esta é uma noite histórica para o Brasil, uma noite histórica para a democracia, uma noite histórica para o Parlamento. Ela mostra que as novas tecnologias podem ser ferramentas muito importantes para nos permitir estar perto mesmo quando estamos distantes. Que elas sejam um canal cada vez mais amplo de participação popular na democracia!

Somos a favor do projeto, Presidente, e vamos encaminhar o voto favorável, mas não posso deixar de registrar a minha perplexidade com a manifestação do Sr. Presidente da República ontem à noite.

Algumas pessoas dizem que uma noite de sono pode ser uma boa conselheira, mas hoje pela manhã a manifestação do Presidente na saída do Palácio do Alvorada conseguiu ser ainda pior, contrariando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde, agredindo Governadores e Prefeitos, atacando todos os que tentam, de forma quase que desesperada, impedir que essa tragédia possa levar

milhares de vidas no País.

Fico assustado quando vejo manifestações de grandes empresários, no Brasil e no mundo, que se alinham nessa lógica do Presidente Bolsonaro, que trata com naturalidade o fato de que podem morrer alguns milhares de pessoas, considerando que isso é irrelevante diante da necessidade de salvar a economia.

Eu não consigo pensar, Sr. Presidente, como nós vamos superar essa pandemia e enfrentar essa tragédia sem termos um governo, coisa que hoje infelizmente não temos.

Que o Parlamento cumpra o seu papel e, com os Governadores e Prefeitos e com a sociedade civil, impeça essa loucura do Presidente Bolsonaro e salve a vida do nosso povo!

Muito obrigado.

Documento 172/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD 21:32
Publ.: DCD - 3/26/2020 - HILDO ROCHA-MDB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Rodrigo Maia e Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 786, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE aos pais ou responsáveis de estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aqui trabalhando para que 42 milhões de brasileiros continuem tendo o direito de receber merenda escolar, uma garantia da própria legislação. Hoje a Câmara aprovou que crianças recebam merenda escolar em suas casas, diariamente. Espero que o Senado faça a sua parte, de maneira rápida.

Agradeço a todos os que apoiaram essa proposta, que nasceu na bancada do MDB. Conversei com os demais Deputados da bancada - vários já tiveram a oportunidade de ter sido Prefeitos - sobre a realidade atual e o dia a dia dessas crianças. Foi assim que nós fizemos esta proposta. A grande Deputada Professora Dorinha também

contribuiu, apresentando uma proposta que vai além do que apresentamos em nosso projeto de lei.

Mais uma vez, agradeço a V.Exa., Presidente, que, na mesma hora em que enviei o projeto, leu, apoiou e colocou em pauta, assim como a todos os Deputados e Deputadas que aprovaram nossa proposta.

Muito obrigado.

Documento 173/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD 21:32	
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	DR. FREDERICO-PATRIOTA -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

O SR. DR. FREDERICO (Bloco/PATRIOTA - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo. Eu sei que hoje não faltaram cumprimentos a V.Exa., todos foram extremamente justos, não só a V.Exa. mas também a todos os servidores da Casa, por estarmos fazendo este plenário virtual histórico na Câmara.

Agradeço a todos os companheiros da Comissão Externa sobre coronavírus por ter me confiado este relatório.

Então, vamos à luta, porque todo mundo está querendo descansar.

"O Parecer do Relator, pela Comissão de Seguridade Social e Família, é pela aprovação do PL 696/20, na forma do substitutivo apresentado, e, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 696/20 e do substitutivo apresentado."

O Projeto de Lei nº 696, de 2020, da Sra. Adriana Ventura e outros, dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei autoriza o uso da telemedicina em quaisquer atividades

da área de saúde, enquanto durar a crise ocasionada pelo coronavírus.

Art. 2º Durante a crise ocasionada pelo coronavírus, em caráter emergencial, fica autorizado o uso da telemedicina em quaisquer atividades da área de saúde.

Art. 3º Entende-se por telemedicina, entre outros, o exercício da medicina mediada por tecnologias para fim de assistência, pesquisa, prevenção de doenças e lesões e promoção de saúde.

Art. 4º O médico deverá informar ao paciente todas as limitações inerentes ao uso da telemedicina, tendo em vista a impossibilidade de realização de exame físico durante a consulta.

Art. 5º A prestação de serviço de telemedicina seguirá os padrões normativos e éticos usuais no atendimento presencial, inclusive em relação à contraprestação financeira pelo serviço prestado, não cabendo ao poder público custear ou pagar por tais atividades quando não for exclusivamente serviços prestados ao SUS.

Art. 6º Competirá ao Conselho Federal de Medicina a regulamentação da telemedicina após o período consignado no art. 2º.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ressalto que já estão no texto do projeto as emendas do Líder do Bloco, o Deputado Arthur Lira, e também um artigo construído com a Oposição, o art. 5º.

Pelo extenso trabalho da Comissão, parablenzo a Deputada Adriana Ventura e todos os outros Parlamentares. É uma honra participar dessa Comissão, que está atuante aqui, independentemente de todos os riscos, de todas as dificuldades, e que tem feito um belo trabalho.

Quero agradecer muito especialmente ao meu amigo Dr. Hiran Gonçalves, por me ter confiado esta relatoria.

Nosso parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto de lei, que será essencial na luta contra o coronavírus. Os médicos poderão atender a distância, orientar a distância, dentro dos seus limites éticos. Aliás, parabenizamos e agradecemos aos colegas médicos de todo o Brasil, que é grande a quantidade de médicos, em vários Estados, que estão se colocando à disposição para atender os pacientes virtual e gratuitamente. Esse movimento tem crescido muito, e certamente já existem muitas pessoas hoje que estão sendo atendidas voluntariamente pelos médicos. Isso é só o começo.

Nós contamos com vocês, médicos, nossos colegas. Sabemos que a

luta de vocês contra o coronavírus vai fazer a diferença. Vamos ter no Brasil um resultado que vai surpreender a todos, pela luta dos médicos e também dos enfermeiros, fisioterapeutas e demais colaboradores.

Vamos com força, vamos com fé, vamos com muito trabalho lutar contra esta crise!

Muito obrigado a todos.

Documento 174/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	21:36
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (Bloco/PP - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria parabenizar V.Exa. por essa sessão histórica: o Parlamento brasileiro está trabalhando, apesar do coronavírus.

Parabenizo a Deputada Soraya Santos por sua condução à frente da 1ª Secretaria.

Parabenizo o Deputado Hildo Rocha, por sua iniciativa brilhante -- parabéns, Hildo!

Parabenizo também a Professora Dorinha -- a questão da merenda escolar foi palco de inúmeras discussões na nossa Comissão.

Senhoras e senhores, quero aqui deixar claro o posicionamento da classe médica brasileira: nós vemos na telemedicina um grande instrumento neste momento da pandemia do coronavírus.

A classe médica, todos os profissionais da saúde vêm prestando um grande serviço à Nação, sobretudo os que estão na ponta, trabalhando no atendimento direto, pessoas que deixaram suas famílias e seus lares para se dedicar à população brasileira. Isso mostra que a medicina brasileira tem dignidade, tem altruísmo, principalmente em momento tão importante.

A classe médica brasileira vai estar junto ao Ministro Mandetta, o qual tem seu total apoio, à frente da luta contra o coronavírus.

Muito obrigado.

Documento 175/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	21:40
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos da Casa. Realização de reunião virtual pela Comissão Externa destinada ao exame de matérias destinadas ao combate ao coronavírus no Brasil. Importância do fornecimento de merenda escolar ao alunato carente durante a crise gerada pela SARS-Cov-2. Discussão do Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Necessidade de revisão da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS. Apoio ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Defesa da transferência de recursos governamentais para os trabalhadores autônomos e empreendedores.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Sim, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos na Casa desde o momento em que esta pandemia se instalou no País com mais intensidade.

A Comissão Externa sobre o coronavírus tem trabalhado muito. Na tarde de hoje, tivemos mais uma reunião virtual, presidida pelo Deputado Dr. Luizinho. Participaram o Deputado Dr. Hiran e outros colegas Parlamentares que aqui estão.

A preocupação com o tema da merenda escolar, votado anteriormente, foi fruto de iniciativa parlamentar absolutamente contemplada pelos textos da nobre Deputada Professora Dorinha e do Deputado Hildo Rocha, bem como de todos os defensores da área da saúde. A preocupação com a falta da merenda nas escolas era uma pauta, acredito, de todos nós, Parlamentares, bem como de todos os Prefeitos e professores.

Quanto ao projeto de lei que estamos por deliberar agora, Sr.



Presidente, ele é da nobre Deputada Adriana Ventura, que foi felicíssima na sua iniciativa parlamentar de propor a utilização das ferramentas tecnológicas que temos hoje, para que o paciente que já esteja em tratamento com algum profissional ou que já tenha seu médico de confiança, os quais, eventualmente, não possam atender em consultórios em razão das medidas de isolamento, possa continuar tendo acesso a eles. O projeto vai ser útil não só para que continuem os atendimentos de rotina, como também para que se tirem dúvidas sobre sinais e sintomas e se recebam orientações. Afinal, nada melhor do que cada paciente poder se dirigir ao seu médico de confiança.

Quero parabenizar todos os profissionais de saúde, Sr. Presidente, sobretudo os que estão à frente das unidades de saúde, seja na atenção básica, seja na rede hospitalar, seja nas UPAs.

Os trabalhadores da área de saúde nunca foram tão valorizados como agora, senhoras e senhores, mas lembro que inúmeras vezes ficaram invisíveis nesta Casa pautas relativas ao financiamento da saúde, em especial, do Sistema Único de Saúde, e ao reconhecimento dos trabalhadores do setor. São pautas que temos dificuldade de tratar em função do dia a dia, em função da leitura de que saúde é despesa. Saúde é investimento na vida das pessoas.

Tomara, Sr. Presidente, que, sob seu comando, possamos ultrapassar este momento de dificuldade e voltarmos o olhar para os profissionais da área de saúde e para as deficiências do Sistema único de Saúde, que está subfinanciado.

Quando falamos sobre a tabela do Sistema Único de Saúde, alguns se arrepiam, mas o fato é que não conseguiremos manter os médicos e demais profissionais da área da saúde, assim como as unidades hospitalares, prestando atendimento se não fizermos uma revisão e incrementarmos os recursos para o Sistema Único de Saúde.

Mandetta, meus parabéns pelo grande comando! Continue à frente do Ministério da Saúde, junto com seus Secretários e equipe técnica.

Parabéns também a cada um dos Secretários Estaduais e Municipais, bem como, é claro, a todos os trabalhadores da área da saúde, que nos defendem identificando casos suspeitos e atendendo casos confirmados.

Que esta Casa consiga melhorar os textos legais e flexibilizar algumas questões, assim minimizando o número de óbitos que possamos vir a ter. Que seja feito tudo o que for possível. Uma vida que consigamos salvar já terá valido a pena.

Por fim, defendo a necessidade de recursos financeiros para o

trabalhador autônomo, para o pequeno empreendedor, para o médio e para o grande empreendedor, porque a crise é de todos nós, e todos nós vamos passar por algum determinado sofrimento, quer seja com alguém doente da família, quer seja com a perda do emprego, quer seja com a redução de vencimentos, quer seja com a diminuição da estrutura empresarial.

Documento 176/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	21:44
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	BALEIA ROSSI-MDB -SP	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Hildo Rocha e à Deputada Professora Dorinha Seabra pela apresentação de projeto de lei sobre o fornecimento de merenda escolar ao alunato carente durante a pandemia do coronavírus. Discussão do Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Expectativa quanto à apresentação, pelo Governo Federal, de medidas econômicas destinadas ao combate ao desemprego e à crise financeira gerada pelo SARS-CoV-2.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Boa noite a todos.

Quero, primeiro, cumprimentá-lo, Presidente, pela seriedade com que está conduzindo os trabalhos da Câmara dos Deputados. Hoje é um dia histórico: estamos fazendo votações virtuais, remotamente, votações importantes para o País. Matérias importantes estão sendo deliberadas por este Plenário.

Quero cumprimentar o Deputado Parlamentar Hildo Rocha, grande Parlamentar do MDB. S.Exa., ao lado da Deputada Professora Dorinha, fez o projeto que garante a entrega de merenda escolar na casa de todos os estudantes, garantindo uma refeição importante para muitas crianças.

Agora estamos votando o emprego da telemedicina. O Parlamento está pronto para ajudar o País neste momento de grande dificuldade. O Parlamento não faltará à população, que hoje está em casa, cumprindo o que determina o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde.

Estamos aguardando as medidas econômicas do Governo para

garantir empregos. Preocupa-nos a possibilidade de desemprego em massa. Precisamos garantir que as empresas possam ficar abertas e sobreviver a esta crise. Estamos prevendo fortes efeitos econômicos e não queremos uma quebraadeira.

Nesse sentido, vamos votar medidas sociais importantes. O Parlamento não faltará com as votações de todas as medidas econômicas propostas pelo Ministério da Economia - pelo Presidente Bolsonaro e pelo Ministro Paulo Guedes.

Nós entendemos que este é um momento de união nacional e estamos prontos para votar todas as matérias importantes para o País.

Documento 177/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD	21:48
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	ADRIANA VENTURA-NOVO -SP	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Participação por videoconferência.* Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Presidente; boa noite a todos.

Hoje estamos inaugurando a primeira sessão virtual remota deliberativa. É um momento de muita alegria, pois realmente é um novo paradigma. E na medicina não poderia ser diferente: neste momento de crise, neste momento de isolamento social em que o contato entre as pessoas deve ser mínimo, aí incluído o contato entre médicos e pacientes, a telemedicina será de grande ajuda. Neste momento em que muitos consultórios médicos estão fechados, a telemedicina vai garantir que as pessoas continuem recebendo atendimento médico, agora a distância, e também as pessoas que não tinham nenhum atendimento médico passarão a ter. Assim será tão somente para proteger médicos e pacientes.

O projeto, que tem inúmeros Deputados como coautores, e por isso eu agradeço, garante acesso a atendimento para a população que mais precisa e protege a todos, por meio do monitoramento a distância, sem contato. Ele também vai permitir atendimento às populações mais

isoladas, ajudando-as a se protegerem desse vírus.

Sr. Presidente, colegas, a Comissão de Seguridade Social e Família realizou diversas audiências sobre esse tema no ano passado. Chamamos muitas pessoas para conversar, ouvimos vários especialistas e associações médicas. Já temos muitas outras audiências programadas para este ano, porque essa discussão tem que continuar. Contamos com a participação dos Deputados Hiran, Luizinho, Frederico, e o Conselho Regional de Medicina vai se debruçar, juntamente com a Comissão, para fazer uma resolução, já que o assunto diz respeito a todos nós. É muito importante que façamos isso.

Outro fato importante a ser destacado é que a telemedicina já é uma realidade em muitos países. Mesmo no Brasil, já temos iniciativas muito importantes. De acordo com o próprio Ministério da Saúde, das suas 46 mil equipes de saúde de família, 26 mil já estão informatizadas. Realmente estamos nesse caminho.

Agradeço imensamente à Comissão Externa do Coronavírus, uma Comissão maravilhosa, com Deputados engajados que trabalham sem parar. Agradeço a todos os coautores do projeto, hoje especialmente ao Deputado Dr. Luizinho, à Deputada Carmen Zanotto e ao Deputado Hiran Gonçalves, presentes em plenário. Agradeço muito ao Deputado Pedro Westphalen, que promoveu reuniões muito interessantes sobre telemedicina. Agradeço imensamente ao Relator, o Deputado Dr. Frederico, porque realmente precisamos de alinhamento e de esforço para vencer essa pandemia.

Para finalizar, eu gostaria de dizer que o uso da telemedicina é uma ferramenta importante no combate ao coronavírus, na medida em que pode ampliar o acesso, reduzir os custos, otimizar a logística e organizar nosso sistema de saúde, que não pode mais perder tempo. Tem que ser agora!

Por isso, eu defendo a aprovação do PL 696/20.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada a todos os nossos colegas e coautores.

Documento 178/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	21:56
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	JOÃO H. CAMPOS-PSB -PE	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus Indignação com o pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário às recomendações da área de saúde preventivas da disseminação do SARS-CoV-2.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. por esta iniciativa. Pela primeira nesta Casa Legislativa, temos a oportunidade de realizar uma sessão remotamente. O tempo que o Brasil vive é muito desafiador e exige de todos nós muita responsabilidade. Agora, mais do nunca, o Parlamento reafirma o compromisso, diante da decisão tomada na semana passada, de alterar o Regimento Interno e hoje nos possibilitar registrar presença a distância. Trata-se de um grande gesto do Parlamento brasileiro.

Este projeto é extremamente relevante, principalmente neste momento. Nós sabemos que os profissionais da saúde têm um papel decisivo. Aqui, aproveito para parabenizar toda a categoria, os médicos, os enfermeiros e os técnicos de enfermagem, enfim, todos aqueles que trabalham diretamente na área da saúde e vêm salvando tantas vidas. Espero que neste momento nós consigamos ampliar o acesso à saúde por meio da telemedicina, fazendo com que a saúde e a medicina cheguem aos principais rincões deste País e atendam aos mais vulneráveis. Desta forma, nós poderemos construir um país mais justo, apto a enfrentar as dificuldades deste momento.

Aproveito a ocasião para manifestar minha indignação ante o posicionamento, no dia de ontem, do Presidente Bolsonaro. Ele conseguiu contrariar todas as grandes decisões que as organizações de saúde têm tomado, tudo o que os Governadores e Prefeitos, tudo o que os responsáveis pela saúde no nosso País têm feito. O Presidente fez algo diferente, inclusive, do que seu próprio Ministério recomenda e orienta.

Eu tenho fé em que vamos conseguir superar este momento. Mas só o conseguiremos se tivermos muita responsabilidade e o pé no chão, seguindo fielmente o que deve ser feito em prol da coletividade, para que o Brasil saia ainda mais forte destas dificuldades, com a energia do seu povo revigorada.

Muito obrigado.

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD 22:00
Publ.: DCD - 3/26/2020 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), ressaltados os destaques. Importância de recomposição do quadro de profissionais do Programa Mais Médicos. Defesa de autorização do registro profissional de médicos brasileiros formados no exterior.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço questão, em primeiro lugar, de parabenizar V.Exa. pela iniciativa de criar, com o Plenário da Câmara dos Deputados, a Comissão Externa que trata do coronavírus, presidida pelo Deputado Luizinho, que tem sido um espaço para a negociação, discussão e construção de consensos importantes diante de projetos como este.

O projeto da telemedicina é importante por dois motivos. O primeiro: vários Deputados já se manifestaram sobre o apoio especializado que pode ser oferecido. Foi muito importante o acatamento, pelo Relator, das nossas sugestões de emendas, que não permitem a comercialização, a criação de um mercado privado a partir desta importante iniciativa para o combate desta pandemia. Não se pode permitir lucro com base no sofrimento da população e nas atividades desempenhadas pelos profissionais médicos de todo o País.

O segundo motivo é que o Governo Federal, infelizmente, retirou médicos do Programa Mais Médicos das áreas em que o País mais precisava: as capitais e regiões metropolitanas ficaram sem médicos. Agora o Governo Federal reconhece o erro e está abrindo editais para repor estes profissionais, mas, infelizmente, não está garantindo aos médicos brasileiros formados no exterior a possibilidade de atuarem neste momento.

A telemedicina vai oferecer apoio às unidades básicas de saúde, aos enfermeiros, aos médicos, aos agentes comunitários de saúde que estão na ponta, na linha de frente, visando a combater o coronavírus. No entanto, não podemos abrir mão de, no mínimo, mais 10 mil médicos, por meio do Mais Médicos, nas unidades básicas de saúde, seja médicos brasileiros, seja médicos brasileiros formados no exterior. Além disso, precisamos colocar os 2 mil médicos cubanos que moram

no Brasil. Eles constituíram famílias e poderiam atender à nossa população, porque uma das questões-chave para evitarmos mortes com a pandemia do coronavírus é o cuidado com as pessoas na atenção primária, evitando internações e impedindo que a doença evolua com gravidade. Com isso, poderemos salvar muitas vidas.

Muito obrigado.

Documento 180/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD 22:00
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	DIEGO ANDRADE-PSD -MG
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de autorização do registro profissional de médicos brasileiros formados no exterior.

O SR. DIEGO ANDRADE (Bloco/PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acompanhando o pensamento do nosso Ministro Padilha, permita-me dizer que hoje de manhã recebi a ligação do Secretário de Saúde de Pará de Minas, que falou justamente sobre este ponto. Ele dispõe de 70 profissionais de saúde, que poderiam ser utilizados, mas ele não pode utilizá-los exatamente por causa disso que mencionou o Deputado Padilha.

Portanto, é importantíssimo que o Governo agilize esta questão e libere estes profissionais para atuarem neste momento de tanta crise na área da saúde.

Muito obrigado.

Documento 181/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD 22:04
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	PAULO GANIME-NOVO -RJ
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo apresentado pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 696, de 2020,

sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), ressaltados os destaques. Elogio à Deputada Adriana Ventura pela atuação em defesa da aprovação da proposição.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria parabenizar a Deputada Adriana Ventura, do Partido Novo, pela iniciativa desse projeto.

Agradeço não só a todos os Parlamentares que foram coautores, como também àqueles que apoiaram o projeto, enriquecendo o texto. Isso mostra que este Parlamento, quando entende as necessidades do povo brasileiro, trabalha em comum acordo, independentemente do partido político, independentemente do viés ideológico, mostrando que o interesse da sociedade está acima de batalhas políticas.

Eu acho que esse projeto mostra isso e mostra também o nosso preparo para avançar com técnicas modernas, com tecnologia, tecnologia que vemos hoje neste Parlamento e poderemos ver também agora na telemedicina, no tratamento da saúde pública.

Então agradeço ao Relator, Deputado Hiran, e o parabenizo, como também o Deputado Dr. Luizinho, a Deputada Carmen Zanotto e o Deputado Alexandre Padilha, que hoje, no plenário, ajudaram na elaboração do texto final, colaborando para que ele fosse aprovado.

Mais uma vez, parabenizo a Deputada Adriana Ventura, do Partido Novo, que batalhou muito por esse projeto, pela telemedicina, em especial agora no momento do coronavírus.

Obrigado, Presidente.

Documento 182/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	22:04
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), ressaltados os destaques. Importância de realização do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA. Defesa da convocação de médicos brasileiros

formados no exterior para atendimento à população brasileira durante a pandemia do coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós compreendemos que, em momentos difíceis como este, é preciso facilitar o acesso da população a uma informação confiável. Então, num momento como este, alguém que está em casa, em quarentena, pode receber informação de um médico do outro lado da tela. Isso é mais do que necessário. Estamos ajudando, inclusive, as pessoas a ficarem em casa e não procurarem um posto de saúde. Especialmente na Amazônia, nos bairros mais distantes também, isso é muito importante.

Agora, eu quero insistir em cobrar do Governo Federal que convoque imediatamente os médicos que estão no Brasil e que podem trabalhar, e que convoque também os brasileiros formados no exterior.

Já faz um tempinho que nós votamos o REVALIDA, e até agora o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde não construíram nenhuma proposta para se convocar o REVALIDA. Foi aprovado em lei que haverá pelo menos dois REVALIDAs por ano. Se nós já tivéssemos convocado o primeiro REVALIDA, mais de 10 mil médicos brasileiros formados no exterior poderiam agora estar atendendo a população.

Muitos países estão convocando alunos que nem sequer concluíram o curso de medicina para ajudar nesse processo, e nós temos muitos médicos formados no Brasil que estão aqui esperando a oportunidade de começar a trabalhar e começar a atender.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 183/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	22:08
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo apresentado pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), ressaltados os destaques. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal, pelo orador, de notícia-crime contra o Presidente da República por

pronunciamentos a respeito da pandemia de coronavírus. Exigência de realização do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos por Instituição de Educação Superior Estrangeira - REVALIDA, e de convocação de médicos estrangeiros residentes no País, bem como dos profissionais brasileiros formados no exterior para engajamento da luta contra o coronavírus.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou orientar pela Minoria.

Quero também parabenizar a aprovação desse projeto. De fato, nós estamos em uma travessia de enfrentamento e combate ao coronavírus, mas, após o enfrentamento, nós vamos ter que reconstruir o País, e são importantes essas inovações.

Tenho convicção de que a tecnologia da informação e que o mundo da Internet podem ser aplicados para popularizar o acesso à opinião dos médicos, porque nós acreditamos na ciência e nos médicos, ao contrário, infelizmente, do Presidente da República Jair Bolsonaro, que, na minha opinião, ontem cometeu um crime.

Eu quero dizer a esta Casa que hoje eu apresentei ao STF uma notícia-crime contra o seu pronunciamento, em que listei 20 falas destes últimos 2 meses de total irresponsabilidade.

Quero parabenizar esta Casa e também corroborar com a Deputada Perpétua Almeida, porque, de fato, nós temos que exigir que se cumpra a lei, que se faça o REVALIDA e que se possam chamar os médicos estrangeiros que estão no Brasil e também as dezenas de milhares de médicos brasileiros que se formaram no exterior e têm o direito de exercer sua cidadania profissional.

Eu quero fazer esse encaminhamento.

Documento 184/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	22:08
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	HIRAN GONÇALVES-PP -RR	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Competência e equilíbrio do Presidente Rodrigo Maia. Orientação de bancada na votação do Substitutivo apresentado pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2),

ressalvados os destaques.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria, antes de mais nada, ressaltar a sua competência na condução dos nossos trabalhos. V.Exa., quando se manifesta aqui ou em qualquer setor de comunicação do nosso País, nos dá a sensação de equilíbrio, competência, sensibilidade. Nós estamos muito orgulhosos da sua postura na condução dessa crise inimaginável por que passamos nós e toda a humanidade.

Presidente, quero parabenizar também toda a sua equipe pelo funcionamento desta sessão remota. Na primeira votação, do projeto que foi relatado pelo nosso colega Hildo Rocha, que foi uma coisa histórica, eu confesso que fiquei emocionado.

Eu fiquei imaginando durante o dia todo que isto aqui viraria uma grande confusão, porque, no Senado, são poucos Senadores. Aqui, com 513 Deputados, eu achei que isso não ia funcionar, e funcionou, funcionou muito bem.

Parabéns, Presidente! E parabéns a toda a equipe da nossa Câmara dos Deputados, que nos proporcionou este ambiente aqui! É um exemplo para o mundo de modernidade.

Não podia ser diferente aprovarmos um projeto de telemedicina, já que nós estamos fazendo uma teleconferência aqui na Câmara dos Deputados.

Parabéns à Deputada Adriana!

Eu sou coautor desse projeto e quero chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados. Nós colocamos nesse projeto, por uma questão de prudência, que vamos construir uma resolução, após esta crise, que será construída com um grande debate, capitaneado pelo Conselho Federal de Medicina, que é quem norteia as nossas relações com os nossos pacientes.

Parabéns a todos! Parabéns, Presidente, pela sua condução! V.Exa. nos orgulha.

Quero chamar a atenção também para o apoio que o nosso Líder, o Deputado Arthur Lira, deu a esse projeto, com sugestões e nos ajudando a construir esse acordo e esse texto tão adequado.

Parabéns também ao nosso Relator de plenário, o querido colega,

médico extremamente respeitado, Deputado Dr. Frederico!

Parabéns, Dr. Frederico! Parabéns a todos nós!

Documento 185/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD	22:12
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	POMPEO DE MATTOS-PDT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solidariedade às famílias brasileiras vitimadas pelo coronavírus. Defesa de aprovação de projetos de lei destinados à mitigação dos efeitos da Covid-19 no País. Importância do isolamento domiciliar para combate à propagação da doença.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas da Câmara Federal, este é um momento importante para o Brasil, um momento importante para o Parlamento Nacional.

Então, quero saudar V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, e todos os colegas Deputados. Quero saudar também o povo gaúcho - eu falo de Porto Alegre, a capital de todos os gaúchos - e saudar o povo brasileiro.

Deixo aqui a minha solidariedade àquelas famílias que são vítimas do coronavírus e que estão enfrentando adversidades com seus entes queridos doentes. Minhas condolências também àqueles que já perderam seus entes queridos.

Nós estamos todos numa luta conjunta, aguerrida, destemida, determinada, para que possamos, juntos, fazer o enfrentamento e vencer essa batalha.

É importante dizer, Presidente, que, nesta hora, nós temos uma preocupação com a economia e temos uma preocupação também com a saúde. É hora de a economia ajudar a saúde, a economia ajudar a vida, para que depois a pessoa, com saúde e com vida, possa ajudar a economia.

O mais importante é o cidadão, a pessoa, a nossa gente. Nós temos que valorizá-la! A economia nós recuperamos depois. As pessoas nós



não ressuscitamos.

Eu me lembro do meu velho pai, lá no interior, aqui na região das Missões, no Rio Grande do Sul, quando a minha irmã - somos 12 irmãos - ficou doente e teve que ir ao médico. Ele vendeu uns dois ou três porcos para pegar um dinheirinho, pagar a consulta ao médico e fazer os exames.

Constatada a doença - era uma doença que precisava de cirurgia -, o que ele fez? Voltou para casa, deixou a minha irmã no hospital. Em seguida, vendeu a vaca de leite, pegou o dinheiro, foi lá, pagou a cirurgia de apendicite e salvou a vida da minha irmã. Depois o pai comprou mais umas vacas e mais uns porcos. Mas a vida da pessoa não tem preço, a vida da pessoa tem valor. Nesta hora, nós temos que valorizar as nossas vidas, a vida da nossa gente. E isso é importante deixarmos muito claro.

Mais do que isso, nós precisamos aprovar projetos como o da telemedicina, como foi aprovado, por exemplo, e o da merenda para as crianças. Agora estamos fazendo também, Sr. Presidente, a relação à distância, fazendo essa conversa exatamente pela Internet. Podemos fazer isso com a medicina também. Mas, se nós não cuidarmos das vidas das pessoas, tudo perderá a razão de ser. O Presidente Bolsonaro lamentavelmente não compreendeu bem isso.

Agora, não adianta nada nós ficarmos brigando com esse, com aquele ou com aquele outro. Nós temos que fazer as críticas, os reparos, mas temos que compreender que a doença bate em todas as casas. Não escolhe partido político, não escolhe credo religioso, não escolhe se é pobre ou se é rico, não repara nada disso, bate em todas as casas.

Então, nós temos que juntar todas as nossas forças para fazer o enfrentamento. Não é uma gripezinha, não é uma fantasia. Os trabalhadores precisam ser respeitados, os empreendedores e os empresários precisam também ser respeitados.

Isto é algo que nós precisarmos ter muito claro: a quarentena é fundamental, porque, se as crianças e se os jovens ficarem na rua, eles levarão a doença para a casa. Muitos são assintomáticos. Alguns até sentem a doença, mas esta não faz neles muito efeito, porque têm resistência, têm capacidade de resistir ao vírus. Aí em casa entregam o vírus para o pai, para a mãe, para o avô, para a avó, que se contaminam e depois vão parar nos hospitais, que não têm leitos. Se têm leitos, não têm UTI. Se têm UTI, não têm a máquina para a pessoa respirar, e as pessoas acabam morrendo.

Portanto, Sr. Presidente, desde o Rio Grande do Sul, eu queria deixar os meus parabéns a V.Exa. e ao Parlamento, pela coragem e

destemor.

E quero dizer o seguinte: vamos fazer uma desobediência civil ao Presidente Bolsonaro. Não vamos fazer o que ele diz, vamos ficar em quarentena. Vamos ouvir a Organização Mundial da Saúde, ouvir os nossos médicos, ouvir as autoridades de saúde, porque o Brasil precisa do seu povo, da sua gente. O Brasil precisa de saúde. Quanto à economia, com saúde, nós a salvamos depois.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 186/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	22:16
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da adoção da telemedicina no País, especialmente para as populações dos Municípios de baixa renda.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar aqui, mas nem quero orientar. Gostaria de passar a palavra, para orientação, ao Deputado Alexandre Leite, que está *on-line*, pedindo para orientar acerca desta matéria.

E acho que S.Exa. virá na mesma linha que venho. É um prazer ver este Plenário votando matérias por unanimidade, sob a sua liderança, Presidente. Estes assuntos já eram historicamente discutidos no Brasil. Foi preciso que chegasse uma crise como esta, para que pudéssemos lembrar que nos Estados Unidos e em outros países a medicina e a tecnologia já estão alinhadas a favor da população. Com tantos Municípios pobres, com a falta de médicos especialistas, a telemedicina vai poder fazer um grande avanço depois desta fase. Teremos uma grande experiência. Espero que o Conselho Federal de Medicina - CFM possa avaliar isso de perto e enxergar que o corporativismo nem sempre deve ser levado em consideração, quando nós temos a saúde da população em jogo.

Portanto, esta é uma grande oportunidade, e fico muito feliz por isso, Sr. Presidente. Obrigado por pautar matérias que - com fé em Deus! - vão mudar o nosso Brasil depois desta crise. Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado a todos os Parlamentares, que votam obviamente a favor de matérias tão importantes para o Brasil!

Documento 187/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	22:20
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação pela Casa de projetos de lei destinados à redução dos impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia do coronavírus. Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela postura adotada a favor da vida humana, com relação às ações de combate à Covid-19.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, esta sessão, sem dúvida alguma, tem um caráter histórico, pelo momento que estamos vivendo. Um número razoável de Deputados neste plenário, com toda a dificuldade, e um número imenso de Deputados *on-line* participam efetivamente desta sessão, que passa das 22 horas, para aprovar a telemedicina, para aprovar a questão central do acesso dos alunos à merenda. Vamos aprovar a aquisição de material, facilitando o acesso por parte da ANVISA, e vamos aprovar, sem dúvida alguma, ainda esta semana, a renda mínima cidadã emergencial. O Congresso tem um esforço que é compatível ao que está acontecendo no Brasil.

Quero, Deputado Rodrigo Maia, fazer uma referência direta a V.Exa., que, todos sabem, é uma pessoa ligada ao mercado. Nunca negou isso e faz esse debate abertamente. Olha para a economia com um olhar que é, inclusive, diferente do meu, o que enriquece esta Casa. Mas, neste momento de crise profunda, diante de uma declaração desastrosa, irresponsável e inconsequente do Presidente da República, na contramão do que acontece no planeta inteiro, V.Exa., mesmo tendo vínculos com o mercado, não titubeou e não teve dúvidas ao dizer que a vida das pessoas está acima das ações da bolsa, está acima de qualquer valor de papel.

Isso deveria ser, Deputado Rodrigo Maia, inquestionável. Isso não deveria separar pensamentos de direita e de esquerda, de quem é oposição e de quem não é oposição ao Governo. Jamais deveríamos ter dúvida de que a vida humana está acima de qualquer negócio, mas vivemos numa sociedade tão doentia, que isso está sendo

questionado, como se pudesse ser verdade.

Portanto, parabéns a V.Exa. pela firmeza do depoimento, honrando a Presidência desta Casa, porque, lamentavelmente, nem todos que exercem presidência honram o cargo que têm!

Estamos aqui preparados para votar a renda mínima, que, sem dúvida alguma, vai contribuir nesta crise, assim como todas as votações na área de saúde pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 188/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	22:24
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	ALEXANDRE LEITE-DEM -SP	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo apresentado pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 696, de 2020, sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), ressaltados os destaques. Repúdio ao pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro pela adoção do isolamento vertical durante a pandemia do coronavírus. Preocupação do orador com a situação da população carente do Estado de São Paulo, diante da propagação da doença no País.

O SR. ALEXANDRE LEITE (Bloco/DEM - SP. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado Luis Miranda já fez a orientação de mérito - o Democratas vota "sim".

Quero aproveitar esse pequeno tempo para demonstrar nossa preocupação com a fala do Presidente ontem. Nós somos representantes do povo pobre. Há um grande aglomerado aqui na capital, onde será o grande epicentro dessa desgraça que está por vir. Temos 13 milhões de habitantes. Na Zona Sul, na região administrativa, em M'Boi Mirim, há 900 mil habitantes aglomerados. Se há 20 pessoas morando uma em cima da outra, como se isolar? Se 1% dessas 900 mil pessoas contrair esse vírus, o que fazer para conter?

Nós demonstramos a nossa preocupação, e São Paulo pede socorro antecipado para essa desgraça anunciada que está por vir, principalmente na nossa cidade, a cidade de São Paulo. O Governo

Federal manda confiscar ventiladores para o nosso atendimento, para o atendimento do nosso povo, que não vai dar conta de toda a demanda de CTIs que nós teremos aqui no Estado e na capital.

Então, Sr. Presidente, a nossa preocupação é realmente com o povo pobre, com o povo da periferia, com os grandes aglomerados, com a cidade e com o Estado de São Paulo.

No seu Rio de Janeiro, Sr. Presidente, os aglomerados não são diferentes: moram 15, 20 pessoas numa casa de 3, 4 andares, naquela famosa...

Sobre a fala de ontem do Presidente, até aqueles mais loucos, alucinados, seguidores do Presidente, não acharam normal. Então, a nossa preocupação e o nosso repúdio à fala do Presidente!

O Democratas vota "sim".

Documento 189/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/03/2020- CD	22:24
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	GLEISI HOFFMANN-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da votação e aprovação pela Casa de projetos de lei destinados à redução dos efeitos da crise decorrente da pandemia de coronavírus. Irresponsabilidade e insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro no tratamento da questão da Covid-19;

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero saudar esta sessão pelo resultado que ela dá ao Brasil. Esses dois projetos são de extrema importância para a população brasileira, num momento de crise, de muita dor que a população passa.

Quero também saudar esta Casa pelo esforço, por estar conduzindo uma pauta que deveria ser prioridade do Governo, do Presidente da República, que, pela irresponsabilidade, pela falta de sensibilidade, não apresenta à Nação. Penso que o Congresso Nacional pode, sim, muito bem coordenar esse processo e apresentar à Nação as saídas de que nós precisamos para proteger o nosso povo mais pobre.

Há uma coisa só em que eu concordo com o Presidente da República, com o Jair Bolsonaro, e é a primeira vez na minha vida: nós vamos ter muitos problemas, sim, com as pessoas, com o desemprego e com falta de renda. Mas isso não é em razão da quarentena. Nós vamos ter problemas em razão da irresponsabilidade desse Governo, que sabia do problema e não tomou as medidas a tempo para enfrentá-lo. Deixou o problema chegar.

Quem é Jair Bolsonaro para questionar se está certa ou não a quarentena, depois que técnicos, médicos, profissionais de saúde falaram sobre isso; depois que outros países fizeram a quarentena e também enfrentaram problemas? O que nós temos que fazer aqui é defender a vida. Temos que ter recursos para a saúde, para que nossos profissionais possam atuar; e temos que ter renda para as pessoas que vão ficar sem trabalhar; temos que ter renda para aquela mulher que é empregada doméstica e não vai mais poder trabalhar; para o pipoqueiro, para aquele que tem que atravessar a cidade para vender seus produtos, para aquele que não tem emprego. Aliás, na questão do que tem emprego nós também temos que nos debruçar.

Mas o projeto que nós estamos começando a discutir aqui e vai ser objeto de pauta amanhã vai ser muito importante para a proteção do povo brasileiro.

Vai garantir a renda para que essa pessoa tenha condições de se alimentar e de alimentar sua família e não precise se expor ao vírus.

É uma irresponsabilidade dizer que 80% das pessoas podem não ser atingidas. Mas 20% das pessoas podem ser atingidas, sim, e de 5% a 10% com letalidade. Então nós vamos achar normal morrerem 20 milhões de pessoas no Brasil? Vamos achar normal morrerem 5 milhões de pessoas, 10 milhões de pessoas? Nós não podemos conviver com essa irresponsabilidade!

Quero saudar os meus colegas Parlamentares aqui, pela força que estão tendo, pela união que estão tendo, porque neste momento nós temos, sim, que nos unir pelo Brasil, nos unir pelas pessoas, nos unir pela vida. Esse é o nosso papel, e é por isso que nós estamos aqui.

Documento 190/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/03/2020-
	CD	22:28
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Regojizo com a votação e aprovação pela Casa de projetos de lei destinados à redução dos efeitos da crise decorrente da pandemia de coronavírus. Defesa da aprovação de pauta a favor das pequenas e microempresas nacionais.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Também quero registrar aqui a alegria pela aprovação dos nossos projetos, em especial pela construção do acordo sobre a renda básica emergencial. É fundamental.

Acho que, no primeiro momento, esta Casa está dando o exemplo. Nós estamos cuidando dos mais vulneráveis, os pais e mães de família, os trabalhadores informais, os trabalhadores autônomos, os micro e pequenos empreendedores. Na verdade, nós precisamos começar com essas medidas que eu chamo emergenciais para a travessia da crise do coronavírus.

É verdade também que nós vamos ter que pensar na reconstrução do nosso País, e é fundamental pensarmos nos projetos que possam ajudar as nossas organizações empresariais, as micro e pequenas empresas. Eu acho que o País tem que criar uma linha de crédito que chegue a esses empresários subsidiada pelo Governo Federal, porque, de fato, para superar essa crise, é necessário que a União garanta o fluxo de renda nos próximos meses e talvez nos próximos anos, porque é ilusão achar que o setor privado vai resolver isso e reconstruir o nosso País.

Portanto, eu apresentei um projeto, junto com o Deputado Mauro Benevides Filho, autorizando os bancos comerciais a emitir CDBs e os bancos públicos a adquirir e comprar esses CDBs e ofertá-los no mercado só com taxa SELIC. Espero que o sistema financeiro possa dar essa contribuição com a sua capilaridade lá na ponta, no varejo e no comércio, e não cobrar nenhum percentual de juro das micro e pequenas empresas no País.

Eu acho que isso é fundamental, porque nós também teremos que cuidar da renda dos trabalhadores formais, já que vários setores da economia não terão condições de garantir esse capital de giro. Se não cuidarmos disso, vários desses trabalhadores serão demitidos, aumentando o número de desempregados no País.

Então, quero aqui pedir a V.Exa. que possamos apreciar esse projeto.

Muito obrigado.

Documento 192/318

37.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -25/03/2020- CD	22:32
Publ.: DCD - 3/26/2020 -	SANDERSON-PSL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Caráter histórico da votação e aprovação pela Casa, de forma remota, de projetos de lei destinados ao combate à crise gerada pelo coronavírus. Defesa de adoção da plataforma em votações futuras. Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei 649, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.487, de 2017, com vista à destinação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para o combate, controle e prevenção do agente viral nCov-2019.

O SR. SANDERSON (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e o conjunto dos 513 Deputados, porque hoje, em uma concertação, conseguimos fazer um momento histórico, aprovando dois projetos de lei de forma remota. E talvez, Srs. Deputados, ultrapassando esse momento de crise, esse seja um modelo, uma plataforma, para nós, em futuras ocasiões, também - claro que de forma excepcional - deliberarmos, discutirmos e tratamos de questões importantes.

Quero assinalar, Presidente, e fazer um pedido para amanhã ou para semana que vem, enfim, diante da crise, da premência que nós estamos presenciando e vivendo. Há seis projetos de lei que tratam do deslocamento, da realocação dos valores do Fundo Especial Eleitoral para o tratamento, o combate e o enfrentamento do coronavírus. São seis projetos de lei. Eu mesmo sou autor do Projeto de Lei nº 649, de 2020, cuja coautoria conta com mais de uma dezena de Deputados.

O pedido que nós fazemos aqui é que essa matéria seja pautada, e aí, na discussão, se o Congresso, se o Parlamento, se a Câmara decidir, que votemos pela destinação, pela realocação desses 2 bilhões de reais do Fundo Especial Eleitoral para o tratamento e o enfrentamento do coronavírus neste momento de crise.

Obrigado, Presidente.

Parabéns a todos nós!

38.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/03/2020-15:40
Publ.: DCD 3/27/2020 -	- ALEXANDRE PADILHA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de tramitação em regime de urgência Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949, para garantia ao empregado infectado com coronavírus de afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa de atestado médico.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é um projeto de lei que surgiu no debate ocorrido na Comissão Externa que V.Exa. criou. Nas ações de enfrentamento ao coronavírus, V.Exa. tem tido um papel muito importante em construir consensos entre os vários partidos. E esta foi uma solicitação do Ministro da Saúde, Mandetta, quando veio à Comissão: de que o Congresso Nacional encontrasse uma solução legal rápida para o problema do atestado médico.

Qual é a situação? A orientação do Ministério da Saúde, das autoridades sanitárias, dos médicos, é de que, quando uma pessoa começar a ter sinais e sintomas de síndrome gripal - tosse, nariz escorrendo, espirro, dor no corpo, febre -, essa pessoa fique em casa e só procure uma unidade de saúde se tiver sinais de gravidade. Só que, se o trabalhador e a trabalhadora forem ficar em casa, eles terão que ir a uma unidade de saúde ou a um médico, terão que marcar consulta com um médico ou ir a um pronto-socorro para conseguirem um atestado médico para comprovar esses dias em que estarão em casa. Nós recebemos, inclusive, na Comissão, relatos de médicos e médicas que estão atuando nos prontos-socorros de que há filas só para pegar o atestado.

Então, o espírito do projeto - e, nesse sentido, ele inclusive é similar ao que o Reino Unido assumiu neste momento emergencial - é restrito ao momento emergencial da pandemia do coronavírus: que o trabalhador e a trabalhadora que sentirem algum sinal ou sintoma, e que haja orientação para que fiquem em casa, fiquem em casa em quarentena, sem precisar ir atrás de um atestado médico, até o sétimo dia da

quarentena.

Se, a partir do oitavo dia, eles continuarem com sinais e sintomas com indicação de continuarem nessa quarentena... Pela lei que temos, que é de 1949, eles teriam que ir a um consultório médico, a um pronto-socorro, a um médico credenciado pelo serviço específico, mas nós estamos abrindo duas outras alternativas para o trabalhador.

A partir do oitavo dia, ou ele procura um atestado médico, conforme já está estabelecido na lei - nós não estamos mudando a lei de 1949, inclusive o nosso Deputado Hugo Leal, grande parceiro na construção dessa alternativa, ligou-nos preocupado com relação a isso -, ele pode pegar um atestado com o seu médico, no serviço médico da empresa, no serviço social, ou ele tem duas outras alternativas: um documento da unidade do SUS mais perto da casa dele ou um documento eletrônico regulamentado pelo Ministério da Saúde.

Essa é uma medida muito importante, Presidente, e houve um grande acordo na Comissão. A iniciativa do projeto é minha, mas ele tem como coautores todos os Deputados e Deputadas da Comissão, inclusive o Sr. Presidente, o Deputado Dr. Luizinho.

Há duas grandes preocupações. A primeira é que o trabalhador que tenha que ficar em quarentena mantenha o seu direito e, não tendo como buscar um atestado médico, não tenha uma nova preocupação; e, segunda, que o sistema de saúde não seja pressionado por pessoas que estão indo aos prontos-socorros, às unidades de saúde atrás de um atestado médico. Por isso, há um grande consenso na Comissão.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Deputado Dr. Luizinho, que preside a Comissão, por sua liderança, à Relatora Carmen Zanotto, a todos os membros da Comissão, de todos os partidos, que construíram esse consenso, respondendo a um pedido imediato do Ministro Mandetta para que pudéssemos reduzir essa pressão sobre os serviços de saúde e garantir tranquilidade para que o trabalhador e a trabalhadora possam ficar em quarentena em casa, quando indicado, por conta de sinais e sintomas, sem perder os seus direitos.

Documento 194/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	15:44
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	CARLOS SAMPAIO-PSDB -SP	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados Alexandre Padilha e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr pela apresentação do Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949, para garantia ao empregado infectado com coronavírus de afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa de atestado médico.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Apenas para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Primeiro quero cumprimentar o Deputado Padilha e o Deputado Dr. Luizinho pela excelente iniciativa.

Há uma sugestão da nossa assessoria técnica quanto à parte em que se diz que, após o oitavo dia, ele terá que comprovar a doença que teve. Como esse afastamento pode ter sido não em decorrência da doença, mas de algum sintoma, que se mudasse o texto para dizer: "*até o oitavo dia de afastamento, apresentar o documento que justifique a sua falta*".

Pode ser um atestado médico por uma doença prévia, ou, como V.Exas. preveem, a hipótese de ele ter tido contato com alguém que teve a doença ou ter sintomas leves. Não necessariamente o atestado médico vai falar da doença. Poderá ser um documento que justifique a falta e não necessariamente a existência da doença.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Está certo! Sem problema algum...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deputado, só um minutinho, para sermos democráticos.

Há alguém que queira, de forma remota, fazer alguma crítica em relação a essa urgência? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) - Posso concluir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Pode. Achei que V.Exa. tinha acabado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) - Apenas quero dizer que o Deputado Dr. Luizinho completou a nossa argumentação, porque inclusive o teste pode ser negativo ou nem sequer pode ter saído o resultado do teste. É importante essa correção, de natureza única e exclusivamente redacional.

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	15:48
Publ.: DCD - 3/27/2020 - JUSCELINO FILHO-DEM -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Sugestão ao Deputado Alexandre Padilha para aprimoramento do Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949, para garantia ao empregado infectado com coronavírus de afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa de atestado médico.

O SR. JUSCELINO FILHO (Bloco/DEM - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas quero dar uma sugestão ao Deputado Alexandre Padilha e parabenizar S.Exa. pela iniciativa. Nós o apoiamos.

No § 4º, entendemos, quando se diz "*durante período de emergência pública em saúde, pandemia e epidemia declarada...*", que isso ficou muito amplo. Sugerimos a V.Exa. que restrinja ao coronavírus, ao que estamos vivendo neste momento, no mérito.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sem objeção, Sr. Presidente, incorporamos os ajustes solicitados.

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	15:48
Publ.: DCD - 3/27/2020 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949, para garantia ao empregado infectado com coronavírus de afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa de atestado médico. Imediata definição de proposições destinadas ao enfrentamento da Covid-19.

O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há necessidade. Eu percebo a coerência e o

equilíbrio de V.Exa. e a sua resposta ontem já me tranquilizou.

Eu acho essa proposição do nobre colega extremamente interessante, na medida em que há, neste momento de pandemia, muita insegurança para aquilo que é a grande demanda da sociedade brasileira: a busca por emprego, a economia *versus* o combate ao coronavírus. Quero compreender que essa solicitação para tratarmos especificamente do tema coronavírus é muito interessante.

Nós temos uma pandemia, assim declarada pela Organização Mundial da Saúde, e dessa forma deveremos lidar com essa temática. Oportunamente, depois de passarmos por essa crise ainda ascendente no Brasil, poderemos fazer uma legislação mais versátil, mais ampla, que possa efetivamente contemplar qualquer momento futuro que possa ocorrer em itens similares a essa pandemia

Portanto, eu acho que precisamos, efetivamente, definir que as matérias a serem tratadas, de forma urgente, rápida, sejam especificamente sobre essa pandemia. Depois, espero que essa experiência nos conduza a fazermos matérias mais definitivas.

Este é o meu pensamento, a minha visão.

Muito obrigado.

Documento 197/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	15:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	DIEGO ANDRADE-PSD -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância de cumprimento das recomendações médico-sanitárias destinadas ao enfrentamento da Covid-19. Defesa de produção, por indústrias nacionais, de respiradores artificiais para atendimento aos infectados por coronavírus e de outros equipamentos utilizados na área hospitalar.

O SR. DIEGO ANDRADE (Bloco/PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só reafirmar aqui dentro a nossa posição. O senhor tem dado um belo exemplo sobre o que temos que fazer.

O Parlamento se adequou, se adaptou e não parou. As pessoas estão aqui se protegendo: alguns estão presentes; aqueles que não podem,

que estão no grupo de risco, estão de forma remota. Nós estamos mantendo distância, mas estamos trabalhando. Isso é o que pensamos para todo o País. É hora de se adequar, é hora de se proteger, é hora de se ajustar. Acho que paralisia total pode criar um caos que depois será irreversível.

O Parlamento está dando um belo exemplo. Nós estamos vendo as dificuldades das nossas reuniões à distância, mas que esse exemplo sirva para todo o Brasil.

Faço um apelo importante para que foquemos na questão dos respiradores. Eu já vi pela imprensa, e nós propusemos, aqui, um projeto dando incentivo total para as fábricas produzirem respiradores.

Eu conversava com o Deputado Alexandre Padilha sobre a importância de se fazer como na Alemanha, onde, na época de guerra, as fábricas se transformavam e começavam a produzir. A fábrica têxtil produzia uniformes para os soldados - as nossas têm que produzir equipamentos para os médicos; as fábricas de automóveis têm que produzir respiradores. Eu vi boas ideias aqui de respiradores simples sendo fabricados, e outras.

Eu queria citar o Deputado Mário Heringer, que também é empresário na área hospitalar. S.Exa. estava dizendo que um respirador acoplado pode atender duas pessoas, e isso dobraria a capacidade dos respiradores do Brasil.

Então, é hora de termos as nossas indústrias se adequando e fazendo isso acontecer, para que nos próximos dias tenhamos estrutura para atender a quem for preciso. Que as empresas se adequem no Brasil - como o Parlamento, aqui - para funcionarem, para não pararem de forma generalizada, mas com segurança, é claro, protegendo as pessoas que correm risco.

Muito obrigado, Sr. Presidente .

Documento 198/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	15:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	CARLOS SAMPAIO-PSDB -SP	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Sugestão ao Deputado Alexandre Padilha para aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949,

para garantia ao empregado infectado com coronavírus de afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa de atestado médico.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estava falando agora com o Deputado Alexandre Padilha, autor do projeto, e aproveito para falar também com o Deputado Dr. Luizinho.

Há outra sugestão da assessoria técnica do PSDB, e o Deputado Padilha a recebeu com muito bons olhos. Realmente não há necessidade, nesses 7 dias, da juntada do atestado. Tal como nós havíamos dito, não precisa justificar qual a doença, basta justificar a falta.

Mas a comunicação ao empregador, seja ela por *e-mail*, seja ela por telefone, precisaria ser feita de alguma forma, porque, normalmente, quando o trabalhador falta, num período de normalidade, essa falta é por um período e junta-se o atestado, mas é um caso, dois casos, três casos em uma empresa. Agora pode ser que a grande maioria dos trabalhadores da empresa esteja de fato contaminada, ou tenha algum sintoma, ou tenha tido algum contato com quem teve, e tenha que se ausentar. Portanto, há a necessidade de que haja uma comunicação por qualquer meio ao empregador. Essa é uma sugestão de acréscimo que foi acolhida pelo Deputado Padilha.

Muito obrigado, Deputado.

Documento 199/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	15:56
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	MARX BELTRÃO-PSD -AL	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância da votação pela Casa de proposições destinadas ao combate dos efeitos da pandemia de coronavírus. Inoportunidade de posicionamentos ideológicos com relação à Covid-19. Conciliação entre o isolamento social e a volta ao trabalho.

O SR. MARX BELTRÃO (Bloco/PSD - AL. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Eu quero agradecer ao Presidente Rodrigo Maia por esta oportunidade. O Congresso tem o papel fundamental de votar todas essas leis de que estamos tratando

de maneira rápida, até porque a sociedade exige isso de todos nós. Que este projeto de lei do atestado médico, que está sendo discutido neste momento, atenha-se exclusivamente à questão do coronavírus, e que depois, com mais tempo, nós possamos discutir sobre qualquer tipo de doença ou epidemia que o Brasil venha a sofrer.

Os projetos de que vamos tratar hoje, como a questão da liberação imediata dos insumos, materiais e medicamentos para combater a COVID-19, e tudo o que foi debatido ontem são de fundamental importância. Mas o que me preocupa muito neste momento, Presidente, é a forma como a epidemia está sendo discutida pela imprensa e pela política. É uma discussão, de certa forma, muito ideológica.

Eu já disse outras vezes que ideologia política não vai levar nada a lugar nenhum num momento como este, em que todo o Brasil espera de todos nós, principalmente do Governo Federal e dos Governos Estaduais, respostas para a sociedade. Nós temos que cuidar da vida, sim, mas temos que cuidar também dos empregos, cuidar do trabalho das pessoas.

O primeiro momento de isolamento feito pelos Governos Estaduais nesses primeiros 15 dias eu acho totalmente correto, mas nós temos que discutir, neste momento, com os entes federados uma forma de voltarmos à normalidade, para que nós possamos recuperar os empregos.

Nós temos o pessoal que trabalha na agricultura, na pecuária, no comércio, no turismo, os autônomos, que são mais de 40 milhões, o pessoal do transporte, da indústria; eles somam mais de 100 milhões de trabalhadores que precisam sustentar suas famílias. Se nós continuarmos isolados, sem enfrentar o coronavírus, essas pessoas vão ter muita dificuldade para se alimentar.

Portanto, nós temos que ter serenidade, discutir de cabeça erguida, para que as pessoas possam voltar a trabalhar, obedecendo aos critérios da Organização Mundial da Saúde.

Era isso o que eu tinha a dizer. E quero parabenizar todo o Congresso Nacional neste momento muito importante para o Brasil.

Documento 200/318

38.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020-
CD 15:56

Publ.: DCD - 3/27/2020 - NEWTON CARDOSO JR-MDB -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Preocupação com a saúde dos brasileiros, especialmente com as pessoas do grupo de risco, diante da pandemia de coronavírus. Apoio à proposta do Presidente Jair Bolsonaro para retomada do funcionamento do comércio e da indústria no País. Defesa de votação da pauta das Lideranças políticas destinada à mitigação da crise gerada pela Covid-19.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/MDB - MG. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa tarde. Boa tarde a toda a sociedade brasileira que nos acompanha através das redes sociais, através desta ferramenta digital de comunicação.

Realmente, estamos todos no Brasil preocupados, Presidente, com a saúde, especialmente a saúde das pessoas do grupo de risco, que hoje se encontram isoladas, juntamente com a maioria da população brasileira.

Nós não temos capacidade de sustentar essa situação, Presidente. Nós não temos condição de sustentar o Brasil parado sem uma reação emergencial por parte do Governo; responsável, mas com ações efetivas, que possam garantir que a economia tenha o seu andamento, que os empregos sejam preservados, para que o País não entre num processo não mais de recessão, mas de depressão, e, com isso, tenhamos uma dificuldade de recuperação sem precedentes em nossa história.

Portanto, as medidas que o Congresso tem tomado são medidas também muito responsáveis. Mas eu quero dizer aqui, em linha também com o que o Presidente Bolsonaro disse, que há a necessidade de nós marcarmos uma data para retomar, marcarmos uma data para que a economia volte a funcionar, para que o comércio volte a operar, para que a indústria opere sem dificuldades, para que nós possamos de uma forma geral neste País colocar novamente a engrenagem em funcionamento.

É nesse sentido que eu gostaria que pudéssemos andar com a nossa pauta, que nós pudéssemos encaminhar as pautas dos partidos, das Lideranças, especialmente do Congresso, com essa responsabilidade em mente, sabendo que as vidas serão preservadas, sim, pois o brasileiro é um povo sem medo, é um povo aguerrido, que tem cumprido seu papel. Mas mais ainda é importante neste momento que nós possamos tomar medidas eficazes e imediatas para que a economia seja preservada.

Portanto, eu agradeço este espaço e defendo a continuidade desta

pauta neste momento.

Documento 201/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	16:04
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	FÁBIO TRAD-PSD -MS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela manutenção do funcionamento da Câmara dos Deputados durante a epidemia de coronavírus. Apoio às iniciativas destinadas ao combate da doença.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Pela ordem. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Sr. Presidente, não tive a oportunidade ontem de saudar V.Exa. pela iniciativa vanguardista ao proporcionar à democracia brasileira mais um gesto de protagonismo do Poder Legislativo, que poderia ter muitas razões para não estar funcionando em virtude da crise por que estamos passando.

Mesmo assim, graças à sua liderança, estamos trabalhando e produzindo para o Brasil, produzindo normas e sobretudo dispositivos que estão guarnecendo e resguardando a população brasileira.

Nesse sentido, eu quero saudar a iniciativa dos Deputados que estão à frente do projeto cujo regime de urgência estamos votando e deixar bem claro o meu posicionamento a V.Exa. e a todos os colegas Parlamentares.

Eu creio que, enquanto o número de infectados estiver crescendo no Brasil, qualquer medida que flexibilize as condutas preventivas estará manchada de irresponsabilidade, inclusive institucional.

Portanto, reitero e renovo meu apoio a todas as iniciativas de V.Exa., estando ao lado do Parlamento brasileiro, o que é, de certa forma, estar ao lado do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 202/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	16:04
---------	--	-------

dando um *show* de gestão quando fala como Ministro da Saúde. O Ministro Mandetta está sendo um verdadeiro leão ao defender a população, a saúde médica, mais recursos, mais equipamentos para a saúde brasileira.

Nós precisamos fazer isso, Presidente, e V.Exa. está de parabéns, assim como os técnicos da Casa, a quem gostaria de parabenizar um a um por essa gigantesca ação que está beneficiando o Parlamento brasileiro, com essas sessões virtuais.

Nós estamos dando um exemplo talvez para o mundo, de uma gestão que está sendo feita e conduzida por V.Exa.

E quero aqui, Sr. Presidente, ressaltar alguns projetos. O Deputado João Roma, colega de bancada do Republicanos, apresentou um projeto que amplia o Médicos pelo Brasil.

Então, Presidente, eu quero pedir a V.Exa. que pautе esse projeto, porque ele é importante. Agora, com a telemedicina que nós já aprovamos, quanto mais médicos nós tivermos, quanto mais oportunidade nós dermos ao Ministério da Saúde de levar atendimento médico para os locais onde não há atendimento, vamos estar ajudando muito, e o projeto do Deputado João Roma visa a isso.

Há também um projeto do Deputado Silas Câmara. Apesar de a ANEEL já ter feito uma resolução que suspende os cortes das tarifas, Presidente, é fundamental que o Parlamento brasileiro regule como vai ficar isso, porque não é só suspender. Ao suspender o corte, depois de 3 meses, um pai de família não vai ter condições de pagar. Ele vai estar com três ou quatro contas acumuladas.

Nós precisamos também arrumar uma forma de isenção para as famílias de baixa renda, que têm um consumo mínimo, a fim de que elas tenham esse benefício, porque, senão, além da reclusão para fazermos a curva do vírus diminuir, vamos extrapolar ainda mais a capacidade desse pai de família, que já não está podendo trabalhar, que já não está podendo pagar suas contas, e ainda vai ter essa dificuldade.

Então, Sr. Presidente, esses dois projetos são fundamentais hoje para propiciarmos mais saúde ao nosso País: o projeto do Deputado João Roma, que vai levar e ampliar o programa Médicos pelo Brasil, e o projeto do Deputado Silas Câmara, que quer, além da suspensão, a isenção para aquelas pessoas de baixa renda, que não têm condição.

O Partido Republicano apoia a pauta que V.Exa. apresentou, mas, acima de tudo, nós queremos dizer que há um projeto do Deputado Wellington Roberto que é fundamental. Nós precisamos fazer esse

empréstimo compulsório e colocar quem tem grandes fortunas para ajudar. Os bancos são os que mais se beneficiam hoje das políticas que são feitas pelo Governo. Está na hora de nós pedirmos a eles uma parcela de contribuição. Só nesse processo, mais de 80 bilhões de reais podem ajudar o processo e toda a estrutura do Ministério da Saúde, o Governo Federal, o Presidente Bolsonaro e os Governadores no combate ao coronavírus.

Quero agradecer-lhe, Sr. Presidente, e mais uma vez parabenizá-lo pelo gigante que V.Exa. se tornou nesse processo de condução da Câmara e do Parlamento brasileiro.

Obrigado.

Documento 203/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	16:12
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Presidente Rodrigo Maia e aos servidores da Casa pela realização de sessões de forma remota. Dever do Estado brasileiro de proteção da saúde dos brasileiros e de garantia de empregos diante da epidemia de coronavírus. Apoio à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 864, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 6.360, de 1976, com vista à liberação imediata do uso de materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área da saúde para auxílio ao combate à pandemia do Covid-19. Sugestão ao Deputado Alexandre Padilha para aprimoramento do Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949, para garantia ao empregado infectado com coronavírus de afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa de atestado médico.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu ontem pude acompanhar toda a sessão, aguardando o momento de contribuir com a minha fala, mas não foi possível. Eu sou coautora desse projeto que está em votação de urgência neste momento. Mas eu gostaria também de cumprimentá-lo pelo comando dessa inovação, que eu espero transitória, do nosso afastamento físico e dessa contribuição remota, e os funcionários da Casa pela competência e agilidade dos trabalhos.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que o que o Congresso Nacional



faz hoje, particularmente a Câmara dos Deputados neste momento, é colocar em primeiro lugar a defesa da vida das pessoas. Digo isso como Parlamentar e profissional da área da saúde, médica que sou, mas, acima de tudo, compreendendo que nós não podemos colocar a vida das pessoas sob outras políticas. Ela está acima de outras políticas. E o dinheiro que o Governo tem, do Orçamento, é fruto de tributos, da contribuição do povo brasileiro.

Eu não posso empurrar as pessoas para a rua para que elas disputem um prato de comida e um emprego. Elas têm que ficar nas suas casas, e o Estado brasileiro tem que prover o emprego e o prato de comida na mesa das mulheres e dos homens trabalhadores deste País.

Portanto, o Estado brasileiro tem que agir para que as pessoas fiquem nas suas casas. Essa contradição não pode estar colocada para as pessoas optarem se elas arriscam a vida para poder comer. Então esse tipo de fala e de discurso não pode caber hoje na responsabilidade dos agentes públicos deste País.

Eu vou ter a chance de desenvolver mais esse debate quando entrarem os outros projetos, como o da transferência de renda. E acho que nós temos que votar a transferência e, imediatamente, votar a proteção do emprego e a proteção das micro, pequenas e médias empresas, que clamam pelo nosso socorro também neste momento.

Sr. Presidente, precisamos votar este projeto que está em votação de urgência neste momento, porque precisamos prover o País de imediatas inovações que nós não estamos ainda conseguindo fazer, mas que podem ser necessárias ao povo brasileiro; de medicamentos, de insumos e de equipamentos - eu acho que que o Professor Luizinho argumenta bem -, já validadas por outras agências internacionais. Nós não podemos ficar aguardando todo o cronograma do marco regulatório brasileiro.

Nós estamos em calamidade, nós estamos em uma pandemia. Na minha opinião, todos os medicamentos, inovações, insumos e equipamentos que puderem ser colocados à disposição da população nós temos que agilmente colocar à disposição da sociedade brasileira.

Acho que nós temos um comando do Ministério da Saúde, de epidemiologistas, da FIOCRUZ, de uma série de especialistas no Brasil que terão condições de avaliar o que deve ou não ser importado. Nós temos inclusive que ver como desburocratizar a importação, porque os órgãos de controle não podem impedir que as nossas compras sejam feitas.

Gostaria também, Presidente, porque talvez eu não consiga falar novamente no projeto dos atestados, que o Deputado Alexandre

Padilha avaliasse a possibilidade de incorporar no projeto dos atestados as receitas de medicamentos de uso contínuo e de medicamentos de receita controlada, porque essas pessoas também não poderão ir ao médico para renovar as suas receitas.

Ontem houve o alargamento de prazo para o Farmácia Popular, mas existem outros medicamentos de uso contínuo e medicamentos controlados cuja falta arrisca a vida dessas pessoas. Deve haver outro método nas farmácias com cadastro de CPF e de médicos para ser facilitada a aquisição sem a necessidade de voltar ao médico. Então, Deputado Alexandre Padilha, precisamos ver como resolveremos também essa questão, que é fundamental.

Documento 204/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	16:20
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação de medidas de enfrentamento da epidemia de coronavírus no País. Críticas à atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA no combate à doença. Importância do trabalho dos profissionais de atenção básica à saúde no controle da propagação da Covid-19. Defesa de contratação de médicos brasileiros formados no exterior para auxílio nas ações contra o coronavírus. Necessidade de disponibilização de máscaras e equipamentos de proteção aos profissionais da saúde. Apoio à proposta de criação do Seguro Emergencial de Renda, destinado à garantia da subsistência das famílias de baixa renda durante o período de isolamento social.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, todos os colegas Parlamentares e todos que estão nos acompanhando pela *TV Câmara*.

Realmente, nós estamos vivendo um momento muito difícil em nosso País, e medidas como estes projetos de atestado médico e a liberação pela ANVISA da importação de forma mais pronta e imediata de produtos, insumos e equipamentos são fundamentais.

Presidente, primeiro eu quero registrar em relação à ANVISA que, já há várias semanas, vimos no plenário da Câmara denunciando a ausência de profissionais em vários aeroportos, nos plantões, para monitorar a

chegada de pessoas de países onde já havia a circulação do coronavírus. Isso continua acontecendo! A ANVISA não está contratando emergencialmente profissionais para suprir os postos de trabalho nem está permitindo, pasmem os senhores, que as vigilâncias estaduais e municipais exerçam o trabalho de fiscalização.

Quero também parabenizar pela atuação os nossos colegas profissionais de saúde.

Lembro que vai ser muito importante todo o esforço que está sendo feito pelos Governadores, pelos Secretários de Saúde para ampliar a oferta hospitalar, a oferta de leitos de terapia intensiva, mas nós precisamos também, Presidente e quem está nos assistindo, e eu insisto nisso, reforçar a atenção básica. Sem profissionais na atenção básica fazendo a triagem, fazendo o encaminhamento, fazendo a pronta ação, nós vamos ter dificuldades.

Para a minha insatisfação, a minha indignação, Presidente, o Governo Federal está deixando de lado milhares de médicos formados no exterior, proibidos de nos socorrer em um momento como este. Nós não podemos abrir mão de profissional algum, quanto mais algo em torno de 15 mil médicos que estão aqui no Brasil proibidos de exercer a atividade profissional.

Neste momento de crise, por favor, deixem de ser ideológicos, deixem de fazer politicagem e permitam que esses profissionais ajudem os brasileiros na defesa da saúde e da vida.

Portanto, Presidente, nós precisamos fazer com que esses profissionais venham a exercer a sua atividade na rede básica.

E, é claro, todos os profissionais de saúde da rede básica, de todos os hospitais, precisam ter acesso a máscaras, como o Deputado Nicoletti está usando aí no vídeo. Mas, mais do que as pessoas, há dois grupos fundamentais: aqueles sintomáticos respiratórios, que não podem prescindir da máscara sob pena de contaminar outras pessoas; e aqueles profissionais de saúde que estão na linha de frente da atenção, que vão identificar sintomáticos respiratórios, identificar suspeitos e precisam estar protegidos para que não venham a ser os primeiros a adoecer. Na Espanha, 15% dos pacientes com o COVID-19 são profissionais de saúde.

Então, peço aqui uma atenção especial a todos os Governos Estaduais e Municipais e ao Ministério da Saúde para adquirirem e disponibilizarem máscaras e equipamentos de proteção a todos os profissionais de saúde, do agente comunitário ao médico, ao enfermeiro, ao fisioterapeuta, que vão estar na unidade de terapia

intensiva atendendo os pacientes.

Espero também que hoje possamos ter a satisfação de aprovar aqui um programa que garanta uma renda mínima para a população brasileira, para que possa cumprir as medidas indispensáveis de isolamento social, de modo a contribuir para a redução da transmissão do vírus e ajudar na redução do risco de novos casos, tendo a capacidade de alimentar a sua família, de prover as condições mínimas de existência.

O Partido dos Trabalhadores apresentou o projeto de Seguro Emergencial de Renda. Sr. Presidente, espero que hoje, com o apoio de V.Exa. e de todos os Líderes, possamos aprovar a garantia de que as famílias brasileiras terão condição de subsistir; que elas não precisem escolher entre o emprego e a contaminação pelo vírus. Não podemos aceitar isso de forma alguma.

Eu tenho recebido vários vídeos de empresários multimilionários que estão dizendo que o trabalhador está com medo do vírus, mas não está com medo de perder o emprego.

O Estado brasileiro tem a obrigação de garantir as condições de subsistência, garantir o Seguro-Desemprego, garantir a renda mínima, num momento de emergência como este.

Temos de lançar mão das grandes fortunas e de todas as condições que até hoje não asseguramos, para distribuir renda em nosso País.

Obrigado, Presidente.

Documento 205/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	16:24
Publ.: DCD - 3/27/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	EDUARDO CURY-PSDB -SP DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à flexibilização das regras para justificativa de falta ao trabalho durante a epidemia de coronavírus. Natureza emergencial das medidas destinadas ao enfrentamento da doença. Necessidade de debate de soluções para a crise decorrente da Covid-19.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP. Pela ordem. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas

Deputados, brasileiros que nos ouvem neste momento de muita dificuldade, primeiro gostaria de registrar o enorme esforço que está sendo feito para que os representantes do povo, junto com o Governo, possam enfrentar essa pandemia e os reflexos econômicos dela.

Em relação ao projeto, cuja urgência estamos discutindo, acho bastante razoável que se dê liberdade ao trabalhador para que ele possa justificar a ausência, dado este momento de enorme pandemia.

Gostaria de registrar a fala de um colega que se manifestou três ou quatro vezes, quando disse que, neste momento de dificuldade, vamos tomar medidas duras, sem muito debate, devido à necessidade de termos de fazer, e é natural errarmos em alguma coisa. Por isso, seria importante que qualquer medida ficasse focada à emergência e à calamidade do coronavírus; que qualquer medida econômica ou sanitária tomada de afogadilho seja para o período dessa trágica pandemia. Se depois provarem que qualquer uma dessas medidas são eficientes, sem problema, no futuro, votaremos para que se tornem permanentes.

A chance de cometermos pequenos erros é bastante grande. Nós não devemos ter medo de tomar decisões, mas todas devem ser limitadas ao período especial dessa pandemia.

O segundo ponto é que todas as nossas atitudes, logicamente, precisam se basear na ciência e nas recomendações médicas e sanitárias, mas temos de visualizar uma saída para essa crise. O Estado brasileiro, que vai entrar para nos ajudar e nos sustentar neste momento, é custeado pelo trabalho de todos. E muitas pessoas, além do coronavírus, não estão trabalhando. Portanto, precisamos ter uma janela de saída para este problema.

Documento 206/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD 16:44
Publ.: DCD - 3/27/2020 - JOÃO H. CAMPOS-PSB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 805, de 2020, sobre a suspensão por 120 dias, a partir de 1º de março de 2020, da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Elogio ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos de combate à crise gerada pela pandemia de

coronavírus.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é com grande satisfação que nós estamos aqui hoje para autorizar essa medida. Alguns projetos relevantes como esse possibilitam que, com o atestado médico, sejam dispensados pacientes que estejam com sintomas da COVID-19 e que nós possamos também autorizar a utilização no País, de maneira imediata, dos medicamentos ou materiais que já tenham autorização de outras agências sanitárias do mundo.

Eu acho que hoje a nossa prioridade ser discutir uma renda básica - é isso que é mais urgente -, pensando nos 77 milhões de brasileiros que fazem parte do Cadastro Único e nos que estão no Bolsa Família. Espero que nós possamos seguir nessa pauta, com a Câmara empregando as soluções de que o Brasil precisa.

O Poder Executivo tem sido omissivo. E aqui eu quero parabenizar o Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos, porque S.Exa. pode fazer isso com muito rigor, mas faz, com muita responsabilidade, as entregas de que o Brasil precisa.

Documento 207/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	16:48
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 805, de 2020, sobre a suspensão por 120 dias, a partir de 1º de março de 2020, da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à pandemia de coronavírus. Apoio à aprovação do projeto de renda mínima apresentado pelos partidos da Oposição. Descaso do Presidente da República com as determinações médico-sanitárias de isolamento social para combate à Covid-19.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo e também a toda a nossa equipe técnica pela



condução dos trabalhos.

O PT, o Deputado Alexandre Padilha, já tem nos representado na discussão do conteúdo do projeto e, evidentemente, somos favoráveis a ele.

Eu queria deixar minha opinião sobre esse procedimento. Está havendo, com a gripe do coronavírus e a crise econômica, uma pressão muito grande para que as coisas voltem ao normal, porém sem estarem normais. O que eu tenho visto é que os casos têm ampliado, e nós ainda teremos algumas semanas, espero que poucas, de muita tensão. O fato é que essa pressão vem do setor do empresariado - V.Exa. até disse em uma entrevista que alguns estão muito acostumados com o lucro que obtêm em apostas em bolsas de valores, o que está sendo prejudicado, e pressionam para que as coisas sejam como se estivessem naturais. É uma espécie de "o lucro acima de tudo, o vírus em cima de poucos". Isso, evidentemente, nós não podemos permitir.

Nós não podemos acreditar muito no Governo, até porque não vimos o laudo que afirma se o próprio Presidente Bolsonaro estava ou não com o coronavírus. Ele não nos mostra. Não sabemos se é omissão ou até se é mentira. Eu apresentei meu requerimento, que está aí com a Mesa da Câmara, no sentido de que seja apresentado à Câmara dos Deputados o laudo do Presidente Jair Bolsonaro. Uma omissão já é grave; se for mentira, é ainda mais grave. Este é um ponto.

Então nós precisamos não agravar a crise, como vem fazendo o Bolsonaro, mas tentar resolvê-la.

Os países do Grupo dos 20 anunciaram mais de 5 trilhões de dólares de investimento na economia para a geração de empregos, para a sustentação de empresas, para socorrer as famílias, para socorrer a saúde, os hospitais... E nós vamos votar hoje a renda mínima de um salário mínimo. É ainda muito pouco diante do que tem que ser feito, mas esta é a opção. A tese de que o lucro está acima de tudo e que se dane o povo com o vírus nós não podemos aceitar. O Congresso Nacional precisa fazer a sua parte, e nós vamos participar desse procedimento.

Espero a aprovação desse projeto e a aprovação também do projeto, no qual o PT e os partidos de oposição insistiram muito, sobre a garantia de renda de pelo menos um salário mínimo para que as pessoas possam enfrentar essa quarentena.

Diferentemente do que diz o Presidente Bolsonaro, não é covardia ficar em casa, mas consciência e respeito à ciência, no sentido de que essa é a maneira mais eficaz de, agora, enfrentar essa crise. Ou seja, nós

precisamos nos cuidar, e a recuperação da economia virá com investimentos e também com divisão de renda, porque há vários projetos desses para taxar lucros, dividendos, taxar as grandes fortunas, e é o que o País quer ver.

Está terminando a fase do ultraliberalismo do Paulo Guedes. Talvez por isso ele ande tão sumido. Ele e o Ministro Moro parece que entraram numa quarentena esquisita, uma quarentena em que, em vez de ajudar o Brasil o que eles fazem é se esconder, e o Presidente Bolsonaro, guerrear, aplicar o ódio, e não, unificar o Brasil.

Somos favoráveis ao projeto.

Obrigado.

Documento 208/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD 16:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 - AIRTON FALEIRO-PT -PA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Natureza desastrosa do pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário ao isolamento social para combate à disseminação do coronavírus. Discussão do Projeto de Lei nº 805, de 2020, sobre a suspensão por 120 dias, a partir de 1º de março de 2020, da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Importância da aprovação pela Casa de projetos de lei destinados ao combate à crise gerada pela Covid-19.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, inicialmente gostaria de parabenizar pela iniciativa os Deputados Alexandre Padilha e Luizinho, que, com os integrantes da Comissão Externa, conseguiram trazer projetos tão importantes para nossa apreciação e votação.

Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu estou aqui no Estado do Pará acompanhando a expectativa - e não é diferente em outros Estados brasileiros - da população em torno do papel que o Congresso Nacional tem neste momento, em especial depois daquele pronunciamento desastroso do Presidente da República que cria uma pandemia política também, ao contrariar as instituições de pesquisa e os órgãos do próprio Governo Federal, que orientam pelo isolamento social como o

melhor mecanismo para prevenção do vírus e da proliferação do vírus.

Se é verdade que a sociedade brasileira espera muito do Congresso, a primeira sessão de ontem, que foi a nossa primeira sessão virtual, conseguiu dizer que o Brasil não está parado, que o Congresso está trabalhando. Aprovamos ontem um projeto de lei que assegura que as crianças, mesmo fora da escola, vão conseguir receber a merenda escolar. E nós todos sabemos o quanto isso é importante para as famílias de baixa renda. Asseguramos que a agricultura familiar continue fornecendo 30% da merenda escolar. Isso é fantástico! Aprovamos ontem também outra medida que vai no rumo de cuidar da saúde do nosso povo: a telemedicina, facilitando a vida dos usuários e evitando que eles tenham que se expor, indo às ruas e correndo risco.

Agora, eu diria a V.Exa. que há um debate que não é real: o de que o Brasil vai cuidar da saúde ou vai cuidar da economia. Não existe essa dicotomia. Nós precisamos cuidar da saúde em primeira mão, porque as pessoas, com saúde, vão poder cuidar da economia. Se elas não tiverem saúde, a pandemia vai forçar e vai estourar com a economia da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Encerre, Deputado.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. *Participação por videoconferência.*) - Vou concluir, Sr. Presidente.

Portanto, votar a favor de projetos como os que estão em pauta, como o que trata da renda mínima, de transferência de pelo menos um salário mínimo para cada trabalhador que está fora do seu emprego, mesmo sem que tenha perdido o emprego, o trabalhador da economia informal, é determinante para darmos um sinal de que nós estamos cuidando da nossa economia, ou seja, da economia do nosso País.

Parabéns, Deputado Rodrigo Maia, pela condução dos trabalhos!

Documento 209/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	16:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 805, de 2020, sobre a suspensão por 120 dias, a partir de 1º de março de 2020, da obrigatoriedade da manutenção das metas

quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Reiteração do pedido ao Ministério da Saúde de repasse de recursos ao Estado da Bahia. Importância da aprovação pela Casa de conjunto de projetos de lei destinados ao combate à crise gerada pela pandemia de coronavírus.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Nós subscrevemos, como coautor, este projeto, que é muito importante para garantir a continuidade dos repasses financeiros aos prestadores dos SUS, especialmente as Santas Casas, os hospitais universitários. Ele não reduz a meta do SUS; ele dá flexibilidade para que esses contratos sejam mantidos não mais nas bases das metas anteriores, mas levando em consideração os novos desafios desta pandemia.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para cobrar mais uma vez do Ministério da Saúde e do Governo Federal que paguem mais de 300 milhões de reais ao Estado da Bahia. Em nome do Governador Rui Costa e de toda a bancada de Deputados Federais da Bahia, reitero mais uma vez a cobrança ao Ministério para que repasse ao Estado da Bahia mais de 300 milhões de reais relativos a todos os novos serviços, novos hospitais, novos leitos de UTI que foram abertos de 2016 para cá, e até hoje não receberam recursos do Governo Federal.

Em um momento como este, mais do que nunca, precisamos que esses recursos cheguem ao Hospital da Chapada, em Seabra, ao Hospital da Costa do Cacau, em Ilhéus, ao HGE 2, ao novo Hospital Couto Maia. Nenhum desses hospitais, Presidente, recebe um tostão do Governo Federal, alguns deles já há 3 anos. Então, precisamos reiterar esse pedido.

Eu fiz publicamente essa cobrança ao Ministro Mandetta, e ele disse que já havia resolvido o problema no final do ano passado. Não é verdade. Conseguimos comprovar o débito do Ministério da Saúde, e espero que, para este ano, pelo menos esses recursos cheguem ao nosso Estado.

E também é importante neste momento nós registrarmos que, de uma vez por todas, essa epidemia colocou em xeque a tese do Estado mínimo. Nós não podemos abrir mão de ter um sistema de saúde público, universal e gratuito para a nossa população. Nós não podemos continuar na batida em que vinha o Governo Bolsonaro e em que veio antes o Governo Temer, que a cada ano reduzia os recursos para a saúde, para a educação, para a ciência e tecnologia e para as políticas públicas mais importantes, como habitação e saneamento, em nosso País.

O vírus colocou em xeque o Estado mínimo. O vírus está mostrando à população brasileira que nós não podemos abrir mão do Estado de bem-estar social. Por isso, tenho certeza de que nós vamos garantir a aprovação do seguro emergencial de renda mínima para a nossa população, vamos conseguir aprovar esse conjunto de projetos que hoje estão na pauta, que, com certeza, contribuem muito para viabilizar melhores condições para o enfrentamento da pandemia.

Presidente, cada vida vale muito. A vida e a saúde da população brasileira estão nesse momento em jogo, e o Parlamento brasileiro, com certeza, com o seu apoio, aprovará todas essas medidas hoje tão essenciais.

Muito obrigado.

Documento 210/318

38.2020	Sessão	Deliberativa	26/03/2020-16:56
	Extraordinária - CD		
Publ.: DCD	- POMPEO DE MATTOS-PDT -RS		
3/27/2020 -			
CÂMARA	DOS	ENCAMINHAMENTO	DE
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	VOTAÇÃO	DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação pela Casa de projetos de lei destinados ao combate à crise gerada pela pandemia de coronavírus. Apresentação pelo orador dos Projetos de Lei de nºs 953, de 2020, acerca da restituição do Imposto de Renda a contribuintes; 960, de 2020, relativo à suspensão temporária de cortes do fornecimento, por falta de pagamento, de tarifas dos serviços públicos de água, esgoto, energia elétrica e Internet; à suspensão do cancelamento de planos de saúde e do pagamento de contratos bancários, nos próximos três meses, ou pelo período de duração da pandemia da Covid 19, e 1.002, de 2020, sobre a destinação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha ao Ministério da Saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia do coronavírus. Apresentação de projeto de lei sobre a destinação, às ações de combate à Covid-19, de 30% dos vencimentos de Parlamentares e magistrados. Proposta de decretação de moratória de dívidas de pessoas físicas junto ao sistema bancário.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos de maneira remota, Presidente, por teleconferência, fazendo a nossa parte.

Nós temos projetos de emergência, de urgência, sendo votados. Alguns se referem a questões como atestado médico, equipamentos de que o Brasil vai precisar e que outras partes do mundo já estão usando, BPC para os idosos pobres e para as pessoas com deficiência, merenda escolar e telemedicina, que é fundamental e nós aprovamos ontem. Mas eu tenho alguns projetos, Presidente, que quero também deixar registrados.

Entre eles, há o Projeto de Lei nº 960, de 2020, que proíbe o corte da luz, da água, do telefone, da Internet e do gás, para dar uma segurança às famílias que estão em quarentena - pai, mãe, enfim. Imaginem se estivermos em quarentena e vier alguém cortar a luz, cortar a água. Tem que haver a garantia de que isso não ocorrerá. Quem pode pagar paga, quem não pode pagar não paga, mas não vai ter o serviço cortado.

Outro projeto de lei também de minha autoria é o Projeto de Lei nº 953, de 2020, relativo ao Imposto de Renda.

A restituição do Imposto de Renda é um dinheiro que não é do Governo, é do cidadão que pagou o imposto e o Governo está com esse dinheiro. E, nesta hora, o cidadão precisa do dinheiro. Então, eu coloquei no texto que quem tem acima de 60 anos tem o direito de receber a restituição do Imposto de Renda imediatamente, em até 30 dias. A mesma coisa vale para aqueles que ganham até 6 mil reais, para que recebam a restituição do seu Imposto de Renda já, imediatamente, até 30 depois da apresentação da sua declaração.

Outro projeto, Presidente, refere-se à contribuição que os Parlamentares devem dar. Nós Deputados temos garantido o nosso salário, assim como os juízes, os promotores e muitas autoridades deste País. Mas nós Deputados temos que dar o exemplo. Eu estou propondo que 30% do salário dos Deputados seja depositado em um fundo que vá para o combate ao COVID-19, ao novo coronavírus. Isso estimula que outros que ganham bem, como empresários e empreendedores, também possam alimentar este fundo.

Outra questão: o fundo eleitoral. Nós temos 2 bilhões, Presidente, no fundo eleitoral. Nem sabemos se haverá eleição. É hora de usar este fundo para salvar o eleitor, porque daqui a pouco nem eleitor vai ter. Precisamos ter essa compreensão, essa maturidade. Este é o Projeto de Lei nº 1.002, de 2020. Não adianta eu ter dinheiro no bolso, dinheiro no banco, dinheiro na conta, dinheiro no orçamento, mas ter um vírus no pulmão; morrer por causa desse vírus, com dinheiro na mão. Então precisamos de muita maturidade nessa hora.

E, por fim, Presidente, sugiro uma moratória, para que as pessoas que devem aos bancos possam prorrogar as suas dívidas enquanto durar

esta pandemia, enquanto durar esta emergência no País. Eu vou concluir, Presidente, dizendo que não tem sentido pagar para o banco. Os bancos obtiveram no ano passado 100 bilhões de lucro - 100 bilhões! E agora nós vamos pagar uma prestação, sendo que dinheiro nós não temos? Vamos tirar o pão da boca das crianças, dos filhos, da família? Vamos tirar os remédios? Então, as prestações da casa própria que esperem para depois, os boletos que esperem para depois, a prestação do carro... Fica tudo para depois.

Precisamos cuidar da vida. Salvando a vida, depois a vida ajuda a salvar a economia. Essa é a nossa interpretação.

Muito obrigado a todos.

Documento 211/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	17:04
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	PEDRO WESTPHALEN-PP -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pelo funcionamento virtual da Câmara dos Deputados e pela condução dos trabalhos legislativos de combate à pandemia de coronavírus. Agradecimento a Parlamentares e entidades da área de saúde pela aprovação do Projeto de Lei nº 805, de 2020, sobre a suspensão por 120 dias, a partir de 1º de março de 2020, da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos e fazer um agradecimento especial pelo fato de conseguir colocar a Câmara em funcionamento. Também agradeço a todos os membros da Comissão Externa de combate ao coronavírus, ao Deputado Dr. Luizinho, que é o seu Presidente, à Deputada Carmen Zanotto, a todos os Deputados presentes, ao coautor do projeto, o Deputado Jorge Solla, a compreensão deste Parlamento e de suas Lideranças pela aprovação e melhorias deste projeto que visa justamente tranquilizar os trabalhadores da saúde na ponta. Certamente, não teremos ônibus para que os pacientes cheguem aos hospitais, as cirurgias eletivas vão diminuir, mas serão feitas sim, e isso dá segurança e estabilidade para que neste momento nacional possamos enfrentar essa crise com muita dignidade e tranquilidade, mas fundamentalmente garantindo

empregos na ponta, garantindo segurança e qualidade para os pequenos, médios e grandes hospitais. São mais de 1.500 estabelecimentos de saúde no País.

Eu quero agradecer ao CONASS, ao CONASEMS, às federações representativas, à Federação das Santas Casas, ao CNS, à FBH, e também à ANAHP, porque todas participaram efetivamente da construção desse projeto, especialmente ao Deputado Dr. Luizinho, que soube conversar, dialogar. E é dessa maneira que vamos construir, todos vocacionados ao bem comum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS. *Participação por videoconferência.*) - Eu fico muito feliz de ter neste projeto um instrumento para dar condições ao trabalho que está sendo feito de maneira excelente pelo Ministro Mandetta em prol da população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 212/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020-17:12 CD
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	LAFAYETTE DE ANDRADA-REPUBLICANOS - MG
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Presidente Rodrigo Maia pela manutenção do funcionamento da Casa durante a pandemia do coronavírus. Necessidade de adoção, por parte do Governo Federal, de ações em prol das camadas menos privilegiadas diante da crise gerada pela Covid-19. Defesa da criação de mecanismos de proteção das médias, pequenas e microempresas. Atenção especial do Governo Jair Bolsonaro com as indústrias envolvidas na produção de insumos e equipamentos médicos destinados ao combate à pandemia de coronavírus.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, serei breve. Primeiramente, eu quero parabenizá-lo pelo importante passo que foi dado em manter o Parlamento funcionando, conforme foi sua promessa ao dizer que o Parlamento não fecharia e que não se furtaria a apresentar as suas contribuições

para enfrentarmos a grave crise mundial por que estamos passando.

É preciso, Sr. Presidente, que o Governo tenha uma estratégia coordenada de amparar os mais frágeis, e é isso que iremos votar em breve. É preciso um colchão social para que aqueles mais pobres, os mais fragilizados, sejam amparados e tenham mecanismos de sobrevivência. Nós temos que dar para eles um salário.

É preciso também termos mecanismos de manter de pé as pequenas, as micro e as médias empresas, que nesse período, não estarão arrecadando, mas continuarão tendo as suas obrigações, os seus aluguéis, terão que pagar os seus fornecedores. É preciso termos estratégias de protegê-las também.

Sr. Presidente, eu queria dizer que é importante termos um olhar especial para as indústrias, aquelas que estão se propondo a modificar os seus pátios para produzir insumos necessários para o combate desta epidemia. Tenho notícias de empresas, de malharias, de fábricas de tecidos, que estão confeccionando agora máscaras, de empresas de plástico que estão fazendo também protetores faciais. E eu quero noticiar que, aqui em Minas Gerais - eu falo de Minas Gerais neste momento, da minha residência -, algumas empresas estão fazendo um *pool* para produzir respiradores mais simples, mas que sejam produzidos em larga escala para poder dar assistência aos hospitais, porque, em breve, teremos grande necessidade deles. É necessário que o Governo ampare essas indústrias, que dê incentivos a essas indústrias, porque não tem preço a produção de respiradores que irão salvar vidas. Essas empresas precisam muito ser incentivadas, ganhar medalhas, porque estão realmente se modificando e se desdobrando, numa economia quase que de guerra.

Por fim, Sr. Presidente, temos uma questão também importante no setor energético. Muitas indústrias grandes compram os seus pacotes de energia por longo prazo e têm que pagar por esses contratos de longo prazo. Ocorre que elas não estão utilizando essa energia e têm que pagar pela energia que não está sendo utilizada.

Portanto, o Governo também precisa apresentar mecanismos para reduzir esses danos.

Quero apresentar aqui quais seriam esses mecanismos e algumas propostas: redução de impostos; isenção de impostos; incidência de impostos somente sobre a energia utilizada, e não sobre a energia contratualizada, porque efetivamente elas não a estão utilizando.

Sr. Presidente, parabéns a V.Exa. por manter o Congresso Nacional funcionando. Temos de tomar medidas importantíssimas para que o Brasil continue funcionando e superemos esta grave crise do

coronavírus.

Viva o Parlamento brasileiro! Parabéns, Sr. Presidente Rodrigo Maia.

Documento 213/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	17:16
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	MARCELO ARO-PP -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. Para proferir parecer. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Eu estou participando desta sessão de forma remota, a segunda da história, depois da de ontem.

Vou direto ao parecer, Sr. Presidente.

"Projeto de Lei nº 9.236, de 2017.

Altera o § 11 e acrescenta os §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais para caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Autor: Deputado Eduardo Barbosa. Relator: Deputado Marcelo Aro.

I - Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe altera o § 11 e acrescenta os §§ 12 a 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais para caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O autor afirma que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade do critério exclusivo de renda familiar *per capita* previsto no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para fins de elegibilidade ao BPC, mas instâncias jurisdicionais inferiores adotam outros fatores para concessão do benefício, cujos pedidos administrativos são negados em razão de as famílias dos requerentes auferirem rendimentos

acima do limite."

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Presidente, desculpe-me interromper, mas eu queria que, em vez de lermos o relatório, lêssemos todo o projeto de lei, artigo por artigo. Acho que fica melhor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - S.Exa. vai ler tudo.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. *Participação por videoconferência.*) - V.Exa. quer que leia o projeto, o substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Também.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. *Participação por videoconferência.*) - O.k. Então, vou continuar o relatório e, logo depois, eu leio o projeto em si, o substitutivo.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, permita-me só uma observação.

Tanto nas Comissões quanto aqui, muitas vezes, nós acordamos que se vá direto ao parecer, ao voto do Relator. Foi isso que a Deputada quis dizer. Não há necessidade da leitura do relatório. Pode ir ao voto do Relator. É só uma sugestão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) - O PSDB concorda, Excelência, com a proposta da Deputada Gleisi e do Deputado Molon.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Leia o voto, por favor.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. *Participação por videoconferência.*) - O.k. Então, eu já vou direto ao voto e depois eu faço a leitura do projeto na íntegra, do substitutivo, para não tomar o tempo dos nobres colegas. Eu já pedi à Mesa que o distribuísse aos Líderes.

"Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, na forma do substitutivo em anexo.

Pela Comissão de Finanças e Tributação, sou pela adequação financeira e orçamentária de toda a matéria.

Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, manifesto o voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 9.326, de 2017, e do substitutivo da CCSF."

Então, passo agora à leitura do substitutivo.

"Projeto de Lei nº 9.236, de 2017.

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art.

20.....
.....
.....
.....

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja:

I - igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo, até 31 de dezembro de 2020;

II - igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, a partir de 1º de janeiro de 2021.

.....
.....

§ 14 O Benefício de Prestação Continuada ou benefício previdenciário no valor de até um salário mínimo concedidos a idoso acima de 65 anos de idade ou a pessoa com deficiência não será computado, para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 15 O Benefício de Prestação Continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos nesta Lei.

Art. 20-A Em razão do estado de calamidade pública previsto pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), o critério de aferição da renda mensal *per capita* familiar previsto no inciso I do § 3º do art. 20 poderá ser ampliado para até meio salário mínimo, na forma de escalas

graduais, definidas em regulamento, de acordo com os seguintes fatores, combinados entre si ou isoladamente:

§ 2º Para a concessão do benefício de que trata o art. 20, o critério de aferição da renda mensal *per capita* familiar previsto no inciso I do § 3º do art. 20 poderá ser ampliado para até 1/2 (meio) salário mínimo, na forma de escalas graduais, definidas em regulamento, de acordo com os seguintes fatores combinados entre si ou isoladamente:

I - o grau de deficiência;

II - a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária;

III - as circunstâncias pessoais e ambientais e os fatores socioeconômicos familiares que podem reduzir a funcionalidade e a plena participação social da pessoa com deficiência candidata ou idoso;

IV - o comprometimento do orçamento do núcleo familiar de que trata o § 3º do art. 20, exclusivamente com gastos com tratamentos de saúde, médicos, fraldas, alimentos especiais e medicamentos do idoso ou pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou com serviços não prestados pelo Serviço Único de Assistência Social (SUAS), desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida.

§ 3º O grau da deficiência e o nível de perda de autonomia, representado pela dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária, de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do § 2º deste artigo, serão aferidos, para a pessoa com deficiência, por meio de índices e instrumentos de avaliação funcional a serem desenvolvidos e adaptados para a realidade brasileira, observados os termos dos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 4º As circunstâncias pessoais e ambientais e os fatores socioeconômicos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo levarão em consideração, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, entre outros aspectos:

I - o grau de instrução, o nível educacional e cultural do candidato ao benefício;

II - a acessibilidade e adequação do local de residência à limitação funcional, as condições de moradia e habitabilidade, o saneamento básico e o entorno familiar e domiciliar;

III - a existência e disponibilidade de transporte público, de serviços públicos de saúde e de assistência social no local de residência do candidato ao benefício;

IV - a dependência do candidato ao benefício em relação ao uso de tecnologias assistivas; e

V - o número de pessoas que convivem com o candidato ao benefício e a coabitação com outro idoso ou pessoa com deficiência dependente de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária.

§ 5º O valor referente ao comprometimento do orçamento do núcleo familiar com gastos com tratamentos de saúde, médicos, fraldas, alimentos especiais e medicamentos do idoso ou pessoa com deficiência de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo será definido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a partir de valores médios dos gastos realizados pelas famílias exclusivamente com essas finalidades, conforme critérios definidos em regulamento, facultada ao interessado a possibilidade de comprovação, nos termos do referido regulamento, de que os gastos efetivos ultrapassam os valores médios.

Art. 2º Durante o período de três meses, a contar da publicação desta lei, poderá ser concedido auxílio emergencial no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) mensais ao trabalhador que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

I - seja maior de dezoito anos de idade;

II - não tenha emprego formal;

III - não seja titular de benefício previdenciário ou assistencial, beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado, nos termos do § 1º, o Bolsa Família;

IV - cuja renda familiar mensal *per capita* seja de até meio salário mínimo ou a renda familiar mensal total seja de até três salários mínimos;

V - que, no ano de 2018, não tenha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos); e

VI - que exerça atividade na condição de:

a) microempreendedor individual (MEI);

b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social que contribua na forma do *caput* ou do inciso I do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; ou

c) trabalhador informal, de qualquer natureza, inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou que cumpra o requisito do inciso IV, até 20 de março de 2020.



§ 1º Fica limitado a dois membros da mesma família o recebimento cumulativo do auxílio emergencial de que trata este artigo e do Bolsa Família, admitida a substituição temporária do Bolsa Família pelo auxílio emergencial, se este for mais vantajoso.

§ 2º A mulher provedora de família uniparental receberá duas cotas do auxílio.

§ 3º As condições de renda familiar mensal *per capita* e total de que trata o *caput* serão verificadas por meio do CadÚnico, para os trabalhadores inscritos, e por meio de autodeclaração, para os não inscritos, por meio de plataforma digital.

§ 4º São considerados empregados formais, para efeitos deste artigo, os empregados com contrato de trabalho formalizado nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e todos os agentes públicos, independentemente da relação jurídica, inclusive os ocupantes de cargo ou função temporários, de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração ou titulares de mandato eletivo.

§ 5º A renda familiar é soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

§ 6º Não serão incluídos no cálculo da renda familiar mensal, para efeitos deste artigo, os rendimentos percebidos de programas de transferência de renda federal previstos na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e em seu regulamento.

§ 7º A renda familiar *per capita* é a razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família.

§ 8º O auxílio emergencial será operacionalizado e pago por instituições financeiras públicas federais, que ficam autorizadas a realizar o seu pagamento por meio de conta do tipo poupança social digital, de abertura automática em nome dos beneficiários, a qual possuirá as seguintes características:

I - dispensa da apresentação de documentos;

II - isenção de cobrança de tarifas de manutenção, observada a regulamentação específica estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional;

III - ao menos uma transferência eletrônica de valores ao mês, sem custos, para conta bancária mantida em qualquer instituição financeira habilitada a operar pelo Banco Central do Brasil;

IV - apta a receber recursos exclusivamente provenientes de programas sociais

governamentais, do PIS/PASEP e do FGTS; e

V - não passível de emissão de cartão físico, cheques ou ordens de pagamento para sua movimentação.

§ 9º O auxílio emergencial será cessado quando constatado o descumprimento dos requisitos de concessão previstos nos incisos I a V do *caput*.

§ 10 Os órgãos federais disponibilizarão as informações necessárias à verificação dos requisitos para concessão do auxílio emergencial, constantes das bases de dados de que sejam detentores.

§ 11 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do auxílio emergencial.

§ 12 O Poder Executivo regulamentará o auxílio emergencial de que trata este artigo.

Art. 3º Fica o INSS autorizado a antecipar o valor mencionado no art. 2º desta lei para os requerentes do Benefício de Prestação Continuada para a pessoa de que trata o § 2º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, durante o período de três meses a contar da publicação desta lei ou até a aplicação pelo INSS do instrumento de avaliação da pessoa com deficiência, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo único. Reconhecido o direito da pessoa com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada, seu valor será devido a partir da data do requerimento, deduzindo-se os pagamentos efetuados na forma do *caput*.

Art. 4º Fica o INSS autorizado a antecipar um salário mínimo mensal para os requerentes do benefício do auxílio-doença de que trata o art. 59 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, durante o período de três meses a contar da publicação desta lei ou até a realização de perícia pela Perícia Médica Federal ou o que ocorrer primeiro.

Parágrafo único. A antecipação de que trata o *caput* estará condicionada:

I - ao cumprimento da carência exigida para a concessão do benefício de auxílio-doença;

II - à apresentação de atestado médico, cujos requisitos e forma de análise serão estabelecidos em ato conjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Art. 5º A empresa poderá deduzir do repasse das contribuições à Previdência Social, observando o limite máximo do salário de contribuição ao RGPS, o

valor devido, nos termos do § 3º do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao segurado empregado, cuja incapacidade temporária para o trabalho seja comprovadamente decorrente de sua contaminação pelo coronavírus (COVID-19).

Art. 6º O período de três meses de que trata o *caput* dos arts. 2º, 3º, 4º e 5º poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional da COVID-19, definida pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Presidente, nobres colegas, esse é o substitutivo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deputado Marcelo, V.Exa. estará votando pelas Comissões de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

V.Exa. recebeu aí um ajuste no voto da admissibilidade da adequação financeira e orçamentária, o que acho que prejudica o art. 2º, § 11, para que possa fazer a adequação financeira e orçamentária que está condicionada ao decreto de calamidade pública, à crise da pandemia, possa dar adequação financeira, e, assim, o Presidente tenha todas as condições de sancionar esse projeto.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, portanto seria suprimido o § 11, quer dizer, o condicionamento à existência do recurso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deixe-o fazer a leitura que V.Exa. vai ver.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. *Participação por videoconferência.*) - Presidente, estou abrindo aqui.

"Pela Comissão de Finanças e Tributação, ainda que o projeto não se encontre instruído com a estimativa de impacto financeiro e orçamentário e que não haja indicação de fonte de custeio,

tendo em vista de que se trata de despesa para combate aos efeitos de emergência de saúde pública de importância internacional relacionado ao coronavírus, que dependem da abertura de crédito extraordinário e que não constituem despesas de caráter contínuo, mas emergencial, somos pela não implicação orçamentária e financeira."

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Obrigado.

Agora profira o voto pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. *Participação por videoconferência.*) - Só 1 minutinho, Presidente.

"Pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, manifesto voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 9.326, de 2017, e do substitutivo da CCSF."

Documento 214/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD 17:36
Publ.: DCD - 3/27/2020 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Premissas básicas do projeto de lei da Oposição sobre a criação de renda básica emergencial para as famílias carentes durante o estado de calamidade pública decretado pela pandemia do coronavírus. Diferenças entre a proposição e o Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu acompanhei atentamente a leitura do relatório feita pelo Deputado Marcelo.

Eu gostaria, neste momento, de fazer algumas ponderações, até para explicitar para a opinião pública os pontos principais que estão contidos no projeto que apresentamos ontem, em nome da Oposição. Grande parte dos pontos levantados no nosso projeto estão contidos no relatório do Deputado Marcelo Aro.

Mas é importante dizer, em primeiro lugar, Presidente, que esse esforço que está sendo feito fala muito do compromisso que o Parlamento brasileiro tem com o Brasil, principalmente no enfrentamento dessa pandemia do coronavírus. Tanto o projeto da Oposição, ao qual demos entrada ontem, como o que foi lido agora, do Deputado Eduardo Barbosa, cujo Relator é o Deputado Marcelo, têm pontos de contato numa questão ética e política, o que para mim é fundamental: o compromisso de todos nós no sentido de compreender que a defesa da vida é o centro das nossas preocupações neste momento e no de socorrer, através de um seguro emergencial, as

famílias mais vulneráveis, que podem contrair ou estão sujeitas à contaminação desse vírus. Esse tem sido o compromisso contido nos dois projetos, independentemente da divergência em um ou outro ponto.

Em segundo lugar, Presidente, nós temos a compreensão de que, em um momento como esse, de grave crise na economia real, que está impactando a saúde pública no Brasil, não podemos ter restrições para gastar. Portanto, o gasto com a saúde tem que ser ilimitado, não pode ter parâmetro na Emenda Constitucional nº 95. Tudo tem que ser feito, com todos os recursos necessários, para enfrentar esta grave crise que abala o Brasil.

Diferentemente do que diz o Presidente da República, não é uma gripezinha, não é uma histeria, é algo que a ciência está alertando o mundo, e nós precisamos estar juntos no enfrentamento dessa pandemia.

O projeto que apresentamos, Sr. Presidente, tem duas premissas básicas que dialogam com o projeto relatado pelo Deputado Marcelo. Primeira delas: é um projeto de renda básica para as famílias em situação de vulnerabilidade e para os trabalhadores que estão na informalidade.

Há diferença entre a nossa proposta e a proposta apresentada pelo Deputado Marcelo Aro. A que nós apresentamos era a de renda básica de 1 salário mínimo por família. Por quê? Por uma questão básica. O Relator propôs 500 reais, mais 500 reais, podendo ser mil reais para a família. Evidentemente, vão ficar, na prática, 500 reais por família. Então, nós apresentamos a proposta do salário mínimo, porque achamos que seria melhor, para agregar mais renda e dar maior mobilidade para as famílias, do ponto de vista da sustentabilidade.

A segunda questão importante era a ampliação do atendimento para os trabalhadores que estão na informalidade, os trabalhadores desempregados, os chamados "intermitentes", e o microempreendedor individual. Enfim, o nosso projeto é ancorado na necessidade de protegermos essas famílias. Esse tem que ser um compromisso. Dados indicam que totalizam algo em torno de 77 ou 80 milhões a 100 milhões de pessoas. O nosso projeto era muito mais amplo.

O que eu considero agora, Sr. Presidente, com relação ao projeto que foi apresentado? Eu vi que os partidos não estão Brasília, mas o PSB, o PT, o PSOL e o PCdoB, sobretudo o PSOL, o PSB e o PT apresentaram alguns destaques importantes. O nosso comportamento político aqui, em nome da Minoria, não poderá ser outro a não ser o de votar favoravelmente a este projeto que foi relatado. No entanto, nós temos a obrigação de, ao debater com o País, explicitar, num momento

como este, a nossa opinião, o nosso entendimento. Eu até diria que é importante mencionar que temos que gastar, gastar e gastar, para protegermos a vida.

Esse era o conteúdo do nosso projeto. Nós dialogamos com V.Exa. e tínhamos dialogado do ponto de vista de aumentar esse teto de 28 mil reais, de 2018, um pouco mais. Há algumas coisas que precisamos ajustar, no calor do debate, para que a Câmara possa votar favoravelmente a este projeto, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas considerações, reconhecendo publicamente o esforço que nós da Oposição, que não somos portadores do "quanto pior, melhor", fizemos coletivamente - o PT, o PCdoB, o PSB, o PDT, o PSOL e a REDE -, para buscar a união de forças neste momento e tratarmos e enfrentarmos uma questão central, que é a defesa da vida de brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 215/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD 17:40
Publ.: DCD - 3/27/2020 - BALEIA ROSSI-MDB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários pelo aumento do valor do benefício concedido às famílias carentes durante a pandemia de coronavírus, preconizado no texto do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Apoio à aprovação da proposição. Importância de cumprimento das determinações das autoridades da área de saúde para combate à disseminação do coronavírus. Necessidade de liberação, pelo Governo Federal, de recursos para as médias, pequenas e microempresas.

O SR. BALEIA ROSSI (Bloco/MDB - SP. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta é uma matéria de suma importância para o povo brasileiro. Por isso eu queria cumprimentá-lo, Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, bem como os Líderes, porque tiveram a sensibilidade, depois de várias reuniões, de propor o

aumento desse suporte para as famílias que hoje não podem trabalhar no Brasil.

Era algo em torno de 200 reais, inicialmente, para cada pessoa. Depois, eram 300 reais. Hoje, nós conseguimos avançar para 500 reais por pessoa, podendo chegar a mil reais por família, e a mil reais, quando a mulher for a trabalhadora da casa, a que sustenta a família, para a garantia do mínimo de dignidade para essas famílias. São os informais, que hoje não estão trabalhando, que hoje não têm renda, que hoje não têm a mínima esperança de chegar ao final do mês e ter o seu dinheiro para comprar as necessidades mais básicas da sua família. Por isso o nosso apoio total a esse projeto.

Hoje nós ouvimos a fala do Ministro Luiz Henrique Mandetta: houve mais mortes por coronavírus. É uma preocupação, porque a tendência é a de que isso se agrave. Isso preocupa a todos, principalmente aqueles que estão seguindo as orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, de ficar em casa, de evitar aglomerações, de evitar contatos com outras pessoas, para evitar o contágio. Setenta e sete mortes houve até agora no Brasil. Infelizmente, houve a primeira morte na cidade onde eu moro, Ribeirão Preto. Um jovem de 36 anos de idade veio a óbito, o que, é claro, preocupa a todos.

Nós temos outras providências a tomar. Esta primeira, que o Congresso Nacional toma hoje - a Câmara dos Deputados e depois o Senado -, vai atender quase 20 milhões de famílias, ou mais, de trabalhadores informais. Nós aguardamos agora crédito para as pequenas e médias empresas, porque sabemos que também elas estão paradas, e não têm como se sustentar. É preciso que o Governo olhe para as pequenas e médias empresas e libere crédito barato, extraordinário, para essa finalidade, bem como edite medida provisória sobre a garantia do emprego e do seguro-desemprego para os trabalhadores.

Acho que com essa somatória de providências a Câmara dos Deputados cumpre o seu papel, e o Governo Federal, da mesma forma - o Ministério da Economia, o Ministério da Saúde. Nós temos que trabalhar unidos. Não pode haver briga política. Não dá para a Direita ficar contra a Esquerda, contra o Centro, não dá para partidarizar. Temos agora que unir esforços para buscar solução. O que a população espera de todos nós? Soluções, para que esta crise passe o mais rapidamente possível e com o menor prejuízo possível para todos. Acho que essa é a nossa função.

Parabenizo o Presidente Rodrigo Maia, todos os Líderes e a bancada do MDB, porque esta foi uma das sugestões incluídas no documento que o Movimento Democrático Brasileiro fez e tornou público esta

semana.

Vamos trabalhar juntos, com seriedade, para amenizar os problemas da nossa população!

Documento 216/318

38.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020-
CD 17:48

Publ.: DCD - 3/27/2020 - FLÁVIA ARRUDA-PL -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Relator de inclusão de pessoas idosas no substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (Bloco/PL - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em relação a esta matéria, eu quero compartilhar o meu tempo de fala com a Deputada Soraya Santos, que está na casa dela.

Eu queria pedir encarecidamente ao Relator que incluísse o idoso nesse benefício. Foi apresentada por nós uma emenda sobre a inclusão do idoso entre os que receberão esse auxílio emergencial. Além do deficiente, pedimos que seja incluído o idoso. Este é um momento crítico para a população, mas em especial para a pessoa idosa, que não pode sair de casa, que é a mais vulnerável a esse vírus. Então, queria pedir encarecidamente ao Relator que fizesse isso, para que nós não precisássemos apresentar destaque. Pedimos ao Relator que acolha o nosso pedido, de inclusão do idoso no relatório, para que também seja beneficiado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Já está incluído.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (Bloco/PL - DF) - Não, não está. No texto só está o deficiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Não, ele me disse...

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (Bloco/PL - DF) - Essa é a nossa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Ele me disse que estava incluído.

Deputado Marcelo, não está incluído? V.Exa. não me pediu isso mais cedo?

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. *Participação por videoconferência.*) - Nós já liberamos a inclusão do idoso. Foi um erro no texto, mas já foi feita a correção. Vou conferir aqui agora.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (Bloco/PL - DF) - Está ótimo. Porque o texto que nós recebemos...

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. *Participação por videoconferência.*) - Deputada, V.Exa. deve ter recebido o texto anterior. De qualquer maneira, eu vou conferir aqui. Caso...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Se V.Exa. está dizendo ao microfone, está incluído.

Vamos continuar!

O PL continua usando o seu tempo.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (Bloco/PL - DF) - O.k.

Agora vai falar a Deputada Soraya Santos, Sr. Presidente.

Documento 217/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD 17:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 - FLÁVIA ARRUDA-PL -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, acerca dos parâmetros adicionais para caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Pedido ao Governo Federal de inclusão dos benefícios de assistência social nas ações de enfrentamento da Covid-19.

A SRA. FLÁVIA ARRUDA (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Deputada.

Sr. Presidente, para concluir o tempo do PL, quero dizer que recebi, sim, agora, o texto modificado, em que está incluída a pessoa idosa.

Nós da Câmara dos Deputados estamos de parabéns por este projeto de construção coletiva, de cuja elaboração muitos partidos participaram, especialmente o autor do projeto, o Deputado Eduardo Barbosa, o Relator, o Deputado Marcelo Aro, e todos os que construíram este consenso. É de fundamental importância darmos condições ao Governo para atender as pessoas que estão sendo mais atingidas neste momento, que é de grave crise econômica também no País. Nós vamos viver essa crise depois.

Eu queria parabenizar a minha amiga Deputada Soraya pelo encaminhamento e lembrar que hoje encaminhei ao Ministro Onyx Lorenzoni, ao Ministro Paulo Guedes e ao Ministro da Casa Civil, pela Comissão do Bolsa Família, com a anuência dos Deputados que fazem parte dela, um pedido de inclusão dos benefícios da assistência social nesse enfrentamento do COVID-19. Precisamos lembrar que essas pessoas que estão ficando desamparadas nos seus empregos, como os microempresários e os pequenos empresários, vão necessitar de mais auxílio assim que esta crise da saúde acabar. Vai ser uma crise de assistência social. Eu gostaria de pedir ao Governo Federal que a olhasse, que a visse com a mesma importância que vê a da saúde, a assistência social, para atender não só os que já precisam hoje, mas também os pequenos e microempresários, toda a população que ainda não é atendida. Gostaria de pedir que incluísse na rubrica COVID-19 a assistência social.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 218/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	17:56
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	GLEISI HOFFMANN-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Criação de programas de distribuição de renda pelos governos petistas. Caráter irresponsável do pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro sobre a vinculação entre o isolamento social e a perda do emprego. Efeitos negativos do corte de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS e da desestruturação do Programa Mais Médicos. Apelo aos Parlamentares de aprovação da proposta

de concessão de 1 (um) salário mínimo aos trabalhadores informais durante a pandemia do coronavírus.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, esta é uma das discussões mais importantes que esta Casa tem a fazer, frente a esta crise do coronavírus. A renda é fundamental para a dignidade da pessoa humana. Não é concebível que um pai, que uma mãe de família não tenha comida para sustentar seus filhos. Não é concebível que um ser humano passe restrição alimentar. Aliás, comer faz parte do direito animal.

É por isso que sempre nos orientamos por programas e propostas que pudessem distribuir renda às pessoas. Foi por isso que aprovamos, nos nossos Governos, o aumento real do salário mínimo, porque sabíamos a diferença que faziam 15 reais na vida de uma família mais pobre. Foi por isso que fizemos o Bolsa Família, foi por isso que fizemos outros programas de distribuição de renda, porque apostamos que melhorariam a dignidade das pessoas. O Benefício de Prestação Continuada foi ampliado, as aposentadorias foram facilitadas. Sempre apostamos nisso, mesmo em momentos normais, mesmo com as crises do capitalismo. Que dirá agora, em momentos de crise aprofundada. Já havia uma crise do sistema financeiro, do sistema capitalista, que se junta agora a uma crise na saúde, em que um vírus bate à porta de todas as pessoas. Precisamos, mais do que nunca, proteger a todos, trabalhadores e trabalhadoras e aqueles que não têm emprego formal, que ganham a vida se socorrendo muitas vezes de bicos ou de outro tipo de renda.

Aí, Sr. Presidente, não cabe a dicotomia entre saúde e economia que quis criar o Presidente da República no seu discurso em cadeia de rádio e TV, ao dizer que, ou as pessoas se cuidavam e se livravam do vírus, ou as pessoas garantiam os seus empregos, como se a opção fosse individual, como se fosse das pessoas. Foi de uma irresponsabilidade sem tamanho. Não vai ser a quarentena que vai derrotar a economia brasileira, que, aliás, já estava em derrocada, porque em 2019 não havia coronavírus, e o Brasil não cresceu, praticamente estagnou - não vai ser a quarentena.

Nós não podemos expor as pessoas à situação de decidir entre o vírus e a fome. O que vai acarretar problemas à economia é a falta de medidas e de ação desse Governo irresponsável, de um Presidente que não tem a responsabilidade de liderar a Nação e de um Ministro da Economia que só sabe fazer reformas para retirar direitos e obter mais recursos para o sistema financeiro. É isso o que vai acontecer!

Este País sabia desde dezembro que haveria a crise do coronavírus. O Governo foi avisado, alertado. Por que não tomou as providências? Por que esperou?

Na área de saúde, ele não vai conseguir responder à demanda, porque cortou recursos do SUS. Vinte e dois bilhões de reais estão retidos no teto e, para minha tristeza, com a ajuda desta Casa, do Congresso Nacional, que achou que estava fazendo um bem à Nação. Observem o que acontece agora: não há recursos para Estados e Municípios. E os médicos cubanos, escorraçados por Jair Bolsonaro e por muitos Deputados? Que falta fazem! Agora, estão servindo a Itália. O Programa Mais Médicos, tão bem conduzido pelo ex-Ministro, nosso colega Deputado Alexandre Padilha, está sendo desmontado.

O Governo não fez o que deveria fazer e agora quer colocar a culpa na população e na quarentena. É muita irresponsabilidade, Jair Bolsonaro! Se ele não fez, nós temos que fazer. Somos parte de um Poder da República.

Sr. Presidente, eu saí daqui ontem muito esperançosa, depois da conversa que tive com V.Exa. e com vários colegas sobre a votação desse seguro-renda, importante para a população. Eu gostaria muito que votássemos, em vez de 500 reais, o benefício de 1 salário mínimo. Eu sei que há possibilidade de dois adultos ganharem esse valor. O Relator disse - e quero saudá-lo por isso - que uma mãe de família monoparental, que não tem companheiro, com filhos menores, vai ganhar duas cotas, portanto, quase o que nós propusemos. O salário-família é o mínimo para um ser humano se sustentar com dignidade. Se tiver mais gente em casa, vá ao mercado com 500 reais para ver o que consegue comprar?

Nós temos condições de fazer isso, pois temos dinheiro. Vou citar três exemplos de recursos que, numa crise ou em determinada situação, poderiam ser usados: de reservas internacionais, do saldo de caixa do Tesouro e do Orçamento da União, com 1 trilhão e 500 bilhões de reais. E nós vamos economizar 500 reais por família? Não há justificativa para isso. Estamos em estado de emergência! O Congresso Nacional pode fazer a despesa que quiser. Podemos gastar, podemos nos endividar, podemos aumentar a dívida. E aumentar a dívida não é problema. O problema deste País nunca foi dívida, mas, sim, a inflação. Nós temos uma dívida que, a longo prazo, é administrável.

Vamos ter coragem! Por que temos que ouvir o Ministério da Fazenda? Por que temos que ouvir Paulo Guedes, com seus 500 reais, se podemos oferecer 1.000 reais para uma mãe de família, se haverá a possibilidade de dois adultos serem beneficiados? Sejam corajosos e aumentemos o benefício para 1 salário mínimo, porque esse valor é o

mínimo que as pessoas podem receber para ter a dignidade de ir ao supermercado e comprar o que precisam para sua família no mês.

Quero dizer a V.Exas. que, se continuar a proposta de 500 reais, nós não vamos aplacar a necessidade das pessoas e vamos ter problemas neste País. Vai haver convulsão social, sim - e talvez seja isso o que o Governo queira -, para justificar uma intervenção mais forte, um fechamento de regime. É para isso que nós estamos caminhando.

Eu queria muito pedir a V.Exa., pedir a esta Casa, rogar: vamos aprovar o valor de 1 salário mínimo. Nós vamos aumentar em quanto a despesa? Vamos ter despesa de 30 bilhões de reais por mês. O que são 30 bilhões de reais em um Orçamento de 1 trilhão e 500 bilhões de reais? O que são 30 bilhões de reais frente às reservas de 380 bilhões de dólares? Vamos ter coragem de votar isso. Nós não precisamos nos subordinar à Fazenda, a este Governo tresloucado que não tomou as medidas que deveria ter tomado antes. Vamos dar às pessoas o mínimo de dignidade, para poder dizer a elas que podem e devem ficar em casa. Elas não podem ficar expostas para optar entre o vírus e a vida, entre o vírus e o emprego ou entre o vírus e a fome. Nós não podemos fazer isso. Um salário mínimo é o básico, gente, para uma família sobreviver.

Eu gostaria muito de pedir a V.Exas. para refletirmos sobre isso e de contar com a sensibilidade do Relator, com a sensibilidade de todos os colegas. Nós podemos fazer isso, estamos autorizados pelo estado de emergência.

Eu queria também fazer outra consideração. Esse benefício não pode durar só até 3 meses, ainda que haja a possibilidade de esse período ser estendido. O decreto de emergência vai até dezembro. Sejam coerentes com o decreto do Presidente. Então, coloquemos que o benefício vai até quando o decreto de emergência se esvair. Agora, não dá para ser 3 meses e deixarmos na mão do Governo, que não teve sensibilidade até agora, a decisão sobre se vai ou não prorrogar o prazo. Vamos colocar aqui que, enquanto durar a crise, vai ser pago esse seguro - um seguro-quarentena -, se nós queremos que a vida das pessoas seja salva, se nós queremos que a economia das pessoas seja salva. Nós temos essa responsabilidade e nós podemos, sim, ir além do que o Governo está colocando. Nós temos, repito, a responsabilidade de ir além do que o Governo está colocando.

Por isso, deixo um apelo: vamos aprovar 1 salário mínimo, por favor, porque, como está redigido, o Governo vai fazer com que a maioria ganhe 500 reais e nós vamos ter problemas sociais graves neste País.

38.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020-
CD 18:16

Publ.: DCD - 3/27/2020 - OTTO ALENCAR FILHO-PSD -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Casa de projetos de lei destinados à mitigação da crise gerada pela pandemia de coronavírus. Reiteração do pedido ao Presidente Jair Bolsonaro de liberação de recursos para hospitais no Estado da Bahia. Elogio ao Deputado Eduardo Barbosa, autor do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a atenção. Também agradeço ao Líder do PSD, Deputado Diego Andrade, a oportunidade.

Hoje nós estamos votando dois projetos importantíssimos. Para mim é uma alegria muito grande atuar nesses dois projetos, juntamente com o nosso partido. Um deles trata da autorização de recursos para as entidades beneficentes, o que vai apoiar, e muito, a área de saúde e o combate ao coronavírus.

Aproveito para pedir mais uma vez ao Presidente Jair Bolsonaro que libere os recursos na área de saúde para os hospitais regionais da Bahia, como o Hospital da Chapada, na minha região, o Hospital Costa do Cacau, entre outros também importantes.

Quero saudar ainda o Deputado Eduardo Barbosa pela relatoria desse projeto tão relevante, referente ao BPC. Isso vai fazer com que os recursos, principalmente para a população mais carente, sigam seu curso. Eu sei do esforço que S.Exa. fez, mesmo com toda a dificuldade jurídica e orçamentária, além do esforço dos outros Deputados Federais que estão aqui hoje, para aprovar esse projeto, a fim de que não haja a descontinuidade desses investimentos, que vão chegar àqueles que mais precisam.

Mais uma vez, parabênzo V.Exa., Sr. Presidente, pela sua coragem, mesmo eu atuando de forma remota, junto com os nossos colegas. Agradeço ainda ao Líder, Deputado Diego Andrade, por me conceder esta oportunidade.

Parabenizo, enfim, toda a Câmara pelo esforço que vem fazendo.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe!

Documento 220/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-26/03/2020- 18:20
Publ.: DCD - 3/27/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	DIEGO ANDRADE-PSD -MG DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apelo ao Governo Federal por liberação de recursos de emendas de bancada, destinadas à área de saúde do Estado de Minas Gerais.

O SR. DIEGO ANDRADE (Bloco/PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria também de fazer um apelo ao Governo, para que agilizasse as emendas de bancada impositivas. No caso da bancada de Minas Gerais, já tínhamos destinado a ampla maioria dos recursos para a área da saúde, para custeio da área da saúde. Peço ao Líder do Governo, o Deputado e Major Vitor Hugo, e a todos os representantes do Governo que deem essa atenção especial, para que esses recursos sejam liberados agora. Quanto a essa parte que já está destinada à saúde, são 117 milhões a serem empenhados e pagos.

Destinamos ainda 67 milhões à área de segurança. A respeito desse recurso que foi alocado para a segurança, é importante dizer que, em Minas Gerais, quem tem tomado a frente na questão dos hospitais de campanha que estão sendo montados no EXPOMINAS e em outros pontos do Estado é a Polícia Militar, que faz um belo trabalho, junto com o Corpo de Bombeiros do nosso Estado. Alocamos 67 milhões para essa instituição, que podem ser aplicados, sim, nessas ações.

Alocamos 20 milhões para as universidades. Pretendemos que esses recursos cheguem aos hospitais universitários, ao Risoleta Neves, ao João XXIII, ao Hospital das Clínicas, aos hospitais que já estão atendendo a esses pacientes neste momento.

Recursos que estavam alocados para a agricultura e para o turismo, nós os transferimos para a área de combate e enfrentamento ao coronavírus.

Faço esse apelo não só pela bancada de Minas Gerais, da qual somos

coordenador, mas também por todas as bancadas estaduais, no sentido de que o Governo antecipe a liberação desses recursos, que, se chegarem agora, vão ajudar muitos Municípios do Estado de Minas Gerais e de todos os outros Estados do Brasil.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 221/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD 18:20
Publ.: DCD - 3/27/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	CARLOS SAMPAIO-PSDB -SP DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência e aos Líderes partidários pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Atuação do Deputado Eduardo Barbosa, autor da proposição, em defesa das classes menos favorecidas.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou falar por 3 minutos apenas. O tempo restante será do Deputado Eduardo Barbosa. Ele poderá falar ao final do meu pronunciamento, uma vez que está com problemas para fazer contato conosco.

Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Barbosa por seu projeto, que é de 2017. Todos nesta Casa conhecem a história do Deputado em defesa dos menos favorecidos.

Esse projeto traz um conceito de vulnerabilidade que, hoje, é um conceito perdido em nosso País. Isso causa uma série de implicações não só de ordem prática mas também de ordem judicial, Sr. Presidente. Por quê? Porque cada juiz decide conforme o seu conceito, na maioria da vezes em defesa da pessoa com deficiência, mas, em muitas outras vezes, em detrimento dessa pessoa.

Com a universalização, dentro nosso País, com um conceito único de vulnerabilidade, permitindo-se aferir as condições dessa

vulnerabilidade, certamente teremos muito mais acertos no nosso País.

Quero cumprimentar todos os Líderes e V.Exa. por terem se valido desse projeto, que é um importantíssimo projeto de proteção social, e não só para as pessoas com deficiência. A emenda acolhida - também foi comentada pela Deputada Flávia Arruda, a quem agradeço - incluiu o idoso entre aqueles que estão nessa lista de espera e que vão receber por 3 meses esse valor.

Cumprimento todos os Líderes também porque, nesta oportunidade, estamos incluindo igualmente todos os que exercem atividade informal. O trabalhador informal, que, conforme a pretensão inicial do Governo, receberia, no máximo, 200 reais, vai poder receber 500 reais. Foi estabelecido o limite de mil reais por família - via de regra, duas pessoas trabalham nessa família.

Estabelecemos minimamente então um auxílio. Digo minimamente porque mil reais, cerca de um salário mínimo, representam um salário de subsistência, um salário de sobrevivência, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos por terem chegado a esse acordo, que permite que seja esse o valor a ser efetivamente pago a essas famílias durante este período de caos em que vivemos. Merecem um aplauso especial todos os Líderes por esse entendimento.

Tomo a liberdade de falar aqui em nome de todas as Deputadas do nosso partido, que lutaram para que esse valor fosse o mesmo a ser pago no caso de mãe chefe de família. A mãe chefe de família não terá que contar com mais um integrante da família para poder receber 500 reais a mais. Ela vai receber sozinha os mil reais, para dar conta da criação e do sustento dos seus filhos. Esse é mais um grande avanço do projeto.

Agradeço a V.Exas.

O meu tempo restante, Presidente, deixarei para o Deputado Eduardo Barbosa, que poderá se manifestar assim que for resolvido o problema dele quanto à comunicação *on-line* conosco.

Muito obrigado.

Documento 222/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	18:24
Publ.: DCD - 3/27/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	JHONATAN DE JESUS-REPUBLICANOS -RR PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Alerta sobre a possibilidade de contágio do coronavírus pelo toque de cotovelo. Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - É preciso que se tenha bastante cuidado. A recomendação hoje do Ministério da Saúde, a recomendação dos médicos, da classe médica, dos agentes de saúde de maneira geral é usarmos desta forma o braço quando formos tossir ou espirrar. (*O orador aproxima da boca o cotovelo.*) Essa parte do braço vai ficar contaminada. Quando alguém que agiu dessa maneira tocar com o cotovelo o de outra pessoa na hora do cumprimento, ele a contaminará. Então, também nesse caso há contaminação. É totalmente higiênico fazer isto. (*O orador aproxima da boca o cotovelo.*) Mas há possibilidade de contágio ao se fazer esse tipo de cumprimento.

Os abraços vão voltar, os apertos de mão vão voltar. Não é feio hoje cumprimentar a distância: "*Tudo bem, meu irmão? Sinta-se cumprimentado*". Pronto, é uma forma de se cumprimentar. Um metro e meio de distância é o recomendável. Procurem ficar o máximo possível em isolamento domiciliar. (*Manifestação no plenário: Ele está falando com outra pessoa!*)(*Pausa.*)

Colocaram-me aí ao vivo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Sim, pode falar. (*Risos.*)

O SR. JHONATAN DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. *Participação por videoconferência.*) - (*Riso.*) Presidente, enquanto aguardava para me manifestar na sessão, eu estava aqui fazendo uma *live* no Instagram. Estava dizendo ao pessoal que se quer usar, na hora do cumprimento, um dos cotovelos, mas essa é justamente a parte do corpo que, segundo recomendação do Ministério da Saúde, dos órgãos de saúde e de controle, deve ser aproximada da boca no momento da tosse ou do espirro.

Esse projeto, Presidente, é muito importante. Nós vemos hoje o BPC como uma forma de se levar recurso ao cidadão brasileiro mais carente, que compõe exatamente o grupo de risco. Pessoas que enfrentam essa dificuldade precisam hoje desse recurso para garantir o

sustento.

Eu quero parabenizar tanto o Relator quanto o autor do projeto. O Partido Republicanos apoia integralmente esse projeto.

Quero parabenizar V.Exa., Presidente da Câmara, que ajudou a formatar, junto com os Líderes do Congresso, esse ajuste.

Nós estamos votando "sim", Presidente. Vamos votar favoravelmente a esse projeto, pois há necessidade de que essas políticas públicas sejam implantadas, considerando-se a questão do coronavírus.

Obrigado, Presidente.

Documento 223/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	18:28
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Perplexidade ante o pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário ao isolamento social para combate à Covid-19. Apoio ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Sugestões para aprimoramento da proposição.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares que nos acompanham aqui da Casa e os que nos acompanham de suas casas, este dia, de fato, é histórico para o Parlamento brasileiro. É uma vitória sem tamanho, sem precedentes, eu diria, a aprovação, num contexto como este, de um projeto tão importante para socorrer as pessoas num momento em que todos se perguntam: quando essa crise vai passar? O que será do Brasil? O que será das nossas famílias? O que será da saúde, da vida e dos empregos das pessoas queridas?

Este é um momento de grande preocupação, até de perplexidade, um momento que exigiria do Presidente da República um mínimo de responsabilidade, de equilíbrio, de serenidade, uma atitude que unisse o País, juntasse as pessoas em torno da proteção do bem maior que

devemos proteger, que é a vida dos brasileiros.

Vemos no entanto, da parte do Presidente da República, o comportamento oposto, o de dividir mais uma vez a sociedade brasileira, o de apostar mais uma vez no caos, o de estimular, de forma inconsequente e irresponsável, as pessoas a irem às ruas, para se evitar assim o impacto econômico do isolamento social.

Essa fala poderia ser de alguém que não tenha a responsabilidade do seu cargo, essa fala poderia ser de alguém que não tenha acesso a todas as informações, mas essa fala jamais poderia ser do Presidente da República.

No entanto, foi isso que ele fez.

Nós aqui no Parlamento, ao contrário, queremos reforçar a importância de que as pessoas se protejam, se cuidem, se isolem o máximo possível, salvo os serviços emergenciais, urgentes e inadiáveis como o atendimento médico, a segurança pública, o transporte dos trabalhadores de serviços emergenciais. Aqui vai um agradecimento nosso a cada um e a cada uma desses trabalhadores e trabalhadoras que estão se expondo a riscos por todos nós.

Nós aqui no Parlamento estamos fazendo a nossa parte, e a nossa parte, Sr. Presidente, é, por exemplo, aprovar um projeto como este. Ele está, sim, distante do que todos nós queríamos. Eu quero dizer que eu também gostaria de que, para cada pessoa, fosse garantido o salário mínimo, mas o ótimo é inimigo do bom. Se não conseguimos fazer isso neste momento, conseguimos melhorar muito, aumentar muito aquilo que o Poder Executivo havia defendido: 200 reais por pessoa.

Nós estamos aumentando esse valor aqui no Parlamento, de 200 reais para 500 reais, com a possibilidade de haver duas pessoas por família, chegando a quase um salário mínimo. É o ideal? Não, não é o ideal. Seria justo conceder mais? Com certeza seria justo e necessário conceder mais. No entanto, se não conseguimos ter maioria aqui no Parlamento para aprovar isso por preocupações com o financiamento disso, nós vamos votar a favor, vamos aprovar, mas vamos insistir na prorrogação do prazo, por exemplo.

O prazo de 3 meses é excessivamente curto. O prazo mínimo deveria ser 6 meses. Falamos muito disso aqui também. Por quê? Porque a crise não vai passar em menos de 6 meses. Certamente, o seu ápice terá passado, se Deus quiser, mas talvez não toda ela. E, mesmo se fossem 6 meses, seria necessário prorrogar por mais 6 meses. O prazo correto seria o de 1 ano, porque os efeitos econômicos da retomada do País vão demorar, e isso não virá também em 6 meses. Mas nós

vamos começar aprovando os 3 meses e, quando ficar claro que é necessário estender por mais 3 e mais 3 e mais 3, assim nós o faremos.

Esta Casa acerta hoje, Sr. Presidente, quando se une em torno deste projeto. Eu quero cumprimentar V.Exa. e todos os Líderes aqui da Casa, que se uniram em torno deste projeto, que souberam dialogar. Alguns não estão aqui presentes. Eu quero cumprimentar o Líder André Figueiredo, por exemplo, do PDT, Líder da Oposição, que contribuiu muito para isso; o Deputado Orlando Silva, que, mesmo sem estar exercendo qualquer cargo de Liderança, foi um importante articulador deste projeto; o Líder Enio Verri; a Líder Fernanda Melchionna, que se encontra aqui também; a Líder Perpétua Almeida, que também está aqui; além do Líder José Guimarães, que, liderando a Minoria, também contribuiu para que este projeto fosse aprovado.

É uma obra coletiva, mas a Oposição se empenhou muito para isso. Não é uma vitória apenas nossa, mas, certamente, é uma vitória nossa também, porque o trabalho da Oposição foi muito importante para oferecer saídas, alternativas, defender caminhos e mostrar que nós estamos comprometidos não apenas em mostrar aquilo que o Governo faz mal - e não são poucas coisas, são muitas -, mas também em propor caminhos alternativos.

Na semana passada, Presidente, eu estive com outros dois colegas do PSB, a quem quero saudar, junto com toda a bancada do PSB, que trabalhou muito pela aprovação deste projeto - aqui está o Deputado Aliel Machado -, todos os outros Deputados do PSB remotamente trabalhando: alguns aqui em Brasília, mas que não estiveram no plenário, outros dos seus Estados. Estavam todos presentes nessa reunião, participando.

Eu, o Deputado Tadeu Alencar e o Deputado Elias Vaz estivemos com o Ministro Paulo Guedes. Levamos a ele uma proposta de 25 medidas emergenciais para proteger a saúde, a vida dos brasileiros e seus empregos. E foi uma excelente reunião, uma reunião de mais de 2 horas. Dessas propostas, nove já foram totalmente implementadas pelo Governo e quatro, parcialmente. Esta de hoje acrescenta uma nova, que estava lá nas nossas propostas. Estendeu apoio para trabalhadores informais, para desempregados, para pessoas de baixa renda, que vão sofrer mais neste momento de crise econômica que se aprofunda, como se aprofunda no mundo inteiro.

Por isso, o momento é, sim, de fazer gasto público, de colocar dinheiro no bolso das pessoas, para que elas possam sobreviver a esta crise. Isso porque nós nos importamos com a vida dos brasileiros. Nós não vamos menosprezar esta grave pandemia que está tirando a vida de pessoas. Hoje uma pessoa de 36 anos faleceu. Aliás, o segurança do

Presidente da República, que tem aproximadamente essa idade, está em estado grave numa UTI. E o Presidente da República, irresponsavelmente, insiste em chamar de gripezinha. O seu segurança - este, sim, com um histórico de atleta, provavelmente - está numa UTI. Desta forma, é uma doença grave, e nós não podemos brincar com isso. Por isso, a Oposição está aqui, de forma responsável e propositiva, contribuindo com ideias, sugestões.

Aproveitando este ensejo, Presidente, eu quero deixar três observações para o Relator, pedindo que ele as considere. Primeiro: é necessário retirar uma condicionante que vai excluir gente injustamente. Reparem: quem recebeu até 28 mil reais de salário em 2018, 2 anos atrás, está excluído desse benefício. Não faz sentido essa condicionante. Será que uma pessoa que trabalhou em 2018, pelo fato de ter trabalhado em 2018, não pode receber o benefício agora? Mas é isso o que o projeto ainda diz. Há uma emenda que propõe a supressão desse dispositivo. Vamos aprová-la. O Relator, reformulando o texto, pode retirar essa condicionante. Uma pessoa que ganhou 28 mil reais o ano inteiro não conseguiu, com esse dinheiro, fazer uma poupança que tenha durado até hoje para sobreviver a esta crise. Esse condicionante está errada, ela precisa ser tirada pelo Relator.

Há duas outras emendas que nós fizemos e que também destacamos. Com o destaque, nós não queremos criar óbice à aprovação. Evidentemente, nós não vamos pedir qualquer verificação, criar qualquer dificuldade, para aprovar uma matéria tão importante.

Mas reparem, há duas emendas nossas também, do PSB, que são muito importantes. Uma delas diz que a pessoa que estiver obrigada ao isolamento por conta de alguém na família que testou positivo também deverá ter acesso ao seguro desemprego ou auxílio-doença. Perfeito, se o Relator aprovar - é o nosso desejo... Isso está em outra proposta, esclarece-me aqui o Presidente Rodrigo Maia. Não há problema, pode ser em outra proposta, não precisa ser a nossa emenda, não importa a cor do gato, importa que ele cace o rato. Então, seja pela nossa emenda ou por outro projeto, não nos importa. Nós queremos é proteger a vida das pessoas e também beneficiar as empresas, proteger as empresas, para que elas também possam deduzir da sua contribuição para o INSS aquela contribuição referente ao tempo em que o trabalhador ficar fora por esse isolamento, isso é também justo.

Então, são propostas de bom senso, ninguém está fazendo proposta irresponsável para quebrar Governo. Aliás, o Parlamento deu todas as condições financeiras para que o Governo enfrente isso, porque nós não vamos fazer guerra política num momento como esse. Acima das nossas diferenças está o nosso País e, acima disso tudo, está a vida das pessoas. Nós nos preocupamos com elas. Nós estamos



preocupados com os brasileiros, que são nossos irmãos, que são nossos familiares. Ninguém aqui está livre de ter um familiar seu vítima dessa doença, e não importa a idade ou a classe social. Muita gente vai ficar doente, embora saibamos que, dada a profunda desigualdade do nosso País, que é o maior problema do nosso País, na opinião do PSB, do meu partido, essa doença certamente afetará mais gravemente aqueles que têm menos recursos, porque agora também, numa hora com essa, a desigualdade cobra a sua conta.

Eu espero, Presidente, que esse programa de ajuda emergencial, que está sendo instituído hoje aqui, possa se transformar num programa, de fato, de renda mínima. O Brasil precisa de um programa permanente de renda mínima e não apenas de um programa emergencial. Estamos avançando, mas podemos e devemos avançar mais. Estamos dando um pequeno passo hoje, mas um passo muito significativo, muito importante para proteger a vida das pessoas. Diz um ditado que o passo mais difícil de uma longa caminhada é o primeiro passo. Uma longa caminhada começa com o primeiro passo, e nós estamos dando esse primeiro passo nesta data.

Aqui, portanto, o nosso abraço solidário, o nosso carinho, a nossa preocupação nesse gesto do Parlamento de cuidar do País, que é a nossa obrigação. Não é nenhum favor que nós estamos fazendo. Estamos fazendo a nossa obrigação, mas precisamos celebrar, porque não é todo dia que se consegue uma vitória dessas. Tantas vezes nós viemos a essa tribuna falar da desigualdade, falar da renda mínima, falar do apoio aos mais necessitados, e, muitas vezes, não podemos ser ouvidos. Que bom que hoje nós estamos sendo ouvidos. Pena que tenha sido necessária uma calamidade para isso, mas o mais importante é avançarmos, é darmos esse passo, criarmos esse programa e depois transformá-lo, prorrogando-o, porque 3 meses serão poucos, mas depois disso tentarmos avançar para um programa permanente de renda mínima, para proteger os mais necessitados e fazer deste País um país menos desigual.

Esse é o nosso sonho, Presidente, e, por isso, eu felicito a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Encerre, Deputado. O tempo já passou.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Obrigado, Presidente, desculpe-me, mas aqui o painel não está mostrando o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Eu sei. Eu já deveria ter avisado.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu termino dizendo que, de fato, é um dia de muita alegria, de muita celebração, para o

Parlamento. É um dia de Casa vazia, mas de coração cheio.

Obrigado, Presidente.

Documento 224/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	18:44
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Interesse de Parlamentos mundiais no conhecimento do sistema de votação virtual implantado no Congresso Nacional. Proposta do ex-Senador Ciro Gomes para enfrentamento da Covid-19. Apoio do PDT ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares, eu queria, antes de entrar no assunto em pauta, dizer que temos aqui uma boa notícia. Ontem eu falei dos servidores da Casa, que viabilizaram essa votação remota, comandada por V.Exa. e pela Deputada Soraya, e depois tive a notícia da Assessoria da Mesa de que vários Parlamentos do mundo pediram informações sobre o nosso case de sucesso hoje, que é essa votação remota, inclusive o Senado da Itália, a Câmara dos Deputados da Espanha, o Senado da Espanha, o Parlamento Europeu, a *House of Commons*, do Canadá, o Parlamento da Ucrânia, a Câmara do Peru, o Parlamento da Noruega, o Parlamento da Áustria e a União Interparlamentar. Então, além do SUS, que é um grande sucesso mundial de saúde pública, nós temos também agora esse outro grande sucesso que é essa nossa votação remota.

Com relação ao tema, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Vice-Presidente Nacional do PDT, o Governador Ciro Gomes, através de uma carta ao nosso partido, fez uma proposta que foi incorporada pela nossa bancada para o enfrentamento do coronavírus. São seis pontos básicos que criariam um programa de renda mínima, através de um cartão de débito da Caixa Econômica Federal, e isso tudo custeado pelas reservas cambiais e pelo Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, há hoje 1 trilhão e 350 bilhões de reais no caixa único do Tesouro Nacional. Além disso, propõem-se também nessa carta um imposto progressivo sobre grandes fortunas e a revisão das renúncias fiscais hoje existentes, no valor de 320 bilhões de reais por ano.

Entretanto, nós sabemos que não há tempo para apreciação dessas dezenas de propostas de partidos e de Deputados em torno desse tema. Nós sabemos que o tempo é exíguo, e as medidas exigem urgência. Então, o nosso partido, o PDT, comunga do acordo em torno do Projeto nº 9.236, cujo encaminhamento de mérito será feito agora pelo Deputado Mauro Benevides Filho.

Obrigado.

Documento 225/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	18:44
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	MAURO BENEVIDES FILHO-PDT -CE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio do PDT ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Pela ordem. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - O.k.

Neste momento, eu quero, realmente, reforçar a posição do nosso Líder Deputado Wolney Queiroz. Hoje, a Câmara dos Deputados do Brasil virou referência mundial exatamente para poder aprender. Acho que é a palavra certa. Não é modéstia para a nossa Câmara, porque o mundo inteiro procura entender esse processo que V.Exa. lidera, obviamente junto com todos os nossos técnicos, que viabilizaram esse momento tão singular da vida brasileira.

No momento em que o País precisa do Congresso Nacional para aprovar essas emendas que são transformadoras e, especificamente, nessa questão desse programa emergencial, o projeto do Deputado Eduardo Barbosa, o Projeto nº 9.236, tem dois pontos separados.

O primeiro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, população brasileira, trata do BPC em relação à parte fixa, que vai ficar para o resto da vida, ou seja, critérios que serão alterados daquela condição de renda de até meio salário mínimo *per capita*, como renda, para habilitar, de um quarto para meio salário mínimo.

Entretanto, para acontecer isso, algumas regras estão sendo estabelecidas e, agora, ainda mais ampliadas pelo Relator Deputado Marcelo Aro; mas quero abraçar o Deputado Eduardo Barbosa, porque lá, originariamente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Líderes, critérios como o grau de comprometimento do orçamento familiar e a perda de autonomia desse idoso são o que vão definir progressivamente este aumento de um quarto para meio salário mínimo como condição de elegibilidade. Isso é um avanço muito grande que a Câmara dos Deputados, com certeza, dá neste momento.

Esta é a questão permanente, mas existe a transitória, que é esse programa de renda mínima de 3 meses, que está sendo cogitado neste exato momento, que vem lá do art. 2º, que foi lido aqui brilhantemente pelo Relator, que impõe algumas condições, como 500 reais por pessoa - portanto, pode ir até a mil reais -, que seja maior de 18 anos, que não tenha emprego formal, que não receba benefício previdenciário, que seja microempreendedor e que esteja inscrito, inicialmente, no Cadastro Único. São 77 milhões de brasileiros e brasileiras que lá estão inscritos.

Além disso, ele também faz duas modificações temporárias em relação ao INSS, o que é que ele faz em relação ao INSS? Ele autoriza que aquelas requisições de BPC - Benefício de Prestação Continuada, tanto em relação à idade, ou seja, ao idoso, quanto em relação à deficiência, seja mental, física ou intelectual, ao INSS, que hoje é comandado pelo Dr. Leonardo Rolim, sejam concedidas antecipadamente até a avaliação final. Portanto, esses 3 meses já serão antecipados, como também será antecipado o auxílio-doença.

Portanto, você que está lá na fila do INSS esperando o recebimento, o INSS, com a aprovação deste substitutivo ao projeto de lei, lhe dará condições de receber. Você apresenta lá o atestado médico e, somente depois, o INSS vai designar a perícia médica para poder apurar ou não a validade desta questão.

O quarto item desobriga o pagamento ao INSS daqueles que foram afastados temporariamente com o COVID-19. Isso é outra questão importante também, que deixa a empresa, ou a microempresa, ou o que quer que seja, melhor inserida neste contexto.

Por último, a possibilidade de continuação dessa pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Encerre, Deputado. O tempo acabou.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. *Participação por videoconferência.*) - Eu vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo que a última é que poderá ser dobrada.

O meu partido, o PDT - agradeço ao Líder, a toda a Oposição, aos partidos como um todo na Câmara, que acolheram um pouco das nossas sugestões, ao Presidente Ciro, que tem sido muito enfático tanto nessa questão educacional, quanto na questão do trabalhador e, agora, neste programa de renda mínima -, com certeza, encaminha favorável.

Agradeço, portanto, a todos os membros do PDT, que me concederam esta oportunidade.

Documento 226/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD 18:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 - EFRAIM FILHO-DEM -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Como Líder. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Boa noite, Presidente Rodrigo Maia. Boa noite, Deputados e Deputadas.

Sr. Presidente, hoje o nosso Democratas celebra este momento, esta noite, pela simbologia e pelo conteúdo. Celebra a simbologia de um Congresso que se mantém ativo pela sua liderança, um Congresso que demonstra a responsabilidade de todos nós, homens e mulheres que fomos eleitos para representar a população e também contribuir para a liderança do País, neste momento de crise, além de apontar a resposta correta à Nação. É isso o que nós estamos fazendo ao votar este projeto de lei da vulnerabilidade, na noite de hoje.

Este projeto de lei traz um sentimento de famílias brasileiras que estão

confinadas para protegerem a saúde daqueles que amam. O Brasil tem escolas fechadas para defender a saúde e a vida das nossas crianças. O Brasil tem um comércio que se tranca por 15 dias para reduzir a curva de contágio. Quando falamos de vulnerabilidade, estamos falando da realidade do cidadão que tem, muitas vezes, cinco, seis, sete, oito pessoas de uma mesma família vivendo em uma casa, muitas vezes em um único cômodo. Essas pessoas precisam de amparo neste momento em que estão sem qualquer tipo de renda, para que possam realizar o mínimo de ações e dar condições para a sua família.

Este não é um momento de cada um por si. Por mais que seja desafiador, não é um momento de dizer que cada um está por si. Este é o momento de dizer que estamos todos por um e que todos assumiremos essa mesma bandeira e essa mesma luta.

O Congresso, que é a Casa do Povo, com responsabilidade - aqui a diversidade de todo o Brasil está representada nas bancadas -, toma essa iniciativa, age com protagonismo e coloca o Parlamento como guia na rede de proteção social que o Brasil e os brasileiros precisam neste momento.

Pelo Democratas, é uma grande alegria conduzir esta bancada de forma remota, de forma virtual. Isso não diminui a responsabilidade que cada um de nós possui.

Quero deixar o restante do nosso tempo, pouco mais de 3 minutos, para os Deputados que estão presentes em plenário, os Vice-Líderes Deputado Juscelino Filho e Deputado Luis Miranda, para que complementem esta fala.

Documento 227/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	18:56
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	JUSCELINO FILHO-DEM -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.



O SR. JUSCELINO FILHO (Bloco/DEM - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dando continuidade ao tempo do Democratas, eu queria parabenizar V.Exa. e todos os Líderes pela pauta e pela construção do acordo nessa matéria de extrema importância que estamos votando hoje aqui. Quero parabenizar também o Deputado Eduardo Barbosa, Autor da matéria, e o Deputado Marcelo Aro, Relator.

Não tenho dúvida de que este é um dos projetos mais importantes que estamos votando, neste momento pelo qual o Brasil está passando. Temos visto ações por parte do Ministério, por parte do Executivo, mas o Parlamento hoje assumiu o seu papel e olhou para aqueles que mais precisam da nossa atenção. Não adianta votar aqui matérias voltadas para a saúde - o Ministério da Saúde está agindo -, não adianta trabalhar na direção de salvar a vida de pessoas, se deixarmos aqueles que mais precisam, aqueles vulneráveis, aquelas pessoas de baixa renda passarem fome, morrerem de fome ou de outras enfermidades. Este projeto vai levar, com certeza, comida à mesa da população, vai combater a fome daqueles que precisam realmente de uma atenção diferenciada por parte do Executivo.

Eu venho do Estado do Maranhão, onde nós temos 7 milhões de habitantes, onde 1 milhão de famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. O Maranhão, infelizmente, é um dos Estados mais pobres da nossa Nação. Tenho certeza de que este projeto será de extrema importância para aquelas pessoas que precisam dessa atenção e que poderão ter acesso a esse auxílio de 500 reais, que poderá chegar a 1.000 reais para as mães de família.

Há outro assunto importante de que o projeto trata: as filas do INSS. Sabemos do gargalo e da quantidade de processos que estão travados nas filas do INSS. Este projeto também trata da matéria, a fim de viabilizar a antecipação e o atendimento imediato de todos os beneficiários que protocolarem pedido de benefícios tanto para o BPC para os deficientes, como também para o auxílio-doença. Essa antecipação, que fará com que os beneficiários passem a receber de imediato, é de extrema importância para a população.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Congresso Nacional por essa iniciativa, por esse projeto que vai ao encontro do que a população brasileira mais vulnerável está esperando de todos nós. Com certeza, isso dará condições de dignidade à vida do nosso povo.

Aqui eu completo a minha fala e passo a palavra ao nosso colega do Democratas, o Deputado Luis Miranda, para que faça a conclusão.

38.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020-
CD 18:56

Publ.: DCD - 3/27/2020 - LUIS MIRANDA-DEM -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência e aos Líderes partidários pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Importância da concessão de benefício pecuniário às pessoas vulneráveis durante o isolamento social imposto para enfrentamento da Covid-19.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu serei breve, Sr. Presidente.

Obrigado, Deputado Juscelino Filho. Obrigado, Deputado Efraim Filho, nosso Líder.

Sr. Presidente, quero parabenizar não só V.Exa., mas todos os Líderes desta Casa, porque, desde o início desta crise, o que mais se ouve é exatamente a dificuldade dos mais vulneráveis, no caso, os mais pobres, de sobreviverem com essas restrições e, principalmente, com a quarentena. Esse assunto já foi debatido por diversas vezes, e o Governo Federal, infelizmente, havia encaminhado uma ajuda de 200 reais da União para uma pessoa que está restrita, sem poder trabalhar, sem poder levar sustento para sua família.

Esta Casa corrige isso, aumentando para 500 reais e 1.000 reais para a família. Para a mãe solteira, essa que já sofre muito, manteremos 1.000 reais. Isso é simplesmente uma demonstração para toda a sociedade de que o Parlamento está preocupado, sim, com esta crise.

Queremos, o mais rápido possível, que o comércio, a indústria e as pessoas possam voltar às suas atividades normais, mas respeitando as orientações da OMS, respeitando as orientações do Ministério da Saúde e, principalmente, preservando a vida. Esse vírus se espalhou na Itália e na Espanha. Não foi a mídia que o espalhou, não foram os marqueteiros que o espalharam. A verdade está aí: mortes atrás de mortes, porque infelizmente eles não foram competentes para entender o que muitos Governadores do Brasil entenderam em tempo de salvar vidas.

É necessário, sim, retornar à atividade econômica, mas antes disso

precisamos manter as pessoas em casa, para descobrirmos quem é assintomático, quem vai apresentar a doença. Precisamos cuidar desses e evitar que contaminem mais pessoas e, pior do que isso, destruam as nossas heranças, que são os nossos idosos, aqueles que têm muito para nos ensinar. Como as crianças vão retornar para a escola agora se moram numa casinha de 30 ou 50 metros quadrados? Essa é a realidade da maioria dos pobres nas favelas deste País, porque foram abandonados pelos Governos que passaram. Muitos não pensam nos mais pobres. Este Parlamento está demonstrando agora que pensa nos mais pobres, porque sabe que a criança pequena, quando vai para a escola e depois volta para casa, contamina os idosos impreterivelmente.

Sr. Presidente, obrigado.

Documento 229/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD 19:00
Publ.: DCD - 3/27/2020 - ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 786, de 2020, de autoria do Deputado Hildo Rocha, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização, em caráter excepcional, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, este é um momento muito especial e histórico, momento em que a ciência e, especialmente, as autoridades ligadas à Organização Mundial da Saúde e ao próprio Ministério da Saúde nos colocam a obrigação do distanciamento social.

Este Parlamento não faltou ao Brasil, como também a minha Minas Gerais não faltou nos momentos de transformação por que este País passou.

Quero aqui, em nome da nossa bancada do Solidariedade, Sr. Presidente, agradecer a cada um dos colegas, quase 500 Parlamentares, que neste momento estão ligados pela tecnologia da informação em favor do Brasil. Ontem nós aprovamos aqui o primeiro

projeto através da deliberação remota. Para que a história fique marcada mais ainda, foi um projeto que impacta as pessoas que mais precisam.

Por dia, 50 milhões de refeições são produzidas pelos agricultores familiares nos grotões deste País, o que, durante 200 dias letivos, tem um investimento de aproximadamente 4 bilhões de reais. Se você somar esse valor todo durante o ano, são 10 bilhões de refeições para 42 milhões de alunos e mais 8 milhões de pessoas que trabalham nos cargos mais importantes nas escolas que formam os cidadãos do futuro.

Por isso, eu quero agradecer à nossa bancada; ao Colégio de Líderes; à Mesa, através de V.Exa.; à Confederação Nacional da Agricultura; à Organização das Cooperativas do Brasil; especialmente, à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; e à nossa Ministra Tereza Cristina. Foi um movimento nacional para garantir que esses agricultores continuem trabalhando no campo, tomando as medidas necessárias para a proteção da vida e da saúde.

É como nós sempre falamos lá na roça: para dentro da porteira, o Brasil não está parado. Se as pessoas acham que os agricultores não estão trabalhando, eles estão, sim! Mesmo com distanciamento social, eles estão produzindo alimentos. A nossa preocupação era que os 3,4 milhões de agricultores que estão aptos a vender para a merenda escolar tivessem interrompida essa perspectiva de colocar o alimento na mesa de 42 milhões de alunos que estão matriculados nas escolas.

Foi com a ajuda dos Parlamentares desta Casa; com a proposição do Deputado Hildo Rocha; com a proposição da Deputada Dorinha; com as emendas dos colegas; com aqueles que usaram da tribuna para fazer sugestões, como fez o Deputado Domingos Neto, que sugeriu o importante acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar, que nós aprovamos, neste Parlamento, a primeira lei por deliberação remota. Essa decisão une a cidade e o campo, une os agricultores e as gerações futuras, que são os nossos meninos e meninas que estão nas escolas. Alguns deles veem das janelas das escolas seus pais produzirem alimentos. Muitos deles vão à escola não só pela fome do saber, mas também pela fome de alimento.

Assim, Sr. Presidente, agradeço a todos a oportunidade, em nome da bancada do Solidariedade, de relatar este projeto tão importante, que está no Senado. Falei, há alguns instantes, com a Senadora Mara Gabrilli, que é a Relatora. Com certeza, na próxima semana, este projeto será uma lei, que deverá ser sancionada, para que os agricultores possam vender sua produção.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 230/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	19:04
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário ao isolamento social para enfrentamento da pandemia de coronavírus. Posicionamento do PSOL favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Alternativas para o financiamento de gastos com famílias vulneráveis durante a pandemia de coronavírus. Apoio ao Projeto de Lei nº 698, de 2020, sobre a criação do Programa de Renda Básica Emergencial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero começar dizendo que, lamentavelmente, hoje já são 77 mortos e quase 3 mil pessoas infectadas - esse número pode e deve estar subnotificado, diante da demora do Brasil, pois ainda não chegaram os equipamentos de testagem rápida para proteger a nossa população.

Neste quadro, em que temos um Presidente que, lamentavelmente, é obscurantista e decidiu liderar a extrema-direita, fazendo do deus mercado o seu deus, colocando o lucro acima da vida e não liderando a Nação para enfrentar uma pandemia e um vírus extremamente perigoso, nós temos muitas responsabilidades.

É um começo muito importante, Presidente, esse projeto que está sendo votado hoje. Nós queremos, sim, fazer o debate sobre a necessidade de uma renda básica emergencial que permita que se faça o isolamento social necessário para que o vírus não se espalhe mais e nós possamos atender, com leitos de UTI e respiradores, a população que vai sendo infectada.

O que nós vimos nos outros Países foi justamente um crescimento geométrico - e a curva do Brasil é muito parecida com a da Itália. É claro que o leviano e irresponsável do Bolsonaro diz que o Brasil não



pode ser comparado com a Itália, porque a população idosa lá é muito maior. Mas é tão ignorante que não fala dos 30% de brasileiros e brasileiras que não têm água tratada, não fala dos 50% de brasileiros e brasileiras que não têm saneamento básico. Portanto, em um País tão desigual como o nosso, é óbvio que os pobres, os trabalhadores e as mulheres são muito precarizados e, lamentavelmente, têm mais possibilidade de se contaminarem e não fazerem a adequação necessária. Mais do que isso, os trabalhadores não podem decidir se vão morrer de fome ou se vão contrair coronavírus.

O absurdo da fala do Bolsonaro no pronunciamento do penúltimo dia é um escândalo, porque mostra que a política deles é botar o lucro acima da vida, tentando dar uma ideia de normalidade, pressionando as empresas a voltarem a funcionar, o que tem impacto nos Municípios, o que tem impacto em empresas que estão chamando seus funcionários para voltar a trabalhar, de maneira leviana e irresponsável. O isolamento vertical é, no mínimo, de uma ignorância sem fim, porque é óbvio que os jovens convivem com os idosos, é óbvio que os jovens convivem com a população de risco, e nós já estamos vendo aonde isso está levando, na Itália, com centenas de mortos diariamente. Nós já estamos vendo como a epidemia chegou à Espanha ou como está agora nos Estados Unidos, com mais infectados do que na China. Então, a situação é muito grave.

Nós queremos dizer que este projeto é um bom começo. A proposta do Guedes é a renda miserável de 200 reais por integrante da família, com a possibilidade de mais um integrante da família, transformando em apenas 400 reais a renda mínima. Esse projeto garante 500 reais e mais 500 reais, podendo totalizar 1.000 reais.

Eu quero lhe agradecer, Presidente Rodrigo Maia, especialmente a inclusão do tema das mulheres, das famílias monoparentais. Havia um problema de redação no texto muito grave, que poderia fazer com que uma mulher chefe de família com quatro filhos acabasse com uma renda de apenas 500 reais. A sessão foi suspensa ontem para podermos chegar a uma redação que garantisse às famílias monoparentais o valor dos dois benefícios, ou seja, 1.000 reais.

É óbvio que essa renda é um bom começo, mas ainda é insuficiente. Nós precisamos alcançar 100 milhões de brasileiros e brasileiras e uma renda básica ainda maior.

Por isso, elaboramos um destaque do PSOL que propõe uma renda básica de 1 mil reais, mas que pode chegar a 2 mil reais, para que de fato um motorista de aplicativo que tinha uma renda de até 3 salários mínimos possa reaver um pedaço da sua qualidade de vida, um pedaço do seu ganha-pão, a fim de enfrentar esses tempos.

Quero dizer também que vamos manter essa luta. O importante movimento em favor da renda básica emergencial está construído com 150 entidades apoiadas por nós e com cerca de 500 mil assinaturas. Certamente precisamos seguir lutando para ampliar esses recursos.

Vamos seguir com o PL 698, da Oposição, que é muito importante. Unificamos as construções do PSOL, do PT, do PCdoB, do PSB, do PDT e da Rede em um único projeto. Obviamente, nós seguiremos defendendo este PL desta tribuna nas próximas semanas.

Sr. Presidente, não consigo enxergar o meu tempo, mas não quero ultrapassá-lo.

Ainda gostaria de dizer que precisamos fazer o debate sobre quem vai pagar a conta. Não é possível que seja a vida das pessoas. A vida está acima do lucro. Se for para debater recursos, podemos debater a necessidade da tributação das grandes fortunas, por exemplo. O Brasil tem 206 bilionários, que, juntos, têm uma renda 1 trilhão e 200 bilhões de reais. Se eles forem taxados em apenas 3%, poderemos obter uma renda de 34 bilhões.

Nós podemos, sim, zerar a taxa SELIC para as operações compromissadas, fazendo o que o economista Eduardo Moreira apresentou: uma arrecadação de 200 milhões. Podemos, sim, auditar a dívida pública, como diz o pessoal da auditoria cidadã, e garantir que 1 trilhão de reais anuais encaminhados à dívida pública sejam destinados para salvar vidas. Ou seja, nós temos muitas alternativas.

Infelizmente, o Presidente Bolsonaro escolheu o obscurantismo, escolheu governar para que o lucro esteja acima da vida e seguir governando para a extrema direita, que de fato desconsidera a Organização Mundial de Saúde, desconsidera a ciência, desconsidera a pesquisa. Mas nós precisamos urgentemente que os trabalhos sejam suspensos hoje para que não haja mais mortes amanhã.

Para encerrar, a renda mínima é um bom começo. Elaboramos o destaque e lutaremos por ele. Obviamente o PSOL votará a favor desse projeto.

O PSOL seguirá na luta por direitos aos trabalhadores da saúde, por isolamento hoje para que não se morra amanhã, por uma renda mínima maior e, ao mesmo tempo, pelo "Fora, Bolsonaro!"

Sumário

Congratulações aos Deputados Eduardo Barbosa e Marcelo Aro, respectivamente, autor e relator do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Defesa de flexibilização dos fundos públicos infraconstitucionais. Necessidade de adoção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de medidas efetivas em prol dos médios, pequenos e microempresários.

O SR. SANTINI (Bloco/PTB - RS. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente e caros colegas Deputados. É um prazer muito grande falar em nome do nosso Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, por delegação do nosso Líder.

Quero parabenizar o Deputado Eduardo Barbosa e o Deputado Marcelo Aro, Relator desse brilhante projeto, que certamente vai levar um pouco mais de alento à população que hoje está em verdadeiro pânico com a situação instalada no nosso País, porque vai oferecer uma renda mínima a essas pessoas, dar a elas uma garantia de que pelo menos vão ter o que comer durante esses dias. Até mesmo a questão da medicação é fundamental num momento como este.

Quero ainda, Presidente, chamar a atenção para outro tema. Precisamos não só apresentar despesas ao Governo, mas mostrar a fonte para atender a essas demandas.

Chamou-me a atenção uma fala do Deputado Estadual Edson Brum, do Rio Grande do Sul, quando trata da PEC 187, que tramita no Senado, e trata da flexibilização dos fundos públicos infraconstitucionais.

Presidente, só em fundos infraconstitucionais nós temos hoje 220 bilhões de reais, que estão à disposição para que se possa recorrer, quem sabe a economia, quem sabe a saúde, em momentos como este. São fundos como o da telefonia fixa, que praticamente não são mais utilizados em nosso País. Essa é uma das formas de enfrentar essa crise.

Também acho que está na hora de o Ministro da Economia iniciar algum tipo de fala mais positiva para tirar o pânico dos pequenos,

médios e microempresários que não sabem mais o que fazer para suportar este momento que estamos vivendo. Acho que está na hora de o nosso Ministro ter uma fala mais efetiva com relação a isso, dando esperança a essas pessoas, que não sabem por quanto tempo ainda vão viver nesse isolamento social.

Quero parabenizar todos os colegas Deputados que ajudaram na aprovação dessa matéria, que certamente vai trazer muito alento às pessoas que vivem em situação de miserabilidade e pobreza extrema e que vão poder se beneficiar desse projeto de lei.

Obrigado, Presidente.

Documento 232/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	19:16
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	EDUARDO BARBOSA-PSDB -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Rodrigo Maia pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar o nosso Presidente Rodrigo Maia, porque se não fosse a iniciativa e a atitude de S.Exa. nós não estaríamos aqui hoje aprovando este projeto de lei. Foi o Presidente Rodrigo Maia o interlocutor com o Governo em todos os momentos.

Tivemos dias intensos para encontrar um texto adequado para o momento atual. Nosso projeto de lei veio contribuir para solucionar o impasse que tínhamos em relação ao questionamento do TCU e à possível ação do Governo junto ao Supremo, questionando o projeto de lei que aprovamos que aumentava a renda *per capita* para meio salário mínimo.

Com essa transitoriedade dada pelo meu projeto de lei, nós teremos condição de transpor esse impasse, e, a partir do ano que vem, a lei

que aprovamos com o corte de meio salário mínimo entrará em vigor.

Então, demos uma contribuição para que não tenhamos um questionamento sobre aquilo que já foi amplamente debatido a respeito do BPC no Congresso Nacional, que foi fruto de um veto. Derrubamos o veto, mas houve depois esse questionamento do próprio Tribunal de Contas da União.

O Presidente Rodrigo Maia tentou buscar uma solução e se comprometeu, juntamente com o TCU, a achá-la. Dessa forma, com o nosso projeto de lei, conseguimos criar esse caminho.

Da mesma forma, nós estamos iniciando, a partir desse auxílio emergencial, uma nova lógica de focar a população mais necessitada, de baixa renda, que nunca teve por parte do Estado um olhar tão específico como tem a partir dessa proposta. Esse é um caminho que se abre numa perspectiva da agenda social que a Câmara dos Deputados está trabalhando para aprofundar e aprimorar todos os benefícios que nós temos hoje enquanto política pública.

Então, muito obrigado. Obrigado ao meu Líder, o Deputado Carlos Sampaio, que, juntamente com o Presidente, levou todos os nossos pontos para o acolhimento da nossa proposição.

Obrigado.

Documento 233/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	19:20
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	MARCELO ARO-PP -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Reformulação do parecer apresentado ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. Para proferir parecer. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Está bem.

Sr. Presidente, só para esclarecer a todos sobre as ponderações que

foram feitas, quero dizer que eu escutei atentamente todos os Deputados, todos os Líderes. Quero agradecer e falar que esse texto que nós apresentamos é fruto de um trabalho conjunto de todos os Deputados, de todas as Lideranças, sobretudo de V.Exa., Presidente Rodrigo Maia.

Foram falados alguns pontos aqui que eu já retifiquei. Em relação à questão do idoso, a Deputada Leandre, a Deputada Jandira Feghali, a Deputada Soraya e a Deputada Flávia Arruda também fizeram essa observação. S.Exas. têm razão. Na verdade, eu já tinha feito essa alteração na parte da manhã, mas, como são vários os documentos, o documento que foi enviado para as assessorias foi um documento anterior. Contudo, já foi feito esse ajuste, já foi feita essa correção. Agora vou mandar o texto final para todo mundo, logo depois dessas retificações.

Em relação à questão do BPC, eu queria fazer um esclarecimento para todo o Plenário. Acho que o que nós estamos fazendo, o grosso que nós estamos mudando na questão do BPC, é que nós estamos colocando que, para este ano, têm direito ao BPC aquelas pessoas que têm uma renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo.

Em alguns casos específicos, contudo, dependendo da gravidade da doença, da enfermidade, ou da necessidade do idoso, pode chegar até meio salário mínimo *per capita* ainda para este ano de 2020. Para o ano de 2021, está válida a decisão do Congresso Nacional, que nós fizemos, para que aumente para meio salário mínimo. Então, para a partir de 2021, o meu relatório está com essa redação.

Também sobre a questão das mulheres, acho que houve um grande ganho. Nós colocamos duas cotas para a mulher, para a mãe que é arrimo de família, para aquela mulher que é chefe da casa. Então, ela tem direito a duas cotas.

Por último também, Presidente Rodrigo Maia, nobre colegas, como eu disse aqui inicialmente, esse texto é fruto de muito diálogo, de muito trabalho. Ontem, nós ficamos até 4 horas da manhã conversando com os Líderes, conversando com os Deputados.

Ao final, se o Presidente me permitir, porque não é momento, depois de o projeto aprovado, de o relatório aprovado, eu quero dar algumas palavras de agradecimento.

Quero dizer que todo esse trabalho é fruto de muito diálogo. É fruto, inclusive, de diálogo agora também com a Liderança do Governo.

O Deputado Major Vitor Hugo, nas últimas horas, começou a me ligar, e passamos a trocar algumas ideias. Eu também vi, da parte do

Governo, nessas últimas horas, a vontade de realmente fazer um projeto que vá ao encontro do anseio popular e das necessidades do nosso País.

Sr. Presidente, após conversa com o Líder do Governo e também com o Palácio do Planalto, quero mudar o valor de 500 reais por pessoa. Após entendimento com o Líder do Governo, vamos aumentar o valor para 600 reais por pessoa, podendo chegar a 1,2 mil reais por família.

Esse entendimento com a Liderança do Governo é fruto de uma construção do Parlamento junto com o Poder Executivo. Eu tenho certeza, Sr. Presidente -- eu não posso deixar de dizer isto, porque seria injusto --, de que foi um projeto que V.Exa. liderou, capitaneou, trouxe para o debate dentro do Parlamento. Graças ao trabalho de V.Exa. com todos os Líderes e todos os Deputados, nós conseguimos chegar aonde chegamos. O valor, agora e já, de acordo com o Governo Federal -- temos tudo para votar em consenso, em acordo de todos no plenário --, por família, vai ser de 1,2 mil reais, Presidente.

Então, são essas as retificações que eu estou fazendo no meu relatório e que já estou encaminhando para todas as assessorias neste exato momento.

Documento 234/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	19:24
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	VITOR HUGO-PSL -GO	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários pelo empenho no aumento do valor do benefício pecuniário preconizado no texto do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Liberação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de vultosos recursos para o salvamento de vidas e a preservação de empregos diante da pandemia de coronavírus. Defesa da realização de reformas estruturantes constitucionais. Conveniência de alteração do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2020, acerca das normas de aplicação do orçamento impositivo.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Srs. Líderes, Sras. e Srs. Deputados, senhores servidores aqui presentes e todos os que estão nos assistindo, eu queria inicialmente parabenizar o Presidente Rodrigo Maia e todos os Líderes, tanto da Oposição quanto os Líderes dos partidos mais próximos do Governo.

Esta é uma fase em que temos que ter serenidade, equilíbrio e racionalidade. Nós estivemos desde a noite de ontem conversando com o Presidente da República, com o Ministro Braga Netto, com o Ministro Ramos, com o Ministro Jorge, com o Esteves e com o Bianco, ambos do Ministério da Economia, buscando uma solução que atendesse aos anseios justos dos Líderes, que foram muito incisivos no valor de 500 reais e, em particular, às necessidades dos 25 milhões de brasileiros autônomos que serão atingidos positivamente com essa medida.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer que, reforçando alguns argumentos do Governo e utilizando o nosso tempo de Líder, a prioridade do Governo Bolsonaro sempre foi e sempre será salvar vidas e preservar empregos. É lógico que a prioridade sempre será salvar vidas. Então, nós estamos buscando o equilíbrio para isso que parece uma dicotomia, que parece um paradoxo, mas não é.

Identificamos que há duas ondas que vamos ter que enfrentar juntos. Uma onda diz respeito à crise sanitária, que infelizmente já atinge o mundo inteiro e está chegando aqui ao Brasil; e a outra onda é de uma crise financeira. A depender de como todos nós brasileiros - o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, a iniciativa privada, o terceiro setor -, vamos lidar com esses problemas, as ondas poderão ter impactos muito desproporcionais na população.

Eu queria também, Sr. Presidente, aproveitando o tempo de Liderança do Governo, reforçar a necessidade de nós aprovarmos as reformas que são estruturantes para o País.

A Câmara dos Deputados, sob a liderança de V.Exa., aprovou aqui no ano passado - e, na sequência, o Senado Federal - uma reforma da Previdência que iniciou esse ciclo de reformas estruturantes. Nós temos de avançar em relação a elas. Estamos quase chegando ao texto ideal para aprovar o Plano Mansueto. Temos outras medidas a serem aprovadas: a reforma tributária e a reforma administrativa, que o Governo em algum momento vai embarcar. No Senado Federal, temos três reformas importantíssimas: a questão dos fundos, a PEC emergencial e também a questão da revisão do pacto federativo.

O Governo Federal tem feito, nesta crise, mais de 200 ações executivas normativas e também ações legislativas, que passarão por esta Casa, as quais, eu tenho certeza, encontrarão aqui um clima

favorável para aprovação.

Certamente, as medidas serão aperfeiçoadas, porque 513 cabeças vindas de todo o Brasil têm condições de aperfeiçoar todo e qualquer texto vindo do Governo. Nós temos a esperança de que rapidamente essas medidas, que já estão sendo feitas muitas por portaria, por decreto e certamente virão também por medidas provisórias e propostas de emenda à Constituição, nós vamos aprová-las aqui, para apoiar.

O Governo Bolsonaro já anunciou mais de 600 bilhões de reais em medidas para - de novo - salvar vidas e preservar empregos.

Então, se nós formos ver, mais de 200 bilhões de reais serão liberados pelo Banco Central para reduzir o recolhimento do compulsório. Isso vai dar mais liquidez e fluxo de caixa para as empresas. Já foram liberados 135 bilhões de reais nas últimas 2 semanas, e 65 bilhões de reais serão liberados agora. Temos outros 150 bilhões de reais liberados para linha de crédito, adicionais, da Caixa Econômica e do BNDES. Temos ainda várias outras medidas. A de diferimento de arrecadação, que o Ministro Paulo Guedes já aprovou, vai afetar diretamente os empregos; a de antecipação de benefícios vai afetar diretamente a questão da saúde dos mais necessitados: 13º das pessoas que estão no INSS, 23 bilhões de reais em abril; abono salarial, mais 23 bilhões de reais em maio.

Então, temos muitas outras medidas que vão apoiar Governadores e Prefeitos, no valor de quase 90 bilhões de reais, aumentando o repasse para o Fundo Nacional de Saúde de 4 bilhões de reais para 8 bilhões de reais, conforme pedido dos Governadores, do Fundo de Participação dos Estados e também do Fundo de Participação dos Municípios, 16 bilhões de reais, rolagem da dívida, 7 bilhões de reais, e tantas outras medidas, somando mais de 600 bilhões de reais.

Este projeto, em particular, é importantíssimo porque vai tratar do BPC. Na hipótese de que este projeto trata, no que diz respeito a este ano, mantendo o parâmetro de um quarto do salário mínimo como a faixa para os beneficiários e estabelecendo um meio para as pessoas mais necessitadas, para as famílias mais necessitadas, ficou excepcional, ficou excelente.

No que diz respeito a 2021, nós temos de olhar com muito cuidado, por causa dos impactos. O Governo quer, sim, contribuir, mas vamos ver como esta crise vai se desenrolar.

Quanto à renda básica, contudo, reforço o que eu disse no começo deste pronunciamento: o Presidente Bolsonaro, muito sensível a esses 25 milhões de brasileiros, que são os mais afetados e mais sofridos, e

atento às reivindicações dos Líderes partidários desta Casa, decidiu apoiar a medida de 600 reais. Isso vai fazer com que as famílias que têm duas pessoas nessa condição tenham mais do que um salário mínimo. Serão 1.200 reais.

E agora, conforme propôs o Relator, Deputado Marcelo Aro, que fez um excepcional trabalho, as mães que são chefes de família, no caso de famílias uniparentais, terão acesso a um recurso maior do que um salário mínimo. Isso é algo excepcional! É mais uma mostra de que, quando o Parlamento trabalha junto com o Executivo, quando os dois Poderes - e também o Judiciário, é lógico - trabalham em harmonia, nessa busca constante de todos nós, nós conseguimos mudar o Brasil.

Portanto, eu queria parabenizar a todos e dizer que essa não é uma vitória nem do Governo nem do Parlamento isolados: é uma vitória do Brasil como um todo, é uma vitória do Presidente da Câmara, é uma vitória dos Líderes, é uma vitória de todos os Deputados e Deputadas que daqui a pouco a aprovarão a matéria.

Sr. Presidente, eu queria fazer um rápido comentário sobre a questão da forma. Conversando com os Ministros Jorge, Paulo Guedes e Esteves, talvez seja necessário que se aprove no PLN 2 uma medida para permitir que seja suspensa aquela imposição de compensação entre Ministérios e que o Governo envie a medida provisória para abrir crédito extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - É claro, isso é fundamental, porque, quando nós excluimos o § 11 do art. 2º e incluímos o voto do Relator - e o Relator incluiu no voto a questão da adequação financeiro-orçamentária, e é exatamente um crédito extraordinário que faz a adequação do projeto, pela questão da pandemia e do decreto de calamidade pública -, obviamente é preciso que venha uma medida provisória de crédito extraordinário. Nós, a Câmara e o Senado, acabamos de encaminhar uma resposta às ADPFs, pedindo suspensão do prazo das medidas provisórias. E a nossa resposta, a da Câmara e do Senado em conjunto, foi pedir não a suspensão, mas a construção de um rito sumário. Podem ter certeza de que, se o Ministro Alexandre decidir pelo rito sumário, esse crédito extraordinário terá preferência.

Mais cedo, eu disse na minha entrevista que nós devemos dialogar, que o Presidente da República deveria convidar todos os Poderes para uma conversa. Mesmo com divergências, eu acho que o objetivo de todos é o mesmo: salvar vidas e encontrar o melhor caminho para que a economia sofra menos. Todos querem a mesma coisa, ainda que tenham posições divergentes. É assim a democracia, para a nossa felicidade.

Portanto, Deputado Vitor Hugo, é óbvio que o Governo deve encaminhar a medida provisória, depois de sancionado o projeto, para dar lastro à sanção do projeto. E agradeço muito o apoio de todos os Líderes, de todos os partidos. V.Exa. mesmo, enquanto o Governo tinha uma posição diferente da nossa, nunca interferiu de forma agressiva, tentando obstruir a votação. Deixou que esta sessão existisse. Regimentalmente, V.Exa. tinha condições de parar a votação, e não o fez. Sempre foi propositivo.

Acho que é nesse ambiente de diálogo que o Parlamento sempre melhora os textos e as propostas que vêm do Governo. O Governo anunciou, na semana passada, 200 reais por pessoa. Ontem à noite, caminhou para 300 reais. Nós dissemos que menos de um salário mínimo era pouco, mas também sabíamos da questão fiscal, apesar do estado de calamidade. E ficamos muito felizes, porque o mais importante para nós é que a proposta, ao sair daqui e do Senado, vá a sanção, não a veto.

Portanto, ter o apoio do Governo e a confirmação de que, além dos 500 reais, o Governo entende ainda que podemos neste Parlamento construir uma solução de mais de um salário mínimo, ou seja, de 1.200 reais, eu acho que isto é o início histórico de um momento difícil, mas também histórico.

Espero que daqui para frente todos possamos sentar, discutir, dialogar e, mesmo com as divergências, construir os melhores caminhos para salvar vidas e garantir os empregos da população brasileira.

Muito obrigado, Deputado Vitor Hugo. Parabéns a V.Exa. pela articulação feita! (*Palmas.*)

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO) - Sr. Presidente, quero concluir agradecendo as palavras e as considerações. Quero dizer que o Governo e eu, em particular, estamos sempre à disposição para apoiar e ajudar o máximo possível.

Quero reforçar, em especial, a palavra do Ministro Paulo Guedes de que não faltarão no Brasil, de parte do Ministro, recursos para apoiar aquilo de que V.Exa. falou há pouco e que é mote de todo brasileiro que tem responsabilidade: salvar vidas e preservar empregos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Publ.: DCD - 3/27/2020 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Elogio à Presidência e ao Relator Marcelo Aro pela elevação, para R\$1.200 reais, da renda mínima emergencial de famílias com 2 trabalhadores e mães solteiras, no âmbito do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, aproveito para louvar a posição de V.Exa. e do Relator, que prontamente elevaram para 1.200 reais a renda mínima que teremos agora na emergência. Em nome das mulheres e mães que são arrimo de família, quero dizer que isso é fundamental para mantermos a quarentena e a dignidade das pessoas.

Documento 236/318

38.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020-
CD 19:36

Publ.: DCD - 3/27/2020 - LÉO MORAES-PODE -RO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência e à equipe técnica da Casa pela realização de sessões remotas. Ações do partido Podemos para combate à Covid-19. Defesa de elevação dos valores pecuniários concedidos às populações vulneráveis para enfrentamento da crise gerada pela pandemia de coronavírus. Oportunidade da tributação de grandes fortunas. Apresentação pelo Podemos de pacote de medidas econômicas destinado ao enfrentamento da Covid-19.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de inicialmente cumprimentar todos os Parlamentares. Cumprimento também a equipe técnica e os servidores desta Casa que contribuíram para esta segunda sessão remota da história da nossa Câmara, conduzida por V.Exa. e muito bem compreendida por todos, com pautas consensuais. Cumprimento toda a população, toda a sociedade brasileira.

Quero fazer um breve preâmbulo histórico da nossa caminhada em relação ao combate à pandemia do coronavírus.

O partido Podemos ingressamos com uma ação no STF para fechar as nossas fronteiras aéreas, terrestres e marítimas, diante do que estava por vir. Respaldados, tomamos, sim, conta da integridade física da nossa população com relação à questão de saúde e de humanidade. Depois disso, sugerimos ainda, na Comissão de Orçamento e também no Plenário, que utilizássemos o recurso de 20 bilhões de reais de relatoria que ficaria para um Parlamentar e atuássemos diretamente no enfrentamento do coronavírus. Este é um resultado na prática. Em vez de obras pontuais em determinados locais dos nossos Estados, por que não entregar esse recurso para os 200 milhões de brasileiros, para o combate ao coronavírus, haja vista que a nossa luta não é somente quanto à letalidade da doença, mas principalmente quanto à letalidade possível no caso de o sistema de saúde ter que atender a todos num momento de grande pico? Nós temos que achatar esse pico.

É lógico que, diante disso, outros problemas surgem, como a questão econômica do nosso País. Nós recebemos mensagens de vários lugares do País, em especial do nosso Estado de Rondônia. Primeiro, chegaram mensagens de pessoas que já estavam desempregadas, e agora vêm de autônomos, de profissionais liberais e de pessoas que fazem bico aqui e acolá, sem a menor condição de sustentar as suas famílias.

Partindo da premissa de que o maior exemplo do atual Governo brasileiro é o Governo americano, nós temos que exigir algumas correções da atuação do nosso Governo Federal, porque o Governo Federal dos Estados Unidos, ou o Presidente Trump, injetou - já que tem este valor - 2 trilhões das suas reservas para pagamento de horista, diarista, autônomo, além de pagamento de hipoteca e aluguel da população.

A grande maioria da população está em quarentena há quase 15 dias, e existe o anúncio de que podem voltar às ruas quem sabe no período da Páscoa, quem sabe daqui a 15 dias, mas houve um mínimo de planejamento numa visão holística para entender: *"Alto lá! Isso é o coronavírus! Está tendo letalidade. Está havendo recuperação das pessoas"*. Teste, teste, teste, teste. Em Nova York, há um alto índice agora de pessoas detectadas com o coronavírus, porque fizeram o teste, mas olharam de cima para baixo e não de baixo para cima. É isso que nós temos cobrado do Governo Federal. Existem medidas cruciais para colocar esse dinheiro no bolso da população.

O partido Podemos está apresentando um pacote da economia de 500 bilhões de reais a 1 trilhão de reais, que é, sim, para taxar as grandes fortunas, os lucros e dividendos, porque uns pagam e outros não. Para



taxar, por exemplo, os luxos, como iate, jatinho, *jet ski* e grandes lanchas, que até hoje ninguém debate; diminuir a alíquota do Imposto de Renda em 50%, tanto para pessoa física quanto para a pessoa jurídica - esse dinheiro não vai para o Governo Federal, mas circula no nosso País; entender como se daria esse isolamento vertical; preservar a integridade dos nossos idosos, das pessoas com potencial de risco que já são acometidas por outras doenças. Isso é crucial.

O que nós não podemos neste momento é segregar, é dividir, é isolar ou achar que nós ainda temos um palanque montado para falar com uma pequena parcela da sociedade brasileira, Sr. Presidente.

O Congresso tem tomado uma atitude de protagonista, embora reconheçamos que algumas coisas devam ser alteradas, como essa lei. Nós poderíamos, sim, atender não somente com o BPC, mas também com o Bolsa Família, que também é muito importante.

Temos que colocar mil reais, porque se dá para a especulação e para os bancos, por que não entregar esse dinheiro diretamente à população? É lógico que a pandemia vai matar, e nós estamos preocupados inicialmente e prioritariamente sempre com isso, mas a questão econômica vai trazer, sim, depressão, no sentido literal, das nossas pessoas. Ela vai trazer, sem sombra de dúvidas, um bolsão de pobreza, vai trazer a falta de oportunidade de colocar comida na mesa da população.

Se se vai imprimir o dinheiro, aumentar a inflação, mas trabalhar com juros rasteiros, quem sabe nós temos um poder de recuperação rápido após essa crise. O que nós temos de fazer é agir com responsabilidade. Não adianta colocar todo mundo na rua da noite para o dia. Temos de buscar exatamente o ponto de equilíbrio do que nós queremos, isolar as pessoas e fazer testes.

No meu Estado, por exemplo, não existem muitos casos. É lógico! Não fazem testes, aí é muito fácil: as pessoas são acometidas por outros problemas. E tudo fica como dantes no quartel de Abrantes.

A nossa solução passa também pela emenda à MP 127, do Governo Federal. Que nós façamos uma emenda de cidadania para que se coloque, sim, mil reais, em todos os Municípios brasileiros que tenham um IDH abaixo de 0,65, como ocorre nos Municípios do Norte e do Nordeste brasileiro.

É muito fácil ficar em casa quanto se tem muito dinheiro ou publicar nas redes sociais quando se é bilionário. Vamos taxar esses bilionários! É o momento de o bilionário entregar o resultado. Vamos taxar as grandes fortunas! É o momento de entregar isso. Os Estados

Unidos são parâmetro disso, e não acham ruim.

O Governo Federal faz isso há algum tempo e os grandes milionários têm a consciência moral e cívica disso, em que sentido? Eles pedem diariamente: *"Meus amigos, nos taxem, porque nós estamos ficando isolados, nós estamos criando um abismo social, em que temos muito e mais ninguém consegue ter. E, se ninguém consegue ter, ninguém consome; se ninguém consome, ninguém usufrui dessa riqueza"*. Este é o momento dessa responsabilidade, Presidente.

Nós iremos apresentar o pacote econômico do Podemos, associado ao pacote social e de austeridade. Se não for a razão que vai trazer a economia direta que toda a população precisa, o exemplo do Legislativo é muito importante embora o nosso orçamento seja apenas de 5 bilhões de reais. Mas é o momento de pensarmos assim: se é para cortar, que se corte a partir daqui, porque ninguém foi obrigado a sair candidato, que se cortem os subsídios, as verbas indenizatórias. O Parlamento está parado, ninguém está viajando, ninguém está fazendo consultoria, ninguém está gastando combustível. Vamos cortar, porque nós somos referência e precisamos nos ver como espelho da boa sociedade. É o momento de aproximarmos o Parlamento, como V.Exa. tem conduzido com os Líderes partidários. Foi-se o tempo de apenas assinarmos documentos e dizer amém para o Governo Federal. Nós queremos aqui contribuir de forma sistêmica, nós queremos contribuir de forma ativa com as boas iniciativas, e nem sempre, é lógico, o Governo Federal vai acertar. Talvez tenhamos que ter cuidado para não matar o carrapato e matar todo o boi; de repente, dá um tiro no passarinho de canhão. É o momento de isolarmos a melhor idade, as pessoas com maiores riscos, fazermos os testes e aos poucos ir liberando a nossa economia. E quem está em casa injeta dinheiro, sem sombra de dúvida, coloca o dinheiro no bolso da população, diminui a inflação, taxa as grandes fortunas, coloca os bilionários para entregar tudo o que eles já receberam, muitas, vezes fruto do chicote na população que menos tem assistência e condições financeiras.

Nós deixamos aqui a nossa mensagem e, principalmente rogamos pelo compromisso de todos os Poderes. Que o primeiro exemplo seja feito a partir do Legislativo para que nós tenhamos bons resultados em todo o Brasil e saíamos muito maiores e unidos. Nós precisamos de estadistas e de líderes, como Winston Churchill já falou lá atrás. Nós não podemos fazer apenas o que é possível, nós temos que fazer o que é necessário para resolver os problemas do nosso Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

CD 19:44
Publ.: DCD - 3/27/2020 - WELLINGTON ROBERTO-PL -PB
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Insatisfação do orador com o não acolhimento da Emenda nº 20 pelo Relator do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PL - PB. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço a gentileza de V.Exa. me conceder a palavra agora, praticamente depois do encerramento do relatório do Relator Marcelo Aro, que já deve tê-lo enviado para todos os Líderes.

Eu queria ter feito uma defesa prévia do nosso querido Deputado Raimundo Costa, do PL da Bahia, em defesa dos pescadores de todo o País e dizer a todos que, numa tratativa horizontal, era para não deixar acontecer a suspensão do seguro defeso, direito concedido à classe dos pescadores. Dessa forma, era essa a minha intervenção. Mas, infelizmente, a questão não foi motivo de acordo prévio. Deixo aqui a minha insatisfação diante da não contribuição do Relator à Emenda nº 20, do Deputado Raimundo Costa da Bahia.

Desculpe-me, meu querido amigo Deputado Raimundo. Eu tentei, mas, infelizmente, o nosso querido Presidente só concedeu a palavra agora, praticamente depois do fechamento do relatório do nobre Deputado Federal de Minas Gerais, Marcelo Aro.

Obrigado, Presidente.

Documento 238/318

38.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020-
CD 19:48
Publ.: DCD - 3/27/2020 - CAPITÃO WAGNER-PROS -CE
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos legislativos de combate ao coronavírus. Orientação de bancada na votação do

Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu queria parabenizar a Câmara dos Deputados. Acabei de ver um debate envolvendo os Líderes do Governo e da Oposição. Presidente Rodrigo Maia, não poderia haver outro Deputado mais articulado que V.Exa. para estar neste momento conduzindo os trabalhos da Câmara. Então, V.Exa. merece nosso apoio, nossos aplausos e nossos parabéns.

Eu queria registrar também que agora a fala do Líder do Governo me dá mais tranquilidade ainda para orientar a bancada do PROS a votar de forma positiva a matéria. Algo que começou em torno de 200 reais, chegou a partir de uma articulação da Câmara ao valor de 500 reais, um novo debate, uma nova articulação do Deputado Marcelo Aro, com o Líder do Governo, levou a um valor de 600 reais, com a possibilidade de dobrar para 1.200 reais, dá à população mais carente, aos mais necessitados, condição mínima para que possam ter dignidade. Então, logicamente, isso faz com que a Câmara dos Deputados possa ser reconhecida pela população brasileira por essa iniciativa que era necessária e que aconteceu no momento adequado.

Quero ainda nesta oportunidade registrar meu agradecimento ao Líder do partido, Deputado Acácio, que está lá no Macapá e não pôde orientar o partido neste momento, não pôde orientar a bancada, mas me permitiu fazer isso. Então, para mim, é uma alegria poder orientar uma matéria tão importante como essa, a questão do BPC, na qual, desde o início do meu mandato como Deputado Federal, nossa equipe tem tido uma atenção toda especial.

Parabenizo também os Deputados Eduardo Barbosa e Marcelo Aro pela articulação feita relativa à mudança da elegibilidade para quem vai ter o BPC de forma definitiva, bem como toda a Casa pela maneira como foi debatida essa matéria que será votada daqui a pouco.

Eu só quero pedir que todos nós, Parlamentares, de fato, façamos um exame de consciência, um debate sem muita demagogia, porque alguns agora estão sugerindo uma série de medidas, como benefícios fiscais revistos que, em outros momentos, se posicionaram diferentemente. Então, não é hora para brigarmos, não é hora para

fazermos um debate mais crítico. Mas eu faço questão de levantar isso, porque estou no Ceará e sei que aqui o tratamento dessa questão fiscal não é diferente do tratamento que o Governo Federal ou os outros Estados dão.

Mas no momento adequado vamos fazer esse debate, de forma muito técnica, de forma muito respeitosa. Parabenizo o Governo Federal e a Câmara dos Deputados.

Como acabou de dizer o Deputado Rodrigo Maia, o importante seria colocarmos um valor que depois não fosse vetado pelo Presidente.

Então, o debate e o diálogo feitos a partir da liderança do Presidente Rodrigo Maia, com todos os Parlamentares que acabamos de citar, foram de vital importância. Isso só demonstra que é por meio do diálogo que vamos encontrar soluções para os principais problemas do País.

Vimos que este problema é grave, urgente e necessita, logicamente, que todos nós venhamos a contribuir de alguma forma. Só com contribuição mútua, só com capacidade de ouvir quem pensa divergente é que vamos vencer essa guerra e trazer o nosso País à normalidade.

Por isso, a bancada do PROS orienta o voto "sim".

Sr. Presidente, quero não só agradecer a V.Exa. pelo espaço, pela paciência, como também parabenizá-lo. Parabéns, Deputado Rodrigo Maia! Parabéns, Deputado Vitor Hugo! Parabéns a todos os Parlamentares que se envolveram nessa discussão! Agradeço, mais uma vez, ao Deputado Acácio Favacho, Líder do PROS, a gentileza de permitir que eu orientasse pelo nosso partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 239/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	19:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Votação pela Casa de proposições destinadas ao combate aos efeitos da Covid-19. Apresentação pelo Cidadania de conjunto de propostas para enfrentamento

da pandemia de coronavírus.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, eu vou fazer uma intervenção e depois serei complementado pela Deputada Carmen Zanotto.

Quero lembrar que votamos ontem, estamos votando hoje e votaremos na semana que vem. Quando o Governo enviou a proposta de decretação de estado de calamidade, nós dissemos "sim". Isso significou dotar o Executivo para que ele tivesse iniciativa e protagonismo. Mas nós não ficamos silentes diante disso. Sr. Presidente, V.Exa. liderou o conjunto dos Líderes, todos se irmanaram e nós estamos produzindo hoje um fato extremamente importante.

Todos sabemos que as medidas na área da saúde eram necessárias e adotamos aquelas que eram do âmbito do Legislativo. Nós precisamos adotar medidas em outros campos, como o da delegação orçamentária, de autonomia. Estamos prontos para fazer isso. Mas nós teríamos que decidir, e teremos que decidir, outras questões referentes à economia. Nós começamos pelos desprovidos, por aqueles que precisam de ajuda mais significativa. Por isso acertamos nós quando estamos votando hoje o BPC, estendendo isso para os informais.

Quero destacar a nossa concordância com o conceito que aí está: começar pelos desprovidos, que deve ser a preocupação primeira do poder público. Seguir isso, numa série de iniciativas, e outros projetos que foram apresentados. Nós próprios, do Cidadania, temos emendas às medidas provisórias, que já estão tramitando, e faremos outras propostas.

Entregamos, ao lado da representante do Cidadania, ao lado da Deputada Tabata Amaral, do Deputado Felipe Rigoni, do Deputado Mauro Benevides Filho, do Deputado Orlando Silva, um conjunto de propostas, também apresentadas hoje, que vão no seguinte sentido: instituir um colchão, instituir uma renda mínima, para que isso seja o embrião do conceito de renda básica. Dialogamos sobre o assunto inclusive com as entidades que compõem a Rede Brasileira de Renda Básica.

Peço à Deputada Carmen Zanotto, que faz tão significativo trabalho de acompanhamento direto na Comissão Externa que enfrenta esta pandemia, que me complemente.

38.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020-
CD 19:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 - CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Congratulações à bancada do Cidadania pelo empenho na aprovação de propostas de combate à pandemia de coronavírus. Pedido ao Relator Marcelo Aro de esclarecimento de tópico do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, meu Líder, nobre Deputado Arnaldo Jardim.

Em seu nome, quero saudar todos os colegas da nossa bancada do Cidadania que estão votando a distância neste momento em que o País passa por uma epidemia e exige de nós o distanciamento social.

Sr. Presidente, de ontem para cá, nós estamos efetivamente conseguindo, assim como todos os textos que chegaram a esta Casa, apreciar os textos com muita rapidez como esta matéria exige. Então, o que estamos fazendo aqui é dar uma resposta para a sociedade sobre as questões emergenciais. Esses critérios de vulnerabilidade, de cujos textos tive a oportunidade de ser a Relatora, na Comissão do Idoso, do nobre Deputado Eduardo Barbosa, agora estão sendo apreciados. E vemos isso com muita alegria, porque era uma matéria que já defendíamos há muito tempo e que serviu para este período de transitoriedade.

Presidente, eu preciso fazer um questionamento ao Relator. No art. 2º, § 8º, inciso V, do substitutivo está escrito: "*não passível de emissão de cartão físico, cheques ou ordens de pagamento*". Foi excluída a necessidade das agências entregarem o cartão físico. A nossa pergunta é: cada um vai na boca do caixa e retira em espécie? É isso que este artigo está dando direito, retirando, mesmo nessa situação de emergência, o cartão físico?

Precisamos desse esclarecimento porque temos a preocupação que poderemos ter mais filas, com frequência, para a retirada dos recursos,

uma vez que não vai ter o cartão.

Essa é a pergunta para o nosso Relator, Presidente.

Documento 241/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	19:56
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia e à Casa pela fixação em R\$1.200 reais do valor do benefício pecuniário concedido às famílias em situação vulnerável, preconizado no texto do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro gostaria de saudar essa decisão histórica que a Câmara toma hoje.

No momento em que o mundo inteiro está voltado para a saúde da população, a Câmara dos Deputados faz um esforço gigantesco para não parar, para apoiar projetos de lei para ajudar a população. Neste momento parte da Câmara dos Deputados está em todos os Estados do Brasil.

Então, quero saudar a coordenação do Presidente Rodrigo Maia que proporcionou este momento para todos nós. Quero saudar especialmente a articulação dos partidos de esquerda que insistiram, que lutaram para que chegássemos até aqui com uma proposta. Quero também saudar a união desta Casa, inclusive com a soma dos partidos de centro também, que foram ajudados e articulados pelo Deputado Orlando Silva, pela Deputada Jandira Feghali.

Fizemos um esforço conjunto para chegar até aqui e poder reafirmar para os trabalhadores do Brasil o que a Organização Mundial de Saúde tem dito "*fiquem em casa*", a Câmara dos Deputados está decidindo hoje uma renda um pouco maior do que o salário mínimo, no valor de mil e 200 reais, para que as famílias em casa, no direito de se proteger, no direito de se cuidarem, possam comprar a sua comida e, se for o caso, o medicamento. Portanto, essa é uma decisão unânime hoje no

País.

A decisão que a Câmara toma agora de botar 1.200 reais no bolso das famílias brasileiras é uma decisão que tem sido um apelo de parte da população e inclusive dos economistas do nosso País.

Esses dias todos eu fiquei impressionada ao ver economistas defendendo uma renda mínima, decisão que nós estamos tomando aqui. E por que eles defendem isso? Porque ficar em casa se cuidando, como recomenda a Organização Mundial de Saúde, só é possível se houver proteção salarial, se houver dinheiro para comprar comida.

Essa situação de pandemia, como estamos vendo, é muito grave. A Organização Mundial de Saúde informou quando o epicentro da doença saiu da China e foi para a Itália e agora anunciou com antecedência que esta semana o epicentro estará nos Estados Unidos. Lamentavelmente, os Estados Unidos hoje já alcançam número de infectados maior que o da China e o da Itália. Então, o Brasil, com esta decisão da Câmara dos Deputados, antecipa-se para que não haja uma situação muito pior para os pobres do Brasil.

Quando todos se juntam em defesa do País, em defesa de um pacto maior, a população sai beneficiada. A decisão que tomamos hoje aqui reafirma a necessidade de a população ficar em casa para se proteger dessa pandemia e cuidar da sua saúde, mas com a certeza de que aquele cidadão que deixou de empurrar o seu carrinho de picolé e a doméstica que deixou de pegar o ônibus lotado para ficar em casa vão ter no bolso 1.200 reais. Por isso, é preciso saudar a decisão desta Casa, que tomou, talvez pela primeira vez, uma decisão de ajudar as famílias pobres com um valor acima do salário mínimo.

Parabéns à Casa pela nossa unidade! Vamos nos manter aqui, porque outras decisões nós vamos precisar tomar para ajudar o Brasil neste momento. Quando acabar a pandemia, nós vamos ter um País para reconstruir e, mais uma vez, vamos precisar da unidade de todos os brasileiros. Está de parabéns a Câmara dos Deputados por esta decisão!

Aqueles que nos escutam agora fiquem tranquilos, fiquem em casa, porque hoje a Câmara tomou a decisão de botar 1.200 no seu bolso para você comprar comida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

CD 20:00
Publ.: DCD - 3/27/2020 - LUCAS GONZALEZ-NOVO -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Presidente Rodrigo Maia pela manutenção do funcionamento da Casa durante a pandemia de coronavírus. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. LUCAS GONZALEZ (NOVO - MG. Como Líder. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa noite. Quero parabenizá-lo pela coragem e determinação em manter o Congresso Nacional aberto, funcionando, trabalhando e votando medidas tão importantes neste tempo tão crítico não apenas para o Brasil, como também para o mundo inteiro.

Para mim é uma honra muito grande encaminhar este voto daqui de Minas Gerais, na segunda sessão totalmente *on-line* da Câmara dos Deputados. Quem sabe este não seja um passo rumo a mais modernização e digitalização do País. Este é um exemplo que nós no Congresso Nacional podemos dar a todo o Brasil.

Sr. Presidente, sabemos da importância desta matéria. Quero parabenizar os Líderes partidários e, em especial, o Relator, o colega mineiro Deputado Marcelo Aro, pelo trabalho à frente desta matéria.

O nosso encaminhamento é favorável a este projeto. São 600 reais por mês para cada uma dessas pessoas, trabalhadores informais e alguns outros que merecem e precisam desse recurso para sobreviver, juntamente com as suas famílias.

Eu sei que 600 reais podem parecer - e são, na verdade - muito pouco, mas me assusta o número de pessoas que precisa disso. O nosso desafio no Brasil é gerar renda, atrair riqueza para que, quem sabe, um dia nós não tenhamos tantas pessoas precisando desse recurso. E é importante, com essa mesma diligência, com essa mesma coragem, com essa mesma vontade de trabalhar, ouvirmos o povo brasileiro, que quer voltar a trabalhar o quanto antes, quer voltar a exercer o seu trabalho com dignidade, com alegria, com zelo, o quanto antes.

E este Congresso Nacional, permeado desta atmosfera de respeito, de unidade, juntamente com o Executivo, tenho certeza que encontrará

caminhos equilibrados para que o povo brasileiro volte a trabalhar o quanto antes, Sr. Presidente.

Obrigado.

Documento 243/318

38.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020-
CD 20:04

Publ.: DCD - 3/27/2020 - LEANDRE-PV -PR

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. LEANDRE (PV - PR. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão da oradora.) - Deputadas e Deputados que, assim como eu, participam desta sessão remotamente, isso se dá graças à atitude desta Casa em garantir o andamento dos trabalhos neste momento em que, mais do que nunca, o País precisa de nós.

Sr. Presidente, não é sem razão que a LOAS, entre os seus princípios, traz, para a supremacia do atendimento às necessidades sociais, a exigência da renda mínima - ou seja, a vida vem primeiro. Por isso este projeto é muito importante e oportuno. Ele traz significativas alterações, principalmente para aqueles que mais precisam, em especial, Sr. Presidente, quando diz que mais de um idoso da família pode ser beneficiado pelo BPC. Quem tem um idoso em casa sabe o quanto isso fará diferença na vida da família.

Eu quero parabenizar o Deputado Eduardo Barbosa, autor do projeto. Gostaria de agradecer também ao Relator Marcelo Aro, que acatou a nossa sugestão sobre as pessoas idosas.

Eu não vi a última versão do relatório, mas ainda se faz necessário um aprimoramento no texto. No parágrafo único do art. 3º, que trata da antecipação do BPC pelo INSS, o texto alcança somente as pessoas com deficiência, deixando os idosos de fora.

Reforço ao Relator que esse ajuste se faz necessário para que não reste nenhuma dúvida de que os direitos de antecipação também

alcançarão as pessoas idosas, que, neste momento, são as que mais precisam de proteção, por serem os mais vulneráveis na batalha contra o coronavírus.

Agradeço também, Sr. Presidente, a todos os Parlamentares que se mobilizaram na Câmara para fazermos essa modificação no projeto.

O Partido Verde orienta "sim".

Documento 244/318

38.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/03/2020-20:08
Publ.: DCD 3/27/2020 -	JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	REPRESENTANTE DO PARTIDO DISCURSO

Sumário

Avanço das medidas aprovadas pela Câmara dos Deputados em proteção das famílias em situação vulnerável diante da Covid-19. Apresentação, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, de projeto de lei sobre a fiscalização dos recursos destinados à proteção das comunidades indígenas durante a pandemia de coronavírus.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Representante. *Participação por videoconferência.* Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, boa noite. Boa noite a todos os que estão nos acompanhando.

Primeiro, eu gostaria de reforçar o que foi falado por todos os Parlamentares sobre o avanço nas medidas necessárias para combater esta crise que estamos passando no País e no mundo. Quero aqui reconhecer os esforços deste Parlamento e da Câmara dos Deputados, em particular, que, neste momento de crise, está aqui dando especial atenção à vida das pessoas, de todos os brasileiros, em toda parte, seja na Amazônia, no seja no Sul, no Nordeste ou no Centro-Oeste. Este esforço é extremamente necessário nesta hora. Essa união e esses esforços coletivos são provas de que é necessário ter responsabilidade social, porque, primeiro, a vida das pessoas deve ser preservada.

Reconheço aqui, principalmente, os esforços das Lideranças da Oposição, da Minoria, do PT, do PSOL, do PDT, do PSB, do PCdoB e da REDE para aprovar aqui um valor básico. Nós vimos a proposta do

Relator, no valor de 500 reais, que agora mudou para 600 reais, mas continuamos na defesa do valor do salário mínimo como referência.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, essas medidas são tão importantes porque vão promover a proteção de um bem maior para todos, a proteção que cada um quer ter na sua vida, a proteção de sua integridade física, de sua saúde, de sua família. Esse é um direito fundamental consagrado não somente pela nossa Constituição, mas também pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque se trata de proteger a humanidade. Quando protegemos uma vida, estamos protegendo todos.

Queria reforçar a situação dos mais vulneráveis. Estamos protegendo a vida dos mais vulneráveis e permitindo que tenham segurança alimentar e acesso a remédios e materiais necessários para se manterem nesta crise. E, dentre os mais vulneráveis, dentre os 10 milhões de brasileiros que o projeto pretende alcançar, estão 1 milhão e 300 mil indígenas. Eu tenho sempre reforçado isso, porque os povos indígenas têm uma situação peculiar. Eles têm sido negligenciados desde sempre em relação a certos direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança alimentar. E, nesta crise que o Brasil atravessa, também estão em situação vulnerável e se enquadram entre esses que estão sendo alcançados.

Eu quero aqui dizer que, além de fixar essa renda mínima e essa definição de vulnerabilidade, é preciso proteger direitos em outros aspectos, tal como na proteção das terras indígenas. Não podemos parar somente aí. Mas esse primeiro passo é superimportante.

Eu quero reforçar que é preciso o Congresso, a Câmara e nós, Lideranças, mantermos este compromisso com a Nação brasileira de priorizar a vida nesta situação emergente por que estamos passando.

Nós da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas estamos nos reunindo porque estamos preocupados com a situação dos povos indígenas. Por isso, nós estamos apresentando aqui, Sr. Presidente, um projeto que vai justamente contribuir com a fiscalização, com o controle e com a participação da sociedade civil nas medidas, nos atos que vieram a ser tomados quando esses recursos forem liberados para a União. É superimportante também a participação dos povos indígenas, das organizações sociais e dos Parlamentares no acompanhamento de perto das medidas que vão ser adotadas e da forma como vão ser gastos esses recursos.

Eu quero registrar que essa nossa participação no acompanhamento das medidas que o Governo vai tomar é para sabermos se elas realmente vão ser funcionais, eficazes, se não vamos, digamos, colaborar com outros tipos de medidas que não contribuem em nada

no combate ao coronavírus, como, por exemplo, o incentivo às aglomerações. Queremos garantir, isso sim, que as pessoas tenham acesso a direitos. Então, é necessário o acompanhamento desta Casa, dos Parlamentares. E reforço que isso, sim, é uma conquista. São ações desse tipo que vão colaborar para que o Brasil se una cada vez, se motive pela solidariedade e avance com projetos e medidas eficazes. Nós vamos sair desta situação com uma lição: a humanidade passou por esta fase, mas, com a união e o esforço de todos, conseguiu sair dela.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 245/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	20:12
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	ALIEL MACHADO-PSB -PR	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

União dos Parlamentares em torno da proteção do povo brasileiro diante da pandemia de coronavírus. Apoio à aprovação do benefício pecuniário de R\$1.200 reais às famílias em situação vulnerável, no bojo do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Caráter irresponsável do pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro, contrário ao isolamento social proposto pelas autoridades médico-sanitárias para prevenção do coronavírus. Apresentação, pelos Líderes opositores, de sugestões para combate à Covid-19. Apresentação, pelo Deputado André Figueiredo, de projeto de lei sobre a destinação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT às médias, pequenas e microempresas. Oportunidade de aprovação do Projeto de Lei nº 6.726, de 2016, sobre a regulamentação do limite remuneratório no serviço público, o chamado Projeto dos Penduricalhos. Defesa de extinção de regalias e de gastos abusivos no âmbito dos Poderes da República.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estou aqui falando pela Oposição, em nome do Líder André Figueiredo, e gostaria de parabenizar a união de todos desta Casa em torno de um objetivo comum: a defesa da população brasileira.

Presidente Rodrigo Maia, V.Exa. lidera um debate num momento de crise seriíssima do nosso País. As diferenças ideológicas e políticas não podem ser colocadas à mesa quando está em risco a vida e a saúde do povo brasileiro. Os Líderes de todos os partidos deram exemplo, ante os equívocos cometidos pelo Governo. E hoje nós estamos aprovando, aqui, na Câmara dos Deputados, uma renda mínima no valor de 1.200 reais por família, para que essas pessoas possam cumprir o período de quarentena sem terem que se preocupar pelo menos com o básico em relação ao que é direito de todo ser humano, que é ter uma alimentação digna, que é ter luz, que é ter água em casa.

O Presidente da República, de maneira irresponsável, está orientando as pessoas a voltarem às ruas - pasmem, senhores! A orientação que nós visto das autoridades sanitárias do planeta inteiro e as orientações que nós temos recebido do próprio Ministério da Saúde no Brasil são no sentido de que, se nós não cumprirmos um período curto de quarentena, teremos uma catástrofe com números absurdos de pessoas que irão morrer. Não adianta nada querer proteger a bolsa de valores, proteger os bilionários, em troca de dinheiro, quando a vida está em risco.

É muito importante que o Governo assuma o seu papel num momento de crise e tome as medidas necessárias. Este Congresso já autorizou a extrapolação da meta fiscal. Isso permite que, num momento que não é tão longo, que não vai durar anos, neste curto período de tempo, se utilize o dinheiro que nós temos para proteger aqueles que mais precisam. E aí nós precisamos unir os nossos empresários, unir a população e os trabalhadores.

Por isso, liderados pelos Líderes que compõem os partidos da Oposição, como o Líder Alessandro Molon, apresentamos ao Governo diversas sugestões, em diversas áreas. Aprovamos aqui, em tempo recorde, o pedido de reconhecimento de calamidade e hoje damos um exemplo. Enquanto o Governo propôs 200 reais para sustentar as famílias, nós estamos aprovando aqui, hoje, 1.200 reais para que as pessoas, os autônomos, os trabalhadores, as pessoas mais simples possam sustentar suas famílias, neste curto período de tempo, pelo menos com o que é mais importante, porque nós não podemos ser irresponsáveis e achar que estamos lidando com uma gripezinha, como fez, irresponsavelmente, o Presidente da República, em cadeia nacional, levando essa mensagem à Nação brasileira.

Destaco aqui também projeto apresentado pelo Líder André Figueiredo, apoiado por todos nós, que prevê a utilização do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador para que se dê sustância também, neste período de crise, às pequenas e médias empresas, que geram empregos. Os empresários também precisam ser assistidos. Sem

empresário, não há emprego.

Mas deixem de criar o conflito. O que o Governo faz agora é jogar o trabalhador contra o empresário. O que o Governo faz agora é jogar a responsabilidade pela falta de mantimento e alimento sobre as pessoas mais vulneráveis e mais simples. Nós temos que preservar a vida!

E este é o momento propício também para colocarmos o dedo na ferida aqui, Deputado Reginaldo. Nós temos que votar o projeto para acabar com penduricalhos no Judiciário, para acabar com recursos absurdos e abusivos dentro de todos os Poderes. Eu defendo a fala feita pelo nosso Presidente. Nós temos que acabar com as regalias, começando por nós, mas não deixando de atuar nos Poderes que hoje se acham supremos, porque juízes, desembargadores, promotores e membros do Poder Executivo dão um tapa na cara da população num momento de crise como este.

Agora é preciso ter coragem, audácia, responsabilidade, altivez e, principalmente, sensibilidade. Quando se trata de política, nós precisamos entender que tem que haver prioridades. Num dos países mais desiguais do mundo, num momento como este, de crise econômica paralela a uma crise da saúde pública, espero que isso desperte no coração das pessoas a sensibilidade para fazer o que é correto. Chega de discursos fáceis! Chega de usar o nome de Deus em vão, porque isso é pecado! Chega de enganar as pessoas lá fora e tentar destruir tudo aquilo que foi construído pelos cientistas e pelos líderes mundiais que estão passando pelo mesmo problema.

É hora de responsabilidade. É hora de união. É hora de esquecer partido político. É hora de esquecer disputa política. É hora de querer deixar de ser o certinho contra o errado. É hora de união, de responsabilidade e de priorizar para atender àqueles que mais precisam.

Aqui fica o nosso recado: povo brasileiro, respeite aquilo que está provado pelos cientistas, fique em casa, aproveite isso que o Congresso Nacional está aprovando agora para proteger as suas famílias, os idosos, as suas crianças. Se nós tivermos convívio social nesses dias, a tragédia será imensurável, e a vida não se recupera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo o restante do tempo ao Líder Orlando Silva.



Publ.: DCD - 3/27/2020 - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa de proposições destinadas à mitigação dos efeitos da crise gerada pela pandemia de coronavírus. Regozijo com a aprovação do benefício pecuniário emergencial de R\$1.200 reais para as famílias em situação vulnerável, no bojo do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Confiança do orador na criação, pelo Parlamento brasileiro, de mecanismos de proteção do emprego e das médias, pequenas e microempresas.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputadas, colegas Deputados, boa noite!

Presidente, eu quero cumprimentá-lo, porque foi sua liderança que permitiu que, nesta noite, cumpríssemos uma etapa-chave na preparação do Brasil para o combate e superação do coronavírus.

Foi muito importante a sessão de ontem, na qual nós garantimos alimento para nossas crianças e passamos a garantir o acesso à telemedicina, para muitos brasileiros terem o seu atendimento. Assim, garantiu-se acesso a insumos e a medicamentos de modo mais rápido para o nosso povo. Mas este momento, em que vamos garantir uma renda mínima para o povo brasileiro, é um momento-chave da proteção social. Eu considero, Presidente, que a decisão da Câmara dos Deputados de criar essa renda emergencial é a garantia do distanciamento que deve acontecer, de que as pessoas vão se recolher em suas casas.

Para minha felicidade, parece que o Presidente da República finalmente acordou para a gravidade da pandemia que atingiu o nosso País. Antes tarde do que nunca! Melhor é o Presidente, a reboque da Câmara dos Deputados, reforçar esse recurso que vai chegar às mãos das pessoas.

O que importa é chegar recurso às mãos dos trabalhadores. Quem mora na favela, no morro, o povo pobre que trabalha de bico, de forma informal, que estava sem perspectiva de ter uma renda para sobreviver, vai ter recurso disponível - 1.200 reais para uma família, na grande maioria dos casos - para que possa preservar a sua saúde.

A decisão da Câmara dos Deputados de criar essa renda emergencial, inclusive, vai abrir caminho para um debate sobre uma renda mínima para a cidadania brasileira, que vai ser necessária porque há uma reestruturação produtiva, e uma série de vagas de emprego estão sendo fechadas. O Estado tem que dar resposta à necessidade das pessoas.

Sr. Presidente, estou feliz, porque percebi a maturidade dos Líderes da Câmara - Líderes do Governo, de partidos ligados ao Governo, de partidos independentes, de partidos de oposição. Percebi a maturidade da política brasileira, que se dedicou a garantir as condições necessárias para preservar a vida dos brasileiros. Essa renda será fundamental para preservar a vida dos brasileiros e combater o coronavírus.

No próximo passo, eu tenho certeza de que o Parlamento brasileiro vai estruturar caminhos para ativar a nossa economia. Vamos proteger os empregos, vamos proteger as micro e pequenas empresas, que são as que mais geram emprego no Brasil, e vamos criar um caminho para que nós, com investimentos em logística, em infraestrutura, retomemos o aquecimento da economia nacional.

É salvando vidas, preservando vidas e, ao mesmo tempo, cuidando da economia que nós vamos atravessar esse *tsunami* que é o coronavírus, que atingiu o mundo inteiro e chegou ao Brasil. De mãos dadas, Sr. Presidente, tenho convicção de que nós poderemos superar esta dificuldade do momento.

Queria agradecer muito a V.Exa. pela liderança, pela confiança, por, deixe-me dizer assim, permitir-me participar de parte desse processo.

Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Barbosa, autor da proposta que foi a base dessa articulação, o Deputado Marcelo Aro, nosso amigo, que fez um belíssimo relatório, todos os Líderes e todos os partidos.

Neste momento a Câmara mostra que estamos abraçando o povo brasileiro, que nós estamos dedicados à causa do povo brasileiro: enfrentar e superar o coronavírus e abrir caminhos para dias melhores.

Parabéns a todos!

Vamos adiante.

Sumário

Congratulações ao Parlamento brasileiro pela não interrupção dos trabalhos legislativos diante da pandemia de coronavírus. Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Saudações aos Deputados Eduardo Barbosa e Marcelo Aro, respectivamente, autor e relator da proposição. Pedido ao povo brasileiro de cumprimento das orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS e do Ministério da Saúde para prevenção do coronavírus.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, queria, saudando V.Exa., cumprimentar o Parlamento brasileiro nesta noite, num instante muito relevante para o País.

Primeiro, o Parlamento não parou hora nenhuma. O Parlamento esteve aberto o tempo todo, funcionando e atento aos reclamos e às necessidades do povo brasileiro, num momento grave como este, de uma crise que se abate sobre o mundo e sobre o nosso País.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero aqui dar um testemunho do trabalho feito, sob sua liderança, com todos os Líderes. Como disse há pouco o nosso amigo Deputado Orlando Silva, construiu-se, de maneira objetiva e efetiva, uma alternativa num momento em que, pelas medidas restritivas impostas ao País pelo Ministério da Saúde, pelas autoridades sanitárias, faz-se necessário que o Parlamento responda garantindo uma renda básica mínima para aqueles brasileiros que vivem na informalidade, que vivem um período de extrema vulnerabilidade, além de para aqueles que têm também o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Então, eu queria saudá-lo, Sr. Presidente, porque a construção se deu, inclusive, durante o fim de semana. Trabalhou-se diuturnamente. Nós vimos a discussão, que começou com a possibilidade de 200 reais, avançar para 500 reais, e, na tarde de hoje, constrói-se uma solução com 600 reais.

Como disse V.Exa., nós ficamos felizes em ver que um texto como este

será aprovado e com a garantia da sanção do Governo.

Quero também destacar que este espírito de unidade que deve existir em um momento em que não se deve discutir política, em que a vida das pessoas deve estar em primeiro lugar.

Quando nós falamos em vida de cada brasileiro, nós estamos falando, em primeiro lugar, da saúde, porque, sem saúde, nós não temos nada; e, em segundo lugar, é lógico, da garantia do pão de cada dia, assegurando a segurança das famílias brasileiras. É nesse sentido que o Parlamento tem se preocupado e discutido diuturnamente, sob o comando de V.Exa., já desde o ano passado, medidas com relação à rede de proteção social, oferecendo caminhos a serem tomados. Então, Sr. Presidente, fico contente por encerrarmos o dia de hoje aprovando este projeto.

Aproveito também para cumprimentar o Deputado Eduardo Barbosa, autor do projeto original, que, sem dúvida nenhuma, traz a efetividade que nós queremos. Não queremos o anúncio da medida, mas a construção efetiva da medida, a chegada da medida à ponta. É isso que nós queremos como cidadãos brasileiros.

Quero cumprimentar também o nosso Relator, o Deputado Marcelo Aro, que ficou esse tempo todo trabalhando no texto, discutindo com todos os Líderes e construindo um texto que representasse o pensamento da maioria dos Líderes. Foram consideradas, inclusive, as sugestões que foram dadas durante esta sessão pela Deputada Flávia Arruda, pela Deputada Soraya e pelas demais Parlamentares que também fizeram considerações em relação aos idosos.

Então, nós achamos, Sr. Presidente, que o dia foi bastante proveitoso. Eu quero cumprimentar, pelo espírito que tiveram, todas as Lideranças partidárias, de todos os espectros políticos, que juntas posicionaram-se de forma unânime, consensual, em relação à proposta que veio sendo discutida desde ontem, chegando a um valor. Agora o Governo também está complementando esse valor, que, sem dúvida nenhuma, vai ser extremamente importante na vida de cada brasileiro e de cada brasileira.

Quero cumprimentar todos os nossos técnicos do Parlamento que nos possibilitam participar desta sessão remotamente. Apesar de estarmos em Brasília atentos, estamos cumprindo a sessão no rito virtual.

Desejo saúde ao povo brasileiro, pedindo-lhe que cumpra as orientações da Organização Mundial da Saúde e o que o Ministro Mandetta disse. Fique em casa!

Um grande abraço a todos vocês!

Documento 248/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD 20:32	
Publ.: DCD - 3/27/2020 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Atribuição às Lideranças da Oposição e da Minoria da responsabilidade pela fixação, em R\$600 reais, do valor do benefício pecuniário concedido às famílias em situação vulnerável, no bojo do Projeto de Lei nº 9,236, de 2017, sobre a alteração do § 11 e a inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação à pandemia de coronavírus. Importância do isolamento domiciliar como medida de combate à Covid-19.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero falar sobre essa vitória importante conduzida por V.Exa., mas também sobre a importância do papel da Oposição e da Minoria. Nós nos mantivemos reunidos, conectados, debatendo propostas, e apresentamos um projeto. O tempo inteiro, nós dialogamos com a Casa, com os Deputados de centro, com V.Exa., para que chegássemos a um ponto que fosse muito diferente da proposta original do Governo.

A proposta original do Governo era aviltante: 200 reais. Isso é algo agressivo, fora da realidade e desrespeitoso principalmente com a população mais pobre. Se nós chegamos hoje, nesta votação, ao valor de 600 reais, podendo inclusive olhar para a mulher líder de uma família e fazer com ela possa receber mais do que um salário mínimo, isso se deve a quem enfrentou aqui uma concepção equivocada do Governo. Eu tenho muito orgulho de estar na Oposição desta Casa.

Quando nós defendemos que as pessoas têm que ficar em casa, Deputado Rodrigo Maia, há uma razão óbvia. Ninguém é contra a economia. Ninguém quer que a economia entre em falência. Não! Mas a vida está acima disso.

Fazermos com que uma família ou uma mulher receba 1.200 reais ajuda a economia, porque esse dinheiro não vai ficar guardado. Esse

dinheiro vai ser usado para consumo, vai comprar produtos, vai aquecer, de alguma maneira, a economia, que, sim, vai ter problema, porque no mundo inteiro está sendo assim.

O Presidente tem muita dificuldade de entender o óbvio, mas nós explicamos. O que tem que crescer primeiro, Presidente? Tem que crescer primeiro o número de leitos, a capacidade da saúde de atender as pessoas ou o vírus? Essa é a questão central que está colocada aqui.

Ninguém quer uma economia que leve o País à crise, mas nós não temos economia que cresça com pessoas morrendo. Não adianta dizer que quem vai morrer é idoso. Quem aqui oferece a sua mãe para morrer? Quem aqui oferece o seu pai para morrer?

Para concluir, Presidente, eu quero dizer que nós não podemos deixar que o vírus se espalhe antes que a saúde tenha capacidade de ampliar leitos e atender as pessoas. Por isso, é importante retardar o contágio generalizado na sociedade. Qual é a dificuldade que a base do Governo tem de entender isso? É desumano o que estão fazendo!

O que nós queremos é que os Estados e as Prefeituras possam ampliar a sua capacidade de atendimento, para que, quando o vírus se espalhar, a possibilidade de reação, com uma saúde mais adequada, seja maior, seja melhor e menos gente morra. É isso que está sendo colocado.

Por isso, é importante fazer com que as pessoas possam ficar em casa com dignidade. Por isso, é tão importante essa vitória hoje, que garante 600 reais ou 1.200 reais, no caso, para cada família, para que as pessoas possam retardar o contágio e não morrer.

Ninguém quer uma economia em frangalhos, mas não há economia vitoriosa com pessoas mortas. Ninguém oferece ninguém para a morte, e a morte é sempre do outro, mas essas pessoas que estão morrendo têm história de vida, têm parentes, têm dor. Então, que nós respeitemos isso!

Que bom que o Governo Bolsonaro hoje entendeu isso, e a Oposição e esta Casa puderam dar uma vitória à população brasileira! Que bom que isso aconteceu!

Obrigado, Presidente.

Sumário

Congratulações à Presidência e à equipe técnica da Casa pela realização de sessão remota. Apelo ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários de votação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2020, sobre alteração da Lei nº 6.259, de 2020, com vista à garantia do acesso a vacinas aos caminhoneiros e profissionais responsáveis pelo transporte de cargas durante a pandemia do coronavírus.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PL - TO. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Presidente Rodrigo Maia, boa noite. Agradeço a atenção do amigo depositada ao Estado de Tocantins. Faço coro a todos os outros oradores que me antecederam ao parabenizar V.Exa. e, em especial, aos técnicos da Câmara dos Deputados que fazem com que esta sessão de hoje possa ser realizada por videoconferência, como aconteceu no dia de ontem.

O que me traz aqui hoje foge um pouco ao debate da matéria. Há sobre a mesa dois requerimentos de urgência: o PL 1.010/20 e o PL 1.011/20. Este último trata da questão excepcional a ser dada aos nossos caminhoneiros como um todo já que eles estão à margem do que permite a questão excepcional na campanha de vacinação que acontece hoje no Brasil inteiro. Os caminhoneiros, como sabemos, é que colocam comida na mesa do povo e medicamentos nas prateleiras das farmácias e dos hospitais de todo o Brasil.

Portanto, eu gostaria de pedir a esta Casa e à Presidência que dessem o carinho devido a estes bravos homens e a estas bravas mulheres que estão atrás do volante dos caminhões, colocando suas vidas em risco para manter as nossas em segurança.

Peço ao Colégio de Líderes presente e a quem nos escuta a possibilidade de votarmos o PL 1.011/20, que dá aos caminhoneiros a questão excepcional para poderem parar num posto de unidade básica de saúde no Brasil, tomar vacina e seguir viagem.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a atenção dispensada.

Peço aos Líderes e à Presidência, na pessoa do amigo Deputado Rodrigo Maia, que apoiem este pedido.

Muito obrigado.

38.2020

Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020-
CD 20:40

Publ.: DCD - 3/27/2020 - ELI BORGES-SOLIDARIEDADE -TO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. ELI BORGES (Bloco/SOLIDARIEDADE - TO. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Sr. Presidente, este debate deixou o Brasil, desde o pronunciamento do Presidente da República, dividido em dois grupos: o grupo do "*fica em casa*", entendimento dos que defendem a saúde dos brasileiros, e o grupo do "*vai para a rua, senão a economia quebra*". É claro que os dois grupos têm seus motivos, suas razões, já que é hora de priorizar a vida ou a economia.

Neste momento do debate, eu compreendo que é preciso analisar a curva dos problemas que atingem outros países. Está bem claro que, quando se pontua um mês na Itália, por exemplo, ou em outros países, foi o momento em que esta curva começou a ascender, e o Brasil, salvo melhor juízo, está completando hoje um mês, desde que tivemos o primeiro caso. Portanto, não dá para ficar fazendo a defesa do "*vai para a rua*". Eu acho que ainda é o momento da máxima defesa do combate ao coronavírus, um assunto extremamente sério.

As ampliações do BPC trazem uma luz no fim do túnel, no sentido de ajudar as pessoas que estão ficando em casa.

Eu acabei de receber uma notícia do meu colega Vicentinho Júnior, também de Tocantins, que acabou de falar, de que um cidadão do meu Estado faleceu de fome: ele pedia esmola na rua e, imaginem, não tinha mais a quem pedir. Portanto, a situação está realmente difícil.

Acho necessária a atenção que neste momento está sendo dada aos menos favorecidos. Eu tenho feito um trabalho nas igrejas, com a Frente Parlamentar evangélica, e as ações têm que continuar acontecendo. Este projeto vai ao encontro dos menos favorecidos, na medida em que os beneficia, o que, com certeza, trará equilíbrio para que as pessoas fiquem em casa e não morram de fome.

Parabéns àqueles que elaboraram este projeto! Parabéns ao Relator e àqueles que colocaram em debate esta matéria!

Que o Brasil vença este mal e Deus nos abençoe!

Com a ajuda de Deus, vamos alcançar, depois desta nuvem negra, com muita alegria, as vitórias que Ele vai nos dar.

Que Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 251/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	20:44
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	RAUL HENRY-MDB -PE	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações à Presidência e aos Parlamentares pela votação virtual de projetos de lei de relevante interesse do povo brasileiro. Importância das medidas econômicas adotadas para combate aos efeitos da pandemia do coronavírus.

O SR. RAUL HENRY (Bloco/MDB - PE. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V.Exa., bem como os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, por este momento histórico que estamos vivendo, ao votar, por videoconferência, projetos importantes, projetos de interesse do povo brasileiro, no momento em que enfrentamos uma crise que jamais imaginaríamos pudesse acontecer.

Acho que a equipe econômica demorou a tomar as iniciativas necessárias, mas V.Exa., desde o início, tem apontado o caminho correto para a solução desta crise. A entrevista que V.Exa. dará hoje, por volta das 15 horas, é um roteiro para isso: inicialmente, pela proposta de um orçamento paralelo, um orçamento segregado, destinado exclusivamente a este fim, em que poderemos chegar à grandeza de 400 bilhões de reais, o que, no entanto, não é nada demais para um país que está enfrentando a crise que vimos enfrentando. Trata-se apenas de um aumento, de 76% para 82%, da dívida em relação ao PIB, portanto nada fora do razoável, diante da calamidade que estamos enfrentando. Em seguida, vem a tarefa mais difícil: conseguir realizar esta despesa, fazendo com que estes

recursos cheguem à ponta, para salvar as empresas e os empregos, atender aos trabalhadores informais e aos que fazem parte do cadastro único, mas que ainda não participam dos programas e das redes de proteção social. Acho que o roteiro é este.

Portanto, parabéns a V.Exa. pelas iniciativas e pela liderança deste processo!

Unidos, vamos continuar fazendo nossa parte e vencer as dificuldades, para que o Brasil consiga voltar à normalidade no menor tempo possível.

Muito obrigado.

Documento 252/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD	20:48
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	GENERAL GIRÃO-PSL -RN	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Parlamento brasileiro e ao Governo Federal pelas providências adotadas para combate à crise gerada pela pandemia de coronavírus.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muita satisfação para mim fazer parte deste movimento de concretização da força do Parlamento brasileiro de não fechar as portas, de não ficar parado neste momento de crise mundial como estamos vivendo.

Como todos sabem, eu ainda estou de quarentena, por ter contraído a COVID-19, mas estou assistindo desde ontem, em casa, às sessões, ansioso por me expressar. Cumprimento a todos os que usaram da palavra em tom conciliador, em respeito aos Poderes, num tom em busca de um caminho que solucione esta crise por que passa o Brasil. Este é o momento de construirmos soluções.

Parabenizo o Líder Major Vitor Hugo, o Governo brasileiro, o Presidente da República, o Ministro Paulo Guedes, que aquiesceram à necessidade da construção deste acordo, para atendermos aos mais necessitados neste momento.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, cumprimentando V.Exa. e todos

os Parlamentares que participaram dessas que são duas sessões históricas, lembrando que temos muito mais a produzir, porque nós temos disponibilidade e vontade de fazer o melhor pelo Brasil.

Um forte abraço a todos!

Que Deus nos proteja!

Documento 253/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	20:48
Publ.: DCD - 3/27/2020 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Investigação de denúncias de elevação de juros pelo sistema bancário. Defesa de suspensão de propaganda do Governo Jair Bolsonaro contra o isolamento social, lançada em contramão das recomendações médico-sanitárias para combate à disseminação do coronavírus.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Participação por videoconferência. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, inicialmente, quero reafirmar o protagonismo da Câmara dos Deputados, protagonismo que não pode ser perdido em momento nenhum: ninguém vai abafar este protagonismo. É fundamental que isso fique claro para a sociedade brasileira, por meio do comando de V.Exa.

Quero agradecer ao Relator Marcelo Aro, que a todo momento nos atendeu, com toda a sensibilidade e capacidade de diálogo; ao Deputado Orlando Silva, importante na articulação política com todos os partidos; e afirmar a capacidade de articulação da Oposição, que, de forma unitária, participou do processo, apresentando um projeto com valores mais elevados, aliás.

Sr. Presidente, quero não apenas realçar a importância desta votação para os segmentos da população que tanto precisam, como os microempreendedores, os trabalhadores informais participantes do cadastro único, os mais vulneráveis, mas também destacar o papel da

mulher chefe de família e, acima de tudo, fazer duas denúncias, como médica, profissional da saúde, Parlamentar e cidadã, denúncias que, na minha opinião, são muito graves diante do momento por que estamos passando.

Em primeiro lugar, não é possível mantermos os empregos e protegermos os micro e pequenos empresários quando os bancos, segundo a totalidade de denúncias dos setores econômicos, estão segurando os recursos e aumentando os juros. É importante que se apure esta denúncia e que tomemos medidas concretas.

Em segundo lugar, parece que ainda não caiu a ficha do Governo. O Governo lançou uma propaganda em redes sociais que vai na contramão de todas as orientações sanitárias, ao dizer que o Brasil não pode parar, estimulando as pessoas a ir para as ruas. Isso é criminoso, Presidente Rodrigo Maia! Isso é um crime! Nós precisamos ir para cima e sustar esta propaganda, que é gravíssima, criminosa, que o Governo acaba de lançar hoje, oficialmente, pelas redes sociais.

É muito grave o que está acontecendo. Não é possível que continuemos suportando essas ações que levam as pessoas à morte!

Nós estamos respondendo e precisamos continuar respondendo por mais proteção aos empregos, às micro, pequenas e médias empresas. Precisamos proteger os empregos, mas não podemos mais suportar que o Governo, criminosamente, leve as pessoas à morte. As pessoas não podem procurar um prato de comida e ser levadas à morte. Neste momento, a população tem que ficar em casa, e o Estado brasileiro tem que prover os empregos, a proteção das pequenas empresas e o prato de comida nas mesas.

Parabenizo a Oposição e a Câmara dos Deputados pela votação de hoje.

Nós votamos favoravelmente e com muita tranquilidade a este projeto.

Muito obrigada.

Documento 254/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-26/03/2020- 20:52
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	KIM KATAGUIRI-DEM -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário



Apoio à criação de programa de renda mínima para os trabalhadores brasileiros, diante da crise gerada pelo pandemia de coronavírus. Pedido aos Líderes partidários de votação de propostas de redução de gastos públicos. Apresentação pelo orador de projetos de lei sobre a redução salarial de servidores públicos e sobre a limitação de gastos com o cartão corporativo da Presidência da República. Contestação às críticas de Deputada opositora ao Parlamento brasileiro, pela não aprovação de proposta de criação de renda mínima.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sou favorável ao programa de renda mínima. Aliás, aproveito para saudar o saudoso Milton Friedman, economista liberal da Escola de Chicago, que consagrou um modelo de renda mínima no livro *Capitalismo e Liberdade*. No entanto, precisamos lembrar sempre que para qualquer gasto há um custo e precisamos, sim, falar da fonte destes recursos, e não simplesmente emitir títulos da dívida, títulos públicos, porque, no fim das contas, quem paga a dívida são os mais pobres, por meio de impostos. Todos sabemos que os impostos estão concentrados no consumo.

Portanto, eu peço aos Líderes e a V.Exa., Sr. Presidente, que votemos medidas de corte de gastos, de corte de salários da elite do funcionalismo público. Há uma proposição de minha autoria, entre várias outras de outros Deputados - não faço questão alguma que seja a minha - para que seja promovido um corte de 30%, 40%, 50% no salário de juízes, promotores, Deputados Federais, Senadores durante este momento de crise e de pandemia, para que tenhamos recursos e não endividemos ainda mais o País. É claro que não vamos conseguir cumprir nossa meta e vamos ter que endividar o País, mas podemos endividá-lo o mínimo possível porque, no futuro, são os mais pobres que vão pagar a conta.

Podemos utilizar os recursos do fundo partidário, já há proposição de alguns Deputados neste sentido. O Presidente da República também tem que dar o exemplo. Há um projeto de minha autoria para limitar os gastos com o cartão corporativo da Presidência da República. O Presidente não precisa gastar com viagens, com assessores, com funcionários em hotéis de luxo neste momento de crise e de pandemia.

Para finalizar, Sr. Presidente, assusta-me ver uma Deputada que parece ter disputado as eleições apenas para ter foro privilegiado, ao dizer que o Parlamento não está sendo socialmente responsável ao não aprovar um salário mínimo como renda mínima, ao dizer que o Parlamento pode aprovar qualquer gasto que quiser, porque a decretação de calamidade pública foi aprovada, quando, durante os governos do partido da Deputada, a renda mínima instituída era de 80

reais, como o Bolsa Família. Depois de ter ficado 13 anos no Governo e no poder, agora ela vem dizer que é uma irresponsabilidade social do Governo e do Parlamento para com os mais pobres não aprovar uma renda de um salário mínimo, quando ela mesma teve a oportunidade, quando no Governo, de aprovar este salário mínimo como renda mínima.

Portanto, que o Parlamento tenha responsabilidade com o País, que mantenha o isolamento e uma rede de proteção social mínima, mas que corte os gastos que for necessário cortar.

Muito obrigado.

Documento 255/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	20:56
Publ.: DCD - 3/27/2020 - CARLOS VERAS-PT -PE		
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Pedido ao Presidente Rodrigo Maia e aos Líderes partidários de votação do Projeto de Lei nº 844, de 2020, sobre o estabelecimento de regras específicas de concessão imediata de benefícios previdenciários e assistenciais no período de vigência do estado de calamidade pública decretado no País.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Quero cumprimentá-lo, nosso Presidente Rodrigo Maia, e quero cumprimentar os demais Deputados e as Deputadas neste dia histórico.

Essa foi uma vitória da vida, Presidente, uma vitória desse Parlamento, muitas vezes criminalizado, atacado, ameaçado, uma vitória do conjunto dos partidos de oposição que insistiram em superar aquela proposta apresentada pelo Governo Federal, uma proposta imoral, de 200 reais apenas. Chegamos hoje a 1.200 reais por família. As pessoas não vão ter agora que escolher entre o vírus e a fome, porque vão ter uma renda mínima para que possam continuar ajudando a combater esse vírus.

Quero fazer um registro importante, Presidente Rodrigo Maia, sobre nossa luta em defesa da micro e da pequena empresa. Um amigo seu e de muitos daí, o saudoso Pedro Eugênio, sempre lutou em defesa da micro e da pequena empresa, e hoje temos a satisfação de dar continuidade a essa luta.

Antes de encerrar, Presidente, digo que apresentei um projeto de lei, o PL 844/20, que garante de forma imediata a concessão de benefícios da Previdência Social no tocante à aposentadoria, à LOAS e ao auxílio-doença. As pessoas não aguentam mais ter que amargar fila de espera para ter acesso a benefício do INSS. Nós precisamos agir, porque isso também é renda para as pessoas. Elas não vão ter que sair de casa. E, quando alcançam a idade que lhes permite a aposentadoria, têm que enfrentar fila. Esse benefício tem que ser concedido de forma imediata.

Eu lhe peço, Presidente Rodrigo Maia, e aos Líderes de todos os partidos empenho e apoio para que esse projeto avance e possa garantir a muitos que esperam na fila o direito de obter o benefício justo da Previdência Social.

Hoje é um dia de vitória da vida, do povo brasileiro que luta contra essa pandemia.

Um forte abraço!

Documento 256/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	21:00
Publ.: DCD - 3/27/2020 - MARCELO ARO-PP -MG		
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Agradecimento ao Presidente Rodrigo Maia e Líderes partidários. Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 22, apresentadas ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. Para proferir parecer. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Presidente, antes de falar sobre as emendas que foram feitas pelos colegas Deputados - também escutei todos os Deputados -, antes de

dar o parecer referente às emendas, acho que é importante fazer alguns esclarecimentos, porque sei que, depois do parecer às emendas, vamos para a votação. Faço agora minha consideração ou a faço depois?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Pode fazê-la agora, Deputado.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG. *Participação por videoconferência.*) - Durante toda a tarde, escutei os nobres colegas. Queria agradecer a todos. Considerando tudo o que tenho ouvido a respeito desse consenso que está sendo criado no Parlamento para que aprovemos agora o relatório, eu quero agradecer desde já.

Quero agradecer primeiramente ao Presidente Rodrigo Maia, que foi quem me confiou esta relatoria.

Obrigado, Presidente Rodrigo Maia. V.Exa. conduziu com maestria, mais uma vez, esta discussão. Eu não tenho dúvida de que o Parlamento, hoje, torna-se ainda maior no cenário político nacional. Foi o Parlamento que trouxe para si esta discussão, através da sua Presidência, através de toda a condução dos trabalhos que V.Exa. fez.

Também quero agradecer ao Líder do Progressistas, o Deputado Arthur Lira, grande amigo e Líder que também nos confiou esta relatoria - eu não poderia deixar de dizer isso -, e ao amigo Deputado Eduardo Barbosa, de Minas Gerais. Se não fosse também o Deputado Eduardo, nada disto estaria acontecendo. Ontem fiquei até tarde conversando com o Deputado Eduardo Barbosa. Hoje cedo ele foi o primeiro a me ligar, o tempo inteiro ficou sugerindo modificações no texto, ajudando na articulação. Então, o meu muito obrigado ao colega Deputado Eduardo Barbosa!

Agradeço ao correligionário Deputado Aguinaldo Ribeiro, Líder da Maioria, que me deu todo o apoio durante esse trabalho, e a algumas pessoas, Presidente, que seria injustiça da minha parte não citar aqui. A Deputada Jandira Feghali foi uma ferrenha defensora deste projeto. Ela me ligava e dizia: "*Marcelo, vamos mudar isso, vamos fazer aquilo*". Fez isso sempre com espírito de estadista, pensando nas pessoas. Deputada Jandira, aqui fica o meu reconhecimento.

Agradeço à Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB, e ao nosso querido amigo Deputado Orlando Silva.

Também agradeço ao Deputado Marcelo Ramos, do PL, à Deputada Leandre, à Deputada Soraya, que me ligou e pediu algumas modificações, ao Deputado Felipe Rigoni, enfim, eu poderia aqui passar o dia agradecendo a todos os Deputados que construíram esse

texto conosco. Meu muito obrigado a todos e meu pedido de desculpas se esqueci alguém. Agradeço do fundo do coração a todos que colaboraram com o texto.

Presidente, agora já entrando na questão das emendas, eu não tenho dúvida de que este Parlamento dá hoje uma resposta ao povo brasileiro. Quando essa discussão começou, o Ministro Paulo Guedes sugeriu 200 reais para os trabalhadores informais. Nós fomos negociando, e ele propôs 300 reais, mas nós dissemos que não arredaríamos o pé de 500 reais. O Governo considerou essa proposta e concluiu por 600 reais. Portanto, agradeço também ao Líder Major Vitor Hugo e ao Governo, que finalmente se sensibilizou para essa causa, para a importância de atender as pessoas mais vulneráveis, o engraxate, a pessoa que trabalha no sinal. Obrigado ao Governo por entender isso.

Presidente, relatar este projeto é motivo de honra e de alegria. Saio hoje daqui com a sensação de dever cumprido. Nesses 5 anos em que estou no Parlamento, obviamente houve muitas grandes ocasiões, mas hoje, devido a este projeto que estou relatando, está ainda mais claro para mim o motivo de eu estar aqui: estou realmente emocionado por podermos ajudar tantas pessoas espalhadas pelo Brasil.

Passo ao parecer às emendas de plenário, Presidente.

"Durante a discussão, foram apresentadas 19 emendas.

As Emendas nºs 5, 7, 10, 15 e 19 tratam da autorização do INSS para antecipar o valor do Benefício da Prestação Continuada durante o período de 3 meses. O acordo celebrado entre os Líderes partidários já contempla a essência do que foi possível avançar nessa matéria.

Ressalto ainda que as Emendas nºs 5, 7, 10, 15 e 19 estão prejudicadas, pois já foram contempladas no substitutivo.

As Emendas nºs 8, 9, 14 e 18 propõem que, a partir de 1º de janeiro de 2021, o disposto no art. 20-A da Lei nº 8.742 deva ser utilizado para o planejamento das políticas públicas. As demais trazem temas variados.

Sr. Presidente e demais colegas, estamos concentrando os reflexos no art. 20-A ao período de emergência de saúde pública que estamos enfrentando, de modo que solicito a compreensão dos nobres pares para mantermos o texto do substitutivo com pequenas correções feitas na forma da subemenda substitutiva que apresento.

Nela procedo à substituição do termo 'poderá' no *caput* do art. 2º do substantivo pelo termo 'será', que certamente melhor denota a vontade deste Parlamento de determinar esse pagamento, não estando na

esfera de discricionariedade do Poder Executivo conceder ou não.

Aproveito ainda para fazer pequeno ajuste de inconsistência material para, no lugar do §2º no art. 20-A da Lei nº 8.742, de 1997, constar '*§1º Em decorrência, modifiquem-se as remissões feitas nos §§ 3º, 4º e 5º a este dispositivo*".

Ainda incorporo o pleito relativo à família monoparental, chefiada por mulher, manifestado por vários Parlamentares aqui, para prever que a mulher provedora de família monoparental receberá duas cotas do auxílio.

Por fim, suprimo o §11 do art. 2º do presente substitutivo.

Por essas razões, sou pela admissibilidade financeira e orçamentária, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário, e, no mérito, rejeitamos as emendas e propomos a seguinte subemenda substitutiva" -- a subemenda já foi entregue a todos os Líderes.

Obrigado.

Documento 257/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	21:08
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Pedido ao Relator Marcelo Aro de acatamento integral da Emenda nº 11.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, agradeço a V.Exa. a generosidade, mas não vou usar todo o tempo. Quero apenas pedir uma correção no relatório do Deputado Marcelo, a quem cumprimento pelo trabalho e a quem agradeço ter incorporado parte da nossa Emenda nº 11, o que para o PSOL é uma vitória. A parte da emenda que dá à mulher

provedora de família uniparental duas cotas de auxílio foi incorporada. A parte que propunha o valor de 1.000 reais não foi incorporada -- seguiremos lutando por um valor ainda maior de renda básica emergencial. O fato é que, ao contemplarmos a questão das mulheres, permitimos aos 40% dos lares brasileiros chefiados por mulheres uma renda de 1.200 reais -- as muitas mães que sustentam 4 filhos passarão a ter essa renda de 1.200 reais.

Então, eu pediria essa gentileza ao Deputado Marcelo Aro. Sei que isso foi reforçado pelo pleito de vários partidos, mas estava na nossa emenda com amplo apoio, e essa parte foi incorporada pelo Relator e contou com a sensibilidade dos Parlamentares e de V.Exa., Presidente, que ontem encerrou a sessão para que pudessemos avançar neste tema hoje.

Deixo esse registro, bem como o de que o Presidente Bolsonaro, a meu ver, sofre do mal da mentira compulsória. Todo o Brasil sabe que ele queria 200 reais de renda miserável. Todo o Brasil sabe que ele não fez nenhum esforço pela instalação do isolamento social, que ele queria atender os mercados. Todo o Brasil sabe que houve uma luta política pela elevação dessa renda, o que conseguimos e está sendo aprovado na noite de hoje. Bolsonaro foi derrotado e o povo saiu ganhando. Lutaremos para ampliar ainda mais a renda emergencial.

Agradeço a deferência.

Documento 258/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	21:12
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	ALEXANDRE PADILHA-PT -SP	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço questão de orientar a bancada do PT a votar "sim" a este projeto, que consideramos uma grande vitória, uma

vitória dos que não concordam com o dilema a que querem submeter os trabalhadores e trabalhadoras: salvar sua vida ou salvar sua renda; salvar a vida do pai, da mãe, dos filhos ou salvar o emprego.

Estamos aprovando uma proposta que salva vidas e que salva a renda da grande maioria da população. Estamos aprovando uma proposta que garante 1.200 reais para todas as famílias que ganham até 3 salários mínimos no País. Temos, portanto, uma vitória dos instrumentos criados ao longo dos Governos Lula e Dilma, uma vez que só é possível viabilizar a distribuição da renda básica emergencial que estamos aprovando hoje porque um dia foram criados o Bolsa Família, o Cadastro Único e Cadastro dos Microempreendedores Individuais. Temos uma vitória dos que defendem o Estado necessário, o Estado que garante investimentos sobre os que defendem o Estado mínimo. Temos uma vitória, sobretudo, deste Parlamento.

Bolsonaro, desde que começou esta pandemia, já fez vídeos, *lives*, desrespeitou o Ministério da Saúde, mas não mandou para este Congresso uma proposta real de renda mínima, limitou-se a anunciar a renda mixaria do Ministro Guedes, padrão "pibinho" do Ministro Guedes. O Congresso Nacional assumiu a responsabilidade e está aprovando aqui uma renda básica emergencial.

Por fim, faço uma saudação ao nosso Senador Eduardo Suplicy, um grande defensor, desde o começo, da renda básica e da cidadania.

Suplicy, o mundo está vendo que só há como enfrentar o coronavírus garantindo renda básica, cidadania e sistemas públicos de saúde.

O PT vota "sim", vota pela vitória do povo brasileiro no dia de hoje.

Documento 259/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	21:12
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	BIA KICIS-PSL -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Parlamento brasileiro e ao Governo Federal pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Repúdio às agressões desferidas no plenário contra o Presidente Jair Bolsonaro. Perseguição

praticada na Casa contra Deputados do PSL.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero celebrar este momento em que o Parlamento e o Governo Federal chegaram juntos a uma solução que vem acolher o povo brasileiro, principalmente os mais necessitados.

Parabéns, pela condução do processo, a todos os Líderes.

Quero cumprimentar o Deputado Major Vitor Hugo, Líder do Governo, que brilhantemente também ajudou a conduzir este processo, e deixar minhas homenagens ao Presidente Bolsonaro, que mostra mais uma vez sua preocupação com todo o povo brasileiro.

Presidente, a única coisa que eu lamento no dia de hoje é que alguém possa usar esta tribuna para fazer dela um divã psiquiátrico e, em vez de liderar o partido neste momento de crise, desferir agressões ao Presidente Bolsonaro.

Quero dizer, inclusive, Presidente, que eu, que apresentei o Ministro Paulo Guedes ao Bolsonaro, nunca me arvorei em conselheira do Presidente. Isso não é coisa que se faça, não é uma postura digna.

Quero falar aqui em nome dos Deputados do PSL, que têm se sentido completamente perseguidos. Eles estão até sendo tirados das Comissões.

Mas hoje é dia de celebrar. Mais uma vez, parabéns a todos os envolvidos, principalmente ao Presidente Bolsonaro, que estendeu a sua mão ao povo, àquele povo mais necessitado do Brasil!

Parabéns a todos os Parlamentares, àqueles que estão participando remotamente e aos que estão presentes! Essa vitória é nossa. Essa vitória é do povo brasileiro.

Vamos prosseguir em busca exatamente das soluções, com corte de gastos, uso também do fundo eleitoral para socorrer as pessoas, cortes em salários de servidores públicos. Quem pode contribuir mais neste momento tem essa obrigação. Estamos todos juntos pelo Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sumário

Aplausos ao Presidente Rodrigo Maia pelo funcionamento da Casa durante a pandemia de coronavírus e pelo empenho na votação de matérias de relevante interesse do povo brasileiro. Empenho da Presidência na realização de reformas constitucionais. Congratulações à bancada federal mineira, ao Líder do Governo, Deputado Major Vitor Hugo, e ao Presidente Jair Bolsonaro pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. DIEGO ANDRADE (Bloco/PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, no interior de Minas eu ouvi uma frase que eu guardei para mim: "*Quem quer fazer dá um jeito; quem não quer, dá uma desculpa*". Eu queria parabenizá-lo, porque V.Exa. deu um jeito de mobilizar a equipe desta Casa e colocar o Parlamento para funcionar, com precaução, com cuidado, para votar as medidas importantes. V.Exa. também deu um jeito de levantar recurso de onde não havia nada, em um País cujas dificuldades todo mundo conhece. Sabemos também do seu compromisso em apoiar as reformas e consertar o Brasil, mas é hora de socorrer, e V.Exa. uniu todos os Líderes, todos os Parlamentares na construção de um acordo.

Eu queria parabenizar, de forma muito especial, os meus colegas da bancada mineira, os dois mineiros Deputado Eduardo, autor do projeto, e Deputado Marcelo, Relator, pelo brilhante trabalho feito sob a sua condução, Presidente.

Queria homenagear também uma pessoa que fez um trabalho brilhante aqui hoje, o Deputado Major Vitor Hugo, que é Líder do Governo. Ele, de forma habilidosa, compreendeu a construção de V.Exa., a construção dos Líderes, a construção dos Parlamentares e a levou até o Presidente da República, sendo que não é fácil, neste momento de crise, sem arrecadação, convencê-lo.

A verdade tem que ser dita. O Presidente pode ter se equivocado em algumas palavras na sua fala, mas o conteúdo do que eu ouvi ele falar é o que nós estamos praticando aqui: não é para parar completamente, é preciso ter responsabilidade. Eu vejo alguns aqui dentro falando que se deve parar. Dá vontade de dizer: "*O que você está fazendo*"

aqui?" Temos que continuar, com responsabilidade, é claro.

Neste momento, nós temos que estar todos juntos. Temos que agradecer ao Presidente da República, que compreendeu a costura que fez o Presidente da Câmara, que foi um gigante de botar isso aqui para funcionar e de escolher essa pauta. Eles são dois homens do bem. Apesar de qualquer dificuldade, de qualquer desentendimento momentâneo, tenho certeza de que o que vai reger o País e as próximas ações é esse espírito do diálogo, da construção e da resposta.

São 25 milhões de brasileiros recebendo 1.200 reais!

Parabéns, Presidente, pela sua construção! Sem a sua determinação e sem V.Exa. ter dado um jeito e não uma desculpa, nós não teríamos essa construção. V.Exa. merece os nossos aplausos.

Parabéns também ao Presidente Bolsonaro, por ter compreendido e ter dado força ao Deputado Major Vitor Hugo para que a matéria seja aprovada hoje aqui!

O Brasil hoje sai vitorioso, com 25 milhões de pessoas atendidas até que essa crise do coronavírus passe. Se Deus quiser, ela vai passar rápido.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 261/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD	21:20
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	REGINALDO LOPES-PT -MG	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta noite é histórica, porque de fato o

Parlamento brasileiro assume seu papel, seu protagonismo. E V.Exa., na qualidade de Presidente, tem muito mérito. Apesar da inércia do Governo, V.Exa. garantiu o processo de votação, pautou o projeto, uma ação extremamente importante para salvar vidas do nosso povo. E hoje estamos aprovando este projeto.

Essa aprovação, logicamente, também é um ganho da Oposição, que desde o primeiro momento foi contra os 200 reais. Hoje nós podemos dizer que a maioria das famílias brasileiras irão receber 1.200 reais. Este é o início de um processo para o Brasil pós-pandemia. Quando formos discutir a reconstrução do nosso País, vamos ter que considerar que a renda mínima é um grande instrumento para enfrentar as desigualdades e o desemprego estrutural do século XXI. Por isso, nós demos um passo importante nesse debate com a sociedade brasileira.

E é muito importante o fato de todos os partidos políticos, de maneira suprapartidária, estarem encaminhando o voto favorável, porque eu acredito que nós teremos que transformar esse projeto em um projeto permanente de transferência de renda para as pessoas mais vulneráveis no Brasil.

Documento 262/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/03/2020- CD 21:20
Publ.: DCD - 3/27/2020 - PAULO GANIME-NOVO -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votamos nesta Casa hoje um projeto muito importante para a população, não só para aquela parcela que mais necessita, mas para a que vai necessitar mais rapidamente do apoio do Governo e do nosso apoio na Câmara dos Deputados. Nós temos ajudado e contribuído para que as empresas não quebrem, para que as empresas continuem podendo operar, uma vez que a crise acabe. Contudo, a população que nós alcançamos com essa lei é aquela a que o dinheiro vai faltar rapidamente no bolso e a comida vai faltar rapidamente em casa. E nós precisamos, sim, de soluções para essa

situação.

Com certeza, a solução que damos hoje não é a que queremos a longo prazo, mas é emergencial, uma solução para suprir uma necessidade causada pelo coronavírus.

O que queremos para o Brasil e para esta população é que, no futuro, todos tenham condições de trabalhar e conseguir garantir seu ganho por conta própria. Enquanto isso não é possível, são importantes medidas emergenciais como esta, para garantir que essas pessoas possam sobreviver e possam alimentar suas famílias.

Este é um grande dia nesta Casa, num momento de emergência, num momento de necessidade extrema para a população brasileira. Ficamos felizes com que tenha havido o apoio dos Parlamentares de todos os partidos, independentemente da visão ideológica. Eu acho que esta é uma grande vitória para o povo brasileiro, principalmente, como falei antes, para aqueles que mais vão sofrer com a crise e com o coronavírus.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 263/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-26/03/2020-
	CD	21:28
Publ.: DCD - 3/27/2020 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA	DOS	PARECER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949, para garantia ao empregado infectado com coronavírus do afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa da apresentação de atestado médico.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para proferir parecer. *Participação por videoconferência.* Sem revisão da oradora.) - Boa noite a todos.

Parecer ao Projeto de Lei nº 702, de 2020:

"No mérito, pela aprovação da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, na forma do substitutivo que ora apresento, e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo

da CTASP apresentado ao PL 702/2020."

Esse é o parecer.

Vamos rapidamente ao substitutivo, Sr. Presidente, depois desta importante noite de respeito ao povo brasileiro.

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 702, de 2020, dos Srs. Deputados Alexandre Padilha e outros.

"Acrescenta dispositivo à Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Autor: Deputado Alexandre Padilha.

Relatora: Deputada Alice Portugal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

Art. 6º (...)

§ 4º Durante período de estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), declarada a imposição de quarentena, o empregado será dispensado da comprovação do motivo da quarentena por sete dias, devendo providenciar a imediata comunicação do fato ao seu empregador.

§ 5º No caso de imposição de quarentena, o trabalhador poderá apresentar como justificativa válida, no oitavo dia de afastamento, em substituição ao disposto no § 2º deste artigo, documento de unidade de saúde do SUS ou documento eletrônico regulamentado pelo Ministério da Saúde.

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 26 de março de 2020."

Assina a Deputada Alice Portugal, Relatora.

Sr. Presidente, estou à sua disposição para discussão. Nós tivemos emendas, e eu tenho aqui o meu parecer sobre as emendas.

38.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020-
CD 21:28

Publ.: DCD - 3/27/2020 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949, para garantia ao empregado infectado com coronavírus de afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa de atestado médico.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Serei bastante rápido, Presidente.

Esse projeto de lei vai permitir que o empregado de quarentena, como disse a Deputada Alice Portugal, tenha o prazo de uma semana para apresentar atestado médico ao empregador. Eu encaminho favoravelmente ao projeto, assim como toda a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, aproveito para dizer que, enquanto comemoramos a vitória -- vitória do Congresso Nacional -- de estabelecemos rendas de 600 reais e de 1.200 reais para ajudar a população a aguentar a quarentena, o Presidente Bolsonaro faz outra coisa.

A Deputada Jandira Feghali já fez a denúncia: o Presidente está fazendo campanha, chamando o povo para sair às ruas e para voltar ao trabalho. Trata-se de campanha institucional da Presidência da República contra tudo o que a Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde vêm orientando. Bolsonaro está convocando as pessoas, em vários Municípios do Brasil, para que façam passeatas e voltem ao trabalho, desafiando Prefeitos e Governadores -- uma coisa impressionante! Com o Bolsonaro não existe vitória da política, porque ele está sempre guerreando e semeando o ódio.

Eu peço ao Ministério Público que fique atento; eu peço a V.Exa., Presidente Rodrigo Maia, que acione o Ministério Público, para que puna as pessoas que estão convocando passeatas, manifestações públicas, retorno ao trabalho. Que os guardas municipais e as polícias militares fiquem atentos a quem está fazendo isso estimulado pelo Presidente da República.

Comemoremos vitória, mas, com o Bolsonaro, fiquemos sempre atentos, porque, infelizmente, ele está sempre pronto para guerrear, não para governar e unir o País. Enquanto o Bolsonaro não sair, o

Brasil não terá paz!

Parabéns, Presidente, por tentar fazer com que a política tenha mais valor que essa atrocidade fascistoide que o Presidente da República está fazendo!

Muito obrigado.

Documento 265/318

38.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -26/03/2020- CD 21:32
Publ.: DCD - 3/27/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 3, apresentadas ao Projeto de Lei nº 702, de 2020, sobre a inserção de dispositivo na Lei nº 605, de 1949, para garantia ao empregado infectado com coronavírus de afastamento do trabalho por sete dias, com dispensa de atestado médico.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Para proferir parecer. *Participação por videoconferência. Sem revisão da oradora.*) - Sr. Presidente, antes de entrar nas emendas propriamente ditas, eu parabeno V.Exa. e toda a Casa pelo alto grau de responsabilidade dos Srs. Líderes e de todos os Deputados e Deputadas.

Gostaria de dizer que é necessário coragem para termos saúde, portanto, fiquem em casa!

Na condição de farmacêutica e bioquímica, tenho muita honra de relatar o projeto do Deputado Alexandre Padilha. Gostaria de dizer que, nesta semana, teremos outra oportunidade de a muitas mãos elaborarmos o projeto sobre o receituário remoto. Isso é muito importante e requer acuidade.

A todos que apresentaram emendas por estarem aflitos para regular essa questão peço que amanhã façamos a muitas mãos esse projeto.

Vamos ao parecer das Emendas de Plenário nºs 1 e 3.

"No mérito, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 e 3 pela CTASP, e, na CCJ, pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa.

É o parecer."

As emendas não têm acordo com o conteúdo focal do projeto, que diz respeito a atestado médico em período epidêmico e de quarentena, e por isso foram rejeitadas, não obstante o mérito da questão relativa ao receituário.

Tanto eu quanto o Deputado Alexandre Padilha estaremos à disposição dos autores das emendas para elaborarmos juntos um projeto. Refiro-me especialmente ao Deputado Kim Kataguiri, que insistiu em incorporar o tema do receituário a este projeto, o que infelizmente não cabia.

Vamos fazer um projeto só sobre receituário, garantindo antibióticos e medicação de uso contínuo para os brasileiros que vão contrariar civilmente aqueles que defendem a morte e vão preservar sua vida, com o beneplácito da Câmara dos Deputados, que acaba de aprovar a renda emergencial mínima.

Parabéns, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Este é o parecer às emendas de plenário.

Documento 266/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 18:44
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	PEDRO WESTPHALEN-PP -RS
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer ao Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (Bloco/PP - RS. Para proferir parecer. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - "O Projeto de lei dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

Autor: Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. e Deputada Carmen Zanotto.

Relator: Pedro Westphalen.

Relatório.

Trata-se de emenda substitutiva do Senado ao projeto de lei aprovado com o objetivo de proibir as exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil, enquanto perdurarem a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em Decorrência de Questão Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV).

A emenda substitutiva aprovada, conforme o texto da Senadora Eliziane Gama, propôs as seguintes alterações no texto aprovado nesta Casa: incorporou o texto do projeto de lei a diploma normativo vigente, Lei nº 13.979, de 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019.

Adéqua também a terminologia empregada na proposição da legislação atual da enfermidade do COVID pela OMS e alterou a expressão "*emergência em saúde pública para importância nacional*" para a expressão constante na Lei nº 13.979, de 2020, "*emergência em saúde de importância internacional*", de igual provisão de rescisão parcial de importação desses produtos em vez de apenas a proibição, bem como ampliou o escopo das medidas para proibição e rescisão das exportações, também para medicamentos e insumos biológicos.

A matéria foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, para análise de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em plenário.

Voto do Relator.

Entendemos oportunas e meritorias essas alterações aprovadas e apresentadas na emenda substitutiva. Dessa forma, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, somos pela aprovação do projeto na forma do substitutivo do Senado.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, indústria, Comércio e Serviços, somos pela aprovação da matéria, conforme o substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de toda a matéria."

É isso, Presidente.

Documento 267/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	18:52
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	CARLOS VERAS-PT -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Parlamentares pela aprovação consensual de projetos de lei destinados à proteção dos trabalhadores brasileiros diante da crise gerada pela pandemia de coronavírus. Solidariedade aos desabrigados pelas chuvas no Estado de Pernambuco. Exigência de imediata sanção presidencial dos Projetos de Lei de nºs 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa, e 786, de 2020, acerca de alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista à autorização em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, da distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Boa tarde, amigo. Tudo bem?

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. *Participação por videoconferência.*) - Tudo bem, amigo. Parabéns pelo grande trabalho!

Quero cumprimentar todas as Parlamentares e todos os Parlamentares e dizer da importância desta noite, já iniciada, para podermos aprovar esses projetos sem polêmica, com consenso do conjunto do Parlamento, para ajudarmos toda a população brasileira e o País a superarem este momento tão difícil por que estamos passando.

Cada dia que passa, o povo brasileiro espera muito mais do

Parlamento, espera muito mais de todos nós Parlamentares, porque vê neste Congresso Nacional a esperança de superar estes momentos tão difíceis por que passa. É muito importante que, na noite de hoje, nós possamos adiantar bastante e aprovar o maior número de projetos, para poder avançar naquilo que o povo brasileiro tanto espera desta Casa.

Presidente, aproveito para prestar solidariedade a todo o nosso povo pernambucano. O povo sertanejo, além de sofrer com a pandemia do coronavírus, está sofrendo também com a grande quantidade de chuvas e com as enchentes. Foram mais de 10 anos sem que chovesse na quantidade que está chovendo agora. Muitos pajeuzeiros, companheiros da minha cidade, Tabira, de Serra Talhada, de Iguaracy, de Sertânia, de Águas Belas, no Agreste, de vários Municípios, estão sofrendo com as cheias e desabrigados. São muito necessárias a nossa solidariedade e a nossa ajuda. Quem puder, é muito importante ajudar essa população a superar mais essa dificuldade.

Também quero cobrar. Acho que tanto V.Exa. quanto este Parlamento têm a missão de cobrar do Governo Federal que o projeto da renda mínima e o projeto da merenda escolar sejam sancionados e que esses recursos sejam liberados o mais rápido possível, de imediato, porque quem tem fome tem pressa, não tem como esperar.

Então, é importante que o Governo Federal diga quando vai pagar os recursos do programa de renda mínima ao conjunto da população, porque todos esperam esse recurso, todos esperam esse benefício aprovado por esta Casa, para que possam sobreviver, para que possam passar por estes dias, para que possam superar estes momentos de dificuldade com mais dignidade.

Nós estamos aqui. Eu acho que é papel do Parlamento cobrar do Governo Federal a liberação desses recursos de forma imediata, o mais rápido possível. É isso o que se espera do Estado. As pessoas precisam do Governo, precisam do Estado brasileiro para isto, para protegê-las.

Então, Governo Bolsonaro, Presidente Bolsonaro, libere de imediato esse auxílio para o conjunto da população, libere os recursos do renda mínima, libere a merenda para a população brasileira.

Documento 268/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 31/03/2020-
	CD	19:00
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. Prioridade da Casa na votação do Projeto de Lei nº 1.176, de 2020, sobre a isenção da cobrança de impostos incidentes na fabricação e comércio de materiais necessários para combate ao coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Boa noite, Presidente!

Boa noite a todos os Parlamentares e a todos que assistem à TV Câmara!

Este é um projeto que debatemos na Comissão Externa que acompanha a pandemia de coronavírus, e ele é muito importante, em função dos absurdos preços que estão sendo praticados. A exportação de produtos e a dificuldade da importação no mercado internacional buscando insumos, equipamentos de proteção individual e outros indispensáveis à assistência fizeram com que esse projeto viesse a ser apresentado e aprovado na Câmara. A substituição proposta pelo Senado vai criar dificuldades, ao delegar ações ao Ministério da Saúde, num momento em que precisamos ter uma decisão firme do Parlamento contra a proibição de máscaras, luvas, gorros, aventais, ventiladores pulmonares, equipamentos de monitoramento. Então, Presidente, somos a favor da manutenção do texto da Câmara, em vez de aprovarmos o texto do Senado.

Mas não vamos parar por aí, não basta proibir a exportação. Sr. Presidente, nós queremos pedir prioridade ao Projeto de Lei nº 1.176, de 2020, e queria pedir sua prioridade, que apresentamos e que trata da isenção de impostos para esses insumos, equipamentos de proteção individual, equipamentos de assistência em terapia intensiva. Essa isenção de impostos pode reduzir em 30%, em média, o preço desses equipamentos, que são imprescindíveis para salvar muitas vidas e para garantir a proteção de profissionais de saúde. Já perdemos colegas profissionais de saúde, muitos já estão contaminados. Estamos com dificuldade.

Quero pedir aos Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde que garantam equipamentos de proteção individual para agentes comunitários, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Eu sei que estão tendo dificuldades, dificuldades na aquisição, dificuldades pelos preços absurdos que estão sendo praticados.

Portanto, quero pedir a aprovação do texto que foi aprovado com a

Presidência de V.Exa. na Câmara dos Deputados, proibindo a exportação da produção nacional. Na sequência, Presidente, espero que possamos pautar o Projeto de Lei nº 1.176, que faz com que a isenção de impostos reduza os preços absurdos que estão sendo praticados.

Hoje, já foram computadas 201 mortes, com 5.717 casos. Portanto, a gripezinha, o resfriadozinho é só na cabeça do insano que ocupou a Presidência da República num momento tão difícil do nosso País. O Parlamento está fazendo a sua parte. Temos certeza de que iremos aprovar o texto original, proibindo a exportação desses itens.

Obrigado.

Documento 269/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	19:04
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	SAMUEL MOREIRA-PSDB -SP DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Defesa da criação de comissões para acompanhamento de gastos públicos no combate à crise gerada pela pandemia de coronavírus. Necessidade de adoção, pelo Governo Federal, de ações proativas em defesa da população brasileira diante da Covid-19. Expectativa quanto ao pronunciamento do Presidente da República à Nação. Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero aproveitar para fazer uma reflexão que me preocupa bastante, especialmente na área da economia. Eu acho que a saúde tem feito um trabalho bem relevante, e a economia ficou um pouco para trás.

Já foi contratado o aumento da dívida brasileira, e nós somos sócios dessa dívida, porque aprovamos o estado de calamidade - com certeza, fizemos o correto. Agora, é preciso que haja um mínimo de controle desses gastos.

Eu sei que o Presidente Rodrigo Maia tem uma preocupação com o orçamento segregado, e a minha preocupação é no sentido de que nós possamos criar Comissões para acompanhar essa questão do estado

de calamidade. Preocupo-me bastante para que possamos caminhar também um pouco nesse sentido.

Também devemos cobrar do Governo - hoje vimos o Paulo Guedes já em uma coletiva - que a área econômica avance mais, explicando especialmente para a área da economia e do trabalho as providências, as medidas, os detalhes e debatendo mais com a sociedade, para dar mais segurança para a população com relação às suas atitudes, aos seus empreendimentos. Então, devemos cobrar do Governo uma atitude mais proativa nas medidas relacionadas à parte econômica.

Tenho outra preocupação, Presidente. Eu acho que agora a situação está um pouco mais tranquila. O Presidente vai fazer um pronunciamento hoje à noite, do qual eu não sei o formato, pois ele sempre nos surpreende, e infelizmente de uma maneira negativa ultimamente. Ele tem surpreendido inclusive os seus próprios aliados, mas eu espero que hoje ele possa criar um tipo de sintonia maior, no sentido de preservar as vidas e também tomar atitudes rápidas e fortes na área da economia.

Nós do Parlamento somos, de fato, presididos por V.Exa. e temos esse papel de ponderação. V.Exa. vem desenvolvendo esse papel importante, moderado e com atitudes para manter a robustez, a força do nosso tecido social, garantir as instituições fortes e firmes, garantir o processo de democracia que nós conquistamos, sem retrocesso. Cumprimento V.Exa. para que continue cumprindo esse papel moderador entre os Poderes da nossa Nação.

Também quero dizer que eu sou favorável ao projeto.

Muito obrigado.

Documento 270/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	19:04
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	PADRE JOÃO-PT -MG DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. Repúdio ao posicionamento do Presidente da República contrário ao isolamento social, medida necessária para enfrentamento da Covid-19.

Sumário

Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. Expectativa quanto ao pagamento do auxílio pecuniário emergencial concedido aos trabalhadores informais e às famílias em situação de vulnerabilidade, preconizado no Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Apoio à aprovação de medidas destinadas ao amparo das famílias vulneráveis, à garantia do emprego dos trabalhadores brasileiros e à proteção das pequenas e microempresas diante da pandemia de coronavírus. Importância do isolamento social como medida preventiva da Covid-19.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, colegas Parlamentares, este é um momento muito grave da nossa conjuntura política, sanitária e econômica. Ao discutir um projeto como este, estamos dando a nossa contribuição para que não haja o desabastecimento de produtos e equipamentos que são fundamentais para o combate ao coronavírus no Brasil.

Nós nos posicionamos favoravelmente a este projeto, porque entendemos que ele é muito importante. Esta é uma contribuição decisiva da Câmara Federal, assim como temos feito com outras matérias importantes que estão sendo votadas, como a renda básica emergencial, aprovada na semana passada. Aliás, esperamos que o Presidente Bolsonaro pague logo às famílias.

Trinta milhões de pessoas esperam esse pagamento: desempregados, empreendedores individuais, mulheres, cadastrados no Bolsa Família e no Cadastro Único. Essas pessoas precisam dessa renda para manter a casa e a saúde.

Além disso, a Câmara discute outras ações na área econômica. Ontem o PT apresentou o projeto Ninguém Demite Ninguém. Nós precisamos de uma medida econômica que seja robusta, a exemplo de outros países, para garantir o emprego dos trabalhadores das empresas que tiveram que encerrar as suas atividades, ou melhor, suspendê-las durante a quarentena. Então, vamos votar 300 bilhões de reais para apoiar a micro e a pequena empresa do nosso País.

Por fim, quero dizer que, infelizmente, o quadro vai se agravar nos

próximos dias. Os números estão mostrando isso. Então, só saia de casa se você tiver extrema necessidade. Não ouça o Presidente da República. Ouça a Organização Mundial da Saúde, ouça o Ministério da Saúde, ouça as autoridades sanitárias. Nós precisamos respeitar as recomendações e ficar em casa. Aqueles que tiverem que sair tenham muito cuidado. Não ouçam o Presidente.

Vamos juntos! O Brasil vai vencer esta crise que nós estamos vivendo.

Documento 272/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 31/03/2020-
	CD	19:12
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	AIRTON FALEIRO-PT -PA	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Imediato pagamento pelo Governo Federal, do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores informais e famílias carentes, preconizado no Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Imediata sanção presidencial da matéria. Defesa de aprovação pela Casa de projeto de lei extensivo do benefício emergencial a outras categorias. Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer coro com os meus colegas e, primeiro, dizer da importância do que a Câmara dos Deputados aprovou na semana passada. Aqui, no Estado do Pará, a repercussão foi muito boa. Esse nosso projeto que cria a renda mínima emergencial apresenta-se como uma solução, em especial para os setores mais necessitados do nosso País.

Na medida em que o Senado seguiu o mesmo ritmo da Câmara dos Deputados, aprovando também esse projeto, a expectativa agora é que o Presidente da República o sancione o mais rápido possível. Nós estamos, como disse o meu colega Deputado Helder Salomão, nessa movimentação "pague logo, Bolsonaro". Precisamos fazer com que esses recursos cheguem até a mesa desse povo trabalhador.

Queremos aproveitar a oportunidade para dizer que está nas nossas mãos a responsabilidade de trabalhar também um projeto de lei que cuide dos empregados que não serão contemplados pelo projeto de renda mínima.

Esses empregados devem se manter no emprego, com o salário pago pelos empresários que tenham condições ou pago pelo Governo. Assim, nós daremos conta de cuidar da saúde das pessoas e, ao mesmo tempo, da economia do nosso País, tanto da classe trabalhadora, que está hoje empregada, passando por necessidades, como também desses setores contemplados com o programa de renda mínima.

Sobre a matéria, nós vamos votar favoravelmente, porque é uma matéria de interesse da sociedade brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 273/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 31/03/2020-
	CD	19:16
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	JOSÉ NELTO-PODE -GO	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da Covid-19. Aprovação pela Casa da proposta de concessão, a trabalhadores informais e famílias carentes, do auxílio pecuniário emergencial de R\$ 600 reais diante da pandemia de coronavírus. Apreensão do orador com a situação das grandes, médias, pequenas e microempresas brasileiras. Importância do isolamento social como medida preventiva do coronavírus. Discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Eu lamento muito as ações do Presidente da República, ações nefastas contra a nossa população.

Hoje, o Congresso Nacional é o Poder moderador, é o Poder que está focado em todas as decisões para colaborar com o Brasil. Eu vejo que há uma unidade entre os Parlamentares. Não vejo hoje o debate político no Congresso Nacional. A nossa única salvação é a unidade do povo brasileiro, unidade esta que não quer o Presidente, que

desrespeita o Ministro da Saúde. Aí eu pergunto: quem é que tem razão? É o Presidente, o Ministro Mandetta ou a Organização Mundial da Saúde? O Presidente dá um péssimo exemplo ao povo brasileiro.

Nós temos que cuidar das famílias vulneráveis, daquele que mora na favela, daquele que mora no bairro, daquele que não tem emprego. O Governo tem essa obrigação - a Nação tem dinheiro, o País tem dinheiro - de entregar comida.

No Congresso Nacional, na semana passada, nesta Câmara dos Deputados, nós garantimos uma renda de 600 reais, o que não era a proposta do Governo. É bom lembrar, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que o Governo queria entregar 200 reais para cada desempregado, cada mãe ou pai de família. Com a ação do Congresso Nacional - eu quero deixar bem clara a posição de todos os Líderes, de todos os Deputados -, sob o comando de V.Exa., nós agimos com muita seriedade, e esse valor chegou a 600 reais. É o ideal? Não.

O ideal seria um salário mínimo, como está acontecendo lá nos Estados Unidos, com o valor de 1.000 dólares, mas sabemos que a nossa economia é outra. Temos que cuidar primeiro da saúde, fornecendo alimentação e medicamentos, e também da nossa economia.

Eu estou muito preocupado com a economia, com o microempresário, com o pequeno, com o médio e com o grande também. Nós não podemos matar a galinha dos ovos de ouro. Porém, não podemos aceitar a irresponsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro de sair receitando medicamento para a população. Medicamento para a população tem que ser receitado por médicos, com o apoio de cientistas e da Organização Mundial da Saúde. Não há ainda uma vacina, um medicamento aprovado - nem pela ANVISA nem por outro órgão internacional - que venha salvar a vida de quem foi atacado pelo coronavírus. Então, o isolamento social é a saída. É preciso ter todos os cuidados: lavar as mãos, usar álcool em gel, manter o distanciamento social e ficar em casa. Quem puder fique em casa. Se sair, saia com responsabilidade.

Sr. Presidente, eu aprovo esta matéria, este projeto de lei que dispõe sobre a proibição da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene para combater a epidemia do coronavírus.

O meu voto é favorável, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC
4/1/2020 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

ENCAMINHAMENTO DE
VOTAÇÃO
DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. Imediato pagamento, pelo Governo Federal, do auxílio pecuniário emergencial concedido aos trabalhadores informais e às famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19, preconizado no Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Na semana passada, o Congresso americano votou uma lei que obriga as empresas americanas a fabricarem tudo o que o Congresso americano decidir que é importante para o enfrentamento ao coronavírus. Essa é uma ação a ser tomada pelo Parlamento de qualquer país quando se está em momento de dificuldade, em momento de guerra, como este, em que estamos em guerra contra o coronavírus.

Tudo o que for fabricado no Brasil pela indústria brasileira que puder estar a serviço da sociedade brasileira precisa ser direcionado nesse sentido. Portanto, foi correta a posição da Câmara de proibir a exportação. Não entendo como o Senado não conseguiu ter esse olhar. Nós somos contra a decisão do Senado e mantemos a posição da Câmara.

Eu queria também, Sr. Presidente, ressaltar que a decisão da Câmara dos Deputados na semana passada, homologada ontem pelo Senado da República, de criar uma renda mínima para as famílias pobres do Brasil enfrentarem este momento de pandemia, tendo o direito de ficar em casa, como ordena a Organização Mundial da Saúde, foi a decisão mais correta. Entretanto, eu quero dizer também que essas pessoas, em casa já há um tempo, estão precisando comer. Não adianta o Presidente da República circular pela cidade, como tem feito, apertando a mão das pessoas, dizendo que aquelas pessoas, se saírem das ruas, não vão ter o que comer. O Presidente pode, sim, resolver esse problema. Basta começar a pagar o que a Câmara e o Senado decidiram, que é a renda mínima emergencial, nesse período

de crise, nesse período de dificuldade. Há uma campanha no País hoje que diz "*Paga logo, Bolsonaro!*"

O Governo Federal está lento, devagar. Assim que a Câmara tomou a decisão, já podia ter avançado. Hoje já poderia estar sendo anunciada a forma do pagamento. O Presidente Bolsonaro sabe que ele pode resolver isso, porque o Congresso e o Supremo já decidiram tirar todas as amarras sobre o Orçamento. O Presidente Bolsonaro pode gastar o que quiser para garantir a saúde da população.

Então, Presidente, para a população ter saúde, pague logo a renda mínima que o Congresso votou. "*Paga logo, Bolsonaro!*"

Quem tem fome tem pressa!

Documento 275/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 19:28	
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.-PP -RJ DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assistimos a cenas, em todo o Brasil, de milhares de profissionais de saúde atendendo nas unidades básicas de saúde e nos hospitais sem os devidos equipamentos de proteção individual.

Os profissionais de saúde deste País são os principais profissionais da linha de frente no combate ao coronavírus. Os profissionais de saúde deste País imploram por uma medida efetiva que proíba as exportações neste momento. Essas foram as medidas que a Alemanha tomou, que os Estados Unidos tomaram. Neste momento, não pode haver qualquer outro tipo de preocupação. Nós estamos à beira de uma epidemia, e os Prefeitos não conseguem comprar respiradores, os Governadores não conseguem comprar respiradores. Nós vamos deixar a nossa produção ser exportada?

Eu tenho confiança total no Ministro Mandetta. Eu faço um apelo a esta Casa para que mantenhamos o texto da Câmara, que deixa claro que,

enquanto durar a emergência nacional de saúde pública, não podem ser exportados esses itens. Como profissional de saúde, Deputado Otoni, vendo as pessoas na ponta usando saco plástico por não terem um avental, eu faço esse apelo a esta Casa para que tenha sensibilidade. O nosso Presidente propôs um orçamento de guerra. No momento de guerra, temos que ter decisões radicais.

Por isso, o PP apoia o projeto da Câmara dos Deputados.

Documento 276/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	19:32
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	HILDO ROCHA-MDB -MA DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Baleia Rossi vai encaminhar, Sr. Presidente.

Eu tenho uma posição diferente. Eu sou contra a proposta da Câmara. Eu prefiro a do Senado, até porque a do Senado economiza a quantidade de legislações, pois está mudando uma legislação já existente, que nós criamos há poucos dias. Além disso, nós estamos tratando de comércio internacional. Quando se trata de comércio internacional, como V.Exa. sabe muito bem, existe retaliação. Se fecharmos totalmente o nosso comércio para o mercado externo, nós vamos sofrer retaliação.

Portanto, eu tenho esse pensamento e vou até pedir que se justifique o meu voto.

Sou contra o voto do Deputado Baleia Rossi, mas o Deputado Baleia vai encaminhar.

Documento 277/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	19:36
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	CARLOS SAMPAIO-PSDB -SP	

Sumário

Posicionamento do orador sobre a votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, acho que aqui no plenário alguns Líderes estão com uma certa dúvida. Pelo menos a mim assiste uma dúvida: o rol apresentado por nós na Câmara é um rol taxativo e, além disso, abre a perspectiva para o Ministro poder também incluir outros itens? Se isso é o que de fato existe no texto - eu não o tenho aqui em mão -, estou convencido de que o melhor projeto é o da Casa. Mas, se o nosso rol for taxativo, não dando qualquer liberdade ao Ministro para incluir outro item de relevância, eu ficaria com a votação do Senado.

Por isso, digo a V.Exa. que eu precisaria de um esclarecimento - não sei se por parte da Mesa - sobre a taxatividade do projeto da Câmara e sobre a perspectiva de o projeto também abrir para o Ministro ir além desse rol. Se o próprio projeto da Câmara abrir para o Ministro ir além, eu fico com o projeto da Câmara, e orientamos o voto "não" para o substitutivo do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - É o Relator ou o texto. A Mesa não tem como ajudar V.Exa. no mérito da matéria.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) - Não se trata do mérito. Eu indago se o texto da Câmara, ao exemplificar com respiradores, máscaras, luvas, também abre a perspectiva para que o Ministro o faça. Se for assim, o projeto da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Foi o que eu disse. Trata-se do mérito. Portanto, quem tem que lhe falar é o Relator.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) - Então, eu pergunto ao Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Eu acho que tinha que ter perguntado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) - Sr. Presidente, eu fui até V.Exa. antes de começar a discussão, para colocar a dúvida, e V.Exa. me pediu que aguardasse o momento de falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Sim. Estávamos na discussão. Havia inscritos. Eu dei a palavra a quem estava inscrito.

Documento 278/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -31/03/2020- CD	19:36
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Teor de dispositivos do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - "*§ 1º Sem prejuízo da inclusão de outros produtos por ato do Poder Executivo, ficam proibidas as exportações nos termos do caput deste artigo (...)*". Aí o texto descreve: várias modalidades de luvas, ventiladores, EPIs que estão fazendo falta nos hospitais. E, no último parágrafo, diz: "*§ 2º Ato do Poder Executivo poderá excluir a proibição de exportação de produtos, desde que por razões fundamentadas e sem prejuízo de atendimento da população brasileira*".

Então, o Ministro da Saúde tem a possibilidade de incluir e também, por razões fundamentadas, de excluir, mas fica resguardada uma série de produtos que são necessários à proteção individual.

Documento 279/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -31/03/2020- CD	19:36
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulação ao Presidente Rodrigo Maia pela condução dos trabalhos legislativos de combate à pandemia de coronavírus. Elogio ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao

combate à epidemia de coronavírus.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos no Parlamento. V.Exa. está do lado da verdade. Eu aprendi na vida que a verdade sempre vence. Eu tenho certeza de que V.Exa. vai sair muito maior desse processo, porque toda a sociedade brasileira está acompanhando a sua responsabilidade cívica com o Brasil.

Quero parabenizar o Ministro Mandetta pela responsabilidade com o País. Eu não tenho dúvida de que este é um momento de unidade nacional, independentemente da coloração partidária. O Congresso precisa estar unido, para nós enfrentarmos este momento desafiador dos pontos de vista social e econômico.

Nós votaremos "não" ao substitutivo do Senado e votaremos "sim" ao texto da Câmara. No Republicanos, nós fechamos questão nesta matéria, Sr. Presidente.

Documento 280/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	19:40
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	ZÉ SILVA-SOLIDARIEDADE -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. ZÉ SILVA (Bloco/SOLIDARIEDADE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realizamos há alguns instantes uma reunião da nossa bancada e fizemos uma avaliação desse momento. O consenso entre nós é que às medidas que estão sendo tomadas pelo Governo está havendo uma barreira enorme, e elas não estão chegando às pessoas que precisam manter o isolamento e precisam dessa estratégia para que nós tenhamos o melhor resultado possível e vençamos essa pandemia.

O Solidariedade também, seguindo o acordo feito entre os Líderes desta Casa, vota "não", para manter o texto aprovado aqui na Câmara

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	19:44
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	EDUARDO COSTA-PTB -PA DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da contratação de médicos brasileiros formados no exterior para auxílio nos trabalhos de combate à Covid-19. Falta de testes para comprovação do contágio de profissionais da saúde por coronavírus. Aprovação, pelo Senado Federal, Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PTB apoiamos o projeto e achamos de fundamental importância que no dia de hoje tenhamos essa aprovação. Quero dizer que temos que garantir efetivamente os EPIs, Equipamentos de Proteção Individual, para os profissionais da saúde. Só hoje os hospitais Albert Einstein e Sírio Libanês afastaram mais de 450 profissionais, porque estão contaminados pelo coronavírus.

Temos, também, que apoiar a vinda dos médicos formados no exterior, porque eles nos ajudarão. Trata-se de um exército de mais de 15 mil profissionais que querem dar o seu apoio, querem estar aqui atuando como profissionais de saúde. Nós temos que dar a eles essa oportunidade, porque faltarão profissionais que queiram trabalhar nas condições em que estão atuando os nossos profissionais de saúde.

Quero também falar sobre o aumento do número de síndromes respiratórias agudas em mais de 445% nestes últimos 3 meses. Isso se dá também pela falta de testes. Não temos testes para comprovar se essas pessoas estão ou não contaminadas. Então, o afastamento muitas vezes se dá sem a comprovação efetiva de que aquele profissional está ou não contaminado.

Quero elogiar o Senado da República pela aprovação, no dia de ontem, do "coronavoucher", que é como está sendo chamado o projeto, e também pela inclusão dos trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Estamos na fase de orientação, Líder. Como vota o PTB: "sim" ou "não"? Para orientar, o tempo é só de 1 minuto, Deputado.

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. *Participação por videoconferência.*) - Então, Presidente, quero devolver a V.Exa. a palavra e dizer que o PTB apoia o projeto em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - É "sim" ou "não", Deputado Eduardo Costa? (*Pausa.*)

Alguém está com o sistema aberto aqui. O combinado foi que ninguém deixaria o sistema aberto. Deputado Otoni, o sistema não pode ficar aberto aqui. Agradeço a V.Exa.

Como vota o PTB, Deputado Eduardo Costa?

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. *Participação por videoconferência.*) - O PTB apoia o projeto em discussão. Eu queria reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Deputado, V.Exa. deve orientar sobre a manutenção do texto da Câmara ou a aprovação do que veio do Senado; é "sim" ou "não".

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. *Participação por videoconferência.*) - Então, o PTB apoia o projeto em discussão. Eu não sei se o áudio estava ligado quando eu estava falando há pouco...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Estava, sim.

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. *Participação por videoconferência.*) - Mas eu quero reforçar que os profissionais de saúde têm...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Não, Deputado. O tempo é de 1 minuto. Vamos respeitar os outros, porque daqui a pouco todo mundo vai reclamar e querer falar por mais tempo.

O SR. EDUARDO COSTA (Bloco/PTB - PA. *Participação por videoconferência.*) - Então, Presidente, eu quero deixar registrado que o PTB...

(*Desligamento da transmissão.*)

Documento 282/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -31/03/2020- CD	19:48
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. Natureza leviana da declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a inexistência de recursos para o pagamento do auxílio pecuniário emergencial de R\$ 600 reais concedido a trabalhadores informais e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus, preconizado no Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

O PSOL vota "não". Nós achamos que, obviamente, o projeto que foi votado na Câmara é muito melhor. O lucro não pode estar acima da vida. Os nossos médicos, enfermeiras e enfermeiros, os profissionais da saúde estão nos hospitais sem luvas, sem máscaras, sem os equipamentos de proteção individual. Houve um enorme aumento do valor desses insumos, que estavam sendo vendidos no mercado internacional, com o dólar lá em cima, e os nossos profissionais da saúde ficaram sem as medidas necessárias para proteger as suas vidas.

Então, nós votamos "não", para proibir as exportações de vários materiais fundamentais para os profissionais da saúde nos hospitais.

Mas vou usar os 20 segundos que me restam, Presidente, para dizer que é uma irresponsabilidade, uma mentira leviana do Paulo Guedes dizer que não tem recursos para pagar a renda básica aprovada de forma célere por esta Casa e depois pelo Senado. O Governo deveria

estar editando já uma medida provisória para garantir os 600 reais e os 1,2 mil reais para os trabalhadores informais. Mas, não: ele vai para a imprensa mentir, chantagear a Câmara dos Deputados e, ao mesmo tempo, não cumprir a sua responsabilidade. Em vez de ficar fazendo *lives* com banqueiros, como muito bem falou a economista Mônica de Bolle, ele deveria estar preocupado em como pagar imediatamente esse valor para os trabalhadores informais, para aqueles que são MEI, para aqueles que precisam desse direito para não terem que escolher entre pegar o vírus ou morrer de fome. Infelizmente, seguem chantageando o povo. Nós vamos denunciá-lo e exigir o pagamento imediato.

Documento 283/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -31/03/2020- CD 19:48
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. Importância do isolamento social como medida preventiva da Covid-19.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Cidadania vota "sim" ao texto da Câmara e "não" ao texto do Senado.

Quero fazer só duas observações. O § 1º diz claramente: "*Sem prejuízo da inclusão de outros produtos por ato do Poder Executivo*". Se alguma coisa ficou fora da lista, e o Ministério da Saúde entender necessária, ele poderá incluí-la. E, pelo § 2º, também por ato do Poder Executivo, ele poderá excluir alguns itens dessa lista que foi apresentada por nós da Comissão Externa, que é presidida tão bem pelo nobre Deputado Dr. Luizinho - e eu sou a Relatora -, com a participação de grandes homens e mulheres da nossa Casa.

Lembro, Presidente, na condição de enfermeira, que somos 80% da força de trabalho. Tenho atuado todos os dias ante essa pandemia, e a principal queixa dos Secretários Municipais e Estaduais, bem como a maior preocupação do Ministro Mandetta e toda a sua equipe é a falta de equipamentos de proteção individual, para que garantamos essa força de trabalho com segurança, porque são esses profissionais que estão recebendo os casos suspeitos nas unidades básicas de saúde,

nas UPAs, na porta de entrada dos hospitais.

Se perdermos a força de trabalho, se perdermos os homens e mulheres que sabem atuar nas UTIs, que sabem atuar nas emergências, que estão nas unidades hospitalares e nas unidades de saúde como um todo, não vamos salvar vidas.

O que está aqui é uma proteção à população brasileira, uma proteção aos homens e mulheres - jovens, adultos e idosos - que precisam do atendimento de saúde neste momento, quer seja na rede pública, quer seja na rede privada, porque não temos ainda respiradores e monitores suficientes e o básico: luvas, máscaras, aventais.

Por isso, registro a importância do isolamento social. O isolamento social não é um luxo, o isolamento social é um período em que precisamos nos adequar a essa realidade, que ainda vai ficar muito pior, se não tomarmos as providências necessárias neste momento.

Documento 284/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 20:00	
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	AGUINALDO RIBEIRO-PP -PB DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria encaminha o voto "não", mantendo o texto da Câmara dos Deputados.

Quero só destacar que a Câmara tem sido rápida nas apreciações. Mais uma vez, nós estamos dando chancela ao Executivo para que possa executar as ações. É isso que nós esperamos que aconteça rapidamente. Temos recebido diversas demandas, em todos os lugares, principalmente no meu Estado. Há uma pressão muito grande.

O Senado votou, ontem, matéria de auxílio aos informais, no valor de 600 reais, mas não entendi por que não foi sancionada matéria tão importante como esta. O objetivo é que entre em operacionalidade imediatamente, para que as pessoas não continuem sofrendo como

estão sofrendo.

Então, nós orientamos o voto "não", mantendo o texto da Câmara, Sr. Presidente.

Documento 285/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 20:00	
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus. Indignação da oradora com o atraso no pagamento, pelo Governo Jair Bolsonaro, do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores informais e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus, preconizado no texto do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Participação por videoconferência. Sem revisão da oradora.) - Presidente, dá para falar? Já está aberto o microfone?

Presidente, a posição da Minoria é pelo texto da Câmara, na medida em que precisamos dos equipamentos para proteger a vida e proteger os profissionais de saúde.

A maioria dos países do mundo, neste momento, proíbe suas exportações. Está difícil, inclusive, importar - está difícil. Então, nós precisamos manter o texto da Câmara.

Aproveito também para fazer a denúncia de uma política propositada que aposta na morte, feita pelo Presidente Bolsonaro, não só pela ampliação do contágio mas também pelo não cumprimento das decisões do Congresso Nacional. Ele não sanciona a matéria e não paga.

Hoje, inclusive, eu vi V.Exa. na coletiva de imprensa mostrando a sua

indignação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Vamos encerrar, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Participação por videoconferência.*) - Quando o Governo anuncia para 16 de abril o pagamento da renda emergencial da população, não é um deboche, é uma política propositada de apostar no caos. Tem que pagar...

Documento 286/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -31/03/2020- CD	20:04
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	ANDRÉ FIGUEIREDO-PDT -CE DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Parlamentares pela votação de matérias destinadas ao enfrentamento da pandemia do coronavírus. Orientação de bancada na votação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 668, de 2020, proibitivo da exportação de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE. Pela ordem. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Gostaria de parabenizar todos os Parlamentares, independentemente do campo ideológico de que façam parte, por estarem se dedicando diariamente a discutirmos as pautas necessárias para o enfrentamento dessa pandemia e, é claro, V.Exa., pela condução dos temas principais sobre os quais o Legislativo precisa se debruçar, até para compensar a omissão do Poder Executivo.

A Oposição vota "não" ao texto do Senado e "sim" ao texto da Câmara, mas deixando muito claro o apelo a V.Exa. e a todos os Líderes para, até o final desta semana, trabalharmos um texto que contemple a proteção ao emprego, a proteção às médias, pequenas e microempresas, para que possa o Brasil passar por esta pandemia e para que tenhamos instrumentos que façam com que o povo brasileiro se sinta mais forte e confiante no Legislativo.

A Oposição vota "não" ao texto do Senado.

Documento 287/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	20:08
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	GLEISI HOFFMANN-PT -PR DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consulta à Presidência sobre a votação de projeto de lei destinado à preservação de salários e empregos diante da crise gerada pelo coronavírus.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Peço a V.Exa. um esclarecimento, Sr. Presidente.

Quando nós vamos votar o projeto que trata da manutenção dos salários e dos empregos, que, me parece, é tão essencial quanto esse do seguro que garante renda?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Estamos aguardando a edição da medida provisória, prometida para hoje ou amanhã. Senão, trabalharemos com os projetos apresentados por diversos Deputados neste plenário a partir de amanhã.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Ótimo, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Votar amanhã, não. Vamos começar a trabalhar amanhã. Aguardo o Governo até amanhã, porque eu acho que é o correto o Governo enviar a medida provisória, porque ela tem efeito imediato. Até amanhã nós aguardamos. Vamos juntar os projetos dos Parlamentares e construir um texto, negociado com a equipe do Governo, e daremos celeridade a um projeto, se a decisão do Governo não for a de encaminhar até amanhã uma medida provisória ou um projeto de lei do Poder Executivo, para que nós possamos garantir os empregos que estão em risco neste momento.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Seria nesta semana, então?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Acredito que sim.

Documento 288/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	20:12
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	TEREZA NELMA-PSDB -AL	

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Imediato pagamento, pelo Governo Federal, dos auxílios pecuniários de R\$ 600 reais e R\$ 1.200 reais concedidos, respectivamente, aos trabalhadores informais e às mulheres chefes de família, preconizados no texto do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

A SRA. TEREZA NELMA (PSDB - AL. *Participação por videoconferência*. Sem revisão da oradora.) - Boa noite mais uma vez.

O Projeto de Lei nº 232-A, de minha autoria, junto com a Deputada Federal Carmen Zanotto, visa ao combate do coronavírus, que assola o nosso País. Hoje, no meu Estado, Alagoas, foi constatada a primeira morte, e no Brasil já temos 5.717 casos confirmados de COVID-19.

Assim, o projeto de lei propõe que cerca de 6 bilhões de reais que se encontram atualmente parados nas contas dos Fundos de Saúde Distrital, Estaduais e Municipais sejam aplicados em ações para enfrentamento à pandemia do COVID-19. Queremos facilitar a regra orçamentária. O nosso projeto vai liberar recursos para serem utilizados na emergência de saúde que está sendo vivenciada pelo País. Que os recursos remanescentes de exercícios anteriores possam ser usados para o combate do coronavírus!

Além disso, gostaria de reafirmar a necessidade de que todos permaneçam em casa, seguindo as orientações e diretrizes do Ministério da Saúde.

Peço que o Governo Federal pague urgentemente os 600 reais aos trabalhadores informais que mais precisam e também os 1.200 reais que serão destinados às mulheres chefes de família.

A aprovação desse projeto é fundamental neste período, para que todos os recursos existentes disponíveis sejam usados na defesa da vida.

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	20:16
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	JORGE SOLLA-PT -BA	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Pedido ao Ministro Luiz Henrique Mandetta de aquisição de equipamentos de proteção dos profissionais da saúde. Imediato pagamento, pelo Governo Federal, do auxílio pecuniário de R\$ 1.200 reais concedido às mulheres chefes de família, constante no texto Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Reiteração do pedido à Presidência de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.176, de 2020, sobre a isenção da cobrança de impostos incidentes na fabricação e comércio de materiais necessários para o combate ao coronavírus.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é fundamental a liberação de recursos dos Fundos Municipais de Saúde e dos Fundos Estaduais de Saúde para essa situação de enfrentamento da pandemia, que é uma grande emergência, do ponto de vista de saúde pública.

Quero aproveitar também para cobrar do Ministério da Saúde a compra em larga escala e centralizada de equipamentos de proteção individual. Nós temos recebido queixas de vários profissionais de saúde, especialmente de agentes comunitários de saúde, sobre a dificuldade de continuarem sua atuação. Muitos profissionais de saúde já estão contaminados. Muitos já tiveram inclusive que parar suas atividades.

É importante que não somente os Municípios fiquem com a responsabilidade dessa aquisição, como também que sejam feitas compras centralizadas num momento em que os preços disparam e é fundamental garantir a proteção a esses profissionais. O esforço na produção nacional é importante, bem como a disponibilidade dos saldos dos Fundos Estaduais de Saúde e dos Fundos Municipais de Saúde para a aquisição, por parte do Ministério.

O Ministério está demorando muito para tomar medidas fundamentais. Somente há 1 semana adquiriu testes rápidos, e somente ontem

estava fechando o pregão para comprar ventiladores pulmonares. Além disso, até agora não distribuiu a quantidade mínima para assegurar a atividade dos profissionais.

É importante também, Presidente, desmascarar as mentiras do Presidente Bolsonaro e do Ministro Paulo Guedes. O projeto que eles queriam aprovar era o da suspensão dos contratos sem pagamento de salários. Era a Medida Provisória nº 927, que foi rechaçada imediatamente por todas as Lideranças do Congresso. O Congresso aprovou o seguro emergencial. O Partido dos Trabalhadores propôs o seguro emergencial, que foi aprovado com o valor de 1.200 reais por família, inclusive no caso da família que tenha apenas a mãe, e é importante que esse pagamento seja feito imediatamente.

Pague logo, Bolsonaro! A população brasileira precisa receber esses recursos! Em vez de você ir às ruas contradizer as orientações do seu Ministro da Saúde, você deveria enquadrar o Ministério da Economia e garantir a liberação dos recursos necessários para salvar a vida dos brasileiros.

Nós não podemos permitir isso. Todas as vidas são fundamentais, e a população brasileira não irá admitir a forma irresponsável como o Governo vem tratando essa situação, tanto em relação às medidas sanitárias - nós temos que ter mais celeridade, insisto, na compra dos EPIs - quanto em relação à distribuição de recursos do seguro emergencial.

Quero, por fim, pedir mais uma vez que seja pautado o Projeto de Lei nº 1.176, de 2020, que nós protocolamos nesta Casa, para a isenção de impostos incidentes sobre todos os equipamentos de proteção individual de que os profissionais de saúde precisam para o seu trabalho.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 290/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-31/03/2020-
	CD	20:20
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do



Distrito Federal e dos Municípios. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário ao isolamento social para combate à disseminação do coronavírus. Imediato pagamento, pelo Governo Federal, do auxílio pecuniário emergencial concedido aos trabalhadores informais e às famílias carentes, constante no bojo do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, também vou encaminhar favoravelmente ao texto que veio do Senado, porque são medidas evidentemente importantes neste período de coronavírus.

Existe um estudo feito agora, na Universidade Federal de Minas Gerais, pelos economistas da Faculdade de Ciências Econômicas - FACE, que revela que o pico dessa pandemia, aqui em Minas, será entre 26 de abril a 11 de maio. A estimativa dos economistas, que é baseada na ciência - eu sei que o Presidente Bolsonaro não acredita muito nisso -, é de que esse pico vai contagiar em torno de 2 milhões e 500 mil pessoas. Isso significa que, se houver uma letalidade de 1%, há o risco de haver 25 mil mortos em Minas; se a letalidade chegar a 3%, seria um verdadeiro desastre, com 65 mil pessoas mortas.

Esse problema é, de fato, algo muito grave, e nós temos que tomar atitudes para minimizá-lo. A questão é que nós temos um Presidente da República que joga do outro lado. Ele parece um quinta-coluna nessa guerra em que nós estamos em relação ao coronavírus. Por isso, alguns já o têm chamado de "Capitão Corona". Ele, em vez de pedir ao povo que fique em casa e tomar as medidas para garantir que isso possa acontecer, com uma renda mínima, age de outra forma: ele próprio vai às ruas e incentiva as pessoas a também irem.

Aqui em Belo Horizonte, principalmente nas periferias, aumentou muito a quantidade de pessoas nas ruas, e a responsabilidade disso é do "Capitão Corona", o Presidente Bolsonaro. Então, é preciso, em primeiro lugar, que nós continuemos essa campanha, para que as pessoas não sigam o que diz o Presidente.

Há mais duas questões importantes. Primeiro, ele tem que pagar essa bolsa emergencial. Como V.Exa. colocou muito bem, ele tem condições de fazê-lo, e deixar isso para abril é completamente temeroso. Segundo, precisamos cobrar dele que não nos envie essa medida provisória. Nós mesmos, do Congresso Nacional, teremos, como fizemos com a bolsa emergencial, que votar também o salário da

quarentena, que garanta estabilidade ao servidor e permita que o médio, o pequeno e o microempresário, através do Governo, garantam o salário dos trabalhadores. Ou fazemos isso, ou as pessoas realmente não conseguirão ficar em casa, e daqui a pouco nós teremos situações de calamidade pública.

Portanto, Presidente, tomara que nós consigamos vencer o coronavírus e vencer o "Capitão Corona", o quinta-coluna desse exército e, infelizmente, o Presidente da República.

Muito obrigado.

Documento 291/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 31/03/2020- 20:20
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	SAMUEL MOREIRA-PSDB -SP DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Sugestão à Presidência de delegação aos Líderes partidários da responsabilidade pela inscrição dos oradores para o uso da palavra nas sessões da Casa. Transcurso do aniversário natalício do Deputado Carlos Sampaio. Conveniência de informação à sociedade brasileira pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre os gastos governamentais no combate à Covid-19. Defesa de criação pela Casa de mecanismos de fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos destinados à reversão da crise gerada pela pandemia do coronavírus.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação a delegar, talvez nós possamos delegar a inscrição aos nossos Líderes, até porque eles conhecem o perfil de cada Deputado da bancada, a identidade que cada um tem com os temas. De fato, há sessões em que nos inscrevemos, mas não conseguimos falar. Em algumas sessões acabamos nos inscrevendo e falamos mais vezes. Essa é uma sugestão, até pela confiança que cada Deputado tem em seu Líder.

Faço aqui uma homenagem ao Carlos Sampaio, nosso Líder, que está aniversariando nesta data. Parabéns ao Carlão.

Sr. Presidente, acho que as consequências para o futuro já estão contratadas. Aumentamos a dívida do País enormemente. Se gastarmos, vamos comprometer o futuro; se não gastarmos,

comprometeremos mais ainda o nosso futuro. Então, só há uma saída: gastar bem. Isso me preocupa. Gastar bem significa que o Ministro da Economia, a equipe econômica, precisa falar com a sociedade, precisa fazer o que o Ministério da Saúde tem feito: dar duas entrevistas coletivas por dia, fazer mais coletivas, para esclarecer às pessoas detalhadamente os programas.

Isso é importante para dar mais transparência e segurança para cada cidadão, que tem atitudes a serem tomadas e definidas. Para nós isso é muito importante. E o fato de criarmos mecanismos de fiscalização e de acompanhamento pode parecer, num primeiro momento, uma atitude de segurar, de atrapalhar, mas não é! Essa é uma atribuição de cada Parlamentar. O Congresso tem a atribuição de fiscalizar. Esses gastos que estão liberados, essa dívida, o aumento da dívida que está liberada não pode ser como um barata-voa. Nós estamos falando de entes federativos, nós estamos falando de agentes públicos que precisam prestar contas, e nós precisamos, efetivamente, criar alguns projetos, definir alguns projetos, aprovar alguns projetos na direção da fiscalização. Isso me preocupa por conta do nosso futuro.

Então, além desta mensagem, eu queria deixar outra: uma cobrança para que o setor da economia do Governo fale mais com a sociedade, debata mais, a fim de que haja uma coordenação entre economia e saúde. É muito importante neste momento haver coordenação do processo.

Eu até vi um artigo do Senador Tasso Jereissati, em que ele recordava muito bem que, na época do apagão, quando infelizmente tivemos uma dificuldade enorme, nós tínhamos o Pedro Parente como coordenador de todas as ações, de todos os Ministérios. Nós temos programas em todas as áreas. Teremos prejuízos na educação, teremos prejuízos em vários setores. É preciso que o Governo faça a coordenação que não fez até agora. Aliás, o Presidente, parando de atrapalhar, já ajuda nessa coordenação.

Quero deixar essa mensagem, Presidente, e agradecer mais esta oportunidade.

Obrigado.

Documento 292/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-31/03/2020-
	CD	20:24
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Imediato pagamento, pelo Governo Federal, do auxílio pecuniário emergencial concedido aos trabalhadores informais e às famílias carentes, constante no bojo do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Necessidade de liberação, pelo Governo Jair Bolsonaro, de recursos às pequenas e microempresas para a manutenção de empregos durante a pandemia de coronavírus. Não liberação de recursos federais aos agricultores atingidos pela estiagem prolongada no Estado do Rio Grande do Sul. Necessidade de aquisição, pelo Governo Federal, da produção da agricultura familiar. Incapacidade do Presidente da República de condução do processo de combate à crise gerada pela pandemia de coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Eu quero insistir também nesse tema da liberação dos recursos para a área da saúde.

Os Municípios precisam dos recursos para comprar equipamentos, primeiro, para as pessoas que estão nas áreas da saúde e, em segundo lugar, para fazer testes. É fundamental que eles possam ser feitos!

Mas nós também precisamos fazer com que o pagamento da renda básica votada aqui seja feito imediatamente. A matéria precisa ser sancionada para que, ao mesmo tempo, os recursos cheguem às pessoas. Ou seja: pague logo, Bolsonaro!

Em terceiro lugar, as pessoas precisam de emprego. O emprego é fundamental, e para isso o Governo precisa fazer como o mundo faz: liberar recursos para manter o emprego e, ao mesmo tempo, para que as empresas possam receber esses recursos das pequenas e microempresas, fundamentalmente.

Eu estou aqui no Rio Grande do Sul vivendo também o tema da seca, a estiagem. Não foram repassados recursos por parte do Governo Federal aos agricultores do Estado do Rio Grande do Sul. Então, também é fundamental que esses recursos cheguem.

Por último, nós precisamos de compras da agricultura familiar, que produz comida, para serem distribuídas para a população que mais

precisa.

O Presidente precisa ouvir as orientações da Organização Mundial da Saúde, dos médicos, dos técnicos, dos cientistas e coordenar o processo. Mas ele não é capaz de coordenar esse processo da crise no Brasil. Por essa razão, ele precisa ser afastado o mais rápido possível.

Por isso, fora Bolsonaro!

Documento 293/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-31/03/2020-
	CD	20:28
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	PADRE JOÃO-PT -MG	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa e aos Líderes partidários pela aprovação de proposições destinadas ao combate à crise gerada pela Covid-19. Indignação do orador com a postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro no tocante à pandemia de coronavírus. Pedido aos Parlamentares de aprovação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 886, de 2020, a respeito de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares diante da crise provocada pela Covid-19.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, saúdo a Deputada Carmen Zanotto pela iniciativa e V.Exa. por coordenar essa força-tarefa.

O Congresso está respondendo à altura, com a agilidade e com a urgência que o nosso povo tem. Já que na semana passada viabilizamos recursos diretamente ao cidadão, cabe agora ao Governo fazer a regulamentação e viabilizar o acesso a esses recursos com urgência. Em vez de passear pelas ruas, o Presidente deveria estar trabalhando com a sua equipe para viabilizar esses recursos para o nosso povo que precisa. Então, é uma irresponsabilidade tamanha. Além de estar expondo, levando contradição à sua própria equipe, confundindo a cabeça do nosso povo, está se omitindo. Está se omitindo em coordenar, de fato, para que todo o Governo, como a força-tarefa, dê viabilidade ao que o Congresso está fazendo.

Na semana passada, tratamos de recursos diretos para o cidadão,

agora também tratamos de viabilizar recursos para os fundos, tanto para os Estados quanto para os Municípios. Isso é fundamental, porque, se num hospital do tipo do Sírio-Libanês já houve mais de 100 profissionais contaminados, imagine o caos que haverá já em meados de abril! Então, é fundamental viabilizar esses recursos, para que os Municípios criem condições - e condições dignas - para atender o nosso povo.

Há que se evitar o pico e tentar achatar a curva epidêmica. Infelizmente, o Presidente está querendo elevar essa curva de uma vez e assim inviabilizar um atendimento digno para o nosso povo. Então, manifesto ainda minha indignação com a postura do Presidente.

Parabenizo as Lideranças, o Colégio de Líderes, todos os Líderes, por viabilizarem esses recursos.

Sr. Presidente, eu encerro fazendo um apelo pela aprovação do requerimento de urgência apresentado pelo Deputado Guimarães, na condição de Líder da Minoria, a um projeto de lei de minha autoria, que é o PL 886/20, que dá apoio à agricultura familiar, tanto no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE quanto no Programa de Aquisição de Alimentos. Espero que possamos apreciar a urgência e viabilizar a votação desse projeto para dar guarida a comunidades quilombolas, agricultores familiares e pescadores, porque é fundamental o abastecimento. A segurança alimentar para o nosso povo tem que ser também prioridade absoluta. Assim, atende-se o campo e a cidade.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 294/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-31/03/2020-
	CD	20:32
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Realização de panelaço contra o Presidente Jair Bolsonaro em Fortaleza e região, Estado do Ceará. Afronta ao Congresso Nacional pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, demonstrada na declaração sobre a inexistência de recursos para pagamento do auxílio pecuniário emergencial concedido aos trabalhadores informais e às famílias



carentes, constante no bojo do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Proposta das Lideranças opositoras para proteção do emprego e do empresariado brasileiro diante da crise gerada pela Covid-19. Desprezo do Presidente Jair Bolsonaro para com o povo brasileiro. Empenho da Câmara dos Deputados na aprovação de medidas em prol da preservação da vida diante do coronavírus.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. *Participação por videoconferência.* Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento, ao encaminhar o voto favorável a esse projeto, eu queria dizer da minha... Eu estou em Fortaleza, Presidente, e exatamente agora se realiza um dos maiores painéis contra o Governo Bolsonaro, algo que fazia tempo que eu não via, tamanho o estrondo e, sobretudo, a reação das pessoas nos prédios aqui, em uma área nobre de Fortaleza, a região do Papicu e da Aldeota.

Eu queria dizer aos meus pares, os Deputados e as Deputadas, que isso mostra bem a indignação que tomou conta do País com as coletivas que foram dadas hoje pelo Ministro da Fazenda, pelo Ministro da Cidadania e pelo próprio Presidente da República.

Em primeiro lugar, nós temos que desmascarar essa ideia que o Paulo Guedes colocou de que não tem dinheiro para pagar o benefício emergencial que nós aprovamos nesta Casa. De que adianta o esforço que nós estamos fazendo - V.Exa. tem coordenado todo esse esforço aí na Câmara Federal -, a parceria que estamos fazendo em vários temas, buscando construir alternativas e propostas que preservem a vida de milhões e milhões de brasileiros, e o Governo dar um tapa desses na nossa cara? É uma agressão que ele faz ao Parlamento dizer que não tem dinheiro para pagar esse benefício emergencial e, o pior, põe o pagamento para 14 de abril. Isso é um crime de lesa-pátria que este Governo está fazendo com as famílias mais vulneráveis do País. Nós não podemos aceitar esse tipo de conduta do Governo.

Em segundo lugar, Presidente, quero dizer que nós estamos fazendo a nossa parte, assim como fizemos com a questão da Renda Cidadã e do seguro emergencial. Desde anteontem nós escutamos essa história de que vai ser editada uma medida provisória, mas ela não chega à Câmara Federal.

Nós precisamos, portanto, agir a partir de amanhã. Nós temos uma proposta conjunta que foi acertada entre os Líderes da Oposição. Queremos dialogar com o conjunto da Casa para pô-la em discussão e construir uma ampla unidade na Câmara Federal, mais uma vez em

defesa da saúde pública e em defesa do emprego.

Nós precisamos proteger as empresas, proteger os microempreendedores, os microempresários e, sobretudo, proteger o emprego, porque é disso que as pessoas precisam num momento tão grave como este, Presidente.

Por isso, aqui fica a nossa mensagem ao esforço que estamos fazendo em sessão remota, todos nós espalhados pelo País afora.

Nós precisamos dizer que o Brasil não suporta mais um Governo com tamanha irresponsabilidade, com tamanho mau-caratismo, com tamanho desprezo pelo povo brasileiro. Os carros começam a sair nas ruas buzinando. Chega! Não dá mais para aguentar! É uma irresponsabilidade, Sr. Presidente, este País continuar a ser governado por um Presidente que não tem a menor condição de dialogar com o País, governar e enfrentar a pandemia do coronavírus.

A Casa presidida por V.Exa. está de parabéns, porque temos trabalhado muito, dia e noite. Temos trabalhado mais do que nas sessões presenciais, sempre buscando construir o melhor caminho que preserve a defesa da vida e que preserve, Sr. Presidente, sobretudo, aquilo que é fundamental, que é o esforço coletivo que estamos fazendo para salvar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. *Participação por videoconferência.*) - Ouçam só um pouquinho do estardalhaço que está sendo feito em Fortaleza hoje à noite, para que tenham a dimensão da situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 295/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 20:36	
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	MARGARIDA SALOMÃO-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios. Necessidade de proteção dos profissionais da saúde diante da pandemia de coronavírus. Cumprimento, pelo Congresso Nacional, do dever de aprovação de proposições destinadas à mitigação da crise gerada pela Covid-19. Realização de panelaço contra o Presidente Jair Bolsonaro, no Município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG. *Participação por videoconferência*. Sem revisão da oradora.) - Pois não, Sr. Presidente. Eu quero falar, sim.

Eu quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar os colegas Parlamentares e dizer que somos a favor desta matéria, que é absolutamente racional. Nós estaremos transferindo recursos para a linha de frente da abordagem dessa calamidade sanitária com a qual estamos lidando. Isso permitirá que se façam testes em massa.

Peço também que possamos proteger os profissionais de saúde, atendendo às recomendações científicas da Organização Mundial de Saúde, que são, aliás, acolhidas pelo próprio Ministro da Saúde.

Neste momento, o Congresso Nacional, através da Câmara e do Senado, está cumprindo o seu dever, demonstrando a eficácia do Estado brasileiro. Inclusive quero cumprimentar V.Exa. e o Senador Davi Alcolumbre por estarem respondendo a essa emergência, tanto da crise sanitária como da crise econômica, com a votação que fizemos da renda mínima emergencial. Esperamos que ela seja imediatamente implementada pelo Executivo.

Quero dizer que, neste momento em que falo, a minha trilha sonora é a de um grande panelaço aqui na minha cidade, Juiz de Fora. Dessa forma, as pessoas demonstram sua inconformidade pelo modo como o Presidente da República vem lidando com essa crise, sem seriedade, sem entendimento da gravidade da situação e do impacto disso na vida das pessoas.

Sr. Presidente, quero cumprimentar, mais uma vez, V.Exa. e dizer que nós encaminhamos favoravelmente a esta matéria.

Documento 296/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 31/03/2020-
	CD	20:40
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	DARCI DE MATOS-PSD -SC	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Congratulações à Presidência pela aprovação de proposições destinadas à proteção dos trabalhadores informais, dos microempreendedores individuais e do alunato brasileiro diante da pandemia de coronavírus. Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Pedido ao Ministério da Saúde de envio de máscaras, respiradores e medicamentos especiais aos Municípios brasileiros para enfrentamento do coronavírus. Apresentação do Projeto de Lei nº 1.160, de 2020, sobre alteração da Lei nº 10.820, de 2003, com vista ao estabelecimento de condições gerais de pagamento de empréstimos consignados, após a decretação do estado de calamidade pública no País. Natureza irresponsável das ações promovidas pela Oposição contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero saudar V.Exa., parabenizá-lo pela condução magnífica do Parlamento brasileiro e pela aprovação de projetos fundamentais por todos nós, como o abono de 600 reais para os informais, os microempreendedores individuais, os MEIs, e o projeto da merenda.

Que esses projetos possam ser viabilizados, que possam chegar à ponta o mais rápido possível! A situação é realmente muito difícil para o nosso País, sobretudo para as pessoas mais simples.

Sr. Presidente, também quero externar a minha posição favorável ao Projeto de Lei nº 232, de 2019, que facilita a transferência de recursos federais e faz com que esses recursos cheguem, efetivamente, à ponta, para que nós possamos fazer frente a essa pandemia, o que assusta todos.

Sr. Presidente, também fiz contato com a Deputada Carmen Zanotto e a oficializei, bem como ao Ministro da Saúde, sobre alguns pedidos - eu moro na maior cidade do Sul do Brasil, Joinville -, a fim de que o Governo Federal possa fazer chegar aqui e em todos os Municípios do Brasil máscaras, respiradores e medicamentos especiais como o hidróxido de cloroquina. Enfim, nós precisamos estar preparados para enfrentar essa situação extremamente difícil.

Sr. Presidente, também protocolei um projeto de lei, para o qual estou pedindo urgência. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.160, de 2020, que trata dos empréstimos consignados. Ora, os bancos faturam muito, e os aposentados estão todos com consignados empenhados nos bancos. Por que nós não sobrestamos por 3 meses esses empréstimos, com uma possível renegociação? Acho que essa proposição pode ajudar muito, porque os aposentados, ao invés de

pagarem essa prestação, poderão comprar suas cestas básicas para o dia a dia.

Sr. Presidente, eu encerro as minhas palavras lamentando profundamente a posição da Oposição, irresponsável, politqueira, com cartazes em vídeos de "fora, Bolsonaro" e enaltecendo painelaços. Ora, não é o momento de painelaço e de irresponsabilidade. Estamos vivendo um momento de união e convergência para salvar vidas, para salvar a economia do País.

Para que possamos avançar no sentido de salvar vidas, salvar a economia do País e evitar o colapso, nós precisamos esquecer a politicagem barata - digo isso à Oposição - e pensar no Brasil com grandeza e, sobretudo, com seriedade e responsabilidade.

Parabéns! Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 297/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -31/03/2020- CD	20:40
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	CARLOS ZARATTINI-PT -SP DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Retomada das dotações do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Defesa de suspensão do pagamento da contribuição previdenciária e de precatórios pelas municipalidades brasileiras. Necessidade de aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei destinado à preservação de empregos e à proteção das médias, pequenas e microempresas diante da pandemia de coronavírus. Não apresentação pelo Governo Federal de propostas destinadas ao enfrentamento da Covid-19. Indignação do orador com o não pagamento, pelo Governo Jair Bolsonaro, do auxílio pecuniário de R\$ 600 reais concedido trabalhadores informais e famílias carentes, preconizado no bojo do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Comprometimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com o sistema bancário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, Deputados, Deputadas e todos os que nos assistem.

Em primeiro lugar, eu gostaria de falar favoravelmente a esse projeto de lei, que é um projeto que, pela nossa decisão, apontou a destinação de recursos para os Municípios. Os Municípios é que vão enfrentar a dureza desta crise sanitária, a dureza desta epidemia. Mas não basta só esse projeto.

Nós precisamos também garantir aos Municípios o Fundo de Participação dos Municípios em montante equivalente ao do ano passado, que já está em gestação, e também a suspensão dos pagamentos do INSS e dos precatórios. Isso é fundamental para que os Municípios tenham condição de fazer investimentos em equipamentos de proteção individual, em respiradores, em leitos e também custear a contratação de profissionais para atender às pessoas infectadas.

Mas, mais do que isso, nós precisamos avançar, Sr. Presidente. Precisamos aprovar um projeto que garanta às pessoas que estão empregadas em empresas, microempresas, pequenas e médias empresas as condições de receberem os seus salários. Isso é fundamental.

O Governo está paralisado. O Governo não apresenta uma única proposta em relação a isso. Nós já estamos chegando ao dia 5, o dia do pagamento, e a maioria dessas pessoas não terá o que receber. Nós precisamos, Sr. Presidente, tomar uma atitude mais firme com esse Governo. Esse Governo está demonstrando que não tem a capacidade de fazer a gestão do País.

Nós aprovamos os 600 reais para as pessoas desempregadas, para as que estão no Cadastro Único, para as pessoas de menor renda, microempreendedores, autônomos e trabalhadores intermitentes. Mas este Governo não é capaz de operacionalizar o pagamento e vem com esta desculpa de que precisa aprovar uma PEC. Mentira!

Já se mostrou que Paulo Guedes não é posto Ipiranga porcaria nenhuma. Paulo Guedes só responde aos interesses dos banqueiros, Sr. Presidente. E os banqueiros, que receberam uma folga imensa, têm agora os recursos que estavam retidos e foram liberados (*falha na transmissão*). Ao contrário, Sr. Presidente, aumentaram os juros para as empresas que estão sem capital de giro, que precisam pagar seus fornecedores, que precisam pagar os seus funcionários.

Sr. Presidente, que não venham aqui dizer que a Oposição é politqueira. Quem é politqueiro é este Presidente da República, que

passa o tempo todo falando bobagem na televisão. Já é o quarto pronunciamento em que ele usa a rede de televisão para dizer o quê? Nada, apenas para fazer guerra ideológica e não resolver o problema do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 298/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -31/03/2020- CD 20:44
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	MARCELO RAMOS-PL -AM DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Empenho do Parlamento brasileiro na aprovação de medidas de superação da crise gerada pela pandemia de coronavírus. Imediato encaminhamento à Casa, pelo Poder Executivo, de medida provisória sobre a suspensão de contratos de trabalho, a redução da jornada e dos salários dos trabalhadores brasileiros. Conveniência de votação do Projeto de Lei nº 843, de 2020, sobre alteração de dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, e da Lei nº 7.998, de 1990, no caso de não encaminhamento da medida provisória à Casa. Pedido aos Deputados de aprovação do requerimento de tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2020, sobre alteração do art. 150, §4º, dos arts. 168, 173 e 174, caput, da Lei nº 5.172, de 1966, acerca do Sistema Tributário Nacional e da instituição de normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados e aos Municípios.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero primeiro registrar o esforço coletivo do Parlamento em procurar dar respostas ao povo brasileiro diante deste momento de tanta dificuldade, de um momento tão sensível.

O Parlamento brasileiro tem se colocado à altura do desafio de procurar construir convergências, num momento tão importante, em que o Poder Executivo e setores da sociedade procuram se agarrar a divergências que em nada contribuem para o nosso País.

O nosso País precisa superar esta tempestade, mas, acima de tudo, entender que, passada a tempestade, é preciso que no porto seguro existam empresas, exista economia, exista um país para retomar o caminho da prosperidade.

Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo a V.Exa., um apelo

fundamental. O Governo Federal precisa imediatamente encaminhar a medida provisória que trata da suspensão do contrato de trabalho e da possibilidade de redução de jornada e de salário dos empregados brasileiros.

Veja só: os empregadores estão vendo chegar o quinto dia útil do mês subsequente e estão desesperados, sem saber o que fazer. Alguns estão açodadamente demitindo seus empregados; outros, simplesmente esperando o que vai acontecer, por conta da inércia do Governo Federal.

Se o Governo Federal não tiver a capacidade de ainda hoje, nesta sessão, enviar a medida provisória que trata do trabalhador, da liberação do Seguro Desemprego e de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, para fazermos como fizemos no renda mínima, que resgatemos um projeto que trate deste assunto e iniciemos o processo legislativo a partir do projeto de um Deputado.

Eu mesmo sou autor de um projeto, o Projeto de Lei nº 843, de 2020, que estabelece que o trabalhador que tenha o seu contrato suspenso ou a redução da jornada tem direito a receber o valor equivalente ao que teria no Seguro Desemprego abatido do valor da ajuda compensatória, no caso de suspensão de contrato de trabalho, ou do salário parcial, no caso de redução de jornada e salário, e a parte que faltaria seria complementada pelo poder público, por meio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Isso é fundamental, porque nós diminuiremos a carga tributária do empresário e garantiremos a renda do trabalhador, para que, através do consumo, tenhamos alguma atividade produtiva no nosso País.

Então, Sr. Presidente, eu quero pedir que, se não chegar até o final da sessão de hoje a medida provisória do Governo Federal, V.Exa. dê encaminhamento para que, a partir de amanhã, seja votado um dos projetos que tratam desta matéria de autoria de Deputados. E eu registro o projeto de minha autoria, o Projeto de Lei nº 843, de 2020, para que possamos tratar desse tema.

Eu não posso admitir que o Governo Federal esteja restringindo, contendo o encaminhamento de projetos de lei, de medidas provisórias que tratam de garantia de recursos para o trabalhador em inatividade, pelo simples motivo de não querer legitimar a tese do isolamento, que é a tese indicada pela Organização Mundial da Saúde.

Quero pedir a V.Exa. que, em não sendo encaminhada a medida provisória, nós possamos dar iniciativa legislativa a um dos projetos que tramitam na Casa de um dos Deputados acerca da garantia de recursos e de manutenção da renda do trabalhador, mesmo nos casos

de suspensão do contrato de trabalho ou de redução de jornada de trabalho e de salário, compensando isso com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Isso é fundamental, Sr. Presidente.

Quero pedir também a V.Exa. - e já fiz o requerimento a todas as Lideranças partidárias - para nós aprovarmos o requerimento de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2020. Qual é o seu objetivo? O objetivo desse PLP é assegurar o fim da obrigação de garantia para recurso administrativo tributário.

Veja só, Sr. Presidente: quando a Receita Federal condena uma pessoa física ou jurídica a pagar um tributo, se houver contraditório, para recorrer ao Conselho de Contribuintes, é preciso depositar a garantia. Isso é um absurdo! A Receita Federal, nessa relação, é a outra parte. Ela não é uma parte isenta.

Exigir a garantia e o depósito compulsório no caso de uma decisão judicial é absolutamente razoável, posto que o Poder Judiciário é um poder isento diante do conflito entre Receita Federal e o contribuinte. Agora, obrigar o contribuinte a depositar para recorrer administrativamente ao Conselho de Contribuintes é um absurdo!

Então, eu quero propor, através do PLP 28/20, que nós possamos acabar com esse depósito administrativo e, com isso, liberar milhões de reais que hoje estão contidos perante a Receita Federal para recursos administrativos tributários.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero aqui primeiro reafirmar o compromisso da Câmara dos Deputados, sob a liderança de V.Exa., de seguir tratando das pautas que são fundamentais para o futuro do País. Que nós tenhamos capacidade e responsabilidade de ter pressa no que é fundamental para o País!

Veja só, Sr. Presidente: o Governo Federal tem argumentado sobre a possibilidade de que as médias e microempresas procurem o setor financeiro para garantir o financiamento para pagar a sua folha de pessoal. Isso está equivocado. O financiamento, no mercado financeiro, é lento e caro.

Neste momento, nós precisamos do diferimento dos tributos federais, do adiamento da declaração do Imposto de Renda e, acima disso, da garantia de que, havendo redução de jornada e suspensão do contrato de trabalho, a renda do trabalhador será mantida por meio de medidas compensatórias, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

É esse o desafio, Presidente. Eu quero agradecer a liderança de V.Exa. nesse tema tão fundamental e colocar o meu PLP à disposição deste desafio de ajudar o povo brasileiro a superar essa crise tão

profunda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 299/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	21:00
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	ENIO VERRI-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância do isolamento social como medida preventiva do coronavírus. Empenho do Presidente Rodrigo Maia e dos Parlamentares na aprovação de proposições destinadas ao enfrentamento da Covid-19. Defesa de aprovação de projetos de lei destinados à preservação de empregos, à proteção das pequenas e microempresas e dos trabalhadores informais durante à pandemia de coronavírus. Imediato pagamento, pelo Governo Federal, do auxílio pecuniário de R\$ 1.200 reais concedido às mulheres chefes de família, constante no bojo do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Incapacidade do Presidente Jair Bolsonaro para comando do País. Questionamento sobre a sanidade mental do Presidente da República.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os colegas Parlamentares e todos aqueles que estão nos ouvindo e nos assistindo.

Estamos vivendo hoje no mundo uma grande crise sanitária: a pandemia do coronavírus. Isso tem atingido os países de forma muito parecida. E também têm sido parecidas, na maioria dos países, as soluções para esse enfrentamento: primeiro, o isolamento social, uma coisa que é fundamental e que tem provado que dá resultado nos países que já passaram pelo pior da crise; segundo, a intervenção direta do Executivo na vida das pessoas, pagando aluguel, pagando salário, ajudando as empresas a sobreviverem, motivando o mercado interno, mas fazendo com que o Estado financie a vida da população, priorizando a vida em relação à economia.

Não há economista de direita ou de esquerda que fale diferente. Todos

os economistas, de um extremo a outro, dizem a mesma coisa: *"É preciso neste momento que não haja limites, que a vida seja priorizada e que se coloquem todos os recursos possíveis"*. Num linguajar bastante vulgar, é preciso que a maquininha de imprimir dinheiro funcione e dê todas as condições para que haja socorro.

Chegou ao Brasil também essa pandemia, que pega o País numa situação um pouco diferente da de outros países. É um País vem de 3 anos de constantes políticas neoliberais, de enfraquecimento do Estado, de retirada de direitos, de empobrecimento da população e, principalmente, de inclusão de quase 40 milhões de brasileiros e brasileiras numa situação de informalidade, que trabalham para sobreviver sem nenhuma garantia, sem nenhuma perspectiva de futuro. Essa é a realidade de um país, em que, segundo os jornais de hoje, o desemprego teria aumentado com ou sem a pandemia de coronavírus.

Nesse cenário, eu preciso reconhecer publicamente o papel do Presidente Rodrigo Maia, do conjunto da Câmara dos Deputados, trabalhando de forma direta, constante, sem limites de jornada, aprovando projetos de extrema importância para o enfrentamento dessa crise sanitária, dessa crise de proteção social e também dessa crise econômica. Aprovamos projetos importantes, como esse que estamos discutindo hoje, após ter passado pelo Senado, aprofundamos vários outros. E eu quero dizer aqui que um dos projetos mais importantes que foi aprovado é o que garante a renda mínima de 1.200 reais para o casal com filhos ou para aquela senhora que cuida sozinha dos seus filhos. Não era esse o valor que queríamos. Nós queríamos um salário mínimo para cada um, mas foi nisso que resultou, com muita negociação e com o reconhecimento de todos os lados, de todos os campos ideológicos, porque era o que podia ser construído para o País.

Estou convencido de que nesta semana vamos conseguir trazer projetos como aquele que garante a manutenção do emprego, o financiamento para micro e pequena empresa, a segurança para que o empresário pague a sua folha de pagamento e também a segurança daquele trabalhador e trabalhadora que ficam em casa ou estão trabalhando, com a certeza de que, com a pandemia ou até o final dela, vão ter a garantia da sua sobrevivência.

Não vão ter sua água cortada, sua luz cortada. Vão ter condições de ir ao supermercado e de garantir o alimento de sua família.

Isso tudo é resultado de um Congresso, em especial, de uma Câmara dos Deputados, comprometido com o povo brasileiro. Entretanto, ao contrário do resto do mundo, em que o Executivo faz-se presente, coloca o pé lá e vai em cima - até um Presidente que eu não admiro,



mas por quem o atual Presidente da República morre de paixão, que é o Trump, e os outros países estão lá, garantindo a vida da população -, nós temos no Brasil exatamente o oposto: um Poder Executivo que até agora não fez nada. O pouco que fez foi para piorar a vida da população, incentivando o fim do isolamento social.

Disseram semana passada que iriam liberar 40 bilhões de reais para as micro e pequenas empresas. De lá para cá, os juros dos bancos privados aumentaram, o acesso ao crédito piorou, e à Câmara não chegou nem sequer uma mensagem para tratar desse assunto.

Ao mesmo tempo, quanto a esses 1.200 reais, que seriam uma coisa fundamental para garantir a sobrevivência dos mais pobres deste País, o Ministro Onyx disse que só dia 16 de abril poderá esse recurso chegar a nossa população.

Até lá, Presidente Bolsonaro e Ministro Onyx, o povo morre de fome? Até lá, o povo começa a invadir os supermercados e as lojas? O povo vai viver do quê? Ou vai ter que ir para rua e pegar coronavírus?

Ao mesmo tempo em que o Paulo Guedes e o Bolsonaro remetem uma correspondência ao Supremo Tribunal Federal pedindo autorização para desrespeitar as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Constituição, a regra de ouro, para dar conta dessa crise, o Ministro Paulo Guedes diz que não pode pagar imediatamente o dinheiro que já foi aprovado na Câmara e no Senado. Ele, de forma rápida, nesta semana, poderia garantir o recurso para a população.

Está provado que Bolsonaro é absolutamente incompetente para dirigir este País, não apenas na crise, mas em qualquer momento. Às vezes chego a duvidar da sanidade do nosso Presidente da República. Não tenho dúvida de que os pannels que todos ouviram no Brasil hoje, poucos minutos atrás, mostram que isso não se trata de questão ideológica, de Deputado de direita, de esquerda, de centro. O nosso povo quer alguém que dirija este País com responsabilidade e competência e garanta, neste momento, a sua sobrevivência.

Por isso, não há dúvida de que há uma coisa só a pedir: Bolsonaro, pague a nossa população, garanta a sua sobrevivência! Você foi eleito para isso! Se você não tem, minimamente, competência para pagar a população, pegue o boné e vá para casa, porque o povo não precisa de um Presidente como você!

Fica o apelo, Sr. Presidente, demais Deputados e quem mais estiver nos assistindo: vamos nos organizar, cada um à sua maneira, e exigir que a nossa população receba, da forma mais urgente possível, esses 1.200 reais. O nosso povo não merece passar fome. O País trabalhou

muito para chegar aonde nós chegamos.

Quem votou em você, Presidente, achou que você iria melhorar a vida dos brasileiros, e não condená-los ao caos e à miséria que estão vivendo hoje. Quando ouvimos nas ruas o "Fora, Bolsonaro!", começamos a entender por que a população está pedindo isso.

Agradeço ao Sr. Presidente Rodrigo Maia o espaço e, mais uma vez, faço um apelo: Presidente Bolsonaro, pague logo o recurso a que a população tem direito e do qual precisa!

Muito obrigado.

Documento 300/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-31/03/2020-
	CD	21:08
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	NATÁLIA BONAVIDES-PT -RN	
CÂMARA	DOS	DISCUSSÃO
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Repúdio à atuação do Presidente Jair Bolsonaro frente à crise provocada pela pandemia de coronavírus.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu quero destacar aqui a importância de este Congresso Nacional dar respostas, respostas para a classe trabalhadora, respostas para os mais vulneráveis, sobre a renda básica emergencial, sobre o apoio às micro e pequenas empresas e à população em situação de rua, sobre este projeto, que permite a utilização de recursos já existentes. Espero que eles sejam direcionados para essa crise. Isso tudo precisa ser feito por nós, porque estamos diante de um Governo que não serve, que está olhando as coisas acontecerem no mundo. E, neste momento singular em que a história, sim, está sendo escrita, este Governo quer escrever a sua própria *Crônica de mortes anunciadas*.

Bolsonaro representa hoje a pior resposta no mundo para enfrentar essa crise, a mais cruel, a mais incompetente. Ele não apresenta medidas que efetivamente protejam quem já estava sofrendo com os impactos da crise econômica e que agora pode sofrer muito mais. Ele nem tenta esconder as ostentações autoritárias. Ele fala abertamente

em sair da normalidade democrática, enquanto os seus asseclas estão celebrando uma ditadura que fechou este Congresso. Ele não diz a verdade. Ele usa mentiras para tentar convencer as pessoas a fazerem algo que a comunidade científica do planeta inteiro diz que está errado. Ele não se importa com a dor que a sua necropolítica vai causar. Ele não se importa. Ele não serve. Bolsonaro e seu Governo não servem!

E nós temos aqui a enorme responsabilidade de concretizar as medidas que vão permitir que o povo brasileiro passe por tudo isso com o menor sofrimento possível, medidas para a saúde, para a segurança alimentar, para a proteção do emprego, para a garantia do acesso à água e à energia elétrica. E nós temos que ter a lucidez de que enfrentar esse problema significa debater todos esses temas, mas significa também enfrentar quem hoje é o maior empecilho para que as políticas certas sejam adotadas: o Governo Bolsonaro. Já passou do tempo! Até quando a classe trabalhadora vai ter que segurar esse peso? Até quando os pequenos e médios vão ter que aguentar um desgoverno que não garante um enfrentamento contundente a essa crise? Nós precisamos de mulheres e homens que conduzam este momento, e não desses que atrapalham, que seguem na contramão do enfrentamento de uma pandemia e que orientam o povo pobre brasileiro a caminhar rumo ao precipício, rumo ao matadouro.

Enquanto nós falamos aqui, no Brasil inteiro as pessoas batem panelas. É o maior panelaço já registrado até agora contra Bolsonaro!

E nós denunciemos aqui, Presidente, que derrotar o Bolsonaro é uma questão de sobrevivência. E não cabe a mais ninguém contemporizar com essa dura realidade. É pela vida do povo brasileiro!

Obrigada, Presidente.

Documento 301/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 21:12
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	BIBO NUNES-PSL -RS DOS ORDEM DO DIA DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Repúdio ao discurso de ódio da Oposição contra o Presidente Jair Bolsonaro. Prática de corrupção pelos governos petistas. Enaltecimento do pronunciamento do Presidente da República pela

preservação de empregos e contra a pandemia de coronavírus. Superação de questões políticas em prol do País.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. *Participação por videoconferência. Sem revisão do orador.*) - Sr. Presidente, com relação ao PLP 232/19, sou a favor do texto do Senado, transferência de saldos financeiros durante a pandemia.

Eu tenho ouvido aqui muitos opositores falando, mas muitos mesmo. Mas quero dizer, antes da minha fala final, de tanto que eu ouvi contra o Presidente Bolsonaro, contra esse ódio, que a Oposição é contra tudo e a favor de nada. Só pregam o ódio, por incrível que pareça. Se depender deles, podem morrer milhões de pessoas, contanto que prejudiquem o Governo Bolsonaro.

Eu digo o seguinte para a Oposição que tem falado tanto: atenção, vocês! Atenção! Morrerão muito menos pessoas no Brasil com o coronavírus do que morreram crianças sem hospital, crianças sem remédio, idosos sem alimentação, pessoas em acidentes pelas estradas que não tinham condições, devido à roubalheira dos Governos do PT. Vocês estão atacando dessa maneira, falando tanto em mortes que acontecerão, mas é bom lembrar que os Governos do PT - vocês roubaram o País como jamais no mundo conseguiu um país roubar - deixaram muitos prejuízos para a nossa Nação. Não tenho a menor dúvida disso.

Vamos deixar bem claro, por questão de respeito, que vocês não respeitam, não sabem o que é um Presidente da República, que fez um belíssimo pronunciamento há pouco em rede nacional. Foi o melhor pronunciamento do Presidente Bolsonaro, com bom senso, convocando todos a lutar contra o coronavírus e contra o desemprego. Eu tenho certeza de que o Presidente Bolsonaro fala demais às vezes, mas ele tem coração, tem sangue verde-amarelo nas veias e está preocupado com o Brasil. E, quando me dizem que o Presidente da República fala demais, eu respondo o seguinte: "*Eu prefiro um Presidente da República que fale demais a um Presidente da República que roube demais*".

O momento é de união. Vamos esquecer questões políticas. O Presidente não é perfeito, mas ele não é ladrão. Nada há de corrupção neste País. Ele não é perfeito, mas ele quer fazer o melhor e está atendendo. Vejam como foi hoje o pronunciamento dos Ministros, todos unidos, demonstrando união, que podem errar. Reconhecer um erro é um grande acerto. É isso que o Presidente está fazendo.

Portanto, nobre Presidente Maia, eu sou obrigado a falar dessa maneira um pouco forte porque, desde o primeiro minuto que estou

aqui ouvindo esta sessão, o PT, a Oposição está o tempo inteiro criticando, não tem uma palavra de ajuda, não tem uma palavra de solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. *Participação por videoconferência.*) - Eles estão preocupados é com o caos. Isso nós não queremos. Nós queremos o melhor para o Brasil, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Viva o Brasil! E vamos vencer o vírus!

Documento 302/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-31/03/2020-
	CD	21:16
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	ELIAS VAZ-PSB -GO	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Perplexidade da bancada do PSB diante da postura do Presidente Jair Bolsonaro com relação à pandemia de coronavírus.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

A nossa bancada entende que deve apoiar tudo o que for para contribuir e fortalecer o combate ao coronavírus.

Agora, é preciso dizer que hoje mesmo fizemos uma reunião virtual e a bancada praticamente, por unanimidade, colocou-se de forma perplexa em relação ao comportamento do Presidente Bolsonaro. A verdade é que o Presidente passa de todos os limites. Não se trata de discussão ideológica, de esquerda ou de direita, mas de um problema de insanidade ou de sanidade.

É sério e é grave esse comportamento, pois neste momento fica muito claro que o Presidente faz oposição ao próprio Governo. Não estamos

falando aqui de oposição, não estamos discutindo; a Oposição apoia as iniciativas do Ministro da Saúde. Então, a discussão não é ideológica ou política; a discussão aqui é pela vida, acima de tudo.

Documento 303/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 21:20	
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	DIEGO ANDRADE-PSD -MG DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Defesa da flexibilização de gastos pelas Prefeituras Municipais diante da pandemia de coronavírus.

O SR. DIEGO ANDRADE (Bloco/PSD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota "sim". É importante eliminar essas burocracias neste momento.

Acho até que poderíamos ir além, nas próximas votações, nas próximas matérias, e construir um pouco mais de liberdade para os prefeitos. Vou citar um exemplo. O Prefeito de Santa Luzia, cidade que fica ao lado de Belo Horizonte - e certamente vários prefeitos estão passando por isto -, ligou-me hoje de manhã e me disse: "*Diego, estou aqui louco para combater essa questão, estruturar o meu hospital. O hospital aqui da cidade está até fechado, e eu estou tentando abrir. Constam 25 milhões de reais na conta do Município para iluminação pública, que eu só posso usar para trocar lâmpadas. Se vocês liberassem aí, eu usaria esse dinheiro para estruturar o hospital, para reforçar o combate ao coronavírus.*"

Então vamos pensar se talvez agora, neste momento de emergência, não vale a pena flexibilizar um pouco as leis para os prefeitos. Eles são obrigados a gastar 25% com educação, mas as escolas estão paradas. Eles não estão gastando com transporte escolar. Como eles vão fazer? Precisamos flexibilizar isso, para que eles possam usar o dinheiro que já está lá. Isso vai no sentido do projeto que nós estamos aprovando hoje.

O PSD vota "sim", Sr. Presidente.

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	31/03/2020-21:28
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	LAFAYETTE DE ANDRADA-REPUBLICANOS - MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Falta de coordenação do Governo Jair Bolsonaro na condução do processo de combate à crise provocada pela pandemia de coronavírus.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos vota favoravelmente a este projeto. Ele é importante porque destrava recursos da saúde no Município. Mas queremos fazer, brevemente, Sr. Presidente, uma reflexão com toda a Nação.

Nós estamos vendo uma absoluta falta de coordenação no Governo. Eu não quero polemizar, não quero fazer críticas, mas estamos percebendo essa falta de coordenação entre os Ministérios do Governo. Hoje à tarde, por exemplo, o Ministro Onyx, em uma entrevista, disse que vai começar a liberar os pagamentos a partir de 16 de abril, o que nós achamos um absurdo. Vai matar metade da população até lá. De qualquer maneira, enquanto ele informa que, a partir de 16 de abril, aqueles que já estão no Cadastro Único terão os seus respectivos recebimentos, ao mesmo tempo o Ministro da Economia dá uma entrevista e diz que é preciso uma emenda constitucional para a liberação desses recursos. Não quero polemizar. O que eu quero dizer é que percebemos claramente uma absoluta falta de coordenação no Governo. É preciso instituir um gabinete de crise. Esse problema é muito sério e temos que enfrentá-lo. A população não pode ficar refém dessa desorganização, dessa falta de coordenação. Portanto, nós clamamos ao Governo que fale uma língua só, que se coordene, porque realmente o adversário é poderoso, é um vírus que está matando no mundo todo, também no Brasil.

O Republicanos vota "sim" a este projeto, porque é importante destravar recursos da saúde nos Municípios.

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	21:32
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	GLEISI HOFFMANN-PT -PR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Imediato pagamento, pelo Governo Federal, do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores informais e famílias carentes em face da pandemia de coronavírus, constante no bojo do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Orientação de bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - *"Paga logo, Bolsonaro!"*. Foi esse o som que das painéis ecoou hoje, em milhões de casas brasileiras, principalmente na periferia.

Não há justificativa para este Governo não fazer o pagamento do seguro que nós aprovamos nesta Casa, o da renda emergencial. O Brasil tem dinheiro e tem meios de fazer isso. Tem uma rede bancária pública, tem *know-how* de Cadastro Único. Já tinha que ter sancionado o projeto ontem mesmo e pagado a toda a população do Brasil. Paga logo, Bolsonaro!

Quanto a este projeto da saúde, que realmente destrava os recursos dos Municípios e direciona mais recursos agora, para combater o vírus, nós somos inteiramente a favor. A Minoria vota "sim" ao projeto, vota "sim" à emenda do Senado. Queremos mais recursos para a saúde, assim como queremos a liberação dos recursos do teto de gastos da Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD	21:32
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	ENRICO MISASI-PV -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Destinação, pela bancada federal do Estado de São Paulo, de recursos de emendas orçamentárias para combate ao coronavírus.

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PV vota "sim" ao texto do Senado.

Eu queria fazer um registro breve, queria parabenizar a bancada do Estado de São Paulo. Ontem foi anunciado pelo Governador João Doria que nós decidimos, sob a coordenação do Deputado Vinicius Poit, destinar os 219 milhões de reais das emendas de bancada exclusivamente para o combate ao coronavírus no Estado de São Paulo. Essa destinação vai ser absolutamente fundamental para que os Municípios possam se equipar e combater a epidemia com maior eficácia.

Então, queria deixar isso registrado aqui no plenário e parabenizar a bancada do Estado de São Paulo por essa decisão muito acertada.

Documento 307/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária -31/03/2020- CD 21:36
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Indignação da oradora com o atraso na sanção do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Perplexidade com a iniciativa do Presidente Jair Bolsonaro, de conclamação ao povo brasileiro para retomada de suas atividades não obstante à pandemia de coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares aqui



presentes, colegas Parlamentares neste momento espalhados pelo Brasil inteiro, que a partir dos seus Estados nos acompanham e decidem a vida do nosso País, o planeta vive um momento delicado, e o Brasil é parte deste planeta. Eu ouvi muitos líderes mundiais dizerem que era preciso deixar o povo voltar a sua normalidade, recomeçar a trabalhar, para a economia não parar. Depois que os corpos começaram a aparecer, como agora em Nova Iorque, a opinião do Presidente dos Estados Unidos é outra, completamente diferente.

O Congresso votou - a Câmara votou, e o Senado confirmou - a renda mínima emergencial no valor de 600 reais por pessoa e de até 1.200 reais por família, para que as famílias tenham o sossego e a tranquilidade necessários para obedecer à Organização Mundial da Saúde, que diz que é preciso ficar em casa se protegendo, porque nenhum sistema de saúde de nenhum país do mundo aguenta que todo mundo adoça de uma só vez. Então nós tomamos a decisão.

Ocorre que, antes de a Câmara decidir isso, nós tomamos outra decisão: tirar todas as amarras do Orçamento e da Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de deixar o Presidente da República livre para tomar a providência que fosse necessária para proteger a saúde da população, os empregos e as empresas.

Depois dessa decisão da Câmara, o Supremo, a partir do voto do Ministro Alexandre de Moraes, mais uma vez disse ao Presidente da República que estavam suspensas todas as amarras e todos os empecilhos. É como se o Ministro Alexandre de Moraes estivesse reforçando a decisão da Câmara e dizendo ao Presidente Bolsonaro que ele poderia gastar o que fosse preciso com a saúde da população e para a manutenção dos empregos e das empresas, porque isso é necessário.

Mas qual foi a nossa surpresa hoje, Sr. Presidente? Lamentavelmente, o Ministro Guedes vai à televisão e bota dificuldades para pagar esse dinheiro à população, e o Presidente Bolsonaro, pasmem, usa um espaço nobre de rádio e televisão, em cadeia nacional, para de novo reforçar que as pessoas devem voltar à rotina normal, porque precisam de dinheiro para comer. Ele não transmitiu uma única palavra de esperança para as pessoas, não disse que sancionou o projeto - porque ele não fez isso - e não disse ainda quando vai pagar o auxílio, porque também não quer fazê-lo.

Não é possível que, em meio a uma tristeza dessas, já com mais de 200 corpos, famílias chorando, o Presidente da República não tenha sensibilidade para com a população mais pobre e faça exatamente o que os outros líderes mundiais estão fazendo. Será preciso aparecerem 300, 400, 500 mil corpos dessa pandemia para o Presidente Bolsonaro pedir desculpas à população, para dizer que

estará cuidando do povo e que vai pagar o que deve?

Eu quero propor a esta Casa, aos Líderes, ao Presidente Rodrigo Maia e ao Presidente do Senado, que se em 24 horas o Presidente Bolsonaro não sancionar a lei, não disser quando e como vai pagar o auxílio, que nós recorramos à Justiça e peçamos ao Supremo Tribunal Federal que o obrigue a pagar o que deve à população, a pagar o que a Câmara e o Senado decidiram.

O SR. PRESIDENTE (Luis Miranda. Bloco/DEM - DF) - Deputada Perpétua Almeida, peço a V.Exa. que conclua, por favor.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Vou concluir, Presidente.

Se o Presidente Bolsonaro não tem a capacidade de dirigir o País em um momento tão difícil para a população, então, que se retire daquela cadeira, porque nela só cabem aqueles que protegem a Nação!

Muito obrigada.

Documento 308/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-31/03/2020-
	CD	21:44
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	VITOR HUGO-PSL -GO	
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Elogio à equipe técnica da Câmara dos Deputados pela criação do sistema de votação remota. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro pelo pronunciamento em defesa da vida, das populações vulneráveis e da preservação de empregos diante da pandemia de coronavírus.

O SR. VITOR HUGO (PSL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, primeiro, gostaria de parabenizar toda a equipe técnica da Casa. Eu sou servidor de carreira concursado da Câmara de Deputados - tenho duas posses aqui, uma, como servidor, e outra, como Deputado Federal - e fico muito feliz de ver o elevado padrão, o alto nível dos nossos servidores, que conseguem fazer um sistema remoto como esse funcionar. São 513 Deputados espalhados pelo Brasil, neste momento, participando de uma votação, o que permite à Câmara dos Deputados continuar servindo ao País, como sempre serviu.



Quero parabenizar o nosso Presidente Bolsonaro pelo seu pronunciamento de há poucos minutos. Mais uma vez, S.Exa. deixou muito claro que o objetivo do Governo Federal é preservar vidas e salvaguardar empregos, sendo a preservação das vidas, logicamente, o mais importante. O nosso Presidente Bolsonaro deixou bem claras também as ações que o Governo tem feito para amparar os mais vulneráveis, para proteger os informais, para dar auxílio aos Estados e Municípios neste momento de necessidade. Reforçou também a importância da coordenação e do apoio mútuo entre Poderes e entre os entes federativos. Solidarizou-se, ainda, com as famílias que perderam entes queridos.

O Presidente Bolsonaro citou a fala do Diretor-Geral da OMS, que fez um pronunciamento referindo-se ao equilíbrio necessário entre as ações de saúde e as ações voltadas para a preservação da vida e dos empregos. O Diretor-Geral da OMS também mencionou a preocupação com os mais pobres e a necessidade de se adaptarem os cenários de cada país, porque as realidades demográficas, os estágios de desenvolvimento econômico, os sistemas de saúde, o clima diferem de país para país, e isso impacta também a questão do avanço da doença em cada região do globo terrestre.

Eu queria dizer que o nosso Presidente e todos nós enfrentamos um desafio sem precedentes nesta geração, e esse desafio é mundial. É por isso que o discurso, as ações, os planejamentos têm que ser flexíveis. Eles vão se adaptando às situações, às evoluções de cada cenário.

O Presidente tem atuado à frente dos seus Ministros e à frente dos comitês que foram criados no âmbito do Executivo para fazer com que as ações cheguem diretamente ao cidadão, para fazer com que os benefícios aprovados por esta Câmara e anunciados pelo Governo Federal cheguem o mais rapidamente possível ao cidadão na ponta da linha.

Por isso, mais uma vez, parabenizo o Presidente Bolsonaro pelo pronunciamento que fez. Quero dizer que temos muito orgulho de fazer parte do time que, junto com o Presidente Bolsonaro, vai liderar a Nação para que atravesse esses mares revoltos.

Presidente, eu vou passar a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro, que vai usar o restante do tempo da Liderança do Governo.

Sumário

Posicionamento do orador favorável à destinação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as ações de combate ao coronavírus. Repúdio aos discursos proferidos no plenário contra o Ministro da Economia, Paulo Guedes. Propósito da Oposição de desgaste da imagem do Presidente Jair Bolsonaro perante a opinião pública, revelado nas reclamações pelo suposto atraso na sanção do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Apoio do povo brasileiro ao Presidente da República. Não proliferação do coronavírus pela realização de carreatas.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro, quero deixar aqui o registro de que sou favorável a que o fundo eleitoral seja revertido para o combate ao coronavírus.

Aqui escutamos muita coisa. É papel do Governo escutar, e não obstruir, para que a sessão transcorra tranquilamente, em que pese a Oposição a todo momento fazer obstrução, usar tempo de Líder etc.

Ouvi aqui petistas dizerem que deveríamos enquadrar o Ministro da Economia. Sr. Presidente, eu não consigo ficar calado diante dessas falas. Tenho que lembrar aqui dois Ministros da Economia do Governo do PT, com muita serenidade: Sr. Guido Mantega e Sr. Palocci. São duas pessoas que já frequentaram os presídios desta Nação. Será que é desse tipo de Ministro que eles estão com saudades?

Outra coisa, eu acho válido cobrar das autoridades que sejam tomadas medidas o mais rapidamente possível. Porém, algo me causa estranheza. Somente na quinta-feira veio para esta Casa o projeto sobre os 600 reais de auxílio para os autônomos. Passou quinta, sexta, sábado, domingo, e, na segunda-feira, o Senado apreciou a matéria. Mas na segunda-feira já estavam exigindo do Presidente, até com a *hashtag* #pagalogobolsonaro, o pagamento. Só que, nesses 5 dias, enquanto o projeto tramitava aqui no Congresso, eles não estavam preocupados. Só virou medida emergencial depois que o Senado aprovou a matéria, porque eles sabem que, depois que o Senado aprova, o projeto vai para o Presidente.

Então, não venham aqui dizer que estão fazendo isso pelo bem do pobre, porque estão fazendo isso pensando em desgastar o Presidente.

Uma das primeiras medidas da Oposição durante a pandemia foi entrar com um pedido de *impeachment* contra o Presidente Bolsonaro, sem ele ter cometido nenhum crime de responsabilidade, sem ele ter cometido qualquer tipo de crime que convença a sociedade de que ele mereça ser impichado.

Então, segunda-feira, quando foi criada essa *hashtag*, os Deputados aqui começaram a bater, assim como o pessoal da "Iacrolândia", aqueles artistas, alguns deles até acostumados com a Lei Rouanet até ontem. Hoje de manhã, na saída do Palácio da Alvorada, a imprensa toda estava no mesmo sentido, cobrando o pagamento, antes sequer de 24 horas da aprovação do projeto.

É óbvio que a equipe tem que ser célere e certamente eles não estão dormindo em cima desse dinheiro, porque seriam malvadões ou não iriam querer pagar as pessoas. Eles estão desenrolando e, quando for feito o pagamento, duvido que esses que hoje aqui criticam o Governo vão elogiá-lo.

Então, Sr. Presidente, fica demonstrado por A mais B que a intenção é desgastar e retirar o Presidente da República, em que pese estarmos passando por um momento de união. Chegamos a assistir recentemente a algumas pessoas de destaque da sociedade dizerem, com outras palavras, que a pandemia será muito bem-vinda se ela servir para retirar o Presidente da República Jair Bolsonaro daquela cadeira. Ou seja, estão dizendo que pessoas morrerem seria válido se isso atingisse esse objetivo político.

A última vez que nós vimos isso publicamente, ou seja, autoridades dizendo que vale a pena pessoas morrerem em prol de um bem maior político, foi durante o nazismo. Isso é nazismo! Pessoas dizem que, no tempo do nazismo, a questão que dividia a sociedade era em relação a raças. Mas hoje há pessoas dizendo que vale a pena a pandemia se ela servir para tirar o Bolsonaro. Aliás, para todo bom socialista, o que são milhões de mortos? Mao Tsé-Tung, Stalin e tantos outros que o digam.

Eles chegam a confirmar aqui, a corroborar que Bolsonaro celebra a ditadura. Ora, cadê a crítica desse pessoal quando vemos centenas de banhistas sendo presos nas praias? Cadê esse pessoal, que diz que Bolsonaro é ditador e fala tanto em defender a liberdade, quando Governadores editam medidas totalmente autoritárias, que rasgam o art. 5º da Constituição? Isso é inacreditável! Falta coerência, e isso

salta aos olhos da sociedade.

É por isso que o povo está com Bolsonaro. Não vou aqui rememorar as manifestações do dia 15 de março, mas eu convido a todos a uma reflexão: imagine, prezado Deputado Vitor Hugo, a quem agradeço por ter me dado a palavra para falar pela Liderança do Governo, já que hoje em dia a Liderança do PSL atende a outros interesses que não os dos eleitores do Bolsonaro, se nós não tivéssemos o coronavírus e houvesse uma manifestação com o apoio explícito do Presidente Bolsonaro, como ela não seria. Seria gigantesca, com certeza, e todos sabemos disso.

Então, abra o olho, você que está me escutando e está me vendo neste momento, porque muitas pessoas querem proibir protestos para terem uma salvaguarda de 1 ano e meio, talvez, até ser criada uma vacina para o coronavírus, para que, durante esse período, possam fazer o que bem entenderem, sem darem ouvido ao povo.

Estou vendo, inclusive, proibirem carreatas dizendo que isso poderia causar uma proliferação do vírus. Não incentivei carreatas nenhuma, mas, até onde sei, nenhum médico reprovou isso ou disse que uma pessoa dentro de um carro pode infectar outra pessoa dentro de outro carro. Então, onde está o risco para a saúde pública nesse tipo de manifestação?

É claro que ninguém é bobo. O jogo está sendo jogado. Estamos atentos, cada um fazendo a sua parte, gritando por união. Mas, infelizmente, algumas vezes, não é isso que se tem visto.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 310/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 21:52	
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	LUIS MIRANDA-DEM -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Exigência de imediata sanção presidencial do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Importância da união entre os Parlamentares, os governantes e o povo

brasileiro no combate à Covid-19.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, nós estamos vivendo um momento muito difícil para todos os brasileiros.

Eu vi o Deputado Eduardo Bolsonaro defendendo que o Governo está fazendo a parte dele. Nós nos sentamos aqui para discutir com o Líder do Governo, o Deputado Vitor Hugo, a aprovação de uma matéria com a qual, tenho certeza absoluta, todos os brasileiros se empolgaram, vislumbrando este Brasil que nós esperamos, o Brasil que entende que a pessoa que está em casa, sem poder trabalhar, precisa de recurso para sobreviver. O Governo veio aqui e defendeu a matéria, mas o Presidente ainda não a sancionou.

Antes de eu criar aqui uma polarização, visto que a ideia não é essa, gostaria de pedir que V.Exas. cumpram os acordos que fazem conosco. Inclusive, nós do Parlamento, alinhados com o Presidente Rodrigo Maia e todos os Líderes, em acordo, entendemos que era possível sair de 200 reais e pagar 500 reais, e o Governo disse: "*Não. Vamos aumentar para 600 reais*". Então, o Governo participou conosco desse entendimento. Não existe motivo nem narrativa para ele não sancionar, imediatamente, os 600 reais aprovados, para que todo cidadão que, neste momento, está passando dificuldade e necessidade possa receber um auxílio e não fique com a narrativa, que eu estou vendo na Internet, de que vai passar fome.

Nenhum brasileiro vai passar fome, porque, se existe uma coisa que é característica do brasileiro, é ser solícito. Nós somos um povo unido. O Congresso está atento à situação, e esta Câmara dos Deputados fez o seu papel em tempo.

O Deputado Eduardo Bolsonaro disse que o Senado tardou em tomar a decisão, que dava para ele ter aprovado a matéria em tempo. Mas aquela Casa fez isso na segunda-feira, imediatamente, e o Presidente Jair Bolsonaro ainda não sancionou o projeto.

Nós temos que parar com essa polarização. Eu nunca havia visto, na história - não no período em que estou atuando como Deputado, mas na história -, uma união da Esquerda, da Direita e do Centro. Eu até brinquei, ainda há pouco, com o Deputado Líder do NOVO dizendo que, nunca na história do Brasil, nós tivemos a Esquerda e a Direita unidas, tratando de assuntos em prol do povo brasileiro. O Centro, que o povo tanto criticou, tornou-se o coração, para se poderem criar soluções para o nosso País, para aqueles que mais precisam, os mais carentes, os mais necessitados.



Então, neste momento, sem narrativa política, quero dizer o seguinte: quanto mais demora houver - o Governo considera pagar só no dia 16 - , mais o povo vai brigar e gritar para que se acabe de vez com a quarentena, de forma, muitas vezes, inconsequente. Essa pode ser, inclusive, uma estratégia política do Presidente Jair Bolsonaro, para que a nossa população entre em pânico, sem dinheiro em casa, sem comida em casa, sem condições de sobreviver a uma quarentena, e pense que é melhor começar a gritar para que se quebre a quarentena. Esse é um erro, é um erro político, é um erro drástico. Nós precisamos que o povo brasileiro seja tratado com dignidade e com respeito.

Portanto, peço ao Presidente que imediatamente sancione esse projeto, que não espere o dia 16, porque as famílias precisam comer amanhã. O Governo não defende que as quarentenas feitas pelos Governadores estão matando o povo de fome? Então, vamos fazer a nossa parte. A Câmara aprovou o projeto. O Senado aprovou o projeto. Sancione o projeto! Peço isso sem polarização. Mais do que nunca, quem votou 97% das vezes com o Governo tem o direito de pedir isso ao Governo.

Todos os projetos, sem exceção, que aqui estão sendo debatidos, que têm apoio unânime de todos os Líderes de todos os partidos - agradeço e parabênizo todos, independentemente de bandeira -, foram elaborados para que o Brasil dê certo. Por muito tempo eu escutei que os Deputados não estavam preocupados com o povo brasileiro, e neste momento ocorre o contrário. Todos os Deputados estão abrindo mão das suas ideias em várias matérias, e eu já vi o Presidente da Câmara defendendo corte de salários, de benefícios, inclusive do fundo eleitoral, criticado por muitos, porque ele já entendeu que iremos passar por uma grande crise.

O que está faltando é união com o Governo para que essa crise seja superada. Não é o momento de polarização política. É o momento de entendermos que, se Donald Trump, com toda a narrativa dele de que o coronavírus não passava de uma gripezinha, disse agora que o isolamento social vai até dia 30 de abril; se todos os líderes do mundo estão dizendo que essa não é uma crisezinha e, mais do que nunca, reconhecem que se trata de uma crise sem precedentes na história do mundo; se todos os especialistas médicos dizem que o pior ainda está por vir, então, o povo brasileiro precisa se unir. Nós vamos fazer a nossa parte.

Eu estou aqui de coração aberto, pedindo atenção àqueles que estão preocupados com reeleição. Muitos que estão discutindo reeleição, dizendo que estão sendo minados politicamente, disseram que nem queriam reeleição, que queriam vir para defender o povo. Então, vamos defender primeiro o povo, vamos cortar na carne, cortar salários, se for o caso, daqueles que podem. Vamos dar ao povo aquilo de que o povo

precisa e parar com a hipocrisia e com a narrativa insana e genocida de que o povo pode ir para as ruas, porque não existe nada. Existe, sim! Se não existisse, as bolsas de valores do mundo não estariam despencando, os especialistas do mundo não estariam desesperados e, certamente, um país como os Estados Unidos, com um líder como Trump, já teria dito: "*Vamos para as ruas, porque isso não passa de uma gripezinha*". Pelo contrário, Trump veio afirmar ao mundo que realmente os Estados Unidos se tornaram o epicentro dessa pandemia porque não reconheceram a sua gravidade.

Então, Presidente Rodrigo Maia, quero parabenizá-lo. Mais do que nunca, precisamos desse reconhecimento.

Tenho certeza de que há o reconhecimento de todos os Líderes de que nós não estamos aqui para minar ninguém. Essa narrativa é criminosa, odiosa, e não podemos aceitá-la. Não existe tentativa de derrubar Presidente nenhum! Ninguém aqui está contra ou a favor de liberação... O que nós queremos é que todos os projetos aqui aprovados em prol da sociedade sejam sancionados o mais rápido possível, para que a população seja atendida da forma como ela espera.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 311/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 22:00
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	WOLNEY QUEIROZ-PDT -PE DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Pedido à Presidência de consignação, na ata da sessão, do voto do orador favorável à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 232, de 2019, sobre a transposição e transferência de recursos/saldos financeiros, oriundos de repasses federais, dos fundos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Provocação ao Parlamento brasileiro demonstrado na manifestação de enaltecimento ao golpe militar de 1964 pelo Ministério da Defesa, com o endosso do Vice-Presidente Hamilton Mourão. Protesto contra o atraso na sanção presidencial do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Perplexidade ante o discurso do Presidente Jair Bolsonaro contrário ao isolamento social, proferido na contramão das recomendações de lideranças

mundiais da saúde. Alcance social do papel desenvolvido pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero primeiro dizer que tive dificuldade hoje para me conectar. Perdi a primeira votação e tive que ser socorrido pelo Deputado Damião Feliciano, da Paraíba. Agora também não consegui votar. Então, peço que V.Exa. faça consignar em ata meu voto favorável a essa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. Bloco/DEM - RJ) - Esta é a primeira votação, Deputado.

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE. *Participação por videoconferência*.) - Ah, sim. Então, registro que o encaminhamento que fiquei sem fazer na votação anterior foi feito pelo Vice-Líder Eduardo Bismarck e peço que V.Exa. consigne em ata a minha posição favorável ao PLP 232.

Sr. Presidente, fomos tomados por grande surpresa ontem, quando soubemos de uma ordem do dia do Ministério da Defesa alusiva ao dia 31 de março de 1964. O que nos causa estranheza e perplexidade é como o Governo Federal, diante de uma calamidade nacional de saúde pública, uma calamidade sanitária, à beira de uma depressão econômica, consegue encontrar tempo para criar mais uma confusão. O Governo Federal, na pessoa do Ministro da Defesa, com palavras endossadas pelo Vice-Presidente da República Hamilton Mourão, que também se manifestou nas redes sociais enaltecendo o golpe militar de 1964, faz uma provocação ao Parlamento, a esta Casa, ao Congresso Nacional, que foi a primeira e maior vítima da ditadura quando foi fechado, quando teve seus membros calados e cassados. Isso é uma provocação, e nós não podemos aceitá-la, Sr. Presidente. Temos que trazer uma palavra hoje.

A ditadura militar mergulhou o Brasil na escuridão durante 21 anos. Pessoas morreram, tombaram no combate, na defesa da democracia; pessoas foram perseguidas; pessoas foram assassinadas; pessoas foram torturadas. A imprensa foi calada, mandatos foram cassados, e o Brasil levou 21 anos para poder sair novamente para o regime democrático. Esse é um momento que a vida brasileira não pode esquecer. É preciso lembrar sempre, com repúdio veemente, aquele período nefasto da sociedade brasileira.

Então, estou aqui, Sr. Presidente, em nome do meu partido, de cada Deputado do PDT, do Presidente do PDT, Carlos Lupi, do Vice-Presidente Nacional, Ciro Gomes, para repudiar veementemente, para

rechaçar veementemente qualquer iniciativa por parte do Governo Federal de enaltecer aquele período horrível da vida institucional brasileira que foi o período ditatorial.

Dito isso, Sr. Presidente, quero passar ao segundo ponto da minha fala, que diz respeito ao auxílio emergencial que esta Casa aprovou na semana passada. Sabemos que, por desejo do Governo, ele seria de apenas 200 reais, o suficiente para comprar duas cestas básicas, como disse o Ministro da Economia Paulo Guedes. Esta Casa buscou um acordo, um consenso. Os partidos de oposição queriam um salário mínimo, mas aquiescemos e construímos um acordo para pagar 600 reais, podendo o valor chegar a 1.200 reais por família.

Imaginamos que isso seria votado pelo Senado semana passada, e o Senado votou só ontem. Esperávamos, então, que o Presidente, em ato contínuo, assinasse, sancionasse o projeto!

Sr. Presidente, este é um caso de emergência! Não temos tempo a perder! É inimaginável que o Presidente ainda demore para fazer essa assinatura, que é só um risco no papel autorizando que a burocracia saia da frente e esses recursos possam chegar ao bolso daqueles que precisam. São pessoas nas periferias das grandes, médias e pequenas cidades do Brasil que estão aflitas, aguardando a chegada desse dinheiro para poderem ir ao supermercado, para poderem ir à farmácia, para poderem sobreviver!

Sr. Presidente, nós estamos na iminência de um caos social, de um colapso social, e o Governo ainda demora? Agora o Ministro Onyx avisa que esse pagamento vai ficar para o dia 16 de abril. Não me parece que essas pessoas estejam conectadas com a realidade do Brasil. Isso é um assombro! Como se não bastasse o Presidente da República contrariar todas as lideranças mundiais pregando que as pessoas saiam do isolamento, agora as medidas do Governo Federal, que são decorrentes de medidas que a Câmara tomou de forma acelerada, demoram para ser implementadas.

Presidente, nós lamentamos muito usar a tribuna no dia de hoje para falar dessas coisas, mas essas verdades precisam ser ditas.

Enquanto isso, neste momento, o grande patrimônio do povo brasileiro, que é o SUS, se apresenta com toda sua força. O SUS, que foi tão atacado, que teve recursos tirados ao longo dos últimos anos e cujo financiamento sempre foi colocado em segundo plano, é aquilo que se apresenta agora para salvar o povo brasileiro. O SUS é um programa de saúde universal, gratuito, único no mundo. Um país com dimensões continentais como o Brasil, com 210 milhões de habitantes, tem o SUS. Graças a Deus que nós temos o SUS para socorrer o povo brasileiro!



Graças a Deus que nós temos o Estado para socorrer todas as nações! Os liberais agora não sabem o que dizer e têm que se contorcer nos seus argumentos para poder reconhecer que a mão invisível do mercado só aparece para pegar o dinheiro e colocá-lo no bolso. Na hora de dar a mão ao cidadão, àquele que está em casa e que precisa, aos mais vulneráveis, é preciso a mão visível do Estado. É esse Estado que nós defendemos, forte, soberano, independente e sempre justo na defesa dos que mais precisam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 312/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 22:04
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	CLARISSA GAROTINHO-PROS -RJ DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações à Casa pela realização de sessões remotas e pela aprovação de propostas de combate à crise gerada pela pandemia de coronavírus. Apresentação de projetos de lei sobre a redução dos subsídios dos Parlamentares em 20%; a destinação, para as ações de combate à Covid-19, de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da exploração de jazidas de petróleo da cessão onerosa; a suspensão do reajuste dos preços de medicamentos; e a suspensão do pagamento, durante a pandemia do coronavírus, de parcelas de empréstimos consignados em folha. Apelo à Casa por imediata votação das proposições. Contrariedade à suspensão do isolamento domiciliar, medida necessária para combate à disseminação do coronavírus.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (Bloco/PROS - RJ. Como Líder. *Participação por videoconferência*. Sem revisão da oradora.) - Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar a Câmara dos Deputados, que, mesmo funcionando em sessões remotas, tem cumprido o seu trabalho, o seu papel neste período tão importante para o Brasil e para o mundo. A Casa aprovou algumas medidas extremamente importantes, como a proibição da exportação de produtos médico-hospitalares necessários em atendimentos emergenciais e também a renda mínima para os trabalhadores informais e para aquelas famílias que mais precisam.

Quero dizer que estamos todos juntos nesse barco, todos trabalhando muito para combater o coronavírus. Eu mesma, Sr. Presidente, apresentei diversas propostas na Câmara. Eu queria falar rapidamente,

aproveitando o tempo de Liderança, sobre algumas delas.

A primeira proposta reduz em 20% os nossos salários, os salários dos Deputados e Senadores. Espero que isso seja votado em breve, assim como a proposta que permite - esse projeto também foi apresentado por mim, junto com outros Parlamentares - a utilização do fundo eleitoral, de quase 2 bilhões de reais, para combater o coronavírus, que é hoje a prioridade do Brasil.

Sr. Presidente, eu também apresentei, juntamente com a nossa bancada do PROS, outro projeto para o combate ao coronavírus que prevê a utilização dos recursos da cessão onerosa que ainda não foram utilizados pelos Estados e Municípios.

Apresentei também, ontem, um projeto que impede o reajuste dos medicamentos. De certa forma, ele já foi atendido, porque hoje o Presidente da República decretou a proibição do reajuste de medicamentos, que normalmente acontece no mês de abril. Entendo que essa é uma medida extremamente importante.

Apresentamos ainda outro projeto, Sr. Presidente - e eu gostaria de pedir a atenção de V.Exa. para que pudéssemos votá-lo o mais rápido possível na Câmara dos Deputados -, que suspende, no período de pandemia, no período de emergência no Brasil, a cobrança de parcelas daquelas pessoas que pegaram empréstimo consignado e dilui isso nas parcelas posteriores, sem cobrança de juros - é importante destacar essa parte. Isso é fundamental, Sr. Presidente, porque quem normalmente faz esse tipo de empréstimo são idosos, aposentados, pensionistas, pessoas que hoje já estão numa situação de vulnerabilidade maior. Então, peço que votemos esse projeto com urgência nas próximas sessões da Casa.

Todo o Brasil está vivendo um momento muito delicado. Acho também que o Ministro da Saúde tem mostrado uma grande liderança em todo o Brasil, pregando a serenidade e os cuidados que são necessários. Não podemos suspender medidas de isolamento agora, porque ainda não temos o essencial: leitos suficientes para os pacientes, respiradores suficientes e, pasmem, equipamentos de proteção suficientes para os nossos profissionais de saúde. Então, não podemos pensar em suspender medidas de isolamento neste momento.

Apenas reforçando o pedido que tem sido feito por várias autoridades: fiquem em casa! Aqueles que puderem permaneçam o maior tempo possível em casa, por amor, pela vida, por respeito, pela saúde, pelo Brasil. Fiquem em casa e colaborem neste momento. Essa é a mensagem que queremos transmitir para todo o Brasil.

O trabalho não para. Continuamos aqui. O Parlamento brasileiro

também está dando seu exemplo nessas sessões remotas que temos feito, principalmente usando a tecnologia a nosso favor, neste momento em que não podemos estar todos, mais de 500 Deputados, em aviões espalhados pelo Brasil inteiro. Vamos continuar todos na luta contra o coronavírus, com serenidade, com responsabilidade e sem brigas políticas, porque isso é tudo de que o Brasil não precisa agora.

Documento 313/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 22:12
Publ.: DCD - 4/1/2020 - CÂMARA DEPUTADOS	HILDO ROCHA-MDB -MA DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Falta de unidade no âmbito do DEM, revelado no pronunciamento de membro do partido contra o Governo Jair Bolsonaro. Apoio ao discurso do Presidente da República, a favor da preservação da vida e da manutenção de empregos durante a pandemia de coronavírus. Aplausos ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e sua equipe por ações realizadas de combate à Covid-19. Não implementação de ações efetivas de combate ao coronavírus e à gripe H1N1, por parte do Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino. Descaso do gestor estadual no repasse de recursos da saúde às Prefeituras Municipais. Anúncio, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da destinação de recursos para a área de assistência social dos Estados e Municípios e para o Programa Bolsa Família.

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, hoje eu durmo com uma certeza: a democracia brasileira está mais forte.

Eu ouvi falar um Deputado que representa o DEM, partido que tem três Ministérios no Governo Bolsonaro. Pensei que ele fosse defender o Governo de Bolsonaro, mas ele o criticou. Então, eu acho que o DEM está bem dividido, Sr. Presidente. Inclusive, esse é o partido de que V.Exa. faz parte. Deve haver o DEM do B e o DEM do A. O partido está bem dividido, bem misturado.

Sr. Presidente, eu ouvi o pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro. Ouvi claramente ele garantir que quer salvar vidas e preservar os empregos. Ele está certo! Qualquer presidente que tenha responsabilidade com sua nação e com seu povo tem que fazer isso. Ele também anunciou medidas importantes, como o congelamento do preço dos medicamentos, a utilização dos laboratórios públicos

federais para fazer os medicamentos necessários neste momento e a utilização das Forças Armadas. Então, nós temos visto que tudo o que está ao alcance do Presidente e do Governo Federal está sendo feito, e com bastante qualidade, inclusive pelo Ministério da Saúde.

O Ministro Mandetta está fazendo um bom trabalho, mas ele não age sozinho. Lá há uma grande quantidade de servidores públicos, inclusive ocupantes de outros cargos comissionados, que foram colocados lá pelo Presidente Jair Bolsonaro e que estão fazendo um grande trabalho.

Sr. Presidente, eu vejo alguns Governadores falando que estão fazendo a parte deles. Eu não vou falar dos outros Estados, vou falar do Estado que represento aqui na Câmara dos Deputados, o Maranhão. No Maranhão, no último domingo, dia 29, morreu uma pessoa de COVID-19, o coronavírus, lá numa unidade de saúde do Estado, na UPA da Cidade Operária. Houve erros demais, até de triagem. Coisas mínimas que poderiam ter sido feitas não foram feitas. O Governador do Maranhão faz muita propaganda, faz muito *marketing*, mas ação efetiva mesmo ele não faz.

Morreu uma pessoa de coronavírus este ano no Maranhão, mas já morreram 20 de H1N1, um vírus que já está sendo combatido há muito tempo. Onde estava o Governador Flávio Dino que nada fez, que não impediu que pessoas que estavam no grupo de risco morressem? Por que ele não as vacinou? Por que ele não deu apoio às Prefeituras? Ele não tem dado apoio às Prefeituras. Tanto isso é verdade que o Governador Flávio Dino deve às Prefeituras quantias referentes ao Sistema Único de Saúde.

Ouvi algumas pessoas falarem aqui sobre o SUS. Para quem não entende, explico que o sistema é tripartite, com participação de União, Estados e Municípios. A União entra com a sua parte, o que geralmente, nesses programas, é de 50%; os Municípios entram com 25%; e os Estados, com 25%.

No caso da Farmácia Básica no Maranhão, faz 2 anos que o Governador Flávio Dino não repassa o recurso para as Prefeituras. Como ele pode dizer que está defendendo a saúde pública? Ele não tem moral para ir às redes sociais e dizer isso. Eu sou do Maranhão, conheço a realidade do meu Estado. Quem é de lá sabe disso, os Prefeitos sabem disso. O SAMU, outro programa bancado pela União, pelo Governo do Estado e pela Prefeitura, está no Maranhão há 10 meses sem receber pagamento. O Governo de Flávio Dino não paga! No caso das UPAs, há 3 anos que ele não faz a contrapartida, e os Prefeitos acabam bancando as despesas praticamente sozinhos.

Por último, o Governo Bolsonaro repassou 14 milhões ao Governador



Flávio Dino, mesmo sendo ele de oposição. O Governo repassou 14 milhões para o Estado do Maranhão, e Flávio Dino continua criticando o Presidente Jair Bolsonaro todos os dias. Ninguém sabe o que ele fez. O dinheiro foi destinado para a compra de respiradores mecânicos, a fim de equipar as UPAs. No entanto, não se tem notícia de uma UPA sequer construída ou instalada por ele.

Foram 20 milhões para se distribuírem às Prefeituras. Mas sabem o que Flávio Dino fez? Mandou 16 milhões e ficou com 20% para si próprio. Este é o Governador 20%! Ele embolsou 20%, e nem os 20 milhões chegaram às Prefeituras.

Eu vejo, Sr. Presidente, muitas pessoas criticar o Presidente da República, enquanto os Governadores não fazem o que deveriam fazer. No Maranhão, eu garanto que o Governador Flávio Dino não está fazendo o que deveria fazer. Ele, com certeza, está deixando muito a desejar, no que diz respeito à saúde.

Nós da bancada colocamos 131 milhões para PAB e MAC, já que o Governo Jair Bolsonaro abriu a possibilidade de as emendas de bancada serem liberadas imediatamente. Surgiu esta oportunidade, e nós colocamos 100% para o combate à COVID-19. Estão lá. A bancada do Maranhão entendeu que deveríamos destinar esse recurso, e assim estamos fazendo.

Por mim, não vai um tostão para o Estado, porque o Estado aplica mal. Quem aplica bem são as Prefeituras do Maranhão, que têm feito grande parte das ações de prevenção e de combate ao coronavírus. Se hoje não temos uma grande quantidade de pessoas nas UTIs, é porque o cidadão, quando chega ao centro de saúde dos Municípios, é recebido e tratado de forma a evitar que não vá para a UTI. É por isso que o Presidente Jair Bolsonaro tem que mandar dinheiro para as Prefeituras. Quando se trata bem o doente na atenção básica, ele não precisa ser tratado por pneumonia ou qualquer outro tipo de doença que venha a acometê-lo pela falta de combate ao coronavírus.

Sr. Presidente, eu quero deixar claro que o Presidente anunciou mais 2 bilhões de reais para a rede de assistência social dos Estados e dos Municípios, o que é muito bom. Além disso, mais 1 milhão e 230 mil famílias vão receber o Programa Bolsa Família. A propósito, o Bolsa Família não tinha décimo terceiro, passou a ter agora, com Jair Bolsonaro. Pela primeira vez, passamos de 14 milhões de famílias atendidas, pois 14 milhões e 920 mil famílias serão atendidas pelo Bolsa Família no Governo Jair Bolsonaro.

Muito obrigado.

39.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020-
CD 22:28
Publ.: DCD - 4/1/2020 - MAURÍCIO DZIEDRICKI-PTB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Emenda nº 1, com parecer contrário, apresentada na Comissão Mista da Medida Provisória nº 903, de 2019, sobre a prorrogação, por tempo determinado, de contratos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Aprimoramento de proposições destinadas ao combate ao coronavírus.

O SR. MAURÍCIO DZIEDRICKI (Bloco/PTB - RS. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão do orador.) - O PTB vota "sim", Sr. Presidente.

É um prazer participar deste momento histórico do Congresso Nacional, da Câmara Federal, com votação remota. O aprimoramento deste serviço tem relação com a forma como nós devemos nos comportar no isolamento social.

O PTB vota "sim", mas é importante informar a todos que nos acompanham neste momento que, além de cumprir o isolamento social, nós devemos aprimorar outras matérias legislativas. A MP 903, que nós haveremos de votar logo em seguida, trata de um tema importante: a oportunidade de prorrogação dos contratos de médicos veterinários.

Nós vivemos uma seca no Rio Grande do Sul que tem gerado prejuízos à produção, o que tem reflexo na atividade de abastecimento, uma das prerrogativas que devemos preservar neste momento em função da epidemia do coronavírus.

Aproveito para ressaltar a importância de votarmos, também, o projeto do bom samaritano, que garante às pessoas a possibilidade de doar alimentos sem nenhuma implicação civil ou penal.

Muito obrigado.

Documento 315/318

39.2020 Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020-
CD 22:32
Publ.: DCD - 4/1/2020 - FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS

Sumário

Indignação da oradora com o atraso do Governo Federal na liberação do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores brasileiros durante a pandemia de coronavírus, preconizado no Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu vou ficar nos 3 minutos, mas não poderia deixar de registrar que a mentira compulsiva deve ser um problema de família. Eu ouvi aqui o 02 falar na tribuna do plenário. De fato, é um escândalo a quantidade e a capacidade de mentir sobre os fatos do Governo de um Presidente que, na verdade, se comporta como um criminoso ao não garantir a proteção da nossa população lá atrás.

Vejam, nós estamos no dia 31 de março, um dia em que precisamos reafirmar que ditadura nunca mais! Porém, infelizmente, nós temos Ministros que valorizam no Twitter os anos de chumbo e os anos de silêncio dos fuzis.

Neste 31 de março, Sr. Presidente, já passam 14 dias desde que se começou a discutir a necessidade imediata de aprovação de uma renda básica emergencial para a população. O Governo prometeu 200 reais. Eu me lembro de que o Ministro Paulo Guedes, na reunião em que o Presidente Rodrigo Maia convocou, com o Ministro Mandetta, dizia que, com 5 bilhões, ele tiraria o Brasil da crise. Ele disse isso, Deputado Elias! O Ministro da Saúde apresentou um quadro dramático. Não seria necessário o Ministro da Saúde fazer isso, pois basta ver os jornais, a situação da China. Basta ver que centenas de pessoas morrem todos os dias na Itália e na Espanha, para saber a gravidade desta situação.

Eu acabo de receber no Twitter um comentário sobre a chantagem e a mentira de Paulo Guedes. Ele pode muito bem abrir uma medida provisória com crédito extraordinário e pagar amanhã uma renda básica para os trabalhadores informais. Eu vi no Twitter uma manicure dizer uma verdade: *"Eles querem nos fazer voltar a trabalhar. Eu já estou há 14 dias sem fazer unhas, já não tenho mais comida em casa, não tenho mais condições de pagar as contas básicas da minha família"*. Ela continua na mensagem: *"Eu não posso mais continuar*

assim. Eu queria a renda básica, mas vou ter que sair do isolamento".

É isso que o Governo está fazendo com esta manicure chamada Nana. É isso que o Governo está fazendo com os motoristas de aplicativos, com os trabalhadores informais, com os camelôs. A renda básica precisa ser imediatamente concretizada, mas, infelizmente, a irresponsabilidade de quem quer salvar os mercados coloca em risco a vida das manicures, das faxineiras, dos camelôs, dos ambulantes, daqueles que fazem parte do Bolsa Família e do Cadastro Único, dos desempregados que estão passando fome e não têm outra escolha, senão contrair o coronavírus ou morrer de fome.

O Estado deveria entrar em cena e garantir o isolamento social e a renda para que essas pessoas não sejam vetores de transmissão do vírus e para que não percam a vida e não vejamos milhares de brasileiros morrerem.

Bolsonaro precisa ser retirado, porque ele é um criminoso. A cada dia que passa, ele segue com irresponsabilidades que custam ao povo brasileiro e ao futuro do nosso País.

Renda básica já! Paguem logo!

Nossa luta segue.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 316/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	-31/03/2020-
	CD	22:36
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	MARCELO FREIXO-PSOL -RJ	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Postura genocida do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao combate à pandemia de coronavírus. Inconsistência da avocação, pelo Presidente da República, da autoria da proposta de concessão do auxílio pecuniário de R\$ 600 reais a trabalhadores brasileiros durante à crise gerada pela Covid-19. Inconformismo com o atraso na sanção presidencial do Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Indignação do orador com a manifestação do Vice-Presidente da República, general Hamilton Mourão, em defesa da ditadura

militar.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou falar de dois assuntos, muito objetivamente. O primeiro diz respeito à crise sanitária, que é gravíssima, Deputado Paulo Teixeira e Deputada Natália. Nas últimas 24 horas, nós tivemos 42 pessoas mortas no Brasil. Foi o maior crescimento nos últimos dias, passando de 200 mortos.

A postura do Presidente da República é absolutamente inaceitável. Não é verdade que temos um problema sanitário e um problema de insanidade. Não! Bolsonaro não é insano. Bolsonaro tem que ser responsabilizado por sua postura genocida. Ele tem que responder pelos crimes que está cometendo.

O filho dele, quando vem aqui e age de forma mimada, defendendo o pai a qualquer custo, diz que querem atribuir ao Presidente estas mortes. Não, não querem atribuir ao Presidente estas mortes. Não é isso! É o Presidente que está chamando de gripezinha uma pandemia que está colocando um terço do planeta em isolamento. Um terço do planeta está em isolamento! Todos os líderes mundiais se comportam com responsabilidade, protegendo a vida das pessoas. Bolsonaro foi o único líder no mundo que agiu de forma criminosa. Agora tenta recuar, mas ele não tem espaço. Pelo contrário, ele mente! Agora ele diz, acompanhado de um panelaço histórico, que deu 600 reais a cada pessoa pobre deste País.

Quem deu os 600 reais foi esta Casa! Isso foi votado aqui. Ele ofereceu 200 reais, e nós garantimos 600 reais! Ele não sancionou o projeto porque não quis. E Paulo Guedes, seu Ministro, veio dizer que não pode pagar esse auxílio enquanto a PEC não for aprovada! Este Governo não tem responsabilidade para com os mais pobres. É criminoso e covarde! Além disso, mente quando diz que está ajudando os Governadores, Deputado Rodrigo Maia. Sabemos que não! Leiam a carta dos Governadores. Eles estão se sentindo abandonados pelo Presidente. E agora ele vem em cadeia nacional mentir!

Nós estamos fazendo de tudo nesta Casa, assim como os Governadores, para que o número de mortos não seja elevado. Mas, se for, não há dúvida de que há um responsável, e não será insano; será responsabilizado e vai responder por genocídio.

Deputado Rodrigo Maia, V.Exa. conhece muito bem o que significou uma ditadura neste País. V.Exa. conhece muito bem, pela bela história do seu pai, o que é o exílio. É inadmissível que um Vice-Presidente venha a público defender a ditadura civil-militar. Aliás, não é no dia de hoje, mas em 1º de abril, que é o Dia da Mentira. Tenta-se antecipar a

data, mas, como professor de história, eu corrijo e digo que não, que foi no dia 1º de abril. E foram 21 anos de tortura, de exílio, de atraso. Foram 21 anos em que se impediu que reformas de base, que levariam o País a um lugar mais justo, fossem feitas. Foram 21 anos de endividamento externo. Foram 21 anos em que as pessoas não podiam falar porque havia censura, em que os professores eram perseguidos, em que pessoas foram mortas.

A memória deste País é um direito que nós temos, nobre Deputado. Então, não é admissível, porque na América Latina a justiça foi feita com direito à memória em vários países. Aqui, nós erramos ao não fazer isso. Mas não é possível! Por isso, é muito importante que, nesta Casa - na ocasião, este foi o primeiro lugar a ser fechado, onde Deputados foram torturados, onde Deputados foram perseguidos, em que só podiam existir dois partidos, o do "sim" e o do "sim, senhor" -, espero podermos dizer: ditadura, nunca mais!

Obrigado, Presidente.

Documento 317/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 31/03/2020- CD 22:40	
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	SORAYA SANTOS-PL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Celeridade da Casa na votação de matérias de proteção da sociedade brasileira contra a pandemia de coronavírus. Escalada da violência doméstica contra as mulheres no Estado do Rio de Janeiro e no País. Repúdio à manifestação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, a respeito do pagamento de auxílio pecuniário a trabalhadores em situação de vulnerabilidade diante da Covid-19, preconizado no Projeto de Lei nº 9.236, de 2017, sobre alteração do § 11 e inserção dos §§ 12, 13, 14 e 15 no art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com vista ao estabelecimento dos parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada, pela pessoa com deficiência ou idosa. Defesa de votação e aprovação do chamado orçamento de guerra contra o coronavírus.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. *Participação por videoconferência*. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vamos selecionar e também dar celeridade às pautas que V.Exa. traz em favor da sociedade brasileira nessa guerra contra o COVID-19, como a oferta de um colchão econômico para suportar este momento tão trágico.

Hoje é o último dia do mês de março, e eu não poderia deixar de usar o tempo da bancada feminina para registrar uma grande preocupação: o aumento da violência doméstica. Só em nosso Estado, Presidente, nós tivemos o registro do aumento de mais de 50% desse indicador. E nós destacamos esse assunto por quê? Porque em nosso Estado, Presidente, o registro do boletim de ocorrência foi adaptado e aceito da forma como temos trabalhado na Câmara: no formato *on-line*. Verificamos que há muita criança, muita família, muita mulher sofrendo no momento e que, como todos têm a obrigação de estar em casa, ficam impedidos de fazer o registro. Então, esta fala vem para chamar a atenção de cada Governador e de cada Secretaria de Estado, no sentido de que permitam esses registros *on-line* de violência contra crianças e mulheres, dando-lhes voz.

Por outro lado, Presidente, eu quero fazer um protesto. Não foram corretas as palavras do Ministro Paulo Guedes com relação a este Parlamento e, principalmente, a V.Exa. O Parlamento cumpriu a sua parte nesse colchão econômico, estipulando um valor mínimo - mínimo! --, uma renda emergencial. E nós estamos falando de pessoas deficientes, de idosos, de trabalhadores da economia informal, das mulheres que são arrimo de família. Então, isso não foi correto, porque, antes de votarmos essa matéria, com toda a cautela que V.Exa. sempre teve, nós quebramos a regra de ouro, nós demos um cheque em branco. É por isso que urge votarmos uma matéria separando os orçamentos, um orçamento que envolve essa guerra ao COVID-19, que é uma guerra mundial, e o orçamento desta Câmara.

Gostaria de, neste registro, Sr. Presidente, reproduzir as palavras da jornalista Andréia Sadi, a quem cumprimento, para as quais eu chamo a atenção de V.Exa. e desta Casa. Vou ler o seu comentário do plantão: *"Os Deputados, tão malfalados por muitos, são os verdadeiros responsáveis por esse suporte econômico"*.

De fato, o Parlamento não está fugindo às suas obrigações. Então, que o Ministro Paulo Guedes entenda que este Parlamento está dando todo o suporte econômico, com todas as medidas e cautelas, guiado por V.Exa.

Muito obrigada.

Documento 318/318

39.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 31/03/2020-
	CD	22:44
Publ.: DCD - 4/1/2020 -	MARCEL VAN HATTEM-NOVO	-RS
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apoio do partido NOVO ao recente pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro a respeito do combate à crise gerada pela pandemia de coronavírus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, confesso que pouco mais cedo, às 20h30min, assisti ao pronunciamento do Sr. Presidente da República com bastante apreensão - como se diz no bom português, Deputado Hildo Rocha, com o coração na mão.

Do que nós mais precisamos neste momento no Brasil é aquilo que, felizmente, o Presidente da República conseguiu transmitir no seu pronunciamento: união, tratar a saúde e a economia como problemas sérios e que precisam ser enfrentados com o máximo de solidariedade entre todos os brasileiros.

Nós do Partido Novo posicionamo-nos, na semana passada, de forma bastante dura, mas transparente, querendo contribuir para o Brasil, ao lamentar a forma do pronunciamento anterior do Presidente da República. Mas, desta vez, nós precisamos, junto com todo o povo brasileiro, Sr. Presidente, reconhecer que ali estava o discurso de uma pessoa que precisa neste momento representar a Nação e coordenar os esforços não só com o Poder Executivo, mas também com os outros Poderes - Legislativo e Judiciário - e demais entes federados, com Estados e Municípios.

Nós precisamos deixar, Deputada Bia Kicis, todas as questões eleitoreiras, todos os populismos de lado. Não é momento no País, quando enfrentamos essa pandemia tão séria, de trazermos à tona questões que são menores.

Por isso, com serenidade e responsabilidade, como eu sempre tenho dito, nós vamos vencer esse grande desafio. O Presidente da República tratou essa questão com responsabilidade. Inclusive, há possibilidade de antídotos e cura dessa terrível doença. É preciso que nós tenhamos isso no nosso horizonte. E, mais ainda, nós precisamos ter ações coordenadas, tanto na área da saúde - e parabéns ao Ministro Mandetta, que tem feito um excelente trabalho - como na área econômica, e em todas as demais áreas do Poder Executivo, sem vaidades e sem populismo.

Portanto, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento desta noite, em nome, inclusive do meu Líder, Deputado Paulo Ganime, assim como dos demais membros da bancada do Partido Novo, muito satisfeito e torcendo para que essa continue sendo a tônica, que ela não mude. Em tempos de tantas incertezas, de tantos vaivéns, de tantas disputas

desnecessárias, do que mais precisamos é união, seriedade e responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
